JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Ribeirãozinho 5
Camara Municipal de Rosário Oeste 5
Camara Municipal de São José do Rio Claro 6
Camara Municipal de Tangará da Serra 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 6
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 13
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 14
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 15
Prefeitura Municipal de Acorizal 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 16
Prefeitura Municipal de Alto Garças 23
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 37
Prefeitura Municipal de Araputanga 37
Prefeitura Municipal de Arenápolis 44
Prefeitura Municipal de Aripuanã 44
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 46
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 46
Prefeitura Municipal de Cáceres 50
Prefeitura Municipal de Campinápolis 54
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 55
Prefeitura Municipal de Campo Verde 58
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 59
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 62
Prefeitura Municipal de Canarana 69
Prefeitura Municipal de Carlinda 79
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 79
Prefeitura Municipal de Colíder 81
Prefeitura Municipal de Colniza 84
Prefeitura Municipal de Comodoro 84
Prefeitura Municipal de Confresa 86
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 87
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 87
Prefeitura Municipal de Cuiabá 89
Prefeitura Municipal de Denise 90
Prefeitura Municipal de Diamantino 92
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 94
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 95
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 96
Prefeitura Municipal de General Carneiro 98
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 117
Prefeitura Municipal de Indiavaí 117
Prefeitura Municipal de Itanhangá 118
Prefeitura Municipal de Itiquira 119
Prefeitura Municipal de Jaciara 121
Prefeitura Municipal de Jauru 122
Prefeitura Municipal de Juruena 122
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 122
Prefeitura Municipal de Marcelândia 123

Prefeitura Municipal de Matupá 123
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 138
Prefeitura Municipal de Nobres 142
Prefeitura Municipal de Nortelândia 147
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 148
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 217
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 219
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 220
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 220
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 221
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 222
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 223
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 225
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 225
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 227
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 228
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 249
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 249
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 250
Prefeitura Municipal de Paranatinga 290
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 293
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 295
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 296
Prefeitura Municipal de Poconé 297
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 297
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 299
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 299
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 299
Prefeitura Municipal de Poxoréu 304
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 327
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 328
Prefeitura Municipal de Rondolândia 328
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 329
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 330
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 330
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 330
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 331
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 364
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 367
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 367
Prefeitura Municipal de São José do Povo 368
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 377
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 378
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 380
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 382
Prefeitura Municipal de Tabaporã 382
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 382
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 383
Prefeitura Municipal de Tesouro 396
Prefeitura Municipal de União do Sul 396
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 396
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 397
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 418
Prefeitura Municipal de Vila Rica 419

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 008/2018

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE 008/2018

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório CONVITE 008/2018 REALIZADO DIA 17/04/2018, cujo objeto é a **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE REPOSIÇÃO E TRANSPORTE POR GUINCHO, COM IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO SIS. APLIC/ LAYOUT DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE INTERNET, ATRAVES DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E DE RECURSOS TECNOLOGICOS PARA ATENDER A FROTA OFICIAL AUTOMOTIVA E AS MÁQUINAS PESADAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**, que Declara como vencedora a empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-EPP, CNPJ 05.870.713/0001-20.**

Cuiabá (MT), 17 de Abril de 2018.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente comissão permanente licitação

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018

"Aprova as Contas Anuais do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, relativas as Contas Anuais de Governo do ano de 2016, gestão do Prefeito Municipal, Senhor Mauro Rosa da Silva".

O **Presidente da Câmara Municipal de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, Vereador **José Ari Zandoná**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas e, em consonância com o Art. 49 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Água Boa - MT; **FAZ SABER**, que o Plenário da Câmara Municipal de Água Boa aprovou e Ele Promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo do Ano de 2016 do Exercício Financeiro de 2016, do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, gestão do Prefeito Municipal, Senhor Mauro Rosa da Silva, sobre os quais o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, emitiu o **Parecer Prévio Favorável nº 93/2017 – TP.**

Art. 2º - Determinamos ainda que o Poder Executivo Municipal tome as seguintes medidas:

I. Regularize os registros contábeis, realizando a devida contabilização na fonte em que efetivamente pagou as despesas. II. Demostre a tendência de aumento de arrecadação com base nos 12 meses anteriores à data de abertura de credito adicional, quando se utilizar de recursos próprios na contrapartida, e na lei que alterar o orçamento especificar o convênio que justifica a abertura do crédito, informando corretamente os dados do convênio, tais como convenente, valor, data e objeto. III. Adote melhoria e aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas na área da saúde, identificando os fatores que causam o resultado inferior à média nacional, visando uma mudança positiva na situação avaliada por esse Tribunal por ocasião de apreciação destes contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2017especialmente em relação as seguintes indicadores: Na saúde: a) Taxa de mortalidade infantil (2014); b) taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015); c) Taxa de detecção de hanseníase (2015). IV. Adote medidas de melhoria das políticas públicas, em relação ao seu próprio desempenho, destinando-se a melhorar os indicadores relacionados à: a) Taxa de mortalidade infantil (2014); b) Taxa de detecção de hanseníase (2015); c) Taxa de incidência de dengue (2015); e, d) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2014). V. Promova ações no sentido de incrementar a arrecadação das Receitas Próprias, reduzindo a dependência em relação as transferências de outros entes federados. VI. Promova ações no sentido de incrementar a cobrança da dívida ativa, de forma a elevar a arrecadação municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 16 de Abril de 2018.

José Ari Zandoná

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2018

POR ORDEM DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DE ACORDO COM O ARTIGO 129, PARÁGRAFO 3º DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, FAÇO PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE TODOS, E DOS SENHORES VEREADORES E CONVOCO PARA **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE-À NO DIA 18 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, AS 15:00 HORAS NO PLENÁRIO ROMEU FURLAN, PARA ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA, DO BIENIO 2017 à 2018.**

ARAPUTANGA/MT, 16 DE ABRIL DE 2018.

SHIGUEMITU SATO

Presidente em exercício

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 47/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para desenvolverem suas atividades durante as sessões parlamentares, nos termos do artigo 1º, §3º e artigo 5º, IV, da Lei nº 2.595 de 02 de agosto de 2017, a partir da data de 16 de abril de 2018:

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)
536-1	JOEL XAVIER DO NASCIMENTO
537-1	ISRAEL MENDES DE SOUZA
546-1	EMANUELLE EVELLIN DOS PASSOS ANICETO
551-1	EMERSON PINHEIRO LEITE
554-1	JACKSON WILLIAN SANTOS DA SILVA
340-1	HENRIQUE BARCELOS MORAES

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 132 de 28 de agosto de 2017.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 16 de abril de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 48/2018

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

R E S O L V E:

Art. 1º Interromper as férias da servidora **ELIZA MARIA RODRIGUES DE MORAES**, conforme estabelece a Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, artigo 72, para que a mesma se reapresente, nesta Casa de Leis, para exercer suas atividades a partir do dia 18 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 17 de abril de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO-MT/SECRETARIA
PORTARIA Nº. 04/2018 EM, 16 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre a exoneração do Cargo de Auxiliar de Administração Parlamentar da Sra. Milla R. L. Rodrigues da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **Agostinho Carneiro Filho**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

Artigo 1° - Exonerar a Servidora MILLA R.L. RODRIGUES, portadora do CPF: 059.309.001-24, Sob matricula funcional n° 37, do cargo em comissão de Auxiliar de Administração Parlamentar da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito.

AGOSTINHO CARNEIRO FILHO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO-MT/SECRETARIA
PORTARIA Nº. 03/2018 EM, 09 DE ABRIL DE 2018

"Dispõe sobre Afastamento – Auxilio Doença ao Servidor Efetivo João Delfino de Sousa, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **Agostinho Carneiro Filho**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO, a apresentação de documentação através de atestado médico, do Assessor Contábil Senhor João Delfino de Sousa, diagnosticado pelo Dr. Danilo Magnus Rocha Pinheiro, CRM-GO 10359, na qualidade de Médico em entender que o paciente ficará impossibilidade de exercer suas atividades durante 30 (trinta) dias a partir do dia nove de abril de dois mil de dezoito;

RESOLVE

Art. 1° - Conceder afastamento em virtude de Auxílio Doença ao Servidor Efetivo SR. JOÃO DELFINO DE SOUSA, Rg: 1392853-1 SSP-MT, Assessor Contábil, Lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT,

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezoito.

AGOSTINHO CARNEIRO FILHO

PRESIDENTE 2017/2018.

CAMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2018.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2018.

Autoria: **Comissão de Finanças e Orçamento**

Ementa: Aprovam as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT.

A Comissão de Finanças e Orçamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas e previstas no Artigo 205, § 1º do Regimento Interno, após análise e emissão de Parecer Conclusivo,

Faz saber que a Câmara Municipal Aprova e a Mesa Diretora, na sua competência legal, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, na gestão do Prefeito Municipal, Senhor **João Antônio da Silva Balbino**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações "Ver. Renato Nasser", em Rosário Oeste, 26 de março de 2.018.

VER. BENVINDO P. DE ALMEIDA

PRESIDENTE

VER. CARLOS CESAR R. SOUZA

VICE-PRESIDENTE

VER. ACÁCIO R. DA CRUZ

1º. SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº.002/2018.

DECRETO LEGISLATIVO Nº.002/2018.

Autoria: Comissão de Finanças e Orçamento

Ementa: Aprovam as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT.

A Comissão de Finanças e Orçamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas e previstas no Artigo 205, § 1º do Regimento Interno, após análise e emissão de Parecer Conclusivo,

Faz saber que a Câmara Municipal Aprova e a Mesa Diretora, na sua competência legal, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, na gestão do Prefeito Municipal, Senhor **João Antônio da Silva Balbino**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações "Ver. Renato Nasser", em Rosário Oeste, 26 de março de 2.018.

VER. BENVINDO P. DE ALMEIDA

PRESIDENTE

VER. CARLOS CESAR R. SOUZA

VICE-PRESIDENTE

VER. ACÁCIO R. DA CRUZ

1º. SECRETÁRIO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2018

RESOLUÇÃO nº 002/2018

DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOPODER LEGISLATIVO, ASSINATURAS FÍSICAS E VIRTUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDEMAR MESSIAS DOS SANTOS Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Resolução:

Art. 1º - Qualquer movimentação financeira necessitará obrigatoriamente da assinatura do Presidente da Câmara Municipal em Exercício, seguido de uma segunda assinatura de qualquer dos membros da Mesa , como Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário

Art. 2º- Nos casos de impedimento ou afastamento do Presidente da Câmara Municipal, as movimentações financeiras poderão ser realizadas apenas com a assinatura do Vice-Presidente que assumirá a Presidência seguida de uma assinatura de outro membro da Mesa como: O 1º ou 2º Secretário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,

Câmara Municipal de São José do Rio Claro, 16 de abril de 2018.

VALDEMAR MESSIAS DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/PP/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designada pela Portaria nº 2 de 2 de janeiro de 2018, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura de processo licitatório **PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESCARTÁVEIS, HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS**. A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no **dia 4 de maio de 2018 as 14horas**, no plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O edital na íntegra estará disponível no site **http://138.118.177.78:8010/portaltransparencia/Lic...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 17 de abril de 2018.

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PP/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designada pela Portaria nº 2 de 2 de janeiro de 2018, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura de processo licitatório **PARA REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVICO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE - PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO, EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO LOCAL**. A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no **dia 3 de maio de 2018 as 14horas**, no plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O edital na íntegra estará disponível no site **http://138.118.177.78:8010/portaltransparencia/Lic...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 17 de abril de 2018.

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018 CIDESAT

Processo Licitatório Nº 03/2018

Pregão Presencial Registro de Preços n° 01/2018

O **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal***, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Marechal Dutra, n° 248, Bairro JD. Zeferino I, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.979.143/0001-07, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr.* ***WEMERSON ADÃO PRATA****, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 1070619-4 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o n.º 809.673.611-68, domiciliado em Salto do Céu - MT*, considerando o julgamento do **Pregão Presencial Registro de Preços Nº 01/2018** e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa Lima e Colarino Ltda**,** CNPJ 32.935.181/0001-34, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis ns 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos nsº 3.931/2001 e 5.450/2005. O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a ***Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de*** Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal***",*** conforme discriminado no Termo de Referência no Anexo I, por um período de 12 meses, e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.1 Itens, quantitativos e preços conforme resultado do Pregão Presencial Registro de Preços Nº 01/2018 – Lote 01

LOTE 01 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E OUTROS						
ITEM	**MERCADORIA - DESCRITIVO**	**MARCA**	**UNID**	**QUANT**	**VR UNIT.**	**TOTAL**
1	Achocolatado em Pó pacote de 500 Gr	MIKA	UN	200	5,27	1.054,00
2	Açúcar Cristal pacote de 2 Kg	ITAMARATY	UN	250	3,95	987,50
3	Agua Mineral 1,5 Lt pacote com 06 und	PURISSIMA	UN	200	14,19	2.838,08
4	Agua Mineral 497 Ml pacote com 12 und	PURISSIMA	UN	200	14,70	2.940,00
5	Apresuntado Kg	RESENDE	KG	100	11,78	1.177,96
6	Arroz polido tipo 1 pacote de 5 Kg	COROADO	UN	400	9,72	3.888,00
7	Azeite de Oliva 200 Ml	GALLO	UM	30	21,56	646,80
8	Azeitona Verde pacote de 200 Gr	VALE FERTIL	UN	150	3,92	588,00
9	Bolacha de Agua e Sal pacote de 400 Gr	DALLAS	UN	150	3,53	529,50
10	Bolacha de Maisena pacote de 400 Gr	VITARELLA	UN	150	3,54	531,00
11	Bolacha Tipo Rosquinha tipo Mabel ou similar 800 Gr	GALLO	UN	150	7,27	1.090,50
12	Café pacote de 500 Gr	ITAMARATY	UN	250	11,47	2.867,50
13	Calabresa Kg	SADIA	KG	150	14,99	2.248,50
14	Carne Alcatra KG		KG	150	20,87	3.130,50
15	Carne Bovina Seca		KG	50	18,37	918,50
16	Carne Contra File Kg		KG	150	20,87	3.130,50
17	Carne Costela Kg		KG	200	9,75	1.950,00
18	Carne Coxão Mole Kg		KG	150	18,86	2.829,00
19	Carne de 2ª s/osso		KG	200	9,47	1.894,00
20	Carne Figado Bovino		KG	100	9,75	975,00
21	Carne Fraldinha Kg		KG	150	17,64	2.646,00
22	Carne Franco Corte Coxa e Sobre Coxa Kg	ANHAMBI	KG	200	8,03	1.606,00
23	Carne Frango Corte Coxinha da Asa KG	MAROMBI	KG	200	10,93	2.186,00
24	Carne Frango Inteiro Kg	PERDIGAO	KG	200	5,98	1.196,00
25	Carne Frango Miudo Coração	MAROMBI	KG	100	17,24	1.724,00
26	Carne Frango Miudo Moela	MAROMBI	KG	100	7,45	745,00
27	Carne Frango Peito		KG	200	11,42	2.284,00
28	Carne Musculo KG		KG	150	10,63	1.594,50
29	Carne Paleta		KG	150	13,62	2.043,00
30	Carne Picanha		KG	150	27,19	4.078,50
31	Carne Ponta de Peito Kg		KG	200	14,50	2.900,00
32	Carne Suina		KG	200	12,45	2.490,00
33	Carvão Vegetal Pacote com 5 KG	FL. DE MINAS	UN	50	10,93	546,50
34	Coco Ralado pacote de 100 Gr	LA PREFERIDA	UN	50	4,36	218,00
35	Creme de Leite 200Gr	PIRACANJUBA	UN	100	2,34	234,00
36	Ervilha Lata 220 Gr	PREDILECTA	UN	100	1,52	152,00
37	Extrato de Tomate tipo elefante ou similar 350 Gr -	DAJUDA	UN	250	3,92	980,00
38	Farinha de Mandioca Tipo Biju 1Kg	SÃO MATHEUS	UN	100	5,24	524,00
39	Farinha de Mandioca Tipo Temperada de 1 Kg	MIKA	UN	100	5,93	593,00
40	Farinha de Milho 500 Gr	SICAL	UN	80	2,97	237,60
41	Farinha de Trigo pacote de 1KG	CAMPESINA	UN	80	2,84	227,20
42	Feijão tipo 1 kg	TRADICAO	KG	550	2,99	1.644,50
43	Fermento em Pó para Bolo tipo Dr.Oetker ou similar 100 Gr	ROYAL	UN	80	3,48	278,40
44	Fermento em Pó para Pão tipo saf-instant ou similar pacote de 10 Gr	SAF INSTANT	UN	50	2,84	142,00
45	FLV - Abobrinha Kg		KG	100	2,69	269,00
46	FLV - Alho Kg		KG	60	12,49	749,40
47	FLV - Banana de frita Kg		KG	200	5,25	1.050,00
48	FLV - Batata Doce Kg		KG	30	3,43	102,90
49	FLV - Batata Inglesa Kg		KG	700	2,65	1.855,00
50	FLV - Berinjela Kg		KG	25	4,12	103,00
51	FLV - Beterraba Kg		KG	60	2,74	164,40
52	FLV - Cebola de Cabeção Kg		KG	400	3,55	1.420,00
53	FLV - Cenoura Kg		KG	150	3,58	537,00
54	FLV - Chuchu Kg		KG	40	3,87	154,80
55	FLV - Mandioca Kg		KG	40	2,32	92,80
56	FLV - Pimentão Kg		KG	40	4,85	194,00
57	FLV - Quiabo Kg		KG	20	4,36	87,20
58	FLV - Repolho Kg		KG	280	2,55	714,00
59	FLV - Rúcula pacote		UN	20	3,45	69,00
60	FLV - Tomate Kg		KG	600	5,34	3.204,00
61	FLV - Vargem Kg		KG	20	10,09	201,80
62	Fubá 500 Gr	SICAL	UN	120	2,06	247,20
63	Gelatina Cx. Com 30 Gr	ADORALLE	UN	150	1,02	153,00
64	Leite Condensado 350 GR	VENCEDOR	UN	100	2,94	294,00
65	Leite Integral LT	VENCEDOR	LT	950	2,79	2.650,50
66	Linguiça Mista Kg		KG	200	9,70	1.940,00
67	Linguiça Mista Bovina e Suina		KG	200	9,70	1.940,00
68	Macarrão Espaguete pacote de 500 Gr	GALLO	UN	350	2,65	927,50

69	Maionese tipo hellmanns ou similar 500Gr	ARISCO	UN	100	6,08	608,00
70	Maizena 250 Gr	MAISENA	UN	20	3,22	64,40
71	Margarina 500 Gr	DELINE	UN	80	5,68	454,40
72	Massa p/ Pastel Rolo 500Gr	MEZZANI	UN	100	5,14	514,00
73	Milho Verde Lata de 280 Gr	SO FRUTA	UN	160	1,81	289,60
74	Mostarda 200 Gr	DAJUDA	UN	30	1,81	54,30
75	Mussarela Kg	LACBOM	KG	30	21,55	646,50
76	Óleo de Soja 900 Ml	CONCORDIA	UN	850	3,43	2.915,50
77	Ovos Dúzia	BRANCO	UN	320	5,05	1.616,00
78	Palpito de Pupunha Inteiro com 300 Gr	**FLORENCA**	UN	80	14,36	1.148,80
79	Pão Frances Kg		KG	50	8,82	441,00
80	Salsicha Kg	PERDIGAO	KG	30	7,10	213,00
81	Sardinha 250 Gr	GOM DA COSTA	UN	80	6,91	552,80
82	Suco Caixa em Varios Sabores	ADORALLE	UN	150	3,32	498,00
83	Suco em Pó tipo Quality ou similar pacote de 500 Gr nos Sabores –Limão, Laranja e Abacaxi	QUALIMAX	UN	500	5,24	2.620,00
84	T Caldo de Carne Tablete 37 Gr	SAZON	UN	300	1,64	492,00
85	T Coloral pacote de 500 Gr	MIKA	UN	100	5,47	547,00
86	T Louro folha Pacote 5GR	MIKA	UN	50	0,90	45,00
87	T Oregano pacote de 100 Gr	MIKA	UN	50	6,11	305,50
88	T Pimenta do Reino pacote de 50 Gr	SICAL	UN	50	2,79	139,50
89	T Sal Fino pacote de 1Kg	MARFIM	UN	100	1,57	157,00
90	T Sal Grosso pacote de 1Kg	CISNE	UN	100	2,62	262,00
91	T Sazon pacote de 60 Gr	SAZON	UN	300	3,67	1.101,00
92	T Shoyu Tradicional 900 Ml	MITSWA	UN	30	7,22	216,60
93	T Tempero Completo de Alho e Sal Kg	KITANO	KG	80	10,37	829,60
94	T Vinagre de Vinho 750 Ml	CASTELO	UN	80	5,49	439,20
	Material, Higiene e Limpeza				-	-
95	Agua Sanitária tipo kboa e ype ou similar 2 Lt	POLITRIZ	UN	80	5,29	423,20
96	Alcool de Limpeza 900 ML	ZUMBI	UN	200	5,39	1.078,00
97	Desinfetante de 2Lt Pinho	REMMUS	UN	120	5,63	675,60
98	Detergente 500 Ml	GIRANDO SOL	UN	800	1,72	1.376,00
99	Esponja Multiso pacote c/2	CONDOR	UN	150	2,30	345,00
100	Flanela para Limpa Mesa	PANOSUL	UN	50	2,55	127,50
101	Fosforo pacote c/10 cx	BILLA	UN	50	2,89	144,50
102	Inseticida p/Mosquito Aerosol de 300 Ml	BAYGON	UN	50	11,27	563,50
103	Limpa Alumino 500Ml	REMMUS	UN	60	2,11	126,60
104	Limpa Vidros e Acrilicos 500 Ml	UAU	UN	100	9,66	966,00
105	Odorizante de Ambiente 360 Ml	BOM AR	UN	40	9,95	398,00
106	Palha de Aço tipo Bombril ou similar - pacote 8 und	ASSOLAN	UN	120	1,59	190,80
107	Pano de Prato Padrão Médio	LIMPEX	UN	50	4,65	232,50
108	Pano para limpa Chão	GUAPEX	UN	50	6,13	306,50
109	Papel Higiênico folha simples 4 rolos – 30M x 10 CM	BRISA	UN	260	2,35	611,00
110	Papel Toalha	STYLUS	UN	20	4,12	82,40
111	Refil de Inseticida p/Aparelho eletrico frasco de 25 Ml	SBP	UN	20	12,73	254,60
112	Repelente Eletrico p/Mosquito	SBP	UN	10	13,87	138,70
113	Rodo de 40 cm c/cabo	MULTIPLA	UN	20	8,28	165,60
114	Rodo de 60 cm c/ cabo	MULTIPLA	UN	20	13,62	272,40
115	Sabão de Barra pacote 5 Unidades 5x200 Gr	TOP	UN	60	6,52	391,20
116	Sabão em Pó 1Kg	TIXAN	UN	120	6,27	752,40
117	Saco de Lixo 30 Lt pacote 10 und	GIOPACK	UN	300	2,85	855,00
118	Saco de Lixo 50 Lt pacote 08 und	GIOPACK	UN	200	3,23	646,00
119	Saco de Lixo 100 Lt pacote 05 und	GIOPACK	UN	60	2,94	176,40
120	Vassoura de Nylon 30 cm c/cabo	CONDOR	UN	10	6,75	67,50
121	Vassoura de Pelo Sintético 40 cm c/cabo	CONDOR	UN	12	8,67	104,04
	DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE COZINHA				-	-
122	Coador de Pano	KARIM	UN	10	3,97	39,70
123	Coador de Papel 103 Grande Caixa c/30 und	JOVITA	UN	50	2,94	147,00
124	Copo Descartável 50 Ml pacote com 100und	PLASMEL	UN	200	1,81	362,00
125	Copo Descartável 180 Ml pacote com 100und	PLASMEL	UN	200	2,99	598,00
126	Copo Descartável 200 Ml pacote com 100und	PLASMEL	UN	200	5,37	1.074,08
127	Garfo Descartavel pacote com 50 und	COPOCENTRO	UN	50	3,63	181,50
128	Guardanapo de Papel pacote 50 und	DOURADAO	UN	50	1,86	93,00
129	Palito de Dente cx, com 100 und	THEOTO	UN	100	0,53	53,00
130	Papel Alumino Rolo de 7,5m x 45 cm	WYDA	UN	15	4,80	72,00
131	Prato Descartavel pacote com 19 und	TERMOPOT	UN	100	2,79	279,00
TOTAL DA PROPOSTA						**118.146,46**

2. DA VIGÊNCIA

A presente ATA de Registro de Preços, terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Executiva do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços em no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da convocação;

4.2. Cumprir a vigência da ATA, que será de 12 (doze) meses.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregue na sede do Consórcio nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento, salvo quando retirados por servidor credenciado junto ao estabelecimento comercial;

4.4. Os produtos deverão ser apresentados, conforme características do edital e especificado na Proposta de Preços;

4.5. Prazo de entrega será de imediato atendendo a solicitação de fornecimento;

4.6 – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão/Entidade**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Secretaria Executiva, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

4.7. – Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.7.1 – Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

4.8 – Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 – Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

4.10 – Comunicar imediatamente ao Consórcioqualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.11 - Serão devolvidos e prontamente repostos pelo contratado os materiais que não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.12 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

4.13 – Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

5.2. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;

5.3. Aderir à ATA de Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

5.4. Receber o objeto do contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no instrumento contratual;

5.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

5.6. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

5.7 – Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades ou desconformidades observados quando da entrega dos equipamentos, para as devidas correções;

5.8 - Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;

5.9 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

5.10- Esta Ata não obriga o Consórcio a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observadas a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor do contratante, após ter conferido o material e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, em especial a adimplência com a seguridade social e justiça trabalhista.

6.3. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização;

6.4. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.5. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou outros bancos, serão de responsabilidade do contratado;

6.7. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especalmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

6.8. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.9. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

7.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.1.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.1.1, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria Executiva do Consórcio, cabendo a presidência a decisão sobre o pedido.

7.1.3. Deferido o pedido pela presidência, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços, e o reajuste mediante apostilamento.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta (percentual de desconto) e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

7.6.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

7.6.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.6.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

7.6.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.6.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

7.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

7.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

7.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

7.11. Caso o Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.12. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

7.13. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Consórcio.

8. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei No 8.666/93.

8.1.2 - Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar ou não a adesão de terceiros, a Ata de Registro de Preços. Ele poderá utilizar-se de motivos como a falta de pessoal necessário à administração da Ata de Registro de Preços para negar solicitação de adesão.

8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

8.3 – Em conformidade com os § 3º e 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, as contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços e não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.4 - Quanto aos Órgãos Participantes do presente instrumento convocatório, destaca-se que os quantitativos relativos às suas necessidades serão registradas nas próprias Atas do Órgão Gerenciador, não sendo necessária a assinatura de novas Atas. Entretanto, os órgãos e entidades que aderirem às Atas de Registro de Preços deverão assinar uma nova Ata de Registro de Preços, específica, com os fornecedores de seu interesse, bem como termo de contrato. Tal Ata deverá ter o prazo final de sua vigência igual ao da Ata de Registro de Preços a que ela se vincula, além de ter uma cópia encaminhada ao Órgão Gerenciador.

9. DAS PENALIDADES

9.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multa sem prejuízo das sanções legais, Art.86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) - Advertência

b) - Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05(cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, se for o caso.

c) - Multa de 0,3%(três décimos por cento)ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto sobre o valor dos serviços.

d) - 10%(dez por cento) sobre o valor dos serviços, em caso de : atraso na entrega superior a 5(cinco) dias, desistência na entrega dos serviços.

e) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

9.2 – O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria, comunicará à CONTRATADA.

9.3 – Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA, ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome do CIDESAT. Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

9.4 – Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade de suas propostas não celebrar o contrato/Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para licitação ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração CIDESAT pelo infrator:

a) - advertência

b) - multa

c) - suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com o Consorcio, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.5 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso os prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

10. DA RESCISÃO

10.1 - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preços, por parte do fornecedor, assegurará ao Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

10.2 - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n9 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão da contratação:

a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

10.3 - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

10.4 - Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal é reconhecida o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n9 8.666/1993, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiras e segundas do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e Fonte de Recursos:

11.1- Todas as despesas decorrentes para o presente exercício, correrão por conta de recursos próprios e do Convênio SINFRA Nº 1.207/2016 consignados no Orçamento do CIDESAT, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA EXECUTIVA

26.782.0001.2011.0000

MANUTENÇÃO de RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS

046 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.01

047 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.24

04.122.0001.2002.0000

MANUTENÇÃO do CIDEASAT NASCENTES DO PANTANAL

007 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.01

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 01/2018** e seus anexos e as propostas classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos,16 de Abril de 2018.

Wemerson Adão Prata

Presidente

Assinatura:

EMPRESA	Lima e Colarino Ltda
CNPJ	32.935.181/0001-34
ENDEREÇO	Av. São Paulo nº 1.031 Centro – São José dos Quatro Marcos - MT

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08, DE 16 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE DESISTÊNCIA DE CANDIDATO NOMEADO PARA O CARGO DE MOTORISTA DO CIDESAT COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do "Complexo Nascentes do Pantanal" no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20 do Contrato Consórcio,

Considerando a necessidade de nomeação e posteriormente a contratação de servidor para o cargo de motorista de acordo com Processo Seletivo Simplificado 01/2017/CIDESAT.

RESOLVE

Art.1º- Torna-se desistente o candidato **PAULO JOSÉ SOARES**, para exercer o cargo de **MOTORISTA**, nomeado pela Portaria 16/2018 do dia 05 de Abril de 2018, por motivo de não comparecimento dentro do prazo estabelecido de 10 (dez) dias conforme art. 2º, e art. 4º, da portaria mencionada, considerando desistente o candidato que não tomar posse dentro do prazo previsto.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENTE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL" AOS 16 DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

WEMERSON ADAO PRATA Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, WEMERSON ADAO PRATA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e Lei nº 10.520/2002, a vista do parecer conclusivo do Pregoeiro e Parecer Jurídico resolve: HOMOLOGAR Processo nº. 01/2018 na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço, com o objeto a seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, teve como VENCEDORA do LOTE I a empresa LIMA E COLARINO LTDA com Endereço na Avenida São Paulo, Nº 1031, Bairro Centro – São José dos Quatro Marcos/MT, CEP: 78.285-000, inscrita no CNPJ: 32.935.181/0001-34, com o valor total de R$ 118.146,46 (Cento dezoito cento quarenta seis reais quarenta seis centavos)

São José dos Quatro Marcos, 16 de Abril de 2018.

WEMERSON ADAO PRATA

Presidente

PORTARIA Nº. 17/2018 DE 16 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de MOTORISTA, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e regulamentado pela Resolução Normativa Nº 32/2016, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2017/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da

Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 22 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **ROBERTO ALVES DE AGUIAR**, para exercer o cargo de **MOTORISTA** por ter ficado em 13º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017/CIDESAT, em razão do 12º colocado PAULO JOSÉ SOARES tornar-se desistente, conforme Resolução Administrativa nº 08-2018 do dia 16 de Abril de 2018.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 16 de Abril de 2018.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

TERMO HOMOLOGAÇÃO 001/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018.

OBJETO: PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (OFTALMOLOGIA, *GASTROENTEROLOGIA*) E SERVIÇOS DE IMAGENS (ULTRASSONOGRAFIA) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2018**, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação (Pregoeiro e Equipe de Apoio), declarando como vencedoras as empresas: BRUNA DOS SANTOS S. AZEVEDO & CIA LTDA - CNPJ: 17.443.989/0001-00 LOTE 01 e a Empresa BERNARDES E DOMICIANO LTDA - CNPJ: 20.276.429/0001-13 LOTES 03 E 04, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

São José dos Quatro Marcos - MT, 12 de abril de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Presidente do CISOMT

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO PUBLICADO NO DIA 13/04/2017 PAG. 7, EDIÇÃO Nº 2.957

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **008/2014**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **LUIZ PEREIRA E NARCISO ADVOGADOS – CNPJ nº 19.690.707/0001-03.** *Objeto:* Prestação de Serviços Jurídicos em Matéria de Natureza Tributária de Alta Complexidade, em especial, apresentação de Impugnação ao Auto de Infração nos autos do Processo Administrativo Fiscal nº 14098.720045/2014-81.Aditivo de Prazo - Vigência: 29/07/2017 a 29/06/2018.

Leia-se:

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **008/2014**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **LUIZ PEREIRA E NARCISO ADVOGADOS – CNPJ nº 19.690.707/0001-03.** *Objeto:* Prestação de Serviços Jurídicos em Matéria de Natureza Tributária de Alta Complexidade, em especial, apresentação de Impugnação ao Auto de Infração nos autos do Processo Administrativo Fiscal nº 14098.720045/2014-81.Aditivo de Prazo - Vigência: 29/12/2017 a 29/06/2018.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 001/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 002/2018			
PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO PRÓ SAÚDE QUATRO MARCOS - CNPJ: 07.469.459/0001-88.			
OBJETO: PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (*PSIQUIATRIA*) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, **CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**			
LOTE	**ESTIMATIVO ANO**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	**5.000**	**R$ 69.00**	**345.000,00**
R$: 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais)			
São José dos Quatro Marcos – MT, 28 de março de 2018.			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02 E 03/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 003/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 001/2018
PESSOA JURÍDICA: BRUNA DOS SANTOS S. AZEVEDO & CIA LTDA - CNPJ: 17.443.989/0001-00;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (*GASTROENTEROLOGIA)* PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAUDE/SISTEMA

ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I E A PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA.			
LOTE	**ESTIMATIVO ANO**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	**6.000**	**R$ 60,00**	**360.000,00**
R$: 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)			
São José dos Quatro Marcos – MT, 12 de abril de 2018.			

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 002/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 001/2018			
PESSOA JURÍDICA: BERNARDES E DOMICIANO LTDA - CNPJ: 20.276.429/0001-13.			
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO SERVIÇOS DE IMAGENS (ULTRASSONOGRAFIA) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I E A PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA.			
LOTE	**ESTIMATIVO ANO**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
03	**4.500**	**R$ 66,00**	**297.000,00**
R$: 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais)			
LOTE	**ESTIMATIVO ANO**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
04	**4.000**	**R$ 66,00**	**264.000,00**
R$: 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)			
São José dos Quatro Marcos – MT, 12 de abril de 2018.			

AVISO DE LICITAÇÃO 003/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, comunica aos interessados que será ABERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 003/2018, nos termos da Lei 10.520/02, **no dia 02 de maio de 2018 as 08: h30min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na Avenida Mato Grosso, nº. 490, Bairro Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos - MT. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas (***Oftalmologia***, Cirurgião Vascular) para atendimento da demanda dos municípios integrantes do CISOMT, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes municipais de saúde/sistema único de saúde, conforme Termo de Referência. Os interessados no Edital poderão retirá-lo no endereço acima, maiores informações pelo e-mail **cisomt@yahoo.com.br** e pelo Telefone (65) 3251-2729. São José dos Quatro Marcos - MT,17 de abril de 2018**. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro**

TERMO HOMOLOGAÇÃO 002/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018.

OBJETO: PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (***PSIQUIATRIA***) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N°. 002/2018**, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação (Pregoeiro e Equipe de Apoio), declarando como vencedor a empresa ASSOCIAÇÃO PRÓ SAÚDE QUATRO MARCOS - CNPJ: 07.469.459/0001-88 LOTE 01**, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

São José dos Quatro Marcos - MT, 28 de março de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Presidente do CISOMT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE ARAGUAIA.

Dispensa de Licitação nº 01/2018

Processo Administrativo nº 04/2018

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 01/2018, que tem como Objeto: Contratação de empresa para realização de mão-de-obra mecânica especializada.

Favorecido PICOLLI – Assistência Técnica Especializa ME **inscrito no CNPJ: 211.504.38/0001-70 Endereço: Rua Projetada, Casa 43, Condomínio Rita Monteiro, Bairro Marajoara** Várzea Grande - MT.

Valor global: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 01/2018 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Março de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TTERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE ARAGUAIA.

Dispensa de Licitação nº 04/2018

Processo Administrativo nº 07/2018

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 04/2018, que tem como Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gás.

Favorecido FR COMÉRCIO DE GÁS LTDA, **inscrita no CNPJ:** 22.161.363/0002-22**, Endereço: Avenida Perimetral, S/N, Lote 01, Qd. 13, Jardim Alvorada, Porto Alegre do Norte - MT.**

Valor global: R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 04/2018 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Abril de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE ARAGUAIA.

Dispensa de Licitação nº 05/2018

Processo Administrativo nº 08/2018

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 04/2018, que tem como Objeto: Contratação de mão-de-obra mecânica especializada (manutenção de bomba injetora).

Favorecido HIDRACIL COMPONENTES HIDRAULICOS LTDA inscrita no CNPJ: 00.376.390/0001-07**, Endereço: Rua Guararapes, Nº 120, QD 34, LT 01, Ipiranga, Goiânia - GO.**

Valor global: R$ 6.677,00 (seis mil seiscentos e setenta e sete reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 05/2018 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Abril de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE ARAGUAIA.

Dispensa de Licitação nº 03/2018

Processo Administrativo nº 06/2018

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 03/2018, que tem como Objeto: Contratação de empresa para aquisição de toner e prestação de serviços de impressão.

Favorecido ROMILDO DIAS - ME **inscrito no CNPJ: 03.640.403/0001-93, Endereço: Avenida Betomarco, nº 800, Centro, Porto Alegre do Norte - MT.**

Valor global: R$ 1.365,00 (mil e trezentos e sessenta e cinco reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 03/2018 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 05 de Abril de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO III TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 036/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: JULIANO MUNARETTO BEVILACQUA - EPP **CNPJ:** 08.688.354/0001-82

ONDE SE LÊ: Prorrogar o quantitativo do objeto do contrato. **LEIA-SE:** prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 036/2017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/04/2018 até 30/04/2018. Permanecem inalteradas as demais condições previstas no III TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 036/2017.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 037/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ERLON CORTEZ E CIA LTDA - ME **CNPJ:** 25.281.005/0001-60

ONDE SE LÊ: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 037/2017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/04/2018 até 30/04/2018, e prorrogar o quantitativo do Contrato, previsto em sua Cláusula 4ª. **LEIA-SE:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 037/2017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/04/2018 até 31/07/2018, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em **INFECTOLOGISTA/TUBERCULOSE COINFECÇÕES**, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 037/2017.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 046/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: RADIUS MEDICINA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – EPP **CNPJ:** 21.582.483/0001-50

OBJETO: Prorrogar o quantitativo total do objeto do Contrato n.º 046/2015, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação dos serviços de **Exames de Radiografia com Laudo**, no Município de Jaciara, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 16/04/2018 até 31/07/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 025/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA**CNPJ:** 07.630.237/0001-03

ONDE SE LÊ: EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 025/2017. **LEIA-SE**: EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 025/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.°

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 039/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ALEIXO SILVA NETO – ME **CNPJ:** 22.303.848/0001-22

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 039/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/04/2018 até 31/07/2018, e realizar a SUPRESSÃO de 20% (vinte por cento) do valor do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula 4ª, visando à continuidade de **Exames de Colonoscopia, Colonoscopia com Polipectomia, Endoscopia Digestiva Alta e Endoscopia Digestiva Alta com Polipectomia** no Município de Campo Verde, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$112.640,00 (cento e doze mil, seiscentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e § 1º do art. 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/04/2.018 a 31/07/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO III TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2016

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA:RK LOGIC INFORMÁTICA - COMÉRCIO E SERVICOS LTDA - ME **CNPJ:** 11.175.604/0001-95**ONDE SE LÊ:** DO III TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2016. **LEIA-SE:** IV TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2016.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no **IV TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 024/2018

PORTARIA Nº. 024/2018

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PREMIO PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Premio, pelo período de 03 (Três) meses para os funcionários relacionados abaixo.

1- Durvalina Maria de Figueiredo – 13/04/2018 a 11/07/2018

2- Katia Regina Figueiredo - 13/04/2018 a 11/07/2018

3- Tatiane Figueiredo de Arruda - 13/04/2018 a 11/07/2018

4- Marcio Cezar Teixeira - 27/04/2018 a 25/07/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de abril de 2018.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CODEMA
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 002/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 002/2018

Pelo presente instrumento particular, **MATO GROSSO CONTABILIDADE LTDA ME** CNPJ 11.052.652/0001-66, Localizado na Av. Cuiaba, nr 200, Setor A, na cidade de Querencia-MT, representado pelo Proprietario MIGUEL TRAUTENMULLER, brasileiro, casado, portador do CPF 559.454.571-91, residete e domiciliado na Av. Leste, nr 660, Setor G, na Cidade de Querência, Estado de Mato Grosso, e aqui denominada CONTRATADA e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa com sede à **Av. Araguaia n° 251 sala 01 Centro, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n. 09.273.626/0001-90**, neste ato representado, pelo Prefeito Presidente do Consórcio, Sr**. FERNANDO GORGEN**, brasileiro, casado, produtor rural residente e domiciliado à Rua Alfredo Canepelle, s/nº, Qd. 18, Lt. 19, casa 04, Cidade de Querência, Estado de Mato Grosso, portador da carteira de identidade nº 4550326 expedida pela SESP/PR e CPF nº 605.473.159-72, aqui denominado CONTRATANTE, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O profissional **CONTRATADO** obriga-se, em face do mandato que lhe foi outorgado, a prestar seus serviços profissionais nas seguintes áreas:

1. ATIVIDADES OPERACIONAIS

1.1. Relacionamento junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

1.2. Elaboração de Orientações aos Municípios Consorciados;

1.3. Elaboração de Processos Licitatórios e Contratos;

1.4. Suporte Administrativo;

1.5. Elaboração do Orçamento Anual;

1.6. Lançamentos nos sistemas; e

1.7. Alimentação nos sistemas de projetos (União e Estado).

2 . ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

2.1. Classificação da contabilidade de acordo com normas e princípios contábeis vigentes, em especial a Legislação que trata dos Consórcios Públicos e Legislação aplicada à Contabilidade Pública;

2.2. Emissão de balancetes mensais.

2.3. Elaboração de Balanço anual e demais Demonstrações Contábeis obrigatórias.

2.4. Envio das Informações do Sistema APLIC do TCE/MT (mensais e tempestivas)

3 . ESCRITURAÇÃO FISCAL

3.1. Orientação e controle de aplicação dos dispositivos legais vigentes sejam federais, estaduais ou municipais;

3.2. Escrituração dos Registros Fiscais de todos os Livros obrigatórios perante o Tribunal de Contas do Estado, bem como as obrigações que se fizerem necessárias.

3.3. Atendimento das demais exigências previstas na Legislação, bem como de eventuais procedimentos fiscais.

3.4. Consultoria nas respostas dos Processos do Tribunal de Contas do Estado.

4 . ÁREA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

4.1. Orientação e controle da aplicação dos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como aqueles atinentes à Previdência Social, PA-

SEP, FGTS e outros aplicáveis às relações de emprego mantidas pela **CONTRATANTE**.

4.2. Manutenção dos Registros de Empregados e serviços correlatos.

4.3. Atendimento das demais exigências previstas na legislação, bem como de eventuais procedimentos de fiscalização.

4.4. Envio do IRPJ, RAIS e todas as informações obrigatórias do período referente a este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA. O presente Contrato está fundamentado no Inciso II do Artigo 24, combinado com Paragrafo 8º do artigo da Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA. A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade pelos serviços técnicos realizados, assim como pelas orientações que prestar.

CLÁUSULA QUARTA. As orientações dadas pela **CONTRATADA** deverão ser, rigorosamente, seguidas pela **CONTRATANTE**, eximindo-se o primeiro das consequências da não observância do seu cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA. O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos serviços prestados com vencimento todo dia 30(trinta) de cada mês, sendo a primeira 30(trinta) de cada mês e o ultima 30 (trinta) de dezembro do corrente ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os valores gastos com materiais na execução de serviços, tais como, livros, carimbos, pastas de arquivos, cds, etc. correrão por conta da **CONTRATANTE.**

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os valores gastos com viagens até a Capital do Estado, ou outra cidade, para resolver assuntos do Consórcio CODEMA ou participação de eventos de atualização profissional, desde que, envolva os assuntos relacionados a Consórcios Públicos ou Contabilidade Pública correrão por conta da CONTRATANTE, ficando fixada a diária para gastos com hospedagem, alimentação e transporte urbano em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os honorários serão reajustados em comum acordo entre as partes em qualquer época ou quando houver aumento considerável dos serviços CONTRATADOS.

CLÁUSULA QUINTA. No caso de atraso no pagamento dos honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) ao mês. Persistindo o atraso, por período de 03 (três) meses, a **CONTRATADA** poderá suspender os serviços até a sua regularização, eximindo-se de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da paralisação.

CLÁUSULA SEXTA. Os serviços serão realizados no período entre 1º a 15 de cada mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Eventualmente, além dos dias descritos no *caput* do artigo anterior, poderá apresentar-se para resolver assuntos contábeis, quando solicitado ou quando o serviço exigir, a qualquer horário, para atendimento de algum serviço ou prazo, em especial quando se tratar envio do APLIC ou assessorar respostas de processos do Tribunal de Contas do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Prestará orientações via telefone ou via e-mail quando solicitado ou quando necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA. Todas as despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta de recursos alocados nas seguintes dotações orçamentárias, com valor mensal de R$2.000,00, (dois mil reais), no período de janeiro/2018 a dezembro/2018.

ÓRGÃO : 03 - Consórcio Int. de Desenv. Economico Social e Amb. Do Médio Araguaia - CODEMA

UNIDADE : 03.01 – CODEMA

PROJ/ATIV. : 04.122.001.2001.0000 – Manutenção das Atividades do Consórcio

D**OTAÇÃO** : 3.3.90.39 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica

VALOR TOTAL: R$ 24.000,00

CLÁUSULA OITAVA. Este instrumento é feito por tempo determinado, iniciando-se no ato de sua assinatura e com validade até 31/12/2018 podendo ser rescindido em qualquer época, por qualquer uma das partes, mediante Aviso Prévio de 30 (trinta) dias, por escrito e apresentadas às razões da decisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os documentos e Livros Contábeis, no caso de transferência de serviço por qualquer motivo, só serão entregues a outro profissional da contabilidade após este cumprir as formalidades do Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica (art. 7° do Código de Ética do Contabilista).

CLÁUSULA NONA. A fiscalização da execução do Contrato será exercido pela**,** Resolução nº 001 de 22 Janeiro de 2018, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** a seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA NONA. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo. Prevalecendo, porém, a discórdia, elegem o foro desta cidade para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato,

E, para firmeza e como prova de assim haverem **CONTRATADA**, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Água Boa, 22 de janeiro de 2018.

FERNANDO GORGEN **Prefeito Presidente do Consórcio** **CONTRATANTE**	**MATO GROSSO CONTABILIDADE LTDA ME MIGUEL TRAUTENMULLER** **CONTADOR** **CONTRATADA**

_____

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 014/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR JACY KHUN SALAMONI.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 28.748,28 (Vinte e oito mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte e oito Centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 003/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na To-

mada de Preços nº. 003/2018, realizada no dia 17/04/2018, teve como vencedora a Empresa: **Construtora Construvale Eireli-ME, CNPJ: 07. 762.401/0001-28.**

Água Boa, 17 de abril de 2018.

Lucinéia Bernardo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 013/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR GUARUJÁ.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 40.193,52 (Quarenta mil cento e noventa e três Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 011/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR VILA NOVA

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 24.332,40 (vinte e quatro mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CODEMA
CONTRATO DE LOCAÇÃO IMÓVEL Nº 003/2018

CONTRATO DE LOCAÇÃO IMÓVEL Nº 003/2018

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº40270

TIPO: RESIDENCIAL

IMÓVEL: CASA - AVENIDA ARAGUAIA, Nº 1087/CENTRO II, ÁGUA BOA- MT.

Pelo presente Instrumento Particular de Locação, que entre si fazem, **AURY GABE**, C.P.F. 269.183.741-68, BRASILEIRO, CASADO, sendo sua procuradora, **ZANDONÁ E ZANDONÁ LTDA - ME (ZANDONÁ IMÓVEIS)**, empresa jurídica do ramo de corretagem de imóveis, registrada no CNPJ 18.988.908/0001-10, essa por sua vez representada pelo senhor Enio Aurélio Zandoná, brasileiro, casado, corretor registrado sob CRECI nº 4615, portador do CPF 441.106.500-20 e Cédula de Identidade 1035875812 SSP/RS, ou o procurador Mateus de Almeida Zandoná, brasileiro, solteiro, administrador, portador do CPF 050.925.971-51 e Cédula de Identidade 2242940-9 SSP/MT, daqui por diante denominado simplesmente LOCADOR(A), dá em locação, no estado em que se encontra conforme o laudo de vistoria constante na cláusula oitava deste contrato, a **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO MEDIO ARAGUAIA - CODEMA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.237.626/0001-90, com sede na cidade de Água Boa – Mt, Avenida Araguaia, 1087, Centro II, neste ato representada por seu Presidente do Consórcio CODEMA, O Sr. Fernando Gorgen, portador (a) do C.P. F 605.473.759-72, BRASILEIRO, CASADO, ADMINISTRADOR PÚBLICO, doravante denominado(a) LOCATÁRIO(A), o imóvel constituído por CASA, situado à AVENIDA ARAGUAIA, 1087/ CENTRO II, AGUA BOA - MT, que assim o aceita, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE LOCAÇÃO: O prazo de locação é de 12 meses, com início em 05/02/2018, e a terminar impreterivelmente em 04/02/2019, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O(A) LOCATÁRIO(A) poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao(a) LOCADOR(A) ou seu representante legal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cuja conveniência da continuidade desta será, neste mesmo prazo, oportunamente avaliada pelo (a) LOCADOR (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Findo o prazo contratual, se o(a) LOCATÁRIO(A) permanecer no imóvel por mais de 30 (trinta) dias sem oposição do(a) LOCADOR(A), ficará presumida a prorrogação da locação por tempo indeterminado, sendo mantidas as demais cláusulas deste contrato, devendo no entanto comunicar a procuradora do(a) LOCADOR(A) com antecedência de 30 (trinta) dias, caso queira desocupar o imóvel.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ocorrendo a prorrogação da locação, poderá o(a) LOCADOR(A) solicitar a qualquer tempo, a devolução do imóvel concedendo ao LOCATARIO(A) 30 (trinta) dias para que realize a desocupação do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO ALUGUEL E SUAS CORREÇÕES: O valor mensal do aluguel livremente convencionado entre as partes é de R$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais), e serão pagos pelo(a) LOCATÁRIO(A), em moeda corrente nacional, impreterivelmente no dia 05 de cada mês, na sede da empresa procuradora(Obrigação *Portable*), podendo ainda ser realizada a cobrança através de boletos bancários emitidos pela **ZANDONÁ IMÓVEIS**, cujos estes serão lançados em nome do LOCATÁRIO(A) **(Sacado), com vencimento máximo para 03 (três) dias após ocorrido a data do vencimento do aluguel conforme indicado neste instrumento.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso do não pagamento do aluguel como ajustado acima ou mesmo diante do não pagamento do(s) boleto(s) na(s) datas acima aprazadas consoante estabelecido a cláusula segunda, o LOCATÁRIO(A) concorda expressamente que a(s) instrução(ões) do(s) referido(s) boleto(s) eventualmente emitido(s), seja(m) lançada(s) a incidência de multa diária e respectivas correções conforme descritas na cláusula quinta (cláusula Penal) deste instrumento (juros, correção e multa).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Oaluguel sofrerá correção anual acumulada automaticamente, ou em menor dos prazos caso venha a lei permitir, e terá por base a variação do índice Geral de Preço Mercado (IGP-M). Na falta ou impedimento de sua utilização, este índice será substituído por outro que o Governo Federal venha a fixar para tal fim, ou ainda, na falta deles, pelo índice que reflita a inflação do período.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica desde já, convencionado entre as partes contratantes que, se a legislação vier a permitir reajuste do valor do aluguel com periodicidade inferior a prevista nesta cláusula, o novo prazo de reajuste fixado pelo Governo Federal passará a ser adotado na locação ora contratada, imediatamente à vigência da nova lei eventualmente editada.

PARÁGRAFO QUARTO: Os cheques que eventualmente o(a) LOCADOR(A) por liberalidade venha a aceitar, sem que isto constitua em modificação das condições aqui estabelecidas, se devolvidos por insuficiência de fundos ou por qualquer outro vício, anulam a quitação fornecida, tornando o(a) LOCATÁRIO(A) inadimplente par todos os efeitos legais,

sujeitando-o a ação de despejo e as penalidades previstas neste contrato, além das despesas efetivas em função da devolução da referida cártula.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo para pagamento dos aluguéis e demais encargos é improrrogável e qualquer atraso permitido não implica em moratória, mas apenas em mera tolerância do(a) LOCADOR(A), não podendo ser invocado, em nenhuma ocasião, pelo(a) LOCATÁRIO(A), como fato modificativo de quaisquer das obrigações assumidas pelo mesmo neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: Além do aluguel mensal, o(a) LOCATÁRIO(A) pagará aos órgãos Competentes diretamente ou por intermédio da ZANDONÁ IMÓVEIS, as taxas de luz e energia elétrica, de água e esgoto, limpeza urbana e outras cobradas pelo Município ou Estado que recaiam sobre o imóvel locado, as despesas normais e ordinárias de condomínio durante todo o período de locação, na forma que melhor convier ao(a) LOCADOR(A).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Tratando-se de imóveis construídos no mesmo lote ou terreno, e que não tenham convenção de condomínio, os valores dos tributos e encargos locatícios serão divididos proporcionalmente a área de cada um.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As respectivas faturas de água e energia elétrica, deverão ser transferidas para o nome do(a) LOCATÁRIO(A) e apresentadas na sede da ZANDONÁ IMÓVEIS em até 05 (cinco) dias após a assinatura deste instrumento, sob pena de descumprimento contratual;

CLÁUSULA QUARTA - DOS AVISOS E COMUNICAÇÕES: Todos os avisos, comunicações, circulares ou intimações endereçadas ao(a) LOCADOR(A) pelo órgão público ou sindico, deverão ser imediatamente entregues a ZANDONÁ IMÓVEIS, sob pena de passar o(a) LOCATÁRIO(A) responsável por multas, juros, custas e quaisquer outros acréscimos decorrentes de sua omissão e perdas e danos ocasionados ao(a) LOCADOR(A).

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES: O pagamento de aluguéis e encargos locativos legais e contratuais após seu vencimento será automaticamente acrescido da multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor total de débito, sendo encaminhado à Assessoria Jurídica da empresa para cobrança. Nesta hipótese, serão ainda devidos pelo LOCATÁRIO(A) as despesas decorrentes de honorários advocatícios de 20,00% (vinte por cento) sobre o total do débito mais correção monetária cumulativamente até a efetiva liquidação. Caso o atraso exceda a 30 dias, incidirão ainda, juros de 1,00% (um por cento) ao mês, calculado sobre o valor vencido e não pago, independente do ajuizamento ou não das medidas judiciais cabíveis para o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DO USO E DESTINAÇÃO: O imóvel, objeto da presente locação é destinado exclusivamente para fins residenciais, não sendo permitida a alteração do seu uso e/ou destinação sob qualquer pretexto, assim como é vedada a sublocação, empréstimo ou cessão de locação, no todo ou em parte, sem que haja a prévia e expressa autorização, por escrito, do(a) LOCADOR(A).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada ainda no imóvel ora locado, a realização de festas e/ou qualquer outro tipo de manifestação que contrariem as normas previstas no art. 42 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 03/10/41), bem como do art. 54 da Lei n°.9.605, de 12 /02/ 1998.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso haja infração dos dispositivos legais supra, fica o presente contrato automaticamente rescindindo, sem prejuízo dos encargos constantes da cláusula quinta deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - BENFEITORIAS E CONSTRUÇÕES: O(A) LOCATÁRIO(A) não poderá, sob qualquer hipótese realizar benfeitorias e/ou construções no imóvel ora locado sem prévia anuência, por escrito do(a) LOCADOR(A), quando então, deverão ser estabelecidas as condições para estas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso este preceito venha ser descumprido, realizando o(a) LOCATÁRIO(A) obras sem autorização prévia, fica ainda convencionado entre as partes que, quer sejam necessárias, úteis ou voluptuárias tais obras, este ficará obrigado a removê-las caso assim o(a) LOCADOR(A) estabeleça.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o(a) LOCADOR(a), por mera liberalidade resolva receber o imóvel nas condições em que ele se encontre, não terá o(a) LOCATÁRIO(A) nenhum direito à indenização por eventual(is) obra(s) que tenham sido edificadas no imóvel locado, assim como, não haverá ainda o direito do mesmo exigir a retenção do imóvel, restando aderidas as eventuais obras ao bem locado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedada a fixação de pregos nas paredes, portas e/ou janelas, armazenamento de materiais explosivos, inflamáveis e/ou que exalem mau cheiro nas dependências do imóvel locado.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONSERVAÇÃO E RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL: Fica ainda estabelecido que para fins de constatação do cumprimento dos exatos termos do Laudo de Vistoria já mencionado no preâmbulo, o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A ZANDONÁ IMÓVEIS, receberá as chaves do imóvel ora locado ao final do contrato somente após vistoria regular realizada por seu representante na presença do(a) LOCATÁRIO(A), valendo o Laudo de Vistoria para todos os efeitos legais, como prova de possível (is) dano(s), avaria(s), defeito(s) e/ou prejuízo(s) causado(s) pela(o) LOCATÁRIO(A):

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se por qualquer razão o(a) LOCATÁRIO(A) não comparecer à realização da vistoria, sem justifica-la em até 24 horas, a sua ausência autorizará a(o) LOCADOR(A) promover a(s) medida(s) acautelatória(s) cabível(is) visando a realização de perícia técnica judicial para a verificação do estado do imóvel locado, cujas custas decorrentes serão acrescentadas ao débito do LOCATÁRIO(A), que continuará a responder pelo inadimplemento dos alugueres e demais encargos, devidamente corrigidos, até que se dê o efetivo pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ZANDONÁ IMÓVEIS poderá recusar o recebimento das chaves, caso o(a) LOCATÁRIO(A) no ato de sua entrega, não faça a prova da quitação de todos os encargos da locação e demais obrigações deste instrumento (luz, água, condomínio, impostos, taxas, etc.)

CLÁUSULA NONA - DA VISTORIA DURANTE A LOCAÇÃO E VISITAS DE POSSÍVEIS COMPRADORES E CORRETORES: Fica assegurado ao(a) LOCADOR(A) ou a sua procuradora durante toda a vigência da locação, o direito destes vistoriarem o imóvel sempre que julgar conveniente, direito este extensivo a terceiros, caso o(a) LOCADOR(A) deseje vender o imóvel locado, ficando acordado, desde já com o LOCATÁRIO(A), que os dias das vistorias e/ou visitas serão previamente comunicada entre as partes signatárias deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Durante a(s) visita(s), se constatado pelo(a) LOCADOR(A) ou sua procuradora a existência de eventuais danos no imóvel locado, o(a) LOCATÁRIO(A) terá o prazo de 7 (sete) dias para repará-los, sob pena de rescisão deste contrato, sem prejuízo das demais obrigações legais previstas, inclusive perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEFEITOS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E OUTRAS: Quaisquer reclamações ou observações, a respeito do funcionamento das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias ou outras não constantes no Laudo de Vistoria inicial, serão recebidas se feitas por escrito, dentro de 5 (cinco) dias, contados da data do início do Contrato de Locação. Após a fluência deste prazo, caberá o(a) LOCATÁRIO(A) todas as despesas de substituição e consertos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CITAÇÕES, NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES: O(A) LOCATÁRIO(A) e respectivos fiadores eventualmen-

te nominados neste contrato, em conformidade com o que dispõe o artigo 58, iv da Lei 8.245/91, aceitam expressamente em decorrência de eventuais pendências oriundas desta locação, serem citados, notificados ou intimados, mediante telefone, e-mail, carta registrada ou qualquer outro meio judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na possibilidade de o(a) LOCATÁRIO(A) se ausentar do Brasil por mais de 30 (trinta) dias por qualquer motivo, o(a) LOCATÁRIO(A) outorga, desde já, por este instrumento, procuração em nome do(s) fiadores qualificados neste contrato, com poderes especiais para receberem em conjunto ou separadamente, citações e intimações em seu nome.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO: O presente contrato ficará rescindido de pleno direito independentemente de qualquer aviso, notificações ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista ao(a) LOCATÁRIO(A) direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

i) ocorrência de qualquer evento ou incêndio do imóvel locado, que impeça sua ocupação, mesmo sem culpa do(a) LOCATÁRIO(A) e dos que estão sob sua responsabilidade;

ii) processo de desapropriação, total ou parcial;

iii) qualquer outro fato que obrigue a interdição do imóvel locado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MULTA POR RESCISÃO: Sujeitar-se á o(a) LOCATÁRIO(A), além da rescisão contratual de pleno direito e consequente despejo, ao pagamento da multa de 2 (dois) vezes o valor do aluguel vigente devidos a época da infração proporcional ao tempo do contrato à cumprir, mais perdas e danos ocasionados ao imóvel, se ocorrerem os seguintes eventos:

i) infração de qualquer cláusula deste contrato;

ii) concordata ou falência dos eventuais Fiadores, se pessoas jurídicas; insolvência, incapacidade ou mudança para outro Estado ou mesmo para o Exterior, se pessoa física, deixando o(a) LOCATÁRIO(A), independentemente de interpelação e dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do fato, de apresentar novos Fiadores, provando a respectiva idoneidade e solvência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DEVOLUÇÃO ANTECIPADA DO IMÓVEL: Se o LOCATÁRIO(A) devolver o imóvel locado antes do vencimento do prazo ajustado na cláusula primeira deste, pagará ao(a) LOCADOR(A) a multa compensatória de 2 (dois) vezes o valor do aluguel vigente devidos a época da infração proporcional ao tempo do contrato à cumprir:

PARÁGRAFO ÚNICO: Após 12 meses de vigência do contrato, o(a) LOCATÁRIO(A) poderá resilir o presente contrato, devolvendo o imóvel ora locado, desde de que comunique por escrito, com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência ao(a) LOCADOR(A), ficando assim isenta da multa rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CORREÇÃO NA INFRAÇÃO: Na hipótese de haver cobrança judicial o(a) LOCATÁRIO(A), além das despesas processuais, pagará ainda o mesmo os honorários advocatícios, na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido pelo IGP-M (índice Geral de Preços Mercado), correção está a ser feita inclusive sobre as multas e os valores relativos as perdas e danos constatados no imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se constatada a inobservância a qualquer condição ou cláusula deste contrato, sobretudo a relativa ao estado de conservação do imóvel, e mesmo que o(a) LOCATÁRIO(A) venha a optar pelo depósito das chaves em juízo ou fora dele, responderá o mesmo, pelos aluguéis e demais encargos da locação até a data em que forem atendidas as exigências constantes deste contrato, do Laudo de Vistoria assinado pelas partes, e ou de termo final da perícia judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO E REGULAMENTO INTERNO: Tratando-se de imóvel em condomínio fica o(a) LOCATÁRIO(A) obrigado a respeitar e fazer respeitar a Convenção e o Regulamento Interno do Edifício, por si, seus dependentes, visitantes e terceiros, cujos termos declara conhecer.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS SUCESSORES E HERDEIROS: Este contrato obriga as partes contratantes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA OBRIGAÇÃO DO LOCATÁRIO APÓS O RECEBIMENTO DAS CHAVES: O(A) LOCADOR(A) não responderá após a entrega das chaves o(a) LOCATÁRIO(A), por qualquer furto ou roubo de bens pertencentes ao mesmo ou de terceiros, porventura existentes no imóvel. Caberá o(a) LOCATÁRIO(A) fazer as alterações do segredo das chaves do imóvel ora locado, se assim o deseja

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: Elegem as partes o foro de Água Boa-MT para dirimir qualquer litígio referente a este contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor para as finalidades legais, perante as 2 (duas) testemunhas abaixo.

Água Boa-MT, 30/01/2018.

_____

Zandoná e Zandoná Ltda - Me

_____

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Do Médio Araguaia – CODEMA

Locatário(a)

Fernando Gorgen

(representante Legal)

Testemunhas	
Taleny A. De Paula Fasolo Cpf:058.279.821-30	Jonathan Barbosa Prado Cpf:015.724.301-09

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 012/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR BOM PRINCÍPIO.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 3.789,36 (Três mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e seis Centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 021/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JANDIRA.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 3.490,20 (Três mil quatrocentos e noventa reais e vinte Centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

OFÍCIO N° 046/2018/ADM/GRHGP/PMAB

Água Boa - MT, 16 de abril de 2018.

Referência: Convocação – Concurso Público 001/2016 – Água Boa/MT.

Senhor ALISSON ANDRÉ PEREIRA E SILVA

Conforme solicitação feita através de contato via telefone em ***13 de abril de 2018 (sexta-feira)*** Informamos o que segue abaixo:

O Concurso Público nº 001/2016, foi HOMOLOGADO através do DECRETO MUNICIPAL Nº 3102, De 25 de agosto de 2018, publicado em 28/08/2018 D.O. AMM nº 2.802.

Vossa Senhoria foi classificado em 2º lugar no cargo de: ENCANADOR REDE DE ÁGUA. Vossa **CONVOCAÇÃO** saiu em **15 de janeiro de 2018 – EDITAL DE CONVOAÇÃO Nº 006**, publicado em 15/01/2018 sob reg. Nº 492/18.

Vossa Senhoria se apresentou pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, situada na Av. Planalto, nº 410, Cetro, em **08 de fevereiro de 2018**, de posse de todos os documentos exigidos para posse do cargo, conforme pode ser comprovado *PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS* em anexo.

Vossa Senhoria requereu junto ao DEMAE, através do **REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DA POSSE EM CARGO PÚBLICO, datado em 08 de ferreiro de 2018**, solicitando o adiamento da posse do cargo de Encanador Rede de Água a Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente, **PARA O DIA 22/02/2018**, cópia em anexo.

De acordo com o Decreto Municipal nº 3099, De 11 de agosto de 2017,

CAPITULO III – DA POSSE, ***Art. 9º*** *O candidato nomeado deverá, dentro do prazo de posse, comparecer à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, munido dos documentos (fotocópias e originais) constantes no Anexo II, para tomar posse no cargo público efetivo.*

Parágrafo único. *Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrerdentro do prazo legal, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000.*

A Lei Complementar nº 009, De 10 de março de 2000, que "***Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências*****",** é bem clara na **Seção IV – Da Posse e do Exercício**, ***Art. 14*** *Posse é aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado****.*** **§ 1º A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.** ***§ 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 1º. deste artigo.***

De acordo com a legislação acima citada, Vossa Senhoria deveria ter-se apresentado no dia 22/02/2018, para tomar Posse no Cargo de Encanador de Rede de Água, o qual foi aprovado, ***desta forma torna-se sem efeito o ato de provimento e posse.***

É o que temos a informar.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

VALDETE PADILHA DE LIMA

Gerente de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 020/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR AGROVILA CENTRAL

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 11.667,24 (Onze mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 019/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GISSELDA TRENTIN.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 13.247,64 (Treze mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 018/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR CATARINA LÚCIA ZANDONÁ.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 24.152,16 (Vinte e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e dezesseis Centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 017/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DA ALEGRIA.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 32.533,32 (Trinta e dois mil quinhentos e trinta e três centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 016/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR CECÍLIA MEIRELES.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 29.198,88 (Vinte e nove mil cento e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 028/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 028/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº 3161/2018 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 028/2018.

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de Veículo

REALIZAÇÃO: 04/05/2018

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário local.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 17 de abril de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE CONVÊNIO Nº. 015/2018.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR ERMINDO MENDEL.

OBJETO: Repasse financeiro pelo Município tendo como objetivo a transferência de recursos para a manutenção da Escola.

RECURSOS: R$ 17.573,40 (Dezessete mil quinhentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA: Água Boa – MT, 15 de abril de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto Nº. 3136/2017, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 17/04/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços, que teve como vencedoras as empresas: L. FERNANDES DA CUNHA – ME, CNPJ: 09.608.369/0001-56; GEISON MENEGHINI CASA DE CARNES – EPP, CNPJ:29.153.470/0001-77 e SUPER MACHADO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ: 04.084.183/0001-21.

Água Boa M/T, 17 de abril de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 21/2018 PREGÃO N°017/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 36/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2018

No dia 17 do mês de Abril do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2018, Processo Licitatório nº. 36/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3665	ARIMAR ARCANJO DA SILVA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARIMAR ARCANJO DA SILVA	28.634.468/0001-57	ARIMAR ARCANJO DA SILVA	460.476.894-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3665 - ARIMAR ARCANJO DA SILVA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CASCALHO, DO TIPO LATERITICO EXPURGO DE JAZIDA EXECUCAO DE REVESTIMENTO PRIMARIO DE VIAS (CONSTRUCAO E RESTAURACAO DE VIAS), M3.	M3		6.000,000	5,5000	33.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,17 de Abril de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ARIMAR ARCANJO DA SILVA CNPJ: 28.634.468/0001-57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor por Item, no **dia 03 de maio de 2018, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DESTE PODER EXECUTIVO,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 17 de abril de 2018. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 004/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, TREINAMENTOS, OFICINAS, WORKSHOPS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item(ns) a seguir: ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIYODA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 09.359.540/0001-30, ITENS 1, 2 e 3, com o valor total de R$ 54.580,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos e oitenta reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail:licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças - MT, 17 de abril de 2018.**Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 36/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 004/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item(ns) a seguir: ARIMAR ARCANJO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o

n° 28.634.468/0001-57, ITEM 1, com o valor total de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais. Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças - MT, 17 de abril de 2018.**Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 20/2018 PREGÃO N°020/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 45/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2018

No dia 17 do mês de Abril do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2018, Processo Licitatório nº. 45/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, TREINAMENTOS, OFCINAS, WORKSHOPS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1720	ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIYODA - ME	1, 2, 3
2917	LUCIANO DOURADO RIBEIRO - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIYODA - ME	09.359.540/0001-30	ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIY	266.188.248-00
LUCIANO DOURADO RIBEIRO - ME	17.733.756/0001-42	LUCIANO DOURADO RIBEIRO	580.488.711-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, TREINAMENTOS, OFCINAS, WORKSHOPS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1720 - ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIYODA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BOLO CONFEITADO, tradicional, com recheio e cobertura.	KG		300,000	37,0000	11.100,00
2	SANDUICHES - REFEICAO PREPARADA LANCHE DO TIPO SANDUICHE NATURAL CONTENDO: PAO DE FORMA, PRESUNTO, MUSSARELA, TOMATE, CENOURA RALADA, MILHO, FRANGO DESFIADO, ALFACE E MAIONESE.	UN		600,000	5,8000	3.480,00
3	SALGADINHOS PARA FESTA - REFEICAO PREPARADA DO TIPO MINI SALGADOS VARIADOS CONTENDO: COXINHA, RISOLES, BOLINHA DE QUEIJO, PASTEL, KIBE, ESFIHA E EMPADA.	CT		1.000,000	40,0000	40.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,17 de Abril de 2018.

_____

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ELESANGELA LIMA DE OLIVEIRA TIYODA - ME CNPJ: 09.359.540/0001-30 _____

LUCIANO DOURADO RIBEIRO - ME CNPJ: 17.733.756/0001-42 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA 013/2018 CHAMADA PÚBLICA 001/2018 - RETIFICAÇÃO DE RESULTADO

A CPL informa que na publicação efetuada no Diário Oficial de Contas/ TCE do dia 11/04/2018 pág. 18, no Diário Oficial dos Municípios AMM no dia 10/04/2018 pag. 10 e no Diário de Cuiabá dia 10/04/2018 pag. A11: referente ao resultado da Chamada da Agricultura Familiar. **Onde-se lê:** importância total de R$ 23.400,00 (Vinte e três mil e quatrocentos reais). **Deve-se lê:** importância total de **R$ 20.124,00 (Vinte mil cento e vinte e quatro reais),** parao credor **MARLENE ALVES SAMPAIO SANTOS.** Maiores informações, pelo fone: (66) 3496-1448. Alto Taquari, 17 de abril de 2018. Renata Fermino de Oliveira – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 128/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 128/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **CLAUDIO REAL MENDES**

CNPJ/CPF**: 017.585.961-20**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **30** Lote: **03**

Endereço**: Rua dos Girassois, 752** Bairro**: Residencial Furlan** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: **Rua Soares de Jesus, n° 466** – Bairro: **Residencial Furlan**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 22 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORT 93 2018 NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear a servidora **Fabiana da Silva Ramos,** ocupante do cargoefetivo de Auxiliar Administrativo, matricula nº 1296, para exercer a função gratificada de **Gerente de Protocolo e Arquivo Geral,** da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2.º - Designar a mencionada servidora para ser responsável pelo Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Araputanga.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 02/04/2018**, revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº 31/2017.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 94/2018, REVOGAÇÃO DA PORTARIA 15/2018, LICENÇA PRÊMIO.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 15/2018, DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº 15/2018 de 01/02/2018, a qual Concede licença prêmio ao servidor **Sebastião Barbosa de Melo**, matrícula nº 1289, ocupante do cargo efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 07/04/2009 a 06/04/2014, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Ficando os restantes de dias para liberação posterior.

Art. 2.º - Ficando o servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dia do mês de abril (02) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 173/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 173/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **JOÃO ANTONIO PASTORINI NETO**

CNPJ/CPF: **054.776.609-29**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **20** Lote: **01, 02 e 03**

Endereço**: Rua das Pitas, 608** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: **Av. Aldo Ribeiro Borges, 304, Qd 04 Lt 18** Bairro: **São Sebastião**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 171/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 171/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **ADEMIR RODRIGUES**

CNPJ/CPF: **523.128.011-91**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **17** Lote: **14**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 527** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 169/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 169/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **JOÃO LEMOS DOS REIS**

CNPJ/CPF: **207.422.821-04**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **17** Lote: **08**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 605** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 168/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 168/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **MARIA DA GLORIA SOUZA FREITAS**

CNPJ/CPF: **016.811.731-23**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **17** Lote: **06**

Endereço**: Rua das Pitas, 570** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço:**Av. Marechal Rondon, 859** Bairro: **Centro**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 167/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 167/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **ELY ANTONIO DE SOUZA**

CNPJ/CPF: **202.667.071-49**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **15** Lote: **05 e 06**

Endereço**: Av. das Camelias, 424** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 166/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 166/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **JOÃO ILIDIO DA SILVA FILHO**

CNPJ/CPF: **496.250.801-63**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **15** Lote: **04**

Endereço**: Av. das Camelias, 412** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 164/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 164/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **MAURA SERVINO MARQUES**

CNPJ/CPF: **033.677.301-00**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **13** Lote: **11**

Endereço**: Rua Oridia Pimenta da Conceição Carvalho,497** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 163/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 163/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **EDIMAR TABOA**

CNPJ/CPF: **906.580.271-15**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **11**

Endereço**: Rua Oridia Pimenta da Conceição Carvalho,385** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 162/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 162/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **CLEUDMAR FURTADO DA SILVA**

CNPJ/CPF: **828.630.401-20**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **09**

Endereço**: Rua Oridia Pimenta da Conceição Carvalho,411** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: **Rua Rua Oridia Pimenta da Conceição Carvalho,425** Bairro: **Loteamento Carvalho**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no*

*terreno; **II** – Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 161/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 161/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **ADRIANA DUTRA DOS SANTOS**

CNPJ/CPF: **886.395.091-15**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **04**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 358** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

***Art. 1º** - Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

***Art. 3º** - Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos: **I** – A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno; **II** – Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 159/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 159/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **MARIA JOSE DA SILVA**

CNPJ/CPF: **513.153.351-15**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **02**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 334** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

***Art. 1º** - Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

***Art. 3º** - Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos: **I** – A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno; **II** – Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 158/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 158/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **CECILIA SERVINO MARQUES E OUTROS**

CNPJ/CPF: **003.736.251-89**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **01**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 322** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: **Rua Pantanal, 106** Bairro: **Cidade Alta**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

***Art. 1º** - Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

***Art. 3º** - Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos: **I** – A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno; **II** – Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 157/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 157/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **ROSELI MARIA DE SOUZA NEVES**

CNPJ/CPF: **787.193.211-04**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **11** Lote: **12**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 339** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 155/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 155/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **AMARILDO DUTRA DA SILVA**

CNPJ/CPF: **483.442.221-68**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **11** Lote: **09**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 375** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 153/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 153/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **ALESSANDRA DE SOUZA FERREIRA**

CNPJ/CPF: **057.032.681-84**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **10** Lote: **03**

Endereço**: Rua das Camelias, 288** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 051/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 051/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **NELMA MARTA DE OLIVEIRA**

CNPJ/CPF**: 749.919.492.20**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **17** Lote: **02 e 03**

Endereço**: Rua Vitoria Regia** Bairro**: Residencial Furlan** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Quadra: **43** Lote**: 03**

Endereço: **Rua Portugal, n° 229** – Bairro: **Cidade Alta**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 13 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 151/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 151/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **GESSIRA MARTINS PEREIRA**

CNPJ/CPF: **536.092.631-72**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **09** Lote: **01A**

Endereço**: Rua das Hortencias, 186** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Fazenda Alvorada – Zona Rural Município**: Reserva do Cabaçal**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 148/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 148/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **WESLEY ROLINDO PESSOA**

CNPJ/CPF: **939.264.991-68**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **07** Lote: **04**

Endereço**: Rua 12 de Outubro, 282** Bairro**: LOTEAMENTO CARVALHO** – Araputanga/MT

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 082/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 082/2018

AUTUADO

Nome/R. Social: **MAURI DE OLIVEIRA CANDIDO**

CNPJ/CPF**: 967.831.841.53**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **22** Lote: **01 / 02 e 14**

Endereço**: Rua Portugal. 780** Bairro**: Residencial Furlan** – Araputanga/MT

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço: **Rua Atlantica, n°338** – Bairro: **Cidade Alta**

Conforme o disposto na ***Lei Municipal nº 1104/2014:***

Art. 1º *- Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos senhores proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou de outros meios adequados.*

Art. 3º *- Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:* ***I*** *– A capinagem mecânica e/ou roçagem do mato eventualmente crescido no terreno;* ***II*** *– Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.*

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste**, conforme previsto na presente Lei. Ficando obri-

gado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga/MT, 14 de Março de 2018.

MANOEL FERREIRA SOBRINHO

FISCAL MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO REGULAMENTAR 001.2018

DECRETO REGULARMENTAR Nº 001/2018

EMENTA*:** Regulamenta a Lei Municipal n° 1.339 de 08 de abril de 2018 que "*Instituiu Programa e Incentivo a Arrecadação, Autoriza Aquisição de Prêmios para Sorteio de Cupons Fiscais e Notas Fiscais Através da Campanha* ***Nota Premiada*, Abertura de Crédito Especial,*" e dá outras providências.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito do Município de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de Direito Público, observado o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal de Arenápolis/MT, e o Art. 13 da Lei Municipal n° 1.339/2018 de 05 de abril de 2018, expede:

DECRETO REGULAMENTAR

a fim de suprimir a omissão existente no texto da Lei Municipal n° 1.339/2018, mais precisamente no tocante a quantidade devida de cupons aos participarem da promoção Nota Fiscal Premiada, que apresentarem nota(s) fiscais ou cupom (s) fiscais cujos valores sejam entre R$ 701,00 (setecentos e um reais) e R$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 1º - Fica estipulado que os participantes que apresentarem nota(s) ou cupom(s) fiscais cujos os valores sejam entre R$ 701,00 (setecentos e um reais) e R$ 800,00 (oitocentos reais), terão direito a receber 08 (oito) cupons de participação da campanha Nota Fiscal Premiada, instituída pela Lei Municipal n° 1.339/2018.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 16 DE ABRIL DE 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP – CPF Nº 786.970.268–49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 047/2018

AO CONTRATO Nº 188/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO D. NAIR TOCHEN - BSCC 2,50 X 2,50M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 046/2018

AO CONTRATO Nº 187/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO CÓRREGO DO JUAREZ - BSCC 2,0 X 2,0M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 045/2018

AO CONTRATO Nº 186/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO SÍTIO SÃO MARCOS - BSCC 2,0 X 2,0M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 044/2018

AO CONTRATO Nº 185/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO LAMOM - BSCC 2,0 X 2,0M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 048/2018

AO CONTRATO Nº 189/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E

EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO CÓRREGO DO GOIANO - BSCC 2,50 X 2,50M.

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO ADITIVO Nº. 052/2018

AO CONTRATO Nº 195/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NESTE MUNICÍPIO, SENDO PAVIMENTAÇÃO EM TSD, MEIO FIO, SARJETA, DRENAGEM PROFUNDA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONTEMPLANDO AS RUAS: RUA CEREJEIRAS, TRAVESSA AMAPÁ, RUA RIO GRANDE DO SUL, AVENIDA JOÃO PAULO II, RUA MISSIONÁRIO DANIEL BERG, RIO GRANDE DO NORTE E AVENIDA JOSE MARELLO REFERENTE O CONVENIO Nº 816317/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº1022763-93/2015; *MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;* ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA 29/04/2018 A 26/09/2018 E EXECUÇÃO 1º/05/2018 A 26/09/2018**.**

GABINETE DO PREFEITO
SÉTIMO ADITIVO Nº. 053/2018

AO CONTRATO N° 132/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO NA COMUNIDADE MILAGROSA, COM ÁREA DE 660,00 M² E METRAGEM 22X30M, INCLUÍDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA; JV DE OLIVEIRA SILVA ME*;* ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/07/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 007/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de lubrificantes do tipo "óleos, aditivos, fluidos e graxas" destinados a frota de veículos pertencentes às Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã**. Início da Sessão: **Dia 02/05/2018, às 08h00-min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site *http://www.aripuana.mt.gov.br,* pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 17 de abril de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 043/2018

AO CONTRATO Nº 184/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO CÓRREGO EDUARDO VALADARES-BSCC 1,50X 1,50M.

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 049/2018

AO CONTRATO Nº 190/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA 17/04/2018 A 16/07/2018 E EXECUÇÃO 29/04/2018 A 16/07/2018; BUEIRO ZÉ DO TORNO - BSCC 2,0 X 2,0M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 050/2018

AO CONTRATO Nº 191/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO ZÉ CORREIA - BSCC 2,0 X 2,0M.

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 042/2018

AO CONTRATO Nº 183/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA 17/04/2018 A 16/07/2018 E EXECUÇÃO 29/04/2018 A 16/07/2018; BUEIRO CÓRREGO JOÃO PEZÃO - BSCC 2,50 X 2,50M.

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 051/2018

AO CONTRATO Nº 192/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVENIAM Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E

EXECUÇÃO 17/04/2018 A 16/06/2018; BUEIRO MILANE - BSCC 2,0 X 2,0M.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 – PP 002/2018

Assunto: Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos hospitalares no PA – Pronto Atendimento anexo ao PSF Dona Didi, com a realização de plantões médicos e consultas, com a presença de no mínimo um profissional médico durante a execução dos serviços**, conforme especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 002/2018 - SMS, nos termos da legislação vigente.

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, no uso de sua competência e tendo com prerrogativas aos regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8666/93 bem como:

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua esfera, com fundamento no teor do Artigo 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

Considerando o arrazoado contido no Processo nº 136964/2018, do TCE, referente possíveis irregularidades no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 002/2018, tende à anulação do certame e de todos seus atos.

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **ANULAR** o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 002/2018, determinando ao Departamento de Licitações e Contratos que apresente novamente Termo de Referência para abertura de novo procedimento licitatório.

Publique-se.

Ao fim, arquive-se

Barão de Melgaço, 17 de abril de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 – SRP.

DATA e LOCAL: Dia 02 de maio de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual locação de máquinas e caminhões caçamba, para atender a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Viação e Obras do município de Barão de Melgaço, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 001/2018 - SMIEVO, nos termos da legislação vigente.

CREDENCIAMENTO: Das 8:30 até às 09:00 (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas pelo telefone (65) 3331-1431, através do sitio www.baraodemelgaco.mt.gov.br ou através do email: licitacao.barao@gmail.com.

Barão de Melgaço, 18 de abril de 2018.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LEI Nº 3.967 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

Projeto de Lei nº 017/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal.

“Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças a celebrar convênio com a Faculdades Unidas do Vale do Araguaia para os fins que menciona”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ANGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Barra do Garças, autorizada a celebrar convênio com a Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, através da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, visando o desenvolvimento de ações e serviços de estágio curricular supervisionado, sem vínculo empregatício aos acadêmicos da área de Ciências Agrárias

Parágrafo Único – Demais normas estarão prevista no Termo de Convênio a ser firmado posteriormente.

Artigo 2º - O convênio celebrado ficará submetido aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações legais.

Artigo 3º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 16 de abril de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.616 DE 06 DE ABRIL DE 2.018.

“Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, referente ao quinquênio 2012/2017, ao servidor **CRISTIAN FERNANDES DUARTE**, lotado na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Apoio Administrativo Educacional – AAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RENOVAÇÃO LICENÇA AMBIENTAL

"O Município de Barra do Garças - MT, CNPJ: 03.439.239/0001-50, Sediado à Rua Carajás, nº 522, Centro", torna público que Requereu à SEMA/MT, Juntada ao processo n° 701134/2013, para renovação da LI – Licença de Instalação, para Reforma e ampliação do Porto do Baé localizado

à Rua Pio XII, Margem Esquerda do rio Araguaia, Município de Barra do Garças - MT.

PORTARIA Nº 13.626 DE 10 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 10 de abril de 2018, do cargo comissionado de Agente de Proteção da Aviação Civil (APAC)– Operador de Raio X, junto à Secretaria Municipal de Turismo (DAS-2), o Sr. **MARCOS DIONES LIMA NASCIMENTO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.619 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio Janeiro 2013/Dezembro 2017, à servidora **EVA FERNANDES DE SOUZA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.621 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 02 de abril de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Coordenadora do Departamento de Gestão do SUS (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. **MARIA GORETE DE AQUINO VASCO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.622 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 09 de abril de 2018, do cargo comissionado de Diretora de Divisão de Programas e Convênios (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras, a Sra. DAIANE DA SILVA SOUSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.520, de 13 de março de 2018.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.614 DE 06 DE ABRIL DE 2.018.

"Concede função gratificada à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder à servidora **SIMONY KARLA BERLATTO**, função gratificada para exercer em comissão a Chefia da Seção de Projetos (DAI-1), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.620 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 31 de março de 2018, do cargo comissionado de Coordenadora de Controle Avaliação e Auditoria (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. **MARIA GORETE DE AQUINO VASCO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.415, de 18 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.624 DE 10 DE ABRIL DE 2.018.

Dispõe sobre elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 083/2004, bem como Lei Complementar nº 096/2006, c/c Artigo 40, § 1º inciso III, "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional Nº 41/2003,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder elevação de Nível, permanecendo na mesma Classe, em virtude do advento da aposentadoria, ao servidor abaixo:

NOME	CLASSE/ NÍVEL	CARGO	SECRETARIA
LUIZ DAVI BARBOSA	A / 9	Auxiliar de Serviços Gerais	Planejamento Urbano e Obras

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.990 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº 3.822, de 13 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1° – Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal Antidrogas –COMAD, os seguintes membros Titulares e respectivos Suplentes:

Mesa Diretora:

Presidente: **EDUARDO DOS SANTOS VIEIRA**

Vice-Presidente: **DYUNDY ARAUJO MAKISHI**

Secretária Executiva: **CRISTIANI APARECIDA BRITO SILVA**

Comitê de Fundo:

a) **KATIUSCIA ALVES DA SILVA ALMEIDA**

b) **SILVIA BRAGA DOS SANTOS DOBERSTEIN**

c) **NATHALIA VIEIRA LUZ**

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: **LUANNA MARIA DOS SANTOS MARTINS**

Suplente: **MISILVA DE LIMA**

II - Secretaria Municipal de Saúde – Saúde Mental:

Titular: **EDUARDO VIEIRA DOS SANTOS**

Suplente: **SILVIA BRAGA DOS SANTOS DOBERSTEIN**

III - Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: **DYUNDI ARAUJO MAKISHI**

Suplente: **CREONICE BARRETO S. ALMEIDA**

IV - Secretaria Municipal de Educação:

Titular: **NATHALIA VIEIRA LUZ**

Suplente: **PRISCILA ASSENCIO SILVA**

V - Conselho Tutelar:

Titular: **KATIUSCIA ALVES DA SILVA ALMEIDA**

Suplente: **ELIANE ARAÚJO DOS SANTOS**

ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

I - Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica – Rede de Frente:

Titular: **ANDREA CRISTINE OLIVEIRA COSTA GUIRRA**

Suplente: **THATYANE MOREIRA**

II - Polícia Judiciária Civil:

Titular: **ISMÊNIA VANESSA**

Suplente: **GELZA MOREIRA DOS SANTOS FARIA**

III - Polícia Militar:

Titular: **3°. SGT PM LUIS FERNANDES PIMENTEL**

Suplente: **CB PM LEIVA CRISTINA MORAES**

IV - Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças - CDL:

Titular: **JOSÉ VITORINO NETO**

Suplente: **MARLON PITÁGORAS FARIA SILVEIRA**

V - União de Associação de Moradores de Bairro - UAMB:

Titular: **MANOEL CANDIDO RESENDE**

Suplente: **ONOFRE SEBASTIÃO DE SOUZA**

VI - Faculdades Unidas do Vale do Araguaia - UNIVAR:

Titular: **STELLA RICO RIBEIRO**

Suplente: **ALYNE FARIAS MOREIRA**

VII - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT:

Titular: **ADRIANO BORGES FERREIRA**

Suplente: **FERNANDA SANCHES PERES**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.617 DE 06 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre conversão em abono pecuniário de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando os termos do Art. 105 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, c/c o Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Converter, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio em abono pecuniário, referente ao quinquênio 2009/2014, ao servidor **NELSON ALVES DOS SANTOS,** lotado no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.612 DE 06 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 28 de fevereiro de 2018, do cargo comissionado de Coordenador de Meio Ambiente (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Sr. **ALEX PEREIRA DE DEUS.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.596, de 03 de abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.615 DE 06 DE ABRIL DE 2018 .

"Designa os membros constantes da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares para os fins que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso das atribuições previstas no Art. 160 da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991, para instaurar Processo Administrativo Disciplinar e tendo em vista o disposto nos artigos 143 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros participantes da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeados através do Decreto nº 3.937, de 17 de outubro de 2017, nos termos da Lei nº 3. 884, de 06 de outubro de 2017, a instalação de processos administrativo disciplinar no **Rito Ordinário,** sob a presidência do Sr. **Celso Martins Sphor**, matrícula funcional nº 3277, lotado na Procuradoria Jurídica Municipal, no cargo de Advogado, destinada a apurar, no prazo de 60 dias, os fatos de que trata o Processo **nº 08**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 049/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2018

O Município de Barra do Garças/ MT torna público a celebração do contrato conforme abaixo: Contratado: **BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA,** Objeto: Contratação de empresa especializada em coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares. Valor Global: R$ 331.800,00. **Validade: 16 de Abril de 2018 e Vigência: 16 de Abril de 2019**. Barra do Garças - MT, 17 de Abril de 2018.

LEI Nº 3.967 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

Projeto de Lei nº 017/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças a celebrar convênio com a Faculdades Unidas do Vale do Araguaia para os fins que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ANGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Barra do Garças, autorizada a celebrar convênio com a Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, através da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, visando o desenvolvimento de ações e serviços de estágio curricular supervisionado, sem vínculo empregatício aos acadêmicos da área de Ciências Agrárias

Parágrafo Único – Demais normas estarão prevista no Termo de Convênio a ser firmado posteriormente.

Artigo 2º - O convênio celebrado ficará submetido aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações legais.

Artigo 3º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 16 de abril de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.623 DE 10 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Muni-**

cipal de Saúde, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **GISLAINE PEREIRA SOUZA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.625 DE 10 DE ABRIL DE 2.018.

"*Dispõe sobre concessão de 02 (dois) meses de Licença-Maternidade à servidora que menciona."*

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a alteração ocorrida no Art. 88, da Lei Complementar nº 03/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, através da Lei Complementar nº 190, de 20 de junho de 2016, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos à licença gestante, sem prejuízo da remuneração,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder o benefício de mais 02 (dois) meses de LICENÇA-MATERNIDADE, à servidora Sra. **MARIA ROSA DA SILVA**, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 18/04/2018 e término em 18/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.618 DE 09 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de maio de 2018, 03 (três) meses de licença-prêmio, referente ao quinquênio 2012/2017, ao servidor **ALMIR MATIAS VALADÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Vigia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.613 DE 06 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do Quadro de Provimento Efetivo desta Municipalidade a servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, **a partir de 12 de março de 2018**, do cargo de Professora, a servidora **RENATA SILVA DE OLIVEIRA GALVÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Tornar sem efeito a Portaria nº 9.643, de 13 de dezembro de 2013, tão somente com relação a essa servidora.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.238 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº.7099, de 14 de fevereiro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora abaixo relacionada**,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392/2017, de 28 de julho de 2017, para exercer sua função na Prefeitura Municipal de Cáceres**,** no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

OUVIDOR: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	CÁSSIA INGREDS TOLEDO PEREIRA

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 16.04.18

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 20/2018

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 7651 de 19 de fevereiro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 080 de 22 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

I- CONVOCAR os candidatos Aprovados e Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, **Escolas Urbanas e Escolas do Campo,** para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria de Saúde, no dia **17/04/2018 (terça-feira)**, às **13:30H** para compor o quadro de vagas apresentadas por esta Secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II- INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres, 16 de abril de 2018.

Antonia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
84	ROSANGELA MATUCARI	7,00	MI	27/08/1980	CLASSIFICADO
85	ELIANE SOARES DO PRADO	7,00	MI	04/09/1980	CLASSIFICADO
86	VILMA AUXILIADORA SILVA DO ESPIRITO SANTO	7,00	MI	25/09/1980	CLASSIFICADO
87	ELISANGELA COSTA DA SILVA	7,00	MI	27/12/1980	CLASSIFICADO
88	CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA EGUES	7,00	MI	29/12/1980	CLASSIFICADO
89	CLAUDIA TRINDADE	7,00	MI	20/02/1981	CLASSIFICADO
90	GILSA JOANA DA SILVA	7,00	MI	27/03/1981	CLASSIFICADO
91	SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI	7,00	MI	23/07/1981	CLASSIFICADO
92	MARIA ERENILDA DA SILVA	7,00	MI	12/08/1981	CLASSIFICADO
93	FERNANDA FERNANDES DA CRUZ	7,00	MI	17/08/1981	CLASSIFICADO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
49	MAYSA LUZIA PERES	5,00	MI	05/06/1994	CLASSIFICADO
50	MAIARA FERREIRA DO NASCIMENTO	5,00	MI	04/08/1994	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: GUARDA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
22	ANTONIO PAULO RAMOS	5,00	MI	10/03/1986	CLASSIFICADO
23	RICARDO MENDES GONCALVES	5,00	MI	20/07/1986	CLASSIFICADO

24	LUIS CREONE MAXIMIANO	5,00	MI	09/10/1987	CLASSIFICADO

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
46	MARIANE OLIVEIRA DOS REIS	4,50	MI	04/06/1993	CLASSIFICADO
47	ADILZA DE OLIVEIRA RIBEIRO	4,50	MI	04/06/1993	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
8	LUCELI RODRIGUES BARBOSA	5,00	MI	07/06/1976	CLASSIFICADO
9	MARIA AUXILIADORA RAMOS LEITE	5,00	MI	06/09/1979	CLASSIFICADO
10	IONE FERNANDES CAIRES VANINI	5,00	MI	03/03/1980	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
7	VALDILEIA NASCIMENTO DA SILVA RODRIGUES	7,00	MI	14/08/1985	CLASSIFICADO

´

NÚCLEO LIMÃO – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
6	CAMILA FERREIRA DA SILVA	2,00	MI	22/04/1988	CLASSIFICADO
7	ERICA JOSE DA SILVA	2,00		20/10/1994	CLASSIFICADO
8	ANTONIO JOAO LEITE ANHES	1,37		23/07/1965	CLASSIFICADO

NÚCLEO SAPIQUÁ – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: GUARDA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
1	AIRTON LOURENÇO SALVIANI	5,00	MI	29/12/1966	CLASSIFICADO
2	GUSTAVO MARTINS COSTA	5,00		22/08/1988	CLASSIFICADO
3	CICERO JOSE DA SILVA	4,75		28/07/1983	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Certidão de Casamento ou Nascimento; Título de Eleitor; Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais; Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho); Cadastro do PIS/PASEP Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC (AUTENTICADO); Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes; Certidão de Nascimento dos filhos; Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); Comprovante de Residencia à data da Contratação; Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; Atestado Médico Admissional; Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existencia ou inexistencia de ações cíveis e criminais. Declaração de Bens com firma reconhecida em cartório; Certidão Negativa de Débitos junto ao município; Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função, com firma reconhecida em cartório; Telefone e email

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 199 DE 03 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 14035 de 27 de março de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **DIEGO ANTONINI DOS SANTOS**, do cargo de Farmacêutico, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de abril de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.04.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 223 DE 13 DE ABRIL DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 15679 de 09 de abril de 2018,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomear o servidor **ARLAN MARTINS DA SILVA –** Assistente Administrativo, para exercer o cargo de **Gerência de Gestão de Pessoas**, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos desde 09 de abril de 2018.

ART. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 13.04.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 227 DE 13 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 15803 de 05 de abril de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **DJALMA VIEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR**, do cargo de Enfermeiro, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 04 de abril de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 13.04.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 229 DE 13 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 16686 de 13 de abril de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 152 de 12 de março de 2018, que designou a Comissão do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Onde se lê: Processo Seletivo Simplificado para seleção de candidatos a vagas na área da Assistência Social no Processo Seletivo 001/2018.

Leia-se: Processo Seletivo Simplificado para seleção de candidatos a vagas na área da Assistência Social no Processo Seletivo 003/2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em: 13.04.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 242 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº 17112 de 16 de abril de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor a Diretoria do **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR,** da Secretaria de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

PRESIDENTE

Mirelle da Rosa Marques de Souza

VICE-PRESIDENTE

Liamara Rodrigues da Silva

SECRETÁRIO

Vinicius Almendros Fraga

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 16.04.18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7653 DE 17 DE ABRIL DE 2018

"CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR ***EUDES CARLOS DE SOUSA*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 001 de 13 de dezembro de 1993 e Complementar nº 27 de 05 de dezembro de 2011 no Art. 65º.

Considerando o requerimento de Licença do referido servidor, datado no dia 09 de abril de 2017.

RESOLVE: I – Conceder "Licença para tratamento de Assuntos Particulares" ao servidor: EUDES CARLOS DE SOUSA, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de Digitador, Classe "D", Nível "04", de 17 de abril de 2018 a 16 de abril de 2020. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 17 de abril de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -PSS N° 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e,

Considerando a realização das provas objetivas do Processo Seletivo Simplificado nº002/2018.

Considerando as disposições do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018;

RESOLVE:

PUBLICIZAR o **GABARITO PRELIMINAR** das provas objetivas do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 002/2018**:

1. Os Gabaritos Definitivos constam do Anexo I, parte indissociável a este Edital. **2.** Os interessados têm o prazo de 24(vinte e quatro) horas para, nos termos do Edital de Abertura, interpor recursos contra o gabarito preliminar (anexo I)

Campinápolis - MT, 16 de ABRIIL de 2018.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

ANEXO I

EDITAL COMPLEMENTAR 007 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

PROFESSOR/EDUCAÇÃO INFANTIL/SEDE

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	D
02	B	17	B
03	ANULADA	18	C
04	D	19	B
05	D	20	A
06	D	21	A
07	A	22	B
08	B	23	C
09	D	24	A
10	C	25	B
11	D	26	D
12	D	27	D
13	A	28	B
14	A	29	C
15	C	30	D

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR II/SEDE

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	A
02	B	17	B
03	ANULADA	18	D
04	D	19	D
05	D	20	D
06	D	21	D
07	A	22	A
08	B	23	B
09	D	24	D
10	C	25	C
11	D	26	D
12	C	27	C
13	D	28	D
14	A	29	A
15	C	30	C

GABARITO PRELIMINAR PROFESSOR ANOS INICIAIS

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	D
02	B	17	B
03	ANULADA	18	C
04	D	19	B
05	D	20	A
06	D	21	A
07	A	22	C
08	B	23	D
09	D	24	A
10	C	25	B
11	D	26	D
12	C	27	D
13	D	28	B
14	A	29	C
15	C	30	D

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR HISTORIA

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	A
02	B	17	B
03	ANULADA	18	D
04	D	19	D
05	D	20	D
06	D	21	D
07	A	22	A
08	B	23	B
09	D	24	D
10	C	25	C
11	C	26	D
12	C	27	C
13	B	28	D
14	A	29	A
15	A	30	A

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR /INSTRUTOR DE DANÇA

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	C
02	B	17	A
03	ANULADA	18	D
04	D	19	B
05	D	20	A
06	D	21	A
07	A	22	A
08	B	23	D
09	D	24	C
10	C	25	D
11	C	26	B
12	A	27	A
13	D	28	C
14	A	29	B
15	D	30	B

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA/PORTUGUESA

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	D
02	B	17	D
03	ANULADA	18	D
04	D	19	D
05	D	20	A
06	D	21	C
07	A	22	B
08	B	23	B
09	D	24	A
10	C	25	C
11	C	26	C
12	A	27	C
13	B	28	ANULADA
14	B	29	C
15	C	30	ANULADA

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA/INGLESA

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	D
02	B	17	B
03	ANULADA	18	C
04	D	19	C
05	D	20	A
06	D	21	B
07	A	22	B
08	B	23	D
09	D	24	B
10	C	25	D
11	B	26	C
12	C	27	D
13	D	28	A
14	D	29	C
15	A	30	D

GABARITO PRELIMINAR

ODONTÓLOGO/DISTRITAL

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	D
02	B	17	C
03	ANULADA	18	A
04	D	19	B
05	D	20	D
06	D	21	C
07	A	22	B
08	B	23	C
09	D	24	B
10	C	25	C
11	D	26	A
12	A	27	C
13	A	28	B
14	A	29	D
15	A	30	D

GABARITO PRELIMINAR

OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	A	16	A
02	A	17	D
03	A	18	D
04	A	19	A
05	A	20	D
06	C	21	
07	A	22	
08	C	23	
09	B	24	
10	A	25	
11	C	26	
12	A	27	
13	A	28	
14	A	29	
15	C	30	

GABARITO PRELIMINAR

PEDREIRO/AUXILIAR DE PEDREIRO

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	D	16	D
02	C	17	D
03	B	18	C
04	B	19	D
05	C	20	B
06	C	21	
07	A	22	
08	C	23	
09	B	24	
10	A	25	
11	D	26	
12	A	27	
13	D	28	
14	C	29	
15	D	30	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, nº.66NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME,inscrita no CNPJ sob n° 09.438.242/0001-36, estabelecida na Rua Guajuvira n° 516, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor LUIZ DOS SANTOS, portador do RG n.º 1216035-0 SJ/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente que também passarão a suportar as despesas decorrentes do Contrato de prestação de serviço nº 001, de 09 de janeiro de 2017, conforme as disposições do § 8° do art. 67 da Lei 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001. Secretaria Municipal de Assistência Social

Programática: 11.001.08.122.0002.20103.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários -Exercício Anterior

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 005. Departamento de Fomento ao Trabalho e a Renda

Programática: 11.005.11.334.0015.20121.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários -Exercício Anterior

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 008. Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso - FUMAPI

Programática: 11.008.08.241.0013.20125.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários -Exercício Anterior

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 045/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E EDMAR PINHEIRO ROSA.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada:EDMAR PINHEIRO ROSA, portador do RG nº 1887828-8 SSP/MT, e CPF nº 799.930.281-34, residente e domiciliado na Rua 18, nº 997-S, bairro Santa Terezinha, CEP: 78.300-000, no Município de Tangará da Serra/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo registrar a inclusão de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente que também passará a suportar as despesas decorrentes do Contrato de Prestação de Serviço nº 045, de 05 de agosto de 2013, conforme as disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Programática: 11.002.08.244.0013.20105.3.3.90.36.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários -Exercício Anterior

Recursos

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0193, DE 17 DE ABRIL 2018.

PORTARIA Nº 0193, DE 17 DE ABRIL 2018.

DECLARAR VACÂNCIA DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, CARGA HORÁRIO EM REGIME DE 40H, OCUPADO PELA SERVIDORA GEOVANA PEINADO VIANA PEREIRA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o art. 62, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.130/2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências; o disposto no Memorando nº 460, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 11 de abril de 2018; o requerimento firmado pela Servidora Municipal, datado de 11 de abril de 2018; o Termo de Posse nº 782, datado de 12 de abril de 2018, emitido pelo Governo do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

1. DECLARAR vacância, a partir da data indicada, do cargo de Agente Administrativo, carga horária em regime de 40h, ora ocupado pela servidora GEOVANA PEINADO VIANA PEREIRA, matrícula funcional nº 3037, portadora do RG nº 1893998-8 SSP/MT e CPF nº 019.990.861-39, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, conforme disposto no Ato nº 24. 171/2018, de 26 de março de 2018, do Governo do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial nº 27228, página 5, na data de 26 de março de 2016, e conforme disposto no Termo de Posse nº 782, datado de 12 de abril de 2018.

2. O período da vacância ora concedido se dará por 3 (três) anos, tendo o seu início em 12 de abril de 2018 e término em 11 de abril de 2021.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0198, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 0198, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

DESIGNA O SERVIDOR VITOR YONEZAWA MACHADOPARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 022/2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o que consta do Contrato de nº 022, datado de 05 de abril de 2018; o Memorando nº 055, datado de 13 de abril de 2018; o interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. DESIGNARo servidor público VITOR YONEZAWA MACHADO, **Coordenador de Comunicação,** portador do RG nº 08971030 SESP/MT e CPF nº 002.236.061-11, matrícula nº 3592, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de **Prestação de Serviço 022/2018,** conforme apontado a seguir:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
Nº 022/ 2018	O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Agência de Publicidade e	AGÊNCIA TRADICIONAL

	Propaganda visando a prestação de serviços de distribuição de mídia, produzida pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis – MT.	E DIGITAL EIRELI - ME

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dia do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0197, DE 17 DE ABRIL 2018

PORTARIA Nº 0197, DE 17 DE ABRIL 2018

EXONERAR JOSENAN LEMONIE GILIOLI DA FUNÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 436, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 09 de abril de 2018;

o Requerimento da servidora Josenan Lemonie Gilioli, de 09 de abril de 2018;

o interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. EXONERAR, *com efeitos retroativos,* a partir de 10 de abril de 2018,a professora **JOSENAN LEMONIE GILIOLI** da função de Coordenadora Pedagógica da Equipe Gestora da **Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte.**

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0196, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 0196, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIZA A SERVIDORA MONIQUE ALENCAR CAETANO A CONDUZIR VEÍCULOS DA SECRETARIA A QUAL A MESMA ESTÁ LOTADA, CORRESPONDENTE À CATEGORIA “AB”, CONFORME “C.N.H.” DA SERVIDORA.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 03, do Sistema de Controle Interno; a Lei Municipal nº 1.213, de 05 de dezembro de 2007; a Resolução Normativa nº 15/2017 do TCE/MT; o Decreto Executivo nº 101/2017, de 21 deagosto de 2017; o Memorando nº 063, datado de 13 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Administração; a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. AUTORIZAR, a partir desta data, a servidora **MONIQUE ALENCAR CAETANO,** a conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pertencentes à Secretaria na qual a mesma está lotada e que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como observando o vencimento da mesma. **2.** A servidora deverá observar as normas do Decreto 101/2017. **3.** A servidora/condutora que está autorizada a conduzir veículos segue relacionado abaixo, com a devida categoria de sua CNH descrita:

Nome do Condutor	CNH	CPF
MONIQUE ALENCAR CAETANO	AB	024.631.161-45

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0195, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 0195, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR FÁBIO PAIM TEIXEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.822, de 05 de abril de 2016; o requerimento do servidor FÁBIO PAIM TEIXEIRA, datado de 1° de março de 2018; o deferimento exarado pelo Prefeito Municipal em 12 de abril de 2018; a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. CONCEDER, com efeitos retroativos a 12 de abril de 2018, ao servidor FÁBIO PAIM TEIXEIRA, a título de gratificação, 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 30 da lei 1.822/2016, por escolha do próprio servidor. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0194, DE 17 DE ABRIL 2018.

PORTARIA Nº 0194, DE 17 DE ABRIL 2018.

REVOGA OS EFEITOS DA LICENÇA PARTICULAR CONCEDIDA AO SERVIDOR WILIAN RICARDO PICCIRILLI, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR MEIO DA PORTARIA Nº 056, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis; o Memorando nº 281, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 16 de abril de 2018; o requerimento do servidor Wilian Ricardo Piccirilli, datado de 16 de abril de 2018; o disposto na Portaria nº 056, de 03 de fevereiro de 2016; a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. REVOGAR, a partir de 25 de abril de 2018,os efeitos da Portaria nº 056, de 03 de fevereiro de 2016, que concedeu licença para trato de interesses particulares, sem remuneração, para o servidor municipal WILIAN RICARDO PICCIRILLI, efetivo no cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

3.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
QUARTO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 084/2017.

QUARTO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 084/2017, PARA O FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM AO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

Pregão nº. 040/2017.

Processo nº. 399/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: **PAULO ANDREIS E CIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob n°. 08.455.945/0001-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 02, conforme abaixo:

Descrição	Valor unitário atual	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro
Gasolina Comum	4,07	4,12

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 17 de ABRIL de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PAULO ANDREIS

SÓCIO ADMINITRADOR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TOMADA DE PREÇO

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018

EDITAL RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO MULTIPLO USO NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA,** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018**, **dia 11 de maio de 2018 às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Edital através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 17 de abril de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 045/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM E ETANOL HIDRATADO,** na modalidade pregão (presencial) nº **045/2018**, no dia **03 de MAIO de 2018, às 18:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 17 de abril de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

ATA CIRCUNSTANCIADA

CHAMAMENTO N° 001/2018 – INSCRIÇÕES DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE DE MARKETING, OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, OBJETIVANDO CONSTITUIR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS RELATIVAS À LICITAÇÃO A SER EFETUADA PELA PREFEITURA DE CAMPO VERDE, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOSDE PUBLICIDADE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 12.232/2010.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde

– MT, sito à Praça dos Três Poderes n° 03, Campo Real II, Campo Verde – MT, sob a presidência da Sra. Ana Carolina S. B. Blume, juntamente com demais membros da CPL deu-se início ao sorteio para composição da Subcomissão Técnica para avaliação das propostas técnicas relativas a licitação a ser efetuada pela Prefeitura Municipal de Campo Verde, para contratação de Serviços de Publicidade. Somente os Inscritos Fernanda Amaral Rabello e Valmir de Paula Faria compareceram. Segue relação de classificação:

INSCRITOS COM VÍNCULO COM A ADM MUNICIPAL	INSCRITOS SEM VÍNCULO COM A ADM MUNICIPAL
1º CARLOS EDUARDO DE FRANÇA BORGES	1º EDSON JONATHAN DOS SANTOS
2º FERNANDA AMARAL RABELO	2º JOMAR DE SOUZA BRITTES
3º VALMIR DE PAULA FARIA	3º THALITA GUEDES ARAÚJO TOMAZELLI
4º CLEBSON ALVES DA ROCHA	4º ALEANDRO SERON
5º JOANNE SILVA SAMPAIO	

Campo Verde – MT, 16 de Abril de 2018.

ANA CAROLINA S. B. BLUME

PRESIDENTE DA CPL

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

MEMBRO DA CPL

GISLENE JESUS LOPES

MEMBRO DA CPL

FERNANDA AMARAL RABELLO

PROFISSIONAL INSCRITO

VALMIR DE PAULA FARIA

PROFISSIONAL INSCRITO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa PRESTADORA DE SERVIÇOS J.S. CONSTRUTORA LTDA - EPP, CNPJ 17.815.870/0001-11, foi julgada vencedora, com o valor de R$ 107.781,54 (cento e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), da Tomada de Preço nº 001/2018, cujo objeto é a *Contratação de empresa especializada para realização de reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde Capim Branco*.Campo Verde, 17 de abril de 2018.Ana Carolina S. Braga Blume – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 073, DE 11 DE ABRIL DE 2018

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica RETIFICADO os termos da Portaria nº 073, de 11 de abril de 2018, para constar que o nome da servidora consignado no artigo primeiro da sobredita portaria passa a ser lido como **CLEONICE DE ARMADA FRANÇA,** permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita portaria.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 17 de abril de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO N.º .034, DE 13 DE ABRIL DE 2018

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, de acordo com o artigo quinto da Lei Municipal n.º 004, de 6 de janeiro de 1997, que será parte integrante desse decreto.

Art. 2.º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 13 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DE CAMPOS DE JÚLIO – MATO GROSSO, APROVADO NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2018.

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar - CAE, criado por meio da Lei Municipal n.º 004, de 6 de janeiro de 1997, suplementada pela Lei Municipal nº 169, de 15/12/2001e pela Medida Provisória n° 455, de 28 de janeiro de 2009, convertida na Lei Federal n° 11.497 em 16 de junho de 2009, é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, tem por competência:

I – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

III – receber e analisar as prestações de contas do PNAE, na forma deste Decreto, e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com parecer conclusivo, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, observada a legislação específica que trata do assunto;

IV – comunicar à Entidade Executora – EE - a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio e furtos, dentre outras situações pertinentes a esse Conselho, para que sejam tomadas as devidas providências;

V – apreciar e votar, anualmente, o plano de ação do PNAE a ser apresentado pela EE;

VI – divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à EE;

VII – apresentar relatório de atividades ao FNDE, quando solicitado;

VIII – acompanhar a elaboração dos cardápios do PNAE, observando as disposições previstas na legislação e aprovar em reunião do Conselho;

IX - promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do PNAE quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da alimentação escolar;

X - realizar estudos e pesquisas de impacto da alimentação escolar, entre outros de interesse do Programa Nacional de Alimentação Escolar;

XI - acompanhar e avaliar o serviço da alimentação escolar nas escolas;

XII – apresentar, à Prefeitura Municipal, propostas e recomendações sobre a prestação de serviços de alimentação escolar no município, adequada à realidade local e às diretrizes de atendimento do PNAE;

XIII - divulgar a atuação do CAE como organismo de controle social e de fiscalização do PNAE;

XIV - zelar pela efetivação e consolidação da descentralização do PNAE, no âmbito deste município;

XV - comunicar ao FNDE o descumprimento das disposições previstas na legislação específica do PNAE.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Seção I

Composição

Art. 2º O CAE é constituído por sete membros e tem a seguinte composição:

I - um representante do poder executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III – dois representantes de pais de alunos, da rede municipal, indicados pelos Conselhos Escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas escolhidos em assembleia específica.

§ 1° Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado.

§ 2° A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3° Caberá ao Município informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4° A Assembleia de escolha dos integrantes da sociedade civil deverá ser realizada no prazo máximo de até 60 dias antes do término do mandato anterior, por convocação pública com ampla publicidade (mencionar o dispositivo da lei Municipal/Estadual/Distrital).

§ 5° A nomeação dos conselheiros do CAE deverá ser feita por ato específico do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a legislação do município/estado/DF.

§ 6° Após a nomeação dos conselheiros, será convocada Assembleia Geral para a eleição do Presidente do CAE e de seu respectivo Vice.

Seção II

Funcionamento

Art. 4º O Presidente do CAE e seu respectivo Vice serão eleitos e destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes em assembleia geral, especialmente convocada para tal fim.

§ 1º Os membros, o Presidente do CAE e seu Vice terão mandato de 04 (quatro anos), podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 2º O CAE elegerá, dentre os seus membros, um conselheiro para atuar como Secretário.

§ 3º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 4º Cada membro titular do CAE será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por seus suplentes já designados pela respectiva categoria que representam.

Art. 5° Durante o mandato, os conselheiros que faltarem, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas serão excluídos do CAE e substituídos pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. No caso de exclusão por falta ou a pedido, do titular e/ou de seu suplente, a categoria representada deverá indicar novo (s) representante (s) no prazo de 30 (trinta) dias, cabendo ao Poder Executivo formalizar a substituição e comunicar as alterações ao FNDE no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º O CAE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em datas previamente definidas, e a convocação será feita com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência; e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou em decorrência de requerimento de 1/4 (um quarto) de seus membros, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º As convocações para assembleia geral serão feitas por carta entregue pessoalmente aos conselheiros, sob protocolo simples ou por meio de endereço eletrônico com confirmação de recebimento.

§ 2º As assembleias se instalarão em primeira convocação, com, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos votos totais dos conselheiros, e em segunda convocação, com qualquer número, podendo ser realizada no mesmo dia, decorridos, no mínimo, 30 (trinta) minutos após o horário marcado para a primeira convocação, desde que tenha sido convocada nesses termos.

§ 3º As deliberações do CAE, observado o quórum estabelecido, serão tomadas pela maioria simples dos votos presentes à reunião de seus membros, por intermédio de resoluções assinadas pelo Presidente.

§ 4º O Presidente terá direito a voto nominal e de qualidade.

§ 5º As reuniões e as resoluções do CAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 7º Poderão ser convidadas a participar das sessões, sem direito a voto, pessoas físicas ou jurídicas, que possam contribuir para o esclarecimento das matérias abordadas.

Art. 8º O CAE, para consecução de sua finalidade, deliberará sobre:

I - as prestações de contas apresentadas por este município;

II - requisição de informações e diligências necessárias ao andamento dos trabalhos;

III - definição de prioridades dos assuntos a serem analisados;

IV - matérias que lhe sejam encaminhadas pelo município;

V - proposição de alteração de seu Regimento Interno.

Art. 9º Nas reuniões do CAE serão observados os seguintes procedimentos:

I – discussão e aprovação da Ata da reunião anterior;

II - apresentação e discussão da pauta prevista para a reunião;

III- apresentação pelos conselheiros de outras matérias de relevância a serem discutidas na reunião;

IV- encerrada a discussão das matérias do dia, as mesmas serão submetidas à votação, com base no voto da maioria simples dos conselheiros presentes.

Art. 10. Na assembleia geral ordinária do mês de fevereiro, o CAE analisará e emitirá parecer conclusivo sobre a prestação de contas do PNAE, apresentada por este município.

Seção III

Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 11. Ao Presidente incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CAE e, especificamente:

I - representar o CAE nos atos que se fizerem necessários;

II - convocar e presidir as reuniões ou suspendê-las, quando necessário, bem como dar execução às suas decisões;

III - aprovar as pautas das reuniões e resolver as questões de ordem;

IV - indicar, dentre os membros do CAE, os conselheiros para executar tarefas específicas;

V - tomar as providências necessárias às substituições de conselheiros por seus suplentes, nas suas ausências e impedimentos, ou em virtude de desligamento;

VI - assinar as atas das reuniões e, juntamente com os conselheiros, as resoluções do CAE;

VII - assinar e encaminhar as decisões do CAE às instituições pertinentes e promover sua divulgação junto à população;

VIII - indicar membros para compor as subcomissões técnicas, bem como designar e dar posse aos seus componentes;

IX - indicar membros para a realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do CAE;

X - requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do CAE.

Art. 12. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências temporárias e assessorá-lo no cumprimento de suas atribuições, sempre que se faça necessário para diligenciar as incumbências do conselho.

Art. 13. Aos membros do CAE incumbe:

I - examinar as matérias submetidas a sua análise e emitir parecer e relatórios necessários;

II - realizar estudos com vistas a fornecer subsídios às decisões do CAE;

III - participar das reuniões e nelas votar;

IV - propor a convocação das reuniões extraordinárias;

V - realizar fiscalização das atividades do PNAE executadas pelo Município, apresentar proposições, apreciar, emitir parecer e apresentar resultado das atividades que lhe forem atribuídas;

VI - sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do CAE;

VII - propor e requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação da matéria;

VIII - indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir para esclarecimento das matérias ou desenvolvimento das atividades do CAE;

IX - desenvolver outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 14. Ao Secretário cabe secretariar as reuniões do CAE, lavrar e registrar as respectivas atas e cuidar do expediente do CAE.

Art. 15. Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-seão somente nos seguintes casos:

I − mediante renúncia expressa do conselheiro e ou suplente;

II – por deliberação do segmento representado, em iniciativa própria e justificativa mediante aprovação do CAE;

III – Por solicitação do CAE após aprovação em reunião ordinária ou extraordinária;

IV – Pelo não comparecimento injustificado às sessões do CAE, em três reuniões ordinárias e extraordinárias consecutivas ou em cinco alternadas; ou, ainda que justificada a ausência, ocorra falta consecutiva por mais de cinco reuniões sejam ordinárias ou extraordinárias;

V– Pelo descumprimento das disposições previstas neste Regimento Interno;

§ 1º Nas hipóteses previstas no inciso deste artigo, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

§ 2º Nas situações previstas nos incisos deste artigo o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo de titular ou suplente, cumprido o previsto no §1º deste artigo e mantida a exigência de nomeação por ato legal emanado do poder competente.

§ 3º No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma deste artigo, o período do seu mandato será para completar o tempo restante do mandato vigente;

§ 4º No caso de substituição de conselheiro titular do CAE, automaticamente assumirá o seu respectivo suplente;

§ 5º No caso de substituição de conselheiro suplente do CAE, automaticamente assumirá essa suplência membro indicado pelo segmento por meio de nova Assembleia;

§ 6º No caso dos cargos de titular e suplente estarem vagos concomitantemente, assumirá a titularidade e a suplência, o primeiro e o segundo membro mais votados pelo segmento em nova Assembleia.

Art. 16. Os conselheiros farão parte das comissões de visitas nas escolas, sempre que necessário.

Paragrafo único: As comissões terão sempre conselheiros alternados para que não haja sacrifício no ambiente de trabalho. Podendo ser titular ou suplente.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO E DA INFRAESTRUTURA

Art. 17. É responsabilidade obrigatória do Município, através da Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio-MT garantir ao CAE, como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

I-local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

II- disponibilidade de equipamento de informática;

III- transporte para deslocamento dos seus membros aos locais relativos ao exercício de sua competência;

IV- disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE necessários às atividades inerentes às suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

Parágrafo único. Fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as suas etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

CAPÍTULO IV

DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 18. Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do CAE, objetivando apurar os fatos. A destituição do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros titulares, dar-se-á por maioria simples de votos, com *quorum* mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 1º Considera-se fato relevante:

I. Deixar de cumprir ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste regimento interno e da Resolução Nº 38 / FNDE ou que venha a supri-la;

II. Ocupar cargo comissionado no âmbito do governo municipal, estadual ou federal sem ter se retirado do cargo previamente.

§ 2º No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente. Na hipótese de ser destituído apenas o Vice-Presidente, nova eleição para esse cargo deverá ocorrer.

§ 3º Havendo Destituição do Presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-Interino com mandato máximo de 30 dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará e dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.19. Os membros do CAE, não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e os seus serviços prestados serão considerados para todos os efeitos legais, como interesse público de relevante valor social.

Art. 20. O CAE poderá convidar qualquer pessoa ou representante de órgão público, entidades da sociedade civil, empresas privadas para comparecer a reunião e prestar esclarecimentos quando necessários.

Art. 21. O conselho de Alimentação Escolar terá o apoio técnico disponibilizado pela Secretaria de Educação do Município.

Art. 22. Esse Regimento Interno poderá ser revisto e reformulado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros do CAE, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos considerados essenciais.

Art. 23. O CAE, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Presidente do CAE.

Art. 25. O presente Regimento Interno entra em vigor após sua homologação pelo chefe do Poder Executivo e publicação no Diário Oficial.

Campos de Júlio, 13 de abril de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio-MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL ISSQN N°001/2018.

O Departamento de Fiscalização Tributária, vem através deste, INTIMAR os contribuintes abaixo relacionados/seu responsável legal para comparecerem em dia útil, no horário normal de atendimento, a sede da administração tributária deste município, para tomar ciência da Notificação Fiscal [ISSQN/2018] a seguir identificados.

Em caso de não comparecimento do contribuinte/seu responsável legal considerar-se-á feita a notificação no 10º (décimo) dia após a publicação deste edital.

CONTRIBUINTE	*Nº CARTEIRA CREA*	*PROCESSO*
JULIO CESAR DE MELLO PINHEIRO	MT01494/D-D	008/ISSQN/2018
EVANDIR GODOY DE CASTILHOS	PR00005777	010/ISSQN/2018
JOSÉ RICARDO BALDISSERA	MT11168/D	011/ISSQN/2018
MIGUEL ANGELO LUIZ MACIEL	AM007074	013/ISSQN/2018
RENATO MAROSTICA	BA058842	014/ISSQN/2018
REJANE GOMES EUSTAQUIO	DF011675	016/ISSQN/2018
DANIEL TAVARES DOS SANTOS	DF014198	017/ISSQN/2018
FLAVIO FERREIRA ARRAIS DE MORAIS	GO008548	020/ISSQN/2018
GUSTAVO SILVA	GO014785	021/ISSQN/2018
OSNI JOSE DA SILVA	GO008548	022/ISSQN/2018
THIAGO RODRIGUES NETTO ALVES	GO018467	023/ISSQN/2018
JOSE FERNANDO FONTOURA DA SILVA	MT08307/TD	074/ISSQN/2018

Campos de Júlio 16 de abril de 2018.

Aline Heinz Edigar Cavalcanti Lagoa Juliane Paes de Farias Técnica Fiscal Tributária Fiscal Tributário Fiscal Tributária

Data de afixação: 16/04/2018

Data de desafixação:26/04/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 121/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N. 121/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2330429-4, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 048.251.841-38, como Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018**, A presente ATA de Registro de Preços tem por objeto visando futuras e eventuais aquisições de peças e acessórios Originais e Genuínas, para veículos leves e pesados da frota municipal.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.122/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.122/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2099640-3, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 018.574.831-70, como fiscal de contrato **CPL 022/2018**, tem por objeto a elaboração de projeto executivo de arquitetura urbanística para a revitalização da Orla do Lago de Canabrava do Norte – MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 120/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N. 120/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2330429-4, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 048.251.841-38, como Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2018**, A presente ATA de Registro de Preços tem por objeto visando futuras e eventuais aquisições de peças e acessórios Originais e Genuínas, para veículos leves e pesados da frota municipal.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 022/2018

DO OBJETO: Prestação de serviços de elaboração de projeto de revitalização urbanística da Orça do Lago de Canabrava do Norte/MT;

VIGÊNCIA: 30 dias;

DO VALOR: R$ 20.500,00;

DATA: Canabrava do Norte, 17 de Abril de 2.018;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: P1 Assessoria Pública e Empresarial Ltda. - EPP; CNPJ: 17.504.585/0001-80;

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado, torna público o resultado do Pregão Presencial 015/2018, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SENDO ARROZ, FEIJÃO, AÇÚCAR, ÓLEO E CONGÊNERES,** onde a empresa **DEUZINA DA SILVA AGUIAR - ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº 23.271.165/0001-01, venceu os itens com um valor global de R$ 241.583,55;

Canabrava do Norte-MT, **17 de Abril de 2018.**

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através da Comissão de Permanente de Licitações, torna público que na publicação realizada no Diário Oficial de Contas Ano 7 nº 1339, Página 32, Divulgação quinta-feira, 12 de abril de 2018 e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIII, nº 2.957, página 35, onde se **Ler**: *“Respaldado no Inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, objeto da Dispensa de Licitação nº 009/2018,* ***AUTORIZO*** *a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando à contratação de empresa para a prestação de serviços de elaboração de projeto de revitalização urbanística da Orla do Lago em Canabrava do Norte-MT, no valor de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)”,* **Ler-se:** *“Respaldado no Inciso I, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, objeto da Dispensa de Licitação nº 009/2018,* ***AUTORIZO*** *a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando à contratação de empresa para a prestação de serviços de elaboração de projeto de revitalização urbanística da Orla do Lago em Canabrava do Norte-MT, no valor de R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)”*

Canabrava do Norte-MT, 16 de Abril de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ¬013/2018

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPO DE CANABRAVA DO NORTE ESTADO DE MATO GROSSO**, doravante denominado MUNICÍPIO, pelo neste ato representado por seu Prefeito, o senhor **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte, RESOLVE registrar os preços da empresa **BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA.**, inscrita no CNPJ: 13.062.376/0001-72, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instru-

mento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços Original, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber aos Decretos Municipais, no Processo Original nº 032/2017 realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 025/2017 que deu Origem a Ata de Registro de Preços nº 003/2018 realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios **originais** ou **genuínas**, para veículos leves e pesados da frota Municipal**,** conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no termo de referência e anexos. **1.2.** No **anexo V** do instrumento convocatório, constam os quantitativos estimados, os quais serão solicitados de acordo com a necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal, mediante a solicitação de compras, ocasião em que as demandas serão quantificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento de carona através do **Pregão nº 017/2018**, na forma Presencial, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decretos Municipais, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DETENTORA DO REGISTRO E DOS PREÇOS

3.1. Empresa Vencedora:

NOME: **BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA ME**,
Inscrita no CNPJ: 13.062.376/0001-72
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.413.435-4
ENDEREÇO: AV. SENADOR JONAS PINHEIRO DA SILVA, S/N, SETOR OESTE, VILA RICA - MT.
TELEFONE: (66) 3554-1127, 3554-1380
E-MAIL: souzaauto@terra.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: FLAVIO BATISTA DE SOUZA
RG: 1173067-6 SSP/MT
CPF: 826.354.801-25

3.2. Descrição, Quantidade e Desconto Praticados:

Lote	Código	Descrição do Produto	Valor total estimado do lote	Desconto mínimo proposto
01	29539	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para motocicletas da marca **HONDA**	6.000,00	17%
02	29540	Peças e acessórios **GENUINAS** para motocicletas da marca **HONDA**	4.500,00	17%
11	29550	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para micro-ônibus marca **MERCEDES-BENZ**	15. 000,00	42%
12	29551	Peças e acessórios **GENUINAS** para micro-ônibus marca **MERCEDES-BENZ**	10. 000,00	25,5%
15	29554	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para ônibus marca **VOLKSWAGEM**	15. 000,00	26%
16	29555	Peças e acessórios **GENUINAS** para ônibus marca **VOLKSWAGEM**	10. 000,00	26%
17	29591	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para sprinter-415 da marca **MERCEDES-BENZ**	10. 000,00	41%
18	29592	Peças e acessórios **GENUINAS** para sprinter-415 da marca **MERCEDES-BENZ**	5.000,00	26%
19	29556	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados, ônibus, caminhões da marca **MERCEDES-BENZ**	60. 000,00	47%
20	29557	Peças e acessórios **GENUINAS** para veículos pesados, ônibus, caminhões da marca **MERCEDES-BENZ**	40. 000,00	28%

FICA ESTABELECIDO O CATÁLOGO DE PEÇAS DO SISTEMA AUDATEX COMO PARÂMETRO OFICIAL DE PREÇOS DE PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios.

4.2. O prazo de entrega das mercadorias/produtos solicitados serão de **até 10 dias corridos** após o recebimento da nota de empenho.

4.3. Os produtos deverão ser de primeira qualidade (originais ou **genuínas)**, e estarem de acordo com as normas técnicas vigentes.

4.4. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento deverá ser efetuado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante autorização e encaminhamento das referidas Notas Fiscais originais ao Setor Contábil, e findado todo o processo de empenho e liquidação, e emissão da ordem de pagamento pelo financeiro até o 15º dia útil do mês subseqüente.

5.2. Os pagamentos serão efetuados nas modalidades de deposito bancário devendo a Licitante indicar o número de sua conta corrente, agência, e banco correspondente ou receber na tesouraria da Prefeitura.

5.3. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

5.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.5. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA SEXTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

6.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

6.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

6.2. Por iniciativa do Município de Canabrava do Norte, o registro será cancelado:

6.2.1. Quando o proponente:

6.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

6.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

6.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços;

6.2.2. O Município de Canabrava do Norte poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita à contratada, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8. 666/93.

7.1.1. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Contratante/Prefeitura, e pode cumular com as demais sanções administrativas previstas.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a empresa Contratada estará sujeita as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

7.2.1. Advertência por escrito;

7.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo prazo de 02 (dois) anos;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT.

7.3. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhadas nas rubricas orçamentárias vigentes.

CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

9.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

9.1.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

9.1.3. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 017/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

9.1.4. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Canabrava do Norte/MT providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Diário Oficial da União, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. As partes contratantes elegem o foro de Porto Alegre do Norte - MT como competente para dirimir quais quer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Canabrava do Norte/MT, 16 de Abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Flávio de Souza e Cia Ltda. - ME

Prefeito Municipal Batista De Souza E Cia Ltda.

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues Zenilton Augusto da Silva

CPF: 983.429.751-34 CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ¬014/2018

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPO DE CANABRAVA DO NORTE ESTADO DE MATO GROSSO**, doravante denominado MUNICÍPIO, pelo neste ato representado por seu Prefeito, o senhor **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte, RESOLVE registrar os preços da empresa **ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ: 27.331.614/0001-02, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços Original, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber aos Decretos Municipais, no Processo Original nº 032/2017 realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 025/2017 que deu Origem a Ata de Registro de Preços nº 003/2018 realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios **originais** ou **genuínas**, para veículos leves e pesados da frota Municipal**,** conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no termo de referência e anexos. **1.2.** No **anexo V** do instrumento convocatório, constam os quantitativos estimados, os quais serão solicitados de acordo com a necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal, mediante a solicitação de compras, ocasião em que as demandas serão quantificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento de carona através do **Pregão nº 017/2018**, na forma Presencial, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decretos Municipais, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DETENTORA DO REGISTRO E DOS PREÇOS

3.1. Empresa Vencedora:

NOME: **ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA – ME**;
Inscrita no CNPJ: 27.331.614/0001-02
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13683832-4
ENDEREÇO: RUA SANTO ÂNGELO, 255, NOVA CANARANA, CANARANA-MT.
TELEFONE: (66) 3478-3237 (65) 99988-9355
E-MAIL: sarathautomotivo@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: CARLA CHAVES MARTINS
RG: 0977268-5 sjsp/MT
CPF: 655.131.851-72

3.2. Descrição, Quantidade e Desconto Praticados:

Lote	Código	Descrição do Produto	Valor total estimado do lote	Desconto mínimo proposto
03	29541	Peças e Acessórios **ORIGINAIS** para veículos leve e utilitários da marca **FIAT**	20.000,00	36,5%
04	29542	Peças e Acessórios **GENUÍNAS** para veículos leve e utilitários da marca **FIAT**	20.000,00	26%

FICA ESTABELECIDO O CATÁLOGO DE PEÇAS DO SISTEMA AUDATEX COMO PARÂMETRO OFICIAL DE PREÇOS DE PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios.

4.2. O prazo de entrega das mercadorias/produtos solicitados serão de **até 10 dias corridos** após o recebimento da nota de empenho.

4.3. Os produtos deverão ser de primeira qualidade (originais ou **genuínas)**, e estarem de acordo com as normas técnicas vigentes.

4.4. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento deverá ser efetuado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante autorização e encaminhamento das referidas Notas Fiscais originais ao Setor Contábil, e findado todo o processo de empenho e liquidação, e emissão da ordem de pagamento pelo financeiro até o 15º dia útil do mês subseqüente.

5.2. Os pagamentos serão efetuados nas modalidades de deposito bancário devendo a Licitante indicar o número de sua conta corrente, agência, e banco correspondente ou receber na tesouraria da Prefeitura.

5.3. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

5.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.5. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA SEXTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

6.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

6.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

6.2. Por iniciativa do Município de Canabrava do Norte, o registro será cancelado:

6.2.1. Quando o proponente:

6.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

6.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

6.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços;

6.2.2. O Município de Canabrava do Norte poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita à contratada, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8. 666/93.

7.1.1. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Contratante/Prefeitura, e pode cumular com as demais sanções administrativas previstas.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a empresa Contratada estará sujeita as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

7.2.1. Advertência por escrito;

7.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo prazo de 02 (dois) anos;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT.

7.3. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhadas nas rubricas orçamentárias vigentes.

CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

9.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

9.1.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

9.1.3. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 017/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

9.1.4. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Canabrava do Norte/MT providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Diário Oficial da União, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. As partes contratantes elegem o foro de Porto Alegre do Norte - MT como competente para dirimir quais quer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Canabrava do Norte/MT, 16 de Abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Carla Chaves Martins

Prefeito Municipal Almeida Filho e Chaves Martins Ltda. - ME.

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues Zenilton Augusto da Silva

CPF: 983.429.751-34 CPF: 030.767.051-13

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 123/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N. 123/2018, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor público municipal, Sr. **IRANIZO MATOS RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 173347-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 983.429.751-34, do cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO,** deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2018 DE 17 DE ABRIL DE 2018

(Projeto de Lei Complementar n.º006/2018 autoria do executivo)

Autoriza o Poder Executivo a conceder anistia de multa, juros e parcelamento de débitos inscritos em Dívida Ativa e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de multas, juros de mora e parcelamento, objetivando o recolhimento dos créditos de natureza tributária inscrita em dívida ativa.

Art. 2º - A anistia será concedida às multas e juros de mora, sendo obrigatória a atualização monetária do valor principal de acordo com o inciso I, do art. 88 da Lei Complementar nº 163/2017 - Código Tributário Municipal.

Art. 3º - A concessão prevista no artigo anterior disponibilizará os seguintes benefícios fiscais:

I – 85%(oitenta e cinco) por cento da multa e dos juros de mora, para pagamento em cota única até **31/08/2018**;

II – 60% (sessenta) por cento da multa e dos juros de mora, para pagamento parcelado em 12 vezes consecutivas;

IV – 50% (cinqüenta) por cento da multa e dos juros de mora, para pagamento parcelado em 24 vezes consecutivas**;**

§ 1º - As parcelas a que se referem os Incisos deste artigo, não poderão ser inferior a 8,0 (oito) UPFC, constante no artigo 484 da Lei Complementar nº 163/2017- Código Tributário Municipal.

§ 2º - Para concessão do parcelamento é obrigatório o atendimento dos procedimentos dos incisos abaixo:

I – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento;

II – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo do Parcelamento;

III – o atraso do pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito, ficando proibidos sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 3º - Os débitos parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, e não contrariando o parágrafo anterior, serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar nº 163/2017 – Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Os contribuintes para usufruírem dos benefícios fiscais previsto nesta Lei, terão prazo para protocolar o requerimento de (**20/04/2018 a 06/09/2018, na Secretaria Municipal de Finanças).**

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I – divulgação da campanha por qualquer meio de publicidade, desde que, alcance o conhecimento de toda comunidade.

II – notificar pessoalmente o contribuinte em débito, quando da recusa ou não localização, utilizar as demais formas previstas no Código Tributário do Município.

Art. 6° - O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessárias ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Canarana – MT em 17 de Abril de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 129/2016

SETIMO TERMO ADITIVOao Contrato Nº 129/2016, firmado com a empresa**C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP para a execução de obras de Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Novo Lar (Creche Bela Vista) no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, inscrita no C.N.P.J./MF

sob o n.º 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, estabelecida a Rua do Cajá nº 66 – Sala 01 –Bairro Dom Aquino – CEP 78. 015-285 – Cuiabá – Mato Grosso, representada neste ato pelo procurador Sr. **THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº. 394.978.298-25, residente em Cuiabá-MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 129/2016**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 010/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na execução de obras de Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Novo Lar (Creche Bela Vista) no Município de Canarana-MT,** conforme planilhas orçamentárias elaboradas pelo setor de engenharia desta municipalidade, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Tomada de Preços nº 010/2016.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescido um percentual no montante de 19,2094881 %** do valor total do contrato, referente ao acréscimo nos serviços no valor total de **R$ 101.119,90 (cento e sete mil, quinhentos e quatro reais e dezoito centavos)** conforme planilhas em anexo.

2.1.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Terceira – do Preço e das Condições de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 627.525,91 (seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pelo setor de engenharia da Municipalidade houve a necessidade de demolição do muro existente para a execução da obra, e diante disso, existe a necessidade de acrescentar o muro para o fechamento completo da escola e diante disso, justifica-se o presente termo aditivo que passa a ser parte integrante do contrato.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 127/2016, bem como os termos aditivos (1º ao 6º), desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Canarana – MT, 30 de Março de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CRG CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
APOSTILA Nº 001/2018 - CONTRATO Nº 092/2017

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2018.

CONTRATO Nº.: 092/2017

PROCESSO Nº 045/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2017

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23/05/2018

Através do presente termo de apostila, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostila** com a empresa **B. A. GUIMARÃES - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.729.882/0001-00, estabelecida na Avenida Paraná, nº 363, Bairro Centro, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por **BONFIM ALVES GUIMARAES**, RG nº 11135484 SSP/MT e CPF nº 900.023.421-20 chamado simplesmente de **CONTRATADA**, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente **APOSTILAMENTO** tem por objeto a **inclusão de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistencia Social.**

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 – Ficam incluídas na clausula quinta do contrario originário as dotações orçamentárias abaixo mencionadas:

ÓRGÃO: 09 - Secretaria municipal de Assistencia Social

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 08.243.0026.2078

ELEMENTO: 3.3.90.39

DOTAÇÃO: 462

FONTE RECURSO: 0100

2.2 – As demais dotações orçamentárias constantes no contrato originário permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Apostilamento ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93 e ainda clausula primeira, parágrafo único do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 092/2017**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 13 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

B. A. GUIMARÃES - ME

Bonfim Alves Guimaraes

CPF nº 900.023.421-20

A**NDREIA CECATTO**

Portaria nº 434/2017 de 23/05/2017

FISCAL DO CONTRATO

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.364 DE 17 DE ABRIL DE 2018

(Projeto de Lei nº025/2018 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, **Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

I - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

V - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VI - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes,

adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Saúde, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta Lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 5 (cinco) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e consultivas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta Lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI – emitir pareceres sobre projetos de Lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta Lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por Decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Canarana -MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das Leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município;

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 27. A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Seção V

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 28. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 29. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 30. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

Art. 31. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

V - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VI- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 32. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

IV - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

V - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 33. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VI - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

VII - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

VIII - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 34. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais.

Art. 35. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 36. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 37. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 38. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta Lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 39. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada em Serviços de Saneamento Básico

Art. 40. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de Cooperação Técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber Cooperação Técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 41. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao Plano de Saneamento Básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 42. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

§ 1º Observado o disposto no inciso do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII – incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderãoser adotados subsídiostarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 43. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 44. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 45. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 46. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 47. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, e os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 48. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 49. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 50. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 51. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 52. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 53. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 54. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 55. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 56. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 57. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. À Prefeitura Municipal de Canarana e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei e demais normas pertinentes.

Art. 59. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revistos em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 60. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 61. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta Lei será definido mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 62. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta Lei, no todo ou em parte.

Art. 63. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por Decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 64. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 65. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 66. Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de Abril de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

1. - Guilherme Junior Pozzobon - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

2. – Aline Pilocelli - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

3. – Raimundo João Soares Barros - Representante da Secretaria de Obras;

4. - Moacir Ataíde - Representante do Poder Legislativo;

5. - Micheli Fátima Nicaretta - Representante da Concessionária de Serviços Públicos de Água

e Esgoto.

b) Representantes do Poder Público Estadual e Federal:

1. - Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – NICT da Funasa;

2. - Representante dos Consórcios Públicos Intermunicipais;

3. - Representante da Secretaria de Estado de Cidades.

COMITÊ EXECUTIVO

1. – Ana Claudia Silva de Lima;

2. – Vilson Biguelini;

3. – Emmanuel Luis Magni;

4. – João Antonio Possani Oinaski;

5. – Charles Juliano Visconti.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.365 DE 17 DE ABRIL DE 2018

(Projeto de Lei nº026/2018 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre a autorização para assinar Termo de Colaboração com a ADAC (Associação dos Amigos de Canarana), inscrita no CNPJ sob o n° 22.260.514/0001-19, com sede Administrativa na Avenida Rio Grande do

Sul, nº117 A no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1° Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a assinar Termo de Colaboração com a ADAC Associação dos Amigos de Canarana, inscrita no CNPJ sob o n° 22.260.514/0001-19, com sede Administrativa na Avenida Rio Grande do Sul, nº117 A, no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

Art.2° O objetivo do Termo de Colaboração é atender as necessidades básicas da Associação, ADAC, com repasse de recursos financeiros.

Art.3° O prazo de vigência do Termo de Colaboração, terá seu início na data de publicação da presente Lei e o seu término em 31/12/2018.

Art.4º O repasse será efetuado no valor de até R$400.000,00(Quatrocentos mil reais).

Art.5º. Os recursos para cobertura do Crédito Suplementar do artigo anterior serão provenientes de:

I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível;

III – excesso de arrecadação em bases constantes; e,

IV - transposição de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

Art.6º A ADAC deverá apresentar a prestação de contas pormenorizado, até o término do Termo de Colaboração, a ser firmado entre a ADAC e a Prefeitura Municipal de Canarana, comprovando a destinação dos repasses.

Art.7° Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 17 de Abril de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA".

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/05/2018

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 17 **de** Abril de 201**8**.

DANIELE PAULA MALTEZO

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 736/2018

OBJETO: "*Contratação de Cooperativa para implantação e expansão do Programa de Coleta Seletiva somente para todos os domicílios da zona urbana de Chapada dos Guimarães/MT, apoio às atividades de coleta, triagem e processamento da coleta seletiva nos termos do art. 24, XXVII, da Lei n.º 8.666/93, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente*".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE, REPRESENTADO PELO SECRETÁRIO, SENHOR **JORGE LUIZ MARTINS DEFANTI.**

CONTRATADA: COOPERATIVA CHAPADENSE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPCHAMAR – CNPJ: 15.594.254/0001-52

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global do presente contrato será de **R$ 394.416,00 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais)**.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2018**, realizado com fundamento no **art. 24, inciso XXVII, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, por se tratar da única Cooperativa com esta finalidade instituída no Município de Chapada dos Guimarães/MT e que atua nas atividades da coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem no município, e com respaldo do **Parecer Jurídico n.º 059/PGM/2018**.

Chapada dos Guimarães, 28 de março de 2018.

Jorge Luiz Martins Defanti

Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente

RATIFICO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 46/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOMENTE PARA TODOS OS DOMICÍLIOS DA ZONA URBANA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, APOIO ÀS ATIVIDADES DE COLETA, TRIAGEM E PROCESSAMENTO DA COLETA SELETIVA NOS TERMOS DO ART. 24, XXVII, DA LEI N.º 8.666/93, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR GLOBAL: R$394.416,00 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: COOPERATIVA CHAPADENSE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPCHAMAR.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

GABINETE
ERRATA A PORTARIA Nº.: 086/2018.

ERRATA A PORTARIA Nº.: 086/2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

No corpo do Inciso I, da Portaria nº.: 086/2018, onde se lê: "...ELAINE RODRIGUES RIBEIRO...".

Leia-se: "ELIANE RODRIGUES RIBEIRO".

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 16 de abril de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 580/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transporte escolar no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães, com fornecimento de veículos tipo ônibus, vans, Kombi e/ou Microônibus, combustível, mão de obra e manutenção completa, de forma contínua, destinado ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Chapada dos Guimarães, áreas urbanas e rural, conforme descrição constante do presente Termo de Referência, atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Chapada dos Guimarães/MT,*** teve como Resultado Final onde sagraram-se vencedoras as empresas, conforme especificado abaixo:

EMPRESA	ITEM	QTDE (KM)	VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)	VALOR TOTAL
ALTERNATIVA TRANSPORTES LTDA – ME	**01**	28.800	R$ 6,51	R$ 187.488,00
	02	34.080	R$ 6,51	R$ 221.860,80
	06	31.200	R$ 6,51	R$ 203.112,00
	10	31.200	R$ 6,51	R$ 203.112,00
	14	32.640	R$ 6,51	R$ 212.486,40
	15	33.600	R$ 6,51	R$ 218.736,00
	16	33.120	R$ 6,34	R$ 209.980,80
TOTAL				**R$ 1.456.776,00**

EMPRESA	ITEM	QTDE (KM)	VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)	VALOR TOTAL
CLAUDIO LUCIANO DE MENDONÇA	18	30.720	R$ 6,34	R$ 194.764,80
TOTAL				**R$ 194.764,80**

EMPRESA	ITEM	QTDE (KM)	VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)	VALOR TOTAL
GERSON BENEDITO DA SILVA – ME	09	24.480	R$ 6,15	R$ 150.552,00
TOTAL				**R$ 150.552,00**

Torna público ainda que os seguintes itens restaram **desertos e fracassados**:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (KM)	RESULTADO
3	ROTA: Jardim / Despraiado	24.480	FRACASSADO
4	ROTA: Castelona (período matutino)	18.000	DESERTO
5	ROTA: Mamede	14.880	DESERTO
7	ROTA: Pedra Preta	14.400	FRACASSADO
8	ROTA: Biquinha	24.480	FRACASSADO
11	ROTA: Cachoeira	16.800	DESERTO
12	ROTA: Varginha	24.000	DESERTO
13	ROTA: Campestre	14.400	DESERTO
17	ROTA: Urbanas Matutino: Júlio Campos / Mª Luiza / Ana Tereza / Rafael / Thermozina e Júlio Campos. Urbanas Vespertino: Sol Nascente / Maria Luiza / Ana Tereza / Nova Chapada / Monteiro / Rafael / Adolfo / Rafael / Abinel / Creche / Ana Tereza / Mª Luiza / Barracão.	27.600	FRACASSADO
19	ROTA: Urbanas Matutino: Toninho da FORD / Vista Alegre / Ana Tereza / Nova Chapada / Mª Luiza / Ana Tereza / Creche / Monteiro / Rafael / Abinel. Urbanas Vespertino: Abinel / Thermozina / Rafael / Monteiro / Creche / Ana Tereza / Mª Luiza / Nova Chapada / Ana Tereza / Vista Alegre / Toninho da FORD.	24.480	FRACASSADO
20	ROTA: Castelona	21.120	FRACASSADO
21	ROTA: Praia Rica (linha 2) – Daniel	21.600	DESERTO
22	ROTA: Praia Rica (linha 3) – Eclerverson	19.200	DESERTO

Chapada dos Guimarães/MT, 17 de abril de 2018.

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

Marcela Maria Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitações

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 580/2018

Recomendamos a Adjudicação e Homologação da Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transporte escolar no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães, com fornecimento de veículos tipo ônibus, vans, Kombi e/ou Microônibus, combustível, mão de obra e manutenção completa, de forma contínua, destinado ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Chapada dos Guimarães, áreas urbanas e rural, conforme descrição constante do presente Termo de Referência, atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Chapada dos Guimarães/MT,*** onde sagraram-se vencedoras as empresas, conforme especificado abaixo:

EMPRESA	ITEM	QTDE (KM)	VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)	VALOR TOTAL
ALTERNATIVA TRANSPORTES LTDA – ME	**01**	28.800	R$ 6,51	R$ 187.488,00
	02	34.080	R$ 6,51	R$ 221.860,80
	06	31.200	R$ 6,51	R$ 203.112,00
	10	31.200	R$ 6,51	R$ 203.112,00
	14	32.640	R$ 6,51	R$ 212.486,40

	15	33.600	R$ 6,51	R$ 218.736,00
	16	33.120	R$ 6,34	R$ 209.980,80
TOTAL				**R$ 1.456.776,00**

EMPRESA	**ITEM**	**QTDE (KM)**	**VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)**	**VALOR TOTAL**
CLAUDIO LUCIANO DE MENDONÇA	18	30.720	R$ 6,34	R$ 194.764,80
TOTAL				**R$ 194.764,80**

EMPRESA	**ITEM**	**QTDE (KM)**	**VALOR UNITÁRIO (KM RODADO)**	**VALOR TOTAL**
GERSON BENEDITO DA SILVA – ME	09	24.480	R$ 6,15	R$ 150.552,00
TOTAL				**R$ 150.552,00**

Torna público ainda que os seguintes itens restaram **desertos e fracassados**:

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE (KM)**	**RESULTADO**
3	ROTA: Jardim / Despraiado	24.480	FRACASSADO
4	ROTA: Castelona (período matutino)	18.000	DESERTO
5	ROTA: Mamede	14.880	DESERTO
7	ROTA: Pedra Preta	14.400	FRACASSADO
8	ROTA: Biquinha	24.480	FRACASSADO
11	ROTA: Cachoeira	16.800	DESERTO
12	ROTA: Varginha	24.000	DESERTO
13	ROTA: Campestre	14.400	DESERTO
17	ROTA: Urbanas Matutino: Júlio Campos / Mª Luiza / Ana Tereza / Rafael / Thermozina e Júlio Campos. Urbanas Vespertino: Sol Nascente / Maria Luiza / Ana Tereza / Nova Chapada / Monteiro / Rafael / Adolfo / Rafael / Abinel / Creche / Ana Tereza / Mª Luiza / Barracão.	27.600	FRACASSADO
19	ROTA: Urbanas Matutino: Toninho da FORD / Vista Alegre / Ana Tereza / Nova Chapada / Mª Luiza / Ana Tereza / Creche / Monteiro / Rafael / Abinel. Urbanas Vespertino: Abinel / Thermozina / Rafael / Monteiro / Creche / Ana Tereza / Mª Luiza / Nova Chapada / Ana Tereza / Vista Alegre / Toninho da FORD.	24.480	FRACASSADO
20	ROTA: Castelona	21.120	FRACASSADO
21	ROTA: Praia Rica (linha 2) – Daniel	21.600	DESERTO
22	ROTA: Praia Rica (linha 3) – Eclerverson	19.200	DESERTO

Chapada dos Guimarães/MT, 17 de abril de 2018.

ADJUDICO:

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

HOMOLOGO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

GABINETE
ERRATA A PORTARIA Nº.: 085/2018.

ERRATA A PORTARIA Nº.: 085/2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

No corpo do Inciso I, da Portaria nº.: 085/2018, onde se lê: "...Escola Moreira Cabral...".

Leia-se: "Escola Municipal Monteiro Lobato".

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 16 de abril de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º 028/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 028/2018.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2017, A FIM DE SUBSTITUIR O REPRESENTANTE TILULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em consonância com a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, combinado com o Decreto Presidencial nº 8.869, de 05 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO a Substituição da Secretária Municipal de Assistência Social, sendo nomeada a Sra. Roseli Mascarroz Belfort Mattos como nova titular da referida pasta**;**

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir a Representante Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social do COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA / PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, ficando Nomeada no posto a Sra. Roseli Mascarroz Belfort Mattos.

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: ROSELI MASCARROZ BELFORT MATTOS

SUPLENTE: ANA MARIA SILVA SAMPAIO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 17 de abril de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2018 CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E O INSTITUTO RAONI

Em 17 de abril de 2018, na sede do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.023.930/0001-38, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Senhor **NOBORU TOMIYOSHI,** brasileiro, casado, portador da CI/RG nº. 15.462.376 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 074.079.168-02, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **INSTITUTO RAONI,** regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 04.413.610/0001-78, com sede na Av. Marechal Rondon,1572, Setor Leste, Centro, cidade de Colíder, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ROPNI METYKTIRE,** brasileiro, portador da CI/RG n° 15539628 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 713.645.101-97 , residente e domiciliado na Aldeia Metuktire , na cidade de Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominado de **INSTITUTO RAONI,** celebram o presente Convenio, observando as disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente convênio foi autorizado pela Lei Municipal n° 2979/2018, e será regido por esta, bem como pelo que dispõe a Instrução Normativa SCV

SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, no que couber e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO, após análise do Plano de Trabalho e sanção da Lei autorizativa.

CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto atender às despesas com a organização e realização da **SEMANA DOS POVOS INDIGENAS DA AMAZÔNIA.**

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIOse obriga a efetuar a contribuição financeira de que trata a Cláusula Terceira deste Convênio na importância de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais), em parcela única, promovendo as transferências do recurso ao INSTITUTO RAONI.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO RAONI

a) O INSTITUTO RAONI deverá apresentar o plano de trabalho, o qual uma vez aprovado fará parte integrante deste convênio.

b) O INSTITUTO RAONI seobriga a empregar a integralidade dos recursos que lhe são destinados por força deste Convênio, exclusivamente nas metas e objetos do presente ajuste consoante especificado na Cláusula Terceira, bem como prestar contas do valor recebido em conformidade com o que dispõe a Lei n° 2979/2018, a qual faz parte integrante do presente Convênio.

c) O INSTITUTO RAONI deverá prestar contas, conforme dispõe o item 4. 1. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, bem como deverá no prazo de 60 (sessenta) dias, após o término do convênio, prestar as contas finais, na forma do que dispõe o item 2.2.2. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

d) o INSTITUTO RAONI deverá efetuar a abertura de uma conta corrente, em banco oficial para a movimentação do recurso, objeto deste convênio.

e) OINSTITUTO RAONI deverá efetuar a aplicação no mercado financeiro de eventuais saldos financeiros objeto do convênio, enquanto não utilizados, quando a previsão de uso for igual ou superior a um mês.

f) OINSTITUTO RAONI deverá efetuar a devolução de saldos financeiros remanescentes, inclusive de encargos que não forem utilizados na execução do convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

g) OINSTITUTO RAONIdeverá apresentar comprovantes de gastos, representados por notas fiscais, faturas ou recibos, em conformidade com o fornecedor, referentes ao respectivo período do convênio e ainda toda a documentação fiscal.

h) O INSTITUTO RAONI deverá apresentar a documentação institucional e sua regularidade fiscal, cujos documentos passam a fazer parte integrante deste.

i) A inexecução parcial ou total desde convênio, por parte do**INSTITUTO RAONI** implicará na aplicação do que dispõe o artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

Para a consecução do objeto deste Convênio, o MUNICIPIO repassará a importância de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais), em parcela única, por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

Unidade: 002 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura - Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social

Ação: 1017 Apoio a Eventos Culturais

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

Parágrafo único - O valor de que trata o caput da cláusula acima, será repassado ao **INSTITUTO RAONI**,após a assinatura do Convênio e respectivo empenho, junto à Tesouraria do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terminará em 31 de maio de 2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

O presente Convênio poderá ser reincidido por qualquer dos participes, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que estava em vigor, bem como os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mútuo consentimento entre as partes, através de instrumento aditivo, com exceção do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio em Jornal Oficial em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DIVERGÊNCIAS

Os participes elegem o foro da Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso, sede do MUNICÍPIO, com expressa renuncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser, para apreciar e julgar as divergências oriundas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COPIAS

Serão extraídas as seguintes cópias do presente Convênio.

a) Duas para o MUNICIPIO; b) Uma para o **INSTITUTO RAONI**; c) Uma em extrato, para publicação.

E por assim acordarem, os participes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 17 de abril de 2018.

MUNICIPIO DE COLIDERINSTITUTO RAONI

NOBORU TOMIYOSHIROPNI METYKTIRE

Prefeito Municipal de Colíder-MT Presidente

Testemunhas:

_____

_____

RG: RG:

CPF: CPF:

PORTARIA Nº 583/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** o senhor **ARNO MARTINS**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 16 de abril de 2018, designando – o para responder interinamente pelas

ações da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer até ulterior deliberação.

Artigo 2º - Pela responsabilidade interina descrita no Artigo anterior, não decorrerá direito de acréscimo aos seus vencimentos.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE ERRATA – EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte: **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Nº:** 068/2017; **OBJETO:** fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nas Unidades de Saúde da Família Bom Jesus, Torre, Nova Galileia I, Perim, Sagrada Família I, Santa Clara e Centro Municipal de Saúde de Colider/MT; **ONDE SE LÊ:** 42.785,77 **LÊ-SE**: 49.785,77.

Colider/MT, 17 de Abril de 2018

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

Publique-se

PORTARIA Nº 582/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, **ARNO MARTINS**, do cargo em comissão de Diretor de Departamento DAE I, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 16 de abril de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, **TEREZA PILONETO MANGOLIN**, do cargo em comissão de **Secretária Municipal de Educação**, lotada na Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 14 de abril de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 14 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR, **MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de abril de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 002/2018, que designou o senhor **MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO**, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer**, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 16 de abril de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº: 2979/2018 SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO, OBJETIVANDO CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO INSTITUTO RAONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Projeto de Lei nº 085/2018

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº: 2979/2018

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO, OBJETIVANDO CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO INSTITUTO RAONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder apoio financeiro mediante Convênio ao* **INSTITUTO RAONI,** com sede neste Município de Colider, inscrito no CNPJ sob o nº 04.413.610/0001-78.

PARÁGRAFO ÚNICO – *O valor a ser repassado será de R$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única a ser pago em conformidade com o Plano de Trabalho a ser apresentado pela entidade convenente.*

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei serão utilizados recursos orçamentários consignados na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

Unidade: 002 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura - Subfunção: 392 Difusão Cultural

Programa: 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social

Ação: 1017 Apoio a Eventos Culturais

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - *O objeto do Convênio a ser firmado entre as partes visa atender às despesas* com a organização e realização da **SEMANA DOS POVOS**

INDÍGENAS DA AMAZÔNIA, organizada pelo **INSTITUO RAONI, que realizar-se-á, em Colider entre os dias 18 e 21 de abril de 2018.**

Art. 4º - O prazo de vigência do Termo de Convênio a ser subscrito pelas partes encerra-se em 31 de maio de 2018.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal nos prazos previstos nesta Lei e de acordo com a Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 17 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colider-MT

PORTARIA Nº 580/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor Municipal, **MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO**, da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer para a Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de abril de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
LICITAÇÃO - ATO DE CONVOCAÇÃO Nº: 001/2018/SETOR LICITAÇÃO

ATO DE CONVOCAÇÃO Nº: 001/2018/SETOR LICITAÇÃO

A EMPRESA: FERRARI CELL LTDA – EPP

CNPJ Nº: **11.350.664/0001 - 05**

O MUNICÍPIO DE COLNIZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC sob nº. *04.213.687/0001-02,* situada à *Avenida Tarumã, nº. 116, Centro, Colniza – MT,* neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, vem convocar A EMPRESA: **FERRARI CELL LTDA – EPP**, **CNPJ Nº: 11.350.664/0001 – 05, de**vidamente qualificada nos autos do **Processo Licitatório nº. 18.044/2017 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 038/2017,** considerandoque a **Empresa M P DOS ANJOS EIRELI - ME**, devidamente qualificada nos autos do procedimento administrativo em questão, habilitada com primeira colocada, convocada para assinar contrato administrativo com a Prefeitura Municipal, não compareceu e nem apresentou justificativa, motivo pelo qual está sendo feita esta convocação.

Em conformidade com o disposto no Art. 64 da Lei 8666/93, a imposição legal coloca a convocação como dever da Administração, e é o que se percebe quando da analise desta norma, abaixo transcrita:

Art. 64. *A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos,* ***sob pena de decair o direito à contratação****, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.*

§ 1o *.....*

§ 2o *É facultado à Administração,* ***quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado****,* inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, *ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.*

Com base no dispositivo legal supracitado, **CONVOCAMOS** a empresa **FERRARI CELL LTDA – EPP**, inscrita no **CNPJ Nº: 11.350.664/0001 – 05,** como licitante remanescente, paraassinar contrato com esta administração, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado. Solicitamos, também, que a resposta á esta convocação, nos seja enviada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não manifestação ser interpretada como não aceite. No caso de aceite, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para procurar a Administração e assinar contrato ou receber Nota de Empenho.

Sendo só para o momento, manifestamos votos de consideração e apreço.

MAURICIO R. V. DE JESUS

Pregoeiro Oficial

Ao Ilustríssimo Representante Legal

FERRARI CELL LTDA - EPP

AVENIDA NOVE DE MAIO, 592 – N, MÓDULO 01, JUINA/MT

CEP: 78.320 - 000

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2018

PROCESSO: 24.067/2018

A Comissão Provisória de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 033/GP/2018 de 01/02/2018 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo na Lei Nº. 11.947/09 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei nº 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98), que está procedendo à *Chamada Pública nº. 001/2018*, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para uso na merenda escolar nas escolas municipais. Abertura acontecerá no dia 07/05/2018 as 08h00 da manha na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colniza – MT. Colniza/MT, 17 de Abril de 2018.

Pedro Pereira Filho

Presidente da Comissão Provisória de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório: Nº 004/2018

Modalidade: Tomada de Preços nº 002/2018.

Objeto: Aquisição de Material de Expediente (Papelaria) para atender as necessidades da Câmara Municipal.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Comodoro/MT, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados no ***Processo Licitatório nº 004/2018, Modalidade Tomada de Preço nº 002/2018***, que tem como objetivo aquisição de Material de Expediente (Papelaria) para atender as necessidades da Câmara Municipal, que não acudiram interessados, sendo a licitação declarada **DESERTA**.

Comodoro/MT, 17 de abril de 2018.

EVELYN DE BRITO ALMEIDA - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ROSA ADRIANA DOURADO- Secretária da CPL

APARECIDA DE ALMEIDA DIAS DE SÁ - Membro da CPL

PORTARIA Nº 019/2018 DE 11/04/2018

PORTARIA Nº 018/2018 DE 11/04/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder *FÉRIAS* ao servidor *FABIANO FELIPE DA COSTA*, lotado no cargo de Agente Legislativo de Transporte Cat. "AC", *no período de 17/05/2018 a 15/06/2018*, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 01/02/2018, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente Biênio 2017/2018**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1ª Secretária

PORTARIA Nº 018/2018 DE 11/04/2018

PORTARIA Nº 018/2018 DE 11/04/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder *FÉRIAS* a servidora *MARTHA FONTINI CATELANI*, Agente Legislativo de Zeladoria, lotada no cargo de Chefe do Departamento de Material e Patrimônio, *no período de 01 a 30/05/2018*, referente ao período aquisitivo de 17/07/2016 a 17/07/2017, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente Biênio 2017/2018**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1ª Secretária

EXTRATO PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PRORROGAÇAO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que PRORROGARÁ a Tomada de Preços nº 004/2018 para **EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO CRISTO REI, DE ACORDO COM PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PROPOSTA Nº 13925.5050001/16-003, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS,** com abertura prevista para o dia 30/04/2018 às 09:00 horas (Horário oficial de Brasília), fica prorrogada para o dia 02/05/2018 às 09:00 horas (Horário Oficial de Brasília). Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Comissão Permanente de licitação das 8:30 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 17 de abril de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 02/04/2018 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 014/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** consagraram – se vencedoras as empresas licitantes**: S.J ART´S GRÁFICA LTDA – ME, ABILIO IZAIAS LINHARES36688223104–MEI, MBASS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME, CORDEIRO E BATISTA LTDA - EPP .**

Comodoro – MT, 02 de Abril de 2018.

ARYADNE GUILHERME DA SILVA

PREGOEIRA

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 026/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES PARA ATENDER OS VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS EM TRÂNSITO NA BR 174**, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 04/05/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 17 de abril de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará

licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 025/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE CAVALO E PRANCHA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS**, cuja abertura ocorrerá às 11:00 horas do dia 02/05/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 17 de abril de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO ADITIVO 066/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 066/2018 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 046/2018

DATA: 11 /04/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CONSTRUTORA BORGES LTDA – ME

OBJETO: Substituição das pontes abaixo relacionadas, que constam na Tomada de Preços nº002/2018:

Construção de Pontes de Madeira

- Ponte 4 – Ponte Praia Alta I – Rio Vermelho – Sperafico a Boi Gordo;

- Ponte 5 – Ponte Córrego Serraria – Gleba XII de Outubro;

Reforma de Pontes de Madeira

- Ponte 2 – Ponte do Sr. Antônio – Sentido Escola – P.A. Miranda;

- Ponte 4 – Ponte do Toniquinho – P.A. Miranda;

- Ponte 9 – Ponte Farol – Gleba Pantanal;

Execução de caixa de aterro

- Ponte 4 – Ponte Praia Alta I – Rio Vermelho – Sperafico a Boi Gordo;

- Ponte 5 – Ponte Córrego Serraria – Gleba XII de Outubro.

Sendo acrescentadas as seguintes pontes em substituição:

- Ponte 11 – Ponte Gleba Noroagro;

- Ponte 12 – Ponte Estrada para Granja - Nova Alvorada;

- Ponte 13 – Ponte Quatro Pontes – Estrada Sperafico;

- Ponte 14 – Ponte Rio Piolho – Estrada Sperafico.

Devido às essas substituições a Planilha Orçamentária foi alterada para a seguinte forma:

- Item 1.0 – Construção de Pontes de Madeira – Total do Item R$622. 818,84, ficando o valor R$451.192,08;

- Item 2.0 – Reforma de Pontes de Madeira – Total do Item R$281.216,64, ficando o valor de R$452.313,88.

Com as alterações acima citadas, faz-se necessária a supressão no valor de R$529,52 (quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos) uma vez que os mesmos não serão mais utilizados.

DOTAÇÃO: 09.03.2.249.44.90.51 (884)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 190/2018 DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 190/2018 de 17 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal MARIA LUCIA FERREIRA DIAS, matricula 000533, ocupante do cargo efetivo de PROF. DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
31/07/2011 A 29/07/2016	27/04/2018 A 25/07/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 17 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 017/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 017/2018

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, Pregão Presencial 017/2018, com abertura prevista para o dia 19 de abril de 2018, as 09h00min, cujo objeto é "PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **AQUISIÇÃO DEMATERIAL PERMANENTE, SENDO MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O LABORATORIO MUNICIPAL, HOSPITAL MUNICIPAL E O PROGRAMA DST/HIV/AIDS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE"**, prorroga-se o prazo de abertura do edital, para 30 de Abril de 2018 às 09h00min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

Confresa-MT, 17 de Abril de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 189/2018 DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 189/2018 de 17 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Ordem exarada nos autos 12041.43.2017.811-0059 da Segunda Vara da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora aprovada no Concurso Público Municipal 001/2015, e convocada pelo Edital de Convocação 001/2018 de 11/04/2018.

CARGO	CH	CLA	CANDIDATO APROVADO	LOTAÇÃO
PNSS-ENFERMEIRO - 40 HORAS	40	8º	JEANE LUZ COSTA	SAÚDE

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se ás disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 17 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 - PREVICONQUISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PREVI-CONQUISTA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 001/2018

Considerando o cumprimento dos requisitos previsto e nos termos permissivos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica da Previdência Social, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa A.L. DE SOUZA & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.669.533/0001-14, com sede a Avenida Municipal nº 1544 B, Centro, em Pontes e Lacerda - MT, neste ato representado por seu sócio proprietário AIRTON LÁZARO DE SOUZA, brasileiro, casado, médico ortopedista, portador da cédula de identidade médica nº 3649 CRM/MT e no CPF: 329.604.501-59, residente e domiciliado a Avenida Municipal, nº 1544, Centro, em Pontes e Lacerda – MT, sendo o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por perícia médica para concessão de auxilio doença no total de 30 (trinta) perícias; e R$ 400,00 (quatrocentos reais) para pericia médica para concessão de aposentadoria por invalidez ou reavaliação, sendo 03 (três) pericias médicas no total. Dessa forma, o valor previsto total de contratação é de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Já se encontram inclusos todas as despesas necessárias para execução do objeto. Os pagamentos serão realizado mediante apresentação de documento fiscal correspondente aos serviços realizados.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2018.

Hélio José Garcia Mendes

Secretário de Administração

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2478/2018

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018, que tem como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de Patrulha Mecanizada composta por 01 Caçamba Trapezoidal para acoplamento na Escavadeira, conforme Contrato de Repasse nº 853521/2017/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado do Município de Conquista D' Oeste, não compareceu nenhuma empresa ao certame, dessa forma, foi considerada DESERTA. Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2018.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2439/2018

OBJETO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL EM POSTOS DENTRO DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE A SER UTILIZADO PELA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Credenciamento e abertura: 03/05/2018 - Horário de Cuiabá – 08:00 horas.

Maiores Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000.

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DO PREGÃO 028/2018 PROCESSO 047/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 028/2018 obteve os seguintes resultados: A empresa CONSTRUTORA ZANIN LTDA CNPJ: 07.673.268/0001-33 foi vencedora dos itens **1,2 e 3 com valor global de R$ 303.000,00 (trezentos e três mil).** O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 17 de abril de 2018.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 060/2018 DISPENSA 009/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo presidente e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 060/2018

b) Licitação Nr.: 009/2018- DL

c) Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

d) Data Homologação: 17/04/2018

e) Objeto da Licitação:**"AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA SEMINOVA - COM 14 DISCOS DE 26 POLEGADAS, COM CONTROLE REMOTO, CONFECCIONADA EM AÇO ESTRUTURAL DE ALTA RESISTÊNCIA, LUBRIFICAÇÃO PERMANENTE EM OTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E OPERAÇÃO."**,

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012720- MARCELO DREHER 01 ITEM NO VALOR GLOBAL DE R$ 17. 500 (dezessete mil e quinhentos reais).

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2018 PROCESSO Nº 060/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é "AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA SEMINOVA - COM 14 DISCOS DE 26 POLEGADAS, COM CONTROLE REMOTO, CONFECCIONADA EM AÇO ESTRUTURAL DE ALTA RESISTÊNCIA, LUBRIFICAÇÃO PERMANENTE EM OTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E OPERAÇÃO.**", com fulcro no artigo 24 da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: MARCELO DREHER

CPF: 015.204.701-85

ENDEREÇO: LINHA GUAÚCHA – COTRIGUAÇU -MT

VALOR GLOBAL: R$ 17.500,00 (Dezessete mil e Quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 02 (dois) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 17 Abril de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 032/2018 - PROCESSO 051/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 051/2018

b) Licitação Nr.: 032/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 17/04/2018

e) Objeto da Licitação: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARAME GALVANIZADO LISO PARA CONFECÇÃO DE CERCAS, ENTREGUES NA SEDE DESTE MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

- 010097- D.KISCHKEL - ME - 01 ITEN – VALOR GLOBAL DE R$ 59. 535,00 (cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 032/2018 PROCESSO 051/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 032/2018 obteve o seguinte resultado: A empresa D. KISCHKEL - ME CNPJ: 07.256.802/0001-06 foi vencedora do item **1 com valor global de R$ 59.535,00 (cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais).** O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 17 de abril de 2018

RESULTADO DO PREGÃO 030/2018 PROCESSO 049/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 030/2018 obteve os seguintes resultados: A Empresa MARIA DO CARMO RAMOS DA SILVA-ME foi vencedora do item 1 da licitação, com valor global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 10 de Abril de 2018.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 030/2018 - PROCESSO 049/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 049/2018

b) Licitação Nr.: 030/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 10**"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 43 LUGARES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADES, EDUCAÇÃO E SAÚDE."**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

9698 – MARIA DO CARMO RAMOS DA SILVA-ME – VALOE GLOBAL R$ 28.000,00

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 028/2018 - PROCESSO 047/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 047/2018

b) Licitação Nr.: 028/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 12/04/2018

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, QUE ESTEJA DISPONIVEL PARA RETIRADA EM UMA DISTÂNCIA DE NO MÁXIMO 250KM DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

- 010578- CONSTRUTORA ZANIN LTDA - 03 ITENS – VALOR GLOBAL DE R$ 303.000,00 (trezentos e três mil).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77.206/2017)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 001/2018, cujo objeto é** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos, sob demanda, objetivando atender as necessidades da Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT.

ITENS: 10, 13, 22, 24, 28, 33, 34, 37, 41, 43, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 82, 84, 87, 88, 90, 92, 94, 96, 101, 102, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 120, 140, 154, 155, 157, 158, 159 e 165.

Empresa Vencedora: AMP HOSPITALAR EIRELI ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 271.455,81 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

ITENS: 3, 14, 39, 51, 80, 81, 104, 105, 121, 122, 129, 132, 133 e 153, 156.

Empresa Vencedora: CIRÚRGICA CONÇALVES LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 128.259,25 (cento e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

ITEM: 114.

Empresa Vencedora: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 83.999,72 (oitenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos).

ITENS: 5, 6, 7, 9, 11, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 71, 72, 77, 83, 85, 86, 97, 112, 146, 147, 148, 149, 150 e 151.

Empresa Vencedora: DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO-MÉDICOS LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 62.384,37 (sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

ITENS: 115, 119, 128 e 136.

Empresa Vencedora: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 300.553,81 (trezentos mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos).

ITENS: 126, 127 e 134.

Empresa Vencedora: DX INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 31.985,45 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

ITENS: 1, 2, 4, 8, 15, 23, 25, 38, 50, 73, 74, 75, 78, 91, 93, 95, 98, 99, 103,106, 118, 125, 130, 144, 145, 152, 160, 161, 162 e 163.

Empresa Vencedora: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 137.876,44 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

ITENS: 117, 123, 131, 135, 137, 138 e139.

Empresa Vencedora: HDX COMERCIAL EIRELI - ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 136.269,95 (cento e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

ITENS: 18, 49 e 89.

Empresa Vencedora: SALVI LOPES E CIA LTDA ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.956,80 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

ITEM: 124.

Empresa Vencedora: V.S. COSTA & CIA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 11.599,60 (onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

ITEM DESERTO: 141.

ITENS FRACASSADOS: 70, 76, 100, 108, 142, 143 e 164.

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos - Interino

Cuiabá/MT, 17 de abril de 2018.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77.206/2017)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 001/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos, sob demanda, objetivando atender as necessidades da Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT.

ITENS: 10, 13, 22, 24, 28, 33, 34, 37, 41, 43, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 82, 84, 87, 88, 90, 92, 94, 96, 101, 102, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 120, 140, 154, 155, 157, 158, 159 e 165.

Empresa Vencedora: AMP HOSPITALAR EIRELI ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 271.455,81 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

ITENS: 3, 14, 39, 51, 80, 81, 104, 105, 121, 122, 129, 132, 133 e 153, 156.

Empresa Vencedora: CIRÚRGICA CONÇALVES LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 128.259,25 (cento e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

ITEM: 114.

Empresa Vencedora: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 83.999,72 (oitenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos).

ITENS: 5, 6, 7, 9, 11, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 71, 72, 77, 83, 85, 86, 97, 112, 146, 147, 148, 149, 150 e 151.

Empresa Vencedora: DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO-MÉDICOS LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 62.384,37 (sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

ITENS: 115, 119, 128 e 136.

Empresa Vencedora: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 300.553,81 (trezentos mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos).

ITENS: 126, 127 e 134.

Empresa Vencedora: DX INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 31.985,45 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

ITENS: 1, 2, 4, 8, 15, 23, 25, 38, 50, 73, 74, 75, 78, 91, 93, 95, 98, 99, 103,106, 118, 125, 130, 144, 145, 152, 160, 161, 162 e 163.

Empresa Vencedora: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 137.876,44 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

ITENS: 117, 123, 131, 135, 137, 138 e139.

Empresa Vencedora: HDX COMERCIAL EIRELI - ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 136.269,95 (cento e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

ITENS: 18, 49 e 89.

Empresa Vencedora: SALVI LOPES E CIA LTDA ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.956,80 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

ITEM: 124.

Empresa Vencedora: V.S. COSTA & CIA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 11.599,60 (onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Huark Douglas Correia

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 17 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 078-18

PORTARIA Nº. 078/2018. DENISE/MT, 09 DE ABRIL DE 2018.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORa PÚBLICa MUNICIPAl, conforME PROGRAMAÇÃOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do Título III, Capítulo III, Art. 65, da ***LEI MUNICIPAL Nº. 149/94,***de 17.03.94, **FÉRIAS**, conforme programações abaixo, a servidora pública municipal desta Prefeitura.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 10/04/2018 A 09/05/2018.			
MAT	**FUNCIONÁRIO (A)**	**FUNÇÃO**	**PERÍODO AQUISITIVO**
229	Maria Aparecida Atanázio de Almeida	Vigilante	04/05/2016 a 03/05/2017.

Art. 2º - Os encargos decorrentes da aplicação do art. 64 e art.65, §3º e §6º da Lei supracitada serão devidos e pagos aos servidores junto da remuneração do mês corrente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 09 (nove) dias do mês de Abril de ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 007-18

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018. DENISE – MT, 17 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, O SENHOR JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, CONSIDERANDO O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO DESTA PREFEITURA, NOS TERMOS DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015.

Considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal;

Considerando a realização das provas do Concurso Público Municipal nº. 001/2015, realizado em 31/05/2015 e 21/06/2015;

Considerando que todas as exigências do regulamento e do Edital do Concurso foram cumpridas tendo sua homologação através do Decreto n.º 009/2015 de 15 de Julho de 2015;

Considerando o Decreto n.º 022/2017, que prorroga por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Denise-MT, correspondente ao Edital n.º 001/2015, homologado em 10 de Julho de 2015, ficando vigente até 10 de julho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados (a) os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a) a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30(trinta) dias a contar deste ato.

Parágrafo Único – *O não comparecimento no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga, o candidato aprovado que não apresentar no prazo fixado por este edital; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o município de Denise – MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.*

Art. 2º - Os candidatos (a) convocados (a) são os (a) seguintes:

CARGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
16º	ANGELA PEREIRA ANTÔNIO	00453

Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, 17 (dezessete) de Abril do ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Venho através de o presente encaminhar documentação relativo a Posse em Concurso Público 001/2015, conforme relacionado abaixo:

Cópia:

( ) Carteira de Identidade – RG;

( ) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

( ) Título de Eleitor e comprovante da Justiça Eleitoral da última eleição;

( ) Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado cópia CPF do cônjuge);

( ) Carteira de Trabalho;

( ) PIS/PASEP;

( ) Telefone para contato: ( ) _____;

( ) Comprovante de residência;

( ) Certidão de filhos menores de 21 anos;

( ) Reservista ou Alistamento Militar (Sexo Masculino);

( ) Carteira Nacional de Habilitação (Cargo de Motorista/Operador de Máquinas);

( ) Registro de Classe (caso o cargo exija);

( ) Comprovante de escolaridade (Histórico/Atestado e/ou Certificado de Conclusão);

( ) Cartão de Vacinação do filhos menores de 06 anos

( ) CPF do Pai e da Mãe.

Original:

( ) Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe;

( ) Exame Médico Admissional;

( ) Certidão de Antecedentes Cíveis e Criminais;

( ) Declaração de Bens;

( ) Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública;

( ) 01 Foto recente 3 x 4;

( ) Número da agência e conta de corrente (não pode ser poupança);

( ) Certidão Negativa de Tributos e Água e Esgoto Municipais.

Recebi em _____/_____/_____.

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE – CNPJ: 03.953.718/0001-90.

NOME:

DATA DE NASCIMENTO:

RG:

CPF:

CARGO PRETENDIDO:

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) APTO

( ) INAPTO

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Assinatura do Servidor (a)	Data: _____/_____/_____ Carimbo/assinatura Médico e CRM

ÓRGÃO EMPREGADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE – CNPJ: 03.953.718/0001-90.

Nome do Servidor: _____

_____

Identidade nº _____Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____

_

Naturalidade:

_____

_____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( ) Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura:_____ Pulso:_____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Ascultа_____

Ap. Circ. Ascultа:_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____

Coluna Vertebral_____

Membros_____

Sistema Nervoso _____

Exames Complementares _____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Assinatura do Servidor (a)	Data: _____/_____/_____ Carimbo/assinatura Médico e CRM

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 079-18

PORTARIA Nº. 079/2018. DENISE/MT, 16 DE ABRIL DE 2018.

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO DE NÍVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - PROMOVER, através da elevação de NÍVEL **as servidoras do quadro efetivo abaixo relacionadas, conforme o que estabelece no Titulo IV, Capitulo I, Seção II, Artigo 42, da LEI MUNICIPAL Nº. 285/99 de 17 de Março de 1999, do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Denise** – MT, alterado pela Lei Municipal nº. 408/2004, Art. 1º e Parágrafo 2º.

MAT	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	CLASSE/NÍVEL	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
782	Genilda D'Orázio	16/04/2012	C / 02	C / 03
783	Maria de Lourdes de Oliveira	16/04/2012	C / 02	C / 03
784	Vera Lúcia Alves de Araújo	16/04/2012	C / 02	C / 03
788	Daniele Cristina da Silva Soares	16/04/2012	C / 02	C / 03
789	Josiane Bispo Correa	16/04/2012	C / 02	C / 03

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 16 (dezesseis) dias do mês de Abril do ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 274/2017

CONTRATADO: LUCELMA SUZANA TEIXEIRA VANNI

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 274/2017**, que teve como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Veterinária**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária** com inicio dia **10/04/2017** e termino dia **09 de Abril de 2018**.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALNº 014/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "Menor por item",tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONNERS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**,que se deu no dia 26/03/2018, onde sagrou-se vencedora dos itens de nº 47065,

47062 e 47054 a empresa ALEXANDRE VENSO BONFIN-ME, perfazendo um valor total de R$ 23.508,00 (Vinte e três mil e quinhentos e oito reais), sobre os itens. A empresa **TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP,** sagrou-se vencedora dos itens de nº 47057, 47073 e 47066 perfazendo um valor total de R$ 12.631,20 (Doze mil seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos). A empresa **MARIA JOSE DOS REIS NETO – ME,** sagrou-se vencedora dos itens de nº 47072, 47056, 47079, 47063, 47061, 47059,

47058, 47055 e 47074 perfazendo um valor total de R$ 11.830,80 (Onze mil oitocentos e trinta reais e oitenta centavos). A empresa **HAROLDO ALVES DE LIMA** sagrou-se vencedora dos itens de nº 47060, 47064 e 47078 perfazendo um valor total de R$ 6.835,20 (Seis mil oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos). A empresa **P. V. PEREIRA ROSSDEUTSCHER – ME,** sagrou-se vencedora dos itens de nº 47080 e 47075 perfazendo um valor total de R$ 5.275,20 (Cinco mil duzentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 17 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
DECRETO Nº 019/2018

Ementa: Regulamente a conversão da Licença Prêmio em Pecúnia e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de Diamantino-MT, **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Diamantino – MT e, **CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer regras objetivas para a conversão da licença prêmio em pecúnia, quando assim requerido pelo servidor:

DECRETA:

Art. 1º - A Licença Prêmio por Assiduidade, prevista no artigo 73 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Diamantino – MT (Lei Municipal 006/1990), poderá ser convertida em abono pecuniário, a critério da Administração, desde que o servidor comprove, mediante atestado ou laudo médico, enfermidade ou outro evento que acometa a sua saúde, ou a saúde de parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Parágrafo Único: o laudo ou atestado médico devem ser expedidos com no máximo trinta dias.

Art. 2º - A concessão da conversão dependerá do preenchimento de todos os requisitos da licença prêmio por assiduidade, e de não estar o servidor inserido em nenhum dos impedimentos do artigo 74 da Lei Municipal 006/1990.

Art. 3º - O pedido deverá ser protocolado no setor de protocolo e direcionado ao Secretário Municipal de Administração, que será a autoridade competente para emitir a decisão, cabendo recurso ao Prefeito Municipal, em caso de ilegalidade da decisão anterior.

Art. **4º** - O deferimento do pedido também estará condicionado à disponibilidade orçamentária da Administração, bem como à comprovação de que a enfermidade ou problema que acometa a saúde do servidor ou de seu parente, demande dispêndios financeiros por parte do requerente.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 20 de fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que ás 08:00 horas do dia 02 de Maio de 2018, estará **REABRINDO** o pregão presencial, para o **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCARIA, PARA OCUPAR E EXPLORAR A TITULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERIODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E DE EMPRESTIMOS CONSIGNADOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Pelo motivo de no ato da sessão não ter comparecido nenhum interessado. Portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 02/05/2018. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 17 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que ás 14:00 horas do dia 02 de Maio de 2018, estará **REABRINDO** o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Pelo motivo de no ato da sessão não ter comparecido nenhum interessado. Portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 02/05/2018. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 17 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR JURÍDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento realizado pela servidora MARLY CAETANO PEREIRA, visando a correção da data base de aquisição das férias, em vista da mudança decorrente do seu afastamento de 05 (cinco) meses pelo INSS.

Por sua vez, o Setor Jurídico emitiu o Parecer Jurídico n° 33/2017, datado de 05.07.2017.

Como não houve decisão administrativa a respeito, a servidora provocou o Município para tanto.

Pois bem,

Conforme bem fundamentado em parecer, o período de afastamento pelo INSS suspende o contrato de trabalho e, por via de consequência, o cômputo do período aquisitivo de férias, quando não tratar de afastamento superior à 06 (seis) meses, caso em que, aplicável, por analogia, o art. 133, inciso IV, da CLT.

Por essas razões, como o afastamento da servidora não ultrapassou 06 (seis) meses, o pedido é indeferido, em consonância com o Parecer Jurídico nº 33/2017.

Diamantino/MT, 16 de abril de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°023/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO PARA ATENDER A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA IND. COM. E MEIO AM-

BIENTE E SECRETÁRIA DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 4.340,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS)

PRAZO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA ATÉ 11/06/2018

CONTRATADO: REMALI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 12 DE ABRIL DE 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°022/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO ASSENTAMENTO PA BOJUÍ NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS)

PRAZO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: L.F. PEREIRA ENGENHARIA-EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 12 DE ABRIL DE 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 002/2018, oriunda do Pregão Presencial nº 002/2018 – SRP da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia-MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 – REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA IND. COM. E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

RAPHAEL ONOFRE CASTANHO DA SILVA-ME

ITEM	DESCRIÇÃO	LOTE	QTD. VEÍCULOS	QTD. MESES	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE TIPO POPULAR 1.0.	01	02	24	1.850,000	44.400,00
03	LOCAÇÃO DE VEICULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, TIPO PICK-UP.	01	02	24	3.280,000	78.720,00
VALOR TOTAL						**R$ 123.120,00**

Valor Total Estimado R$ 123.120,00 (Cento e Vinte e três mil e cento e vinte reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Os contratos serão efetivados conforme a necessidade da Administração

Diamantino– MT, 17 de Abril de 2018.

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA: na publicação feita no dia 19 de Março de 2018, Edição nº 2939, página 137 , no diário oficial dos Municipios referente ao EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR- CONTRATO 067/2017

ONDE SE LÊ: VALOR CONTRATADO: R$2.271.537,70 (DOIS MILHÕES DUZENTOS E SETENTA E UM MIL QUINHENTOS E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS)

VALOR APÓS O ADITAMENTO: R$2.366.680,66 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E SESSENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

LEIA-SE:VALOR CONTRATADO: R$ 2.574.138,70 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO MIL CENTO E TRINTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS)

VALOR APÓS O ADITAMENTO: R$ 2.636,793.82 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E TRINTA E SEIS MIL SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS.

Diamantino/MT, 17 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 026/2018

CONTRATADO:**EDNILSON ALVES PEREIRA 452219796100**

CNPJ: 13.503.983/0001-20,

OBJETO:O objeto do presente contrato é a prestação de serviços na locação com instalação de som mecânico e telão de produção de imagens, incluindo iluminação, microfone sem fio e com fio, incluindo transporte dos equipamentos montagem e desmontagem para atender as secretarias de: saúde, educação esporte e lazer, assistência social, administração, do município de Dom Aquino – MT .

Obs.: a prefeitura municipal de Dom Aquino-MT, não se responsabiliza por dados aos equipamentos.

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de 150 dias, com inicio a contar da data de assinatura do contrato para a execução total dos serviços contratados.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de **R$ 18.000,0 (dezoito mil reais).**

DATA DO TERMO: 28/03/2018

DOM AQUINO – MT,

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 001/2018.

DATA: 02 de ABRIL de 2018.

SÚMULA: Cria a Comissão de Farmácia e Terapêutica

O Secretário Municipal da Saúde, no uso dos poderes que lhe são conferidos e, considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; Considerando o decreto n º 7.508, de 28 de junho de 2011 (COAP).Art.27. O Estado, o Distrito Federal e o Município poderão adotar relações específicas e complementares de medicamentos, em consonância com a RENAME, respeitadas as responsabilidades dos entes pelo financiamento de medicamentos, de acordo com o pactuado nas Comissões Intergestores;

Considerando O Decreto n° 7.508/2011, além de buscar a regulação da estrutura organizativa do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, regulamentou também a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases); e a Rename, que compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS. Por meio da Resolução nº 1/CIT, de 17 de janeiro de 2012, foram aprovadas as Diretrizes Nacionais da Rename no âmbito do SUS, enquanto a Portaria nº 533, de 28 de março de 2012, estabeleceu o elenco de medicamentos e insumos aqui apresentados. Atualizar permanentemente a, que aprova a 8ª edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2013;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Natal - MT.

Art. 2º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica será regida nos termos desta portaria.

Art. 3º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Natal - MT é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Art. 4º - São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Natal - MT:

I. estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos; II. definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação municipal de medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação; III. estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município; IV. elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais; V. fornecer informação sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe desaúde; VI. fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe desaúde; VII. assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Art. 5º- A Comissão de Farmácia e Terapêutica de Feliz Natal- MT é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por profissionais de saúde, servidores da Secretaria Municipal de Saúde (minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos e enfermeiros).

Art. 6º - Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º - Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão;

§2º - Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Art. 7º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que o primeiro da lista exercerá a função de presidente da Comissão:

I. Ana Carolina Barbosa Lima Ramos (Farmacêutica); II. Crisomar Vieira de Carvalho (Secretario de Saúde) III. Julio Ricardo Schlosser Peria (Médico); IV. Silmara de Souza (Enfermeira). V. Marta Dama (Assistente Social); VI. Adriane Augusta de Morais (Odontóloga);

Art. 8º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros consultivos:

I. Laercio Luiz Pesamosca (Farmacêutico e Bioquímico);

II. Rafaela Carfane Zocal (Odontóloga);

III. Tarso Felipe Sousa Costa (Enfermeiro).

IV. Genival da Silva Neves (Médico);

V. Evelyn Caldeira (Enfermeira).

Art. 9º - Em um prazo de até 15 dias a partir da publicação desta portaria a Comissão de Farmácia e Terapêutica deverá elaborar e apresentar, para homologação da Secretaria Municipal de Saúde, a nova Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) do Município de Feliz Natal - MT.

Art. 10 - A partir da data de publicação da REMUME referida no artigo anterior, a Comissão de Farmácia e Terapêutica terá um prazo de até 90 dias para elaboração e apresentação, para homologação da Secretaria Municipal de Saúde, de uma proposta para o seu regimento interno.

Art. 11 - Considerando-se o relevante interesse público relativo à Comissão de Farmácia e Terapêutica e inerência das atribuições dos membros às atividades do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Art. 12 - As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica têm caráter normativo e devem ser publicadas,

depois de homologadas pela Secretaria de Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.

Art. 13 - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE MARÇO de 2018.

CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO

Secretário Municipal de Saúde

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 16 de Abril de 2018, a CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO EXCLUSIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores atendendo, a Lei nº. 11.947/2009 Resoluções/FNDE/CD nº. 038/2009 e 25/2012 e Instrução Normativa nº. 002/2009/GS/SEDUC/MT, para que produza os desejados efeitos legais, onde empresa: COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE: sagrou-se vencedora do LOTE 001 no valor de R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais); CIPRIANO DA ROSA PAZETO, vencedor do Lote 0002: no valor de R$ 21.136,00 (vinte e um mil cento e trinta e seis reais) ELIANE PAULA AMORIN, vencedora do Lote 003, no valor de R$ 19. 500,00 (dezenove mil e quinhentos reais); e o senhor CLAUDIO JOSE TOMAZELLI, vencedor do lote 04 no valor de R$ 17.407,50 (dezessete mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos)

Feliz Natal – MT, 17 de Abril de 2018.

ELAINE HEEMANN

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ERRATA DO 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012

O município de gaúcha do Norte MT, neste ato representado pelo senhor Prefeito **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, no uso de suas atribuições, publica **ERRATA** do 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012;

LEIA-SE:

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012;

Gaúcha do Norte MT, 17 de Abril de 2018.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2018

Aos 16 dias do mês de Fevereiro de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301- 59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para SERVIÇOS MECANICOS EM GERAL, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor CLARICE PIACENTINI 91525926187		CNPJ 25.068.075/0001-35
Endereço RUA PARANA		Nº SN
Bairro VILA NOVA	Cidade GAUCHA DO NORTE	CEP 78875000
Representante Legal		CPF 915.259.261--8
Email		Telefone 6684167021

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	28263	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS	UN - UNIDADE		1000,0000	179,0000	179.000,0000
2	28264	SERVIÇO EM MANUTENÇÃO GERAL DE RETIFICA DE MOTORES	UN - UNIDADE		1000,0000	189,0000	189.000,0000
3	28266	MÃODE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE CAMINHÕES	UN - UNIDADE		600,0000	142,0000	85.200,0000
4	28267	SERVICE DE SOLDA MIG E OXIGÊNIO EM PEÇAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE	UN - UNIDADE		800,0000	79,0000	63.200,0000
5	28268	SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO EM PEÇAS, MÁQUINAS E EUIPAMENTOS EM GERAL INCLUINDO FORNECIMENTO DE	UN - UNIDADE		1000,0000	105,0000	105.000,0000
6	28269	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS MAQUINA EM GERAL	UN - UNIDADE		800,0000	142,0000	113.600,0000
7	28270	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE ÔNIBUS/MICRO ONIBUS	UN - UNIDADE		600,0000	142,0000	85.200,0000

TOTAL 820.200,0000

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 8/2018. **2.1** –

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 8/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 8/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 8/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço. **2.5**

– A fiscalização do contrato será feita por meio do seu respectivo fiscal, servidores abaixo nomeados através da portaria Nº00000227/2017/GP/PMT:

SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS MARLI GONÇALVES CONSTANTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPODANIELE REGELMEIER **3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

CLARICE PIACENTINI 91525926187

MARLI GONÇALVES CONSTANTE PORTARIA

Nº 227/2017

DANIELE REGELMEIER PORTARIA

Nº 20/2018

Testemunhas

Nome:

CPF:../-

Nome:

CPF:../-

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR N.º 026/2018

LEI COMPLEMENTAR N.º 026/2018 De, 11 de abril de 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 010 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 11 da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - Os vencimentos base dos cargos públicos de provimento efetivo estão dispostos no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1° - Para constituição dos Níveis e Classes os valores dos vencimentos serão acrescidos dos seguintes percentuais sobre o vencimento base para cada cargo:

I - Horizontal

Grupo Ocupacional Serviços Elementares

(5 classes): Classe A: 0,0%; Classe B: 20,0%; Classe C: 20%, Classe D: 30% e Classe E: 30%.

Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior

(5 classes): Classe A: 0,0%; Classe B: 20,0%; Classe C: 10%, Classe D: 10%, e Classe E: 10%.

QUADRO 1

NÍVEIS E CLASSES

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	20%	30%	30%
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					

QUADRO 2

NÍVEIS E CLASSES

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	10%	10%	10%
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					

§ 2º - Os valores de vencimentos dos ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão estão estabelecidos no anexo II, item 1 desta Lei Complementar.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 12 da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 - Os servidores efetivos e os servidores estáveis na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 terão direito de perceber um adicional de até 40% (quarenta por cento) calculado sobre o valor do salário mínimo federal vigente, como forma de incentivo à busca do ensino superior para o aprimoramento dos conhecimentos pessoais e do serviço público prestado à coletividade.

§ 1º Para a obtenção do adicional de que trata o caput o servidor interessado deverá atender às seguintes disposições:

I – contar com, no mínimo, três anos de serviços prestados à Câmara Municipal;

II – possuir diploma ou certificado de conclusão do ensino médio ou do ensino superior conforme o caso, devidamente registrado na entidade competente;

III – apresentar comprovante da matrícula no curso superior para o qual requer o benefício;

IV – apresentar requerimento à área de recursos humanos juntando os documentos comprobatórios necessários.

§ 2º - Todo servidor terá o direito à percepção do referido adicional para frequentar curso superior ou curso de pós-graduação:

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor;

II – o pagamento será efetuado de forma mensal juntamente com o vencimento do servidor;

III – no final de cada semestre o beneficiário deverá apresentar atestado de frequência escolar com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação;

IV – o pagamento ocorrerá tão somente no período normal de duração do curso para o qual o servidor se matriculou, sendo extinto após esse período;

V – o benefício será concedido para a frequência de um único curso superior por cada servidor, que ainda não possuir a titulação prevista no parágrafo 2° deste artigo.

§ 3º - O descumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo acarretará a suspensão do benefício concedido.

§ 4º - O adicional de incentivo de que trata o caput não será computado para fins de férias e de décimo terceiro salário, bem como não integrará a base de cálculo da previdência social.

§ 5º - O adicional de incentivo de que trata o caput será calculado em conformidade com o valor da mensalidade paga pelo servidor, sendo somente autorizado o pagamento até o valor máximo pago pelo curso ou o valor máximo estabelecido pelo caput deste artigo.

Art. 3º - Fica alterado o artigo 13 da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 - As funções gratificadas (FG-1) de direção, chefia ou assessoramento a que se refere o anexo II item 2 poderão ser concedidas a critério do Presidente da Câmara Municipal, levando-se em consideração a necessidade e o grau de importância dos serviços, sendo destinadas exclusivamente aos ocupantes de cargos efetivos.

Parágrafo Único - Os servidores designados para exercerem funções de confiança terão o direito de perceber o vencimento da carreira mais adicional de 30% (trinta por cento) a título de função gratificação estipulada no anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º - Fica alterado o artigo 35 da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35 - A promoção horizontal, que é a movimentação nas classes, ocorrerá de acordo com os seguintes procedimentos:

I – apresentação de requerimento do interessado acompanhado da documentação comprobatória dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional realizado a partir da promulgação da presente Lei, que deverá ser analisado e aceito ou não pela Comissão Especial de Avaliação e Desempenho Funcional.

II – Para a promoção horizontal deverá cumprir o intervalo mínimo de 03 (três) anos para elevação de uma classe a outra subsequente.

§ 1º - As classes de cada nível são estruturadas em linha horizontal que variam da letra A até a letra E, de acordo com os grupos ocupacionais e a evolução escolar e da qualificação dos cargos.

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor.

II - Devem conter a carga horária, e o instrutor no corpo de Certificado, e o conteúdo programático no verso;

III – Os cursos realizados “on-line” somente serão aceitos se atendidos o descrito no inciso I e II deste artigo, sendo a Escola/Instituição organizadora do curso de reconhecida capacidade técnica para cursos on-line.

§ 2º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exijam escolaridade de ensino fundamental Incompleto serão promovidos de acordo com os dispositivos a seguir nas classes da letra A à letra E:

I – Classe A, formação em ensino fundamental incompleto;

II – Classe B, requisito da classe A, formação escolar de ensino fundamental completo;

III – Classe C, requisito da classe B, formação escolar de ensino médio, profissionalizante ou não;

IV – Classe D, requisito da classe C, habilitação específica de grau superior em nível de graduação representada por Licenciatura Plena;

V – Classe E, requisito da classe D, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, Pós-graduação;

§ 3º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de ensino técnico e/ou superior serão promovidos de acordo com os dispositivos abaixo nas classes da letra “A” à letra “E”:

I – Classe A, Técnico habilitado, devidamente inscrito no CRC para o Cargo Contador e para o Cargo de Controle Interno é também aceito o Registro junto ao CRA;

II – Classe B, requisito da classe A, habilitação específica de grau superior em nível de graduação;

III – Classe C, requisito da classe B, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, Pós-Graduação;

IV – Classe D, requisito da classe C, mais 260 (duzentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, curso de Mestrado na área relacionada com sua habilitação.

V – Classe E, requisito da classe D, mais 260 (duzentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, curso de doutorado na área relacionada com sua habilitação.

§ 4º - Todos os diplomas dos cursos referidos neste artigo deverão atender às normas do Conselho Nacional de Educação.

§ 5º - A promoção horizontal não será concedida antes da aprovação no estágio probatório para os novos servidores concursados.

Art. 5º - Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte discriminação:

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FAIXA / CLASSE	FAIXA / NÍVEL	N° DE CARGOS	VENCIMENTO INICIAL EM R$
Grupo Ocupacional Serviços Elementares					
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	02	954,00
Vigilante	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	02	954,00
Grupo Ocupacional Serviços Administrativos					
Recepcionista/Telefonista	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	01	954,00

Art. 6º - Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte discriminação:

ANEXO II

ITEM 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	SALÁRIO EM R$
ASSESSOR JURÍDICO	CC-1	01	4.000,00
SECRETÁRIO GERAL	CC-2	01	2.500,00
TESOUREIRO	CC-3	01	2.500,00
ASSESSOR PARLAMENTAR	CC-4	01	2.500,00

ITEM 2 - FUNÇÕES GRATIFICADAS - EXCLUSIVAS DE OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	DOS VENCIMENTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE BENS (PATRIMÔNIO)	FG-1	01	30%

Art. 7º - Fica alterado o Anexo III da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte discriminação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

Grupo Ocupacional Serviços Elementares

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	20%	30%	30%
1	954,00	1.144,80	1.373,76	1.785,89	2.321,65
2	982,62	1.179,14	1.414,97	1.839,46	2.391,30
3	1.012,10	1.214,52	1.457,42	1.894,65	2.463,04
4	1.042,46	1.250,95	1.501,14	1.951,49	2.536,93
5	1.073,74	1.288,48	1.546,18	2.010,03	2.613,04
6	1.105,95	1.327,14	1.592,56	2.070,33	2.691,43
7	1.139,13	1.366,95	1.640,34	2.132,44	2.772,18
8	1.173,30	1.407,96	1.689,55	2.196,42	2.855,34
9	1.208,50	1.450,20	1.740,24	2.262,31	2.941,00
10	1.244,75	1.493,70	1.792,45	2.330,18	3.029,23
11	1.282,10	1.538,52	1.846,22	2.400,08	3.120,11
12	1.320,56	1.584,67	1.901,61	2.472,09	3.213,71

LEGENDA

CLASSE A = Ensino Fundamental Incompleto

CLASSE B = Ensino Fundamental completo

CLASSE C = Ensino Médio completo

CLASSE D = Graduação

CLASSE E = Pós - Graduação ou Especialização

Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	10%	10%	10%
1	3.541,04	4.249,25	4.674,17	5.141,59	5.655,75
2	3.647,27	4.376,73	4.814,40	5.295,84	5.825,42
3	3.756,69	4.508,03	4.958,83	5.454,71	6.000,18
4	3.869,39	4.643,27	5.107,59	5.618,35	6.180,19
5	3.985,47	4.782,57	5.260,82	5.786,90	6.365,60
6	4.105,04	4.926,04	5.418,65	5.960,51	6.556,56
7	4.228,19	5.073,82	5.581,21	6.139,33	6.753,26
8	4.355,03	5.226,04	5.748,64	6.323,51	6.955,86
9	4.485,68	5.382,82	5.921,10	6.513,21	7.164,53

10	4.620,25	5.544,30	6.098,74	6.708,61	7.379,47
11	4.758,86	5.710,63	6.281,70	6.909,87	7.600,85
12	4.901,63	5.881,95	6.470,15	7.117,16	7.828,88

LEGENDA

CLASSE A = Técnico Habilitado, Devidamente inscrito no CRC ou CRA

CLASSE B = Graduação

CLASSE C = Pós - Graduação ou Especialização

CLASSE D = Mestrado

CLASSE E = Doutorado

Art. 8º - Fica alterado o Anexo VI da Lei Complementar nº 10 de 23 de Novembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO VI

DESCRIÇÃO SINTÉTICA E ANALÍTICA DAS FUNÇÕES

ITEM 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO *AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS*

Classe: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Compreende os cargos que se destinam a executar sob supervisão direta as atividades de vigilância portaria copa, limpeza, pequenos mandos e entrega em geral, bem como a realização de tarefas simples de escritório.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Fiscalizar o movimento de pessoas estranhas ao serviço nas instalações e dependências da Câmara;

Abrir e fechar as instalações da Câmara nos horários regulamentares;

Ligar ar condicionado, luzes e demais aparelhos elétricos e desligá-los no final do expediente;

Hastear e baixar as bandeiras nacional, estadual e municipal, em locais e épocas determinadas;

Transportar documentos e materiais internamente, entre as próprias unidades da Câmara, ou externamente para outros órgãos ou entidades;

Levar e receber correspondências e volumes nos correios e companhias de transportes;

Manter limpos e zelar pelos bens móveis e manter arrumados e asseados os locais de trabalho;

Manter arrumado o material sob sua guarda;

Solicitar requisição de material de limpeza, de açúcar e café, e outros materiais, quando necessário;

Fazer e servir café, chá, suco; água; lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios pertinentes;

Afixar em quadros próprios, e de acordo com ordens superiores, avisos, ordens de serviços, comunicados e outros;

Executar trabalhos de ajardinamento, limpeza, podagens de árvores e de flores, jardins na parte interna e externa do prédio da Câmara;

Regular o volume do som nas instalações da Câmara;

Operar máquinas duplicadoras, alceando e agrupando os documentos reproduzidos;

Executar pequenos mandados pessoais;

Prestar informações simples, pessoalmente ou por telefone e encaminhar visitantes;

Receber e transmitir recados;

Executar tarefas simples de escritório, como arquivar documentos nas pastas, colocar fichas em ordem, etc;

Atender a Diretores, Chefes, Vereadores (as) e demais dirigentes e autoridades municipais;

Protocolar documentos e selar correspondências;

Executar outras tarefas afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

VIGILANTE

Classe: VIGILANTE

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Exercer vigilância em logradouros públicos e próprios municipais.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Exercer vigilância em locais previamente determinados: Realizar rondas de inspeção em intervalos determinados, adotando providências tendentes a evitar roubos, incêndios, danificações nos edifícios, praças, jardins, e/ou outros bens sob a sua guarda; Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando, quando necessário, as autorizações de ingresso; Verificar se as portas e janelas e demais

vias de acesso estão devidamente fechadas; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Responder as chamadas telefônicas e anotar os recados; Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada; Acompanhar funcionário, quando necessário, no exercício de suas funções; Exercer outras atividades afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

RECEPCIONISTA/TELEFONISTA

Classe: TELEFONISTA/RECEPCIONISTA

DESCRIÇÃO SINTÉTICA

Compreende os cargos que se destinam a executar operação de mesas telefônicas, manuseando chaves, cabos e outros dispositivos para receber e estabelecer comunicações internas, locais e interurbanas, bem como executar serviços administrativos no processo legislativo, recebendo documentos, efetuando protocolos, encaminhando e recebendo correspondências oficiais, prestar atendimento ao público, dando informações e orientações a quem se dirige à Câmara; orientar a utilização, por terceiros, das dependências da Câmara; organizar os jornais diários, periódicos e correspondências recebidos pela Câmara; executar outras atribuições que lhe forem determinadas no interesse dos serviços administrativos; exercer outras atribuições correlatas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Atender chamadas telefônicas, conectando as ligações com os ramais solicitados;

Efetuar ligações internas, locais e interurbanas observadas as normas estabelecidas;

Anotar, segundo orientação recebida, dados sobre ligações interurbanas completadas, registrando nome solicitante e do destinatário, duração da chamada e tarifa correspondente;

Comunicar imediatamente à Companhia Telefônica quaisquer defeitos verificados no equipamento;

Manter fichário atualizado com os números de telefones mais solicitados pelos usuários;

Atender com urbanidade a todas as chamadas telefônicas para a Câmara;

Anotar e transmitir recados, na impossibilidade de transferir a ligação para o ramal solicitado;

Manter limpo e arrumado o local de trabalho;

Conservar os equipamentos que utiliza;

Executar serviços administrativos de correspondências oficiais em auxilio a Vereadores;

Receber, enviar e protocolar correspondências oficiais;

Executar outras tarefas afins;

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

Art. 9º - Os demais conteúdos da Lei Complementar nº 10, de 23 de Novembro de 2010 permanecem inalterados.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de abril de 2018.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 010/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº. 010 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

"Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de General Carneiro - MT e dá outras providências".

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA, Presidente da CÂMARA Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reformulado, através desta Lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de General Carneiro.

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I – **Sistema de Evolução Funcional**, o conjunto de possibilidades proporcionadas pela Administração Pública, baseado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, que assegurem aos servidores aperfeiçoamento, capacitação periódica e condições indispensáveis a sua ascensão funcional, visando a valorização e profissionalização dos recursos humanos disponíveis, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público;

II – **Plano de Carreira**, o conjunto de políticas para incentivar os servidores a ascender profissionalmente, de acordo com as estratégias definidas pela Administração Pública;

III – **Carreira**, o conjunto de níveis de um cargo organizado em seqüência e disposto hierarquicamente, de acordo com a complexidade e responsabilidade que apresentem e observados os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e experiência profissional no serviço público;

IV – **Promoção horizontal**, a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente seguinte, na mesma escala de vencimentos de seu cargo;

V – **Promoção vertical**, a passagem de um nível para outro dentro do mesmo cargo, decorrente de avaliação de desempenho funcional, nos termos definidos em regulamento próprio;

VI – **Servidor**, a pessoa legalmente investida em cargo público;

VII – **Cargo público**, o conjunto de atribuições e responsabilidades cabíveis ao servidor, criado por lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos;

VIII – **Grupo ocupacional**, o conjunto de cargos segundo a correlação e afinidade entre as atividades, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições;

IX – **Classe**, a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal e as correspondentes retribuições pecuniárias;

X – **Nível**, a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical e as correspondentes retribuições pecuniárias;

XI – **Vencimento**, a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, conforme classes e níveis, e somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, observado a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XII – **Proventos**, a retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado e ao pensionista;

XIII – **Quadro**, o conjunto de cargos e funções pertencentes à estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do Município;

XIV – **Remuneração**, o vencimento do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecido em lei;

CAPÍTULO II

Do Quadro de Pessoal e do Recrutamento e Seleção

Seção I

Da Composição do Quadro de Pessoal

Art. 3º - O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de General Carneiro – MT, compõe-se das seguintes partes:

I – Pessoal de Provimento Efetivo, ingressados no serviço público através de concurso público, ocupante dos cargos elencados no Anexo I desta Lei;

II – Pessoal de Provimento em Comissão, os quais constam no anexo II.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo que constam do anexo I só poderão ser preenchidos por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se dispuser em regulamento, ressalvado as contratações de caráter temporário e de excepcional interesse público.

§ 2º - Os cargos de provimento em comissão criados e mantidos por esta Lei Complementar são os constantes do anexo II.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento e serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, nos termos estabelecidos no § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

§ 1º - O subsídio de que trata o caput deste artigo somente poderá ser alterado por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data dos demais servidores e sem distinção de índices.

§ 2º - O regime de trabalho para os ocupantes dos cargos referidos neste artigo é de dedicação exclusiva, não sendo devido qualquer acréscimo remuneratório pela realização de tarefas fora do horário normal de expediente e nem o acúmulo de outra função ou atividade remunerada.

Seção II

Do Recrutamento e Seleção

Art. 5º - Os cargos de provimento efetivo constantes desta Lei Complementar serão recrutados, selecionados e preenchidos somente por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se dispuser em regulamento, ressalvando-se as contratações de caráter temporário e de excepcional interesse público autorizadas por lei específica, observando o seguinte:

§ 1º - O Cargo de Contador, no ingresso do cargo devera comprovar no mínimo 3 Anos de Experiência como responsável contábil na área Publica e 1 Ano como Responsável pelo APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) de Unidade Gestora no Estado de Mato Grosso.

§ 2 – O Cargo de Contador pode ser Ocupado por profissional Técnico e/ou Graduação devidamente Habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º - Os cargos em comissão são providos por livre nomeação e exoneração pelo presidente da Câmara Municipal e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º - Os cargos de provimento em comissão têm caráter provisório e seus ocupantes se submetem ao regime de dedicação exclusiva, podendo ser convocados para o trabalho sempre que houver interesse do Poder Legislativo.

§ 2º - O regime de trabalho a que se refere o § 1º deste artigo não dá direito a quaisquer acréscimos remuneratórios pela realização de tarefas fora do horário normal de expediente, ficando vedado o acúmulo de outra função ou atividade remunerada.

Art. 7º - Por força da implantação do Regime Jurídico Único por meio da criação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e por força da Lei Orgânica do Município não se aplica o recrutamento, a seleção e o provimento de pessoal sob o regime da CLT na Administração Direta.

Art. 8º - O enquadramento dos novos recrutados e selecionados para provimento dos cargos efetivos será feito sempre na referência inicial de cada categoria funcional, ou seja, no nível I e na classe que representa o seu grau de escolaridade mínima exigida para o cargo.

§ 1º - Para todos os efeitos do disposto no caput o período de estágio probatório para os novos empossados em cargo de provimento efetivo é de 36 (trinta e seis) meses.

§ 2º - A aquisição da estabilidade ao final do estágio probatório fica condicionada à aprovação do servidor na avaliação de desempenho funcional.

§ 3º - Para que se obtenha melhor eficiência funcional a Câmara Municipal fica na incumbência de promover, permanentemente, treinamentos e cursos de capacitação para os servidores em estágio probatório e aos servidores já efetivados na carreira, proporcionando-lhes melhor capacidade tecnológica e maior rendimento no trabalho.

Art. 9º - Ao servidor efetivo que provir outro cargo, por força de concurso público, também se aplica às disposições do artigo anterior, iniciando-se nova contagem de tempo para fins evolução na carreira e para o estágio probatório.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no caput o estágio probatório não será interrompido caso o servidor empossado seja nomeado em comissão para outro cargo.

Seção III

Da Criação de Cargos

Art. 10 - A criação de novo cargo, além do cumprimento das exigências constantes do art. 169 da Constituição Federal, está condicionada às seguintes exigências:

I – denominação do cargo nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações;

II – padrão de vencimento dentro da tabela prevista nesta Lei Complementar;

III – descrição sintética e analítica das suas atribuições e requisitos para provimento;

IV – condições de trabalho, incluindo o horário semanal, o ambiente e outros requisitos específicos;

V – grau de escolaridade; e;

VI – idade mínima de dezoito anos.

CAPÍTULO III

Dos Vencimentos, Vantagens, Gratificações e da Acumulação de Cargos

Seção I

Dos Vencimentos

Art. 11 - Os vencimentos base dos cargos públicos de provimento efetivo estão dispostos no Anexo I desta Lei Complementar. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

§ 1° - Para constituição dos Níveis e Classes os valores dos vencimentos serão acrescidos dos seguintes percentuais sobre o vencimento base para cada cargo: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I - Horizontal

Grupo Ocupacional Serviços Elementares

(**5 classes**): Classe A: 0,0%; Classe B: 20,0%; Classe C: 20%, **Classe D: 30%** e Classe E: 30%.

Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior

(**5 classes**): Classe A: 0,0%; Classe B: 20,0%; Classe C: 10%, Classe D: 10%, e Classe E: 10%.

QUADRO 1

NÍVEIS E CLASSES

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	20%	30%	30%
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					

QUADRO 2

NÍVEIS E CLASSES

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	10%	10%	10%
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					

§ 2º - Os valores de vencimentos dos ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão estão estabelecidos no anexo II, item 1 desta Lei Complementar. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

Seção II

Das Vantagens Acessórias

Subseção Única

Do Incentivo ao Ensino Superior

Art. 12 - Os servidores efetivos e os servidores estáveis na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 terão direito de perceber um adicional de até 40% (quarenta por cento) calculado sobre o valor do salário mínimo federal vigente, como forma de incentivo à busca do ensino superior para o aprimoramento dos conhecimentos pessoais e do serviço público prestado à coletividade. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

§ 1º Para a obtenção do adicional de que trata o caput o servidor interessado deverá atender às seguintes disposições: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – contar com, no mínimo, três anos de serviços prestados à Câmara Municipal;

II – possuir diploma ou certificado de conclusão do ensino médio ou do ensino superior conforme o caso, devidamente registrado na entidade competente;

III – apresentar comprovante da matrícula no curso superior para o qual requer o benefício;

IV – apresentar requerimento à área de recursos humanos juntando os documentos comprobatórios necessários.

§ 2º - Todo servidor terá o direito à percepção do referido adicional para frequentar curso superior ou curso de pós-graduação: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor;

II – o pagamento será efetuado de forma mensal juntamente com o vencimento do servidor;

III – no final de cada semestre o beneficiário deverá apresentar atestado de frequência escolar com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação;

IV – o pagamento ocorrerá tão somente no período normal de duração do curso para o qual o servidor se matriculou, sendo extinto após esse período;

V – o benefício será concedido para a frequência de um único curso superior por cada servidor, que ainda não possuir a titulação prevista no parágrafo 2° deste artigo.

§ 3º - O descumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo acarretará a suspensão do benefício concedido. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

§ 4º - O adicional de incentivo de que trata o caput não será computado para fins de férias e de décimo terceiro salário, bem como não integrará a base de cálculo da previdência social. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

§ 5º - O adicional de incentivo de que trata o caput será calculado em conformidade com o valor da mensalidade paga pelo servidor, sendo somente autorizado o pagamento até o valor máximo pago pelo curso ou o valor máximo estabelecido pelo caput deste artigo. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

Seção III

Das Gratificações

Subseção I

Das Funções Gratificadas (FG-1)

Art. 13 - As funções gratificadas (FG-1) de direção, chefia ou assessoramento a que se refere o anexo II item 2 poderão ser concedidas a critério do Presidente da Câmara Municipal, levando-se em consideração a necessidade e o grau de importância dos serviços, sendo destinadas exclusivamente aos ocupantes de cargos efetivos. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

Parágrafo Único - Os servidores designados para exercerem funções de confiança terão o direito de perceber o vencimento da carreira mais adicional de 30% (trinta por cento) a título de função gratificação estipulada no anexo II desta Lei Complementar. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

Art. 14 - Os ocupantes de cargo de carreira que forem nomeados para exercer cargos de provimento em comissão deverão optar pela maior remuneração entre os cargos.

Art. 15 - Todo servidor público que vier a ocupar cargo em comissão terá resguardado o seu direito de retornar ao seu cargo e vencimento de origem, quando ocorrer a exoneração do cargo comissionado.

Art. 16 - As gratificações e subsídios pagas no exercício da função ou fora dela, não se incorporarão, em hipótese alguma aos vencimentos.

Art. 17 - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Subseção II

Das Funções Gratificadas (FG-1)

Art. 18 - As gratificações de função de confiança referidas no Anexo II deste artigo serão concedidas pelo Presidente da Câmara Municipal como incentivo ao servidor pelo desempenho e responsabilidade da sua função.

§ 1º - A gratificação referida no parágrafo anterior será deferida pelo Presidente levando-se em consideração a necessidade do serviço, o seu grau de importância, a responsabilidade e a dedicação do servidor.

§ 2º - Fica assegurado as Funções Gratificadas (FG-1) constantes da Lei Municipal de Estrutura Administrativa e anexo II item 2 desta Lei.

Art. 19 - As funções de confiança a que se refere o art. 18 desta Lei Complementar serão exercidas exclusivamente por servidores de carreira da Câmara Municipal.

§ 1º - Os servidores designados para exercerem funções de confiança terão o direito de perceber o vencimento da carreira mais a gratificação estabelecida para a função.

§ 2º - O servidor, quando designado para exercer a função de confiança de que trata o art. 18 desta Lei Complementar terá dedicação exclusiva no trabalho, não fazendo jus ao recebimento de horas extras pelo exercício da função além do horário normal de expediente.

Art. 20 - O servidor efetivo que vier a ocupar cargo em comissão terá resguardado o direito de retornar ao cargo e vencimento de origem quando ocorrer à exoneração do cargo comissionado para o qual tiver sido nomeado.

Art. 21 - As vantagens pecuniárias percebidas pelo servidor não serão computadas nem acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Seção IV

Da Acumulação de Cargos

Art. 22 - Será permitida a acumulação de cargos remunerados somente nos casos previstos no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, observando-se o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 23 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração do cargo ou função pública, com ressalva para os cargos acumuláveis na forma do artigo anterior, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

CAPÍTULO IV

Do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional

Art. 24 - O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é o conjunto de procedimentos administrativos direcionados para o acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do desempenho funcional do servidor.

Parágrafo único. O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional compreende as ações voltadas para o estabelecimento de padrões de atuação funcional compatíveis com a realização dos objetivos da administração municipal e para a orientação do servidor em seu posto de trabalho, culminando com a produção de informações sobre o seu desempenho, eficiência e potencial no serviço público.

Art. 25 - Fica criada a Comissão Especial de Avaliação Anual de Desempenho Funcional, para atendimento do disposto no artigo anterior, que processará a avaliação dos servidores a cada Três anos, sempre no mês de dezembro do 2º Período Legislativo da 1ª e da 3ª Sessão Legislativa de cada Legislatura que se inicia, tendo por base a ficha apropriada com critérios definidos nesta Lei Complementar e nas normas a serem regulamentadas por Portaria do Presidente.

Art. 26 - Serão utilizados como padrões para a avaliação do desempenho funcional os seguintes critérios de julgamento:

I – qualidade do trabalho;

II – produtividade no trabalho;

III – capacidade de iniciativa;

IV – presteza;

V – aproveitamento em programas de capacitação;

VI – assiduidade;

VII – pontualidade;

VIII – administração do tempo;

IX – uso adequado dos equipamentos de serviço.

§ 1º - Os critérios de julgamento mencionados nos incisos do caput poderão ser adaptados em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou da entidade a que esteja vinculado.

§ 2º - Os critérios de avaliação deverão ser divulgados com antecedência para ciência de todos os servidores e aplicados homogeneamente entre funções e cargos de atribuições iguais e assemelhadas, garantindo-se ao servidor o acesso ao seu processo e à ampla defesa.

§ 3º - Será fixada uma pontuação mínima de 70% (setenta por cento) de ponderação para os critérios referidos nos incisos do caput, adotando, como tal, os seguintes conceitos de avaliação:

I – excelente, de 90 (noventa) a 100% (cem por cento);

II – bom, 70 (setenta) a 89% (oitenta e nove por cento);

III – regular, 50 (cinquenta) a 69% (sessenta e nove por cento);

IV – insatisfatório, abaixo de 50% (cinqüenta por cento).

§ 4º - Concluída a avaliação de desempenho dos servidores será obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no seu termo final, inclusive o relatório referente ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 5º - Quando o termo de avaliação anual concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor deverá indicar as medidas necessárias de correção, em especial aquelas destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

§ 6º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho, obedecendo aos preceitos contidos nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

§ 7º - O servidor será notificado do conceito anual que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias, cujo pedido será analisado em igual prazo.

§ 8° - Os conceitos anuais atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na mesma serão arquivados em pastas ou base de dados individuais, permitida a consulta pelo avaliado a qualquer tempo.

§ 9º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Funcional terá amplo acesso a todas as fichas de avaliação e poderá emitir tanto opinião quanto orientação a respeito das mesmas.

Art. 27 - A coordenação geral do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é de responsabilidade da Secretaria Geral da Câmara, que deverá encarregar-se de promover todo o apoio técnico aos programas de treinamentos necessários ao seu desenvolvimento, bem como dar o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

Art. 28 - A Comissão Especial de Avaliação Anual de Desempenho Funcional terá as seguintes atribuições:

I – revisar o preenchimento das fichas de avaliação, retornando-as ao avaliador, caso alguma dúvida seja suscitada, com o objetivo de evitar erros na conclusão da avaliação do desempenho funcional;

II – emitir pareceres sobre o resultado das avaliações, especialmente para efeito de estágio probatório;

III – indicar ao responsável pela área de recursos humanos os programas de treinamento e de acompanhamento sócio-funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores, melhorando assim a eficiência e produtividade nas unidades administrativas da instituição pública;

IV – analisar, emitir parecer conclusivo e decidir sobre os processos de discordância na formalização final da avaliação;

V – apreciar as ocorrências de desempenho insuficiente para subsidiar ações de sua recuperação e demais medidas administrativas;

VI – avaliar o funcionamento do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito da Câmara Municipal, propondo ações corretivas mantenedoras;

VII – desenvolver outras ações relacionadas com o desempenho funcional do servidor.

Art. 29 - A comissão de que trata o art. 25 desta Lei Complementar terá duração indeterminada e deverá manter a seguinte composição mínima:

I – Secretário da Mesa Diretora;

II – um representante de classe dos Servidores Efetivos;

III – O Secretario Geral;

IV – um representante dos vereadores.

Art. 30 - Na hipótese de insuficiência de desempenho funcional a comissão de avaliação deverá encaminhar o servidor para um processo de capacitação, tendo em vista sua plena recuperação para o desempenho do respectivo cargo.

Art. 31 - No caso de persistir a situação de insuficiência do servidor, esgotados todos os meios para a sua recuperação, deverão ser abertos processo administrativo para a demissão do mesmo, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 32 - A Avaliação de Desempenho Funcional será processada a cada dois anos, e terá por base Ficha de Avaliação de Desempenho conforme Anexo IV.

§ 1º - As médias de cada item da avaliação, bem como o resultado final, deverão ser comunicadas ao servidor.

§ 2° - A comissão de Avaliação terá amplo acesso a todas as Fichas de Avaliação.

§ 3º - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional poderá, através de ato do Presidente, promover mudanças na Ficha de Avaliação Funcional, para aperfeiçoamento do sistema.

CAPÍTULO V

Da Evolução Funcional

Art. 33 - As formas de evolução funcional, instituídas por esta Lei Complementar são as seguintes:

I – Promoção Horizontal e;

II – Promoção Vertical.

Art. 34 – Não será concedida progressão a servidor:

I – em estágio probatório com menos de três anos de serviço na Câmara Municipal;

II – que tenha atingido o ultimo nível da tabela correspondente à classe/cargo em que se enquadra;

III – Inativo;

IV – Cedido a outro ente, desde que não seja nos casos por interesse da Administração Municipal.

Seção I

Da Promoção Horizontal

Art. 35 - A promoção horizontal, que é a movimentação nas classes, ocorrerá de acordo com os seguintes procedimentos: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – apresentação de requerimento do interessado acompanhado da documentação comprobatória dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional realizado a partir da promulgação da presente Lei, que deverá ser analisado e aceito ou não pela Comissão Especial de Avaliação e Desempenho Funcional.

II – Para a promoção horizontal deverá cumprir o intervalo mínimo de 03 (três) anos para elevação de uma classe a outra subsequente.

§ 1º - As classes de cada nível são estruturadas em linha horizontal que variam da letra A até a letra E, de acordo com os grupos ocupacionais e a evolução escolar e da qualificação dos cargos. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor.

II - Devem conter a carga horária, e o instrutor no corpo de Certificado, e o conteúdo programático no verso;

III – Os cursos realizados “on-line” somente serão aceitos se atendidos o descrito no inciso I e II deste artigo, sendo a Escola/Instituição organizadora do curso de reconhecida capacidade técnica para cursos on-line.

§ 2º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exijam escolaridade de ensino fundamental Incompleto serão promovidos de acordo com os dispositivos a seguir nas classes da letra A à letra E: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – Classe A, formação em ensino fundamental incompleto;

II – Classe B, requisito da classe A, formação escolar de ensino fundamental completo;

III – Classe C, requisito da classe B, formação escolar de ensino médio, profissionalizante ou não;

IV – Classe D, requisito da classe C, habilitação específica de grau superior em nível de graduação representada por Licenciatura Plena;

V – Classe E, requisito da classe D, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, Pós-graduação;

§ 3º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de ensino técnico e/ou superior serão promovidos de acordo com os dispositivos abaixo nas classes da letra “A” à letra “E”: (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

I – Classe A, Técnico habilitado, devidamente inscrito no CRC para o Cargo Contador e para o Cargo de Controle Interno é também aceito o Registro junto ao CRA;

II – Classe B, requisito da classe A, habilitação específica de grau superior em nível de graduação;

III – Classe C, requisito da classe B, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, Pós-Graduação;

IV – Classe D, requisito da classe C, mais 260 (duzentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, curso de Mestrado na área relacionada com sua habilitação;

V – Classe E, requisito da classe D, mais 260 (duzentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, curso de doutorado na área relacionada com sua habilitação;

§ 4º - Todos os diplomas dos cursos referidos neste artigo deverão atender às normas do Conselho Nacional de Educação. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

§ 5º - A promoção horizontal não será concedida antes da aprovação no estágio probatório para os novos servidores concursados. (Alterado pela Lei Complementar nº. 026/2018, de 11 de abril de 2018)

Seção II

Da Promoção Vertical

Art. 36 – A promoção vertical, que é a movimentação nos níveis, dar-se-á por meio de evolução nos níveis da carreira para outro subseqüente da mesma classe, condicionada à apuração do efetivo exercício do cargo a cada interstício de três anos por meio da avaliação a cada 03 (três) anos, realizada sempre no mês de dezembro do 2º Período Legislativo da 1ª e da 3ª Sessão Legislativa de cada Legislatura que se inicia, para viger a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

§ 1º - A não realização da Avaliação descrita no caput deste artigo implica na avaliação tácita positiva de todos os servidores.

§ 2º - Terá direito à progressão funcional na carreira o servidor que obtiver, no mínimo, 70% dos pontos alcançados na média das avaliações anuais de desempenho.

§ 3º - O tempo de serviço do servidor de carreira em exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Municipal será contado para os efeitos do disposto no caput, excluindo-se o tempo de serviço em disponibilidade para órgão de outra esfera de governo e qualquer período de afastamento não remunerado.

Art. 37 - Não terá direito à evolução nos níveis da carreira o servidor que, em cada interstício de três anos:

I – Tenha gozado, por período superior a seis meses, as licenças mencionadas no Regime Jurídico dos Servidores do Município de General Carneiro, exceto Licença Prêmio;

II – somar três penalidades de advertência ou de suspensão disciplinar;

III - Tenha 5 (cinco) ou mais faltas injustificadas no exercício em questão;

IV – cedido a órgão de outra esfera de governo e/ou poder, desde que não seja cedido por interesse da Administração Municipal.

Art. 38 - Para a progressão vertical, a diferença entre um nível e o imediatamente será de 3% (três por cento), conforme tabela salarial, anexo III

CAPÍTULO VI

Das Despesas com Pessoal

Art. 39 - O Poder Legislativo Municipal não poderá despender com pessoal mais do que 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do município, na forma do artigo 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal n.º 01/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), 70% da sua receita própria com despesas de Pessoal, conforme Artigo 29-A, Constituição Federal de 1988.

§ 1º - Para os fins deste artigo, consideram-se:

I – Despesas Totais com Pessoal: o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo, considerando-se os ativos, inativos e pensionista, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive gastas com incentivos à demissão voluntária;

II – Despesa de Pessoal: o somatório dos gastos com qualquer espécie remuneratória tais como vencimentos, vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria e pensões provenientes de cargos ou funções públicas civis ou de membros do Poder, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;

III – Encargos Sociais: o somatório das despesas com os encargos sociais inclusive as contribuições para as entidades de previdência social;

IV – Receita Corrente Líquida Municipal: o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, com as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais.

§ 2º - Nas demais normas relativas ao gasto com pessoal deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º - Excluem-se do cômputo das despesas referidas no inciso I deste artigo as verbas consideradas indenizatórias na forma da lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 40 - A presente Lei Complementar se aplica aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo.

Art. 41 - A composição e a forma de remuneração dos servidores públicos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal passam a vigorar de acordo com as disposições desta Lei Complementar.

Art. 42 - As descrições sintética e analítica das atribuições dos cargos constam do anexo V desta Lei Complementar.

Art. 43 - A carga horária oficial de trabalho dos servidores da Câmara Municipal é de quarenta e quatro horas semanais, sendo fixado pelo Presidente, atendendo as necessidades da população, a natureza das funções e as características das repartições.

§ 1° - A Administração da Câmara poderá adotar a carga horária de quarenta e quatro horas semanais em turno único de oito horas diárias, de acordo com a conveniência administrativa e financeira do município.

§ 2° - Em qualquer caso que envolva redução de carga horária para seis horas semanais, bem como o retorno para oito horas semanais, não haverá alteração de vencimento.

Art. 44 - O turno de trabalho dos ocupantes de cargo de vigilante é de doze horas corridas por trinta e seis horas de descanso, podendo a administração estabelecer outra carga horária que melhor convier ao interesse público.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Transitórias

Seção Única

Do Enquadramento e Reenquadramento Funcional

Art. 45 - Os servidores já ingressados na carreira serão enquadrados ou reenquadrados nos dispositivos desta Lei Complementar, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

§ 1º - Os critérios de enquadramento ou reenquadramento funcional são os seguintes:

I – horizontal que se dará em conformidade com as regras estabelecidas no art. 32, devendo o servidor apresentar o certificado de conclusão ou diploma que for necessário ao enquadramento ou reenquadramento, até (30) trinta dias após a aprovação desta Lei Complementar.

II – vertical, cujo enquadramento ou reenquadramento se dará com base no tempo de serviço do servidor, da seguinte forma:

a) com até três anos completos, nível I;

b) de três a seis anos completos, nível II;

c) de seis a nove anos completos; nível III;

d) de nove a doze anos completos, nível IV;

e) de doze a quinze anos completos, nível V;

f) de quinze a dezoito anos completos, nível VI;

g) de dezoito a vinte e um anos completos, nível VII;

h) de vinte e um a vinte e quatro anos completos, nível VIII;

i) de vinte e quatro a vinte e sete anos completos, nível IX;

j) de vinte e sete a trinta anos completos, nível X;

k) de trinta a trinta e três anos completos, nível XI, e;

l) acima de trinta e três anos, nível XII.

§ 2º - No caso do vencimento do servidor já se encontrar acima da referência resultante do seu enquadramento, o mesmo será enquadrado na referência de nível imediatamente superior, desde que a sua posição na tabela atual não tenha sido obtida de forma irregular.

§ 3° - No caso de ter havido enquadramento anterior irregular o servidor envolvido ficará com o seu vencimento congelado até alcançar o tempo necessário para receber os benefícios deste plano de cargos, tendo direito apenas às correções e reajustes aplicáveis a todos os demais servidores.

§ 4º - Será considerado para efeito de enquadramento todo o tempo de serviço público prestado à Câmara municipal, depois da posse em decorrência da aprovação em concurso público, salvo casos previstos no artigo 33 da Constituição Federal.

§ 5º - O enquadramento dos servidores na presente Lei Complementar será efetuado no prazo previsto no caput deste artigo por uma comissão de servidores nomeada por portaria para atender a esta finalidade.

§ 6º - Depois de divulgado o resultado do enquadramento o servidor terá o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso devidamente fundamentado.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 46 - Nenhum servidor público municipal poderá perceber vencimento inferior ao salário mínimo fixado no país, ressalvado o caso de pagamento proporcional à carga horária trabalhada.

Parágrafo único. O pagamento proporcional de que trata o caput se refere ao servidor que, mediante autorização da autoridade competente, exerça apenas a metade da carga horária estabelecida para o seu cargo.

Art. 47 - A revisão geral de vencimento dos servidores públicos dar-se-á no mês de Março de cada ano, considerando-se este mês como data base para todas as categorias funcionais.

§ 1º - O percentual de reajuste será único para todas as categorias funcionais deste plano, efetivos e comissionados, inclusive aposentados e pensionistas, devendo ser estabelecido por lei específica observada à iniciativa do Poder Legislativo. (Alterado pela Lei Complementar nº. 022/2018, de 15 de março de 2017)

§ 2º - O reajuste para os servidores públicos municipais abrangidos por este plano será apurado com base no INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses contados da data da sua concessão.

§ 3º - Excluem-se do disposto no parágrafo anterior os casos de equiparação de vencimento por força do mercado de trabalho.

Art. 48 - Na realização de concurso público serão reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das vagas disponíveis, atendidos os requisitos para a investidura e observada a compatibilidade das atribuições do cargo com o grau de deficiência do candidato.

§ 1º - Às pessoas portadoras de necessidades especiais fica assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, devendo fazer constar estas informações, obrigatoriamente, na ficha de inscrição respectiva, respeitando-se em todos os casos a legislação federal específica.

§ 2º - Não serão destinadas para os portadores de necessidades especiais as vagas existentes para os cargos operacionais, ou seja, para aqueles cargos que impliquem em adaptações do equipamento, como veículos.

Art. 49 - As gratificações e subsídios pagos no exercício da função comissionada ou fora dela não se incorporarão aos vencimentos, em hipótese alguma, a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar.

Art. 50 - A remuneração mensal de qualquer servidor público municipal não poderá ser superior à remuneração do Prefeito Municipal.

Art. 51 - As normas complementares necessárias ao cumprimento desta Lei Complementar deverão ser criadas por decreto ou Portaria do Legislativo, no prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 52 - Fica declarado em extinto, o cargo de Escriturariа, e reenquadrado no Cargo de Agente Administrativo.

Art. 53 - O salário-família estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais será devido aos servidores cuja remuneração seja menor ou igual àquela estabelecida pelo Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único - O salário-família a ser pago ao servidor de baixa renda também deverá observar o valor estabelecido pelo regime de que trata o caput.

Art. 54 - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Anual, suplementadas, se necessário, nos termos da legislação orçamentária pertinente.

Art. 55 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro em 23 de Novembro de 2010.

Heder Caio Pereira da Silva

Presidente

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FAIXA / CLASSE	FAIXA / NÍVEL	N° DE CARGOS	VENCIMENTO INICIAL EM R$
Grupo Ocupacional Serviços Elementares					
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	02	954,00
Vigilante	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	02	954,00
Grupo Ocupacional Serviços Administrativos					
Recepcionista/Telefonista	Ensino Fund. Incompleto	A/G	1/12	01	954,00

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FAIXA / CLASSE	FAIXA / NÍVEL	N° DE CARGOS	VENCIMENTO INICIAL EM R$
Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior					
Contador	Técnico Habilitado ou Ensino Superior	E/G	1/12	1	2.555,71
Auditor de Controle Interno	Técnico Habilitado ou Ensino Superior	E/G	1/12	1	2.555,71

ANEXO II

ITEM 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	SALÁRIO EM R$
ASSESSOR JURÍDICO	CC-1	01	4.000,00
SECRETÁRIO GERAL	CC-2	01	2.500,00
TESOUREIRO	CC-3	01	2.500,00
ASSESSOR PARLAMENTAR	CC-4	01	2.500,00

ITEM 2 - FUNÇÕES GRATIFICADAS - EXCLUSIVAS DE OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	DOS VENCIMENTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE BENS (PATRIMÔNIO)	FG-1	01	30%

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

Grupo Ocupacional Serviços Elementares

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	20%	30%	30%
1	954,00	1.144,80	1.373,76	1.785,89	2.321,65
2	982,62	1.179,14	1.414,97	1.839,46	2.391,30
3	1.012,10	1.214,52	1.457,42	1.894,65	2.463,04
4	1.042,46	1.250,95	1.501,14	1.951,49	2.536,93
5	1.073,74	1.288,48	1.546,18	2.010,03	2.613,04
6	1.105,95	1.327,14	1.592,56	2.070,33	2.691,43
7	1.139,13	1.366,95	1.640,34	2.132,44	2.772,18
8	1.173,30	1.407,96	1.689,55	2.196,42	2.855,34
9	1.208,50	1.450,20	1.740,24	2.262,31	2.941,00
10	1.244,75	1.493,70	1.792,45	2.330,18	3.029,23
11	1.282,10	1.538,52	1.846,22	2.400,08	3.120,11
12	1.320,56	1.584,67	1.901,61	2.472,09	3.213,71

LEGENDA

CLASSE A = Ensino Fundamental Incompleto

CLASSE B = Ensino Fundamental completo

CLASSE C = Ensino Médio completo

CLASSE D = Graduação

CLASSE E = Pós - Graduação ou Especialização

Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior

CLASSE	A	B	C	D	E
NIVEL	0%	20%	10%	10%	10%
1	3.541,04	4.249,25	4.674,17	5.141,59	5.655,75
2	3.647,27	4.376,73	4.814,40	5.295,84	5.825,42
3	3.756,69	4.508,03	4.958,83	5.454,71	6.000,18
4	3.869,39	4.643,27	5.107,59	5.618,35	6.180,19
5	3.985,47	4.782,57	5.260,82	5.786,90	6.365,60
6	4.105,04	4.926,04	5.418,65	5.960,51	6.556,56
7	4.228,19	5.073,82	5.581,21	6.139,33	6.753,26
8	4.355,03	5.226,04	5.748,64	6.323,51	6.955,86
9	4.485,68	5.382,82	5.921,10	6.513,21	7.164,53
10	4.620,25	5.544,30	6.098,74	6.708,61	7.379,47
11	4.758,86	5.710,63	6.281,70	6.909,87	7.600,85
12	4.901,63	5.881,95	6.470,15	7.117,16	7.828,88

LEGENDA

CLASSE A = Técnico Habilitado, Devidamente inscrito no CRC ou CRA

CLASSE B = Graduação

CLASSE C = Pós - Graduação ou Especialização

CLASSE D = Mestrado

CLASSE E = Doutorado

ANEXO IV

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Nome:_____ Matrícula n.º_____

Cargo: _____

Lotação: _____Data: ___/___/___

Avaliador: _____ Chefe: ( ) Imediato ( ) Mediato

Conceitos	Ótimo = A **(76-100)**; Bom = B **(51-75)**; Regular = C **(26-50)**; Fraco = D **(0-25)**
Fatores	
1. Assiduidade	**A) é pontual; não se atrasa; está sempre no local de trabalho; B) raramente falta; chega atrasado ou ausenta-se do local de trabalho, porém sempre comunica o Chefe ou o colega; C) frequentemente falta; chega atrasado ou ausenta-se do local de trabalho e às vezes justifica; D) não cumpre com o horário de trabalho; falta com frequência e ausenta-se do local de trabalho sem qualquer tipo de comunicação ou justificativa.**
2. Disciplina	**A) é disciplinado; sempre cumpre com as normas e regras da instituição e respeita a hierarquia; B) procura ser disciplinado; quase sempre cumpre com as normas e regras da instituição e respeita a hierarquia; C) tem dificuldade em ser disciplinado; em cumpri com as normas e regras da instituição e em respeitar a hierarquia; D) é indisciplinado; não cumpre com as normas e as regras da instituição e não respeita a hierarquia.**
3. Capacidade de iniciativa	**A) soluciona os imprevistos e apresenta alternativas que enriquecem o trabalho; B) faz o que lhe é ordenado e apresenta sugestões para ajudar o andamento do trabalho; C) leva os imprevistos para o Chefe solucionar e, na ausência deste, na maioria das vezes, não executa o trabalho; D) em qualquer imprevisto deixa o trabalho sem fazer.**
4. Produtividade	**A) possui conhecimento do trabalho; utiliza técnicas adequadas para a realização das tarefas; preocupa-se com a qualidade e proporciona uma produtividade acima do esperado; B) conhece a rotina do trabalho e, às vezes, comete erros na execução das tarefas, porém mantém uma produção satisfatória; C) conhece parte do trabalho; executa as atividades parcialmente e tem uma produtividade regular; D) frequentemente precisa refazer o seu trabalho e apresenta um rendimento irregular e insatisfatório.**
5. Responsabilidade	**A) responde pelos compromissos assumidos no cargo que ocupa com postura consciente das suas atribuições; B) empenha-se no cumprimento de suas atribuições; inspira confiança e responde, na maioria das vezes, pelas consequências de suas ações; C) nem sempre realiza suas atividades com responsabilidade e inspira pouca confiança; necessita que o Chefe o relembre de suas atribuições; D) não responde pelos compromissos assumidos na sua área de atuação; não inspira confiança e nem cumpre com as suas atribuições.**
6. Eficiência	**A) executa sempre o seu trabalho com perfeição e rapidez; tem uma produtividade de trabalho excelente; utiliza adequadamente o seu horário de trabalho; apresenta sempre ótimas sugestões para o sucesso da instituição; B) executa quase sempre o seu trabalho com esmero e rapidez; tem um bom rendimento no trabalho; ocupa o seu tempo no trabalho com ações e idéias úteis; C) tem sempre dificuldades para desempenhar com presteza, exatidão e rapidez as suas atividades; às vezes sugere alguma idéia para a chefia imediata; D) não apresenta nenhum zelo ou perfeição no seu trabalho; executa suas tarefas com má vontade e não demonstra interesse pelo crescimento da instituição.**
7. Idoneidade Moral	**A) tem uma conduta ética-moral satisfatória; sempre se relaciona bem com os colegas de trabalho e clientes; sabe guardar sigilo; B) procura manter uma conduta ético-moral adequada; quase sempre se relaciona com os colegas e clientes; sabe manter sigilo; C) tem dificuldade em manter conduta ético-moral adequada; apresenta dificuldade para relacionar-se com os colegas e clientes; não sabe guardar sigilo; D) apresenta uma conduta ético-moral inadequada para o trabalho; não se relaciona bem com os colegas e clientes e não guarda sigilo.**

_____

Assinatura do Avaliador **ANEXO V**

CARGOS NOVOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE	CONDIÇÕES PARA PREENCHIMENTO
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	ENSINO TECNICO OU SUPERIOR	REGISTRO NO CRC OU CRA/MT

ANEXO VI

DESCRIÇÃO SINTÉTICA E ANALÍTICA DAS FUNÇÕES

ITEM 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classe: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Compreende os cargos que se destinam a executar sob supervisão direta as atividades de vigilância portaria copa, limpeza, pequenos mandos e entrega em geral, bem como a realização de tarefas simples de escritório.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Fiscalizar o movimento de pessoas estranhas ao serviço nas instalações e dependências da Câmara;

Abrir e fechar as instalações da Câmara nos horários regulamentares;

Ligar ar condicionado, luzes e demais aparelhos elétricos e desligá-los no final do expediente;

Hastear e baixar as bandeiras nacional, estadual e municipal, em locais e épocas determinadas;

Transportar documentos e materiais internamente, entre as próprias unidades da Câmara, ou externamente para outros órgãos ou entidades;

Levar e receber correspondências e volumes nos correios e companhias de transportes;

Manter limpos e zelar pelos bens móveis e manter arrumados e asseados os locais de trabalho;

Manter arrumado o material sob sua guarda;

Solicitar requisição de material de limpeza, de açúcar e café, e outros materiais, quando necessário;

Fazer e servir café, chá, suco; água; lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios pertinentes;

Afixar em quadros próprios, e de acordo com ordens superiores, avisos, ordens de serviços, comunicados e outros;

Executar trabalhos de ajardinamento, limpeza, podagens de árvores e de flores, jardins na parte interna e externa do prédio da Câmara;

Regular o volume do som nas instalações da Câmara;

Operar máquinas duplicadoras, alceando e agrupando os documentos reproduzidos;

Executar pequenos mandados pessoais;

Prestar informações simples, pessoalmente ou por telefone e encaminhar visitantes;

Receber e transmitir recados;

Executar tarefas simples de escritório, como arquivar documentos nas pastas, colocar fichas em ordem, etc;

Atender a Diretores, Chefes, Vereadores (as) e demais dirigentes e autoridades municipais;

Protocolar documentos e selar correspondências;

Executar outras tarefas afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

VIGILANTE

Classe: VIGILANTE

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Exercer vigilância em logradouros públicos e próprios municipais.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Exercer vigilância em locais previamente determinados: Realizar rondas de inspeção em intervalos determinados, adotando providências tendentes a evitar roubos, incêndios, danificações nos edifícios, praças, jardins, e/ou outros bens sob a sua guarda; Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando, quando necessário, as autorizações de ingresso; Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso estão devidamente fechadas; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Responder as chamadas telefônicas e anotar os recados; Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada; Acompanhar funcionário, quando necessário, no exercício de suas funções; Exercer outras atividades afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

RECEPCIONISTA/TELEFONISTA

Classe: TELEFONISTA/RECEPCIONISTA

DESCRIÇÃO SINTÉTICA

Compreende os cargos que se destinam a executar operação de mesas telefônicas, manuseando chaves, cabos e outros dispositivos para receber e estabelecer comunicações internas, locais e interurbanas, bem como executar serviços administrativos no processo legislativo, recebendo documentos, efetuando protocolos, encaminhando e recebendo correspondências oficiais, prestar atendimento ao público, dando informações e orientações a quem se dirige à Câmara; orientar a utilização, por terceiros, das dependências da Câmara; organizar os jornais diários, periódicos e correspondências recebidos pela Câmara; executar outras atribuições que lhe forem determinadas no interesse dos serviços administrativos; exercer outras atribuições correlatas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Atender chamadas telefônicas, conectando as ligações com os ramais solicitados;

Efetuar ligações internas, locais e interurbanas observadas as normas estabelecidas;

Anotar, segundo orientação recebida, dados sobre ligações interurbanas completadas, registrando nome solicitante e do destinatário, duração da chamada e tarifa correspondente;

Comunicar imediatamente à Companhia Telefônica quaisquer defeitos verificados no equipamento;

Manter fichário atualizado com os números de telefones mais solicitados pelos usuários;

Atender com urbanidade a todas as chamadas telefônicas para a Câmara;

Anotar e transmitir recados, na impossibilidade de transferir a ligação para o ramal solicitado;

Manter limpo e arrumado o local de trabalho;

Conservar os equipamentos que utiliza;

Executar serviços administrativos de correspondências oficiais em auxilio a Vereadores;

Receber, enviar e protocolar correspondências oficiais;

Executar outras tarefas afins;

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Fundamental Incompleto

CONTADOR

Classe: CONTADOR

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: compreende os cargos que se destinam a executar sob supervisão, as atividades de conferência, analise e classificação de documentos contábeis para efeito de registro escrituração e controle financeiro e orçamentário da Câmara Municipal.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Conferir, analisar e classificar contabilmente os documentos comprobatórios das operações de natureza financeira realizada;

Escriturar contas correntes diversas;

Empenhar as despesas da Câmara, quando autorizadas pela autoridade competente;

Elaborar as demonstrações orçamentárias e financeiras da Câmara bem como elaborar outras que se façam necessárias, por solicitação da administração da Câmara;

Preparar e informar processos dentro de sua área de atuação;

Sugerir métodos e procedimentos que visem a melhor coordenação dos serviços contábil-financeiros;

Organizar, para envio à Prefeitura, em época própria para fins orçamentários a previsão das despesas da Câmara para o exercício seguinte;

Organizar, mensalmente, os balancetes do exercício financeiro;

Levantar, na época própria, o balanço da Câmara, contendo os respectivos quadros demonstrativos;

Assinar ou visar, quando autorizado, os balanços, balancetes e outros documentos de apuração contábil e financeira;

Fornecer elementos, quando solicitado, para a abertura de créditos adicionais;

Examinar e conferir os processos de pagamento, tomando as providências cabíveis quando se verificarem irregularidades;

Realizar a liquidação da despesa, observando as regras pertinentes ao assunto;

Realizar os registros contábeis dos bens patrimoniais da Câmara;

Participar da elaboração da proposta orçamentária da Câmara;

Conferir prestações de contas de responsáveis por adiantamentos;

Participar da elaboração da prestação de contas anual da Câmara;

Efetuar cálculos financeiros e de custos;

Participar de inventários e de levantamentos de bens e valores sob a guarda e responsabilidade da Câmara;

Executar outras tarefas afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

§ Base Legal: Constituição Federal, Constituição Estadual, Resolução TCE/MT nº. 01/2007, e Lei Municipal nº. 929/2007.

§ Instrução: Técnico Habilitado na área de Ciências Contábeis.

Obs.: No caso de um segundo Auditor de Controle Interno, este poderá ser: nível técnico e/ou superior na área de Contábeis Habitado junto ao CRC/MT.

c) Habilitação Funcional: habilitação legal para exercício da profissão (Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC; experiência profissional comprovada de no mínimo 3 Anos como responsável Contábil na área Pública e 1 ano como responsável pelo APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) de Unidade Gestora no Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado no Cadastro de jurisdicionado.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

§ Realizar o controle interno da Administração Pública, fazer avaliações, fiscalizar, emitir pareceres, apurar fatos, promover estudos pertinentes; etc.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Proceder à avaliação da eficiência e economicidade do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo; Realizar auditorias e fiscalização sobre os sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas administrativo; Promover O acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria, fiscalização e avaliação da gestão;

§ Realizar auditoria, fiscalizar e emitir relatórios e pareceres sobre a gestão dos administradores públicos municipais;

Verificar a exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão de pessoal; Disciplinar, acompanhar e controlar eventuais contratações de consultorias independentes, observadas as normas pertinentes às licitações previstas na legislação especifica, no âmbito da Administração; Avaliar as técnicas e os resultados dos trabalhados das auditorias na Administração;

§ Prestar informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e atividades constantes dos orçamentos do Município;

Manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações; Realizar a conformidade contábil nos registros dos órgãos do Poder Executivo Municipal; Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ou irregularidades, de formalmente apontados, praticados por agentes públicos municipais, propondo à autoridade competente providências cabíveis; Manter relacionamento com o Tribunal de Contas e coordenar o envio das informações mensais do APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT Exercer o controle da execução dos orçamentos do Municipal; Promover estudos com vistas racionalização do trabalho, objetivamente aumento da produtividade e a redução do custo operacional; Estimular as entidades locais da sociedade civil do acompanhamento e fiscalização de programas executados do orçamento do Município.

REQUITOS PARA PROVIMENTO:

§ Base Legal: Constituição Federal, Constituição Estadual, Resolução TCE/MT nº. 01/2007, e Lei Municipal nº. 929/2007.

Instrução: Técnico Habilitado na área de Ciências Contábeis ou Administração.

Obs.: No caso de um segundo Auditor de Controle Interno, este poderá ser: nível superior na área de Direito, Técnico Contábeis Habitado junto ao CRC/MT, Técnico Administração Habilitado junto ao CRA, Economia ou Engenharia Civil.

§ c) Habilitação Funcional: habilitação legal para exercício da profissão (Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC ou no caso do segundo Auditor, no Conselho de sua área); experiência profissional comprovada na área de administração pública e atualização na área comprovada através de cursos e capacitações.

ITEM 2 – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Prestar assessoramento jurídico à Presidência e a Câmara. Representar a Câmara em juízo ou fora dele, por delegação do Presidente. Exercer as funções de Advogado junto ao Poder Judiciário e em todas as instâncias, mediante poderes outorgado do Presidente da Câmara. Todas as prerrogativas inerentes a Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Prestar assessoramento jurídico à Presidência e a Câmara; Representar a Câmara em juízo ou fora dele, por delegação do Presidente; Exercer as funções de Advogado junto ao Poder Judiciário e em todas as instâncias, mediante poderes outorgado do Presidente da Câmara; Propor e defender a Câmara em ações judiciais; Analisar todos os contratos e quando for o caso, elaborar os contratos firmados entre a Câmara Municipal; Assessorar e emitir parecer jurídico por escrito sobre todos os processos de licitações no âmbito da Câmara Municipal, em todas as modalidades, inclusive nas dispensas e inexigibilidade; Emitir parecer jurídico sobre todos os assuntos de interesse da Câmara Municipal, ressalvados os pareceres técnicos de outras profissões regulamentadas exercidas por servidores e profissionais devidamente habilitados, que atuem no âmbito da Câmara Municipal; Todas as prerrogativas inerentes a Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994. (Estatuto da Advocacia); Outras tarefas afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Superior Completo em Direito com registro na Ordem de Advogados do Brasil.

CARGO: SECRETÁRIO GERAL.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Compreende as funções de direção, orientação e supervisão das atividades relativas aos serviços de expediente e registros da Secretaria da Câmara, aos serviços de divulgação e relações públicas da edilidade, assim como aos serviços de apoio parlamentar da Câmara.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Formalizar os atos oficiais que devam ser assinados pelo Presidente, dando-lhes número e promovendo a sua publicação; Preparar o expediente a ser assinado ou despachado pelo Presidente; Providenciar a publicação das resoluções e demais atos sujeitos a esta providência, assim como seu registro; Promover a organização e manutenção atualizada do arquivo e respectivo fichário das leis, resoluções e outros atos de interesse da Câmara; Promover o registro do nome, endereço e telefone das autoridades de interesse da Câmara; Promover a numeração e expediente da correspondência oficial; Providenciar junto a imprensa as ratificações de textos dos atos publicados, e rever os atos antes de enviá-los para publicação. Supervisionar as atividades de informações ao público acerca das atividades da Câmara; Fazer os registros, relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões de que deva participar ou que tenha interesse o Presidente; Apreciar as relações existentes entre a Câmara e o público em geral, propondo medidas para melhorá-las; Endereçar convites e anotar todas as providências que se tornarem necessárias ao fiel cumprimento dos programas de solenidades; Promover a organização de arquivos de recortes de jornais, relativos a assuntos de interesse da Câmara; Preparar a correspondência ou qualquer matéria destinada a divulgação; Dar sequência aos processos legislativos até o término de sua tramitação; Supervisionar, quando for o caso, a preparação das atas relativas às reuniões do Plenário, e sua reprodução e distribuição aos Vereadores; Promover o registro das Atas, Pareceres e Relatórios das Comissões; Receber e registrar documentos de teor legislativo, juntá-los se necessário, distribuí-los e controlar sua movimentação interna; Observar os prazos de projetos remetidos para sanção do Prefeito e vetos recebidos do Poder Executivo; Rever, periodicamente, os processos e documentos legislativos arquivados, propondo a destinação mais adequada para cada um; Organizar os livros de registro de presença dos Vereadores às reuniões do Plenário e das diferentes Comissões; Elaborar os atos da Mesa, da Presidência, das Comissões, as portarias, resoluções, decretos legislativos, autógrafos de Leis, editais, certidões, leis promulgadas pelo Legislativo, contratos, convocações em geral, avisos e demais documentos; Providenciar o registro apropriado dos atos em geral, portarias, leis promulgadas pelo Legislativo, autógrafos de leis, decretos legislativos, atos, instruções e avisos, assim como pareceres e votos em separado das Comissões; Preparar os termos de posse dos Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito; Organizar em arquivo a documentação relativa a cada Vereador; Elaborar a Pauta da Ordem de Dia das Sessões Ordinárias; Organizar e manter em arquivo separado, os processos destinados à Ordem do Dia; Lançar os despachos em todas as proposições, correspondências e demais documentos de conformidade com a deliberação do Plenário, da Mesa ou do Presidente; Minutar certidões, à vista de despacho da autoridade competente.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Médio Completo.

CARGO: TESOUREIRO.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Compreende as funções de direção, orientação e supervisão das atividades relativas a tesouraria da Câmara.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Assinar todos os cheques emitidos e endossar os destinados a depósitos em estabelecimentos bancários, juntamente com o Presidente; Promover o recebimento das importâncias devidas à Câmara; Promover o pagamento da despesa, de acordo com as disponibilidades de numerário; Promover a guarda e conservação dos valores da Câmara; Requisitar talões de cheques dos bancos; Incumbir-se dos contatos com estabelecimentos bancários em assuntos de sua competência; Determinar a preparação dos cheques para os pagamentos autorizados; Promover o registro diariamente do movimento de caixa do dia anterior; Promover o registro dos títulos e valores sob sua guarda e providenciar depósitos nos estabelecimentos de crédito; Determinar o recebimento de suprimentos de numerários, necessários aos pagamentos de cada dia, mediante cheques ou ordens bancárias; Movimentar contas bancárias juntamente com o Presidente; Promover o recolhimento das contribuições para as instituições de previdência; Promover o recolhimento do IRRF, dos funcionários e vereadores à Tesouraria do Município; Promover, no encerramento do exercício, a entrega do saldo numerário em seu poder da Câmara à Tesouraria do Município.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Médio Completo.

CLASSE: ASSESSOR PARLAMENTAR.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar trabalhos administrativos rotineiros, ou que apresentem alguma complexidade.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Receber e protocolar papeis destinados a Câmara, internos e externos, encaminhando-os a Secretaria Administrativa, para conhecimento imediato do Presidente e demais autoridades do Legislativo; Digitar textos e conferi-los após a digitação, sob a supervisão e orientação da Secretaria Administrativa, textos que tenham ligações diretas aos trabalhos de interesse geral do Legislativo; Encaminhar para publicação em Jornal os Atos da Câmara Municipal, mediante orientação de superior hierárquico, acompanhar as publicações, selecionar, levar os exemplares para conhecimento da Secretaria Administrativa e quando for o caso arquivá-los; Fazer redações simples; Colher mediante orientação da Secretaria, assinaturas dos Vereadores em proposições, livros e folhas de presenças, atas e outros; Transcrever atas em livros próprios, registrar proposições em livros ou fichas. Guardar e conservar todas as publicações da Câmara, manter atualizado em local próprio os arquivos da Câmara já existentes, livros de registros, fichários e revistas; Transportar documentos e materiais internamente entre as unidades da Câmara, ou externamente para outros órgãos ou entidades; Levar e receber volumes no correio, executar mandados pessoais, prestar informações simples, pessoalmente ou por telefone e encaminhar visitantes; Receber e transmitir recados, atender diretores, chefes, Vereadores e demais dirigentes e autoridades Municipais; Fazer serviço de telefonia e recepção, quando designado por escrito ou verbalmente ou ainda por iniciativa própria em caso de necessidade momentânea; Selar correspondências e executar outras tarefas; Executar outras tarefas afins.

GRAU DE INSTRUÇÃO PARA PROVIMENTO:

Ensino Médio Completo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **022/2018 - SRP** obteve o seguinte resultado: A empresa **PEDRO QUIRINO DOS SANTOS COMERCIO ME** sagrou-se vencedoracom o valor global de empresa **R$ 268.050,00 (duzentos e sessenta e oito mil e cinquenta reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018** cujo objeto **éREGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA E CAIXA DE GORDURA,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***07/05/2018 às 08 horas (horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

REGULAMENTO 12º FESTIVAL DE MÚSICA

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.1º- O Festival de Música de Indiavaí é um evento nas categorias infanto-juvenil, adulto, infanto-Juvenil e adulto (gospel) realizada pela prefeitura municipal de Indiavaí, a realizar-se à nos dias 11 e 12 de Maio/ 2018.

Art.2º- os objetivos do 12º Festival de Música são:

a-) promover o intercâmbio cultural;

b-) divulgar o município;

c-) desenvolver o gosto pela música;

d-) integração entre municípios;

e-) proporcionar a população indiavaiense a oportunidade de assistir a um evento de interpretação musical;

f-) criar oportunidade aos artistas locais para demonstrarem seus talentos.

CAPÍTULO II

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO.

Art.3º- A Coordenação do Festival de Música/2018 estará a cargo da Comissão organizadora composta por funcionários da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Departamento de Cultura e Conselho Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Art.4ª – O Festival de Músicas/2018 será dividido em 03 categorias:

I – Infanto – Juvenil (MPB, Sertanejo)

II – Adulto (MPB, Sertanejo)

III – (Gospel)

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES

Art.5º- As inscrições serão realizadas do dia 16/04/2018 a 30/04/2018, na Sede do Centro de Referência da Assistência Social de Indiavaí/MT localizada na Rua Fortaleza, Bairro: Centro - IndiavaÍ-MT no período das 8:00hs às 11:00hs e das 13hs as 17hs.

Art.6º- Poderão participar do 12º Festival de música de Indiavaí todos e qualquer interprete acima de 06 anos, que se inscreverem regularmente e preencher todos os requisitos.

Art.7º- Será considerado infanto-juvenil aqueles que tiverem de 06 a 16 anos e adulto aqueles com idade acima de 16 anos.

Art-8º Só será aceita 01 (uma) inscrição do candidato.

Art.9º - As inscrições para o 12º Festival de Música serão gratuitas.

Parágrafo Único: Em hipótese nenhuma será permitido à troca da música e a ordem das mesmas, confirmado no ato da Inscrição.

Art.10º- Serão selecionados 05 candidatos de cada categoria ficando para a Finalíssima. Na Categoria Adulta o limite é de 12 (Doze) candidatos, na categoria Gospel o limite é de 10 (Dez) candidatos e Infanto-Juvenil o limite é de 12 (Doze) candidatos.

Art.11º-Os candidatos do Festival de Música/2018, deverão entregar e assumir as seguintes responsabilidades inerentes à inscrição:

I – Entregar no Ato da inscrição 05(cinco) cópias da música Impressa.

II – Entregar 2 pen drives gravado o play black, sendo cada pen drive contendo apenas uma música para cada apresentação, o pen drive deverá estar identificado com o nome da música, e a ordem de apresentação da música, ou seja I e II Opção, e também com a identificação do candidato;

III– Cada participante deverá concorrer com 02 (duas) músicas (Quanto a execução da música, o candidato deverá participar em cada uma das etapas com músicas diferentes, conforme sua ficha de inscrição);

IV- Os Candidatos deverão apresentar cópia e original do Documento de Identidade ou Certidão de Nascimento.

V – As Inscrições de Menores de 18 anos serão realizadas apenas com acompanhamento de Pais ou Responsável.

VI – O(s) interprete (s) de cada música deverá (ão) constar na ficha de inscrição.

VII – As músicas da categoria Gospel serão acompanhadas somente por Play Black.

CAPÍTULO V

DA APRESENTAÇÃO

Art.12º- Os arranjos instrumentais e vocais estão a cargo do candidato, podendo o mesmo usar Play Black, não tendo porém o acompanhamento com a banda, cabendo ao júri a responsabilidade pelo julgamento apenas da interpretação vocal.

Art.13º- O(s) candidato (s) que não cumprir com os requisitos exigidos neste regulamento, terá sua inscrição indeferida pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI

DO JULGAMENTO

Art.14º- O corpo de jurados do 12º Festival de Música de Indiavaí será composto por um número ímpar de membros, nunca menor que 03(três) de notório conhecimento musical, que terão julgamento das interpretações.

Art.15º- O julgamento das interpretações obedecerá às seguintes normas.

a-)dicção, b-)ritmo, c-)afinação, d-)qualidade de voz, e)apresentação.

Art.16º- As notas de avaliação serão de 05 (cinco) a 10(dez) podendo ser fracionadas.

Art.17º- A decisão do júri será irrevogável e soberana.

Art.18º- Em caso de Empate cabe ao corpo de jurados a decisão.

CAPÍTULO VII

DA REALIZAÇÃO.

Art.19º- O 12º Festival de Música, será realizado no Recinto de Festas da cidade, nos dias 11 e 12/ 05/2018 com início às 20:300 hs, na seguinte seqüência:

a-) Dia 11/05/2018- Apresentação e Classificação das Categorias: Infanto Juvenil, Gospel.e Adulto

b) Dia 12/05/2018 – Classificação Final das Categorias Infanto Juvenil, Gospel e Adulto (MPB e Sertanejo)

Art.20º- As despesas de hospedagem, alimentação e transporte dos inscritos ficam por conta de cada participante, ficando a Comissão Organizadora isenta de qualquer compromisso neste sentido.

CAPÍTULO VIII

DA PREMIAÇÃO

Art.21º- Os vencedores do Festival receberão os seguintes prêmios.

***-Categoria Infanto Juvenil (MPB e Sertanejo)**

1º lugar- R$ 800,00 – Troféu

2º lugar- R$ 500,00 – Troféu

3º lugar- R$ 300,00 – Troféu

4º lugar – R$ 200,00 - Troféu

5º lugar - R$ 100,00 - Troféu

***- Categoria Gospel**

1º lugar- R$ 600,00 – Troféu

2º lugar-R$ 400,00 – Troféu

3º lugar- R$ 300,00 – Troféu

4º lugar – R$ 200,00 - Troféu

5º lugar – R$ 100,00 - Troféu

***- Categoria adulto(MPB e Sertanejo)**

1º lugar- R$ 1000,00 – Troféu

2º lugar- R$ 700;00 – Troféu

3º lugar- R$ 500,00 – Troféu

4º lugar- R$ 200,00 - Troféu

5º lugar- R$ 100,00 - Troféu

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.22º- A Comissão Organizadora não se responsabiliza por problemas como: saúde do candidato, extravio e furto de equipamentos musicais ou objetos pessoais dos candidatos, tanto no alojamento e local do evento.

Art.23º-Todos os itens do regulamento serão rigorosamente cumpridos.

Art.24º-Somente a Comissão Organizadora poderá resolver casos omissos a este regulamento.

_____

Comissão Organizadora

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, o Sr. Valteir Quirino dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, sob dispensa de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, O senhor **Lucas Bueno dos Santos**, para prestação de *serviços especializados em Enfermagem aos usuários da rede municipal de saúde*, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí – MT, 26 de março de 2018.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Objeto: Rateio as despesas gerais e manutenção da Patrulha Rodoviária, objeto do contrato do Convenio SINFRA/MT nº. 1207/2016.

Procedimento: Resolução Normativa 035/2016

Vigência: 02/01/2018 – 31/12/2018

Valor: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

Fiscal do Contrato: Marcio Alves de Campos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Objeto: Rateio as despesas gerais e manutenção do Consórcio e Contrapartidas de Convênios no Exercício de 2018 e a consecução das ações previstas nas Leis Municipais nº 362/2007 e 593/2016 em consonância com o Titulo I, Cláusula 3ª do Contrato Consórcio.

Procedimento: Resolução Normativa 035/2016

Vigência: 02/01/2018 – 31/12/2018

Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Fiscal do Contrato: Marcio Alves de Campos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2018

Resultado de Licitação - Pregão Presencial n° 014/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 014/2018**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual materiais de expediente para uso das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.",** teve como vencedora as seguintes empresas:

Razão Social/CNPJ	Valor Total
BELAFORTE COMERCIAL LTDA – ME – CNPJ: 24.296.486/0001-15	R$ 36.783,31
F. L. AGUIAR COMÉRCIO E SERVICO EIRELI – ME – CNPJ: 26.637.086/0001-51	R$ 24.576,82
LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA – EPP – CNPJ: 08.371.036/0001-93	R$ 16.299,68
MARIA JOSÉ DOS REIS NETO – ME – CNPJ: 10.226.940/0001-57	R$ 84.813,79
SIMONE CRISTINA RODRIGUES – ME – CNPJ: 25.073.418/0001-50	R$ 40.597,77
SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP – CNPJ: 26.877.656/0001-80	R$ 7.161,35

O valor global é de R$ 210.593,72 (duzentos e dez mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos).

Itanhangá-MT, 17 de abril de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 444/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO TOTAL ou PARCIAL de DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Especial por anulação total ou parcial de dotações, no valor de R$ 80. 000,00 (Oitenta mil Reais) nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de fontes de recursos no e dotações não consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 368 – EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA:0 016 - TRANSPORTE ESCOLAR

Projeto/Atividade: 2118 - Manutenção do Transporte Escolar - Convênio

3390.30.0000. MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 60.000,00

3390.39.0000. OUTROS SERV. DE TERC.PESSOA JURÍDICA...R$ 20. 000,00

FONTE DE RECURSO: 0.1.30.000000 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

TOTAL GERAL.....R$ 80.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS.

UNIDADE: 002 – Depto. De Transportes, Obras e Serviços Públicos

FUNÇÃO: 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Projeto/Atividade: 2137 - Manutenção do FETHAB

FONTE DE RECURSO: 0.1.30.000000 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

3390.30.0000. MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 50.000,00

3390.39.0000. OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA.....R$ 30. 000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 17 de abril de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 011/2018

Data assinatura: 09/04/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: Z L DE ANGELO COMERCIO DE MADEIRAS – ME, CNPJ nº 26.030.164/0001-55

Valor Global: R$ 1.471.434,20 (hum milhão quatrocentos e setenta e um mil quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)

Contratada: 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 29.516.527/0001-55

Valor Global: R$ 100.991,50 (cem mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Contratada: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI S LTDA, CNPJ nº 14.888.303/0001-05

Valor Global: R$ 314.211,30 (trezentos e catorze mil duzentos e onze reais e trinta centavos)

Contratada: MULTUS COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ nº 24.753.864/ 0001-42

Valor Global: R$ 190.340,00 (cento e noventa mil trezentos e quarenta reais)

Contratada: A C P DA CRUZ COMERCIO, CNPJ nº 29.289.694/0001-00

Valor Global: R$ 2.153.878,20 (dois milhões cento e cinquenta e três mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 007/2018

PROCURADORIA JURIDICA
ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÕES HOSPITALARES C.C.I.H.

HOSPITAL MUNICIPAL OSNIR BORTOLINI.

ITIQUIRA,11/04/2018.

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÕES HOSPITALARES

C.C.I.H.

Ata número 01/2018.

Reunião realizada aos 11/04/2018.

Nas dependências do Hospital Municipal Osnir Bortolini,com a presença de Abdel Diego Cáceres Azad representante do serviço médico, Ana Célia de Oliveira Amaral ,representante do serviço de enfermagem,Fernanda Rafael Antunes Lenk,representante do serviço de farmácia,Marcos Rogério Policarpo Bezerra,representante do laboratório,Kennia Mary da Silva Bioto,representante do serviço administrativo,esses serão membros consultores.

Membros executores Médico Marcelo Henrique Coutinho Tiago,Enfermeira Rosevani Fleiria Goes.Fica definida a Enfermeira Rosevani Fleiria Goes como Coordenadora da Comissão e vice a Enfermeira Ana Célia de Oliveira Amaral.

Foram tratados os seguintes assuntos;apresentação de todos os membros da comissão,apresentação e aprovação do Regimento Interno da Comis-

são de C.C.I.H.Nada mais havendo a tratar a Coordenadora da Comisssão de C.C.I.H ,Rosevani Fleiria Goes declarou encerrada a reunião,lavrando a presente ata.

Segue assinatura dos Membros participantes:

Abdel Diego Cáceres Azad representante do serviço médico.

Ana Célia de Oliveira Amaral ,representante do serviço de enfermagem.

Fernanda Rafael Antunes Lenk,representante do serviço de farmácia.

Marcos Rogério Policarpo Bezerra,representante do laboratório.

Kennia Mary da Silva Bioto,representante do serviço administrativo.

Médico Marcelo Henrique Coutinho Tiago(Diretor Clinico).

Enfermeira Rosevani Fleiria Goes (Coordenadora da Comissão).

PROCURADORIA JURIDICA
ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA CCIH.

HOSPITAL MUNICIPAL OSNIR BORTOLINI.

ITIQUIRA,09 DE ABRIL DE 2018.

ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA CCIH.

Trata-se de ato expedido pelo Diretor geral da Instituição Hospital Municipal Osnir Bortolini,com o objetivo de designar pessoal,delegar competência para o planejamento e execução dos serviços de prevenção e controle das infecções hospitalares.

Ordem de serviço número 01/2018.ITIQUIRA-MT.

O Diretor Clinico do Hospital Municipal Osnir Bortolini MARCELO HENRIQUE COUTINHO TIAGO no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na portaria 2616, anexo I, item 4, resolve designar: Ana Célia de Oliveira Amaral, representante de nível superior do serviço de enfermagem, Fernanda Rafael Antunes Lenk, representante de nível superior do serviço de farmácia, Marcos Rogério Policarpo Bezerra, representante de nível superior do laboratório de microbiologia, Kennia Mary da Silba Bioto, representante de nível superior do serviço administrativo. Estes como membros consultores.

E como membros executores o Médico Marcelo Henrique Coutinho Tiago e a Enfermeira Rosevani Fleiria Goes.

Esses são os membros para constituirem a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Municipal Osnir Bortolini.

Assinatura do Diretor.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 010/2018

Data assinatura: 06/04/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: NEUVACY MENDONÇA DA SILVA GOBBI – ME, CNPJ nº 26.159.006/0001-08

Valor Global: R$ 115.110,00 (cento e quinze mil e cento e dez reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES FRANCÊS A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 006/2018

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 059, DE 16 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr. José Carlos Janjacomo**, servidor efetivo deste município. "

A Secretária Municipal de Administração de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante, trabalhado pelo servidor efetivo **Sr. José Carlos Janjacomo**, portador do RG. nº 326. 262 SSP/MT, inscrito no CPF nº 208.963.101-59, matrícula nº 545, equivalente a 2425 dias líquidos, ou seja, **06 (seis) anos, 07 (sete) meses e 25 (vinte e cinco) dias**, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001070.1.00014/14-6 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos na data de 29 de março de 2018**, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 16 de abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ODECI TEREZINHA DALLA VALLE

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Homologo:

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 14h00 DO DIA 02 DE MAIO DE 2018**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II– Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES FRANCÊS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NA LOCALIDADE DE OURO BRANCO DO SUL**, conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **14h00 DO DIA 02 DE MAIO DE 2018.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 17 de abril de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 009/2018

Data assinatura: 05/04/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: D. P DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS – EPP, CNPJ nº 21.711.134/0001-90

Valor Global: R$ 717.286,00 (setecentos e dezessete mil duzentos e oitenta e seis reais)

Contratada: PNEUS BARBOSA LTDA, CNPJ nº 14.481.695/0001-85

Valor Global: R$ 695.938,00 (seiscentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e oito reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 005/2018

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 060, DE 16 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre a ***concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição,*** *ao servidorEfetivo* ***Sr. José Carlos Janjacomo ".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n. º 675 de 18 de março de 2010, que rege a previdência municipal de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 827/2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira/MT; e Lei Municipal nº 982/2017, que dispõe sobre a Concessão da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, no âmbito do Poder Executivo, correspondente ao Exercício de 2016 e **Decreto Municipal nº 035 de 19 de maio de 2017 que Aplica a Revisão Geral Anual de 6.58% e dá outras providências"**;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, ao servidor **Sr. José Carlos Janjacomo**, brasileiro, portador do RG nº 326.262 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 208.963.101-59, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo no cargo de Guarda, Classe "A", Nível "04", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o n.º 545, com carga horária de 40 horas semanais, contando com 18 (dezoito) anos e 06 (seis) meses de tempo de contribuição, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2018.02.00007P**, a partirde **01/04/2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01 de abril de 2018**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 16 de abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 025-A/2018.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 025-A/2018.
Dispõe Concessão de Horário Especial de trabalho à servidor estudante e, dá outras providências.

RONIVON DA SILVA MINGOTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições Legais que lhes confere as Lei, especialmente o artigo 24 da lei municipal n.º 971/2017 e,

Considerando o requerimento da servidora, datado de 19/03/2018, no qual requer horário especial para cumprimento de estágio supervisionado, no núcleo jurídico da Universidade - UNIC-Rondonópolis, MT., Campos Floriano Peixoto, quinzenalmente, a partir de 26/03/2018**,**

ESOLVE,

Art. 1º. **CONCEDER** à Servidora **MARIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA**, brasileira, divorciada, filha de Jose Gomes da Silva e Etelvina Batista de Oliveira Silva, natural de Terra Rosa-PR., nascida em 15/10/1968, portadora do CPF 486.584.801-00, RG. 0846.311-5 SSP/MT., efetiva no cargo de Contadora, matrícula funcional 100, a partir de 26 de março de 2018. Datas para o primeiro semestre/2018: 26/03/2018, 03/04/2018, 05/04/2018, 19/04/208, 03/05/2018, 17/05/2018, 07/06/2018.

Parágrafo Primeiro: Havendo alteração no calendário de horários, a servidora deverá apresentar justificativa emitida pela faculdade.

Parágrafo Segundo: A compensação de horas ocorrerá dentro do mês, em forma de horas extras. Não havendo horas extras, será deduzido em saldo de gozo de férias do período 2017/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 21 de março de 2018.

RONIVON DA SILVA MINGOTI,

Presidente

Biênio 2017/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PREV-JACI
PORTARIA N.º 034/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por morte em favor do Sr. ***Naelson José Klein e dos menores Kamilly Alves Santana Klein e Lyan Alves Santana Klein****, representado por ser genitor Sr. Naelson José Klein,* ***em decorrência do falecimento da servidora Sra. Rosilene Alves Santana Klein".***

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c e Art. 7, inciso I, Art. 28, inciso I, e art. 30, inciso I da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social Município de Jaciara/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento da servidora Sra. **Rosilene Alves Santana Klein**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 1055131-0 SJ/MT e CPF nº. 805.248.001-97, servidora aposentada por Invalidez no cargo de Profissional da Educação Básica, Classe C, Nível "2", através da Portaria nº 076/2016 publicada no Diário Oficial eletrônico dos Municípios de 31.08.2016, edição nº 2.553, o equivalente a 33,3 (trinta e três, três por cento) da cota em favor do Sr. **Naelson José Klein,** brasileiro, viúvo, portador da cédula de Identidade nº 000.502 SESP/MT, CPF sob nº 420.058.331-34, **a partir da data de requerimento**; 33,3 (trinta e três, três por cento) da cota em favor

da menor, **Kamilly Alves Santana Klein,** brasileira, filha,portadora da cédula de identidade nº 3102757-1 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 071. 628.081-74, e 33,3 (trinta e três, três por cento) da cota em favor do menor, **Lyan Alves Santana Klein**, brasileiro, filho, inscrito no CPF sob nº 091. 886.001-65,devidamente representados por seu genitor Sr.Naelson José Klein, ambos a partir de **21/03/2018,** data do óbito da servidora, conforme processo administrativo do PREV-JACI, n.º **2018.07.01814P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais **a partir de 21 de março de 2018,** revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 17 de abril de 2018.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRODiretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMADPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: NÁDIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES – ME

OBJETO: Prorrogação de vigência do contrato.

VIGÊNCIA: 240 (Duzentos e quarenta) dias

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.022/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 11/04/2018, **Prestação De Serviços E Manutenção Em Poço Artesiano Para Atender A Demanda Da Secretaria De Obras, Infraestrutura Urbano E Rural Na Comunidade Altelândia.**

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 17 de abril de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO Nº. 2781, DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Autoriza regulamentação e ou criação de CNPJ para a Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB e nomeia responsável pela movimentação financeira da mesma e dá outras providências:

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. nº. 14, da Lei Orgânica do Município de Juruena – MT, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar os dispostos na Portaria FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as atribuições dos agentes financeiros do Fundeb, a movimentação financeira e a divulgação das informações sobre transferências e utilização dos recursos do Fundo, consoante as disposições do art. 8º, § 1º, II e III, da Lei nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011, do art. 2º e 3º do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, e do art. 7º, § 3º, III e IV do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e dá outras providências.

CONSIDERANDO os dispostos no § 1° Em atenção ao disposto no art. 69, § 5°, da Lei 9.394 de 1996 c/c Decreto n° 6.253, de 13 de novembro de 2007, as contas específicas do Fundeb serão abertas, obrigatoriamente, no CNPJ do órgão responsável pela Educação, no âmbito dos respectivos entes governamentais;

CONSIDERANDO que o a movimentação dos recursos creditados na conta do FUNDEB deverá ser realizada, exclusivamente, de forma eletrônica, por meio de sistema específico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade dos gastos de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo.

CONSIDERANDO a necessidade de regularização e ou a criação de um CNPJ para o órgão responsável pela Educação no Município;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação é o órgão responsável pela Educação no município de Juruena-MT, de acordo com a Lei nº 502, de 21 de maio de 2002, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Juruena-MT.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Secretário (a) Municipal de Educação autorizado a regulamentar o CNPJ em nome da Secretaria Municipal de Educação – FUNDEB, bem como deverá observar todos os dispostos na aludida portaria do FNDE.

Art. 2º Fica nomeado como responsável pela titularidade do CNPJ e da conta corrente em conformidade com o disposto no § 1°, do art. 2°, da Portaria FNDE/STN nº 02, de 15 de janeiro de 2018, o Secretário (a) Municipal de Educação, nomeada através da Portaria Municipal nº. 024/2018, e adotar as providências afetas à movimentação financeira dos recursos exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 17 de Abril de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita de Juruena

Registrado e publicado por afixação em local publico de costume, conforme Lei Municipal nº 484 de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Sec. Mun. de Adm. e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 623/2018,

De 17 de abril de 2018.

Autor: Poder Executivo.

"Concede o pagamento de incentivo financeiro aos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Lambari D'oeste/MT, e dá outras providências."

EDVALDO ALVES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste / MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o pagamento de incentivo financeiro aos Agentes Comunitários de Saúde vinculados ao Município de Lambari D'oeste/MT, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para cada servidor, conforme repasse do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde para este fim.

Art. 2º. O valor do incentivo financeiro a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde será suspenso caso haja interrupção e/ou suspensão dos repasses financeiros realizados pelo Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde para este fim.

Art. 3º. Em caso de exoneração do servidor ou rescisão por término de contrato, conforme o caso, fica o Poder Executivo autorizado a conceder o pagamento do incentivo financeiro na rescisão, referente ao período trabalhado.

Art. 4º. O incentivo é exclusivamente vinculado ao repasse do Estado, não sendo, portanto, incorporado para nenhum efeito legal à remuneração dos servidores, exceto para fins de contribuição previdenciária e fiscal.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto, os atos e condições necessárias ao implemento desta Lei, no que couber.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA
EXTRATO CONTRATO 003/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2018

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADO: **FAÇA WEB SITES LTDA**

OBJETO: REFORMULAÇÃO TOTAL DO SITE DA CAMARA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

VALOR GLOBAL: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

PRAZO: 16/04/2018 À 30/04/2018

Marcelândia, 16 de abril de 2018.

EDIVAN VIEIRA LIMA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº. 2653 DE 16 DE ABRIL DE 2018

"DISPÕE SOBRE A ESCALA DE PLANTÃO DAS FUNERÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere por Lei, e;

Considerando a Lei Municipal Nº 835 de 28 de maio de 2013, em seu artigo 1º e 2º que dispõe sobre a Escala de Plantões das Funerárias do município de Matupá;

DECRETO

Art. 1°. Fica definida a escala de plantões das funerárias do Município de Matupá sendo elas Funerária São Judas Tadeu e Funerária Santa Maria referente aos meses de Abril a Dezembro de 2018, conforme aprovação em Ata nº 05/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se escala de plantão conforme tabela no Anexo Único deste decreto.

Art. 2°. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos 16 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MÊS DE ABRIL DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
01 SÃO JUDAS	02 STA MARIA	03 SÃO JUDAS	04 STA MARIA	05 SÃO JUDAS	06 STA MARIA	07 SÃO JUDAS
08 STA MARIA	09 SÃO JUDAS	10 STA MARIA	11 SÃO JUDAS	12 STA MARIA	13 SÃO JUDAS	14 STA MARIA
15 SÃO JUDAS	16 STA MARIA	17 SÃO JUDAS	18 STA MARIA	19 SÃO JUDAS	20 STA MARIA	21 SÃO JUDAS
22 STA MARIA	23 SÃO JUDAS	24 STA MARIA	25 SÃO JUDAS	26 STA MARIA	27 SÃO JUDAS	28 STA MARIA
29 SÃO JUDAS	30 STA MARIA					

MÊS DE MAIO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		01 SÃO JUDAS	02 STA MARIA	03 SÃO JUDAS	04 STA MARIA	05 SÃO JUDAS
06 STA MARIA	07 SÃO JUDAS	08 STA MARIA	09 SÃO JUDAS	10 STA MARIA	11 SÃO JUDAS	12 STA MARIA
13 SÃO JUDAS	14 STA MARIA	15 SÃO JUDAS	16 STA MARIA	17 SÃO JUDAS	18 STA MARIA	19 SÃO JUDAS

20 STA MARIA	21 SÃO JUDAS	22 STA MARIA	23 SÃO JUDAS	24 STA MARIA	25 SÃO JUDAS	26 STA MARIA
27 SÃO JUDAS	28 STA MARIA	29 SÃO JUDAS	30 STA MARIA	31 SÃO JUDAS		

MÊS DE JUNHO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					01 STA MARIA	02 SÃO JUDAS
03 STA MARIA	04 SÃO JUDAS	05 STA MARIA	06 SÃO JUDAS	07 STA MARIA	08 SÃO JUDAS	09 STA MARIA
10 SÃO JUDAS	11 STA MARIA	12 SÃO JUDAS	13 STA MARIA	14 SÃO JUDAS	15 STA MARIA	16 SÃO JUDAS
17 STA MARIA	18 SÃO JUDAS	19 STA MARIA	20 SÃO JUDAS	21 STA MARIA	22 SÃO JUDAS	23 STA MARIA
24 SÃO JUDAS	25 STA MARIA	26 SÃO JUDAS	27 STA MARIA	28 SÃO JUDAS	29 STA MARIA	30 SÃO JUDAS

MÊS DE JULHO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
01 STA MARIA	02 SÃO JUDAS	03 STA MARIA	04 SÃO JUDAS	05 STA MARIA	06 SÃO JUDAS	07 STA MARIA
08 SÃO JUDAS	09 STA MARIA	10 SÃO JUDAS	11 STA MARIA	12 SÃO JUDAS	13 STA MARIA	14 SÃO JUDAS
15 STA MARIA	16 SÃO JUDAS	17 STA MARIA	18 SÃO JUDAS	19 STA MARIA	20 SÃO JUDAS	21 STA MARIA
22 SÃO JUDAS	23 STA MARIA	24 SÃO JUDAS	25 STA MARIA	26 SÃO JUDAS	27 STA MARIA	28 SÃO JUDAS
29 STA MARIA	30 SÃO JUDAS	31 STA MARIA				

MÊS DE AGOSTO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			01 SÃO JUDAS	02 STA MARIA	03 SÃO JUDAS	04 STA MARIA
05 SÃO JUDAS	06 STA MARIA	07 SÃO JUDAS	08 STA MARIA	09 SÃO JUDAS	10 STA MARIA	11 SÃO JUDAS
12 STA MARIA	13 SÃO JUDAS	14 STA MARIA	15 SÃO JUDAS	16 STA MARIA	17 SÃO JUDAS	18 STA MARIA
19 SÃO JUDAS	20 STA MARIA	21 SÃO JUDAS	22 STA MARIA	23 SÃO JUDAS	24 STA MARIA	25 SÃO JUDAS
26 STA MARIA	27 SÃO JUDAS	28 STA MARIA	29 SÃO JUDAS	30 STA MARIA	31 SÃO JUDAS	

MÊS DE SETEMBRO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						01 STA MARIA
02 SÃO JUDAS	03 STA MARIA	04 SÃO JUDAS	05 STA MARIA	06 SÃO JUDAS	07 STA MARIA	08 SÃO JUDAS
09 STA MARIA	10 SÃO JUDAS	11 STA MARIA	12 SÃO JUDAS	13 STA MARIA	14 SÃO JUDAS	15 STA MARIA
16 SÃO JUDAS	17 STA MARIA	18 SÃO JUDAS	19 STA MARIA	20 SÃO JUDAS	21 STA MARIA	22 SÃO JUDAS
23 STA MARIA	24 SÃO JUDAS	25 STA MARIA	26 SÃO JUDAS	27 STA MARIA	28 SÃO JUDAS	29 STA MARIA
30 SÃO JUDAS						

MÊS DE OUTUBRO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	01 STA MARIA	02 SÃO JUDAS	03 STA MARIA	04 SÃO JUDAS	05 STA MARIA	06 SÃO JUDAS
07 STA MARIA	08 SÃO JUDAS	09 STA MARIA	10 SÃO JUDAS	11 STA MARIA	12 SÃO JUDAS	13 STA MARIA
14 SÃO JUDAS	15 STA MARIA	16 SÃO JUDAS	17 STA MARIA	18 SÃO JUDAS	19 STA MARIA	20 SÃO JUDAS
21 STA MARIA	22 SÃO JUDAS	23 STA MARIA	24 SÃO JUDAS	25 STA MARIA	26 SÃO JUDAS	27 STA MARIA
28 STA MARIA	29 SÃO JUDAS	30 STA MARIA	31 SÃO JUDAS			

MÊS DE NOVEMBRO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				01 SÃO JUDAS	02 STA MARIA	03 SÃO JUDAS

04 STA MARIA	05 SÃO JUDAS	06 STA MARIA	07 SÃO JUDAS	08 STA MARIA	09 SÃO JUDAS	10 STA MARIA
11 SÃO JUDAS	12 STA MARIA	13 SÃO JUDAS	14 STA MARIA	15 SÃO JUDAS	16 STA MARIA	17 SÃO JUDAS
18 STA MARIA	19 SÃO JUDAS	20 STA MARIA	21 SÃO JUDAS	22 STA MARIA	23 SÃO JUDAS	24 STA MARIA
25 SÃO JUDAS	26 STA MARIA	27 SÃO JUDAS	28 STA MARIA	29 SÃO JUDAS	30 STA MARIA	

MÊS DE DEZEMBRO DE 2018

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						01 SÃO JUDAS
02 STA MARIA	03 SÃO JUDAS	04 STA MARIA	05 SÃO JUDAS	06 STA MARIA	07 SÃO JUDAS	08 STA MARIA
09 SÃO JUDAS	10 STA MARIA	11 SÃO JUDAS	12 STA MARIA	13 SÃO JUDAS	14 STA MARIA	15 SÃO JUDAS
16 STA MARIA	17 SÃO JUDAS	18 STA MARIA	19 SÃO JUDAS	20 STA MARIA	21 SÃO JUDAS	22 STA MARIA
23 SÃO JUDAS	24 STA MARIA	25 SÃO JUDAS	26 STA MARIA	27 SÃO JUDAS	28 STA MARIA	29 SÃO JUDAS
30 STA MARIA	31 SÃO JUDAS					

TELEFONES PARA CONTATO:

FUNERÁRIA SÃO JUDAS TADEU

(66) 3595-1645 (66) 9 9965-5057 (66) 9 9927-6715

FUNERÁRIA SANTA MARIA

(66) 3595-2011 (66) 9 9611-3020 (66) 9 9961-1126

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2018

lo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARCOS S BIUDES -ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.257.279/0001-03 e Inscrição Estadual n° 13329559-1, com sede na Rua Dom Pedro I nº 224, Bairro Jardim Independência, na Cidade de Cuiabá/MT CEP 78.031-020, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Srº **MARCOS SACARDI BIUDES,** portador doCPF sob o nº 995.129.981-49 e RG nº 1282173-0 SSP/MT**,** nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Nº Item	Item	TCE	Descrição	UND	QTD	Valor	Total	Marca
1	364487	363866-9	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLORIDO (HP 662), **ORIGINAL**, NOVO.	UN	49	50,00	2.450,00	HP
1	368308	10725	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP CB-435 (35A)	UN	176	30,00	5.280,00	Masterprint
2	368309	10245	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP 12ª	UN	60	35,00	2.100,00	HP
4	368311	10726	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA HP 85A	UN	202	28,00	5.656,00	Masterprint
5	364477	325906-4	CARTUCHO DE TINTA **ORIGINAL** - COLORIDO, REF. CH562HL (HP 122), PARA IMPRESSORA DESKJET SERIE1000	UN	57	70,00	3.990,00	HP
6	364478	325881-5	CARTUCHO DE TINTA **ORIGINAL** - PRETO, REF. CH561HL (HP 122), PARA IMPRESSORA HP DESKJET SERIE 1000	UN	57	54,50	3.106,50	HP
7	364483	394699-1	CARTUCHO DE TINTA **ORIGINAL** - PRETA, REFERENCIA C9351A (HP 21), PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET J36	UN	11	64,00	704,00	HP
8	368312	261960-1	CARTUCHO DE TINTA 22, COLORIDO, **ORIGINAL** PARA IMPRESSORA	UN	12	50,00	600,00	HP
9	364485	251223-8	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - COLOR, REF. CC643WL (HP 60), PARA IMPRESSORA HP, **ORIGINAL**, NOVO	UN	33	50,00	1.650,00	HP
10	364486	254695-7	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, REF. CC643WL (HP 60), PARA IMPRESSORA HP, **ORIGINAL**, NOVO,	UN	33	68,50	2.260,50	HP
11	368313	296735-9	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA SAMSUNG D101	UN	76	50,00	3.800,00	Masterprint
15	253686	415837-7	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA 78A	UN	65	34,50	2.242,50	Masterprint
16	364688	4812	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA BROTHER TN 2340 2540 DW	UN	72	37,00	2.664,00	Masterprint
17	368317	427435-0	TONER COR PRETO, PARA IMPRESSORA SAMSUNG D111	UN	5	86,00	430,00	Masterprint
20	363466	2201	CARTUCHO DE TINTA **ORIGINAL** - COLORIDO, 664 REF. F6V28AB PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136	UN	171	51,50	8.806,50	HP
21	363467	2211	CARTUCHO DE TINTA **ORIGINAL** - COR, PRETO 664 REF. F6V29AB, PARA IMPRESSORA HP DESK JET 2136.	UN	105	51,00	5.355,00	HP
21	368354	2217	TONER - PRETO TN620, PARA IMPRESSORA BROTHER HL-5340 D LASER	UN	13	59,50	773,50	Masterprint
22	368316	10727	CARTUCHO DE TINTA 670, **ORIGINAL** - KIT COMPOSTO POR 04 CARTUCHOS (PRETO 7,5 ML, CIANO 3,5 ML, MAGNETA 4 ML, E AMARELO 3,5ML)	Kit	17	255,00	4.335,00	HP
Total Geral:							**R$ 56. 203,50**	

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (Três) Dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.5 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.6 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.7 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Recebimento dos Produtos:

5.7.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.7.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.7.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 8687-8 Conta corrente nº 71554-9, em nome de MARCOS S BIUDES -ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

CÓDIGO GERAL: 02.020.0.1.04.122.0033.2.094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.040.0.1.04.122.0026.2.076 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.050.0.1.04.123.0036.2.110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.128 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.2086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.2.020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.361.0015.2.023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.365.0018.2.032 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE E PRÉ ESCOLA ATRAVES DO SALARIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.243.0010.2.071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.063 – MANUTENÇÃO DO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.062 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.13.812.0017.2.037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 –Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Rosangela Aparecida da Silva	2734/2013
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria Municipal de Educação	Célia Pereira Bueno da Silva	2342/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS	Heraldo Rodrigo Ricieri	4054/2014

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 010/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de abril de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

MARCOS S BIUDES –ME

CNPJ sob o nº. 08.257.279/0001-03

MARCOS SACARDI BIUDES

CPF sob o nº 995.129.981-49

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA VIVIANE PIMENTEL DE LIMA DO SANTOS PREGOEIRA OFICIAL EQUIPE DE APOIO

_____ _____

IVAINE MOLINA CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES

EQUIPE DE APOIO EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 013/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CONFIRMA A LEI Nº. 1048/2018 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ E O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CEFAPRO.

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Cooperação Técnica, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominada **CONCEDENTE;** e de outro lado o **CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CEFAPRO,** inscrito no CNPJ sob nº 03.204.985/0001-65, com sede na Rua 02, Nº 698, Bairro ZC-001, na cidade de Matupá, Mato Grosso, neste ato representado por sua Presidente a Sra. Rozangela Schaffer Scabeni, portadora do RG nº. 1911637-1 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº. 847.276.751-53, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Cooperação Técnica de acordo com as normas de direito aplicáveis ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem a finalidade de viabilizar e ratificar todos os dispositivos da **LEI MUNICIPAL Nº. 1048/2018 "Autoriza o art. 4º, da Lei nº 1043/2018 que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para Associações, e dá outras providências".**

CLÁUSULA SEGUNDA – O auxílio do Município de Matupá - MT será de até R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) correspondente ao auxílio financeiro para que no prazo máximo de 90 dias a partir da realização do repasse financeiro seja efetuada a prestação de contas da efetiva aplicação do recurso a Administração Municipal, acompanhada dos documentos fiscais, o **auxílio financeiro será repassado conforme plano de trabalho em anexo.**

CLÁUSULA TERCEIRA - O encarregado de exercer as funções de responsável do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar do CEFAPRO prestará contas no prazo máximo de 90 dias referente ao auxílio financeiro recebido do Poder Executivo Municipal, através de Notas Fiscais. Os recursos da CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Secretaria Municipal de Educação, tendo a seguinte classificação orçamentária:

07.001.12.122.0029.2086 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA – O presente termo de cooperação terá vigência de 13/04/2018 até o dia 13/07/2018.

CLÁUSULA QUINTA – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Cooperação, são responsabilidades das partes:

1- Do CONCEDENTE

I – Repassar o recurso da CLÁUSULA SEGUNDA, após a assinatura deste Termo;

II – Publicar o extrato do presente Termo de Cooperação em jornal AMM;

III – Receber e analisar a prestação de contas do presente Termo de Cooperação;

2- Do CONVENENTE

I – A utilizar os valores repassados única e exclusivamente para o fim previsto no presente Termo de Cooperação;

II – Os pagamentos serão efetuados mediante transferência bancária. Os dados bancários para pagamento são: Banco do Brasil Agência 3931-4 e Conta-Corrente 6594-3;

III - R**etirar os valores ou as requisições diretamente na Prefeitura Municipal de Matupá, junto Secretaria Municipal de Finanças, conforme a necessidade, podendo nomear preposto ou procurador para tanto;**

IV - Prestar em até 90 dias a partir da realização do repasse financeiro, junto a Secretaria Municipal de Finanças, sob pena de não o fazendo, incorrer em falta grave e ter o Termo de Cooperação imediatamente suspenso e/ou cancelado.

V – Restituir eventual saldo de recursos a CONCEDENTE, conforme o caso, na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Cooperação.

VI – Restituir a CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido de juros legais, na

forma da legislação aplicável ao débito para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do contrato;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Termo de Cooperação;

VII – Assumir toda a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais e trabalhistas e a proibição de atribuição à CONCEDENTE de obrigações dessa natureza, na execução do presente Termo;

CLÁUSULA SEXTA - A Secretaria Municipal de Finanças tem a prerrogativa de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA – O Termo somente poderá ser alterado, com a devida justificativa, apresentada a CONCEDENTE através de ofício, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do período da vigência.

CLÁUSULA OITAVA – Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Termo serão dirimidos pelas partes, mediante Termo Aditivo, se necessário.

CLÁUSULA NONA – O presente **termo** poderá, todavia, ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA DECIMA – Fica Eleito o Foro da Comarca de Matupá – MT, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente **termo**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Termo de Cooperação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ – MT,

Em 13 de Abril de 2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONCEDENTE

ROZANGELA SCHAFFER SCABENI

CONVENENTE

Testemunhas:

IVAINE MOLINA BRUNA MARTINS DE AGUIAR

CPF: 895.005.719-00 CPF: 033.006.031-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n°13.347.772-2, com sede na Rua 21 nº302, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representada pela Sócia **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora da RG nº 1226202-1 SSP/MT e do CPF nº 850.445.711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Nº Item	Item	TCE	Descrição	UND	QTD	Valor	Total	Marca
2	364488	418448-3	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA - PRETO, HP 662 PRETO, **ORIGINAL**.	UN	37	64,00	**R$ 2.386,50**	HP

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (Três) Dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 – Os cartuchos/toner deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.5 – O padrão de rendimento dos produtos deverá atender a ABNT/ISSO/IEC 19798 (19752) e ABNT/ISSO/IEC 24711, devidamente declarado pelo fornecedor.

5.6 - Cada item fornecido deverá conter numeração sequencial impresso na embalagem ou corpo do produto.

5.7 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Recebimento dos Produtos:

5.7.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.7.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.7.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município:

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

CÓDIGO GERAL: 02.020.0.1.04.122.0033.2.094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.040.0.1.04.122.0026.2.076 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.050.0.1.04.123.0036.2.110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.128 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.2086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.2.020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.361.0015.2.023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.365.0018.2.032 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE E PRÉ ESCOLA ATRAVES DO SALARIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.243.0010.2.071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.063 – MANUTENÇÃO DO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.062 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.13.812.0017.2.037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 –Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 010/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de abril de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA VIVIANE PIMENTEL DE LIMA DO SANTOS PREGOEIRA OFICIAL EQUIPE DE APOIO

_____ _____

IVAINE MOLINA CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES

EQUIPE DE APOIO EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 03/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 04 de maio de 2018 às 15h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 110 HP E PESO OPERACIONAL DE 11000 KG EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 horas do dia 19/04/2018 as 08:00 horas do dia 04/05/2018 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 032/2018, que estará disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 17 de abril de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou a análise dos documentos de habilitação da Empresa participante referente a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA PASSARELA 04, RUA PROJETADA "C" E PASSARELA 7B DO BAIRRO ZC1-001 E ZC1-002 CONFORME CONVÊNIO Nª 847107/2017 CELEBRADO ENTRE A O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.Após análise minuciosa dos documentos resolveram HABILITAR a Empresa GUILHERME LUIZ AIMI - ME. A abertura do envelope de proposta será dia 20/04/2018 as 10:00 horas. Maiores informações no setor de licitações do Município de Matupá. Matupá – MT, 17

de abril de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO- PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 014/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa VIEIRA E PIZZOLI VIEIRA LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.737.595/0001-16 com valor total de R$ 3.323.708,60. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 17 de abril de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº.04/2018 E PARECER Nº04/18 - CMAS

SUMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Matupá-MT, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e tendo em vista o assunto deliberado na reunião ordinária realizada no dia 12 de Abril de 2018, Ata nº05/18, baixa a seguinte resolução:

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providencias;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho de Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 835 de 28 de maio de 2013, que dispõe sobre a Escala de Plantão das Funerárias do município de Matupá, em seu Artigo 1º, §2º.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o **Plantão dos meses de Abril a Dezembro de 2018 das Funerárias São Judas Tadeu e Santa Maria** conforme Ata nº05/18 de 12/04/18.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 12 de Abril de 2018.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO

PRESIDENTE CMAS

PARECER Nº04/18 - CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 12/04/2018, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 13:30 hs, para análise do **Plantão dos meses de Abril a Dezembro de 2018 das Funerárias São Judas Tadeu e Santa Maria,** conforme Ata nº05/18 de 12/04/18.

Após analisar todos os aspectos que envolvem o Plantão, emitem parecer favorável.

Matupá-MT, 12 de Abril de 2018.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO

PRESIDENTE CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 032 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 032 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 006/2018 de dispensa de licitação** da unidade Operacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **RAFAEL DO PRADO DE OLIVEIRA,** Admitido no mês e ano **07/2007**, como **Encarregado de Sistema de Água e Esgoto**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 006/2018** com objetivo para **AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA O ANO DE 2018**, contratando a empresa **POSTO DANUBIO AZUL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 16 de abril de 2018.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 16 de abril de 2018.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL DOESTE, no uso das suas atribuições legais e CONSIDERANDO as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e pela assessoria jurídica do município, sobre a dispensa de chamamento público para formalização de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, fulcrada no inciso VI, do artigo 30, da Lei n.º 13.019 de 31 de Julho de 2014, RESOLVE ratificar o presente processo restando dispensado o chamamento público em favor das entidades que apresentaram tempestivamente suas manifestações de interesse social e seus planos de trabalho abaixo relacionadas. Publique-se este termo em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 32 do supracitado diploma legal. Entidades:

a) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (01.364.306/0001-90);

b) Sociedade Espírita Allan Kardec (15.020.084/0001-00);

c) Associação Ensino Musical para Crianças e Adolescentes (24.023.389/0001-59);

d) Associação Beneficente Mercedária Santo Antônio (33.642.455/0005-93);

e) Centro de Recuperação Lar Cristão (02.933.436/0003-20);

f) Associação da Casa de Acolhimento à Criança Renascer (18.148.911/0001-26)

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado do Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 12 de Abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATO N° 006/2018

CONTRATO N° 006/2018

CONTRATO DE COMPRA DE PRODUTO

Pelo presente Instrumento Público de Contrato de Compra de Produto, que regula-se pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, de conformidade com as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

A) CONTRATANTE: SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT, situada na Rua: Ricardo Druzian Gallo nº 167 - Bairro: Centro – Mirassol D´Oeste – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, residente e domiciliado nesta cidade, simplesmente **CONTRATANTE.**

B) NOME DO CREDOR: POSTO DANUBIO AZUL, CNPJ: 24.765.513/0001-51. ENDEREÇO: RUA TRANCREDO NEVES, N.3508, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MT, CEP: 78.280-000, Sr. SILVIO LUIZ ANZOLIN, brasileiro, casado, portador do **RG: sob. 423048**, **SSP/MT e CPF: 318.540.281-20**, a seguir denominada **CONTRATADA**, fica justo e acertado o contrato de prestação de serviços profissionais especializados, firmado com amparo na Lei no. 8.666/93 e posteriores alterações, ao qual se subordinam as partes, e regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO INSTRUMENTO

1.1. O presente contrato está dispensado do procedimento licitatório, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei no. 8.883/94 e Lei no. 9.648/98, sendo regido pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DO PRODUTO

Os serviços deverão ser disponibilizados conforme exigências contidas no termo de dispensa.

Para **AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA O ANO DE 2018.**

ITEM	QTDE UNID	EMBALAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	(VR.Referência)	VR. TOTAL
01	3400	Litros	ÓLEO DIESEL	R$ 3,79	R$ 12.886,00
02	1500	Litros	GASOLINA	R$ 4,59	R$ 6.885,00
VALOR TOTAL GERAL					R$ 19.771,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DIREÇÃO DOS PRODUTOS

A direção geral e responsabilidade técnica dos serviços serão do **POSTO DANUBIO AZUL,CNPJ:24.765.513/0001-51.**

CLÁUSULA QUINTA - DA LICITAÇÃO

O presente contrato é oriundo de dispensa de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS DOS PRODUTOS E VIGÊNCIA

A disponibilização dos serviços a que se refere o presente contrato, fica estabelecido o preço global de **R$ 19.771,00 (dezenove mil setecentos e setenta e um reais),** conforme proposta.

A prestação dos Serviços tem início na data de assinatura do presente instrumento e término em **16/04/2019**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

Os preços dos produtos da proposta não poderão ter reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO

O adjudicatário deverá apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos produtos, contados do recebimento da solicitação de fornecimento.

Deverá ser incluso no preço todos os tributos e encargos legais incidentes sobre o serviço.

Os valores do contrato serão pagos após a entrega dos produtos, sendo que o mesmo será adquirido por abastecimento.

O adjudicatário deverá disponibilizar o serviço adjudicado, conforme solicitação do SAEMI.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	33.90.30	MATERIAL DE CONSUMO Saldo da Dotação Orçamentária para o ano de 2018

VALOR DE R$ 19.771,00 (dezenove mil setecentos e setenta e um reais).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, as partes poderão, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do Art., 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, se uma das partes não cumprir o disposto neste instrumento.

O Contratante não é obrigado a adquirir todos os itens deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

CONTRATADO: Recolher todos os tributos e encargos legais decorrentes da execução do presente contrato.

Fica contratada obrigada a manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato e, em especial, quanto a regularidade para seguridade social.

As partes declaram-se vinculadas aos termos do **dispensa de licitação** e todos os seus anexos.

A fiscalização do presente contrato será exercida pela Servidora Sra. G**LEICY MARTINEZ OCHIUTO**Devidamente designado para o Ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pela CONTRATANTE:

Quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ou transferência no todo ou em partes a prestação dos serviços.

Quando necessário à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Nº 8.666/93.

II – Por acordo das partes:

Quando necessária à modificação do regime de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado.

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea “b” do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Se o contrato não houver sido contemplado preços para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites previstos no subitem anterior.

Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos preceituados pelo § 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A empresa tem que estar disponível 24 horas por dias incluindo sábados, domingos e feriados para abastecimento de combustíveis.

O serviço tem que ser realizado conforme necessidade da contratante.

Os abastecimentos com combustíveis serão realizados diretamente na bomba, razão pela qual a Contratada deverá estar localizada no perímetro urbano do Município de Mirassol D'Oeste-MT, mediante apresentação de solicitação e controle de consumo e quantidades não superior ao preenchimento do tanque ou do recipiente que eventualmente o requisitante apresentar, como galões e outros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/93, e nos casos omissos elegem as entidades contratantes, o Foro da Comarca de Mirassol d Oeste, Estado de Mato Grosso, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si ou seus sucessores legais, todas as Cláusulas Contratuais.

Mirassol D’ Oeste – MT, 16 de abril de 2018.

CONTRATANTE

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTRATADO

_____

POSTO DANUBIO AZUL

CNPJ: 24.765.513/0001-51

Testemunhas:

1.)_____

CPF.

2.)_____

CPF.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIAS

PORTARIA Nº 188 DE 13 DE ABRIL DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando a necessidade de contratação temporária para substituição de servidora com previsão de licença maternidade, cuja ausência prejudica a execução dos serviços públicos;

Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear Comissão para realização de Processo Seletivo Simplificado, destinada ao provimento do cargo de nutricionista, nos termos da lei Complementar nº 087/2009, combinada com a Lei Municipal nº 1457/2018, conforme constituição abaixo:

Presidente: Bruno Vilas Boas Panaro Leite

Cargo: Auxiliar Administrativo - Matrícula nº 506

Membros

Iara Jamariqueli de Lima - Cargo: Professora - Matrícula nº 3584

Miriam da Silva Faria - Cargo: Professora - Matrícula nº 5148

Artigo 2º - Compete à Comissão:

I – Tomar todas as providências para a realização do Processo Seletivo, obedecendo fielmente os ordenamentos legais, e as exigências do Tribunal de Contas do Estado, instaurando os procedimentos administrativos necessários à todas as fases do Processo Seletivo.

II – Caso seja necessário, solicitar assessoria de órgão especializado para o bom desempenho de suas atribuições e, solicitar junto ao Executivo Municipal, recursos necessários para dar cobertura às despesas oriundas de suas atividades.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 13 de abril de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 189 DE 16 DE ABRIL DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor ADILSON BARBOSA DOS SANTOS, Operador de Máquinas e Equipamentos, matrícula nº 5425, CPF nº 621.507.741-00 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 008/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, CNPJ nº 21.679.98/0001-25, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de apoio as atividades operacionais subsidiárias, de acordo com o Pregão nº 09/2018.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 16 de abril de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 193 DE 16 DE ABRIL DE 2018

EXONERA DA FUNÇÃO DE SUPERVISOR DO TERMINAL RODOVIÁRIO CC-2 SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º -Ficaexonerado, a partir desta data, da função de ***SUPERVISOR DO TERMINAL RODOVIÁRIO CC-2,*** o servidor ***NELSON TOMAZ DA SILVA***, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria de Obras e Infraestrutura, nomeado através da portaria nº 021 de 03 de janeiro de 2017.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 16 de abril de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO Prefeito Municipal

ESP/acqb

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI)

A Prefeitura Municipal de Nobres, CNPJ nº 03.424.272/0001-07 torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para A obra de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais na Avenida Mário Abrão Nassardem no perímetro urbano do município de Nobres/MT.

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS JANEIRO 2018

EXTRATOS DE ADITIVOS JANEIRO 2018

5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2013 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres – MT e a empresa **AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ sob o nº 00.059.307/0001-68. Objeto*:* Trata da prorrogação de prazo na prestação de serviços de Locação de licença de uso permanente de Sistema de Informação Previdenciária para Gerenciamento do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Nobres – MT conforme Contrato nº 011/2013. Valor: R$ 13.316,68 (Treze Mil Trezentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Oito Centavos) Data: 09/01/2018. Prazo: 04 (Quatro) meses. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **EDSON JACINTHO DA SILVA** Diretor – Contratada.

Nobres - MT, 07 de Fevereiro de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 32/2018

PORTARIA N.º 32/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª Sebastiana Marques Ciscon Fonseca"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres**; e** Lei 1190 de 03/07/2011 que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Nobres-MT; alterada pela **Lei Municipal** nº 1.297 de 02/12/2013 e anexo II da Lei nº. 1438/2017 que versa sobre o reajuste salarial.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **SRª. SEBASTIANA MARQUES CISCON FONSECA**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade Profissional nº 385397-AE COREN-MT e do CPF nº 298.635.891-87, servidora Efetiva, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "D", Nível "01", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 30 horas semanais, devidamente matriculadas sob o nº 147, contando com 31 anos, 11 meses e 18 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** nº. **2017.04.00971P**, a partir de 27 de março de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **27 de março de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 16 de abril de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE DE JANEIRO A NOVEMBRO-2017

Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Município: NOBRES
Unidade Gestora: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES
Exercício: 2017 Período: Janeiro a Novembro

BALANCETE - APLIC

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
11000000000	N	-	ATIVO CIRCULANTE	26.740.846,16	7.481.906,86	222.389,82	186.399,29	19.294.929,83	0,00
11100000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.544.900,48	7.265.245,42	222.389,82	186.399,29	16.315.645,59	0,00
11110000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.544.900,48	7.265.245,42	222.389,82	186.399,29	16.315.645,59	0,00
11111000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	23.544.900,48	7.265.245,42	222.389,82	186.399,29	16.315.645,59	0,00
11111060000	N	-	CONTA ÚNICA RPPS	3.314.222,39	2.902.551,30	173.153,64	177.856,95	406.967,78	0,00
11111060100	S	F	BANCOS CONTA MOVIMENTO – RPPS (F)	3.314.222,39	2.902.551,30	173.153,64	177.856,95	406.967,78	0,00
11111190000	S	F	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	2.176.072,55	2.176.072,55	0,00	0,00	0,00	0,00
11111500000	N	-	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	18.054.605,54	2.186.621,57	49.236,18	8.542,34	15.908.677,81	0,00
11111500300	S	F	FUNDOS DE INVESTIMENTO (F)	18.054.605,54	2.186.621,57	49.236,18	8.542,34	15.908.677,81	0,00
11200000000	N	-	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.193.815,25	216.661,44	0,00	0,00	2.977.153,81	0,00
11210000000	N	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211000000	N	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211050000	N	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211059900	S	P	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER (P)	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11230000000	N	-	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	2.570.764,89	216.661,44	0,00	0,00	2.354.103,45	0,00
11233000000	N	-	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS – UNIÃO	2.570.764,89	216.661,44	0,00	0,00	2.354.103,45	0,00
11233090000	S	P	CRÉDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS (P)	2.570.764,89	216.661,44	0,00	0,00	2.354.103,45	0,00
11500000000	N	-	ESTOQUES	2.130,43	0,00	0,00	0,00	2.130,43	0,00
11560000000	N	-	ALMOXARIFADO	2.130,43	0,00	0,00	0,00	2.130,43	0,00
11561000000	N	-	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.130,43	0,00	0,00	0,00	2.130,43	0,00
11561010000	S	P	MATERIAL DE CONSUMO (P)	2.130,43	0,00	0,00	0,00	2.130,43	0,00
12000000000	N	-	ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
12300000000	N	-	IMOBILIZADO	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
12310000000	N	-	BENS MOVEIS	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
12311000000	N	-	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
12311990000	N	-	DEMAIS BENS MÓVEIS	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
12311999900	S	P	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	30.182,13	0,00	0,00	0,00	30.182,13	0,00
	N	-	TOTAL ATIVO (1)	26.771.028,29	7.481.906,86	222.389,82	186.399,29	19.325.111,96	0,00
21000000000	N	-	PASSIVO CIRCULANTE	1.961.976,82	1.976.948,70	202.199,18	197.056,66	0,00	9.829,36
21100000000	N	-	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.618.469,51	1.618.469,51	167.402,90	167.402,90	0,00	0,00
21110000000	N	-	PESSOAL A PAGAR	67.348,20	67.348,20	6.253,44	6.253,44	0,00	0,00
21111000000	N	-	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	67.348,20	67.348,20	6.253,44	6.253,44	0,00	0,00
21111010000	N	-	PESSOAL A PAGAR	67.348,20	67.348,20	6.253,44	6.253,44	0,00	0,00
21111010100	N	-	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	67.348,20	67.348,20	6.253,44	6.253,44	0,00	0,00

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21111010101	S	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	67.348,20	67.348,20	6.253,44	6.253,44	0,00	0,00
21120000000	**N**	**-**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR**	**1.543.870,21**	**1.543.870,21**	**160.472,22**	**160.472,22**	**0,00**	**0,00**
21121000000	**N**	**-**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO**	**1.543.870,21**	**1.543.870,21**	**160.472,22**	**160.472,22**	**0,00**	**0,00**
21121010000	**N**	**-**	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR**	**1.543.870,21**	**1.543.870,21**	**160.472,22**	**160.472,22**	**0,00**	**0,00**
21121010100	S	F	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)	1.543.870,21	1.543.870,21	160.472,22	160.472,22	0,00	0,00
21140000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**7.251,10**	**7.251,10**	**677,24**	**677,24**	**0,00**	**0,00**
21141000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO**	**7.251,10**	**7.251,10**	**677,24**	**677,24**	**0,00**	**0,00**
21141010000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR**	**7.251,10**	**7.251,10**	**677,24**	**677,24**	**0,00**	**0,00**
21141010100	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES**	**7.251,10**	**7.251,10**	**677,24**	**677,24**	**0,00**	**0,00**
21141010101	S	F	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	7.251,10	7.251,10	677,24	677,24	0,00	0,00
21300000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**121.125,47**	**127.219,64**	**10.160,67**	**5.331,50**	**0,00**	**1.265,00**
21310000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**	**121.125,47**	**127.219,64**	**10.160,67**	**5.331,50**	**0,00**	**1.265,00**
21311000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**121.125,47**	**127.219,64**	**10.160,67**	**5.331,50**	**0,00**	**1.265,00**
21311010000	**N**	**-**	**FORNECEDORES NACIONAIS**	**121.125,47**	**127.219,64**	**10.160,67**	**5.331,50**	**0,00**	**1.265,00**
21311010100	**N**	**-**	**FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR**	**121.125,47**	**127.219,64**	**10.160,67**	**5.331,50**	**0,00**	**1.265,00**
21311010101	S	F	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR (F)	121.125,47	127.219,64	10.160,67	5.331,50	0,00	1.265,00
21400000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO**	**6.914,08**	**6.914,08**	**1.851,57**	**1.851,57**	**0,00**	**0,00**
21410000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO**	**6.914,08**	**6.914,08**	**1.851,57**	**1.851,57**	**0,00**	**0,00**
21411000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO**	**6.914,08**	**6.914,08**	**1.851,57**	**1.851,57**	**0,00**	**0,00**
21411110000	**N**	**-**	**PIS/PASEP A RECOLHER**	**6.914,08**	**6.914,08**	**1.851,57**	**1.851,57**	**0,00**	**0,00**
21411110100	S	F	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	6.914,08	6.914,08	1.851,57	1.851,57	0,00	0,00
21800000000	**N**	**-**	**DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**215.467,76**	**224.345,47**	**22.784,04**	**22.470,69**	**0,00**	**8.564,36**
21880000000	**N**	**-**	**VALORES RESTITUÍVEIS**	**206.467,76**	**215.345,47**	**21.084,04**	**20.770,69**	**0,00**	**8.564,36**
21881000000	**N**	**-**	**VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO**	**206.467,76**	**215.345,47**	**21.084,04**	**20.770,69**	**0,00**	**8.564,36**
21881010000	**N**	**-**	**CONSIGNAÇÕES**	**206.467,76**	**215.345,47**	**21.084,04**	**20.770,69**	**0,00**	**8.564,36**
21881010200	S	F	INSS (F)	0,00	1.265,00	0,00	165,00	0,00	1.430,00
21881010400	S	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	53.344,99	60.957,70	6.366,85	5.888,50	0,00	7.134,36
21881010600	S	F	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	5.026,59	5.026,59	535,09	535,09	0,00	0,00
21881010800	S	F	ISS (F)	1.339,35	1.339,35	171,99	171,99	0,00	0,00
21881011500	S	F	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	146.756,83	146.756,83	14.010,11	14.010,11	0,00	0,00
21890000000	**N**	**-**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**9.000,00**	**9.000,00**	**1.700,00**	**1.700,00**	**0,00**	**0,00**
21891000000	**N**	**-**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**9.000,00**	**9.000,00**	**1.700,00**	**1.700,00**	**0,00**	**0,00**
21891020000	**N**	**-**	**DIARIAS A PAGAR**	**9.000,00**	**9.000,00**	**1.700,00**	**1.700,00**	**0,00**	**0,00**
21891020100	S	F	DIARIAS A PAGAR (F)	9.000,00	9.000,00	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
22000000000	**N**	**-**	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**	**3.302.090,83**	**47.493.677,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44.191.586,40**
22700000000	**N**	**-**	**PROVISÕES A LONGO PRAZO**	**3.302.090,83**	**47.493.677,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44.191.586,40**
22720000000	**N**	**-**	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**3.302.090,83**	**47.493.677,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44.191.586,40**
22721000000	**N**	**-**	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**3.302.090,83**	**47.493.677,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44.191.586,40**
22721020000	**N**	**-**	**PLANO FINANCEIRO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**27.417,75**	**630.695,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**603.277,44**
22721020100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	27.417,75	630.695,19	0,00	0,00	0,00	603.277,44
22721030000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**234.291,49**	**18.487.344,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.253.053,05**
22721030100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	234.291,49	18.487.344,54	0,00	0,00	0,00	18.253.053,05
22721040000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**2.917.489,20**	**28.375.637,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.458.148,30**
22721040100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	2.917.489,20	28.375.637,50	0,00	0,00	0,00	25.458.148,30
22721050000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO**	**122.892,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**122.892,39**	**0,00**
22721059800	S	P	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	122.892,39	0,00	0,00	0,00	122.892,39	0,00
23000000000	**N**	**-**	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**49.905.881,71**	**23.645.466,33**	**0,00**	**0,00**	**26.260.415,38**	**0,00**
23700000000	**N**	**-**	**RESULTADOS ACUMULADOS**	**49.905.881,71**	**23.645.466,33**	**0,00**	**0,00**	**26.260.415,38**	**0,00**
23710000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS**	**49.905.881,71**	**23.645.466,33**	**0,00**	**0,00**	**26.260.415,38**	**0,00**
23711000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**49.905.881,71**	**23.645.466,33**	**0,00**	**0,00**	**26.260.415,38**	**0,00**
23711010000	S	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.475.839,44	1.475.839,44	0,00	0,00	0,00	0,00
23711020000	S	-	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.430.042,27	22.169.626,89	0,00	0,00	26.260.415,38	0,00
	N	**-**	**TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (2)**	**55.169.949,36**	**73.116.092,26**	**202.199,18**	**197.056,66**	**0,00**	**17.941.000,38**
31000000000	**N**	**-**	**PESSOAL E ENCARGOS**	**74.599,30**	**0,00**	**6.930,68**	**0,00**	**81.529,98**	**0,00**
31100000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL**	**67.348,20**	**0,00**	**6.253,44**	**0,00**	**73.601,64**	**0,00**
31110000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS**	**67.348,20**	**0,00**	**6.253,44**	**0,00**	**73.601,64**	**0,00**
31111000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**67.348,20**	**0,00**	**6.253,44**	**0,00**	**73.601,64**	**0,00**
31111010000	**N**	**-**	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**67.348,20**	**0,00**	**6.253,44**	**0,00**	**73.601,64**	**0,00**
31111010100	S	-	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	67.348,20	0,00	6.253,44	0,00	73.601,64	0,00
31200000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS**	**7.251,10**	**0,00**	**677,24**	**0,00**	**7.928,34**	**0,00**
31220000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS**	**7.251,10**	**0,00**	**677,24**	**0,00**	**7.928,34**	**0,00**
31221000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO**	**7.251,10**	**0,00**	**677,24**	**0,00**	**7.928,34**	**0,00**
31221010000	S	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	7.251,10	0,00	677,24	0,00	7.928,34	0,00

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
32000000000	**N**	**-**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS**	**1.543.870,21**	**0,00**	**160.472,22**	**0,00**	**1.704.342,43**	**0,00**
32100000000	**N**	**-**	**APOSENTADORIAS E REFORMAS**	**1.050.752,27**	**0,00**	**107.069,16**	**0,00**	**1.157.821,43**	**0,00**
32110000000	**N**	**-**	**APOSENTADORIAS - RPPS**	**1.050.752,27**	**0,00**	**107.069,16**	**0,00**	**1.157.821,43**	**0,00**
32111000000	**N**	**-**	**APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**1.050.752,27**	**0,00**	**107.069,16**	**0,00**	**1.157.821,43**	**0,00**
32111010000	**N**	**-**	**PROVENTOS - PESSOAL CIVIL**	**947.209,43**	**0,00**	**107.069,16**	**0,00**	**1.054.278,59**	**0,00**
32111010100	S	-	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	947.209,43	0,00	107.069,16	0,00	1.054.278,59	0,00
32111990000	S	-	OUTRAS APOSENTADORIAS	103.542,84	0,00	0,00	0,00	103.542,84	0,00
32200000000	**N**	**-**	**PENSÕES**	**260.983,17**	**0,00**	**26.029,53**	**0,00**	**287.012,70**	**0,00**
32210000000	**N**	**-**	**PENSÕES - RPPS**	**260.983,17**	**0,00**	**26.029,53**	**0,00**	**287.012,70**	**0,00**
32211000000	**N**	**-**	**PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**260.983,17**	**0,00**	**26.029,53**	**0,00**	**287.012,70**	**0,00**
32211010000	S	-	PROVENTOS DE PENSÕES	105.818,71	0,00	0,00	0,00	105.818,71	0,00
32211990000	S	-	OUTRAS PENSÕES	155.164,46	0,00	26.029,53	0,00	181.193,99	0,00
32900000000	**N**	**-**	**OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS**	**232.134,77**	**0,00**	**27.373,53**	**0,00**	**259.508,30**	**0,00**
32910000000	**N**	**-**	**OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - RPPS**	**232.134,77**	**0,00**	**27.373,53**	**0,00**	**259.508,30**	**0,00**
32911000000	**N**	**-**	**OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**232.134,77**	**0,00**	**27.373,53**	**0,00**	**259.508,30**	**0,00**
32911100000	S	-	AUXILIO-DOENCA	198.424,63	0,00	25.318,50	0,00	223.743,13	0,00
32911110000	S	-	SALARIO MATERNIDADE	33.710,14	0,00	2.055,03	0,00	35.765,17	0,00
33000000000	**N**	**-**	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**	**127.628,33**	**0,00**	**7.031,50**	**0,00**	**134.659,83**	**0,00**
33200000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS**	**127.628,33**	**0,00**	**7.031,50**	**0,00**	**134.659,83**	**0,00**
33210000000	**N**	**-**	**DIÁRIAS**	**9.000,00**	**0,00**	**1.700,00**	**0,00**	**10.700,00**	**0,00**
33211000000	**N**	**-**	**DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**9.000,00**	**0,00**	**1.700,00**	**0,00**	**10.700,00**	**0,00**
33211010000	**N**	**-**	**DIARIAS PESSOAL CIVIL**	**9.000,00**	**0,00**	**1.700,00**	**0,00**	**10.700,00**	**0,00**
33211010100	S	-	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL – NO PAÍS	9.000,00	0,00	1.700,00	0,00	10.700,00	0,00
33220000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF**	**13.220,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.220,00**	**0,00**
33221000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO**	**13.220,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.220,00**	**0,00**
33221110000	**N**	**-**	**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**	**220,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**220,00**	**0,00**
33221110600	S	-	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	220,00	0,00	0,00	0,00	220,00	0,00
33221150000	S	-	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
33230000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ**	**105.408,33**	**0,00**	**5.331,50**	**0,00**	**110.739,83**	**0,00**
33231000000	**N**	**-**	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO**	**105.408,33**	**0,00**	**5.331,50**	**0,00**	**110.739,83**	**0,00**
33231050000	**N**	**-**	**PUBLICIDADE**	**70,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**70,00**	**0,00**
33231050100	S	-	PUBLICIDADE LEGAL	70,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
33231060000	S	-	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	488,50	0,00	0,00	0,00	488,50	0,00
33231070000	S	-	SERVIÇOS DE APOIO	36.644,89	0,00	2.558,10	0,00	39.202,99	0,00
33231100000	S	-	LOCAÇÕES	47.265,04	0,00	665,00	0,00	47.930,04	0,00
33231110000	S	-	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.590,00	0,00	0,00	0,00	2.590,00	0,00
33231120000	S	-	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	173,40	0,00	0,00	0,00	173,40	0,00

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
33231220000	S	-	EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERENCIAS E OUTROS	595,00	0,00	0,00	0,00	595,00	0,00
33231320000	S	-	SERVIÇOS BANCARIOS	578,50	0,00	56,40	0,00	634,90	0,00
33231460000	S	-	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00
33231510000	S	-	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	16.933,00	0,00	2.052,00	0,00	18.985,00	0,00
33231990000	S	-	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00
36000000000	**N**	**-**	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**10.549,02**	**0,00**	**8.542,34**	**0,00**	**19.091,36**	**0,00**
36100000000	**N**	**-**	**REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS**	**10.549,02**	**0,00**	**8.542,34**	**0,00**	**19.091,36**	**0,00**
36140000000	**N**	**-**	**REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS**	**10.549,02**	**0,00**	**8.542,34**	**0,00**	**19.091,36**	**0,00**
36141000000	**N**	**-**	**REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO**	**10.549,02**	**0,00**	**8.542,34**	**0,00**	**19.091,36**	**0,00**
36141030000	S	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	10.549,02	0,00	8.542,34	0,00	19.091,36	0,00
37000000000	**N**	**-**	**TRIBUTÁRIAS**	**6.914,08**	**0,00**	**1.851,57**	**0,00**	**8.765,65**	**0,00**
37200000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES**	**6.914,08**	**0,00**	**1.851,57**	**0,00**	**8.765,65**	**0,00**
37210000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**6.914,08**	**0,00**	**1.851,57**	**0,00**	**8.765,65**	**0,00**
37211000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**6.914,08**	**0,00**	**1.851,57**	**0,00**	**8.765,65**	**0,00**
37211020000	S	-	PIS/PASEP	6.914,08	0,00	1.851,57	0,00	8.765,65	0,00
39000000000	**N**	**-**	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**558.664,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**558.664,47**	**0,00**
39700000000	**N**	**-**	**VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES**	**558.664,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**558.664,47**	**0,00**
39720000000	**N**	**-**	**VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**558.664,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**558.664,47**	**0,00**
39721000000	S	-	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	558.664,47	0,00	0,00	0,00	558.664,47	0,00
	N	**-**	**TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (3)**	**2.322.225,41**	**0,00**	**184.828,31**	**0,00**	**2.507.053,72**	**0,00**
42000000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES**	**0,00**	**1.937.289,50**	**0,00**	**174.323,15**	**0,00**	**2.111.612,65**
42100000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**0,00**	**1.937.289,50**	**0,00**	**174.323,15**	**0,00**	**2.111.612,65**
42110000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS**	**0,00**	**1.937.289,50**	**0,00**	**174.323,15**	**0,00**	**2.111.612,65**
42111000000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**1.937.289,50**	**0,00**	**174.323,15**	**0,00**	**2.111.612,65**
42111010000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00**	**611.116,43**	**0,00**	**7.311,28**	**0,00**	**618.427,71**
42111010100	S	-	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00	611.116,43	0,00	7.311,28	0,00	618.427,71
42111020000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS**	**0,00**	**856.685,44**	**0,00**	**109.029,68**	**0,00**	**965.715,12**
42111020100	S	-	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00	856.685,44	0,00	109.029,68	0,00	965.715,12
42111030000	S	-	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00	469.487,63	0,00	57.982,19	0,00	527.469,82
44000000000	**N**	**-**	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**	**0,00**	**1.589.097,59**	**0,00**	**51.638,21**	**0,00**	**1.640.735,80**
44200000000	**N**	**-**	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**	**0,00**	**4.811,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.811,77**
44290000000	**N**	**-**	**OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA**	**0,00**	**4.811,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.811,77**
44291000000	S	-	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	4.811,77	0,00	0,00	0,00	4.811,77

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
44500000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00**	**1.584.285,82**	**0,00**	**51.638,21**	**0,00**	**1.635.924,03**
44520000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00**	**1.584.285,82**	**0,00**	**51.638,21**	**0,00**	**1.635.924,03**
44521000000	S	-	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.584.285,82	0,00	51.638,21	0,00	1.635.924,03
49000000000	**N**	**-**	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00**	**138.816,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138.816,85**
49700000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS**	**0,00**	**138.816,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138.816,85**
49710000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES**	**0,00**	**138.816,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138.816,85**
49711000000	**N**	**-**	**REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**	**138.816,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**138.816,85**
49711020000	S	-	REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00	138.816,85	0,00	0,00	0,00	138.816,85
	N	**-**	**TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (4)**	**0,00**	**3.665.203,94**	**0,00**	**225.961,36**	**0,00**	**3.891.165,30**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE NATUREZA PATRIMONIAL (1 a 4)**	**84.263.203,06**	**84.263.203,06**	**609.417,31**	**609.417,31**	**21.832.165,68**	**21.832.165,68**
52000000000	**N**	**-**	**ORÇAMENTO APROVADO**	**9.058.800,00**	**58.800,00**	**6.600,00**	**6.600,00**	**9.000.000,00**	**0,00**
52100000000	**N**	**-**	**PREVISÃO DA RECEITA**	**4.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500.000,00**	**0,00**
52110000000	**N**	**-**	**PREVISÃO INICIAL DA RECEITA**	**4.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500.000,00**	**0,00**
52111000000	S	-	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00
52200000000	**N**	**-**	**FIXAÇÃO DA DESPESA**	**4.558.800,00**	**58.800,00**	**6.600,00**	**6.600,00**	**4.500.000,00**	**0,00**
52210000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**4.558.800,00**	**58.800,00**	**6.600,00**	**6.600,00**	**4.500.000,00**	**0,00**
52211000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO INICIAL**	**4.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.500.000,00**	**0,00**
52211010000	S	-	CREDITO INICIAL	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00
52212000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**	**19.600,00**	**0,00**	**2.200,00**	**0,00**	**21.800,00**	**0,00**
52212010000	S	-	CREDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR	19.600,00	0,00	2.200,00	0,00	21.800,00	0,00
52213000000	**N**	**-**	**DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE**	**39.200,00**	**39.200,00**	**4.400,00**	**4.400,00**	**0,00**	**0,00**
52213030000	S	-	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	19.600,00	0,00	2.200,00	0,00	21.800,00	0,00
52213090000	S	-	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	19.600,00	0,00	2.200,00	0,00	21.800,00
52213990000	S	-	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	19.600,00	19.600,00	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
52219000000	**N**	**-**	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO**	**0,00**	**19.600,00**	**0,00**	**2.200,00**	**0,00**	**21.800,00**
52219040000	S	-	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	19.600,00	0,00	2.200,00	0,00	21.800,00
53000000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR**	**800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800,00**	**0,00**
53100000000	**N**	**-**	**INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS**	**800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800,00**	**0,00**
53120000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (5)**	**9.059.600,00**	**58.800,00**	**6.600,00**	**6.600,00**	**9.000.800,00**	**0,00**
62000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**	**9.205.606,32**	**18.205.606,32**	**759.376,03**	**759.376,03**	**0,00**	**9.000.000,00**
62100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA RECEITA**	**3.743.048,53**	**8.243.048,53**	**225.961,36**	**225.961,36**	**0,00**	**4.500.000,00**
62110000000	S	-	RECEITA A REALIZAR	3.743.048,53	4.500.000,00	225.961,36	0,00	0,00	530.990,11
62120000000	S	-	RECEITA REALIZADA	0,00	3.743.048,53	0,00	225.961,36	0,00	3.969.009,89
62200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DESPESA**	**5.462.557,79**	**9.962.557,79**	**533.414,67**	**533.414,67**	**0,00**	**4.500.000,00**
62210000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**	**5.462.557,79**	**9.962.557,79**	**533.414,67**	**533.414,67**	**0,00**	**4.500.000,00**
62211000000	S	-	CREDITO DISPONÍVEL	1.818.225,86	4.519.600,00	170.682,06	2.200,00	0,00	2.532.892,08

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
62213000000	**N**	**-**	**CREDITO UTILIZADO**	**3.644.331,93**	**5.442.957,79**	**362.732,61**	**531.214,67**	**0,00**	**1.967.107,92**
62213010000	S	F	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.761.603,23	1.798.625,86	176.285,97	168.482,06	0,00	29.218,72
62213020000	S	-	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	127.219,64	127.219,64	5.331,50	5.331,50	0,00	0,00
62213030000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.755.509,06	1.761.603,23	181.115,14	176.285,97	0,00	1.265,00
62213040000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	1.755.509,06	0,00	181.115,14	0,00	1.936.624,20
63000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**	**0,00**	**800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800,00**
63100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS**	**0,00**	**800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**800,00**
63110000000	S	F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (6)**	**9.205.606,32**	**18.206.406,32**	**759.376,03**	**759.376,03**	**0,00**	**9.000.800,00**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA (5 e 6)**	**18.265.206,32**	**18.265.206,32**	**765.976,03**	**765.976,03**	**9.000.800,00**	**9.000.800,00**
71000000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS**	**207.408,91**	**3.600,00**	**0,00**	**0,00**	**203.808,91**	**0,00**
71200000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**207.408,91**	**3.600,00**	**0,00**	**0,00**	**203.808,91**	**0,00**
71230000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**207.408,91**	**3.600,00**	**0,00**	**0,00**	**203.808,91**	**0,00**
71231000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**207.408,91**	**3.600,00**	**0,00**	**0,00**	**203.808,91**	**0,00**
71231020000	S	-	CONTRATOS DE SERVIÇOS	207.408,91	3.600,00	0,00	0,00	203.808,91	0,00
72000000000	**N**	**-**	**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**23.575.720,94**	**5.530.244,46**	**225.961,36**	**8.542,34**	**18.262.895,50**	**0,00**
72100000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**23.575.720,94**	**5.530.244,46**	**225.961,36**	**8.542,34**	**18.262.895,50**	**0,00**
72110000000	**N**	**-**	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**23.575.720,94**	**5.530.244,46**	**225.961,36**	**8.542,34**	**18.262.895,50**	**0,00**
72111000000	S	-	RECURSOS ORDINÁRIOS	22.386.338,93	5.285.826,74	0,00	0,00	17.100.512,19	0,00
72112000000	S	-	RECURSOS VINCULADOS	249.548,37	0,00	225.961,36	8.542,34	466.967,39	0,00
72113000000	S	-	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	939.833,64	244.417,72	0,00	0,00	695.415,92	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DEVEDORES (7)**	**23.783.129,85**	**5.533.844,46**	**225.961,36**	**8.542,34**	**18.466.704,41**	**0,00**
81000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS**	**67.085,04**	**270.893,95**	**1.265,00**	**1.265,00**	**0,00**	**203.808,91**
81200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**67.085,04**	**270.893,95**	**1.265,00**	**1.265,00**	**0,00**	**203.808,91**
81230000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**67.085,04**	**270.893,95**	**1.265,00**	**1.265,00**	**0,00**	**203.808,91**
81231000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO**	**67.085,04**	**270.893,95**	**1.265,00**	**1.265,00**	**0,00**	**203.808,91**
81231020000	**N**	**-**	**CONTRATOS DE SERVIÇOS**	**67.085,04**	**270.893,95**	**1.265,00**	**1.265,00**	**0,00**	**203.808,91**
81231020100	S	-	A EXECUTAR	67.085,04	207.408,91	1.265,00	0,00	0,00	139.058,87
81231020200	S	-	EXECUTADOS	0,00	63.485,04	0,00	1.265,00	0,00	64.750,04
82000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**11.148.520,42**	**29.193.996,90**	**560.841,05**	**778.260,07**	**0,00**	**18.262.895,50**
82100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**11.148.520,42**	**29.193.996,90**	**560.841,05**	**778.260,07**	**0,00**	**18.262.895,50**
82110000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**11.148.520,42**	**29.193.996,90**	**560.841,05**	**778.260,07**	**0,00**	**18.262.895,50**
82111000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**	**7.348.860,39**	**23.575.720,94**	**177.024,40**	**225.961,36**	**0,00**	**16.275.797,51**
82111010000	S	F	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	7.348.860,39	23.575.720,94	177.024,40	225.961,36	0,00	16.275.797,51
82112000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO**	**1.837.683,21**	**1.875.505,84**	**181.617,47**	**173.813,56**	**0,00**	**30.018,72**
82112010000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	1.761.603,23	1.799.425,86	176.285,97	168.482,06	0,00	30.018,72
82112020000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO	76.079,98	76.079,98	5.331,50	5.331,50	0,00	0,00

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2017**
Período: **Janeiro a Novembro**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
82113000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS**	**1.961.976,82**	**1.976.948,70**	**202.199,18**	**197.056,66**	**0,00**	**9.829,36**
82113010000	S	F	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	1.755.509,06	1.761.603,23	181.115,14	176.285,97	0,00	1.265,00
82113020000	S	F	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	206.467,76	215.345,47	21.084,04	20.770,69	0,00	8.564,36
82114000000	S	-	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	1.765.821,42	0,00	181.428,49	0,00	1.947.249,91
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES CREDORES (8)**	**11.215.605,46**	**29.464.890,85**	**562.106,05**	**779.525,07**	**0,00**	**18.466.704,41**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE CONTROLES (7 e 8)**	**34.998.735,31**	**34.998.735,31**	**788.067,41**	**788.067,41**	**18.466.704,41**	**18.466.704,41**
	N	**-**	**TOTAL GERAL**	**137.527.144,69**	**137.527.144,69**	**2.163.460,75**	**2.163.460,75**	**49.299.670,09**	**49.299.670,09**

Nota:
Ratificamos os valores contábeis apresentados neste balancete de verificação emitido pelo TCE/MT com base nas informações encaminhadas pelo(a) FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES, por intermédio do Sistema APLIC, relativamente às prestações de contas até o mês de Novembro de 2017, e confirmamos ainda, que reproduz fielmente os registros e saldos existentes em nossas bases de dados.

ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO - CRC/MT 9600 O
Contador(a)

NADIR DA SILVA
Titular do Órgão/Entidade

Data: 05/04/2018 03:04:22
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 011/GP/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2.018.

O Sr. **RENAN NUNES OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com amparo legal no Art. 37, inciso II**,** da Constituição Federal/88, c/c o Art. 99, inciso II, da Lei Municipal nº 242/2012 de 15 de Março/2012 – que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Nortelândia-MT,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 0505545-8 SESP/MT, CPF – nº. 427.869.671-04, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/MT nº. 18.598, para exercer o ***Cargo em Comissão Nível D.A.S. – 1 – Advogado*** da Câmara Municipal de Nortelândia.

Art. 2º - As atribuições e responsabilidades do cargo será conforme prevê o Art. 6º. da Lei Municipal nº. 241/GP/2012, de 15 de março de 2.012, que dispõe sobre a reforma da estrutura administrativa e o lotacionograma da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

P U B LI Q U E – S EC U M P R A – S ER E G I S T R A – S E

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE ABRIL DE 2.018.

Vereador RENAN NUNES OLIVEIRAPresidente da Câmara Municipal

Registrado na Secretaria Geral da Câmara a Portaria nº 011/GP/2018 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume, em portal da internet, e nos órgãos de imprensa local e regional, na data supra. EM: 02/04/2018.

GILSON PORTELA OLIVEIRASecretário Geral

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEGUNDO REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3032/2017

SEGUNDO REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3032/2017

O **MUNICIPIO DE NORTELANDIA**, com sede na avenida prefeito joao macauba, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03. 425.170/0001-06, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. JOSSIMAR JOSE FERNANDES**, brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º SSP/PR e inscrito no CPF nº 503.511.841-04 , residente e domiciliado na rua antonio olimpio de oliveira, bairro centro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE** PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 30/05/2017, doravante denominada FORNECEDOR abaixo qualificada, pactuam nos termos da legislação vigente, 2º Termo de Realinhamento de Preços, conforme cláusulas a seguir:

Fornecedor COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA LTDA EPP		CNPJ 86.915.048/0001-45
Endereço AV. GETULIO LINO DE SOUZA, N° 90		Nº 0
Bairro BAIRRO DA PONTE	Cidade NORTELANDIA	CEP 78430000
Representante Legal		CPF
Email		Telefone 33461124

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1 O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 3032/2017, originada pelo Pregão nº 25/2017, conforme requerido pela empresa COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA LTDA.

Cláusula Segunda – Do Realinhamento

2.1 Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 3032/2017, fica alterado o seu item

2.2, Cláusula Segunda, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

Descrição Preço Unitário

Litro da etanol R$ 3,32 (três reais e trinta e dois centavos)

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal

3.1 O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo

65, inciso II, 'd', da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quarta – Da Ratificação das Cláusulas

4.1 Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preço nº 3032/2017, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

Cláusula Quinta – Da Justificativa

5.1 Justifica o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela Empresa, acompanhado de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o aumento significativo da gasolina e do diesel na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico financeiro.

E por estarem justas e acordadas, este instrumento segue assinado em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos legais e de direito.

Nortelândia, 09 de abril de 2018.

_____

JOSSIMAR JOSE FERNANDES

_____

COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA LTDA EPP

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 001/2018 IDOSO

Resolução nº 001/2018

O Plenário do Conselho municipal do **IDOSO** no uso de suas atribuições legais e com base no colegiado em reunião ordinária no dia dezessete do mês de Abril de dois mil e dezoito

No uso de suas atribuições legais que lhe confere os Artigos a Lei Municipal nº 142/2003 de 13 de outubro de 2003 e alterada pela Lei municipal 074/2007 de 30 de julho de 2007.

RESOLVE:

Art. (1º Fica aprovado por unanimidade a Senhora Valdirene Souza de Oliveira Representante do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nortelândia e como Vice-Presidente a Senhora Elka Monteiro e Mayer Representante da APAE de Nortelândia.)

Art. (2º esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.)

Nortelândia, 17 de Abril de 2018

Valdirene Souza de Oliveira

Presidenta do Conselho Municipal do **IDOSO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO DE REVOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 002/2018

DECISÃO

Considerando as exposições dos fatos e argumentação mencionados no documento retro.

Ratifico os termos apresentados na justificativa do setor de compras e licitação, e **REVOGO** a Inexigibilidade 002/2018 – Credenciamento de Farmácias para atender os medicamentos, nos termos do art. 48 da Lei 8666/93.

Publique-se.

Nortelândia-MT, 17 de abril de 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 004/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA DESTINADO A REAPAROS E MANUTENÇÃO ELETRICA NAS REDES DE BAIXA E ALTA TENSAO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA E DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS"

Às nove horas e treze minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação/Pregão da Prefeitura Municipal de Nortelândia–MT, instituída pela portaria nº 248/2018, Bruna Beato de Micheli – Pregoeira, Geisiane de Campos Mello e Graziele Gubert – Membros. Reuniram-se para apreciar e julgar o processo licitatório em epígrafe. **Foi constatado que não houve nenhum participante interessado em participar do objeto do presente certame, desta forma o pregoeiro em suas atribuições legais julgou deserto o presente certame.** O resultado será divulgado nos meios de comunicação: Imprensa Oficial do Município, Internet e quadro mural da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às nove horas e vinte minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, cuja ata foi lavrada e assinada por todos os presentes e posteriormente encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal para a devida homologação, nos termos das leis nº 10.520/2000 e 8.666/93 e alterações posteriores.

Bruna Beato de Micheli
Pregoeira

Graziele Gubert
Membro

Caixa de texto: Geisiane de Campos Mello Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 32/2017

Pregão Eletrônico SRP 32/2017

Processo Administrativo: 4332/2017

Objeto: O objeto da presente licitação tem o objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL** aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações

conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Tipo: Pregão Eletrônico SRP

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde

Data de Realização: 24/08/2017

Observações: para ajustes no Termo de Referência/Edital e analise das composições/cálculos dos valores unitários e totais dos itens provocando discrepância na media de mercado.

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve **SUSPENDER** o Processo administrativo n 4332/2017, Modalidade Pregão Eletrônico n. 032/2017 para ajustes no Termo de Referência/Edital e analise das composições/cálculos dos valores unitários e totais dos itens provocando discrepância na media de mercado, será PUBLICADO a repetição do Pregão Eletrônico 032/2017, nos sites oficiais https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/ , https://www.iomat.mt.gov.br/ e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/, devendo ser tomadas as medidas necessárias à repetição do certame, CASO seja de interesse da Secretaria solicitante.

Nada mais havendo a ser tratado, a Pregoeira da Comissão de Licitação agradeceu aos membros e suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando de acordo, pede a Pregoeira que todos assinem.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e pelo membro da Equipe de Apoio.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 24 de agosto de 2017.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira/Presidente

Valquíria Ana de Campos

Membro

Edevige Maria Faria de Freitas

Membro

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N. 47.2017 PROCESSO N.º 5539/2017

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N. 47.2017

PROCESSO N.º 5539/2017

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 10 de abril /2018 – ANO XIII Nº. 2.954

ONDE SE LÊ:

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 047/2017

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 011/2017, publicada no Jornal da AMM 02/01/2017, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Eletrônico Nº 047/2017**, processo administrativo 5539/2017, cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇO PARA* Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme informações e especificações constantes nos anexos parte integrante do Edital, Tendo como vencedora as respectivas empresas.

1. SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 06.065.614/0001-38 R$ 180.573,51; 2. DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME – CNPJ 18.337.759/0001-20 R$ 314.464,995; 3. PONTAMED FARMACEUTICA LTDA – CNPJ 02.816.696/0001-54 R$ 106.288,76; 4. CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 03.652.030/0001-70 R$ 246.410,10; 5. INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME - CNPJ 12.889.035/0001-02 R$ 192.210,20; 6. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – CNPJ 23.312.871/0001-46 R$ 1.744,40; 7. ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – CNPJ 02.192.932/0001-09 R$ 21.460,10; 8. DISNORMA COMERCIO ATAC – CNPJ 01.326.495/0001-06 R$ 64.805,345; 9. DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI – CNPJ 74.127.473/0001-90 R$ 13.308,00.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 09 de abril de 2017.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 5539/2017, na modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 047/2017**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO PARA Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme informações e especificações constantes nos anexos parte integrante do Edital. Tendo como vencedora as respectivas empresas.

1. SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 06.065.614/0001-38 R$ 180.573,51; 2. DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME – CNPJ 18.337.759/0001-20 R$ 314.464,995; 3. PONTAMED FARMACEUTICA LTDA – CNPJ 02.816.696/0001-54 R$ 106.288,76; 4. CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 03.652.030/0001-70 R$ 246.410,10; 5. INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME - CNPJ 12.889.035/0001-02 R$ 192.210,20; 6. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – CNPJ 23.312.871/0001-46 R$ 1.744,40; 7. ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – CNPJ 02.192.932/0001-09 R$ 21.460,10; 8. DISNORMA COMERCIO ATAC – CNPJ 01.326.495/0001-06 R$ 64.805,345; 9. DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI – CNPJ 74.127.473/0001-90 R$ 13.308,00.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 09 de abril de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

LEIA-SE:

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N. 47.2017

PROCESSO N.º 5539/2017

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 10 de abril /2018 – ANO XIII Nº. 2.954

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 047/2017

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 011/2017, publicada no Jornal da AMM 02/01/2017, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Eletrônico Nº 047/2017**, processo administrativo 5539/2017, cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇO PARA* Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme informações e especificações constantes nos anexos parte integrante do Edital, Tendo como vencedora as respectivas empresas.

10. SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 06.065.614/0001-38 R$ 180.573,51; 11. DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME – CNPJ 18.337.759/0001-20 R$ 317.464,995; 12. PONTAMED FARMACEUTICA LTDA – CNPJ 02.816.696/0001-54 R$ 106.288,76; 13. CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 03.652.030/0001-70 R$ 246.410,10; 14. INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME - CNPJ 12.889.035/0001-02 R$ 192.210,20; 15. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – CNPJ 23.312.871/0001-46 R$ 1.744,40; 16. ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – CNPJ 02.192.932/0001-09 R$ 21.460,10; 17. DISNORMA COMERCIO ATAC – CNPJ 01.326.495/0001-06 R$ 64.805,345; 18. DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI – CNPJ 74.127.473/0001-90 R$ 13.308,00.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 09 de abril de 2017.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 5539/2017, na modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 047/2017**, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO PARA Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme informações e especificações constantes nos anexos parte integrante do Edital. Tendo como vencedora as respectivas empresas.

1. SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 06.065.614/0001-38 R$ 180.573,51; 2. DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME – CNPJ 18.337.759/0001-20 R$ 317.464,995; 3. PONTAMED FARMACEUTICA LTDA – CNPJ 02.816.696/0001-54 R$ 106.288,76; 4. CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 03.652.030/0001-70 R$ 246.410,10; 5. INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME - CNPJ 12.889.035/0001-02 R$ 192.210,20; 6. EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – CNPJ 23.312.871/0001-46 R$ 1.744,40; 7. ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – CNPJ 02.192.932/0001-09 R$ 21.460,10; 8. DISNORMA COMERCIO ATAC – CNPJ 01.326.495/0001-06 R$ 64.805,345; 9. DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI – CNPJ 74.127.473/0001-90 R$ 13.308,00.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 09 de abril de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA A PORTARIA 154/2018

ERRATA A PORTARIA 154/2018

Publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano XIII n° 2.946, datada do 16 de Abril de 2018.

ONDE SE LÊ:

Resolve:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença premio para Silvana Maria da Costa, Apoio Administrativo Educacional, a partir de 02/04/2018 referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo nº 344/2016, 90 (noventa) dias para Carlita Margarida de Campos Silva, Agente Municipal a partir de 19/04/2018 referente ao período aquisitivo de **2015/2018**, conforme processo nº 488/2018 e 90 (noventa) dias para Ubaldo Luciano da Silva, Fiscal de Tributos a partir de 19/04/2018 referente ao período aquisitivo de 2012/2017, conforme o processo nº 206/2018.

LEIA-SE:

Resolve:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença premio para Silvana Maria da Costa, Apoio Administrativo Educacional, a partir de 02/04/2018 referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo nº 344/2016, 90 (noventa) dias para Carlita Margarida de Campos Silva, Agente Municipal a partir de 19/04/2018 referente ao período aquisitivo de **2010/2015**, conforme processo nº 488/2018 e 90 (noventa) dias para Ubaldo Luciano da Silva, Fiscal de Tributos a partir de 19/04/2018 referente ao período aquisitivo de 2012/2017, conforme o processo nº 206/2018.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 17 de abril de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.326.495/0001-06, Inscrição Estadual: 134827562 com sede Rua Barão de Melgaço, Bairro Porto município Cuiabá/MT representado pela Senhor Robson Willian Leite Bruno, Portador da cédula de identidade nº 07169949 SSP/MT, inscrito no CPF nº 487.565.391-34 residente e domiciliado Rua Aristides Felix Andrade, 324 Sobrado 07, Condomínio do Residencial Porto Bello, Bairro Araes, município de Cuiabá/MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA DISNORMA COM. ATACADISTA DE MED. E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP**, CNPJ nº 01.326.495/0001
Endereço:	Rua Barão de Melgaço, Bairro Porto município Cuiabá/MT
Contatos:	(65) 3054 5488 (65) 99272 2215 E mail: atendimento@disnorma.com.br
Representante:	Robson Willian Leite Bruno

Item	Descrição	Und	Quantidade	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
126	ESCOVA CERVICAL ESTERIL COM HASTES DE APROXIMADAMENTE 19 CM, CERDAS MACIAS EM NYLON FIXADAS POR FIO DE AÇO INOX TORCIDO. EMBALADO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.SEM PONTA DE METAL.PCT C/100 UNID	CX	120	KOLPLAST	R$ 29,890	R$ 3.586,800
130	ESPÁTULA DE AYRES DE MADEIRA, RESISTENTE, PONTAS ARREDONDADAS DESCARTÁVEIS, UTILIZADA PARA COLETA DE EXAMES GINECOLÓGICOS, MEDINDO 18CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, CONSTANDO NÚMERO DO LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	120	VAGISPEC	R$ 6,800	R$ 816,000
160	FRALDA DESCARTAVEL,ANTOMICO, ADULTO GERIATRICA TAMANHO G, GRANDE, ACIMA DE 70 KG, FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO), PACOTE COM NO MINIMO 08 (OITO) FRALDAS.	PCT	60	DRY	R$ 6,000	R$ 360,000
188	LAMINA PARA MICROSCOPIA COM BORDA FOSCA MEDINDO 2,5CMX7,5CM CX C/50 UND.	CX	120	CRAL	R$ 3,480	R$ 417,600
254	SERINGA DE 1 ML, DESCARTAVEL, COM AGULHA 13 X 0,38 MM, ESTERIL, EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, ATOXICA, APIROGENICA, CILINDRO RETO, SILICONIZADO, PAREDE UNIFORME, COM ESCALA DE GRADUACAO EM 100 UI, NUMEROS E TRACOS LEGIVEIS, COM ANEL DE RETENCA O QUE IMPECA O DESPRENDIMENTO DO EMBOLO DO CILINDRO, BICO SEM ROSCA E QUE GARANTA CONEXOES SEGURAS, FLANGE COM FORMATO ADEQUADO, EMBOLO COM PISTAO LUBRIFICADO E AJUSTADO AO CILINDRO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PETALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. CAIXA COM 100 UNIDADE.	CX	500	SR	R$ 22,000	R$ 11.000,000
255	SERINGA DE 1 ML, DESCARTAVEL, COM AGULHA 13 X 4,5 MM, ESTERIL, EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, ATOXICA, APIROGENICA, CILINDRO RETO, SILICONIZADO, PAREDE UNIFORME, COM ESCALA DE GRADUACAO EM ML, NUMEROS E TRACOS LEGIVEIS, COM ANEL DE RETENCA O QUE IMPECA O DESPRENDIMENTO DO EMBOLO DO CILINDRO, BICO SEM ROSCA E QUE GARANTA CONEXOES SEGURAS, FLANGE COM FORMATO ADEQUADO, EMBOLO COM PISTAO LUBRIFICADO E AJUSTADO AO CILINDRO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PETALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. CAIXA COM 100 UNIDADE.	CX	600	SR	R$ 22,000	R$ 13.200,000
256	SERINGA DE 10 ML, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 25 X 7 MM, ESTÉRIL, EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, ATÓXICA, APIROGÊNICA, CILINDRO RETO, SILICONIZADO, PAREDE UNIFORME, COM ESCALA DE GRADUAÇÃO EM ML, NÚMEROS E TRAÇOS LEGÍVEIS, COM ANEL DE RETENÇÃO QUE IMPEÇA O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO DO CILINDRO, BICO SEM ROSCA E QUE GARANTA	UND	60000	SR	R$ 0,280	R$ 16.800,000

	CONEXÕES SEGURAS, FLANGE COM FORMATO ADEQUADO, EMBOLO COM PISTÃO LUBRIFICADO E AJUSTADO AO CILINDRO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.					
257	SERINGA DE 20 ML, DESCARTAVEL, COM AGULHA 25 X 8MM, ESTERIL, EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, ATOXICA, APIROGENICA, CILINDRO RETO, SILICONIZADO, PAREDE UNIFORME, COM ESCALA DE GRADUACAO EM ML, NUMEROS E TRACOS LEGIVEIS, COM ANEL DE RETENCA O QUE IMPECA O DESPRENDIMENTO DO EMBOLO DO CILINDRO, BICO SEM ROSCA E QUE GARANTA CONEXOES SEGURAS, FLANGE COM FORMATO ADEQUADO, EMBOLO COM PISTAO LUBRIFICADO E AJUSTADO AO CILINDRO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PETALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.UNID	UND	40000	SR	R$ 0,429	R$ 17.160,000
266	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, CONTENDO VÁLVULA INTERMITENTE PARA PRESSÃO NEGATIVA, DEVE CONTER TRÊS ORIFÍCIOS NA SUA EXTREMIDADE DE ESTALO E CONECTOR NA EXTREMIDADE PROXIMAL PARA INTERMEDIÁRIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, PACOTE COM 10 UNIDADE.	PCT	5	GOODCOME	R$ 10,390	R$ 51,950
269	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, CONTENDO VÁLVULA INTERMITENTE PARA PRESSÃO NEGATIVA, DEVE CONTER TRÊS ORIFÍCIOS NA SUA EXTREMIDADE DE ESTALO E CONECTOR NA EXTREMIDADE PROXIMAL PARA INTERMEDIÁRIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, PACOTE COM 10 UNIDADE.	PCT	5	GOODCOME	R$ 8,930	R$ 44,650
270	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO, SILICONIZADA, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, CONTENDO VÁLVULA INTERMITENTE PARA PRESSÃO NEGATIVA, DEVE CONTER TRÊS ORIFÍCIOS NA SUA EXTREMIDADE DE ESTALO E CONECTOR NA EXTREMIDADE PROXIMAL PARA INTERMEDIÁRIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, PACOTE COM 10 UNIDADE.	PCT	5	GOODCOME	R$ 10,399	R$ 51,995
271	SONDA FOLEY 2V N. 16, FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL SILICONIZADA, COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM ATÓXICA, ESTERILIZADA POR RAIO GAMA. . PACOTE C/ 10 UNIDADE.	PCT	15	WELL LEAD	R$ 39,390	R$ 590,850
272	SONDA FOLEY 2V N. 18, FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL SILICONIZADA, COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM ATÓXICA, ESTERILIZADA POR RAIO GAMA. . PACOTE C/ 10 UNIDADE.	PCT	5	WELL LEAD	R$ 32,890	R$ 164,450
274	SONDA FOLEY 2V N. 22, FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL SILICONIZADA, COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DISTAL E DIÂMETRO INTERNO LISO, VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM ATÓXICA, ESTERILIZADA POR RAIO GAMA. . PACOTE C/ 10 UNIDADE.	PCT	5	WELL LEAD	R$ 39,390	R$ 196,950
275	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 12, LONGA - SONDA GÁSTRICA (TIPO LEVINE), LONGA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO E TRANSPARENTE, SILICONIZADA, FLEXÍVEL, COM ORIFÍCIOS LATERAIS NA EXTREMIDADE DISTAL, CONTENDO CONECTOR COM TAMPA E ADAPTÁVEL AO INTERMEDIÁRIO NA EXTREMIDADE PROXIMAL. TAMANHO Nº 12. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. PCT C/ 10 UND	PCT	5	GOODCOME	R$ 15,580	R$ 77,900
277	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16, LONGA - SONDA GÁSTRICA (TIPO LEVINE), LONGA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO E TRANSPARENTE, SILICONIZADA, FLEXÍVEL, COM ORIFÍCIOS LATERAIS NA EXTREMIDADE DISTAL, CONTENDO CONECTOR COM TAMPA E ADAPTÁVEL AO INTERMEDIÁRIO NA EXTREMIDADE PROXIMAL. TAMANHO Nº 16. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. UNIDADE. PCT C/ 10 UND	PCT	5	GOODCOME	R$ 13,280	R$ 66,400
278	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18, LONGA - SONDA GÁSTRICA (TIPO LEVINE), LONGA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICO E TRANSPARENTE, SILICONIZADA, FLEXÍVEL, COM ORIFÍCIOS LATERAIS NA EXTREMIDADE DISTAL, CONTENDO CONECTOR COM TAMPA E ADAPTÁVEL AO INTERMEDIÁRIO NA EXTREMIDADE PROXIMAL. TAMANHO Nº 18. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. UNIDADE. PCT C/ 10 UND	PCT	5	GOODCOME	R$ 19,860	R$ 99,300
279	SONDA RETAL N°14 ESTERIL DESCARTAVEL CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATOXICO E TRANSPARENTE SILICONIZADA FLEXIVEL COM DOIS ORIFICIOS UM LATERAL E UM CENTRAL NA EXTREMIDADE PROXIMAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 20CM DE COMPRIMENTO TAMANHO N°14 EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRUGICO COM FACE EM POLIPROPENO COM ABERTURA EM PETALA CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UND	50	GOODCOME	R$ 1,300	R$ 65,000

280	SONDA URETRAL, N. 08, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PETALA. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.UNIDADE.	UND	50	GOODCOME	R$ 1,110	R$ 55,500
R$ 64.805,345 (Sessenta e Quatro Mil Oitocentos e Cinco Reais e Trezentos e Quarenta e Cinco Centavos						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

6.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito

a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EMPRESA DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP CNPJ nº 01.326.495/0001-06, Inscrição Estadual: 134827562 Representado pela Senhor Robson Willian Leite Bruno RG: nº 07169949 SSP/MT e CPF nº 487.565.391-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.192.932/0001-09**,** com sede Rua Pequi,71 Bairro Poção município Cuiabá/MT CEP: 78.015-565 representado pela Senhor Adilson da Silva Guimaraes, Portador da cédula de identidade nº 901.807 SSP/MT, inscrito no CPF nº 032.512.248-00 residente e domiciliado Rua das Cerejeiras Quadra 05 Casa 08 Bairro Jardim Vista Alegre, município de Várzea Grande/MT CEP: 78.115-410

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME** CNPJ nº 02.192.932/0001-09					
Endereço:	Rua Pequi,71 Bairro Poção município Cuiabá/MT CEP: 78.015-565					
Contatos:	(65) 3623 3468 (65) 3623 3760	**E mail adilvan@terra.com.br**				
Representante:	Adilson da Silva Guimaraes					
Item	**Descrição**	**Und**	**Quantidade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
67	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	BALDACCI	R$ 0,150	R$ 4. 500,00
68	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	40000	BALDACCI	R$ 0,150	R$ 6. 000,00
83	CIMETIDINA 150MG/ ML, INJETÁVEL, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 2 ML	AMP	1000	TEUTO	R$ 1,450	R$ 1. 450,00
290	SORO GLICOFISIOLOGICO 250ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, BOLSA	BOLSA	400	JP	R$ 3,450	R$ 1. 380,00
291	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, BOLSA SISTEMA FECHADO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, COM DOIS SITIOS, SENDO UM INJEÇÃO DE LÁTEX AUTO VEDÁVEL E OUTRO COM MEMBRANA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM SISTEMA FECHADO, SEGUNDO RDC 45, DE 12 DE MARÇO DE 2003, ÁNVISA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	BOLSA	800	JP	R$ 4,590	R$ 3. 672,00
294	SULFA + TRIMETROPIM SUSP 40 MG/8 MG , ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 100 ML.	FCO	700	SOBRAL	R$ 2,190	R$ 1. 533,00
297	SULFATO DE MORFINA 10MG,AMPOLA 1ML,PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE AMPOLA UNIDADE DE FORNECIMENTO AMPOLA 1ML.	AMP	200	HIPOLABOR	R$ 2,730	R$ 546,00
298	SULFATO DE MORFINA 10MG, COMPRIMIDO, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: COMPRIMIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO:COMPRIMIDO COM 10 MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	500	CRISTALIA	R$ 0,480	R$ 240,00
302	TERMOHIGROMETRO COM DOIS MOSTRADORES DE CRISTAL LÍQUIDO, PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA TEMPERATURA E UMIDADE DE MANEIRA SIMULTÂNEA, POSSUI TAMBÉM MEMÓRIA DE MÁXIMO E MÍNIMO, TANTO PARA TEMPERATURA COMO PARA UMIDADE, ESCALA TEMPERATURA INTERNA -10 A+60 ºC, ESCALA TEMPERATURA EXTERNA -50 A + 70ºC, ESCALA DE UMIDADE DE 20 A 95% UR. UNIDADE.	UND	10	J.PROLAB	R$ 69,010	R$ 690,10
303	TERMÔMETRO CLINICO DIGITAL COM SENSOR DE TEMPERATURA TIPO VARETA DE AÇO INOXIDÁVEL ,RESISTENTE A ÁGUA , DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO, INTERVALO DE MEDIÇÃO 32,0 – 44,0 º C, RESOLUÇÃO DE 0,1º C, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, MANUAL EM PORTUGUÊS E ASSISTENCIA TÉCNICA NO BRASIL BATERIA INCLUIDA ,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	UND	40	J.PROLAB	R$ 13,500	R$ 540,00
304	TERMÔMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM DOIS VISORES EM CRISTAL LÍQUIDO COM ÓTIMA VISUALIZAÇÃO EM 3 DÍGITOS, BOTÕES DE FÁCIL COMPRESSÃO E AINDA CABO EXTENSOR COM SENSOR EM INOX PREPARADO PARA RESISTIR AS MAIS VARIADAS MUDANÇAS DE TEMPERATURA. ESCALA EM GRAUS "C" E "F", TEMPERATURA INTER-	UND	15	J.PROLAB	R$ 60,600	R$ 909,00

	NA -10°C A 60°C E TEMPERATURA EXTERNA -50° C A 70° C, FUNCIONA A PILHA AA. UNIDADE.					
R$ 21.460,10 (VINTE E HUM MIL QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS E DEZ CENTAVOS)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

6.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão

da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Órgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FORNECEDORA: EMPRESA ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 02.192.932/0001-09 Representado pela Senhor Adilson da Silva Guimaraes RG: nº 901.807 SSP/MT e CPF nº 032.512.248-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE E A EMPRESA CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.652.030/0001-70**,** com sede Rua BR - 480, nº 795, município Barão de Cotegipe RS CEP: 99740-000 representado pela Senhor Edivar Szymaski, Portador da cédula de identidade nº 5051132966 SSP/RS, inscrito no CPF nº 670.481.290-34 residente e domiciliado Rua Princesa Isabel 76 Bairro Centro, município de Barão de Cotegipe RS CEP: 99740-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não

obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº 03.652.030/0001-70					
Endereço:	Rua BR - 480, nº 795, município Barão de Cotegipe RS CEP: 99740-000					
Contatos:	(54) 3523 2700 (54) 3522 3081	compras3@centermedi.com.br				
Representante:	Edivar Szymaski					
Item	**Descrição**	**Und**	**Qdade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
6	ACIDO VALPROICO 500 MG COMP REVESTIDO ,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	8000	BIOLAB	R$ 0,720	R$ 5. 760,00
11	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12- AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTERIL, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CALIBRE 40X12. CAIXA COM 100 UNIDADE.	CX	300	LABOR IMPORT	R$ 6,350	R$ 1. 905,00
28	AMITRIPTILINA,CLORIDRATO 25 MG,COMPRIMIDO PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇAO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	50000	BRAINFARMA	R$ 0,044	R$ 2. 200,00
44	AZITROMICINA 500 MG,COMPRIMIDO ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	3000	MEDQUIMICA	R$ 0,480	R$ 1. 440,00
45	AZITROMICINA 600 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL ,FORMA FARMACEUTICA PÓ P/SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM PÓ . ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MINIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM. O FRASCO DEVERA VIR COM COPO DOSADOR ACOPLADO NO PRODUTO.	FCO	200	BRAINFARMA	R$ 5,200	R$ 1. 040,00
53	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, + DIPIRONA (10MG +250MG) COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MINIMO, 18 MESES (OU NO MINIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO, UNIDADE COMPRIMIDO .	COM	45000	PHARLAB	R$ 0,390	R$ 17. 550,00
56	CAIXA COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES RESISTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE,CONTENDO FUNDO RIGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTA PERFURAÇÕES,CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESIDUOS LIQUIDOS.A CAIXA DEVERA SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFOCAÇÃO INTERNACIONAL(RISCO BIOLOGICO-MATERIAL CONTAMINADO),CAPACIDADE PARA 13 LITROS DE CAORDO COM AS NORMAS DA ABNT.	UND	800	ASTROBOX	R$ 3,150	R$ 2. 520,00
60	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, USO ORAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO. ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO/CAIXA VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO.	COM	180000	GEOLAB	R$ 0,017	R$ 3. 060,00
62	CARBAMAZEPINA CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 2% FORMA FARMACEUTICA FRASCO FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 100ML.	FCO	200	UNIAO QUMICA	R$ 11,419	R$ 2. 283,80

	SOLUÇÃO ORAL PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.					
65	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG , COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO. ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO/CAIXA: VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	6000	HIPOLABOR	R$ 0,280	R$ 1.680,00
66	CARVEDILOL 25MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	40000	BIOLAB	R$ 0,175	R$ 7.000,00
79	CEFTRIAXONA 500 MG,PO LIOFILIZADO,SOLUÇÃO INJETAVEL IM,FRASCO/AMPOLA,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	1000	EUROFARMA	R$ 13,800	R$ 13.800,00
81	CETOCONAZOL CRÈME 20 MG/G 30GR CETOCONAZOL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2 %, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA DE 30G, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA.ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES (OU NO MÍNIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	TB	5000	SOBRAL	R$ 1,760	R$ 8.800,00
84	CIMETIDINA 200MG,CIMETIDINA 200MG,COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES(OU NO MINIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADEFINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	40000	PRATI D	R$ 0,140	R$ 5.600,00
85	CINARIZINA 75MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	BRAINFARMA	R$ 0,120	R$ 3.600,00
91	CLOPIDOGREL 75MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	COM	6000	MELCON	R$ 0,390	R$ 2.340,00
96	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM , PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	15000	UNIAO QUMICA	R$ 0,155	R$ 2.325,00
99	CLORPROMAZINA 25 MG,COMPRIMIDO PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO) UNIDADE DE ESTOQUE COMPRIMIDO UNIDAE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO COM 25MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES EA INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	20000	CRISTALIA	R$ 0,230	R$ 4.600,00
105	COMPLEXO B (POLIVITAMINICO)(CLORIDRATO DE TIAMINA(VITAMINA B1)RIBOFLAVINA(VITAMINA B2),CLORIDRATO DE PIRIDOXINA(VITAMINA B6);NICOTINAMIDA(VITAMINA PP);E ACIDO PANTOTENICO),COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	50000	VITAMED	R$ 0,036	R$ 1.800,00
115	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 3 ML.	AMP	8000	FARMACE	R$ 0,500	R$ 4.000,00
120	DIPIRONA 500MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	GREEN PHARMA	R$ 0,069	R$ 5.520,00
140	FENOBARBITAL 40MG/ML GTS 20 ML .ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE , NO MINIMO, 18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA	FCO	300	CRISTALIA	R$ 2,750	R$ 825,00
170	HALOPERIDOL - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 2MG/ML, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO DE 30ML CONTA-GOTAS, VIA ORAL.	FRS	200	UNIAO QUMICA	R$ 2,670	R$ 534,00
179	HIDROXIDO ALUMINIO 6% SUSPENSÃO. 100 ML ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM DATA DE VALIDADE,NO MINIMO 18 MESES VALIDADE FINAL DO PRODURTO)A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO	FCO	600	IFAL	R$ 2,000	R$ 1.200,00

	ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.O FRASCO DEVERA VIR COM COPO DOSADOR ACOPLADO NO PRODUTO.					
191	LIDOCAINA GEL 2% TUBO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	TB	150	PHARLAB	R$ 2,000	R$ 300,00
193	LOSARTANA POTÁSSICO 50MG, COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO. NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA LOSARTANA POTASSICA 50 MG	COM	700000	BRAINFARMA	R$ 0,030	R$ 21.000,00
194	LUVA CIRÚRGICA Nº 7,0 - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA HOMOGÊNEA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE, TALCADA, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 7,0. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PAR.	PAR	400	NEW HAND	R$ 0,969	R$ 387,60
199	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA TAMANHO G - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIA ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	300	LATEX BR	R$ 14,749	R$ 4.424,70
203	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 100MG,COMPRIMIDO PRAZO DE VALIDADE 75%DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE COMPRIMIDO UNIDADE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO 100MG.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	8000	CRISTALIA	R$ 0,750	R$ 6.000,00
207	MEBENDAZOL 100MG,COMPRIMIDO, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: COMPRIMIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO . A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	12000	SOBRAL	R$ 0,046	R$ 552,00
210	METOCLOPRAMIDA 10 MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	15000	HIPOLABOR	R$ 0,080	R$ 1.200,00
219	NEOMICINA 5MG/G+BACITRACINA 250UI/G,POMADA,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM UNIDADE DE FORNECIMENTO BISNAGA COM 15G.	TB	2500	GREEN PHARMA	R$ 1,100	R$ 2.750,00
222	NIMESULIDA 50 MG/ ML GTS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO :FRASCO COM 15 ML.	FCO	400	VITAMED	R$ 1,430	R$ 572,00
223	CREME VAGINAL 25000 UI C/60 GR,TUBO 60 GRAMAS+ 10 APLICADORES,PRAZO DE VALIDADE 75%DO PRAZOTOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER LIVRE DE FRACIONAMENTO.CAIXA CONTENDO TUBO + 10 APLICADORES	TB	2000	GREEN PHARMA	R$ 3,800	R$ 7.600,00
224	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	6000	PHARMASCIENCE	R$ 0,185	R$ 1.110,00
227	OMEPRAZOL 20 MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAPSULA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	CAP	60000	PHARLAB	R$ 0,074	R$ 4.440,00
228	OMEPRAZOL 40 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA + DILUENTE.	AMP	800	CRISTALIA	R$ 5,100	R$ 4.080,00
232	PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS , FRASCO DE 15ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	FCO	60000	FARMACE	R$ 0,610	R$ 36.600,00
235	PREDNISOLONA (FOSFATO SÓDICO) 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60ML + PIPETA DOSADORA OU OUTRO TIPO DE DOSADOR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.UNIDADE DE FORNECIMENTO FRASCO DE 60 ML.	FRASCO	100	PRATI DONADUZZI	R$ 4,890	R$ 489,00
236	PREDNISONA 20MG,COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	6000	BRAINFARMA	R$ 0,200	R$ 1.200,00
237	PREDNISONA 5 MG,COMPRIMIDO, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: COMPRIMI-	COM	6000	BRAINFARMA	R$ 0,090	R$ 540,00

	DO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.					
245	RANITIDINA 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 5 ML.	AMP	3000	HIPOLABOR	R$ 0,440	R$ 1. 320,00
246	RISPERIDONA 2 MG , COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MÍNIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	UNIAO QUMICA	R$ 0,240	R$ 7. 200,00
248	SALBUTAMOL SULFATO XAROPE 2 MG/5ML , FRASCO COM 100ML,COM COPO DOSADOR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	FCO	200	SOBRAL	R$ 1,250	R$ 250,00
260	SIMETICONA 75MG/ML.FRASCO 10ML.ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM DATA DE VALIDADE,NO MINIMO 18 MESES(OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODURTO)A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	FCO	1500	NATULAB	R$ 0,810	R$ 1. 215,00
262	SINVASTATINA 40 MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	60000	PHARLAB	R$ 0,137	R$ 8. 220,00
284	SORO DE REIDRATAÇÃO ORAL PÓ 27,9 G, SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL: CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO DIIDRATADO 2,9G + GLICOSE ANIDRA 20G (O CONTEÚDO DO ENVELOPE DISOLVIDO EM 1 LITRO DE ÁGUA FORNECE: SÓDIO 90MEQ; POTÁSSIO 20MEQ; CLORETO 80MEQ; CITRATO 30MEQ E GLICOSE 111MMOL), PO PARA SOL ORALEMB EM ENVELOPE DE 17,9G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO. ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO/CAIXA: VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO. UNIDADE.	ENV	3000	PHARMASCIENCE	R$ 0,500	R$ 1. 500,00
289	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, BOLSA COM 500 ML. SISTEMA FECHADO	BOLSA	8000	EUROFARMA	R$ 3,500	R$ 28. 000,00
295	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME DERMATOLOGICO.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA .BISNAGA COM NO MINIMO 50 GRAMAS.BISNAGA.	BISNAGA	60	GREEN PHARMA	R$ 5,000	R$ 300,00
299	SULFATO DE SALBUTAMOL 100 MCG, DOSE, AEROSOL, 200 DOSES, FRASCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MÍNIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. FRASCO.	FRASCO	130	PHARMASCIENCE	R$ 6,900	R$ 897,00
300	SULFATO FERROSO 40 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO DE 40 MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	PHARMASCIENCE	R$ 0,036	R$ 2. 880,00
R$ 246.410,10 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil Quatrocentos e Dez Reais e Dez Centavos)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope, suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

5.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕESCONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EMPRESA CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70 Representado pela Senhor Edivar Szymaski RG: nº 5051132966 SSP/RS e CPF nº 670.481.290-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 74.127.473/0001-90**,** com sede Rua Catharina Dallagnol, 425, Bairro Centro Município Entre Rios do Sul CEP: 99.645-000 representado pela Senhor Ivan Dallapria, Portador da cédula de identidade nº 1054182595 SSP/RS, inscrito no CPF nº 522.661.090-49 residente e domiciliado Rua General Osorio 722, Lot Bela Vista Bairro Centro, município de Passo Fundo RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletrônico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI EPP**, CNPJ nº 74.127.473/0001-90		
Endereço:	Rua Catharina Dallagnol, 425, Bairro Centro Município Entre Rios do Sul CEP: 99.645-000		
Contatos:	(54)2106 8142 (54)21068143 e mail vendas@dime.med.br		

Representante:	Senhor Ivan Dallapria					
Item	**Descrição**	**Und**	**Qidade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
285	SORO DE RINGER COM LACTATO 500ML.SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTARVENOSA BOLSA SISTEMA FECHADO FLEXIVEL TRANSPARENTE COM DOIS SITIOS SENDO UM INJEÇAO DE LATEX AUTO VEDAVEL E OUTRO COM MENBRANA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM SISTEMA FECHADO SEGUNDO RDC 45,DE 12 DE MARÇO DE 2003 ANVISA ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇAO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA.	BOLSA	700	EUROFARMA	R$ 3,740	R$ 2. 618,00
286	SORO DE RINGER SIMPLES 500ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, BOLSA SISTEMA FECHADO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, COM DOIS SITIOS, SENDO UM INJEÇÃO DE LÁTEX AUTO VEDÁVEL E OUTRO COM MEMBRANA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM SISTEMA FECHADO, SEGUNDO RDC 45, DE 12 DE MARÇO DE 2003, ANVISA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	BOLSA	700	EUROFARMA	R$ 4,000	R$ 2. 800,00
288	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, BOLSA COM 250 ML. SISTEMA FECHADO	BOLSA	3000	EUROFARMA	R$ 2,630	R$ 7. 890,00
R$ 13.308,00 (Treze Mil e Trezentos e Oito Reais)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope, suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕESCONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos

diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FORNECEDORA: EMPRESA DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI EPP CNPJ nº 74.127.473/0001-90 Representado pela Senhor Ivan Dallapria, RG: nº 1054182595 SSP/RS e CPF nº 522.661.090-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA MEPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.337.759/00001-20, com sede Rua Sergipe 539, Bairro Alvorada município Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-040 representado pela Senhor Eduardo Merisio, Portador da cédula de identidade nº

5.857.353-1 SSP/PR, inscrito no CPF nº 029.298.039-67 residente e domiciliado a Rua Sergipe 1187 Bairro: Nossa Senhora Aparecida, município de Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-040.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletrônico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.337.759/00001-20
Endereço:	Rua Sergipe 539, Bairro Alvorada município Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-040
Contatos:	(46) 3055 - 6169 - (46) 99940 8966 distribuidoramerisio@gmail.com
Representante:	Eduardo Merisio

Item	Descrição	UND	QDADE	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
2	ACEBROFILINA - ACEBROFILINA 25 MG/ 5 ML 120 ML XAROPE PEDRIATRICO FRASCO 120ML.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DEC FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE NO MINIMO 18 MESES EA INSCRIÇAO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	400	PRATI	R$ 2,690	R$ 1.076,00
4	ACIDO ACETILSALICILICO - ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	200.000	IMEC	R$ 0,020	R$ 4.000,00
5	ACIDO FOLICO - ACIDO FÓLICO 5 MG ÁCIDO FÓLICO 5 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO DE 5MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	50.000	HIPOLABOR	R$ 0,040	R$ 2.000,00
8	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5 - AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. CALIBRE 13X4,5. CAIXA COM 100 UNIDADE.	UNIDADE	300	SOLIDOR	R$ 5,830	R$ 1.749,00
9	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTÁVEL 25X07 - AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CALIBRE 25X07. CAIXA COM 100 UNIDADE.	UNIDADE	300	SOLIDOR	R$ 6,590	R$ 1.977,00
10	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTÁVEL 25X08 - AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CALIBRE 25X08 CAIXA COM 100 UNIDADE.	UNIDADE	300	SOLIDOR	R$ 5,690	R$ 1.707,00
14	ALCOOL - ÁLCOOL ETÍLICO 70% - FRASCO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70%, CONTENDO 1.000 ML, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 199 DE 20/10/2.006. FRASCO.	UNIDADE	600	CICLO FARMA	R$ 3,940	R$ 2.364,00
18	ALMOTOLIAS - ALMOTOLIAS BICO RETO - 250 ML - ALMOTOLIA PLÁSTICA,COR AMBAR,PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA E ROSCA. CAPACIDADE DE 250 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.	UNIDADE	60	J PROLAB	R$ 2,850	R$ 171,00
19	ALMOTOLIAS - ALMOTOLIAS BICO RETO - 250 ML - ALMOTOLIA PLÁSTICA, DE COR TRANSPARENTE, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E	UNIDADE	60	J PROLAB	R$ 2,130	R$ 127,80

	TAMPA E ROSCA. CAPACIDADE DE 500 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.					
20	ALMOTOLIAS - ALMOTOLIAS BICO RETO - 500 ML - ALMOTOLIA PLÁSTICA, DE CO ÂMBAR/MARROM, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA E ROSCA. CAPACIDADE DE 500 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.	UNIDADE	60	J PROLAB	R$ 2,820	R$ 169,20
21	ALMOTOLIAS - ALMOTOLIAS BICO RETO -500 ML - ALMOTOLIA PLÁSTICA, DE COR TRANSPARENTE, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA E ROSCA. CAPACIDADE DE 500 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.	UNIDADE	60	J PROLAB	R$ 2,040	R$ 122,40
22	AMBU REANIMADOR - AMBÚ REANIMADOR ADULTO PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM HOSPITAIS, SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO, AMBULÂNCIAS, SERVIÇOS DE SALVAMENTO, PISCINAS, ETC. POSSIBILITA EFICIENTE VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COM AR OU AR ENRIQUECIDO DE OXIGÊNIO, COM BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE PURO DE 1200 ML, VÁLVULA UNIDIRECIONAL PARA ENTRADA DE OXIGÊNIO; TUBO EM PVC CERCA DE 3M PARA OXIGÊNIO, E MÁSCARA COM COXIM, EM BOLSA DE COURVIM. UNIDADE.	UNIDADE	2	PROTEC	R$ 134,970	R$ 269,94
24	AMINOFILINA - AMINOFILINA 100MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA MEBALAGEM, UNIDADE DE FORNECIMENTO A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO. INF. DETAL.: AMINOFILINA 100MG (G)	COMPRIMIDO	30.000	HIPOLABOR	R$ 0,062	R$ 1. 860,00
27	AMIODARONA - AMIODARONA 50 MG/ 3 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 3 ML.	UNIDADE	300	HIPOLABOR	R$ 1,890	R$ 567,00
30	AMOXICILINA SUSPENSAO - AMOXACILINA SUSP.250MG/5ML 60 ML - AMOXICILINA PÓ NA FORMA TRIIDRATADA 250MG POR 5ML PARA SUSPENSÃO ORAL,APÓS RECONSTITUIÇÃO FRASCO COM 100ML + SERINGA DOSADORA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM MONE DO REPONSÁVEL TÉCNICO , O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.PRAZO DE VALIDADE:75% DO PRAZO DA VALIDADE DO PRODUTO.	UNIDADE	5.000	PRATI	R$ 3,650	R$ 18. 250,00
33	AMPICILINA - AMPICILINA-CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 250MG/ 5ML,FORMA FARMMACEUTICA SUSPENSO ORAL,FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 60ML.ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇAO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADA NA PARTE EXTERNA DA EM,BALAGEM O FRASCO DEVERA VIR COM COPO DOSADOR ACOPLADO NO PRODUTO	UNIDADE	1.000	PRATI	R$ 3,046	R$ 3. 046,00
35	AMPICILINA CAPSULA - AMPICILINA 500 MG CAPSULA , ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM, UNIDADE DE ESTOQUE: CAPSULA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAPSULA COM 500 MG.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	60.000	PRATI	R$ 0,235	R$ 14. 100,00
38	APARELHO - APARELHO DIGITAL DE PRESSÃO TER APROVAÇÃO DO INMETRO, GARANTIA DE PELO MENOS 1 ANO , INDICADOR DE ARRITMIA CARDÍACA, MÉDIA AUTOMÁTICA DAS 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES, MEMÓRIA PARA 120 RESULTADOS COM HORA E DATA, TRIPLA ZONA DE MEMÓRIA, TOTALMENTE AUTOMÁTICO, MEDIDOR DE PRESSÃO E PULSAÇÃO, MEDIÇÃO NO PULSO.MANUAL DE USO EM PORTUGUES. UNIDADE	UNIDADE	15	PREMIUM	R$ 116,980	R$ 1. 754,70
40	ATADURA - ATADURA DE CREPE 12 CM - ATADURA DE CREPE DE 12CM DE LARGURA POR 4,5M DE COMPRIMENTO, CONTENDO 13 FIOS/CM2, CONFECCIONADA EM ALGODÃO CRU OU COMPONENTE SINTÉTICO, BORDAS COM ACABAMENTO QUE IMPEÇA O DESFIAMENTO, NÃO ELÁSTICA, ENROLADA UNIFORMEMENTE DE FORMA CONTÍNUA E CILÍNDRICA, NÃO ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 12 UNIDADE.	UNIDADE	200	MEDI HOUSE	R$ 7,420	R$ 1. 484,00
47	BENZILPENICILINA BENZATINA - BENZILPENICILINA BENZATINA COM DILUENTE 1200000UI PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM UNIDADE DE FORNECIMENTOFRASCO/AMPOLA.	UNIDADE	3.000	TEUTO	R$ 11,630	R$ 34. 890,00
48	BENZILPENICILINA BENZATINA - BENZILPENICILINA BENZATINA COM DILUENTE 600.000UI PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM UNIDADE DE FORNECIMENTOFRASCO/AMPOLA.	UNIDADE	400	TEUTO	R$ 9,990	R$ 3. 996,00
49	BENZOATO - BENZOATO BENZILA 25% EMULSÃO TOPICA FRASCO COM 100ML,PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,UNIDADE DE ESTOQUE:FRASCO UNIDADE DE FORNECIMENTO:FRASCO COM 100ML	UNIDADE	300	SANTA TEREZINHA	R$ 2,780	R$ 834,00
94	CLORETO DE SÓDIO - CLORETO DE SÓDIO 20%, 10 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DEFABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 10ML.	UNIDADE	500	FARMACE	R$ 0,350	R$ 175,00
100	CLORPROMAZINA - CLORPROMAZINA 100 MG,COMPRIMIDO PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO) UNIDADE DE ESTOQUE COMPRIMIDO UNIDAE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO COM 100MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	40.000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,185	R$ 7. 400,00
101	CLORPROMAZINA - CLORPROMAZINA 4% GOTAS,SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 20ML,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .FRASCO.	UNIDADE	120	CRISTALIA	R$ 4,990	R$ 598,80

102	CLORPROMAZINA - CLORPROMAZINA 5MG/ML 5ML ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	300	HYPOFARMA	R$ 1,490	R$ 447,00
104	COMPLEXO B - COMPLEXO B - (TIAMINA 15MG + RIBOFLAVINA 3MG + MICOTINAMIDA 15MG + PIRIDOXINA 5MG + PARTITOMATO DE CALCIO 10MG), INJETÁVEL, 2 ML, AMPOLA, PADRÃO FARMACOPÉIA BRASILEIRA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 2ML.	UNIDADE	3.000	HYPOFARMA	R$ 0,753	R$ 2. 259,00
106	CONJUNTO DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO - CONJUNTO DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO/ADULTO CONSTITUIDO DE MASCARA PARA OXIGENOTERAPIA,COPO RESEERVATORIO, MANGUEIRA (EXTENSÃO),CONFECCIONADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, PROCEDÊNCIA NACIONAL,PRODUTO DEVERA SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA. UNIDADE: CONJUNTO.	UNIDADE	60	NS	R$ 10,320	R$ 619,20
107	CONJUNTO DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO - CONJUNTO DE MÁSCARA PARA INALAÇÃO/INFANTIL - CONSTITUIDO DE MASCARA PARA OXIGENOTERAPIA,COPO RESEERVATORIO, MANGUEIRA (EXTENSÃO),CONFECCIONADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, PROCEDÊNCIA NACIONAL,PRODUTO DEVERA SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA. UNIDADE: CONJUNTO.	UNIDADE	50	DARU	R$ 11,956	R$ 597,80
108	DESLANOSIDEO - DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML ACONDICIONADO EM EMABALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE,DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM UNIDADE DE FORNECIMENTO:AMPOLA	UNIDADE	200	UNIAO QUIMICA	R$ 1,549	R$ 309,80
109	DETERGENTE ENZIMATICO - DETERGENTE ENZIMATICO,1000 ML,LIMPADOR MULTI ENZIMATICO A BASE DE NO MINIMO 4 ENZIMAS DOS GRUPOS DA AMILASE,PROTEASE E LIPASE E CARBOHIDRASES,APRESENTANDO CONCENTRAÇÃO TOTAL MINIMA DE 35%,CONTER ALCOOL ISOPROPILICO,AGUA URIFICADA,ESTABILIZANTE,DETERGENTE NÃO IONICO,BIODEGRADAVEL,ATOXICO, NÃO CORROSIVEL,COM PH NA FAIXA NEUTRA,INDICADO PARA LIMPEZA MANUAL E AUTOMATICA. O PRODUTO DEVERA SER EMBALADO DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA..FRASCO DE 1000ML.	UNIDADE	120	CICLO FARMA	R$ 18,310	R$ 2. 197,20
110	DEXAMETASONA - DEXAMETASONA, SOLUÇÃO INJETÁVEL 4MG, AMPOLA DE 2,5ML. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: FRASCO/AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO:AMPOLA COM 2,5 ML.	UNIDADE	800	HIPOLABOR	R$ 0,599	R$ 479,20
112	DEXCLORFENIRAMINA - DEXCLORFENIRAMINA 2 MG / 5 ML XAROPE PEDIATRICO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 60 ML. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM. O FRASCO DEVERA VIR COM COPO DOSADOR ACOPLADO NO PRODUTO.	UNIDADE	3.000	PRATI	R$ 1,090	R$ 3. 270,00
116	ICLOFENACO - DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML, SUSPENSAO ORAL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.UNIDADE DE FORNECIMENTO FRASCO COM 15ML.	UNIDADE	600	CIMED	R$ 2,799	R$ 1. 679,40
117	DICLOFENACO - DICLOFENACO SÓDICO 50 MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO OM LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM UNIDADE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO DE 50MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	100. 000	VITAMED	R$ 0,023	R$ 2. 300,00
121	DIPIRONA - DIPIRONA SODICA GOTAS, SOLUÇÃO ORAL 500MG/DL,FRASCO COM 10ML,PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE :FRASCO UNIDADE DE FORNECIMENTO FRASCO COM 10ML	UNIDADE	15.000	NATULAB	R$ 0,699	R$ 10. 485,00
124	EQUIPO - EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS COM INJEÇÃO LATERAL-EQUIPO PARA INFUSÃO VENOSA DE DROGAS, TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, ESTERIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, CONTENDO CONECTOR (COM TAMPA PROTETORA), COM PONTA PERFURANTE BISELADA ADAPTÁVEL A FRASCO DE VIDRO OU AMPOLA PLÁSTICA, COM RESPIRO E FILTRO; CÂMARA RÍGIDA COM CONTA GOTAS, EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL DE ALTA PRECISÃO (20 GOTAS = 1ML); TUBO CONECTOR VINÍLICO DE 1,20 M DE EXTENSÃO, COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO, INJETOR LATERAL COM BORRACHA CICATRIZANTE PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E CONECTOR TIPO LUER MACHO (UNIVERSAL) COM TAMPA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	UNIDADE	35.000	CIRUTI	R$ 0,668	R$ 23. 380,00
129	ESPARADRAPO - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL,NA COR BRANCA COM TECIDO 100%ALGODAO ALVEJADO INSENTO DE ALVEJANTESOPTICOS COM UMA CAMADA DE ADESIVO A BASE DE OXIDO DE ZINCO,A OUTRA FACE COM BORRACHA NATURAL E RESINA,MEDINDO 10 CM X 4,5 M,BOBINADO EM CARRETEL PLASTICO,CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO,DIMENSAO,COMPOSIÇÃO DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.UNIDADE	UNIDADE	400	MISSNER	R$ 5,365	R$ 2. 146,00
131	ESPECULO - ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, COM LUBRIFICAÇÃO ESTÉRIL, TRANSPARENTE - TAMANHO PEQUENO, PLÁSTICO, EM POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. UNIDADE.	UNIDADE	800	CRALPLAST	R$ 0,780	R$ 624,00

132	ESPECULO - ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL,COM LUBRIFICAÇÃO ESTÉRIL, TRANSPARENTE - TAMANHO MÉDIO, PLÁSTICO, EM POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. UNIDADE.	UNIDADE	600	CRALPLAST	R$ 0,879	R$ 527,40
133	ESPECULO - ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TRANSPARENTE - TAMANHO GRANDE, PLÁSTICO, POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. UNIDADE.	UNIDADE	400	CRALPLAST	R$ 0,930	R$ 372,00
135	ESTETOSCOPIO - ESTETOSCÓPIO ADULTO: CONSTITUIDO DE ASCULTADOR DE ALTA SENSIBILIDADE NA CAPTAÇÃO PRECISA DOS MINIMOS RUÍDOS, OLIVAS DE FORMATO ANATÔMICO EM BORRACHA ANTIALÉRGICA PARA AJUSTE CONFORTÁVEL E PERFEITA VEDAÇÃO CONTRA SONS AMBIENTE; CONJUNTO BIAURICULAR DE ARMAÇÃO LEVE; RESISTENTE COM AJUSTE; TUBO EM USO MOLDADO SEM SOLDAS PARA PROPORCIONAR AMPLIAÇÃO E NITIDA CONDUÇÃO DO SOM CAPTADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. UNIDADE.	UNIDADE	12	SOLIDOR	R$ 29,990	R$ 359,88
136	FENITOINA - FENITOINA 100MG COMPRIMIDO.ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE , NO MÍNIMO, 18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSÍVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	30.000	HIPOLABOR	R$ 0,214	R$ 6. 420,00
137	FENITOINA - FENITOINA 50 MG/5 ML .ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE , NO MÍNIMO, 18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA	UNIDADE	300	HIPOLABOR	R$ 2,190	R$ 657,00
139	FENOBARBITAL - FENOBARBITAL 100MG/ML 2 ML,SOLUÇÃO INJETAVEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	300	CRISTALIA	R$ 1,620	R$ 486,00
141	FENOTEROL - FENOTEROL,BROMOIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	120	PRATI	R$ 3,530	R$ 423,60
142	FENTANILA - FENTANILA 0,05MG/ML,SOLUÇÃO INJETAVEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	300	HIPOLABOR	R$ 1,990	R$ 597,00
144	FIO AGULHADO NYLON - FIO AGULHADO NYLON 3.0 - MONOFILAMENTO PRETO,ESTERIL,CX COM 24 ENVELOPES NÃO ABSORVIVEL 45 CM.	UNIDADE	30	TECHNOFIO	R$ 30,640	R$ 919,20
147	FIO CATGUT CROMADO - FIO CATGUT CROMADO, DIÂMETRO 2-0 AG3, 70 CM, COM AGULHA CILÍNDRICA DE 1/2 CÍRCULO COM 3,00CM. UNIDADE. CX C/ 24 UND	UNIDADE	20	TECHNOFIO	R$ 63,000	R$ 1. 260,00
149	FIO CATGUT CROMADO - FIO CATGUT CROMADO, DIÂMETRO4. 0 AG 3, COM 70 CM, COM AGULHA CILÍNDRICA ROBUSTA DE 1/2 CÍRCULO COM +OU- 4,00CM. UNIDADE CX C/ 24 UND	UNIDADE	30	TECHNOFIO	R$ 75,128	R$ 2. 253,84
150	FIO CATGUT CROMADO - FIO CAT GUT SIMPLES,DIAMETRO 2-0,70CM,COM AGULHA CILINDRICA DE 3/8 CICULO COM 3,50CM.CAIXA COM 24 UNIDADES	UNIDADE	20	TECHNOFIO	R$ 72,660	R$ 1. 453,20
153	FITOMENADIONA - FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA DE 1 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM	UNIDADE	200	HIPOLABOR	R$ 1,210	R$ 242,00
154	FIXADOR - FIXADOR CITOLÓGICO A BASE DE PROPILENO GLICOL E ÁLCOOL, COM TAMPA BORRIFADORA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM NO MÍNIMO 40ML.	UNIDADE	100	ADLIN	R$ 5,590	R$ 559,00
165	GENTAMICINA INJ - GENTAMICINA SOL INJ.80 MG AMPOLA 2ML GENTAMICINA SOLUCAO INJETAVEL 80MG,AMPOLA DE 2ML,PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DON PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE AMPOLA UNIDADE DE FORNECIMENTYO AMPOLA COM 2ML.	UNIDADE	400	SANTISA	R$ 0,960	R$ 384,00
173	HALOPERIDOL INJETAVEL - HALOPERIDOL INJETAVEL 5MG/ ML,INJETAVEL AMPOLA 1ML,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	300	TEUTO	R$ 1,290	R$ 387,00
175	HEPARINA - HEPARINA SÓDICA SUB-CUTÂNEA 5000UI/0,25ML ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 0,25ML HEPARINA SUBC.0,25ML	UNIDADE	400	CRISTALIA	R$ 4,440	R$ 1. 776,00
181	HIOSCINA - HIOSCINA COMPOSTA 20 ML GTS BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 333,4 MG/ML, GOTAS, FRASCO DE 20 ML, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA.	UNIDADE	1.000	NATULAB	R$ 6,990	R$ 6. 990,00
184	ISSOSORBIDA - ISSOSORBIDA 5 MG SUBLINGUAL,COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO	UNIDADE	200	SANVAL	R$ 0,379	R$ 75,80

	18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.					
186	LAMINA DE BISTURI - LAMINA DE BISTURI NUMERO 23,DESCARTAVEL,ESTERIL EM AÇO INOXIDAVEL,SEM REBARBAS COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRÃO EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES INDIVIDUAIS EM PAPEL LAMINADO ABERTURA EM PETALA NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DE ESTERILIZAÇÃO PROCEDENCIA DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UNIDADE	30	SOLIDOR	R$ 23,990	R$ 719,70
187	LAMINA DE BISTURI - LAMINA DE BISTURI NUMERO 24,DESCARTAVEL,ESTERIL EM AÇO INOXIDAVEL,SEM REBARBAS COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRÃO EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES INDIVIDUAIS EM PAPEL LAMINADO ABERTURA EM PETALA NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DE ESTERILIZAÇÃO PROCEDENCIA DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UNIDADE	30	SOLIDOR	R$ 25,990	R$ 779,70
190	LIDOCAINA - LIDOCAINA (CLORIDRATO)-CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 2%SEM VASOCONSTRICTOR,FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL,FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO/AMPOLA 20ML.VIA PARENTERAL.	UNIDADE	400	HIPOLABOR	R$ 2,290	R$ 916,00
192	LOSARTANA POTASSICA - LOSARTANA POTASSICA 100MG,COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	UNIDADE	200.000	PRATI	R$ 0,299	R$ 59.800,00
195	LUVA CIRURGICA - LUVA CIRÚRGICA Nº 7,5 - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA HOMOGÊNEA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE, TALCADA, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 7,5. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E QUANTIDADE	UNIDADE	400	MAXITEX	R$ 0,949	R$ 379,60
196	LUVA CIRURGICA - LUVA CIRÚRGICA Nº 8,0 - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA HOMOGÊNEA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE, TALCADA, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 8,0. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PAR.	UNIDADE	300	MAXITEX	R$ 0,949	R$ 284,70
197	: LUVA CIRURGICA - LUVA CIRÚRGICA Nº 8,5 - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA HOMOGÊNEA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE, TALCADA, EMBALADAS EM ENVELOPE ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA MANTER A ESTERILIDADE DO PRODUTO, COMPOSTA DE EMBALAGEM INTERNA DE PAPEL CREPE, COM DOBRAS TRANSVERSAIS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA MAIS SEGURA E ENVELOPE EXTERNO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA COBALTO 60, TAMANHO Nº 8,5. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PAR.	UNIDADE	300	MAXITEX	R$ 0,949	R$ 284,70
200	LUVA - LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA TAMANHO M - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIA ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	UNIDADE	3.800	MEDIX	R$ 13,820	R$ 52.516,00
201	LUVA - LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA TAMANHO P - CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E POLIURETANO, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE, LUBRIFICADA COM SUBSTÂNCIA ABSORVÍVEIS PELO ORGANISMO, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	UNIDADE	500	MEDIX	R$ 13,840	R$ 6.920,00
204	MASCARA - MÁSCARA DESCARTÁVEL PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRA E NÉVOAS, COM ELÁSTICO, DESIGN ANATÔMICO, AJUSTE À FACE DO USUÁRIO, CONFECCIONADA EM MATERIAL FILTRANTE MACIO, NÃO IRRITANTE, COBERTURA INTERNA E CONCHA EXTERNA QUE NÃO MURCHE OU INFLE DURANTE O USO. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA C/ 50 UNIDADE.	UNIDADE	300	LABOR IMPORT	R$ 8,048	R$ 2.414,40
213	METRONIDAZOL - METRONIDAZOL + NISTATINA 100 MG + 20.000UI, CREME VAGINAL, TUBO DE 50G, COM 10 APLICADORES,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDAE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INCRIÇAO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA. CAIXA COM 1 TUBO 50 G + 10 APLICADORES.	UNIDADE	300	PRATI	R$ 7,470	R$ 2.241,00
214	METRONIDAZOL 100MG - METRONIDAZOL 100MG/G, CREME VAGINAL TUBO 50 GRAMAS +10 APLICADORES, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA CONTENDO TUBO + 10 APLICADORES	UNIDADE	2.000	PRATI	R$ 3,748	R$ 7.496,00
216	METRONIDAZOL INJETAVEL - METRONIDAZOL 5 MG/ML (5%), SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA APLICAÇÃO INTRAVENOSA, FRASCO COM 100 ML, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75%	UNIDADE	400	ISOFARMA	R$ 2,149	R$ 859,60

	DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.					
218	MIDAZOLAN - MIDAZOLAN 15MG/ 3 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 3 ML.	UNIDADE	300	HIPOLABOR	R$ 0,877	R$ 263,10
R$ 317.464,995 (Trezentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e novecentos e noventa e cinco milésimos de centavos)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope, suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

6.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕESCONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela

tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FORNECEDORA: EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME CNPJ nº 18.337.759/00001-20 Representado pela Senhor Eduardo Merisio RG:nº 5.857.353-1 SSP/PR e CPF nº 029.298.039-67

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº : 001/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº : 001/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO : 000542/2018

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO TEM O OBJETIVO A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE PRANCHÕES E LONGARINAS DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO EM PONTES VICINAIS, SOBRE DIVERSOS CÓRREGOS E RIOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

No dia 17(dezessete) de abril de 2018, às 09h30min, reuniram-se na sala de licitações da Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT., a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados à Portaria nº 001/2018, e representante da Secretaria Municipal de Obras o servidor Nicklauber Santos Almeida para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

Aberta a sessão na abertura das propostas, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se propostas para os itens. Constatada a ausência de interessados, a pregoeira comunicou e declarou a licitação deserta.

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve **DECLARAR DESERTO** o Processo administrativo n 000542/2018, Modalidade de Pregão Eletrônico n. 001/2018 que pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame, será PUBLICADO a repetição do Pregão Eletrônico 001/2018, nos sites oficiais https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/ , https://www.iomat.mt.gov.br/ e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ .

Nada mais havendo a ser tratado, a Pregoeira da Comissõa de Licitação agradeceu aos membros e o servidor da Secretaria Municipal de Obras presente e suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando de acordo, pede a Pregoeira que todos assinem.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e pelo membro da Equipe de Apoio.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Valquíria Ana de Campos

Presidente

Edevige Maria Faria de Freitas

Membro

Nicklauber Santos Almeida

Engenheiro Civil

Servidor Secretaria Municipal de Obras

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA PONTAMED FARMACEUTICA LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.816.696/0001-54, com sede Rua Franco Grilo 374, Bairro Colônia Dona Luiza - Fundos município Ponta Grossa/PR, CEP: 84045320 representado pela Senhor Fernando Parucker da Silva, Portador da cédula de identidade nº 188.527 2/R, inscrito no CPF nº 248.710.109-10 residente e domiciliado Rua Jacinto Lozza 65, Bairro Vila Estrela , município de Ponta Grossa, CEP: 84050-120.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA PONTAMED FARMACEUTICA LTDA** CNPJ nº 02.816.696/0001-54					
Endereço:	Rua Franco Grilo 374, Bairro Colônia Dona Luiza - Fundos município Ponta Grossa/PR, CEP: 84045320					
Contatos:	(42) 2101 5151 (41) 2121 5168	E mail pomtamed@pontamed.com.br				
Representante:	Fernando Parucker da Silva					
Item	**Descrição**	**Und**	**Quantidade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	ACETATO DE DEXAMETAZONA 0,1% CREME 10 G PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE FORNECIMENTO TUBO COM 10G,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	FRASCO	3600	PRATI DONADUZZI	R$ 0,808	R$ 2.908,800
13	ALBENDAZOL 400 MG. APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO MASTIGAVEL. COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	COM	6000	GEOLAB	R$ 0,352	R$ 2.112,000
31	AMOXICILINA 1G+CLAVULONATO DE POTASSIO 200MG INJETATAVEL I.V FRASCO AMPOLA,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE NO MINIMO 18 MESES EA INSCRIÇÃO PROIBI-	AMP	800	BLAU	R$ 6,914	R$ 5.531,200

	DO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.					
32	AMOXICILINA 500MG +CLAVULONATO DE POTASSIO 100MG INJETATAVEL I.V FRASCO AMPOLA,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE NO MINIMO 18 MESES EA INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	AMP	1200	BLAU	R$ 6,152	R$ 7.382,400
34	AMPICILINA 1 G, INJEÇÃO, AMPOLA,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 1G	AMP	600	BLAU	R$ 3,749	R$ 2.249,400
69	CATETER NASAL Nº 12 - CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVAL E TRANSPARENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. UNIDADE	UND	2000	MARK MED	R$ 0,559	R$ 1.118,000
71	CATETER PERIFÉRICO FLEXÍVEL INTRAVENOSO, BIOCOMPATÍVEL, TIPO ABOCATH N° 18, COM AGULHA SILICONADA E DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO CAN FLUOROETILENOPROPILENO, ESTÉRIL, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES INTRAVENOSAS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTERMITENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.UNIDADE. COR VERDE CLARO	UND	8000	SOLIDOR	R$ 0,581	R$ 4.648,000
73	CATETER PERIFÉRICO FLEXÍVEL INTRAVENOSO, BIOCOMPATÍVEL, TIPO ABOCATH N° 22, COM AGULHA SILICONADA E DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO CAN FLUOROETILENOPROPILENO, ESTÉRIL, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES INTRAVENOSAS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTERMITENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.UNIDADE. COR AZUL	UND	16000	SOLIDOR	R$ 0,590	R$ 9.440,000
74	CATETER PERIFÉRICO FLEXÍVEL INTRAVENOSO, BIOCOMPATÍVEL, TIPO ABOCATH N° 24, COM AGULHA SILICONADA E DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO CAN FLUOROETILENOPROPILENO, ESTÉRIL, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES INTRAVENOSAS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTERMITENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.UNIDADE. COR AMARELO	UND	12000	SOLIDOR	R$ 0,669	R$ 8.028,000
77	CEFALOTINA 1GR INJETAVEL PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES (OU NO MÍNIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. UNIDADE FRASCO AMPOLA	AMP	2000	BLAU	R$ 1,256	R$ 2.512,000
174	HEPARINA 5000 UI/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES , E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADA NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 5 ML	FCO	200	BLAU	R$ 9,339	R$ 1.867,800
206	MEBENDAZOL 100MG/5ML SUSP 30ML FORMA FARMACEUTICA SUSPENSO ORAL,FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 60ML.ACONDICIONADOS EM EMABLAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE ,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM O FRASCO DEVERA VIR COM COPO DOSADOR ACOPLADO NO PRODUTO.	FCO	1000	SOBRAL	R$ 1,034	R$ 1.034,000
211	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 10 ML.	FCO	3000	MARIOL	R$ 0,551	R$ 1.653,000
212	METOCLOPRAMIDA 5 MG/2ML ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA.	AMP	6000	ISOFARMA	R$ 0,234	R$ 1.404,000
229	OXACILINA SODICA 500MG - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL - 500MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA 500MG.	AMP	2000	BLAU	R$ 1,828	R$ 3.656,000
240	PROMETAZINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25MG/ML, AMPOLA DE 2ML, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 2 ML	AMP	3000	SANVAL	R$ 1,740	R$ 5.220,000
241	PROPANOLOL 40 MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO.	COM	260000	PRATI DONADUZZI	R$ 0,017	R$ 4.420,000
247	RISPERIDONA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA,FRASCO COM 30 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 30ML.	FCO	120	E.M.S	R$ 10,253	R$ 1.230,360
250	SCALPE PARA PUNÇÃO VENOSA, COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTÁVEL, N. 21. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E/OU FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CX COM 100 UNID.	CX	120	LAMEDID	R$ 14,220	R$ 1.706,400
252	SCALPE PARA PUNÇÃO VENOSA, COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTÁVEL, N. 25. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E/OU FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CX COM 100 UNID.	CX	120	LAMEDID	R$ 14,940	R$ 1.792,800

253	SCALPE PARA PUNÇÃO VENOSA, COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTÁVEL, N. 27. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CX COM 100 UNID.	CX	120	LAMEDID	R$ 15,030	R$ 1. 803,600
265	SOLUÇÃO DE PVPI TÓPICO - PVPI POLIVINIL PIRROLIDONA 10%, 1000ML, FRASCO PLÁSTICO EM Q.S.P. AQUOSO EQUIVALENTE A 1% DE IODO ATIVO, EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. FRASCO COM 1000ML.	LTO	120	RIOQUIMICA	R$ 15,485	R$ 1. 858,200
287	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, BOLSA COM 100 ML.SISTEMA FECHADO	BOLSA	8000	EUROFARMA	R$ 2,156	R$ 17. 248,000
292	SORO GLICOSADO 5% 250 ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, BOLSA SISTEMA FECHADO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, COM DOIS SÍTIOS, SENDO UM INJEÇÃO DE LÁTEX AUTO VEDÁVEL E OUTRO COM MEMBRANA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM SISTEMA FECHADO, SEGUNDO RDC 45, DE 12 DE MARÇO DE 2003, ANVISA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	BOLSA	600	EUROFARMA	R$ 2,790	R$ 1. 674,000
293	SORO GLICOSADO 5% 500 ML, BOLSA DE SISTEMA FECHADO, SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, COM DOIS SÍTIOS, SENDO UM INJEÇÃO DE LÁTEX AUTO VEDÁVEL E OUTRO COM MEMBRANA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM SISTEMA FECHADO, SEGUNDO RDC 45, DE 12 DE MARÇO DE 2003,ANVISA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	BOLSA	2000	EUROFARMA	R$ 3,503	R$ 7. 006,000
311	ALGODÃO HIDRÓFILO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO E INSÍPIDO, ROLOS COM MANTA FINA COM ESPESSURA UNIFORME, CAMADAS SOBREPOSTAS REGULARMENTE, COMPACTO, ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO, BOA ABSORÇÃO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO EMBALAGEM: ROLO COM 500 G EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	ROLO	800	FAROL	R$ 8,481	R$ 6. 784,800
R$ 106.288,760 (CENTO E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta

execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - "Tira Reagente para medição de glicemia", a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

6.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - "que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕESCONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EMPRESA PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 02.816.696/0001-54 Representado pela Senhor Fernando Parucker da Silva RG:nº 188.527 2/R, e CPF nº 248.710.109-10

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDA-

DE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.312.871/0001-46, com sede Rua Sergipe 955 sala comercial, Bairro Bela Vista município Erechim/RS CEP: 99704-080 representado pela Senhor Cassiano R. Chmiel, Portador da cédula de identidade nº 606.840.26.32, inscrito no CPF nº 948.635.630-00 residente e domiciliado Av Comd Karemer 1175 Bairro José Bonifácio, município de Erechim/RS CEP: 99704-080.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletrônico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** CNPJ nº 23.312.871/0001-46					
Endereço:	Rua Sergipe 955 sala comercial, Bairro Bela Vista município Erechim/RS CEP: 99704-080					
Contatos:	(54) 3712 3655 E mail exemplarmed@bol.com.br cassianoexemplar@hotmail.com					
Representante:	Cassiano R. Chmiel					
Item	**Descrição**	**Und**	**Quantidade**	**MARCA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
51	BROMETO DE IPATROPIO 0,25 MG/ML,GOTAS,SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO,FRASCO 20ML,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE PRAZO DE VALIDADE:75% DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃOPROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADA NA PARTE EXTERNA.	FCO	120	Prati Donaduzzi	R$ 1,270	R$ 152,40
90	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTAS, FRASCO COM 20ML, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: FRASCO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 20 ML.	FRS	400	Prati Donaduzzi	R$ 3,980	R$ 1.592,00
R$ 1.744,40 (Hum Mil Setecentos e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EMPRESA EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME CNPJ nº 23.312.871/0001-46 Representado pela Senhor Cassiano R. Chmiel, RG: nº 606.840.26.32 e CPF nº 948.635.630-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.065.614/0001-38**,** com sede Rua C-159 Qd 297, Lt 20 Bairro Jardim América município Goiania-Goias, CEP: 74255-140, representado pela Senhor Agnaldo do Carmo Chagas, Portador da cédula de identidade nº 3628359/ 2º Via SPTC-GO, inscrito no CPF nº 895.030.901-72 residente e domiciliado Rua Sevilha S/N Qd 185 Lt 10 Bairro Jardim Europa, município de Goiania-GO CEP: 74330-570.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.065.614/0001-38
Endereço:	Rua C-159 Qd 297, Lt 20 Bairro Jardim América município Goiania-Goias, CEP: 74255-140
Contatos:	(62) 3928 8989 E mail licitacao05@supermedica.com.br suporte@supermedica.com.br licitacao02@supermedica.com.br
Representante:	Agnaldo do Carmo Chagas Jari Vicente

Item	Descrição	Und	Quantidade	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
1	ABAIXADOR, DE LÍNGUA, ESPÁTULA EM MADEIRA LISA, ISTO É, COM AUSÊNCIA DE FARPAS, DESCARTÁVEL, EXTREMIDADES ARREDONDADAS, FORMATO CONVENCIONAL, RESISTENTE A ESTERILIZAÇÃO, COM 14 CM DE COMPRIMENTO, LARGURA ENTRE 1,4 E 1,5 CM. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA.	PCT	120	THEOTO	R$ 2,700	R$ 324,00
15	ÁLCOOL ETILICO 92º GL, EMBALADO EM FRASCO CONTENDO 1.000 ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FRS	200	ITAJA	R$ 5,000	R$ 1.000,00
23	AMBÚ REANIMADOR TAMANHO INFANTIL PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM HOSPITAIS, SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO, AMBULÂNCIAS, SERVIÇOS DE SALVAMENTO, PISCINAS, ETC. POSSIBILITA EFICIENTE VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COM AR OU AR ENRIQUECIDO DE OXIGÊNIO, COM BALÃO AUTO INFLÁVEL DE SILICONE PURO DE 1200 ML, VÁLVULA UNIDIRECIONAL PARA ENTRADA DE OXIGÊNIO; TUBO EM PVC CERCA DE 3M PARA OXIGÊNIO, E MÁSCARA COM COXIM, EM BOLSA DE COURVIM. UNIDADE.	UND	2	SAFTY	R$ 129,990	259,98
39	ATADURA DE CREPE 10 CM - ATADURA DE CREPE DE 10CM DE LARGURA POR 4,5M DE COMPRIMENTO, CONTENDO 13 FIOS/CM2, CONFECCIONADA EM ALGODÃO CRU OU COMPONENTE SINTÉTICO, BORDAS COM ACABAMENTO QUE IMPEÇA O DESFIAMENTO, NÃO ELÁSTICA, ENROLADA UNIFORMEMENTE DE FORMA CONTÍNUA E CILÍNDRICA, NÃO ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.PACOTE COM 12 UND	PCT	200	MB	R$ 6,999	R$ 1.399,80
50	BOLSA COLETORA DE DIURESE SISTEMA FECHADO 2000 ML , COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO - ESTÉRIL, CONTENDO TUBO DE EXTENSÃO MEDINDO 1,20M DE COMPRIMENTO X 07MM DE DIÂMETRO INTERNO, APRESENTANDO NA EXTREMIDADE DISTAL ADAPTADOR PARA SONDA EM ESCALA E NA EXTREMIDADE PROXIMAL (PRÉ-ADAPTADA À BOLSA) UMA VÁLVULA ANTI-REFLUXO. BOLSA COLETORA EM FORMATO ARREDONDADO NOS CANTOS, COM UMA FACE OPACA E OUTRA TRANSPARENTE, GRADUADA EM ESCALA DE MM, CONTENDO LOCAL PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, TUBO PRA DRENAGEM DE URINA COM CLAMP PLÁSTICO, COLDRE PROTETOR. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE, CAPACIDADE DE 2000ML, UNIDADE.	UND	100	LABOR	R$ 2,400	R$ 240,00
57	CAIXA COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES RESISTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE,CONTENDO FUNDO RIGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTA PERFURAÇÕES,CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESIDUOS LIQUIDOS.A CAIXA DEVERA SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFOCAÇÃO INTERNACIONAL(RISCO BIOLOGICO-MATERIAL CONTAMINADO).CAPACIDADE PARA 20 LITROS DE CAORDO COM AS NORMAS DA ABNT.	UND	500	DESCARPACK	R$ 4,600	R$ 2.300,00
63	CARBAMAZEPINA 200 MG,COMPRIMIDO.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE,NO MINIMO 18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDFA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	60000	THEOTO	R$ 0,090	R$ 5.400,00
70	CATETER PERIFÉRICO FLEXÍVEL INTRAVENOSO, BIOCOMPATÍVEL, TIPO ABOCATH N° 16, COM AGULHA SILICONADA E DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO,CAN FLUOROETILENOPROPILENO, ESTÉRIL, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES INTRAVENOSAS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTERMITENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADE. COR CINZA	UND	8000	TOP MED	R$ 0,650	R$ 5.200,00
72	CATETER PERIFÉRICO FLEXÍVEL INTRAVENOSO, BIOCOMPATÍVEL, TIPO ABOCATH N° 20, COM AGULHA SILICONADA E DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL TRIFACETADO,CAN FLUOROETILENOPROPILENO, ESTÉRIL, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES INTRAVENOSAS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTERMITENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.UNIDADE. COR ROSA	UND	6000	TOP MED	R$ 0,610	R$ 3.660,00
75	CEFALEXINA 500MG,COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES(OU NO MINIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADEFINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	THEOTO	R$ 0,390	R$ 31.200,00
76	CEFALEXINA SUSP.250 MG/5 ML 60 ML+ SERINGA DOSADORA, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES (OU NO MÍNIMO PRAZO DE VALIDADE IGUAL A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	FCO	5000	THEOTO	R$ 7,000	R$ 35.000,00
78	CEFTRIAXONA 1G, PÓ LIOFILIZADO, SOLUÇÃO INJETÁVEL IM, FRASCO/AMPOLA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGIONAL DO FABRICAN-	AMP	1200	THEOTO	R$ 3,000	R$ 3.600,00

	TE, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE, NO MÍNIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.					
88	CLINDAMICINA 150 MG/ML INJETAVEL FORMA FARMACEUTICA INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA,PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA 2 ML.	AMP	600	NOVA FARMA	R$ 2,700	R$ 1.620,00
92	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%, 10 ML, AMPOLA PLÁSTICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	AMP	500	SAMTEC	R$ 0,250	R$ 125,00
97	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG,CAPSULAS,PRAZO DE VALIDADE 75%DO PRAZOTOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	CAP	30000	THEOTO	R$ 0,045	R$ 1.350,00
123	EPINEFRINA, BITARTARATO OU CLORIDRATO; CONCENTRAÇÃO: 1 MG/ML; VOLUME: 1ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL.AMPOLA DE 2ML VIA PARENTERAL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COMO NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	200	HIPOLABOR	R$ 4,000	R$ 800,00
125	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS - EQUIPO PARA INFUSÃO VENOSA DE DROGAS, TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, CONTENDO CONECTOR (COM TAMPA PROTETORA), COM PONTA PERFURANTE BISELADA ADAPTÁVEL A FRASCO DE VIDRO OU AMPOLA PLÁSTICA, COM RESPIRO E FILTRO; CÂMARA COM CONTA GOTAS, EM PVC ATÓXICO RÍGIDO DE ALTA PRECISÃO (60 MICRO-GOTAS = 1ML); TUBO CONECTOR VINÍLICO DE 1,20 M DE EXTENSÃO, COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO, INJETOR LATERAL COM BORRACHA CICATRIZANTE PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E CONECTOR TIPO LUER MACHO (UNIVERSAL) COM TAMPA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.	UND	3000	LABOR	R$ 1,400	R$ 4.200,00
128	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO PARA MEDIR AS PRESSÕES SISTÓLICAS E DIASTÓLICA DO SANGUE COMPOSTO DE MANÔMETRO MECÂNICO TIPO RELÓGIO, COM MOSTRADOR GRADUADO EM MMHG, BRAÇADEIRA-CONFECCIONADA EM TECIDO ANTIALÉRGICO, COM FECHO EM METAL OU VELCRO, RESISTENTE, FLEXÍVEL E QUE SE MOLDE FACILMENTE AO BRAÇO, MANGUITO E PÊRA FABRICADOS SEM EMENDAS DE SUB-PEÇAS, COM BORRACHA ESPECIAL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ESTOJO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO, REGISTRO NO INMETRO, DADOS DO FABRICANTE E PROCEDÊNCIA. UNIDADE.	UND	40	PREMIUM	R$ 75,850	R$ 3.034,00
143	FIO AGULHADO NYLON 2.0 - MONOFILAMENTO PRETO,ESTÉRIL,CX COM 24 ENVELOPES NÃO ABSORVIVEL 45 CM.	CX	30	SHALON	R$ 30,650	R$ 919,50
145	FIO AGULHADO NYLON 4.0 - MONOFILAMENTO PRETO,ESTÉRIL,CX COM 24 ENVELOPES NÃO ABSORVIVEL 45 CM.	CX	30	SHALON	R$ 31,240	R$ 937,20
146	FIO AGULHADO NYLON 5.0- MONOFILAMENTO PRETO,ESTÉRIL CX COM 24 ENVELOPES,NÃO ABSORVÍVEL 45CM.	CX	30	SHALON	R$ 31,999	R$ 959,97
148	FIO CATGUT CROMADO, DIÂMETRO 3-0 AG3, 70 CM, COM AGULHA CILÍNDRICA DE 1/2 CÍRCULO COM 3,00CM. UNIDADE. CX C/ 24 UND	CX	20	SHALON	R$ 82,990	R$ 1.659,80
151	FITA HOSPITALAR BRANCA16X50 MTS,FITA ADESIVA HOSPITALAR,CONFECCIONADA EM PAPEL CREPADO,TRATADA,BRANCA,MEDINDO 16MMX50M.ENROLADA EM FORMA CONTINUA EM ANEL DE PAPELÃO.CONSTAR IDENTIFICAÇÃO,PROCEDENCIA E DATA DE VALIDADE.UNIDADE.	UND	400	EUROCEL	R$ 2,100	R$ 840,00
152	FITA PARA AUTOCLAVE ROLO 19 MM X 30 M PARA IDENTIFICAÇÃO PACOTES ESTERELIZADOS E VAPOR, EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE COM REGISTRO COM ORGÃO COMPETENTE. UNIDADE.	UND	250	MASTERFIX	R$ 3,199	R$ 799,75
155	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO GERIATRICA TAMANHO M, PESO A PARTIR DE 30 KG. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO), PACOTE COM NO MÍNIMO 08 (OITO) FRALDAS. PACOTE.	PCT	60	MARDAN	R$ 8,500	R$ 510,00
156	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO GERIATRICA TAMANHO XG, PESO A PARTIR DE 30 KG. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO), PACOTE COM NO MÍNIMO 08 (OITO) FRALDAS. PACOTE.	PCT	80	MARDAN	R$ 9,999	R$ 799,92
157	FRALDA DESCARTÁVEL COM GEL TAMANHO EXTRA GRANDE PARA CRIANÇAS ACIMA DE 12 KG, DE FORMATO ANATÔMICO DE CINTURA AJUSTÁVEL, DOTADA DE RECORTES NAS PERNAS, DE PREFERÊNCIA COM 2 A 4 ELÁSTICOS, POSSIBILITANDO AJUSTE PERFEITO E LIVRE DE VAZAMENTOS. CAMADAS INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM AS BORDAS UNIDAS ENTRE SI, FIXANDO A CAMADA INTERMEDIÁRIA, EVITANDO SEU DESLOCAMENTO DURANTE O USO. SER ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS OU TÓXICAS, APRESENTAR MACIEZ E ABSORÇÃO ADEQUADAS À SUA FINALIDADE, APRESENTAR SUPERFÍCIE UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, O REVESTIMENTO EXTERNO DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM PLÁSTICO APROPRIADO, DO TIPO FILME POLIETILENO, COM ESPESSURA, FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA ADEQUADAS. SER DOTADA DE FAIXA MULTI AJUSTÁVEL DE 2 TIRAS ADESIVAS ABRE/FECHA, DEVIDAMENTE IMPREGNADA DE SUBSTÂNCIA ADERENTE ANTIALÉRGICA, POSSUINDO NAS EXTREMIDADES PEQUENA DOBRADURA QUE PERMITA PRESERVAR SUA ADESIVIDADE E O FÁCIL MANUSEIO. EMBALADAS EM PACOTE COM NO MÍNIMO 8 (OITO) UNIDADES. CONSTANDO DADOS DE PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE.	PCT	50	MARDAN	R$ 3,999	R$ 199,95

158	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , ANATÔMICO, GRANDE, ACIMA DE 10 KG, COM ELÁSTICO NAS PERNAS, TECIDO HIPOALERGÊNICO,COBERTURA EXT. IMPERMEÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS,NUCLEO ABSORVENTE COM A PRIMEIRA CAMADA COMPOSTA POR ALGODÃO HIDRÓFILO, POLPA DE CELULOSE VIRGEM E/OU MATERIAS POLIMÉRICOS ABSORVENTES E COM CAPA DE APOIO ESTRUTURAL. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE COM NO MINIMO 8 FRALDAS	PCT	60	MARDAN	R$ 4,499	R$ 269,94
159	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO MÉDIO, PARA CRIANCAS DE 06 A 09 KG, DE FORMATO ANATÔMICO DE CINTURA AJUSTÁVEL, DOTADA DE RECORTES NAS PERNAS, DE PREFERÊNCIA COM 2 A 4 ELÁSTICOS, POSSIBILITANDO AJUSTE PERFEITO E LIVRE DE VAZAMENTOS. CAMADAS INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM AS BORDAS UNIDAS ENTRE SI, FIXANDO A CAMADA INTERMEDIÁRIA, EVITANDO SEU DESLOCAMENTO DURANTE O USO. SER ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS OU TÓXICAS, APRESENTAR MACIEZ E ABSORÇÃO ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, APRESENTAR SUPERFÍCIE UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO. O REVESTIMENTO EXTERNO DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM PLÁSTICO APROPRIADO, DO TIPO FILME POLIETILENO, COM ESPESSURA, FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA ADEQUADAS. SER DOTADA DE FAIXA MULTI AJUSTÁVEL DE 2 TIRAS ADESIVAS ABRE/FECHA, DEVIDAMENTE IMPREGNADA DE SUBSTÂNCIA ADERENTE ANTIALÉRGICA, POSSUINDO NAS EXTREMIDADES PEQUENA DOBRADURA QUE PERMITA PRESERVAR SUA ADESIVIDADE E O FÁCIL MANUSEIO.EMBALADAS EM PACOTE CONSTANDO DADOS DE PROCEDÊNCIA E VALIDADE. UNIDADE DE FORNECIMENTO : PACOTE COM NO MINIMO 10 FRALDAS.	PCT	50	MARDAN	R$ 3,999	R$ 199,95
163	GAZE TIPO QUEIJO 91X91CM - ATADURA DE GAZE HIDRÓFILA 13 FIOS POR M2 ,COM 08 DOBRAS, MEDINDO 91CM DE LARGURA X 91METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO PARA ABSORÇÃO DE SANGUE E SECREÇÕES LÍQUIDAS EM CIRURGIAS OU NA CONFECÇÃO DE GAZES VASELIZADOS OU FURACINADOS, DISSECTORES E TORUNDAS. CONFECCIONADA EM ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIO E ISENTO DE IMPUREZAS. EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. ROLO.	UND	600	ORTOFEN	R$ 30,000	R$ 18.000,00
164	GEL CONDUTOR 5 LITRO-GEL CONDUTOR INODORO ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO COMO MEIO DE CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS ENTRE A PELE DO PACIENTE E O ELETRODO EM MONITORES CIRURGICO ELETRO CARDIOGRAFOS ELETROLIPOFORESE,DESFIBRILADORES E BISTURI ELETRICO.ACONDICIONADO EM GALÃO DE 5 LITROS EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA. GALÃO DE 5LT.	FRASCO	50	ADLIN	R$ 19,000	R$ 950,00
168	GLICOSE 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA DE 10ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	AMP	2000	ISOFARMA	R$ 0,230	R$ 460,00
169	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA DE 10ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	AMP	600	SAMTEC	R$ 0,240	R$ 144,00
182	IBUPROFENO 50MG/ML,SUSPENSAO ORAL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .FRASCO COM 30ML.	FCO	300	NATULAB	R$ 1,180	R$ 354,00
183	IODETO DE POTASSIO XAROPE 100 ML,PRAZO DE VALIDADE 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE FRASCO UNIDADE DE FORNECIMENTO FRASCO COOM 100ML.	FCO	1600	SOBRAL	R$ 2,410	R$ 3.856,00
185	LAMINA DE BISTURI NUMERO 15,DESCARTAVEL,ESTERIL EM AÇO INOXIDAVEL,SEM REBARBAS COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRÃO EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES INDIVIDUAIS EM PAPEL LAMINADO ABERTURA EM PETALA NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DE ESTERILIZAÇÃO PROCEDENCIA DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	CX	30	ADVANTIVE	R$ 27,999	R$ 839,97
189	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL 50X50 - CONFECCIONADO EM PAPEL COM 100% DE CELULOSE, COR BRANCA, TEXTURA FIRME E ALTA RESISTÊNCIA, EM ROLOS, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, TAMANHO 50CM X 50M, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, UNIDADE. ROLO	ROLO	180	FLEXPEL	R$ 6,180	R$ 1.112,40
217	MICRO LANCETA / PARA PERFURAÇÃO CUTÂNEA. LANCETA DESCARTÁVEL PARA TESTE DE GLICEMIA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, FIXADA EM APOIO PLÁSTICO OU SIMILAR, COM DIÂMETRO UNIVERSAL APROPRIADO PARA O ENCAIXE EM DISPOSITIVO LANCETADORES, ESTÉRIL. DEVE VIR ACOMPANHADA DE TAMPA DE PROTEÇÃO DA AGULHA PARA QUE A MESMA MANTENHA-SE ESTÉRIL E ÍNTEGRA ANTES DO USO. AGULHA COM CALIBRE 29 G E BISEL TRIFACETADO, TORNANDO A PENETRAÇÃO FÁCIL E SUAVE. EMBALADAS EM CAIXAS CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO : CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	120	PREMIUM	R$ 6,990	R$ 838,80
231	PAPEL KRAFT,PARDO RESISTENTE PARA ESTERILIZAÇÃO BOBINA PAPEL KRAFT PARDO E RESISTENTE 80G/M² LARGURA 60CM:ROLO APROXIMADAMENTE 250M,COM DADOSDE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.ROLO	ROLO	120	KRAFTY	R$ 85,000	R$ 10.200,00
239	PROMETAZINA 25MG,COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	COM	80000	THEOTO	R$ 0,080	R$ 6.400,00
249	SCALPE PARA PUNÇÃO VENOSA, COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTÁVEL, N. 19. EMBALAGEM INDIVIDUAL., EM PAPEL GRAU CIRURGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCE-	CX	120	CRALPLAST	R$ 15,999	R$ 1.919,88

	DÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CX COM 100 UNID.					
251	SCALPE PARA PUNÇÃO VENOSA, COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTÁVEL, N. 23. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CX COM 100 UNID.	CX	300	CRALPLAST	R$ 15,999	R$ 4. 799,70
258	SERINGA DE 5 ML, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 25 X 7 MM, ESTÉRIL, EM POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, ATOXICA, APIROGÊNICA, CILINDRO RETO, SILICONIZADO, PAREDE UNIFORME, COM ESCALA DE GRADUAÇÃO EM ML, NÚMEROS E TRAÇOS LEGÍVEIS, COM ANEL DE RETENÇÃO QUE IMPEÇA O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO DO CILINDRO, BICO SEM ROSCA E QUE GARANTA CONEXÕES SEGURAS, FLANGE COM FORMATO ADEQUADO, ÊMBOLO COM PISTÃO LUBRIFICADO E AJUSTADO AO CILINDRO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UND	60000	SR	R$ 0,190	R$ 11. 400,00
259	SERINGA DESCARTÁVEL, 3 ML COM AGULHA 25 X 7MM - ESTÉRIL DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLÚCIDO, ATÓXICO, COM GRADUAÇÃO EXTERNA DE BOA VISUALIZAÇÃO, BICO SIMPLES OU LUER LOCK CENTRAL, COM AGULHA 25X7 MM - ÊMBOLO COM FORMATO ANATÔMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATÓXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA À SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. UNID	UND	20000	SR	R$ 0,179	R$ 3. 580,00
263	SOLUÇÃO DE MANITOL 20%, FRASCO DE 250 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	FCO	60	FRESENIUS	R$ 5,000	R$ 300,00
308	VASELINA LÍQUIDA 100 ML DGL, MISTURA SEMI-SÓLIDA COMPLEXA DE HIDROCARBONETOS QUE CONSISTE PRINCIPALMENTE DE PARAFINAS E CICLOPARAFINAS OU HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS CÍCLICOS, COM PEQUENAS QUANTIDADES DE HIDROCARBONETOS BENZÊNICOS, ENXOFRE E CPMPOSTOS OXIGENADOS. EMBALGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO DE 100ML.	FRS	40	FARMAX	R$ 4,000	R$ 160,00
309	VITAMINA "C", 100MG/ML,(ACIDO ASCORBICO) SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 5 ML, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 5 ML	AMP	3000	FARMACE	R$ 0,550	R$ 1. 650,00
310	MULTIVIA C/ CLAMP PCT C/ 20 UND, DISPOSITIVO PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS/SOLUÇÕES COM 2 CONECTORES LUER LOCK FÊMEA UNIVERSAIS COM TAMPA, TUBO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE EM PVC APROX. 60MM DE COMPRIMENTO; 2 CLAMP CORTA FLUXO; CONECTOR DUAS VIAS, UM CONECTOR LUER SLIP MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME NBR 14041/1998. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE C/ 20 UNIDADES.	PCT	6000	WILTEX	R$ 0,650	R$ 3. 900,00
312	CETOPROFENO 100 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, I.M., FRASCO/AMPOLA ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇAO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	600	UNIAO QUIMICA	R$ 1,500	R$ 900,00
R$ 180.573,51 (Cento e Oitenta Mil Quinhentos e Setenta e Tres Reais e Cinquenta e Hum Centavos						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

5.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕESCONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EMPRESA SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ nº 06.065.614/0001-38 Representado pela Senhor Agnaldo do Carmo Chagas RG: nº 3628359/ 2º Via SPTC-GO e CPF nº 895.030.901-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL E DEMANDAS JUDICIAIS E OU SOCIAIS A QUE O MUNICÍPIO PODERÁ SER INDICADO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5539 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR: Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 47/2017, na forma presencia publicada no dia de 10 de Abril de 2018, no jornal AMM/MT, na Edição nº2954/2018 processo administrativo n.º **5539/2017** /2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: **FORNECEDORA: EMPRESA INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02**,** com sede Rua Rubens Derks, 105, Bairro Industrial município Erechim/RS CEP: 99.706-300 representante legal pela Senhor Jhonatan Boni, Portador da cédula de identidade nº 2105024927 SSP/RS, inscrito no CPF nº 016.789.820-59, residente e domiciliado a Rua Pedro Alvares Cabral 610, apto 1101, Bairro Centro, município de Erechim/RS CEP: 99.700-252 representando por procuração a Senhora Briani Bender, Portador da cédula de identidade nº 7105416304 SSP/RS, inscrito no CPF nº 020.572.130-30 residente e domiciliado Rua Antonio Kick, 72 Bairro Morada do Sol, município de Erechim/RS CEP: 99.706-300.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO**, para futura e eventual Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, conforme quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 063/2017, Edital Pregão Eletrônico nº 047/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1.A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

2.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

2.4. Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

2.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

2.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 16 do Edital do Pregão Eletronico nº 047/2017;

2.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA** CNPJ nº 12.889.035/0001-02
Endereço:	Rua Rubens Derks, 105, Bairro Industrial município Erechim/RS CEP: 99.706-300
Contatos:	(54) 3522 4273 E mail: licitacao02@inovamed-rs.com.b
Representante:	Jhonatan Boni Briani Bender

Item	Descrição	Und	Quantidade	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
7	ÁGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 10 ML, ACONDICIONADO EM,EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	FRS	60000	farmace	R$ 0,120	R$ 7.200,00
12	ALBENDAZOL 4% 10 ML SUSPENSÃO DOSE UNICA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	FCO	4000	PRATI	R$ 0,120	R$ 480,00
17	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG,COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	8000	ELOFAR	R$ 0,237	R$ 1.896,00
26	AMIODARONA 200 MG AMIODARONA 200 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO DE 200 MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	6000	GEOLAB	R$ 0,290	R$ 1.740,00
29	AMOXACILINA 500MG CAPSULA , ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MINIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	CAP	80000	PRATI	R$ 0,160	R$ 12.800,00
36	ANLODIPINO BESILATO 10 MG,COMPRIMIDO,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE,DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	GEOLAB	R$ 0,057	R$ 1.710,00
37	ANLODIPINO,BENSILATO 5MG COMPRIMIDO,ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE,DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	GEOLAB	R$ 0,020	R$ 600,00
42	ATENOLOL COMPRIMIDO 50 MG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	60000	PRATI	R$ 0,035	R$ 2.100,00
52	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇAO INJETAVEL, AMPOLA COM 5 ML, ACONDICIONADOS,EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA.	AMP	5000	FARMACE	R$ 1,264	R$ 6.320,00
54	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, 10MG COMP, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	10000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,460	R$ 4.600,00
55	BUTILESCOPOLAMINA(BROMETO) 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA COM 1ML. (HIOSCINA SIMPLES)	AMP	2000	FARMACE	R$ 0,920	R$ 1.840,00
61	CAPTOPRIL 50MG COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL E FRACIONADA.	COM	60000	PRATI	R$ 0,055	R$ 3.300,00
80	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDO,PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, ACONDICIONADO EM,EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MINIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	15000	PRATI	R$ 0,130	R$ 1.950,00
82	CICLOBENZAPRINA 5 MG,ACONDICIONADO EM,EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE , PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	4000	CIMED	R$ 0,140	R$ 560,00
87	CIPROFLOXACINO 500MG,COMPRIMIDO,PRAZO DE VALIDADE 75%DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	10000	PRATI	R$ 0,194	R$ 1.940,00
89	CLONAZEPAM 2 MG,COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	60000	GEOLAB	R$ 0,048	R$ 2.880,00
93	CLORETO DE POTASSIO.6 % XPE 100 ML,FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 100ML.ACONDICIONADO EM EM,BALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.PRAZO DE VALIDADE:75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO.ESTAMPADO NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO/CAIXA VENDA PROIBIDA AO COMERCIO.	FCO	300	PRATI	R$ 2,400	R$ 720,00
98	CLORIDRATO DE TIORIDAZIDA 50 MG COMPRIMIDO,PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, ACONDICIONADO EM,EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO,	COM	30000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,420	R$ 12.600,00

	O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE DE NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.					
103	COLAGENASE+CLORANFENICOL(0,6 UI + 0,01G) 30 G,POMADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BISNAGA COM 30G.	TB	400	CRISTALIA	R$ 11,100	R$ 4.440,00
111	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG,COMPRIMIDO PRAZO DE VALIDADE :75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO UNIDADE DE ESTOQUE :COMPRIMIDO UNIDADE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO COM 2MG.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	6000	GEOLAB	R$ 0,057	R$ 342,00
113	DIAZEPAM 10MG 2 ML,SOLUÇÃO INJETAVEL,PRAZO DE VALIDADE 75%DO PRAZOTOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	400	SANTISA	R$ 0,550	R$ 220,00
118	DIGOXINA 0,25MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	20000	PHARLAB	R$ 0,045	R$ 900,00
119	DIMENIDRINATO 50 MG+PIRIDOXINA50 MG INJETÁVEL, AMPOLA DE 1ML, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTQOUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 1 ML	AMP	300	UNIAO QUIMICA	R$ 1,350	R$ 405,00
122	DIPIRONA SÓDICA, SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 MG/ML, AMPOLA COM 2ML. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE:AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 2 ML.	AMP	8000	SANTISA	R$ 0,361	R$ 2.888,00
134	ESPIROLACTONA 25 MG,COMPRIMIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	40000	ASPEN PHARFAMA	R$ 0,150	R$ 6.000,00
138	FENOBARBITAL 100MG,COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER LIVRE DE FRACIONAMENTO.	COM	50000	CRISTALIA	R$ 0,088	R$ 4.400,00
161	FUROSEMIDA 10MG, AMPOLA DE 2ML. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA COM 02 ML.	AMP	3000	SANTISA	R$ 0,350	R$ 1.050,00
162	FUROSEMIDA 40 MG, COMPRIMIDO, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: COMPRIMIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO COM 40 MG.FUROSEMIDA 40MG.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	100000	GEOLAB	R$ 0,027	R$ 2.700,00
166	GLIBENCLAMIDA 5 MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO.GLIBENCLAMIDA 5MG.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	200000	MEDQUIMICA	R$ 0,020	R$ 4.000,00
171	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .COMPRIMIDO.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	UNIAO QUIMICA	R$ 0,110	R$ 8.800,00
172	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/1 ML,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM O NOMKE DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA .FRASCO.	AMP	60	UNIAO QUIMICA	R$ 7,220	R$ 433,20
176	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES , E A INSCRIÇÃO PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADA NA PARTE EXTERNA DO PRODUTO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO	COM	350000	CIMED	R$ 0,017	R$ 5.950,00
177	HIDROCORTIZONA, SUCCINATO SÓDICO PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	1200	BLAU	R$ 2,990	R$ 3.588,00
178	HIDROCORTIZONA, SUCCINATO SÓDICO PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 MG + DILUENTE, FRASCO/AMPOLA, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	1200	NOVAFARMA	R$ 5,190	R$ 6.228,00
180	HIDROXIDO FERROSO III 100 MG EV INJ AMPOLA 5 ML FRASCO/AMPOLA DE 5 ML, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: FRASCO/AMPOLA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA COM 5 ML	AMP	50	BLAU	R$ 5,340	R$ 267,00
202	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	180000	ONEFARMA/ CIMED	R$ 0,039	R$ 7.020,00
208	METFORMINA 850 MG ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMETO.COMPRIMIDO.	COM	350000	PRATI	R$ 0,044	R$ 15.400,00
220	NIFEDIPINA 20 MG RETARD (LIBERAÇÃO PROLONGADA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO	COM	180000	MEDQUIMICA	R$ 0,079	R$ 14.220,00

221	NIMESULIDA 100 MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE,COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO,O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	60000	CIMED	R$ 0,057	R$ 3. 420,00
225	OCITOCINA 5 UI/1 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM,ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA DE 1 ML.	AMP	100	UNIAO QUIMICA	R$ 1,100	R$ 110,00
226	OLANZAPRINA 10 MG COMPRIMIDO , ACONDICIONADO EM EMBALAGEM, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DATA DE VALIDADE, NO MINIMO,18 MESES (OU PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 75% DA VALIDADE FINAL DO PRODUTO) E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA. COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	3000	GEOLAB	R$ 1,300	R$ 3. 900,00
233	PARACETAMOL 500MG, COMPRIMIDO. PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO, UNIDADE DE ESTOQUE: COMPRIMIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO COM 500 MG. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	PRATI	R$ 0,045	R$ 3. 600,00
244	RANITIDINA 150 MG,COMPRIMIDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	COM	20000	MEDQUIMICA	R$ 0,070	R$ 1. 400,00
261	SINVASTATINA 20 MG,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM NOME DO RESPONSAVEL TECNICO O LOTE DATA DE FABRICAÇÃO DE VALIDADE DE NO MINIMO 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMERCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	80000	CIMED	R$ 0,071	R$ 5. 680,00
296	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA (400MG + 80MG), COMPRIMIDO, ACONDICIONADO EM,EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM, UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO. A EMBALAGEM TEM QUE SER PASSIVEL DE FRACIONAMENTO.	COM	30000	PRATI	R$ 0,090	R$ 2. 700,00
301	TENOXICAM PÓ LIOFILIZADO, 40MG (1 FRASCO/AMPOLA + DILUENTE 2ML - FORMA FARMACEUTICA INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO/AMPOLA + DILUENTE.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	AMP	800	CRISTALIA	R$ 6,030	R$ 4. 824,00
306	TIRA REAGENTE PARA MEDIÇÃO DE GLICEMIA, COMPATÍVEL AO APARELHO DA MARCA ON CALL PLUS, CONTENDO DADOS DE PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. CX C/ 50 FITAS. A CADA 10 CX DE TIRAS A EMPRESA DEVERA FORNECER UM APARELHO GLICOSIMETRO	CX	400	ACON	R$ 25,400	R$ 10. 160,00
307	TRAMADOL, CLORIDRATO 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA DE 2ML, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 18 MESES E A INSCRIÇÃO PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO ESTAMPADOS NA PARTE EXTERNA.	AMP	3000	NOVAFARMA	R$ 0,643	R$ 1. 929,00
R$ 192.210,20 (Centro e Noventa e Dois Mil Duzentos e Dez Reais e Vinte Centavos)						

3.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.4 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

4.5 A Secretaria Municipal de Saúde, designa a Servidora: Locenil Savio da Costa, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento..

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO.

5.1 . A Entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas com frete por conta da contratada.

5.2 . O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço;

5.3 . As quantidades dos produtos e materiais deverão atender a ordem de serviço efetuada, podendo ser parcelada ou não;

5.4. As aquisições dos produtos e materiais serão recebidas provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.6 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. 5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 5.9 Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega na farmácia municipal. 5.10 As apresentações uso oral tipo: xarope,suspensão etc, deverão obrigatoriamente apresentar copo medida acoplado 5.11 .Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local de entrega e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pelo Fabricante.

5.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da lei;

5.13. Para o item Nº 310 do mapa comparativo - “Tira Reagente para medição de glicemia”, a Contratada deve fornecer a cada 05 (cinco) caixas de Tiras para medir a glicemia, 1(um) aparelho glicosímetro compatível com o mesmo, sem custo para a Administração.

6.14. Para os itens Nº 215;216;226 do mapa comparativo - “que tem a apresentação creme vaginal, estas deverão vir acopladas de aplicadores.

CLÁUSULA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

7.1 Os produtos objetos desta contratação deverão ser entregues no endereço: Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Centro, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento – Farmácia Municipal de Nossa Senhora do Livramento, telefone (65) 3351-1401; Horário das 7:00 as 13:00 horas; Frete por conta da contratada.

7.2. No ato da entrega dos produtos desta licitação, a Prefeitura, por meio de servidor especialmente designado(fiscal do contrato), deverá recebê-lo, desde que:

7.2.1 Os produtos tenham sido transportados em veículos adequado conforme normas sanitárias da ANVISA Portaria 1052/98;

7.2.2 A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

7.2.3 O prazo de garantia/validade não sejam inferior a 1(um) ano contados a partir da data de entrega;

7.2.4 A embalagem esteja inviolada e de forma a garantir o adequado acondicionamento;

7.2.5 A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

7.2.6 Obedeça a Lei 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico;

7.3. Serão recusados os medicamentos que não atenderem as especificações constantes neste termo de referência e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a Contratada substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto que foi recusado;.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 8.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.7 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.8 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

8.9 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

8.10 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

8.11 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos medicamentos/material Hospitalar, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.12 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.13 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.14 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.15 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

8.16 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.17 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

8.18 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

8.19 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

8.20 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8.21 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

8.22 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

8.23 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

8.24 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

8.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

8.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

8.27 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

8.28 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.29 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta Ata de Registro de Preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:*marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber os produtos e materiais no prazo e condições estabelecidas no processo e seus anexos;

9.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na proposta;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 11.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 11.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais orçados, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011. 11.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo. 11.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. 11.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital. 11.7 O critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada. 11.8 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 11.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. 11.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria. 11.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, na dotação orçamentária **2018**.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
Saúde Orgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100
	Federal		070065	3.3.90.30	114
	Estadual		070066	3.3.90.30	142

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

13.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

13.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

13.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

14.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

14.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5Cometer fraude fiscal;

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.6 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.7 Multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.8 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.9 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.10Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.11Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.12Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

15.3.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.3.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.3.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. *15.5* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. *15.6* As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº 047/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA : DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FORNECEDORA: EMPRESA INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA CNPJ nº 12.889.035/0001-02 Representante legal pela Senhor Jhonatan Boni RG: nº 2105024927 SSP/RS e CPF nº 016.789.820-59, Representando por procuração a Senhora Briani Bender RG nº 7105416304 SSP/RS E CPF nº 020.572.130-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 133/2018

ROSEANE CANDIDO PAIS Objetivo do contrato: PROFESSORA B 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% INFANTIL

Valor: R$ **1.731,40**

Vigência: 01/03/2018 a 14/12/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 144/2018

MARCIA MURBA Objetivo do contrato: AGENTE ADMINISTRATIVO

Secretaria: FINANÇAS

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 01/03/2018 a 30/06/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 076/2017

CARTA CONVITE Nº 002/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 058/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, através do Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a CARTA CONVITE Nº 002/2017, determina à empresa **A O DE SOUSA EIRELI**, com sede na Avenida Ludovico da Riva Neto, inscrita no CGC/MF sob o n.º 17.787.272/0001-86, a executar os serviços de elaboração, **a partir do dia 18/04/2017,** dentro das especificações constantes no Contrato nº 076/2017, conforme segue:

LOTE 02 - PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA COM DRENAGEM					
ITEM	**DESCRIÇÃO: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO COM MICRO DRENAGEM URBANA PARA ATENDER A PROPOSTAS DE CONVENIO PARA APROVAÇÃO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	1. PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA 1.1 PERFIL LONGITUDINAL TRAÇADO DE GREIDE 1.2 PLANTA GERAL 1.3 PLANTAS INDIVIDUAIS DAS RUAS 1.4 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DE JAZIDA 2. PLANILHA DE QUANTIFICAÇÃO E ORÇAMENTO 3. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO 4. MEMÓRIA DE CÁLCULO E DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO 5. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO 6. MEMORIAL DESCRITIVO 7. PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS 7.1 PLANTA E PERFIL DE REDES 7.2 DETALHES DE DRENAGEM 7.3 PLANTA DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO 7.4 ESTUDO HIDROLÓGICO 7.5 PLANILHA DE DIMENSIONAMENTO 7.6 MEMORIAL DESCRITIVO 8. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO 9. PROJETO DE TERRAPLANAGEM 10. ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS 11. PROJETOS DE CALÇADA E ACESSIBILIDADE; 12. PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA 13. ENSAIO DE SOLO - SUBLEITO 14. LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA.	unid	01	16. 800,00	R$ 16. 800,00
Total da Ordem de Serviços:					**16. 800,00**

O Projeto executivo de pavimentação, constante desta Ordem de Serviços, terá um total de 18.556,00 m² (dezoito mil quinhentos e cinquenta e seis metros quadrados), conforme planilhas e mapas em anexo.

Nova Bandeirantes, MT 17 de abril de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CIENTE EM: _____/____/2018.

_____

A O DE SOUSA EIRELI

CNPJ: 17.787.272/0001-86

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 137/2018

NOELI DE FATIMA PEDRO ALESSE Objetivo do contrato: PROFESSORA B 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% FUNDAMENTAL

Valor: R$ **1.731,40**

Vigência: 01/03/2018 a 14/12/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 136/2018

ISABEL SIMÕES COLLE Objetivo do contrato: PROFESSORA B 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% INFANTIL

Valor: R$ **1.731,40**

Vigência: 01/03/2018 a 14/12/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 132/2018

ILDERES DE JESUS NASCIMENTO Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SERVIÇO SOCIAL

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/03/2018 a 30/06/2018

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2018

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 006/2018 Adjudicando o objeto da Dispensa ao Interessado, conforme 24, II da Lei 8.666/93 e artigo 2 inciso II da Lei 1004/2017 Municipal.

.

Adjudique-se ao Sr. **UNIVERSO MUSICAL LTDA -ME** pelo valor **global: 15.736,60 (Quinze mil setecentos e trinta e seis reais sessenta centavos)**

o objeto da presente dispensa de licitação.

Contratado: UNIVERSO MUSICAL LTDA -ME

CNPJ: 10.754.480/0001-30

Valor global:15.736,60 (Quinze mil setecentos e trinta e seis reais sessenta centavos).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 17 ABRIL de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 135/2018

ELCIO DE FUCIO AMANCIO Objetivo do contrato: PROFESSOR B 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% FUNDAMENTAL

Valor: R$ **1.731,40**

Vigência: 01/03/2018 a 14/12/2018

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL N. º 015/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **015/2018, cujo OBJETO de patrulha mecanizada para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura, conforme convenio nº 837256/2016, assinado com o ministério da integração nacional de superintendência do desenvolvimento da amâzonia-sudam/caixa, composta pelos seguintes implementos agrícolas: (02 (duas) roçadeiras hidráulica e 01(uma) plaina niveladora agrícola).**

conforme termo de referência constante do Edital de Licitação, ***c***ujo certame foi declarado deserto.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de abril de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2018

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público a prorrogação da data de abertura do **Pregão Presencial 008/2018- Processo Administrativo nº 015/2018,**no dia **02 de maio de 2018 às 08:00 horas,**(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONVENIO Nº 837256/2016, ASSINADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DE SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMÂZONIA-SUDAM/CAIXA, COMPOSTA PELOS SEGUINTES IMPLEMENTOS AGRICOLAS: (02 (DUAS) ROÇADEIRAS HIDRAÚLICA E 01(UMA) PLAINA NIVELADORA AGRÍCOLA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 16 de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 143/2018

RODRIGO DA SILVA RAMOS MAURO Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 05/03/2018 a 30/06/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 134/2018

CLEUDES TEREZINHA ZANROSSO REIS Objetivo do contrato: PROFESSORA B 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% INFANTIL

Valor: R$ **1.731,40**

Vigência: 01/03/2018 a 14/12/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 142/2018

ANDERSON LUIZ DE ANDRADE Objetivo do contrato: AGENTE MANUTENÇÃO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **1.009,80**

Vigência: 12/03/2018 a 30/06/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 141/2018

SILVERIA VILAURA AQUINO Objetivo do contrato: agente serviço publico

Secretaria: SAUDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 20/03/2018 a 30/06/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 140/2018

ANA PAULA LEVERENTZ ABREU Objetivo do contrato: AGENTE ADMINISTRATIVO

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 40% FUNDAMENTAL

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 01/03/2018 a 30/06/2018

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 139/2018

VANDERLEI DOS SANTOS GUILHERME Objetivo do contrato: TEC ADM EDUCACIONAL (MONITOR)

Secretaria: EDUCAÇÃO FUNDEB 60% INFANTIL

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 01/03/2018 a 30/06/2018

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2018

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e Art. 2 Inciso II da Lei 1004/2017 Municipal e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 006/2018 ***Aquisição de equipamento de som para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de assistência social para realização dos cursos, capacitação, assembleias, reunião e audiência públicas com projetores e benefícios sócio assistência***, no Município de Nova Bandeirantes atendendo aos projetos e necessidades para o funcionamento do mesmo.

Contratado: UNIVERSO MUSICAL LTDA -ME

CNPJ: 10.754.480/0001-30.

Valor global:15.736,60 (Quinze mil setecentos e trinta e seis reais sessenta centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes-MT, 17 de abril de 2018

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A Prefeitura de Nova Brasilândia, CNPJ nº 15.023.963/0001-88, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a **Licença Provisória de Operação (LOP)** referente à implantação de um Bota Fora para destinação de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, por tratarem-se de materiais homogêneos que podem ser inclusive aplicados para regularização/terraplanagem de terrenos, localizado no município de Nova Brasilândia/MT.

Nova Brasilândia, 16 de abril de 2018.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONVITE 004/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO **Nº. 027/2018**

MODALIDADE: **CONVITE Nº. 004/2018**

TIPO: **MENOR PREÇO POR LOTE.**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o **Convite N°. 004/2018**, **Objeto:** Contratação de Empresa de engenharia para Serviços de reforma das seguintes Pontes de Madeira, com fornecimento de material e mão-de-obra mediante o regime empreitada por **MENOR PREÇO POR LOTE,** conforme especificações constantes no Projeto Básico, edital e anexos, cuja abertura ocorreu no dia 17 de Abril de 2018, as 08:00, sagrou – se vencedora as empresas; **JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS - ME**, venceu nos seguintes lotes:Lote 05 no valor de **R$ 13.467,46** (Treze Mil Quatrocentos e Sessenta e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos) Lote 06 no valor de **R$ 13.225,00** (Treze Mil Duzentos e Vinte Cinco Reais); Lote 08 no valor de **R$ 3.803,96** (Três Mil Oitocentos e Três Reais e Noventa e Seis Centavos); Lote 09 no valor de **R$ 4.754,96** (Quatro Mil Setecentos e Cinquenta e quatro Reais e Noventa e Sieis Centavos); Totalizando **R$ 35.251,38 (Trinta e Cinco Mil Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Trinta e Oito Centavos);** e a empresa **RODRIGO CEZAR PEREIRA DOS SANTOS – ME** venceu nos lotes**:** Lote 01 no valor de **R$ 7.917,42** (Sete Mil Novecentos e Dezessete Reais e Quarenta e Dois Centavos), Lote 02 no valor de **R$ 9.990,69** (Nove Mil Novecentos e Noventa Reais e Sessenta e Nove Centavos), Lote 03 no valor de **R$ 41.867,91** (Quarenta e Um Mil Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Noventa e Um Centavos), Lote 04 no valor de **R$ 9.037,77** (Nove Mil Trinta e Sete Reais e Setenta e Sete Centavos); e Lote 07 no valor de **R$ 10.121,45** (Dez Mil Cento e Vinte Reais e Quarenta e Cinco Centavos); Totalizando **R$ 78.935,24** (Setenta e Oito Mil Novecentos e Trinta e Cinco Reais e Vinte Quatro Centavos).

Totalizando o Valor Global dos Lotes: **R$: 114.186,62** (Cento e Quatorze Mil Cento e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Dois Centavos).

Nova Brasilândia – MT, 17 de abril de 2018.

Ana Cristina Soares

Presidente da C.P.L

Portaria: nº. 014/2018

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.030/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2018 de 17/04/2018

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8. 666, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para Aquisição de 100 (cem) Cestas Básicas para atender Beneficio Eventuais de Família em situação de vulnerabilidade no 2018em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

VALOR GLOBAL: R$ **4.974,00** (Quatro Mil Novecentos e Setenta e Quatro Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

CONTRATADO: **JULIA SANTANA DE SOUZA - ME**, CNPJ: Nº. 36.879. 872/0001-19

Nova Brasilândia - MT, 17 DE ABRIL DE 2018.

Ana Cristina Soares

Presidente da C.P.L

EXTRATO DE ADESÃO A ARP N° 028/2018

EXTRATO DO PROCESSO: Nº. 029/2018 – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.028/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº.021/2017/PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: **NEVES VEÍCULOS EIRELI -EPP**

OBJETO: Adesão da ata de Registro de preços nº. 028/2017 referente ao Pregão Presencial nº.021/2017, da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/ MT, Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, TIPO VAN PARA TRANSPORTAR PESSOAS, MOTOR DIESEL, CAPACIDADE MINIMA PARA VINTE E UM PASSAGEIROS/MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT,** conforme ADESÃO DA ATA 028/2017 E O TERMO DE COMPROMISSO Nº. 057/2017- FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.

VALOR TOTAL: R$ 196.000,00 (Cento e Noventa e Seis Mil Reais).

DATA DA ADESAO: 17/04/2018

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/ MT.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10. 520/2002.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 43/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 43/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **NEVES VEÍCULOS EIRELI - EPP**

CNPJ**:** 24.710.993.0001-53

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE UM VEICULO ZERO KM, TIPO VAN PARA TRANSPORTAR PESSOAS, MOTOR DIESEL, CAPACIDADE MINIMA PARA VINTE E UM PASSAGEIROS/MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT.**

VALOR: R$ 196.000,00(cento e noventa e seis mil reais),

ASSINATURA**: 17 de Abril de 2018.**

VIGENCIA: **17 de Abril de 2018 a 17 de Agosto 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2018

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI**,

CNPJ**:** 07.838.209/0001-78

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 45 (quarenta e cinco) dias**,** vigorando a partir de 17 de Abril de 2018 a 31 de Maio de 2018.

ASSINATURA: **17 de Abril de 2018.**

VIGENCIA: **17 de Abril de 2018 a 31 de Maio de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 10 / 2018

Na data de 06/04/2018 as 8:30 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada.

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedores os listados abaixo:

PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVAGEM E LUBRIFICACAO DA FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT.

5614 MILESKI E MILESKI LTDA ME 17.452.918/0001-74

TOTAL DO VENCEDOR R$ 141.368,000

6017 REINALDO MACHADO SANTOS ME 21.430.614/0001-83

TOTAL DO VENCEDOR R$ 264.916,000

NOVA GUARITA - MT, 16 de abril de 2018.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2018 DATA: 17/04/2018 EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, RELACIONADOS ABAIXO: JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, RELACIONADOS ABAIXO:

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. –Concede Progressão vertical aos Servidores Públicos Municipais, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016. Relacionados abaixo.

EDRIA FERREIRA SOAVE	CPF: 946.057. 501-34	SEC. DE EDUCAÇÃO
PAULA HELENA E.NICOLETTI	CPF: 351.017. 708-84	SEC. DE SAÚDE

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO – 17/04/2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 041/2016

3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 041/2016– ASS- 13/10/2018 –Vcto 15/09/2018 - ASSUNTO: **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO** - Contratado (a): **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME** – CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS E PÓRTICO DE ACESSO NA CIDADE DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 107/2015 DA SECID.

NOVA MARILANDIA – MT EM 17 DE ABRIL 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 101/2018 DATA: 17/04/2018 EMENTA: CONCEDE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE

EMENTA: CONCEDE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E TURISMO RELACIONADOS ABAIXO:

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

CONSIDERANDO o cumprimento dos dispositivos legais com relação à percepção de adicional aprovado pela Lei Complementar Municipal N.º 725 DE 14 DE MARÇO DE 2016 - **PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA,** alterado pela Lei Complementar Municipal n.º 801/2018

RESOLVENDO

Art. 1º - Conceder aos servidores públicos municipais relacionado abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo - o adicional de 25% ao vencimento base pela participação e conclusão em curso de qualificação Profissional Pró-Funcionário;

IVANES DA SILVA LEITE MULINARIO	CPF: 395.400.301-53
IRENE NATAL GONÇALVES	CPF: 567.168.001-82
MARIA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	CPF: 503.586.181-34
MARLENE FERNANDES DA SILVA	CPF: 851.379.521-68
SONIA DA SILVA CRISPIM DE SOUZA	CPF: 614.489.151-04
ROSALINA ARRAIS INACIO	CPF: 369.017.501-10

Art. 2º - Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO DEZESSETE DIAS DO MÊS ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO – 17/04/2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal, de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 033/2016

5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 033/2016 – ASS- 12/04/2018 – EXEC. 14/09/2018 - VIGENCIA: 18/12/2018 - ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO Contratado (a): **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, ATRAVÉS DO CONVENIO 0449/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADE – SECID.

NOVA MARILANDIA – MT EM 16 DE ABRIL DE 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ATA DA REUNIÃO CONSELHO MUNICIPAL DO NOVO FETHAB DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA - MT.

COMFENM

CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB DE NOVA Maringá.

ATA DA REUNIÃO CONSELHO MUNICIPAL DO NOVO FETHAB DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA - MT.

Aos dezesseis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, às dezesseis (16) horas, na sede da Prefeitura de Nova Maringá - MT, foi realizada a reunião do Conselho Municipal do FETHAB, O Presidente Osvaldo Correia, deu início a reunião agradecendo a presença de todos, em seguida esclareceu que a reunião tratava-se para aprovação das contas referente ao primeiro (1º) Trimestre do ano de dois mil e dezoito (2018), conforme demonstrativo enviado pelo gestor municipal, foram executados serviços de reforma e manutenção de maquinários e veículos, patrolamento e cascalhamento de estradas e reformas de pontes, passando então os extratos para análise, que no dia 31/12/2017 havia um saldo de R$315.705,37 (trezentos quinze mil, setecentos e cinco reais e trinta e sete centavos) na conta do Fethab, entradas de repasse no mês de janeiro, fevereiro e março/2018 R$ 395.909,35 (trezentos noventa e cinco mil, novecentos e nove reais, trinta e cinco centavos) rendimentos na aplicação R$1.343,76 (hum mil trezentos quarenta e três reais, setenta e seis centavos) pagamentos no mesmo período R$559.309,81 (quinhentos cinquenta e nove mil, trezentos e nove reais, oitenta e um centavos), ficando um saldo no dia 31/03/2018 de R$ 153.648,67 (cento cinquenta e três mil, seiscentos quarenta e oito reais, sessenta e sete centavos) logo após então foi aprovada por unanimidade a prestação de contas referente ao 1º trimestre do ano de 2018, Presidente deixou a palavra livre, e como ninguém mais fez uso da palavra, Presidente deu por encerrada a reunião, e pediu que lavrasse a presente ata, que vai assinada por mim, Denize Paixão Borges, que secretariei, pelo Presidente e pelos conselheiros presentes.

Oswaldo Correia

Rosimeire Ralla dos Santos

Eva Aparecida Machado de Oliveira

Wagner Roberto Lordano

Adeverdes Sebastião Franco

Manoel da Costa Campos

Irineu Allievi

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 003/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 330 de 16 de Novembro de 2017, torna público, o resultado da Dispensa de Licitação nº 003/2018 tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA APLICAÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIARIA A BASE D'AGUA, PROCESSO MECANICO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO AUTO PROPELIDO E PESSOAL ESPECIALIZADO PARA APLICAÇÃO CONFORME NORMAS DNIT,** a Empresa **M.A COMERCIO E SERVIÇOS, com CNPJ.04.398.282/0001-88**, com valor de **R$ 15.130,50 (quinze mil cento e trinta reais e cinquenta centavos)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, com suas alterações posteriores.

O Processo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50-E, Centro, neste Município de Nova Maringá – MT, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao publico

Nova Maringá – MT, 17 de Abril de 2018.

Luciana Garcia Harala

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
ERRATA 010-2018

NA PORTARIA 099/2018, Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 13/04/2018. Edição 2957

ONDE SE LÊ:

A partir de 03 de Janeiro de 2018, até posterior deliberação

LEIA – SE:

A partir de 01 de Março de 2018, até posterior deliberação

Nova Maringá – MT, 17 de Abril de 2018.

Claudia Beatrice Peixoto da Silva

Chefe do Depto de Recursos Humanos

Portaria 139/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 330 de 16 de Novembro de 2017, torna público, o resultado da Dispensa de Licitação nº 004/2018, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LABORATÓRIO) PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DA SAÍDA DE TRATAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT,** a Empresa**AQUANALISE SOCIEDADE SIMPLES LTDA** com CNPJ **03.949.150/0001-34** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, com suas alterações posteriores.

O Processo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50-E, Centro, neste Município de Nova Maringá – MT, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá – MT, 17 de Abril de 2018.

Luciana Garcia Harala

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº. 07/2018

Processo Administrativo 1468/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através de seu Pregoeiro Oficial Johnny Bernatzky, designado pelo Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, comunica aos interessados, que foi **PRORROGADO** a data da sessão de abertura e julgamento de propostas para a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº. 07/2018**, Processo Administrativo 1468/2018, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS NOVAS, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETRIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE-MT, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,** para o dia **30/04/2018 às 08:00 horas –** horário local, mantendo-se todos os demais dispositivos contidos no edital.

Motivo da prorrogação: Licitação Deserta no dia 17/04/2018 ás 08:00 horas.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 17 de Abril de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 042/2017

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 951/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO, PARA O DECÊNIO 2018-2028, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.''

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, de caráter plurianual, que se apresenta na forma do Anexo Único desta Lei e que desta é parte integrante, com duração de dez anos.

Artigo 2º - Fica autorizado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde – CMDCA, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto.

Parágrafo Único. A cada dois anos, ou a qualquer tempo, extraordinariamente, o Plano será avaliado em um Fórum com a participação de autoridades do Executivo, Legislativo, CMDCA e representantes da sociedade

civil, cabendo ao Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Artigo 3º - Os Planos Plurianuais do Município, nos próximos dez anos, deverão ser elaborados de forma a dar suporte aos objetivos e metas constantes no Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, no que for de responsabilidade do próprio Município.

Artigo 4º - Fica sob a responsabilidade dos Poderes Legislativo e Executivo a tarefa de divulgação do Plano objeto desta Lei, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe a sua execução.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas em orçamento.

Artigo 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Monte Verde-MT, 17 de Abril de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o ***Registro de Preços para futura e eventual*** **aquisição de pneus e acessórios, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **03/05/2018 às 08h00min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 17 de Abril de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº. 004/2018

PROCESSO Nº. 006/2018

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MARMORARIA AGUA BOA LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº. 05.422.353/0001-01, localizada à Rua 01 nº 752, Bairro Setor Industrial, Agua** Boa-MT, neste ato representada por Sr. **Antônio Pereira dos Santos**, portador da Cédula de Identidade **nº 687.274 SSP/MT** e do **CPF nº459.410.171-20,** nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 004/2018** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRO - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de vidros e granitos para atender as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT, conforme especificações do edital e proposta de preços.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 004/2018**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO, disposta no Processo nº 006/2018.**

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES

DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: MARMORARIA AGUA BOA LTDA-ME

CNPJ: CNPJ nº. 05.422.353/0001-01

3.1.2 - Descrição, Quantidade e ITENS Registrados:

Item	Quant.	Unid	Descrição	Marca	R$ unt	R$ total
1	50	M²	PEDRA GRANITO LINHA CINZA	Cinza	321,80	16.090,00

2	20	M²	VIDRO COMUM ESPELHO 3MM	**Andorinha**	**183,93**	3.678,60
3	30	M²	VIDRO COMUM INCOLOR 4MM	**Tempermat**	**147,23**	4.416,90
4	50	M²	VIDRO TEMPERADO 10MM INCOLOR	**Tempermat**	**330,10**	16.505,00
5	200	M²	VIDRO TEMPERADO 8MM INCOLOR	**Tempermat**	**267,67**	53.534,00

Total----------R$ 94.224,50 (noventa e quatro mil e duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

3.2 - Os vidros a serem substituídos deverão ser entregues de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal, de forma parcelada, mediante a autorização por escrito.

3.3 – A empresa terá os seguintes prazos: a) Para os vidros comuns e espelho o prazo de até 03 (três) dias corridos; b) Para os vidros temperados o prazo de até 15 (quinze) dias; c) Para as pedras e granito o prazo de até 07 (sete) dias;

3.4 – A critério da Secretaria Municipal de Administração, poderá ser solicitado que a empresa vencedora entregue em cada Escola Municipal, departamentos diversos, inclusive nas Escolas Indígenas num total aproximado de 28 (vinte e oito) a uma distancia aproximada entre 40 e 200 km em estradas pavimentadas e não pavimentadas, onde deverão estar incluídos nos preços as despesas de frete, carga, descarga, etc.

3.4.1 – Ficará também por conta da empresa todos os itens complementares na montagem dos vidros temperados, ou seja, alumínios, fechaduras, dentre outros.

3.5 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.6 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.7 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Administração e orgãos participantes as secretarias de Educação, Saúde, Viação e Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Assistencia Social, Agricultura, Esportes e Lazer e Assuntos Indigenas**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014**, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso,** o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(27/03/2018 até 27/03/2019)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 27 de Março de 2018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

MARMORARIA AGUA BOA LTDA-ME

Antônio Pereira dos Santos

Cédula de Identidade nº 687.274 SSP/MT

CPF nº.459.410.171-20

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP ‘‘

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de patrulha agrícola, máquinas implementos agrícolas para manutenção e implantação da agricultura familiar em diversas comu-**

nidades rurais do município de Nova Nazaré-MT, conforme contrato de repasse nº 847254/2017/MAPA/CAIXA, conforme especificações do edital e anexos, na modalidade **Pregão Presencial** no dia **03/05/2018 às 11h00min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467. 1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 17 de Abril de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro Oficial do município de Nova Nazaré-MT, torna público que por ausência de interessados na sessão pública que realizou-se em **17/04/2018 às 08:00 (Brasília)**, foi declarado **DESERTO** o **Pregão Presencial nº 010/2018** que tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual Locação de ônibus, micro-ônibus, Kombi, Van ou similar legalizados, para transitar em rodovias federais, estaduais e municipais com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador de forma fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT**, conforme especificações do edital. O Pregoeiro comunica aos interessados que o certame será **REPETIDO**, em sessão pública a ser realizada **às 08:00 hrs do dia 02/05/2018** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis.O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 17 de Abril de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12010/PMNO/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12010/PMNO/2018

PREGÃO N° 010/2018/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material laboratorial e afins destinados a secretaria municipal de saúde do município de NOVA OLÍMPIA – MT.

ORGAO GERENCIADOR: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 03.238.920/0001-30.

FORNECEDORES REGISTRADOS: LEITE E RIBEIRO LTDA- R$ 23. 567,41 (vinte e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos) M.S. DIAGNOSTICA LTDA R$ 34.352,15 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos) MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA R$ 37.311,42 (trinta e sete mil trezentos e onze reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 17/04/2018 ATE 17/04/2019.

NOVA OLÍMPIA/MT, 17 DE ABRIL DE 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

SIMPREV
PORTARIA N.º 004/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra.Maria da Silva Ferreira.**"

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 3°, I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, combinado com c/c Art. 92, incisos I, II, III e parágrafo único Lei Municipal n.º 852 de 16 de julho de 2009, que rege a previdência Municipal de Nova Olímpia; Lei Complementar nº 013 de 27/03/2008, que institui a carreira dos servidores do poder executivo do município de Nova Olímpia e da outras providências; e Lei Complementar Municipal n° 055 de 25/05/2017, dispõe sobre a concessão de revisão geral anual da perda salarial aos servidores municipais, e da outras providencias;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Maria da Silva Ferreira,** brasileira, portadora do RG n.º 043688-0 SESP/MT e do CPF n.º 503.703.911-87, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Serviços Públicos, Classe "C", Nível "09", matriculada sob o nº 97, lotada na Secretaria Municipal de Administração, contando com 30 (trinta) anos e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, calculado com base na remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do SIMPREV nº. **2018.04.00021P**, a partir da data de 10/04/2018, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de**10 de Abril de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia/MT, 17 de abril de 2018.

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 100/2018

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instru-

mentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora **DILMA APARECIDA GONÇALVES VOINAROSKI**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.755.565-5 SSP/SP e do CPF nº. 742.198.479.87**,** como **Titula**r e o servidor **GILBERTO DE SOUZA PAIXÃO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.254.553-8 SSP/MT e do CPF nº. 864.561.131.72 como **SUPLENTE**, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO 015/2018,** com Objeto de: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÁ CARREGADEIRA, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL NAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,** a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de abril de 2018.

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/04/2018 a 13/05/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 099/2018

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o servidor **ARMANDO DE SOUSA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 38023185-2 SSP/SP e do CPF nº. 017.866.721.89**,** como **Titula**r e o servidor **ROMAR ALVES DA ROCHA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.241.176-3 SSP/MT e do CPF nº. 032.671.711.05 como **SUPLENTE**, para exercer a função de **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 021-2018, 022-2018 e 023-2018,** com Objeto de: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA E NO DISTRITO DE VILA ATLÂNTICA,** a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de abril de 2018.

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/04/2018 a 13/05/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 101/2018

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Srtª **ARIADNE PANIER FONSECA LEMOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18260748 SSP/MT e do CPF nº. 033.871.261.58**,** como **Titula**r e o servidor **FRANCISCO SEBASTIÃO FELIPE**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 526.797 SSP/MT e do CPF nº. 415.123.401.20 como **SUPLENTE**, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO 016/2018 e 017/2018,** com Objeto de: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA E NO DISTRITO DE VILA ATLÂNTICA,** a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2018.

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/04/2018 a 16/05/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018.

TIPO: MAIOR PENCENTUAL DE DESCONTO

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, a critério da Administração torna público, para conhecimento dos interessados, que prorroga a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 04 de Maio de 2018, ás 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Peças Originais ou Genuínas para Frota do Município de Nova Santa Helena-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça João Alberto Zaneti s/nº, Centro – Setor Leste - Nova Santa Helena/MT e no site www.Nova Santa Helena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 17 de Abril de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 209/2018

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 209/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **ANA MONTEIRO DA SILVA** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **019173422001-6 SSP/MA** inscrito (a) no CPF sob o n° **017.973.053-36**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde, no **Distrito de Agua Limpa**, **durante o período de 17 de Abril de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 1.135,04 (Hum Mil e Cento e Trinta e Cinco Reais e Quatro Centavos)**, correspondentes a 40 (quarenta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

07.002.10.301.0028.2046.319004000000.0387

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 17 dia do mês de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANA MONTEIRO DA SILVA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665. 631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.252, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.252, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marina Silva dos Santos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 49, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25/2/2009 a 24/2/2014.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 1/4/2018 a 30/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.253, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.253, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Jair Braga**, Motorista, Matrícula Funcional 763, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/4/2017 a 9/4/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/5/2018 a 31/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.254, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.254, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Lúcia Leite Soares**, Técnica em Radiologia, Matrícula Funcional 3731, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 7/8/2017 a 6/2/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 14/5/2018 a 2/6/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.204, DE 16 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.204, DE 16 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre atualização da Unidade Padrão Fiscal do município de Nova Xavantina, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe a Lei Municipal n.º 921, de 21 de dezembro de 2001, *Código Tributário Municipal – CTM*, alterada através da Lei Municipal n.º 1.976, de 29 de dezembro de 2016, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 921/2.001, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria;

- Considerando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado no período de janeiro (0,23%), fevereiro (0,18%) e março/2018 (0,07%); **Decreta:**

Art. 1º Fica atualizada a *Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina – UPF/NX* , em 0,48% referente aos período de 1/2018 a 3/2018, que passará de R$ 30,98 (trinta reais e noventa e oito centavos) para R$ 31,12 (trinta e um reais e doze centavos).

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 16 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.203, DE 13 DE ABRIL DE 2018

DECRETO N.º 3.203, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Aprova o desmembramento de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na ***Certidão 004/2018***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9,

- considerando despacho favorável da Procuradora Geral do Município, **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembrado do lote locado sob o nº 01 quadra 25, Bairro Jardim Oliveira, nesta cidade, com área de 450,00m²**, devidamente Matriculado sob n.º 6.810 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Dheymisi Aparecido Brilhante Delatore***, portadora do CI/RG n.º 2.361.720-9-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 057.564.431-18, residente e domiciliada nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de 225,00m², denominado de **Lote 01-A da Quadra 25**, Bairro Jardim Oliveira, nesta cidade, de **Luzia Borges da Silva Santana**, portadora do CI/RG n.º 15339602-SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 002.640.871-60, residente e domiciliado em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Maceió, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 01, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para o lote 18, medindo 15,00 metros e fundo para o lote 02, medindo 15,00 metros, tudo em conformidade com ART 2921740, memoriais descritivos e mapas da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – Engenheiro Agrônomo/Agrimensor – CREA 022232-MT, que integram o presente Decreto.

II – lote remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de 225,00m², denominado de **Lote 01 da Quadra 25**, Bairro Jardim Oliveira, nesta cidade, de propriedade de **Dheymisi Aparecido Brilhante Delatore**, já qualificado no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Três Lagoas, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 02, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para a Rua Maceió, medindo 15,00 metros e fundo para o lote 01-A, medindo 15,00 metros, tudo em conformidade com ART 2921740, memoriais descritivos e mapas da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – Engenheiro Agrônomo/Agrimensor – CREA 022232-MT, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Divisão de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.255, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.255, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Veronilia Gomes Ferreira**, Atendente, Matrícula Funcional 156, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/9/2016 a 31/8/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 16/4/2018 a 30/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.201, DE 10 DE ABRIL DE 2018

DECRETO N.º 3.201, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Decreta feriado municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

- Considerando as festividades alusivas ao Aniversário de Fundação e Emancipação Político-Administrativa de Nova Xavantina – MT, **Decreta**:

Art. 1º Fica decretado Feriado Municipal no dia **14 de abril de 2018** (sábado), data histórica dedicada ao Aniversário de Fundação do Município.

Parágrafo único. Excluem-se do Feriado Municipal de que trata o "*caput*" deste artigo, os serviços emergenciais do Hospital Municipal Dr. *Daércio de Oliveira Morais* e os escalonamentos de trabalho de acordo com a demanda de cada Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.200, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.200, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Messias Ribeiro dos Santos**, Professora, Matrícula Funcional

3109, da Classe/Nível C/03 para a Classe/Nível C/04, período aquisitivo 1/4/2015 a 2/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.199, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.199, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Mendonça de Oliveira**, Professora, Matrícula Funcional 1390, da Classe/Nível C/04 para a Classe/Nível C/05, período aquisitivo 3/4/2015 a 2/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.198, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.198, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ivania Diva Matos Pinheiro**, Professora, Matrícula Funcional 1389, conforme discriminado abaixo:

I - da Classe/Nível C/03 para a Classe/Nível C/04, período aquisitivo 3/4/2012 a 2/4/2015;

II – da Classe/Nível C/04 para a Classe/Nível C/05, período aquisitivo 3/4/2015 a 2/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.197, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.197, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Dejanira Eloy Cardoso**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 1392, da Classe/Nível C/04 para a Classe/Nível C/05, referente ao período aquisitivo 3/4/2015 a 2/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.196, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.196, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Suzete Madair Rosa Miranda***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.195, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.195, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Shirley Vitorino dos Santos***, Atendente, Matrícula Funcional 1391, da Classe/Nível A/04 para a Classe/Nível A/05, referente ao período aquisitivo 3/4/2015 a 2/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.256, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.256, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Noeli Reinheimer**, Atendente, Matrícula Funcional 52, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 9/3/2016 a 8/3/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 7/5/2018 a 5/6/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.194, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.194, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Sheila Pereira Costa***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3606, da Classe/Nível E/02 para a Classe/Nível E/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.193, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.193, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Sávio Luis Faria Rodrigues***, Fiscal de Serviços Públicos, Matrícula Funcional 3613, da Classe/Nível E/02 para a Classe/Nível E/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.192, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.192, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Sanzia Silvestre Marques Balestrin***, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3617, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.191, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.191, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Perillo José Sabino Nunes***, Biólogo, Matrícula Funcional 3611, da Classe/Nível G/02 para a Classe/Nível G/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.190, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.190, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Maria Creuza Alves dos Santos***, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3583, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.189, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.189, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Marcelia Martins Mendonça***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3608, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.188, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.188, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Luciana Antunes Fernandes de Souza***, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3612, da Classe/Nível F/02 para a Classe/Nível F/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.187, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.187, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de*

Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Kátia Regina Batista***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3616, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.186, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.186, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Juscelino da Rocha Reis***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3619, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.185, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.185, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Elisvania Fernandes Galdino***, Atendente, Matrícula Funcional 3609, da Classe/Nível A/02 para a Classe/Nível A/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.184, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.184, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Catarina Charlot Luiza Alexandrina Wehren de Moraes Rodrigues Borges Dickstein***, Fiscal de Serviços Públicos, Matrícula Funcional 3615, da Classe/Nível E/02 para a Classe/Nível E/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.183, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.183, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Carlos Silvério Ribeiro**, Fiscal de Serviços Públicos, Matrícula Funcional 3614, da Classe/Nível E/02 para a Classe/Nível E/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.182, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.182, DE 9 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Andréia Ferreira da Silva**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3584, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, referente ao período aquisitivo 2/4/2015 a 1/4/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.180, DE 3 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO N.º 3.180, DE 3 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a anulação de Título Definitivo de Propriedade e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando Ação que tramitou junto ao Fórum da Comarca de Nova Xavantina (MT) – autos 1885-50.2011.811.0012 – Código 38341 – Espécie: *Ordinária de Nulidade de Ato jurídico c/c Adjudicação Compulsória*;

Considerando Sentença exarada nos Autos em referência, em 5 de junho de 2014, que, *in verbis*: "*I. **Declaro nulo** o título de Propriedade n. 3.945, expedido pelo Município de Nova Xavantina, devendo ser averbada a nulidade junto às matrículas 15.478 e 15.479 no CRI local*";

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública;

Decreta:

Art. 1º De acordo com a Sentença Judicial exarada nos Autos 1885-50. 2011.811.0012 – Código 38341 – Espécie: *Ordinária de Nulidade de Ato Jurídico c/c Adjudicação Compulsória*, determinar a anulação do Título Definitivo de Propriedade nº 3.945, expedido em favor de *Francisco Machado Silva*, bem como que seja expedido Título de Propriedade ao Sr. *Francisco Machado da Silva Filho*.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 3 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.257, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.257, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Kelly Lane Alves Marques**, Agente de Combate as Endemias - ACE, Matrícula Funcional 3660, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/7/2016 a 30/6/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/5/2018 a 31/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.258, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.258, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Lilian da Rocha**, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2016 a 14/4/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/5/2018 a 23/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.259, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.259, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marlene de Lourdes Gonçalves**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 584, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2015.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 1/5/2018 a 30/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2018

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2018

"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ***MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT****, E A* ***ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA XAVANTINA – APAE*** *PARA FINS QUE SE ESPECIFICA.*

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024. 045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Ney Weliton do Nascimento**, brasileiro, casado, portador do CI/RG n.º 90044-RR, inscrito no CPF sob o n.º 383.120.692-91, residente e domiciliado nesta cidade, designados neste ato como sendo CONVENENTE e do outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA XAVANTINA – APAE**, inscrita no CNPJ sob n.º 86.865. 110/0001-31, com sede administrativa na Rua João Pessoa, 85 – bairro Setor Nova Brasília - cidade de Nova Xavantina - MT, representada pelo seu Presidente **Gilvany Caetano de Brito**, brasileiro, portadora do RG nº 903271-SSP/MT e do CPF nº 568.080.541-34, residente e domiciliado na Rua São Miguel, 144, Nova Xavantina - MT, designado neste ato como sendo CONCEDENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º 1.915, de 18 de fevereiro de 2016, e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e **IN SCV Nº 001/2010**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo município de Nova Xavantina, MT para custear despesas da **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA XAVANTINA – APAE** de Nova Xavantina, MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;

c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;

d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;

e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONVENENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;

b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados.

c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

d) Movimentar os recursos financeiros em conta especifica para o convênio;

e) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;

f) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;

g) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;

h) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O Valor do presente Convênio é de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) que serão repassados pela CONCEDENTE, em 12 parcelas mensais de R$ 6.000,00 (seis mil reais) todo dia 20 à COVENENTE e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 09.001.08.242.0127.2053.3350. 43.00.00.00 - 0375.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONVENENTE.

§ 1º A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, anexo I, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio;

§ 2º Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA XAVANTINA – APAE;**

§ 3º A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no período de 03 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio, podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, 3 de janeiro de 2018

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

Gilvany Caetano de Brito

Presidente da APAE - NX

Testemunhas:

1._____

Nome

CPF

2._____

Nome

CPF

SECRETARIA DE GABINETE
TERMO DE CONVÊNIO N.º 002/2018

TERMO DE CONVÊNIO N.º 002/2018

*Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Nova Xavantina – MT e a **Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina - MT,** para fins que especifica.*

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **João Batista Vaz da Silva** - Cebola, brasileiro, casado, Advogado, portador do CI/RG n.º 1392532-SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 282.509.151-00, residente e domiciliado na Rua Santrém, n.º 250, Centro do setor Nova Brasília, nesta cidade, designados neste ato como sendo CONCEDENTE e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DA VILA DO TÊNIS DE NOVA XAVANTINA**, inscrita no CNPJ n.º 15.633.733/0001-30, com sede na R. Vereador Manuel Brito, n.º 18, nesta cidade, representada pelo Sr. **Cassiano Couto Finatti**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 159.109.218-35, residente e domiciliado na Rua 2D, n.º 65, setor Nova Brasília, nesta cidade, designado neste ato como sendo CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º 1.995, de 22 de março de 2017 e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações e **IN SCV Nº 001/2010**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo Município/Secretaria Municipal de Educação a Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina, a fim de atender a 80 (oitenta) crianças e adolescentes carentes que correm algum risco social, da rede municipal de ensino com aulas de tênis, a serem ministradas na sede da referida Entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;

c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;

d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;

e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONVENENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;

b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados e relatório de cumprimento do objeto.

c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

d) Movimentar os recursos financeiros em conta especifica para o convênio;

e) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;

f) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;

g) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;

h) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O Valor do presente Convênio é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) que serão repassados pela CONCEDENTE, a quantia mensal de R$ 2. 000,00 (dois mil reais) todo dia 20 à CONVENENTE e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária : 006 – Divisão de Cultura

Função: 13 – Cultura

Sub-função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0114 – Cultura

Projeto Atividade: 2038 – Manutenção da Divisão Cultura

Elemento: 3350430000 – 0199 - Subvenções Sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONCEDENTE.

§ 1º. A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, Anexo I e Relatório de Cumprimento do Objeto – Anexo II, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio.

§ 2º. Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO DA VILA DO TÊNIS DE NOVA XAVANTINA.**

§ 3º. A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio compreenderá o período de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

O presente Convênio terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, 15 de janeiro de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Cassiano Couto Finatti

Associação da Vila do Tênis de Nova Xavantina

Testemunhas:

1._____

Nome

CPF

2._____

Nome

CPF

SECRETARIA DE GABINETE
TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2018

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2018

*"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT** E A **ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS** PARA FINS QUE SE ESPECIFICA".*

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **João Batista Vaz da Silva - Cebola**, brasileiro, casado, portador do CI/RG n.º 1392532-SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 282.509.151-00, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro do Setor Nova Brasília, nesta cidade, designados neste ato como sendo CONCEDENTE e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS**, inscrita no CNPJ sob n.º 08.785.773/0001-32, com sede administrativa na Rua Leonardo Vilas Boas, nº 101, bairro Setor Xavantina - cidade de Nova Xavantina - MT, representada pela sua Diretora Irmã **Cecília Galhardo**, brasileira, religiosa, portador do RG nº 11965842-SSP/SP e do CPF nº 756.298.796-34. residente e domiciliado em Nova Xavantina - MT, designado neste ato como sendo CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º 1.916, de 18 de fevereiro de 2016 e suas alterações posteriores e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações e **IN SCV Nº 001/2010**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo município de Nova Xavantina, MT para custear despesas da **ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS** de Nova Xavantina, MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;

c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;

d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;

e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONCEDENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;

b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados.

c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

d) Movimentar os recursos financeiros em conta especifica para o convênio;

e) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;

f) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;

g) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;

h) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O Valor do presente Convênio é de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)todo dia 20 à COVENENTE e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 09.001.08.242.0127. 2053.3350.43.00.00.00 - 0375.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONCEDENTE.

§ 1º. A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, Anexo I, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio;

§ 2º. Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS**;

§ 3º. A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no período de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio, podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, 15 de janeiro de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Irmã **Cecília Galhardo**

Diretora

Testemunhas:

1._____

Nome

CPF

2._____

Nome

CPF

LEI MUNICIPAL N.º 1.916, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar convênio, e dá outras providências.

O ***Prefeito do Município de Nova Xavantina***, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio no valor de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) com a **Associação do Centro Missionário Coração de Jesus** de Nova Xavantina – MT, inscrita no CNPJ n.º 08.785.773/0001-32.

Parágrafo único. O Convênio de que trata o *caput* deste artigo, terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de fevereiro de 2016

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2018

TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2018

"Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Nova Xavantina – MT e o Sindicato Rural de Nova Xavantina, para fins que se especifica".

O **Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **João Batista Vaz da Silva - Cebola**, brasileiro, casado, portador do CI/RG n.º 1392532-SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 282.509.151-00, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, Setor Nova Brasília, nesta cidade, designado neste ato como sendo **CONCEDENTE** e do outro lado O **Sindicato Rural de Nova Xavantina – MT**, inscrito no CNPJ sob o n.º 15.372.220/0001-13, com sede na Rua Sergipe, n.º 233, setor Nova Brasília, nesta cidade, representado pelo seu Presidente **Endrigo Dalcin**, brasileiro, casado, portador do CI/RG nº 879709-SSP/MT, inscrito no do CPF nº 550.267.961-68, residente e domiciliado em Nova Xavantina - MT, designado neste ato como sendo **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Municipal n.º 2.067, de 16 de março de 2018, no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas atualizações, **IN SCV Nº 001/2010** e demais legislação que trata da matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de forma parcelada do valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) ao Sindicato Rural de Nova Xavantina – MT, que serão destinados exclusivamente para o custeio das despesas provenientes da realização da ***Festa de Rodeio de Nova Xavantina - 2018***, referente ao dia **16 de maio de 2018**, com entrada gratuita a todos os munícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE

a) Efetuar a transferência de forma parcelada dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;

c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;

d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;

e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento.

II – DA CONVENENTE

a) Não utilizar os recursos recebidos da CONVENENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio;

b) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados, acompanhados dos respectivos documentos fiscais;

c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

d) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros ao Tesouro Municipal;

e) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;

f) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura, quando em missão de fiscalização e auditoria;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O Valor do presente Convênio é de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), que será repassado em 03 (três) parcelas ao Sindicato Rural, de acordo com a disponibilidade financeira do município e, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar

Unidade: 003 – Divisão de Agricultura e Reforma Agrária

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0128 – Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 2054 – Administração dos Órgãos da Secretaria de desenvolvimento Econômico

Elemento: 3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 100000000

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a 01 (uma) via arquivada, por 05 anos, pela CONVENENTE.

§ 1º O recursos financeiros de que trata este Convênio, serão destinados exclusivamente para o custeio das despesas provenientes da realização da ***Festa de Rodeio de Nova Xavantina - 2018***, referente ao dia **16 de maio de 2018**, com entrada gratuita a todos os munícipes.

§ 2º O Sindicato Rural de Nova Xavantina – MT, deverá prestar contas dos recursos repassados, através de relatórios, acompanhados de documentos fiscais, no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização do evento, sob pena das sanções legais.

§ 3º A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros legais de acordo com o preconizado na legislação.

§ 4º Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **Sindicato Rural de Nova Xavantina - MT.**

§ 5º Caso o Sindicato Rural de Nova Xavantina – MT não comprove em sua integralidade as despesas, deverá promover a restituição do saldo remanescente a este ente público.

§ 6º Em conformidade com o § 1º do art. 1º da Lei Municipal n.º 930/2001, fica fixado que o dia 16 de maio de 2018, custeado com recursos públicos será realizado de portões abertos à população, garantindo a gratuidade a todos os interessados em participar do evento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no **período de 11 de abril de 2018 a 18 de junho de 2018**, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT., para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, 11 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Endrigo Dalcin

Presidente do Sindicato Rural de Nova Xavantina - MT

Testemunhas:

1._____

Nome

CPF

2._____

Nome

CPF

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.260, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.260, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Sabrina Garcia Toledo**, Fonoaudióloga, Matrícula Funcional 3528, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/8/2016 a 31/7/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 13/4/2018 a 27/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.261, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.261, DE 6 DE ABRIL DE 2018

*Dispõe sobre a exoneração de **Erika Regina Cassiano Ribeiro** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal ***Erika Regina Cassiano Ribeiro***, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4112, que exercia a função lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 7.633/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 2 de abril de 2018.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.262, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.262, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **José Martins Vieira**, Motorista, Matrícula Funcional 191, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 28/2/2017 a 28/2/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/5/2018 a 31/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.263, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.263, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 8.828/2017, que dispõe sobre a readaptação de servido(a) público(a) municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto no art. 35 e parágrafos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

Art. 1º A Portaria n.º 8.828, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a "*readaptação de **Letícia Maria da Silva Saad**, servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) – Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 621"*, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar

Leia-se:

Apoio Administrativo Educacional – Manutenção da Infraestrutura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.264, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.264, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Selma Leite Soares Arcanjo**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 3811, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2017 a 14/4/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/5/2018 a 31/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.265, DE 9 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.265, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 8.210/2017, que dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.251, de 25 de junho de 2007, que *Dispõe sobre a Reestruturação do Conselho Municipal de Saúde e Gestão do SUS no âmbito do Município e dá outras providências* e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º As alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso I, a alínea "b" do inciso II e as alíneas "a" dos incisos III e IV do art. 1º da Portaria n.º 8.210, de 6 de abril de 2017 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - .....
.....

.....
.....

c) Representantes do Lions Club

Titular: João Ailton Barbosa

Suplente: Valdivino Antonio da Costa

d) Representantes da Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Ministério Madureira

Titular: Cícero Roberto Silva França

Suplente: Divino Elias Francisco

e) Representantes da Maçonaria "Serra do Roncador"

Titular: José Vilar da Costa

Suplente: Nélio Tiago Leal

f) Representante do Sindicato Rural

Titular: Endrigo Dalcin

Suplente: Carlos Alberto Petter

II - .....
.....

.....
.....

b) Representantes da UNEMAT

Titular: Joaquim Manoel da Silva

Suplente: Elaine Silvia Dutra

III - .....
.....

.....
.....

a) Representantes do Conselho Regional de Odontologia – CRO-MT

Titular: Marcella de Paiva Rocha

Suplente: Diliege Vieira de Rezende

IV - .....
.....

.....
.....

a) Representantes do Laboratório de Análises Clínica

Titular: Maria Aparecida Oliveira de Menes

Suplente: Elizabete Alves Ataides

.....
.

.....
.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 9 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.266, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.266, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, de acordo com o Decreto n.º 3.109, de 22 de janeiro de 2018 que ***Regulamenta os procedimentos para a realização de Perícias Médicas dos servidores públicos civis do Município de Nova Xavantina – MT, e dá outras providências*** e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ednair dos Santos Beserra**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1950, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 2/4/2018 a 9/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.267, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.267, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, de acordo com o Decreto n.º 3.109, de 22 de janeiro de 2018 que *Regulamenta os procedimentos para a realização de Perícias Médicas dos servidores públicos civis do Município de Nova Xavantina – MT, e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

- Considerando *licença médica* concedida através da Portaria n.º 9.039/2018, que compreendeu o período de 7/2/2018 a 7/4/2018; **resolve:**

Art. 1º Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Lindomar Ramos Campos**, Professor, Matrícula Funcional 267, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período compreendido de 8/4/2018 a 8/6/2018, custeadas pelo Fundo Municipal de Previdência Social - PREVINX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.268, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.268, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Airson Caetano de Moura**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 25/4/2015 a 24/4/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 14/3/2018 a 23/3/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.269, 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.269, 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando o disposto no Ofício nº 119/SMS/2018 e Registro de Boletim de Ocorrência – Delegacia de Polícia Civil de Nova Xavantina;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelo servidor público municipal efetivo – ***Jair Antonio Pavan,*** **Motorista de Veículo de Emergência**, Matrícula Funcional 4183, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8.474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do servidor, para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.270, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.270, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.239/2018 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º O parágrafo único da Portaria n.º 9.239 de 3 de abril de 2018, que *concede 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Eva Matias Pereira****, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 960, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 23/12/2016 a 22/12/2017*, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
....

Art. 1º .....
....

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 9/4/2018 a 8/5/2018.

.....
....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.244, DE 3 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.244, DE 3 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Álvaro Rizzardi**, Médico Generalista 20 horas, Matrícula Funcional 383, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/11/2015 a 31/10/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 12/4/2018 a 21/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.191, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA N.º 9.191, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Acompanhamento de Obras e Comissão de Representantes do Empreendimento, *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; resolve:

Art. 1º Nomear **Comissão de Acompanhamento de Obras** e **Comissão de Representantes do Empreendimento,** para acompanhar a execução das obras referente ao **Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**, conforme discriminado abaixo:

I – Dados necessários:

a) Cádia Ângela Berti, Assistente Social, portadora do CI/RG n.º 4500713-SSP/SC, inscrita no CPF sob o n.º 036.170.559-07;

b) Valdivino Antonio da Costa, Representante da Prefeitura Municipal, portador do CI/RG n.º 505.446-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 318.666. 201-00.

II – CRE - Comissão Responsável pelo Empreendimento:

a) Valdivino Rufino da Costa, portador do CI/RG n.º 16366018-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 029.831.631-56 – representante dos beneficiários;

b) Sandra Aparecida de Matos Sales, portadora do CI/RG n.º 18373542-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 017.517.681-71 – representante dos beneficiários;

c) Narcisa Ferreira de Jesus, portadora do CI/RG n.º 668.025-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 871.308.071-72 – representante da Entidade Organizadora;

III – CAO - Comissão de Acompanhamento de Obras:

a) Doraci Nascimento das Neves Fonseca, portador do CI/RG n.º 1065797-5-SSP/MT, inscrito no CPF n.º 815.402.561-20 – representante dos beneficiários;

b) Maiana Zilli, portadora do CI/RG n.º 1960999-0-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 030.551.981-66 – representante dos beneficiários;

c) Leila Ferreira da Silva, portadora CI/RG n.º 1.457.671-6-SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.751-78 – representante da Entidade Organizadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 9.052/2018.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.271, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.271, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.247/2018 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria n.º 9.247, de 3 de abril de 2018 que *concede 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Ilda Francisco Campos dos Santos****, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 36, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/12/2015 a 14/12/2016*, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
....

Art. 1º .....
....

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 7/4/2018 a 21/4/2018.

.....
....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.272, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.272, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 8.223/2017 que dispõe sobre a cedência de Edivaldo Celestino Barbosa e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando requisição da Juíza Eleitoral da 26ª Zona Eleitoral, da Comarca de Nova Xavantina - MT;

- Considerando o disposto no Ofício nº 035/2018 26ª ZE-MT, que comunica a primeira prorrogação da requisição do servidor Edivaldo Celestino Barbosa, através da Portaria nº 68/2018/TER-MT; **resolve:**

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria n.º 8.223, de 19 de março de 2017 que *cede o servidor público municipal* ***Edivaldo Celestino Barbosa*** *– Matrícula Funcional n.º 79, Assistente Administrativo,para desempenhar as atribuições inerentes ao cargo, junto ao Cartório da 26ª Zona Eleitoral da Comarca de Nova Xavantina – MT*, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 1º .....

Parágrafo único. A cedência de que trata o *caput* deste artigo, será pelo período de 01 (um) ano, tendo a primeira prorrogação, por mais 01 (um) ano, com efeitos a partir de 11/05/2018.

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.273, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.273, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Francisca Matos de Sousa, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 30, § 1º e § 2º da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que **reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências**, de acordo com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,

e em consonância com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.835, de 21 de outubro de 2014, que **institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências**, **resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Francisca Matos de Sousa, brasileira, portadora do CI/RG nº 0162885-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 208. 679.801-68, portadora do Título de Eleitor nº 007171501813, efetiva no cargo de Professora, classe "C/08", Matrícula Funcional 88, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu para os Regimes Previdenciários de 01 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1992; 01 de março de 1993 a 24 de fevereiro de 1994; totalizando 1.060 dias, 02 anos, 10 meses e 27 dias para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e no período de 25 de fevereiro de 1994 a 31 de março de 2018, totalizando 8.795, dedução de licenças de 730 dias, totalizando 8.065 dias, 22 anos, 01 mês e 27 dias para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando 9. 125 dias, 25 anos, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2018.09.00000007, a partir de 01 de abril de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 10 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.274, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.274, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Izabel Silveira Dias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 30, § 1º e § 2º da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que **reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências**, de acordo com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e em consonância com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.835, de 21 de outubro de 2014, que **institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências**, **resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** da servidora **Izabel Silveira Dias**, brasileira, portadora do CI/RG nº 0833414-5 SESP/GO, inscrita no CPF sob o nº 468.579.821-04, portadora do Título de Eleitor nº 169773818/64, efetiva no cargo de Professora, classe "C/08", Matrícula Funcional 100, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu no período de 01 de abril de 1993 a 31 de março de 2018, totalizando 9.125, 25 anos para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2018.09.00000006, a partir de 01 de abril de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.275, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.275, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Sandra Regina Zanardi Cardoso, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 30, § 1º e § 2º da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que **reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências**, de acordo com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e em consonância com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.835, de 21 de outubro de 2014, que **institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências**, **resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Sandra Regina Zanardi Cardoso, brasileira, portadora do CI/RG nº 4.204.010-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 950.262.071-20, portadora do Título de Eleitor nº 154905818/05, efetiva no cargo de Professora, classe "C/09", Matrícula Funcional 143, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu para os Regimes Previdenciários de 09 de abril de 1987 a 28 de fevereiro de 1990, para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, totalizando 1.056 dias, 02 anos, 10 meses e 22 dias e no período de 25 de fevereiro de 1994 a 31 de março de 2018, totalizando 8.795 dias, 24 anos, 01 mês e 04 dias para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando 9.851 dias, 26 anos, 11 meses e 26 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2018.09.00000005, a partir de 01 de abril de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.276, DE 10 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.276, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Idade do servidor Sebastião Reis da Cruz, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, § 1º, Inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, de acordo com art. 31 da Lei Municipal nº 1. 189, de 02 de outubro de 2006, que reestrutura o, RPPS – Regime Próprio

de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, combinado com o art. 266 da lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que **dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade** ao servidor **Sebastião Reis da Cruz**, brasileiro, portador do CI/RG nº 1273741 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 327.639.721-87, portador do Título de Eleitor nº 22950318/21, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "A/06", Matrícula Funcional nº 411, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, e contribuiu no período de 21 de junho de 2002 a 31 de março de 2018 para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando 5.759 dias, 15 anos, 09 meses e 11 dias, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2017.01.00000002, a partir de 01 de abril de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.277, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.277, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Kariny Nara Medeiros da Silva**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4106, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/6/2016 a 1/6/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 2/5/2018 a 11/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.278, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.278, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Thiago Jocélio Moreira Sales**, Fiscal Sanitário, Matrícula Funcional 3410, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2016 a 2/11/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 2/5/2018 a 31/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.279, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.279, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Vera Lúcia Alves Teixeira**, Atendente, Matrícula Funcional 3813, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2016 a 14/4/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 5/5/2018 a 4/6/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.280, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.280, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ednair dos Santos Beserra**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1950, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2013 a 2/1/2018.

Parágrafo único. A licença prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 11/4/2018 a 9/6/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.281, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.281, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Divina Nascimento das Neves Preto**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3399, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2016 a 3/10/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 1/5/2018 a 30/5/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.293, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.293, DE 13 DE ABRIL DE 2018

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 006/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Jurimirim Materiais para Construção Ltda - ME***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização d**a **Ata de Registro de Preços nº 006/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 006/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.292, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.292, DE 13 DE ABRIL DE 2018

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 005/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Coxipó Materiais Elétricos Ltda***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização d**a **Ata de Registro de Preços nº 005/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 005/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.251, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.251, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Iracema Maria Berté**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1961, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2016 a 2/1/2017.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 9/4/2018 a 23/4/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.282, DE 11 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.282, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de Manoel Alves de Jesus, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Manoel Alves de Jesus***, portador do CI/RG n.º 0327190-0-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 276.686.571-34, que exercia a função comissionada de Chefe da Divisão de Iniciação Esportiva, junto a Secretaria Municipal Esportes.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.277/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.283, DE 11 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.283, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Manoel Alves de Jesus, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Manoel Alves de Jesus***, portador do CI/RG n.º 0327190-0-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 276.686.571-34, para exercer a função comissionada de Secretário Municipal de Esportes, junto a Secretaria Municipal Esportes, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.285, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N.º 9.285, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Eliany Varanda Carvalho**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3524, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25/4/2015 a 24/4/2016.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreendeu o período de 31/5/2018 a 9/6/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.286, DE 11 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.286, DE 11 DE ABRIL DE 2018

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal de termo de convênio**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.067, de 16 de março de 2018 que *Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros a terceiros e dá outras providências*;

Considerando o **Termo de Convênio n.º 004/2018** firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e o ***Sindicato Rural de Nova Xavantina - MT***que tem por objeto *o repasse de forma parcelada do valor de R$ 150. 000,00 (cento e cinqüenta mil reais) ao Sindicato Rural de Nova Xavantina – MT, que serão destinados exclusivamente para o custeio das despesas provenientes da realização da **Festa de Rodeio de Nova Xavantina - 2018**, referente ao dia **16 de maio de 2018**, com entrada gratuita a todos os munícipes*, **resolve**:

Art. 1º Nomear **Arinos Oliveira Serpa**, Assistente Administrativo – Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar, Matrícula Funcional 3580 e **Murilo Passarelli**, Biólogo, Matrícula Funcional 3909, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar, para atuar na fiscalização da execução do **Termo de Convênio n.º 004/2018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições, competências e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar e o **Termo de Convênio n.º 004/2018** especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.287, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.287, DE 13 DE ABRIL DE 2018

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a ***Ata de Registro de Preços nº 053/2.016***, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Contínua Comércio e Serviços de Sinalização Eirelli - EPP*** que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal nas vias da cidade de Nova Xavantina - MT*, **Pregão Presencial n.º 036/2016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***João Felix Barbosa***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 465 e ***Célio Teixeira da Silva***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 545, respectivamente titular e suplente, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços n.º 053/2.016** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório e da **Ata de Registro de Preços nº 053/2.016** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.879/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.288, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.288, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 001/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Elétrica Luz Comercial de Materiais Elétricos Ltda - ME***que tem por objeto a *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização d**a **Ata de Registro de Preços nº 001/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 001/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.289, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.289, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 002/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Goiano Produtos e Serviços Eirelli - ME***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização d**a **Ata de Registro de Preços nº 002/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 002/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.290, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.290, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 003/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Mudar Comércio de Mat. De Constr. Ferram. E EPI's Ltda - ME***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização d**a **Ata de Registro de Preços nº 003/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 003/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.291, DE 13 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA N.º 9.291, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 004/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Locatelli Materiais para Construção Ltda***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de materiais de construção para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município;* **resolve**:

Art. 1º Nomear **Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca, Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3327, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Esportes, para atuar na fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 004/2.018** em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes da **Ata de Registro de Preços n.º 004/2.018** e demais normas legais e necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de abril de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 089/2018

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidor efetivo, e dá outras providências".

O Ex.mo Sr. **Silvano Pereira Neves,** Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere ao cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica concedido Progressão Funcional ao servidor efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos e Carreira Salarial dos Servidores do Município de Novo Horizonte do Norte/MT, conforme especifica o Art. 24, da Lei Municipal nº 998/2013.

Nome	Cargo	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Novo
Valdinei Cortez Sanches	Motorista II	Nível I	Nível II, Classe A - 10%

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 17 de abril de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 088/2018

"Dispõe sobre a concessão de férias".

Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **AGEU SOUZA DE LIMA,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura no cargo de **MOTORISTA II**, referente ao período aquisitivo de 2016/2017 a partir de 17/04/2018 a 16/05/2018.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições contrárias

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 17 de abril de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°. 002/2018/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Novo Mundo – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente;

RESOLVE:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia nove do mês de abril do ano de 2018, conforme registrado na ata nº 004/2018, após apresentação e avaliação foi ***Aprovado o Plano de Ação Cofinanciamento do Governo do Estado - FEAS.***

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo - MT, 09 de abril de 2018.

_____

Simone Pereira da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°. 001/2018/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Novo Mundo – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente;

RESOLVE:

Art.1° De acordo com a reunião ordinária realizada no dia 14 do mês de março do ano de 2018, conforme registrado na Ata nº 001/2018, após apresentação e avaliação foi **APROVADO PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017**, **REPROGRAMAÇÃO DO SALDO DOS RECURSO DO COFINANCIAMENTO,** tendo como saldos anteriores as seguintes contas :**Agência 1589-x conta corrente 20246-0 (P MUN NOVO MUNDO MT FUMIS) valor total de 11.695,33; Agência 1589-x conta corrente 26088-6 (COFINANCIAMENTO DO SUAS) valor total de 998,12; Agência 1589-x conta corrente 26682-5 (NOV MUNDO BPC ESCOLA) valor total de 396,38; Agência 1589x conta corrente 26684-1 (NOVO MUNDOBL GBF FNAS) valor total de 8.104,03; Agencia 1589-x conta corrente 26686-8 (NOVO MUNDOBL GSUAS FINAS) valor total de 27.828,41; Agência 1589-x conta corrente 26690-6 (NOVO MUNDOBL PSB FNAS) valor total de 12.484,46**

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo - MT, 14 de março de 2018.

_____

Simone Pereira da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Brilhante s/n, Setor III - Fone 66-3539-6407

E-mail: smasnmundo@hotmail.com

CEP: 78.528-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 060/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **LUZIRENE DOS SANTOS ABREU**, portadora da RG nº 1.525.487-9/SSP-MT e CPF nº 985.698.481-53 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 021/2017 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONFIGURAÇÃO, CABEAMENTO DE REDE E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: ADRIELLE MOREIRA DE SOUSA 01625998112.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 05 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RETIFICADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2018.

No dia 02 de Abril do ano de 2018, compareceram de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2018, Processo Licitatório nº. 010/2018** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção para entrega fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Novo Santo Antônio-MT** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - ME	05.511.353/0001-70	LENITA PEREIRA DOS SANTOS FERNANDES	441.644.241-68
MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA	14.888.303/0001-05	COLEMAR INACIO DA ROCHA FILHO	819.012.081-68
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	00.226.324/0001-42	ALESSANDRO MARTINS MIGUEL	788.729.281-68

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção para entrega fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Novo Santo Antônio -MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME CNPJ:05.511.353/0001-70

Nr. Item	Cd Produto	Descrição Produto	Qtde	UNID	Valor Unitário	Valor Total	Marca
3/433	39012684	MANGUEIRA 3/4 3MM	325,00	METRO	R$ 1,960	R$ 637,00	PLASTILIT
4/433	39012685	MASSA CALAFETAR 350 GR	65,00	UN	R$ 8,940	R$ 581,10	FILETE
12/433	39012695	TUBO DE PVC - TUBO DE PVC , PARA ESGOTO, BRANCO, DN 300MM 6 METROS DE COMPRIMENTO	10,00	UN	R$ 350,000	R$ 3.500,00	PLASTILIT
27/433	39012712	BARRA DE FERRO TRELIÇA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/4X4,2MMX6MM	30,00	UN	R$ 27,000	R$ 810,00	CIFENSA
28/433	39012713	BARRA DE FERRO - DE FERRO, UTILIZADA EM SERVICOS DIVERSOS, COM DIAMETRO DE 3/8 12 MM	25,00	KG	R$ 40,320	R$ 1.008,00	GERDAU
32/433	39012717	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 3/8" COMPRIMENTO 1 METRO	115,00	UN	R$ 4,000	R$ 460,00	CISER
33/433	39012718	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 5/16" COMPRIMENTO 1 METRO	61,00	UN	R$ 3,650	R$ 222,65	CISER
37/433	39012724	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO, TIPO GANCHO, NAS DIMENSOES 366MM X 110MM, PARA SER UTILIZADO EM TELHA DE FIBROCIMENTO.	13,00	KG	R$ 40,000	R$ 520,00	CISER
39/433	39012726	PARAFUSO PARA FIXACAO DE ACESSORIOS HIDRAULICOS - DE LATAO, COM PORCA, DO TIPO SEM CABECA,, NAS DIMENSOES N 10,, DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA, PORCA E ARRUELA, PARA SER UTILIZADO NA FIXACAO DE VASO SANITARIO, LAVATORIO E COLUNA	89,00	UN	R$ 1,940	R$ 172,66	CISER
47/433	39012734	PARAFUSO COM PORCA SOBERBA E ROSCA - DO TIPO CABECA CHATA, NAS DIMENSOES BITOLA 5.5 X 90 MM	210,00	UN	R$ 0,330	R$ 69,30	CISER
48/433	39012735	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO,, TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 1/4¨ X 3 1/2', PARA SER UTILIZADO EM MADEIRA, DEVENDO O PARAFUSO SER ENTREGUE COM PORCA E ARRUELA	89,00	UN	R$ 0,390	R$ 34,71	CISER
50/433	39012737	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 3/8¨ X 5 1/2¨	89,00	UN	R$ 1,160	R$ 103,24	CISER
53/433	39012740	PARAFUSO SEM PORCA PARA FORRO,PONTA AGULHA	3200,00	UN	R$ 0,240	R$ 768,00	CISER
59/433	39012746	BRACO PARA CHUVEIRO - EM ALUMINIO, 40CM 1/2¨ DE ROSCA	30,00	UN	R$ 5,700	R$ 171,00	KRONA
60/433	39012747	BRACO PARA CHUVEIRO - EM PVC, 40CM, 1/2¨, DE ROSCA	59,00	UN	R$ 5,720	R$ 337,48	KRONA
65/433	39012752	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - TRIFASICO DE 5M, CONTENDO QUADRO DE MEDICAO DE ATE 200 AMPERES	10,00	UN	R$ 1.249,000	R$ 12.490,00	MATEL
69/433	39012756	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 5 METROS	10,00	UN	R$ 799,000	R$ 7.990,00	MATEL
70/433	39012757	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 7 METROS	10,00	UN	R$ 949,000	R$ 9.490,00	MATEL
73/433	39012760	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICA, MEDINDO 1,60X 0,55 M, PARA LAVAR LOUCAS	10,00	UN	R$ 148,000	R$ 1.480,00	MARJORITY
75/433	39012762	PIA PARA COZINHA - DE INOX, MEDINDO 1,50X0,52M, PARA LAVAR LOUCAS	12,00	UN	R$ 219,000	R$ 2.628,00	A J RORATO
86/433	39012774	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,, TAMANHO 3	23,00	UN	R$ 9,450	R$ 217,35	CONDOR
88/433	39012776	PORCA - DE ACO, DO TIPO COM FLANGE, COM BITOLA DE DE 3/8	535,00	UN	R$ 0,240	R$ 128,40	CISER
89/433	39012777	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 5/16	535,00	UN	R$ 0,090	R$ 48,15	CISER
92/433	39012781	PORTA - DE CORRER, EM EUCATEX,MEDINDO 2,10X1,50M	3,00	UN	R$ 1.700,000	R$ 5.100,00	HAIALA
98/433	39012788	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 60CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO MEXICANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	UN	R$ 223,000	R$ 5.352,00	GEROTTO
100/433	39012790	PORTA SANFONADA - DE PVC, 0,80M E 60M	15,00	UN	R$ 115,000	R$ 1.725,00	MADEZACO
108/433	39012799	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO SINTETICO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, QUADRADA	28,00	UN	R$ 4,980	R$ 139,44	PLASTBOM
111/433	39012802	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 3 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	METRO	R$ 5,490	R$ 1.811,70	FIOFLEX
118/433	39012809	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO,CILINDRICA,COM TAMPA,CAPACIDADE PARA 2000 LITROS,NA COR AZUL,MEDINDO 0,90 X 1,88M,ESPESSURA DA PAREDE: 6 MM,ESPESSURA DO FUNDO: 6 MM	12,00	UN	R$ 853,000	R$ 10.236,00	FORTLEV
119/433	39012810	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO, EM FORMA CILINDRICA, CAPACIDADE PARA 1000 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 1,49M X 87CM, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 8MM	12,00	UN	R$ 323,000	R$ 3.876,00	FORTLEV
120/433	39012811	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, EM FORMA REDONDA, COM C/TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 670/590MM ALTURA X 1348/1013 DIAMETRO, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6,00MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 6,00MM	12,00	UN	R$ 200,000	R$ 2.400,00	FORTLEV
124/433	39012815	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 150 MM	18,00	UN	R$ 14,900	R$ 268,20	KRONA
129/433	39012821	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 25MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 1,990	R$ 35,82	PLASTILIT
132/433	39012824	CANTONEIRA - EM L, MEDINDO 40,00CM, COM 4 FUROS, NA COR BRANCA	53,00	UN	R$ 9,900	R$ 524,70	STARFER
133/433	39012825	CANALETA DE FERRO - EM FERRO, NO FORMATO QUADRADO, COM 2 M DE COMPRIMENTO	34,00	UN	R$ 42,000	R$ 1.428,00	ALUMBOM
136/433	39012828	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19X39	30,00	KG	R$ 8,600	R$ 258,00	GEDORE

139/433	39012831	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60	30,00	KG	R$ 10,000	R$ 300,00	GERDAU
140/433	39012832	TELHA - DE CERAMICA,CAPOTE PARA TELHA PORTUGUESA	800,00	KG	R$ 3,000	R$ 2.400,00	OURO PRETO
150/433	39012842	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 12X12	40,00	UN	R$ 13,440	R$ 537,60	GERDAU
153/433	39012845	CARRO DE MAO - EM FERRO, PNEU MACICO	11,00	UN	R$ 137,000	R$ 1.507,00	MAESTRO
154/433	39012846	PROLONGAMENTO P/ VLAVULA DE RETENCAO DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 150 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	12,00	UN	R$ 11,900	R$ 142,80	PLASTILIT
155/433	39012847	CATALISADOR MASSA PLÁSTICA- FEITA DE RESINA POLIESTER,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA,COM CAPACIDADE PARA 900GR	32,00	UN	R$ 2,990	R$ 95,68	MASSA FIX
160/433	39012852	QUEROSENE - 900ML	38,00	UN	R$ 11,400	R$ 433,20	GOL
161/433	39012853	PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM LOCAL INTERNO (PEI4),MEDINDO (36X36)CM, EM CORES VARIADAS MASSA DE FABRICACAO CINZA, ABSORCAO DE AGUA MAIOR DE 6%, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, C/APRESENTACAO DO SELO IMETRO	430,00	METRO	R$ 20,000	R$ 8.600,00	CERAMICAS RAMOS
163/433	39012856	CIMENTO 50KG	1700,00	UN	R$ 32,490	R$ 55.233,00	CIPLAN
167/433	39012861	COLA PARA SAPATEIRO - DE RESINA NATURAL E SINTETICA, ACETONA, PARA COLAR BOLSA, SAPATO, CINTO, CARTEIRA, EMBALADA EM LATA CONTENDO 195 G	15,00	UN	R$ 12,400	R$ 186,00	AMAZONAS
168/433	39012862	COMPRESSOR - COMPRESSOR PORTATIL DE AR DIRETO MOTOCOMPRESSOR DE MEMBRANA - ISENTO DE OLEO,COM PRESSAO DE NO MINIMO PSI: 40, - 2,8 BAR,DESLOCAMENTO 65 L/MIN:,MOTOR MONOFASICO COM 04 POLOS COM ROTACAO DE NO MINIMO,POTENCIA DE 1/3 CV,ALIMENTACAO ELETRICA 220VOLTS/60HZ,ACOMPANHA KIT COM: 01 PISTOLA DE PINTURA## 01 BICO DE LIMPEZA## 02 FILTROS RESERVAS PARA MANUTENCAO##,05 METROS DE MANGUEIRAS## MANUAL DE INSTRUCOES.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.ASSISTENCIA TECNICA EM MATO GROSSO	4,00	UN	R$ 720,000	R$ 2.880,00	SCHULUZ
170/433	39012864	CORDA - EM POLIETILENO, MONOFIO VARAL,COM ESPESSURA DE 3MM	64,00	METRO	R$ 0,240	R$ 15,36	RIOMAR
171/433	39012865	CORDA - DE NYLON, COLORIDO, 6MM	64,00	METRO	R$ 0,950	R$ 60,80	RIOMAR
174/433	39012868	CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, NA COR BRANCA, PARA SE USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	64,00	UN	R$ 6,300	R$ 403,20	KRONA
177/433	39012871	LUVA - CONFECCIONADO EM GALVANIZADA, COM DIAMETRO DE DE REDUÇÃO 3/4¨ X 1/2¨, COM ENCAIXE TIPO DE ROSCA	46,00	UN	R$ 3,000	R$ 138,00	KRONA
182/433	39012877	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 1 POLEGADAS, 3/4 NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA FRIA	24,00	UN	R$ 1,140	R$ 27,36	KRONA
183/433	39012878	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 3/4, NA COR MARROM, BRANCO, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS	40,00	UN	R$ 1,530	R$ 61,20	KRONA
190/433	39012915	SERRA SEQUETA	24,00	UN	R$ 5,700	R$ 136,80	STARRET
195/433	39012922	SELANTE - ADEVISO A BASE DE BORRACHA DE SILICONE ACETICO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS -30 A 170°C COM PICOS DE 235ºC,PARA SELAR, VEDAR E CALAFETAR JUNTAS DE VEDACAO DE MOTORES, CAMBIO, BOMBA D AGUA E DE OLEO, CALDEIRAS, SISTEMAS DE AQUECIMENTO E EXAUSTAO, ACABAMENTO DE FORNO E ESTUFAS, INSTRUMENTACOES INDUSTRIAIS E ETC,NAS CORES VERMELHA, PRETA E CINZA, EMBALADO EM TUBO DE 280GR	23,00	UN	R$ 15,900	R$ 365,70	TEKBOND
202/433	39012929	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 30CM	32,00	METRO	R$ 12,000	R$ 384,00	GALVANI
203/433	39012930	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 40CM	32,00	METRO	R$ 14,450	R$ 462,40	GALVANI
204/433	39012931	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 50MM	32,00	METRO	R$ 20,000	R$ 640,00	GALVANI
205/433	39012932	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 1,00CM	32,00	UN	R$ 45,000	R$ 1.440,00	GALVANI
206/433	39012933	SUPORTE P/ ROLO DE PINTURA	21,00	UN	R$ 8,500	R$ 178,50	LUDIANE
207/433	39012934	TINTA EM SPRAY - PARA GRAFITAGEM 360 ML	76,00	UN	R$ 14,800	R$ 1.124,80	COLORIM
208/433	39012935	TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1.00 X 50CM, COM 02 CUBAS	10,00	UN	R$ 120,000	R$ 1.200,00	MARJORITY
216/433	39012944	DISCO DE CORTE - EM INOX,MEDINDO 7 POL,REFORCADO	40,00	UN	R$ 6,900	R$ 276,00	TYROLIT
218/433	39012946	DISJUNTOR - DIFERENCIAL RESIDUAL,BIPOLAR,C,DE 25A,CLASSE DE INTERRUPCAO DE 30MA,220,COM APRESENTACAO DO DO SELO DO INMETRO	14,00	UN	R$ 29,900	R$ 418,60	STECK
244/433	39012985	TINTA - SECAGEM EXTRA RAPIDA,NA COR OCRE COLONIAL,UTILIZADA EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS,PARA PINTURA DE PAREDES OU TEXTURAS 18 LITROS	40,00	UN	R$ 75,000	R$ 3.000,00	IPE
246/433	39012997	TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM), NBR 5640,5639,8055	5130,00	UN	R$ 1,800	R$ 9.234,00	CERAMICA PONTAL
247/433	39012998	TELHA - EM CERAMICA,TIPO PORTUGUESA	7300,00	UN	R$ 1,800	R$ 13.140,00	CERAMICA PONTAL
248/433	39012999	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44X0,50M X 6MM	250,00	UN	R$ 14,950	R$ 3.737,50	ETERNIT

249/433	39013000	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 3,66MM	105,00	UN	R$ 81,950	R$ 8.604,75	ETERNIT
250/433	39013005	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS	39000,00	UN	R$ 0,750	R$ 29.250,00	F.MARQUES
252/433	39013011	TINTA ACRILICA - TINTA ACRÍLICA 18 LITROS	80,00	UN	R$ 128,000	R$ 10.240,00	IPE
253/433	39013014	TINTA ACRILICA - GALAO DE 3,6 LITROS	78,00	UN	R$ 34,000	R$ 2.652,00	IPE
254/433	39013021	TINTA ESMALTE - BRILHANTE, PARA CONSTRUCAO CIVIL, PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS DE TIJOLOS, TELHAS, OBJETOS DE CERAMICA, NA COR CERAMICA 18 LITROS	47,00	UN	R$ 150,000	R$ 7.050,00	IPE
264/433	39013047	TORNEIRA - DE METAL, LINHA TARGA 1190 C40 CROMADA, PARA PIA	43,00	UN	R$ 39,000	R$ 1.677,00	AMERICANA
294/433	39013137	CORANTE PARA TINTA - PARA ADICAO EM PIGMENTO EM PO PARA ADICAO EM CIMENTO 600ML	26,00	UN	R$ 17,500	R$ 455,00	XADREZ
297/433	39013142	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL, COM DE 1/2¨ X 50CM, NA COR BRANCA	57,00	UN	R$ 4,400	R$ 250,80	PLASTILIT
303/433	39013148	TINTA ESMALTE - SINTETICO BASE AGUA, COM BAIXO ODOR E RAPIDA SECAGEM,PARA METAIS E MADEIRAS 3,6 LITROS	32,00	UN	R$ 59,000	R$ 1.888,00	IPE
305/433	39013150	EXTENSAO - EM PVC ,ELETRICA,TIPO CARRETEL,TENSAO 250V,CORRENTE 20A,POTENCIA DE 2200W E DUPLA ISOLACAO,PARA PROLONGAMENTO DE TOMADA## COM 3 TOMADAS COM ENCAIXE DE 3 PINOS,MEDINDO 50,00MT DE COMPRIMENTO,NA BITOLA CABO PP 2,0 X 2,5MM	11,00	UN	R$ 262,000	R$ 2.882,00	FIOFLEX
313/433	39013158	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 1,000	R$ 770,00	FIOFLEX
321/433	39013166	FITA ISOLANTE - EMBORRACHADA, DUPLA FACE, MEDINDO 10M	32,00	UN	R$ 2,440	R$ 78,08	3M
332/433	39013177	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,50M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	24,00	UN	R$ 249,000	R$ 5.976,00	GEROTTO
334/433	39013179	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,00 X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	19,00	UN	R$ 206,000	R$ 3.914,00	GEROTTO
335/433	39013180	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 90 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	UN	R$ 6,300	R$ 289,80	KRONA
338/433	39013183	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME CONFORME NBR 5648, COM DIAMETRO NOMINAL DE 8¨ (200 MM), NA COR BRANCO, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 65,000	R$ 2.990,00	KRONA
356/433	39013202	LAMPADA INCANDESCENTE - BULBO CRISTAL, PADRÃO, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V, E POTENCIA NOMINAL DE CONSUMO DE 150W	185,00	UN	R$ 9,800	R$ 1.813,00	BUSINESS
361/433	39013207	LAMPADA ELETRONICA - DO TIPO MINIDICROICA,35W, 220 VOLTS,BASE E-27 NA COR BRANCA	48,00	UN	R$ 14,800	R$ 710,40	BUSINESS
377/433	39013224	LONA PLASTICA - EM LONA PLASTICA,ROLO,PRETA, LARGURA DE 8 METROS	200,00	METRO	R$ 8,100	R$ 1.620,00	MAXILONA
384/433	39013322	ARAME - DE ACO RECOZIDO	32,00	KG	R$ 10,000	R$ 320,00	GERDAU
404/433	39012650	SOLVENTE - TIPO AGUA RAZ COMPOSTO SOLVENTE ALIFATICO,APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA,DO TIPO SOLVENTE,UTILIZADO PARA REMOCAO E DILUICAO DE TINTAS VINILICAS FOSCAS LATA 900 MILILITRO	21,00	UN	R$ 9,900	R$ 207,90	GOL
409/433	39012655	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI,PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EMBALAGEM COM 20KG,CONFORME NBR NBR14.081	350,00	UN	R$ 17,000	R$ 5.950,00	QUARTZOLIT
412/433	39012660	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 3/8¨	610,00	UN	R$ 0,120	R$ 73,20	CISER
413/433	39012661	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 5/16	610,00	UN	R$ 0,100	R$ 61,00	CISER
414/433	39012662	ARRUELAS - DE EM FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/2	900,00	UN	R$ 0,300	R$ 270,00	CISER
415/433	39012663	LUVA SOLDAVEL 50MM	32,00	UN	R$ 2,450	R$ 78,40	KRONA
417/433	39012665	AREIA - FINA LAVADA	190,00	METRO	R$ 78,000	R$ 14.820,00	FS
420/433	39012668	MANGOTE PARA SUCCAO	200,00	METRO	R$ 8,950	R$ 1.790,00	ROLOPLAST
422/433	39012670	MANGUEIRA - DE PLASTICO, CORRUGADA, COM COMPRIMENTO DE 1 M, COM DIAMETRO DE 3/4	180,00	METRO	R$ 1,450	R$ 261,00	TAMBASA
428/433	39012676	MANGUEIRA JARD 1/2¨10M	32,00	METRO	R$ 2,790	R$ 89,28	TAMBASA
431/433	39012680	MANGUEIRA JARD 1/2 15 M	32,00	METRO	R$ 2,800	R$ 89,60	FLEX

Valor Total: R$ 292.902.61 (Duzentos e noventa e dois mil novecentos e dois reais e sessenta e um centavos)

Fornecedor: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPIS LTDA CNPJ: 14.888.303/0001-05

NR. ITEM	CD PRODUTO	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
2/433	39012683	MANGUEIRA 1 1/2¨3MM	185,00	METRO	R$ 2,860	R$ 529,10	MANTAC
6/433	39012689	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	65,00	UN	R$ 28,000	R$ 1.820,00	NEOVINIL
7/433	39012690	MASSA CORRIDA PVA 3,6 L	65,00	UN	R$ 17,000	R$ 1.105,00	NEOVINIL
8/433	39012691	MASSA PLASTICA 1 KG	58,00	UN	R$ 15,000	R$ 870,00	CARPLAST

9/433	39012692	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA, PARA CHAPA DE FERRO E MADEIRA, EMBALADO EM LATA, COM CAPACIDADE PARA 400ML	56,00	UN	R$ 11,000	R$ 616,00	CARPLAST
10/433	39012693	MASSA PLASTICA - DO TIPO MASSA RAPIDA NA COR CINZA OU BRANCA,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADO EM GALAO,COM CAPACIDADE PARA 900 ML	56,00	UN	R$ 14,900	R$ 834,40	CARPLAST
11/433	39012694	MARTELO - DE UNHA, PESANDO 670G, MEDINDO 29MM, COM CABECA DE ACO POLIDO E CABO DE MADEIRA	10,00	UN	R$ 25,400	R$ 254,00	THOMPSON
13/433	39012696	MARRETA - EM ACO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 2 KG, COM CABO DE MADEIRA	10,00	UN	R$ 34,800	R$ 348,00	RIO FORT
25/433	39012710	MARRETA - EM AÇO FORIADO,PESANDO 2 KG	10,00	UN	R$ 30,900	R$ 309,00	RIO CLADO
31/433	39012716	PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO	12,00	UN	R$ 23,900	R$ 286,80	RAMADA
41/433	39012728	BOTA - EM PVC, COM FORRO DE POLIESTER, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO CURTO, NA COR BRANCA, PAR	16,00	UN	R$ 24,770	R$ 396,32	CARTOM
49/433	39012736	BOTA - BOTA MASCULINA NA COR BRANCA EM PVC CANO LONGO PAR	16,00	UN	R$ 24,750	R$ 396,00	CARTOM
56/433	39012743	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 0, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
57/433	39012744	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 01, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
58/433	39012745	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
64/433	39012751	BROCA - DE ACO RAPIDO,5MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 6,350	R$ 266,70	HTOM
72/433	39012759	BROCA - DE ACO RAPIDO 13 MM, PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 43,000	R$ 2.236,00	HTOM
82/433	39012770	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 2 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,400	R$ 228,80	HTOM
84/433	39012772	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 4 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,000	R$ 208,00	HTOM
85/433	39012773	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,LONGO, TAMANHO 1 - QUADRADO	23,00	UN	R$ 2,600	R$ 59,80	COMPEL
87/433	39012775	PISTOLA PARA PINTURA	6,00	UN	R$ 51,900	R$ 311,40	WORKER
93/433	39012782	PORTA - DE MADEIRA MISTA,MEDINDO 0,80 X 2,10M	13,00	UN	R$ 309,000	R$ 4.017,00	MT MADEIRA
94/433	39012784	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 80 CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO VENEZIANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	UN	R$ 225,000	R$ 5.400,00	AÇOFER
99/433	39012789	PORTAS DE MADEIRA - EM COMPENSADO, COM ALTURA DE 2,10M, LARGURA DE 80CM, LISA, LIXADA, COM MACANETA E DOBRADICAS	32,00	UN	R$ 188,500	R$ 6.032,00	MTMADEIRAS
101/433	39012791	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80 E 0,60M	15,00	UN	R$ 305,000	R$ 4.575,00	MTMADEIRAS
107/433	39012798	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, REDONDA	28,00	UN	R$ 5,400	R$ 151,20	USE
109/433	39012800	CABO DE AÇO - DE AÇO GALVANIZADO, COM 1/2¨	175,00	METRO	R$ 13,300	R$ 2.327,50	LOYAL
112/433	39012803	CADEADO - DE 20MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	145,00	UN	R$ 10,500	R$ 1.522,50	PADO
113/433	39012804	CADEADO - DE 30MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	26,00	UN	R$ 15,200	R$ 395,20	PADO
114/433	39012805	CADEADO - DE 40MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	22,00	UN	R$ 20,900	R$ 459,80	PADO
115/433	39012806	CADEADO - CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTE DE ACO TEMPERADO E CROMADO,CHAVE NIQUELADA	22,00	UN	R$ 31,500	R$ 693,00	TRIANGLE
116/433	39012807	CAIXA DE DESCARGA - EM PLASTICO RIGIDO PVC,NO FORMATO RETANGULAR,COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, NA COR BRANCA,DEVENDO O MATERIAL VIR COMPLETO	30,00	UN	R$ 26,400	R$ 792,00	ALUMASSA
127/433	39012819	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 75 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	18,00	UN	R$ 3,250	R$ 58,50	FORTLEV
128/433	39012820	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 20MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 0,350	R$ 6,30	FORTLEV
130/433	39012822	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 40MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 1,490	R$ 26,82	FORTLEV
134/433	39012826	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80X2,10M	23,00	UN	R$ 224,900	R$ 5.172,70	MTMADEIRAS
135/433	39012827	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS	38,00	UN	R$ 13,940	R$ 529,72	ITABRANCA
138/433	39012830	CAMARA DE AR - PARA CARRO DE MAO, DE BORRACHA	11,00	UN	R$ 19,900	R$ 218,90	AJAX
152/433	39012844	PREGO - MEDINDO 18 X 30 POL, PARA FIXACAO DE TELHA	40,00	KG	R$ 12,440	R$ 497,60	MORLAN
157/433	39012849	CAVADEIRA - MÉDIA, RETA, COM 2 LAMINAS, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	18,00	UN	R$ 85,000	R$ 1.530,00	PARABONI
159/433	39012851	PNEUMATICO PARA UTILITARIO - PNEU COM DIMENSOES 350 X 8,CONSTRUCAO NAO RADIAL,COM CAMARA,ARO 350 X 8,CAPACIDADE 300 KG, PARA CARRINHO DE ARMAZEM PESADO,CONTROLE DE QUALIDADE DO INMETRO.	8,00	UN	R$ 47,990	R$ 383,92	AJAX
162/433	39012854	CILINDRO DE FECHADURA, MATERIAL EM AÇO	32,00	UN	R$ 19,500	R$ 624,00	ALIANÇA
165/433	39012858	COLA - LIQUIDA,TRANSPARENTE,PARA CANO DE PVC,COM BICO APLICADOR BISNAGA COM 175 GR	15,00	UN	R$ 10,100	R$ 151,50	SILOC
166/433	39012860	COLA P/ MADEIRA - PLASTICA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM MADEIRA, DO TIPO LIQUIDA, APLICACAO POR APLICADA COM PINCEL, EMBALAGEM EMBALADA EM TUBO DE (1 KG)	32,00	UN	R$ 27,000	R$ 864,00	AFIX

172/433	39012866	CORRENTE - DE FERRO GALVANIZADO, COM 6 MM DE DIAMETRO	64,00	METRO	R$ 7,590	R$ 485,76	VONDER
173/433	39012867	CORRENTE - DE FERRO POLIDO, COM ESPESSURA DE 8 MM	64,00	METRO	R$ 11,940	R$ 764,16	VONDER
176/433	39012870	RASTELO - EM PLASTICO, COM TAMANHO MEDIO	19,00	UN	R$ 20,900	R$ 397,10	THOMPSON
178/433	39012872	REDUCAO EXCENTRICA PVC PB JE P/ COLETOR ESGOTO - EM PVC RIGIDO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELASTICA, CONFORME PADRONIZADO NA NBR 10569, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 X 50 MM	23,00	UN	R$ 0,000	R$ 0,00	
180/433	39012874	BUCHA DE REDUCAO - DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	16,00	UN	R$ 2,490	R$ 39,84	FORTLEV
186/433	39012909	ROLO DE LA PARA PINTURA - EM ROLO P/TEXTURA, DE 23CM	24,00	UN	R$ 20,000	R$ 480,00	COMPEL
188/433	39012912	CHAVE DE FENDA – PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM COM PONTA IMANTADA, 1/4X4 .	13,00	UN	R$ 5,700	R$ 74,10	WORKER
192/433	39012919	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 13MM	9,00	UN	R$ 4,900	R$ 44,10	WORKER
194/433	39012921	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 10X11 MM	9,00	UN	R$ 4,600	R$ 41,40	WORKER
209/433	39012936	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - PEQUENO REDONDO COM REGISTRO	15,00	UN	R$ 54,000	R$ 810,00	KRONA
210/433	39012937	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - GRANDE REDONDO COM REGISTRO	13,00	UN	R$ 28,500	R$ 370,50	SINTEX
213/433	39012941	DESEMPENADEIRA - DE PLASTICO,COM CABO DE PLASTICO,MEDINDO 15,0 X 30,0 CM,PARA APLICACAO DE MASSA CORRIDA	9,00	UN	R$ 9,900	R$ 89,10	GERPLAST
214/433	39012942	DESEMPENADEIRA - DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, DENTEADA, MEDINDO (15X30) CM, PARA APLICACAO DE ARGAMASSA E ASSENTAMENTO DE CERAMICA	9,00	UN	R$ 12,500	R$ 112,50	PARABONI
215/433	39012943	DESENGRIPANTE SINTETICO,A SER APLICADO EM MATERIAIS FERROSOS E SIMILARES,BIODEGRADAVEL E ANTICORROSIVO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM SPRAY (COM VALVULA AEROSOL)	40,00	UN	R$ 9,200	R$ 368,00	USE
217/433	39012945	DISCO PARA LIXADEIRA - DE FIBRA, NUMERO 60, MODELO CONVENCIONAL	46,00	UN	R$ 7,300	R$ 335,80	ICDER
219/433	39012947	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS, BIPOLAR, C, DE 30 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 10KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	UN	R$ 28,000	R$ 392,00	SOPRANO
220/433	39012948	DISJUNTOR - BIPOLAR PADRAO DIN ,CURVA C , DE 40 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 3KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	UN	R$ 21,300	R$ 298,20	SOPRANO
225/433	39012953	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 15 A	14,00	UN	R$ 7,280	R$ 101,92	SOPRANO
232/433	39012961	DOBRADICA - DE FERRO CROMADO, MEDINDO 4¨ X 3¨, DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE LISA, COM 03 FUROS POR FACE	53,00	UN	R$ 10,300	R$ 545,90	MERKEL
233/433	39012962	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	53,00	KG	R$ 16,400	R$ 869,20	VONDER
234/433	39012963	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35M DE COMPRIMENTO P/3,25 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	115,00	KG	R$ 16,900	R$ 1. 943,50	VONDER
235/433	39012964	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO DIMENSÃO DE 4MM	70,00	KG	R$ 16,800	R$ 1. 176,00	VONDER
236/433	39012965	JOELHO DE 90 GRAUS COM BOLSA PARA ANEL, EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40MM X 45MM	65,00	UN	R$ 0,580	R$ 37,70	FORTLEV
256/433	39013029	TINTA PARA PISO 18 LT	40,00	UN	R$ 135,000	R$ 5. 400,00	NEOVINIL
257/433	39013034	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, FOSCO, PARA LOUSA (QUADRO NEGRO) 3,6L	24,00	UN	R$ 80,000	R$ 1. 920,00	BRASILUX
258/433	39013035	THINNER - NO TIPO LIQUIDO, LATA DE 5 LITROS, COMPOSTO DE ALCOOL, ESTER , HIDROCARBONETO AROMATICO E ACELERADOR PARA SECAGEM (DIAS UMIDOS), PARA DISSOLVER TINTAS A BASE DE RESINAS E POLIMEROS ES-PECIFICOS DA PINTURA AUTOMOTIVA.	70,00	UN	R$ 47,500	R$ 3. 325,00	GOL
259/433	39013036	THINNER - NO TIPO DESENGRAXANTE, 900 ML, COMPOSTO DE HIDROCARBONETOS, PARA LIMPEZA COMPLETA DE SUPERFICIES	71,00	UN	R$ 10,000	R$ 710,00	GOL
260/433	39013039	TRENA - METALICA,EM ACO, 10 METROS, COM GRADUACAO DE 1MM, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	14,00	UN	R$ 17,000	R$ 238,00	THOMPSON
261/433	39013042	TRENA - EM FITA DE FIBRA DE VIDRO, COM CABO, MEDIDAS GRAVADAS NAS DUAS FACES EM METRO, CENTIMETRO E MILÍMETRO, COM TRAVA PARA FIXAR A FITA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO E 19MM DE LARGURA, DEVENDO SER ACONDICIONADA DE FORMA A GARANTIR PROTECAO DURANTE TRANSPORTE E ESTOCAGEM COM GARANTIA DE 1 ANO A APARTIR DA DATA DE ENTREGA	14,00	UN	R$ 41,000	R$ 574,00	KALA
262/433	39013045	TORNEIRA - DE METAL, BICA MOVEL,PAREDE, DIAMETRO 3/4¨, PARA PIA	53,00	UN	R$ 46,400	R$ 2. 459,20	LIEGE
263/433	39013046	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA PIA	53,00	UN	R$ 7,000	R$ 371,00	GERPLAST
265/433	39013048	TORNEIRA PLASTICA 3/4¨ PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	48,00	UN	R$ 4,000	R$ 192,00	GERPLAST
267/433	39013050	TORNEIRA - DE METAL (ESFERA), COM ENCAIXE EM ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE 3/4 POLEGADA, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE 1/2 POLEGADA, PARA SER INSTALADA EM FILTRO	43,00	UN	R$ 16,400	R$ 705,20	THOMPSON
272/433	39013058	TUBO DE LIGACAO CINZA PARA LAVATORIO - DE METAL FLEXIVEL, COM DIAMETRO DE 1/2~COM 40 CM, PARA SER UTILIZADO EM PIA DE LAVATORIO	28,00	UN	R$ 11,500	R$ 322,00	KRONA
273/433	39013059	TOMADA ELETRICA - DE TERMOPLASTICO, DE SOBREPOR (EXTERNA), NO FORMATO RETANGULAR, COM 2 POLOS + TERRA, UNIVERSAL, NA COR CINZA, COM CAPACIDADE ELETRICA DE 10A-250V, COM PLACA,	30,00	UN	R$ 4,600	R$ 138,00	ILUMI
275/433	39013061	TOMADA PARA REDE DE COMPUTADOR - EM TERMOPLASTICA, FORMATO QUADRADA, COM 03 CONTATOS, ESPELHO ANGULAR COM 3 POSICOES, DE CAPACIDADE PARA ATE DOIS CONECTORES M8V, COM ATRAVES DE PARAFUSOS, MARFIM	37,00	UN	R$ 21,900	R$ 810,30	ILUMI

277/433	39013067	TOMADA - PLUG AMERICANO 02 TOMADAS NA FRENTE PARA TELEFONE.	32,00	UN	R$ 18,500	R$ 592,00	ILUMI
280/433	39013093	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 13,100	R$ 524,00	FORTLEV
281/433	39013097	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 32 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 5,500	R$ 220,00	FORTLEV
284/433	39013119	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 50M	40,00	UN	R$ 3,200	R$ 128,00	GOL
285/433	39013127	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE BORRACHA TERMOPLASTICA (TIPO VEDA CALHA),APRESENTADO EM FORMA DE PASTA TRANSPARENTE,VEDACAO DE CALHAS,TELHAS,RUFOS E COMO SELANTE PARA MADEIRA, METAL E FIBROCIMENTO.,ACONDICIONADO EM BISNAGA	32,00	UN	R$ 12,500	R$ 400,00	POWERVED
287/433	39013130	VALVULA PARA LAVATORIO - DE VALVULA PARA LAVATORIO, DO TIPO LONGO, PARA SER ENTREGUE SEM LANDRAO, COM ROSCA DE DIAMETRO 01 POLEGADA, PARA SER UTILIZADA EM PARA ROUPA EM PVC	40,00	UN	R$ 2,100	R$ 84,00	KRONA
290/433	39013133	TINTA VERNIZ PARA MADEIRA - INCOLOR, BRILHANTE 900ML	35,00	UN	R$ 14,500	R$ 507,50	BRASILUX
291/433	39013134	TINTA VERNIZ PARA CONSTRUCAO CIVIL - NA COR HOSPITALAR, EPOXI DE ADERENCIA, MODIFICADO, BICOMPONENTE, SEM SOLVENTE, VERMELHO BRILHANTE, PARA AZULEJOS, PAREDES, PISOS, TELHAS, ETC. CONJUNTO COM 2 GALOES DE 3,6 L CADA	34,00	UN	R$ 146,900	R$ 4.994,60	BRASILUX
292/433	39013135	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO (1,00 X 1,20)M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	11,00	UN	R$ 225,000	R$ 2.475,00	AÇOFER
293/433	39013136	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO 150M X 1M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	16,00	UN	R$ 255,000	R$ 4.080,00	AÇOFER
295/433	39013138	TINTA - ZARCAO PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE EXTERNO,INTERNO 18L	44,00	UN	R$ 150,500	R$ 6.622,00	MAZA
299/433	39013144	ENXADA - ENXADA LARGA DE 20,5 DE QUALIDADE, COM CABO	14,00	UN	R$ 37,500	R$ 525,00	PARABONI
300/433	39013145	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO DE 3 LIBRAS	11,00	UN	R$ 22,400	R$ 246,40	RAMADA
304/433	39013149	ESPATULA LAMINADA - DE 6CM COM CABO DE MADEIRA	13,00	UN	R$ 6,000	R$ 78,00	USE
306/433	39013151	FACAO - EM ACO, 18 POLEGADAS, CABO ANATOMICO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM BAINHA EM COURO	10,00	UN	R$ 22,900	R$ 229,00	PARABONI
309/433	39013154	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 10,0MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 3,550	R$ 2.733,50	COBRECON
317/433	39013162	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA POLIESTER, COM CATALISADOR,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA 495GR	42,00	PCT	R$ 13,000	R$ 546,00	CARPLAST
318/433	39013163	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 50,00MMX50,00M	42,00	UN	R$ 9,000	R$ 378,00	AFA
319/433	39013164	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	42,00	UN	R$ 3,000	R$ 126,00	AFA
320/433	39013165	FITA ISOLANTE - FITA EM PLASTICO DE ALTA FUSAO,MEDINDO 10M	32,00	UN	R$ 23,900	R$ 764,80	3M
324/433	39013169	FURADEIRA - BOSH GSB13 RE	32,00	UN	R$ 295,000	R$ 9.440,00	BOSCH
325/433	39013170	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 3,6 LITROSTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA 900ML	32,00	UN	R$ 65,000	R$ 2.080,00	VIAPOL
326/433	39013171	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 18_LITROS	19,00	UN	R$ 270,000	R$ 5.130,00	VIAPOL
331/433	39013176	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 2M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	26,00	UN	R$ 349,900	R$ 9.097,40	AÇOFER
333/433	39013178	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE COM PINTURA ANTIFERRUGEM, 1,20 M X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM GRADE	24,00	UN	R$ 263,000	R$ 6.312,00	AÇOFER
336/433	39013181	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	UN	R$ 5,140	R$ 236,44	FORTLEV
339/433	39013184	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 40MM	46,00	UN	R$ 1,540	R$ 70,84	FORTLEV
352/433	39013198	JOELHO 45 GR - SOLDAVEL PVC,DN 40MM,..	32,00	UN	R$ 3,070	R$ 98,24	FORTLEV
354/433	39013200	JOELHO 45 GR - PVC SOLDAVEL MARROM,DN 60MM,..	32,00	UN	R$ 10,850	R$ 347,20	FORTLEV
355/433	39013201	KIT PARA BANHEIRO - DE INOX,COM 5 PEÇAS	32,00	UN	R$ 40,300	R$ 1.289,60	LIEGE
366/433	39013212	LAVATORIO - DE LOUCA, NA COR BEGE, TIPO LAVATORIO SEM COLUNA, NO FORMATO OVALADO, COM DIMENSÕES 45,5 X 36 CM, FURO CENTRAL, PARA INSTALACAO DE LAVATORIO	19,00	UN	R$ 150,000	R$ 2.850,00	LOGASA
367/433	39013213	LUVA - LATEX AMARELA, COM FORRO FLOCADO EM ALGODAO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COM VIROLA,COMPRIMENTO 29CM, TAMANHO P,M E G POSSUI UMA BOA FLEXIBILIDADE E RESISTENCIA A ABRASAO E RASGOS	21,00	PAR	R$ 3,400	R$ 71,40	SUPERSAFETY
368/433	39013215	LUVA DE PROTECAO - EM RASPA DE COURO (CANO CURTO E LONGO)¨	23,00	PAR	R$ 8,900	R$ 204,70	LUMA
369/433	39013216	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA PAREDE, GRAO 120, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU
370/433	39013217	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, MULTIUSO, PARA PAREDE, MADEIRA E METAIS, GRAO Nº 150, EM FOLHA, MEDINDO 225X275MM, PARA ACABAMENTO	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU
371/433	39013218	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO (TIPO D`AGUA),PARA USO EM PAREDE,GRAO 220,EM FOLHA,MEDINDO 127,00MM,PARA MASSA PLASTICA	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU

372/433	39013219	LIXA - DE CARBURETO DE SILICIO (LIXA D-AGUA), PARA MASSA, GRAO 80, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	150,00	UN	R$ 1,050	R$ 157,50	TATU
373/433	39013220	LIXAS - DISCO, NUMERO 36, PARA LIXAR FERRO	32,00	UN	R$ 4,300	R$ 137,60	NORTON
374/433	39013221	LIXA - DE OXIDO DE FERRO, PARA FERRO, GRAO 220, EM FOLHA, MEDINDO 280X230MM, PARA ACABAMENTO	69,00	UN	R$ 2,530	R$ 174,57	TATU
375/433	39013222	LIMA - EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO TEMPERADO,MEDINDO 4¨ 12X1¨,TRIANGULAR - TIPO KF	18,00	UN	R$ 12,400	R$ 223,20	KF
376/433	39013223	LONA PLASTICA - EM PLASTICOS, ROLO, PRETA, EM CONTECOES DE INFILTRACOES E SATURACAO DE AGUAS NAS BARREIRAS, 8M X 50M	200,00	METRO	R$ 12,000	R$ 2.400,00	NORTENE
379/433	39013226	LUVA - EM PVC,BRANCA,DE REDUCAO,COM DIAMETRO 1 POLX 3/4 POL,COM ROSCA INTERNA	75,00	UN	R$ 1,490	R$ 111,75	FORTLEV
383/433	39013230	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	32,00	UN	R$ 3,190	R$ 102,08	FORTLEV
390/433	4060031	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, COM TAMPA DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO POR PARAFUSOS, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NBR 11778, 11990,11991E DEFICIENCIA FISI- CA__P/ VASO SANITARIO INFANTIL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	6,00	UN	R$ 28,000	R$ 168,00	ALUMASSA
393/433	39010443	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,50 X 1,00 M, COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	30,00	UN	R$ 242,000	R$ 7.260,00	AÇOFER
394/433	39011014	COLA BRANCA 01 LT USO DIVERSOS	32,00	UN	R$ 27,900	R$ 892,80	AFIX
396/433	39012640	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM X 3/4¨ PARA AGUA FRIA	45,00	UN	R$ 3,100	R$ 139,50	FORTLEV
405/433	39012651	ANEL DE VEDACAO - DE CERA COM GUIA,COM DIAMETRO DE 140MM,PARA SER UTILIZADO EM VEDACAO DE VASO SANITARIO	56,00	UN	R$ 8,600	R$ 481,60	USE
406/433	39012652	ARAME - LISO, APRESENTADO EM UTILIZADO EM CERCA 1000M	28,00	UN	R$ 390,950	R$ 10.946,60	MEGACAMPO
410/433	39012658	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/4	61,00	UN	R$ 0,050	R$ 3,05	JOMARCA
418/433	39012666	LUVA SOLDAVEL 60 MM	32,00	UN	R$ 5,580	R$ 178,56	FORTLEV
419/433	39012667	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE EPOX (2 COMPONENTES), APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA, UTILIZADO EM SOLIDOS, ACONDICIONADO EM BISNAGA 50 GRAMAS	21,00	UN	R$ 17,050	R$ 358,05	HENKEL
421/433	39012669	ASPERSOR PARA IRRIGAÇAO DE JARDIM	21,00	UN	R$ 16,900	R$ 354,90	GARDEN
424/433	39012672	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 2MM	180,00	METRO	R$ 2,170	R$ 390,60	MANTAC
425/433	39012673	MANGUEIRA - CRISTAL 3/4 2MM	180,00	METRO	R$ 3,700	R$ 666,00	MANTAC
426/433	39012674	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 8¨, CABO ISOLADO EM PVC, ACABAMENTO OXIDADO	6,00	UN	R$ 49,900	R$ 299,40	LOYAL
427/433	39012675	ALICATE - PRESSAO, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO	6,00	UN	R$ 33,000	R$ 198,00	THOMPSON
429/433	39012677	ALICATE - TIPO UNIVERSAL, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADOR EM PVC, E ACABAMENTO EM ACO CROMO VANADIUM, BICO RETO, MANDIBULA TEMPERADA E LIXADA 1.000 V	6,00	UN	R$ 40,000	R$ 240,00	TRAMONTINA
433/433	39012682	MANGUEIRA NIVEL 1,5MM	50,00	METRO	R$ 1,400	R$ 70,00	MANTAC

Valor Total: R$ 164.745,46 (Cento e sessenta e quatro mil e setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Fornecedor: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ: 00.226.324/0001-42

Nr. Item	Cd Produto	Descrição Produto	Qtde	UNID	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1/433	39012678	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO ASSENTO SANITARIO, COM TAMPA DE PLASTICO BLOCO AGLOMERADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO LATERAL, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NORMAL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	18,00	UN	R$ 17,540	R$ 315,72	ALUMSA
5/433	39012688	MASSA CORRIDA ACRILICA 25 KG	65,00	UN	R$ 61,500	R$ 3.997,50	
14/433	39012698	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, COM DIAMETRO NOMINAL DE 200MM,NA COR BRANCA,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO MEDINDO APROXIMEDAMENTE 6 METROS	6,00	UN	R$ 201,000	R$ 1.206,00	DURO PVC
18/433	39012702	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	12,00	UN	R$ 9,300	R$ 111,60	DURO PVC
21/433	39012705	TUBO - EM PVC RIGIDO,60MM,COMPRIMENTO DE 6M,SOLDAVEL, PARA INSTALACOES HIDRAULICAS	10,00	UN	R$ 75,500	R$ 755,00	DURO PVC
26/433	39012711	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	185,00	UN	R$ 0,280	R$ 51,80	KRONA
30/433	39012715	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	210,00	UN	R$ 0,540	R$ 113,40	
34/433	39012720	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM PVC, DE 1000 WATTS	210,00	UN	R$ 4,400	R$ 924,00	EXTATRON
35/433	39012722	BOIA PLASTICA - DE PLASTICO, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA D'AGUA	10,00	UN	R$ 6,640	R$ 66,40	KRONA
36/433	39012723	BOIA ELETRICA - PARA CONTROLE DE NIVEL DE AGUA, DO TIPO SUPERIOR/INFERIOR CONJUGADO, EM PLASTICO, COM REGULADOR ELETRO-BOIA, DE 15 A - CORRENTE MAXIMA	15,00	UN	R$ 23,340	R$ 350,10	VOLTIM

40/433	39012727	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 06, COM BUCHA	89,00	UN	R$ 0,120	R$ 10,68	JOMARCA
42/433	39012729	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 08, COM BUCHA	89,00	UN	R$ 0,190	R$ 16,91	JOMARCA
43/433	39012730	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO, PARA SER APLICADO EM MADEIRA, ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, DE NUMERO 8	89,00	UN	R$ 0,130	R$ 11,57	JOMARCA
44/433	39012731	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO,PARA SER APLICADO EM PAREDE, ROSCA MAQUINA CABECA CHATA, DE NUMERO 6	89,00	UN	R$ 0,070	R$ 6,23	JOMARCA
45/433	39012732	PARAFUSO SOBERBA E ROSCA - NAS DIMENSOES PARAFUSO ROSCA SOBERBA DE 3,5 X 22	210,00	UN	R$ 0,060	R$ 12,60	JORMARCA
46/433	39012733	PARAFUSOROSCA ,DIAMETRO 4,2 X 38MM	210,00	UN	R$ 0,120	R$ 25,20	JOMARCA
51/433	39012738	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON,NO TAMANHO Nº 10	210,00	UN	R$ 0,060	R$ 12,60	R FABRIL
52/433	39012739	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON, NO TAMANHO Nº 08	495,00	UN	R$ 0,050	R$ 24,75	R FABRIL
54/433	39012741	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON, TIPO UNIVERSAL, DE NUMERO 06 MM DE DIAMETRO	425,00	UN	R$ 0,030	R$ 12,75	R FABRIL
55/433	39012742	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON TIPO CLAP,NUMERO 07	425,00	UN	R$ 0,050	R$ 21,25	R FABRIL
61/433	39012748	BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 2MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 0,730	R$ 30,66	BRASFORT
62/433	39012749	BROCA - DE ACO RAPIDO,3MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 2,790	R$ 117,18	BRASFORT
63/433	39012750	BROCA - DE ACO RAPIDO,4MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 2,240	R$ 94,08	BRASFORT
67/433	39012754	BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 6MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 3,780	R$ 158,76	BRASFORT
68/433	39012755	BROCA - DE ACO RAPIDO,7MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 5,250	R$ 220,50	BRASFORT
71/433	39012758	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICO,COM UMA CUBA,MEDINDO 1,40 X 0,55M,PARA LAVAR LOUCA	10,00	UN	R$ 111,300	R$ 1.113,00	
74/433	39012761	BROCA - DE ACO RAPIDO,8MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 8,380	R$ 351,96	BRASFORT
76/433	39012763	BROCA - DE ACO RAPIDO, 9MM¨, PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 10,850	R$ 455,70	BRASFORT
77/433	39012764	BROCA - DE ACO RAPIDO, 10 MM PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 13,800	R$ 579,60	BRASFORT
78/433	39012765	BROCA - DE ACO RAPIDO 11MM¨, PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 17,000	R$ 884,00	BRASFORT
79/433	39012766	PLUG - TIPO MACHO, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002.,3 POLOS,110/220V,20A,TERMOPLASTICO,LIGA DE COBRE	61,00	UN	R$ 2,990	R$ 182,39	VOLTIM
80/433	39012767	BROCA - DE ACO RAPIDO 12 MM PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 20,300	R$ 1.055,60	BFRASFORT
81/433	39012769	PLUG - TIPO FEMEA, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002,03,110/220 V,20A,TERMOPLASTICO,COBRE	61,00	UN	R$ 1,850	R$ 112,85	VOLTINM
83/433	39012771	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 3 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 1,280	R$ 66,56	JOMARCA
90/433	39012778	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/2¨	535,00	UN	R$ 0,340	R$ 181,90	JOMARCA
91/433	39012779	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/4¨	535,00	UN	R$ 0,070	R$ 37,45	JOMARCA
95/433	39012785	BROCA - DE VIDEA,COM DIAMETRO DE 5MM,PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 1,730	R$ 89,96	JOMARCA
96/433	39012786	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 6MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 2,290	R$ 119,08	JOMARCA
97/433	39012787	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 7MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 6,080	R$ 316,16	JOMARCA
102/433	39012793	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 8MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 3,500	R$ 182,00	JOMARCA
103/433	39012794	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 9MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 10,130	R$ 526,76	VONDER
104/433	39012795	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 10MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,330	R$ 225,16	JOMARCA
105/433	39012796	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 11MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 14,140	R$ 735,28	VONDER
106/433	39012797	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 12MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 3,770	R$ 196,04	JOMARCA
110/433	39012801	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 2 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	METRO	R$ 2,650	R$ 874,50	
122/433	39012813	RALO CONICO MONTADO COM GRELHA - EM PVC,COM 100MM,NA COR BRANCA,PARA SER USADO EM BANHEIROS	21,00	UN	R$ 4,330	R$ 90,93	KRONA
123/433	39012814	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 100 MM	18,00	UN	R$ 6,150	R$ 110,70	KRONA
125/433	39012816	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, SERIE REFORCADA, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	18,00	UN	R$ 3,420	R$ 61,56	KRONA
126/433	39012817	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME, COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM COM BOLSA LISA, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	18,00	UN	R$ 1,080	R$ 19,44	KRONA
131/433	39012823	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 50MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 2,440	R$ 43,92	KRONA
137/433	39012829	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 25X72	30,00	KG	R$ 10,840	R$ 325,20	GERDAU
141/433	39012833	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 22X48	30,00	KG	R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU

142/433	39012834	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 22X42	30,00	KG	R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU
144/433	39012836	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X27	40,00	KG	R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
145/433	39012837	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X24	40,00	KG	R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
147/433	39012839	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
148/433	39012840	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X24	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
149/433	39012841	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 17X21	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
156/433	39012848	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL	40,00	UN	R$ 0,350	R$ 14,00	
158/433	39012850	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 1/2¨, TIPO ROSCAVEL	40,00	UN	R$ 0,230	R$ 9,20	PANDOLFO
164/433	39012857	RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA	26,00	UN	R$ 12,300	R$ 319,80	MINASUL
175/433	39012869	REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - REATOR VAPOR SODIO AFP EXTERNO 100W 220V COM IGNITOR, COM SELO PROCEL ENCE - INMETRO PINTADO AO CORPO DO REATOR, GARANTIA DE 2 ANOS, - ALTO FATOR DE POTENCIA - USO EXTERNO -TENSSO: 220V - POTENCIA: 100W	65,00	UN	R$ 32,530	R$ 2.114,45	JRC
179/433	39012873	BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 50 MM X 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	23,00	UN	R$ 0,820	R$ 18,86	KRONA
181/433	39012875	REDUCAO PARA MANGUEIRAS 3/4 X 1/2	40,00	UN	R$ 0,580	R$ 23,20	REBOUÇAS
184/433	39012879	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM,COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 25 MM,NA COR MARROM,PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA POTAVEL	60,00	UN	R$ 2,200	R$ 132,00	KRONA
185/433	39012887	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME , COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO PREDIAL	64,00	UN	R$ 2,930	R$ 187,52	KRONA
187/433	39012911	CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, MEDINDO (5/16X8)	13,00	UN	R$ 9,900	R$ 128,70	FOX LUX
189/433	39012914	CHAVE - PHILLIPS TIPO ESTRELA, EM ACO, ACABAMENTO CROMADO, 1/4X6	13,00	UN	R$ 7,000	R$ 91,00	FOX LUX
191/433	39012918	CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, CABO DE POLIETILENO, NIQUELADA, MEDINDO 1/8X6 POLEGADAS, PARA ELETRONICA	13,00	UN	R$ 4,050	R$ 52,65	FOX LUX
193/433	39012920	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM	9,00	UN	R$ 8,950	R$ 80,55	FOX LUX
196/433	39012923	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 12X13 MM	9,00	UN	R$ 5,230	R$ 47,07	FOX LUX
197/433	39012924	CHAVE - FIXA, DE ACO DIN 17350 - CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO (10 X 11)MM	9,00	UN	R$ 2,740	R$ 24,66	FOX LUX
198/433	39012925	CHAVE - FIXA, DE ACO CARBONO, COM ACABAMENTO NIQUELADO, MEDINDO (12 X 13)MM, COM CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	9,00	UN	R$ 3,000	R$ 27,00	FOX LUX
199/433	39012926	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE SOBREPOR, SISTEMA X, DUPLA,NO FORMATO RETANGULAR,COM 2 POLOS MAIS TERRA,PADRAO NOVO,NA COR BRANCA,110V/ 220V,COMPLETA	40,00	UN	R$ 6,070	R$ 242,80	PLUZIE
200/433	39012927	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE - COM MATERIAL INTERNO DE METAL,COM RABICHO COM CABO FLEXIVEL DE 15CM, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL TERMOPLASTICO	700,00	UN	R$ 0,690	R$ 483,00	DECORLUX
201/433	39012928	SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346	130,00	UN	R$ 4,470	R$ 581,10	DECORLUX
212/433	39012939	TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1,62MX0,58M, COM 3 CUBAS	6,00	UN	R$ 223,900	R$ 1.343,40	VEFRSATIL
221/433	39012949	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 10 A	14,00	UN	R$ 4,640	R$ 64,96	SOPRANO
223/433	39012951	JUNCAO DUPLA PVC SOLDAVEL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM	65,00	UN	R$ 19,870	R$ 1.291,55	KRONA
224/433	39012952	JUNCAO SIMPLES EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 100,00MM	65,00	UN	R$ 8,870	R$ 576,55	KRONA
226/433	39012955	REDUCAO EXCENTRICA EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 50,00MM	65,00	UN	R$ 2,960	R$ 192,40	KRONA
227/433	39012956	JUNCAO SIMPLES PVC SERIE R PARA ESGOTO PREDIAL DN 40 MM	65,00	UN	R$ 1,210	R$ 78,65	KRONA
228/433	39012957	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR) DE 25 A	14,00	UN	R$ 4,640	R$ 64,96	SOPRANO
229/433	39012958	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 30 A	14,00	UN	R$ 4,500	R$ 63,00	SOPRANO
230/433	39012959	DISJUNTOR BIFÁSICO DE 60 AMPERES	51,00	UN	R$ 21,310	R$ 1.086,81	SOPRANO
231/433	39012960	DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 60 AMPERES	51,00	UN	R$ 30,220	R$ 1.541,22	SOPRANO
237/433	39012966	CURVA DE 90 GRAUS CURTA, PVC SOLDAVEL PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40,00MM Y	65,00	UN	R$ 2,930	R$ 190,45	KRONA
238/433	39012967	TE SANITARIO EM PVC RIGIDO SOLDAVEL, PARA ESGOTO DIAMETRO DE 50,00 X 50,00MM	65,00	UN	R$ 3,270	R$ 212,55	KRONA
240/433	39012969	CONEXAO T PARA MANGUEIRA- EM PVC,COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2 POL,SEM ACESSORIOS,TENDO COMO DIMENSAO MAIOR 5,5CM,APRESENTANDO UMA DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA	65,00	UN	R$ 0,900	R$ 58,50	REBOUÇAS
241/433	39012970	CONEXAO T PARA MAGUEIRA - DE FERRO GALVANIZADO,COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL,SEM ACESSORIOS,COM DIMENSAO MAIOR	65,00	UN	R$ 1,180	R$ 76,70	REBOUÇAS

		DE 5,5CM,COM DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA					
243/433	39012972	CONEXAO T SOLDAVÉL 25MM	65,00	UN	R$ 0,340	R$ 22,10	KRONA
266/433	39013049	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA TANQUE	48,00	UN	R$ 3,490	R$ 167,52	HERC
268/433	39013052	TORNEIRA - DE PVC,COM ENCAIXE EM DE ROSCA,TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 3/4 POL,COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 3/4 POL.,PARA SER INSTALADA EM JARDIM	43,00	UN	R$ 2,630	R$ 113,09	HERC
269/433	39013055	TORNEIRA - DE EM PVC, COM ENCAIXE EM DE ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 1/2 POL, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 1/2 POL, PARA SER INSTALADA EM JARDIM	43,00	UN	R$ 2,900	R$ 124,70	HERC
270/433	39013056	TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO (NITRILICA)	46,00	UN	R$ 5,730	R$ 263,58	KRONA
271/433	39013057	TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO.	33,00	UN	R$ 5,720	R$ 188,76	KRONA
274/433	39013060	TOMADA PARA LIGACAO INTERNA DE TELEFONE - DE PLASTICO, PADRAO 4X4 EM METAL, TIPO FEMEA	30,00	UN	R$ 5,000	R$ 150,00	PLUZIE
276/433	39013064	TOMADA DE TRIFASICA DE AR CONDICIONADO	27,00	UN	R$ 6,000	R$ 162,00	PLUZIE
278/433	39013076	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO - COM DIAMETRO NOMINAL DE 1.1/4, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO HIDRAULICA, COM ENCAIXE DO TIPO COM ROSCA	40,00	UN	R$ 23,230	R$ 929,20	REMADI
279/433	39013080	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 2,930	R$ 117,20	KRONA
286/433	39013129	TAMPA - PARA VALVULA DE DESCARGA, MODELO HIDRA MAX	32,00	UN	R$ 20,850	R$ 667,20	CENSI
288/433	39013131	VÁLVULA P/ PIA INOX	15,00	UN	R$ 10,650	R$ 159,75	METAIS REIS
289/433	39013132	VASO SANITARIO	25,00	UN	R$ 114,900	R$ 2.872,50	LOGASA
296/433	39013141	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL 1/2¨, COM 40CM	57,00	UN	R$ 2,700	R$ 153,90	KRONA
301/433	39013146	BOLSA PARA VASO SANITARIO - DE PVC, DO TIPO ESPUDE,COM BITOLA DE 40MM,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS	53,00	UN	R$ 1,950	R$ 103,35	LUCONI
302/433	39013147	ESCADA - DE ALUMINIO, COM 7 DEGRAUS, ANTI DERRAPANTE, DE ABRIR	4,00	UN	R$ 151,000	R$ 604,00	ALULEV
311/433	39013156	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 6,0 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 2,300	R$ 1.771,00	LAMESA
312/433	39013157	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM 4,0 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 1,600	R$ 1.232,00	LAMESA
314/433	39013159	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 0,940	R$ 723,80	LAMESA
315/433	39013160	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 0,620	R$ 477,40	LAMESA
322/433	39013167	FITA ISOLANTE - DE PLASTICO,MEDINDO 20M	32,00	UN	R$ 2,510	R$ 80,32	DECORLUX
323/433	39013168	FITA ISOLANTE -ROLO MEDINDO 5M.	32,00	UN	R$ 0,970	R$ 31,04	DECORLUX
327/433	39013172	INTERRUPTOR - EM TERMOPLASTICO, COM ESPELHO DE 4¨ X 2 1/2 NA COR CI, INTERRUPTOR INTERNO SIMPLES, COM 01 TECLA NA COR BEGE FOSFORESCENTE, COM AMPERAGEM DE 10 A/250 VOLTS	90,00	UN	R$ 2,610	R$ 234,90	PLUZIE
328/433	39013173	INTERRUPTOR ELETRICO - POLIETILENO, POTENCIA DE 5 AMPERES, 1 SECAO SIMPLES EXTERNO.	90,00	UN	R$ 4,820	R$ 433,80	PLUZIE
329/433	39013174	INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 2 SECOES, COM TOMADA	90,00	UN	R$ 5,200	R$ 468,00	PLUZIE
337/433	39013182	JOELHO DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME .., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 150 MM X 90MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 21,000	R$ 966,00	KRONA
340/433	39013185	JOELHO 90 GR - DE PVC, COM ANEL,COM BITOLA DE 40MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO SECUNDARIO	46,00	UN	R$ 1,260	R$ 57,96	KRONA
341/433	39013186	JOELHO 40 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME .., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 45 MM., NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 0,800	R$ 36,80	KRONA
342/433	39013187	JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 0,920	R$ 42,32	KRONA
343/433	39013188	JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM X 45MMCOM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 0,930	R$ 42,78	KRONA
344/433	39013189	JOELHO 90 GR - DE PVC,COM BITOLA 75MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 2,290	R$ 105,34	KRONA
345/433	39013190	JOELHOS PARA MANGUEIRA 1/2	46,00	UN	R$ 0,680	R$ 31,28	REBOUÇAS
346/433	39013191	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 20MM X 1/2	46,00	UN	R$ 0,750	R$ 34,50	KRONA
347/433	39013193	JOELHO - DE PVC,SOLDAVEL,COM 90 GRAUS,COM 20MM MARROM	46,00	UN	R$ 0,170	R$ 7,82	KRONA
348/433	39013194	JOELHO - DE JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM 90º, COM DN 25MM	210,00	UN	R$ 0,200	R$ 42,00	KORNA
349/433	39013195	JOELHO DE REDUCAO DE 90- SOLDAVEL E COM ROSCA - 25X1/2, MARROM	90,00	UN	R$ 0,820	R$ 73,80	KRONA
350/433	39013196	JOELHO 90- DE PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 25X3/4, MARROM	90,00	UN	R$ 1,120	R$ 100,80	KRONA
351/433	39013197	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, COM 45º, COM DN 32MM	32,00	UN	R$ 1,770	R$ 56,64	KRONA

353/433	39013199	JOELHO - EM PVC SOLDAVEL,COM 45°,COM 50MM	32,00	UN	R$ 3,280	R$ 104,96	KRONA
357/433	39013203	LAMPADA ECONOMICA - 30W 220V, BASE E 27	185,00	UN	R$ 15,100	R$ 2.793,50	EMPALUX
358/433	39013204	LAMPADA ECONOMICA - EM VIDRO, 15 WATS, UNIPOLAR, CAIXA C/ 01 UNID	160,00	UN	R$ 7,900	R$ 1.264,00	EMPALUX
359/433	39013205	LAMPADA ELETRONICA ENCAIXE, COM POTENCIA NOMINAL DE 16W, 220V	43,00	UN	R$ 8,800	R$ 378,40	EMPALUX
360/433	39013206	LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA,QUADRUPLA,ELETRONICA, 45W,220V, ROSCA E27,LUZ BRANCA	48,00	UN	R$ 26,500	R$ 1.272,00	ALUMBRA
362/433	39013208	LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 160 W, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V - 60HZ, MATERIAL FLUORESCENTE	50,00	UN	R$ 13,960	R$ 698,00	EMPALUX
363/433	39013209	LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 250 WTS, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V	50,00	UN	R$ 20,960	R$ 1.048,00	EMPALUX
364/433	39013210	LAMPADA HALOGENA - ENCAIXE DA LAMPADA (BASE) BIPINO(DUPLO ENVELOPE), COM POTENCIA NOMINAL DE 1000 WATTS, SEM REFLETOR, COM VOLTAGEM DE 220 VOLTS.	50,00	UN	R$ 27,430	R$ 1.371,50	EMPALUX
365/433	39013211	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA 135W 220V E40 COR BRANCA	50,00	UN	R$ 107,650	R$ 5.382,50	EMPALUX
378/433	39013225	LUVA DE REDUCAO COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES P/TORRE MALACOFK	75,00	UN	R$ 0,470	R$ 35,25	KRONA
380/433	39013227	LUVA - DO TIPO PVC , 100,00MM PARA ESGOTO, COM FORNECIMENTO	65,00	UN	R$ 2,410	R$ 156,65	KRONA
381/433	39013228	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC,PARA ESGOTO COM DIAMETRO DE DN 40MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	32,00	UN	R$ 0,440	R$ 14,08	KRONA
382/433	39013229	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 50MM, PARA ESGOTO, COM ENCAIXE TIPO SIMPLES, SOLDAVEL	32,00	UN	R$ 1,160	R$ 37,12	KORNA
385/433	39013324	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ....., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	64,00	UN	R$ 1,110	R$ 71,04	KRONA
386/433	39013325	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 25 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	210,00	UN	R$ 1,530	R$ 321,30	KRONA
387/433	39013326	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 19¨	9,00	UN	R$ 6,470	R$ 58,23	FOX LYUX
388/433	39012974	CONEXAO T SOLDAVEL 25MM	65,00	UN	R$ 0,340	R$ 22,10	
389/433	39013192	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 25MM X 3/4	46,00	UN	R$ 1,120	R$ 51,52	KRONA
392/433	5014179	LAMPADA FLUORESCENTE - TUBULAR, BIPINO T18 40 W 220 VOLTS	50,00	UN	R$ 5,810	R$ 290,50	OSRAM
395/433	39012192	ARAME GALVANIZADO	32,00	KG	R$ 11,900	R$ 380,80	GERDAU
397/433	39012641	ADAPTADOR COM FLANGE - 50X1.1/2MM SOLD	35,00	UN	R$ 9,600	R$ 336,00	KRONA
398/433	39012643	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, ROSCA INTERNA COM DIAMETRO DE 3/4¨	40,00	UN	R$ 0,480	R$ 19,20	REBOUÇAS
399/433	39012644	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, COM BITOLA DE 3/4 X 1/2 POLEGADA	40,00	UN	R$ 0,830	R$ 33,20	REBOUÇAS
400/433	39012645	ADAPTADOR MANGUEIRA RED DE POLIETILENO, COM BITOLA DE1X3/4	35,00	UN	R$ 1,040	R$ 36,40	REBOUÇAS
401/433	39012646	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO,COM DIAMETRO DE 25X3/4	35,00	UN	R$ 0,260	R$ 9,10	KRONA
402/433	39012648	ADAPTADOR - DE PVC MARROM, SOLDAVEL CURTO, COM DIAMETRO DE 50MM COM ENCAIXE TIPO BOLSA E ROSCA	35,00	UN	R$ 1,610	R$ 56,35	KRONA
403/433	39012649	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE EMBUTIR UNIVERSAL,NO FORMATO HEXAGONAL,COM UMA ENTRADA 2 POLOS MAIS TERRA,TRES FUROS PARA ADAPTADOR PADRAO NOVO,20A / 220V,COM PLACA E PARAFUSOS,DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	75,00	UN	R$ 3,900	R$ 292,50	PLUZZIE
407/433	39012653	LUVA PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 20X1/2, NA COR MARROM, EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA FRIA	32,00	UN	R$ 0,470	R$ 15,04	KRONA
411/433	39012659	LUVA - EM PVC SOLDAVEL DE 25 X 3/4LR.,	32,00	UN	R$ 0,650	R$ 20,80	KRONA

Valor Total: R$ 61,641.39 (Sessenta e um mil e seiscentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos)

VALOR TOTAL R$ 519.289,46 (QUINHENTOS E DEZENOVE MIL DUZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente a entrega dos produtos e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Santo Antônio, 02 de Abril do ano de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GERENCIADOR

_____

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE

CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPIS LTDA

CNPJ Nº 14.888.303/0001-05

DETENTORA

_____

L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – ME

CNPJ Nº 05.511.353/0001-70

DETENTORA

_____

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE

MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 00.226.324/0001-42

DETENTORA

1ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO: _____	Nº RG: _____	ASSINATURA: _____

2ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO: _____	Nº RG: _____	ASSINATURA: _____

PORTARIA Nº. 059/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonera a pedido a Senhora **MAURA GODOY**, portadora da RG nº 59288/SSP-RO e CPF nº 175.385.978-67 do cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA do município de Novo Santo Antônio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 26 de Fevereiro de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 057/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **VALDILENE GUIMARÃES DOS SANTOS ABREU**, portadora da RG nº 1.501.698-6/SSP/MT e CPF nº 759.812. 701-87 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 017/2018 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CONTRATADA: GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA - EPP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Considerando a Ata de Registro de Preços publicada Portal da Transparência (SIC TCE/MT) Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de MT AMM/MT, no Diário Oficial de Contas TCE/MT e no site Municipal no dia 06 de Abril de 2018, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 PROCESSO Nº 010/2018.

RESOLVE RETIFICAR NOS SEGUINTES ASPÉCTOS:

ONDE SE LÊ:

Fornecedor: L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME CNPJ:05.511.353/0001-70

NR. ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
3/433	MANGUEIRA 3/4 3MM	325,00	R$ 1,960	R$ 637,00	PLASTILIT
4/433	MASSA CALAFETAR 350 GR	65,00	R$ 8,940	R$ 581,10	FILETE
12/433	TUBO DE PVC - TUBO DE PVC , PARA ESGOTO, BRANCO, DN 300MM 6 METROS DE COMPRIMENTO	10,00	R$ 350,000	R$ 3.500,00	PLASTILIT
27/433	BARRA DE FERRO TRELIÇA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/4X4,2MMX6MM	30,00	R$ 27,000	R$ 810,00	CIFENSA
28/433	BARRA DE FERRO - DE FERRO, UTILIZADA EM SERVICOS DIVERSOS, COM DIAMETRO DE 3/8 12 MM	25,00	R$ 40,320	R$ 1.008,00	GERDAU
32/433	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 3/8" COMPRIMENTO 1 METRO	115,00	R$ 4,000	R$ 460,00	CISER
33/433	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 5/16" COMPRIMENTO 1 METRO	61,00	R$ 3,650	R$ 222,65	CISER
37/433	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO, TIPO GANCHO, NAS DIMENSOES 366MM X 110MM, PARA SER UTILIZADO EM TELHA DE FIBROCIMENTO.	13,00	R$ 40,000	R$ 520,00	CISER
39/433	PARAFUSO PARA FIXACAO DE ACESSORIOS HIDRAULICOS - DE LATAO, COM PORCA, DO TIPO SEM CABECA,, NAS DIMENSOES N 10,, DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA, PORCA E ARRUELA, PARA SER UTILIZADO NA FIXACAO DE VASO SANITARIO, LAVATORIO E COLUNA	89,00	R$ 1,940	R$ 172,66	CISER
47/433	PARAFUSO COM PORCA SOBERBA E ROSCA - DO TIPO CABECA CHATA, NAS DIMENSOES BITOLA 5.5 X 90 MM	210,00	R$ 0,330	R$ 69,30	CISER
53/433	PARAFUSO SEM PORCA PARA FORRO,PONTA AGULHA	3200,00	R$ 0,240	R$ 768,00	CISER
60/433	BRACO PARA CHUVEIRO - EM PVC, 40CM, 1/2¨, DE ROSCA	59,00	R$ 5,720	R$ 337,48	KRONA
65/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - TRIFASICO DE 5M, CONTENDO QUADRO DE MEDICAO DE ATE 200 AMPERES	10,00	R$ 1.249,000	R$ 12.490,00	MATEL
69/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 5 METROS	10,00	R$ 799,000	R$ 7.990,00	MATEL
70/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 7 METROS	10,00	R$ 949,000	R$ 9.490,00	MATEL
73/433	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICA, MEDINDO 1,60X 0,55 M, PARA LAVAR LOUCAS	10,00	R$ 148,000	R$ 1.480,00	MARJORITY
88/433	PORCA - DE ACO, DO TIPO COM FLANGE, COM BITOLA DE DE 3/8	535,00	R$ 0,240	R$ 128,40	CISER
89/433	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 5/16	535,00	R$ 0,090	R$ 48,15	CISER
92/433	PORTA - DE CORRER, EM EUCATEX,MEDINDO 2,10X1,50M	3,00	R$ 1.700,000	R$ 5.100,00	HAIALA
98/433	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 60CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO MEXICANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	R$ 223,000	R$ 5.352,00	GEROTTO
100/433	PORTA SANFONADA - DE PVC, 0,80M E 60M	15,00	R$ 115,000	R$ 1.725,00	MADEZACO
108/433	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO SINTETICO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, QUADRADA	28,00	R$ 4,980	R$ 139,44	PLASTBOM
118/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO,CILINDRICA,COM TAMPA,CAPACIDADE PARA 2000 LITROS,NA COR AZUL,MEDINDO 0,90 X 1,88M,ESPESSURA DA PAREDE: 6 MM,ESPESSURA DO FUNDO: 6 MM	12,00	R$ 853,000	R$ 10.236,00	FORTLEV
119/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO, EM FORMA CILINDRICA, CAPACIDADE PARA 1000 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 1,49M X 87CM, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 8MM	12,00	R$ 323,000	R$ 3.876,00	FORTLEV
120/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, EM FORMA REDONDA, COM C/TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 670/590MM ALTURA X 1348/1013 DIAMETRO, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6,00MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 6,00MM	12,00	R$ 200,000	R$ 2.400,00	FORTLEV
124/433	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 150 MM	18,00	R$ 14,900	R$ 268,20	KRONA
129/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 25MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 1,990	R$ 35,82	PLASTILIT
132/433	CANTONEIRA - EM L, MEDINDO 40,00CM, COM 4 FUROS, NA COR BRANCA	53,00	R$ 9,900	R$ 524,70	STARFER
133/433	CANALETA DE FERRO - EM FERRO, NO FORMATO QUADRADO, COM 2 M DE COMPRIMENTO	34,00	R$ 42,000	R$ 1.428,00	ALUMBOM
136/433	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19X39	30,00	R$ 8,600	R$ 258,00	GEDORE
139/433	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60	30,00	R$ 10,000	R$ 300,00	GERDAU
140/433	TELHA - DE CERAMICA,CAPOTE PARA TELHA PORTUGUESA	800,00	R$ 3,000	R$ 2.400,00	OURO PRETO

150/433		PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 12X12		40,00	R$ 13,440		R$ 537,60	GERDAU
153/433		CARRO DE MAO - EM FERRO, PNEU MACICO		11,00	R$ 137,000		R$ 1.507,00	MAESTRO
154/433		PROLONGAMENTO P/ VLAVULA DE RETENCAO DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 150 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		12,00	R$ 11,900		R$ 142,80	PLASTILIT
155/433		CATALISADOR MASSA PLÁSTICA- FEITA DE RESINA POLIESTER,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA,COM CAPACIDADE PARA 900GR		32,00	R$ 2,990		R$ 95,68	MASSA FIX
160/433		QUEROSENE - 900ML		38,00	R$ 11,400		R$ 433,20	GOL
161/433		PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM LOCAL INTERNO (PEI4),MEDINDO (36X36)CM, EM CORES VARIADAS MASSA DE FABRICACAO CINZA, ABSORCAO DE AGUA MAIOR DE 6%, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, C/APRESENTACAO DO SELO IMETRO		430,00	R$ 20,000		R$ 8.600,00	CERAMICAS RAMOS
163/433		CIMENTO 50KG		1700,00	R$ 32,490		R$ 55.233,00	CIPLAN
167/433		COLA PARA SAPATEIRO - DE RESINA NATURAL E SINTETICA, ACETONA, PARA COLAR BOLSA, SAPATO, CINTO, CARTEIRA, EMBALADA EM LATA CONTENDO 195 G		15,00	R$ 12,400		R$ 186,00	AMAZONAS
168/433		COMPRESSOR - COMPRESSOR PORTATIL DE AR DIRETO MOTOCOMPRESSOR DE MEMBRANA - ISENTO DE OLEO,COM PRESSAO DE NO MINIMO PSI: 40, - 2,8 BAR,DESLOCAMENTO 65 L/MIN:,MOTOR MONOFASICO COM 04 POLOS COM ROTAÇÃO DE NO MINIMO,POTENCIA DE 1/3 CV,ALIMENTACAO ELETRICA 220VOLTS/60HZ,ACOMPANHA KIT COM: 01 PISTOLA DE PINTURA## 01 BICO DE LIMPEZA## 02 FILTROS RESERVAS PARA MANUTENÇAO##,05 METROS DE MANGUEIRAS## MANUAL DE INSTRUÇÕES.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.ASSISTENCIA TECNICA EM MATO GROSSO		4,00	R$ 720,000		R$ 2.880,00	SCHULUZ
170/433		CORDA - EM POLIETILENO, MONOFIO VARAL,COM ESPESSURA DE 3MM		64,00	R$ 0,240		R$ 15,36	RIOMAR
171/433		CORDA - DE NYLON, COLORIDO, 6MM		64,00	R$ 0,950		R$ 60,80	RIOMAR
174/433		CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, NA COR BRANCA, PARA SE USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		64,00	R$ 6,300		R$ 403,20	KRONA
177/433		LUVA - CONFECCIONADO EM GALVANIZADA, COM DIAMETRO DE DE REDUÇÃO 3/4¨ X 1/2¨, COM ENCAIXE TIPO DE ROSCA		46,00	R$ 3,000		R$ 138,00	KRONA
182/433		LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 1 POLEGADAS, 3/4 NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA FRIA		24,00	R$ 1,140		R$ 27,36	KRONA
183/433		LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 3/4, NA COR MARROM, BRANCO, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS		40,00	R$ 1,530		R$ 61,20	KRONA
190/433		SERRA SEQUETA		24,00	R$ 5,700		R$ 136,80	STARRET
195/433		SELANTE - ADEVISO A BASE DE BORRACHA DE SILICONE ACETICO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS -30 A 170°C COM PICOS DE 235ºC,PARA SELAR, VEDAR E CALAFETAR JUNTAS DE VEDACAO DE MOTORES, CAMBIO, BOMBA D AGUA E DE OLEO, CALDEIRAS, SISTEMAS DE AQUECIMENTO E EXAUSTAO, ACABAMENTO DE FORNO E ESTUFAS, INSTRUMENTACOES INDUSTRIAIS E ETC,NAS CORES VERMELHA, PRETA E CINZA, EMBALADO EM TUBO DE 280GR		23,00	R$ 15,900		R$ 365,70	TEKBOND
202/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 30CM		32,00	R$ 12,000		R$ 384,00	GALVANI
203/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 40CM		32,00	R$ 14,450		R$ 462,40	GALVANI
204/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 50MM		32,00	R$ 20,000		R$ 640,00	GALVANI
205/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 1,00CM		32,00	R$ 45,000		R$ 1.440,00	GALVANI
206/433		SUPORTE P/ ROLO DE PINTURA		21,00	R$ 8,500		R$ 178,50	LUDIANE
207/433		TINTA EM SPRAY - PARA GRAFITAGEM 360 ML		76,00	R$ 14,800		R$ 1.124,80	COLORIM
208/433		TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1.00 X 50CM, COM 02 CUBAS		10,00	R$ 120,000		R$ 1.200,00	MARJORITY
216/433		DISCO DE CORTE - EM INOX,MEDINDO 7 POL,REFORCADO		40,00	R$ 6,900		R$ 276,00	TYROLIT
218/433		DISJUNTOR - DIFERENCIAL RESIDUAL,BIPOLAR,C,DE 25A,CLASSE DE INTERRUPCAO DE 30MA,220,COM APRESENTACAO DO DO SELO DO INMETRO		14,00	R$ 29,900		R$ 418,60	STECK
244/433		TINTA - SECAGEM EXTRA RAPIDA,NA COR OCRE COLONIAL,UTILIZADA EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS,PARA PINTURA DE PAREDES OU TEXTURAS 18 LITROS		40,00	R$ 75,000		R$ 3.000,00	IPE
246/433		TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM), NBR 5640,5639,8055		5130,00	R$ 1,800		R$ 9.234,00	CERAMICA PONTAL
247/433		TELHA - EM CERAMICA,TIPO PORTUGUESA		7300,00	R$ 1,800		R$ 13.140,00	CERAMICA PONTAL
248/433		TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44X0,50M X 6MM		250,00	R$ 14,950		R$ 3.737,50	ETERNIT
249/433		TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 3,66MM		105,00	R$ 81,950		R$ 8.604,75	ETERNIT
250/433		TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS		39000,00	R$ 0,750		R$ 29.250,00	F.MARQUES
252/433		TINTA ACRILICA - TINTA ACRÍLICA 18 LITROS		80,00	R$ 128,000		R$ 10.240,00	IPE
253/433		TINTA ACRILICA - GALAO DE 3,6 LITROS		78,00	R$ 34,000		R$ 2.652,00	IPE

254/433	TINTA ESMALTE - BRILHANTE, PARA CONSTRUCAO CIVIL, PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS DE TIJOLOS, TELHAS, OBJETOS DE CERAMICA, NA COR CERAMICA 18 LITROS	47,00	R$ 150,000	R$ 7.050,00	IPE	
264/433	TORNEIRA - DE METAL, LINHA TARGA 1190 C40 CROMADA, PARA PIA	43,00	R$ 39,000	R$ 1.677,00	AMERICANA	
294/433	CORANTE PARA TINTA - PARA ADICAO EM PIGMENTO EM PO PARA ADICAO EM CIMENTO 600ML	26,00	R$ 17,500	R$ 455,00	XADREZ	
297/433	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL, COM DE 1/2¨ X 50CM, NA COR BRANCA	57,00	R$ 4,400	R$ 250,80	PLASTILIT	
303/433	TINTA ESMALTE - SINTETICO BASE AGUA, COM BAIXO ODOR E RAPIDA SECAGEM,PARA METAIS E MADEIRAS 3,6 LITROS	32,00	R$ 59,000	R$ 1.888,00	IPE	
305/433	EXTENSAO - EM PVC ,ELETRICA,TIPO CARRETEL,TENSAO 250V,CORRENTE 20A,POTENCIA DE 2200W E DUPLA ISOLACAO,PARA PROLONGAMENTO DE TOMADA## COM 3 TOMADAS COM ENCAIXE DE 3 PINOS,MEDINDO 50,00MT DE COMPRIMENTO,NA BITOLA CABO PP 2,0 X 2,5MM	11,00	R$ 262,000	R$ 2.882,00	FIOFLEX	
321/433	FITA ISOLANTE - EMBORRACHADA, DUPLA FACE, MEDINDO 10M	32,00	R$ 2,440	R$ 78,08	3M	
332/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,50M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	24,00	R$ 249,000	R$ 5.976,00	GEROTTO	
334/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,00 X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	19,00	R$ 206,000	R$ 3.914,00	GEROTTO	
335/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 90 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	R$ 6,300	R$ 289,80	KRONA	
338/433	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME CONFORME NBR 5648, COM DIAMETRO NOMINAL DE 8¨ (200 MM), NA COR BRANCO, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO PREDIAL	46,00	R$ 65,000	R$ 2.990,00	KRONA	
356/433	LAMPADA INCANDESCENTE - BULBO CRISTAL, PADRÃO, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V, E POTENCIA NOMINAL DE CONSUMO DE 150W	185,00	R$ 9,800	R$ 1.813,00	BUSINESS	
361/433	LAMPADA ELETRONICA - DO TIPO MINIDICROICA,35W, 220 VOLTS,BASE E-27 NA COR BRANCA	48,00	R$ 14,800	R$ 710,40	BUSINESS	
377/433	LONA PLASTICA - EM LONA PLASTICA,ROLO,PRETA, LARGURA DE 8 METROS	200,00	R$ 8,100	R$ 1.620,00	MAXILONA	
404/433	SOLVENTE - TIPO AGUA RAZ COMPOSTO SOLVENTE ALIFATICO,APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA,DO TIPO SOLVENTE,UTILIZADO PARA REMOCAO E DILUICAO DE TINTAS VINILICAS FOSCAS LATA 900 MILILITRO	21,00	R$ 9,900	R$ 207,90	GOL	
412/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 3/8¨	610,00	R$ 0,120	R$ 73,20	CISER	
413/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 5/16	610,00	R$ 0,100	R$ 61,00	CISER	
414/433	ARRUELAS - DE EM FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/2	900,00	R$ 0,300	R$ 270,00	CISER	
415/433	LUVA SOLDAVEL 50MM	32,00	R$ 2,450	R$ 78,40	KRONA	
417/433	AREIA - FINA LAVADA	190,00	R$ 78,000	R$ 14.820,00	FS	
420/433	MANGOTE PARA SUCCAO	200,00	R$ 8,950	R$ 1.790,00	ROLOPLAST	
422/433	MANGUEIRA - DE PLASTICO, CORRUGADA, COM COMPRIMENTO DE 1 M, COM DIAMETRO DE 3/4	180,00	R$ 1,450	R$ 261,00	TAMBASA	
431/433	MANGUEIRA JARD 1/2 15 M	32,00	R$ 2,800	R$ 89,60	FLEX	

Valor Total: R$ 280.807,33 (Duzentos e oitenta mil e oitocentos e sete reais e trinta e três centavos)

Fornecedor: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPIS LTDA CNPJ: 14.888.303/0001-05

Nr. Item	Descrição Produto	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Marca	
2/433	MANGUEIRA 1 1/2¨3MM	185,00	R$ 2,860	R$ 529,10	MANTAC	
6/433	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	65,00	R$ 28,000	R$ 1.820,00	NEOVINIL	
7/433	MASSA CORRIDA PVA 3,6 L	65,00	R$ 17,000	R$ 1.105,00	NEOVINIL	
8/433	MASSA PLASTICA 1 KG	58,00	R$ 15,000	R$ 870,00	CARPLAST	
9/433	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA, PARA CHAPA DE FERRO E MADEIRA, EMBALADO EM LATA, COM CAPACIDADE PARA 400ML	56,00	R$ 11,000	R$ 616,00	CARPLAST	
10/433	MASSA PLASTICA - DO TIPO MASSA RAPIDA NA COR CINZA OU BRANCA,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADO EM GALAO,COM CAPACIDADE PARA 900 ML	56,00	R$ 14,900	R$ 834,40	CARPLAST	
11/433	MARTELO - DE UNHA, PESANDO 670G, MEDINDO 29MM, COM CABECA DE ACO POLIDO E CABO DE MADEIRA	10,00	R$ 25,400	R$ 254,00	THOMPSON	
13/433	MARRETA - EM ACO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 2 KG, COM CABO DE MADEIRA	10,00	R$ 34,800	R$ 348,00	RIO FORT	
25/433	MARRETA - EM AÇO FORIADO,PESANDO 2 KG	10,00	R$ 30,900	R$ 309,00	RIO CLADO	
31/433	PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO	12,00	R$ 23,900	R$ 286,80	RAMADA	
41/433	BOTA - EM PVC, COM FORRO DE POLIESTER, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO CURTO, NA COR BRANCA, PAR	16,00	R$ 24,770	R$ 396,32	CARTOM	
49/433	BOTA - BOTA MASCULINA NA COR BRANCA EM PVC CANO LONGO PAR	16,00	R$ 24,750	R$ 396,00	CARTOM	
56/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 0, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA	

57/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 01, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA	
58/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA	
64/433	BROCA - DE ACO RAPIDO,5MM,PARA MADEIRA	42,00	R$ 6,350	R$ 266,70	HTOM	
72/433	BROCA - DE ACO RAPIDO 13 MM, PARA MADEIRA	52,00	R$ 43,000	R$ 2.236,00	HTOM	
82/433	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 2 MM PARA CONCRETO	52,00	R$ 4,400	R$ 228,80	HTOM	
84/433	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 4 MM PARA CONCRETO	52,00	R$ 4,000	R$ 208,00	HTOM	
85/433	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,LONGO, TAMANHO 1 - QUADRADO	23,00	R$ 2,600	R$ 59,80	COMPEL	
86/433	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,, TAMANHO 3	23,00	R$ 9,500	R$ 218,50	COMPEL	
87/433	PISTOLA PARA PINTURA	6,00	R$ 51,900	R$ 311,40	WORKER	
93/433	PORTA - DE MADEIRA MISTA,MEDINDO 0,80 X 2,10M	13,00	R$ 309,000	R$ 4.017,00	MT MADEIRA	
94/433	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 80 CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO VENEZIANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	R$ 225,000	R$ 5.400,00	AÇOFER	
99/433	PORTAS DE MADEIRA - EM COMPENSADO, COM ALTURA DE 2,10M, LARGURA DE 80CM, LISA, LIXADA, COM MACANETA E DOBRADICAS	32,00	R$ 188,500	R$ 6.032,00	MTMADEIRAS	
101/433	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80 E 0,60M	15,00	R$ 305,000	R$ 4.575,00	MTMADEIRAS	
107/433	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, REDONDA	28,00	R$ 5,400	R$ 151,20	USE	
109/433	CABO DE AÇO - DE AÇO GALVANIZADO, COM 1/2¨	175,00	R$ 13,300	R$ 2.327,50	LOYAL	
111/433	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 3 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	R$ 0,000	R$ 0,00		
112/433	CADEADO - DE 20MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	145,00	R$ 10,500	R$ 1.522,50	PADO	
113/433	CADEADO - DE 30MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	26,00	R$ 15,200	R$ 395,20	PADO	
114/433	CADEADO - DE 40MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	22,00	R$ 20,900	R$ 459,80	PADO	
115/433	CADEADO - CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTE DE ACO TEMPERADO E CROMADO,CHAVE NIQUELADA	22,00	R$ 31,500	R$ 693,00	TRIANGLE	
116/433	CAIXA DE DESCARGA - EM PLASTICO RIGIDO PVC,NO FORMATO RETANGULAR,COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, NA COR BRANCA,DEVENDO O MATERIAL VIR COMPLETO	30,00	R$ 26,400	R$ 792,00	ALUMASSA	
127/433	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 75 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	18,00	R$ 3,250	R$ 58,50	FORTLEV	
128/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 20MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 0,350	R$ 6,30	FORTLEV	
130/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 40MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 1,490	R$ 26,82	FORTLEV	
134/433	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80X2,10M	23,00	R$ 224,900	R$ 5.172,70	MTMADEIRAS	
135/433	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS	38,00	R$ 13,940	R$ 529,72	ITABRANCA	
138/433	CAMARA DE AR - PARA CARRO DE MAO, DE BORRACHA	11,00	R$ 19,900	R$ 218,90	AJAX	
152/433	PREGO - MEDINDO 18 X 30 POL, PARA FIXACAO DE TELHA	40,00	R$ 12,440	R$ 497,60	MORLAN	
157/433	CAVADEIRA - MÉDIA, RETA, COM 2 LAMINAS, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	18,00	R$ 85,000	R$ 1.530,00	PARABONI	
159/433	PNEUMATICO PARA UTILITARIO - PNEU COM DIMENSOES 350 X 8,CONSTRUCAO NAO RADIAL,COM CAMARA,ARO 350 X 8,CAPACIDADE 300 KG, PARA CARRINHO DE ARMAZEM PESADO,CONTROLE DE QUALIDADE DO INMETRO.	8,00	R$ 47,990	R$ 383,92	AJAX	
162/433	CILINDRO DE FECHADURA, MATERIAL EM AÇO	32,00	R$ 19,500	R$ 624,00	ALIANÇA	
165/433	COLA - LIQUIDA,TRANSPARENTE,PARA CANO DE PVC,COM BICO APLICADOR BISNAGA COM 175 GR	15,00	R$ 10,100	R$ 151,50	SILOC	
166/433	COLA P/ MADEIRA - PLASTICA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM MADEIRA, DO TIPO LIQUIDA, APLICACAO POR APLICADA COM PINCEL, EMBALAGEM EMBALADA EM TUBO DE (1 KG)	32,00	R$ 27,000	R$ 864,00	AFIX	
172/433	CORRENTE - DE FERRO GALVANIZADO, COM 6 MM DE DIAMETRO	64,00	R$ 7,590	R$ 485,76	VONDER	
173/433	CORRENTE - DE FERRO POLIDO, COM ESPESSURA DE 8 MM	64,00	R$ 11,940	R$ 764,16	VONDER	
176/433	RASTELO - EM PLASTICO, COM TAMANHO MEDIO	19,00	R$ 20,900	R$ 397,10	THOMPSON	
180/433	BUCHA DE REDUCAO - DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	16,00	R$ 2,490	R$ 39,84	FORTLEV	
186/433	ROLO DE LA PARA PINTURA - EM ROLO P/TEXTURA, DE 23CM	24,00	R$ 20,000	R$ 480,00	COMPEL	
188/433	CHAVE DE FENDA – PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM COM PONTA IMANTADA, 1/4X4 .	13,00	R$ 5,700	R$ 74,10	WORKER	
192/433	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 13MM	9,00	R$ 4,900	R$ 44,10	WORKER	
194/433	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 10X11 MM	9,00	R$ 4,600	R$ 41,40	WORKER	

209/433	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - PEQUENO REDONDO COM REGISTRO	15,00	R$ 54,000	R$ 810,00	KRONA		
210/433	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - GRANDE REDONDO COM REGISTRO	13,00	R$ 28,500	R$ 370,50	SINTEX		
213/433	DESEMPENADEIRA - DE PLASTICO,COM CABO DE PLASTICO,MEDINDO 15,0 X 30,0 CM,PARA APLICACAO DE MASSA CORRIDA	9,00	R$ 9,900	R$ 89,10	GERPLAST		
214/433	DESEMPENADEIRA - DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, DENTEADA, MEDINDO (15X30) CM, PARA APLICACAO DE ARGAMASSA E ASSENTAMENTO DE CERAMICA	9,00	R$ 12,500	R$ 112,50	PARABONI		
215/433	DESENGRIPANTE SINTETICO,A SER APLICADO EM MATERIAIS FERROSOS E SIMILARES,BIODEGRADAVEL E ANTICORROSIVO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM SPRAY (COM VALVULA AEROSOL)	40,00	R$ 9,200	R$ 368,00	USE		
217/433	DISCO PARA LIXADEIRA - DE FIBRA, NUMERO 60, MODELO CONVENCIONAL	46,00	R$ 7,300	R$ 335,80	ICDER		
219/433	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS, BIPOLAR, C, DE 30 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 10KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	R$ 28,000	R$ 392,00	SOPRANO		
220/433	DISJUNTOR - BIPOLAR PADRAO DIN ,CURVA C , DE 40 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 3KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	R$ 21,300	R$ 298,20	SOPRANO		
225/433	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 15 A	14,00	R$ 7,280	R$ 101,92	SOPRANO		
232/433	DOBRADICA - DE FERRO CROMADO, MEDINDO 4¨ X 3¨, DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE LISA, COM 03 FUROS POR FACE	53,00	R$ 10,300	R$ 545,90	MERKEL		
233/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	53,00	R$ 16,400	R$ 869,20	VONDER		
234/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35M DE COMPRIMENTO P/3,25 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	115,00	R$ 16,900	R$ 1.943,50	VONDER		
235/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO DIMENSÃO DE 4MM	70,00	R$ 16,800	R$ 1.176,00	VONDER		
236/433	JOELHO DE 90 GRAUS COM BOLSA PARA ANEL, EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40MM X 45MM	65,00	R$ 0,580	R$ 37,70	FORTLEV		
256/433	TINTA PARA PISO 18 LT	40,00	R$ 135,000	R$ 5.400,00	NEOVINIL		
257/433	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, FOSCO, PARA LOUSA (QUADRO NEGRO) 3,6L	24,00	R$ 80,000	R$ 1.920,00	BRASILUX		
258/433	THINNER - NO TIPO LIQUIDO, LATA DE 5 LITROS, COMPOSTO DE ALCOOL, ESTER , HIDROCARBONETO AROMATICO E ACELERADOR PARA SECAGEM (DIAS UMIDOS), PARA DISSOLVER TINTAS A BASE DE RESINAS E POLIMEROS ES-PECIFICOS DA PINTURA AUTOMOTIVA.	70,00	R$ 47,500	R$ 3.325,00	GOL		
259/433	THINNER - NO TIPO DESENGRAXANTE, 900 ML, COMPOSTO DE HIDROCARBONETOS, PARA LIMPEZA COMPLETA DE SUPERFICIES	71,00	R$ 10,000	R$ 710,00	GOL		
260/433	TRENA - METALICA,EM ACO, 10 METROS, COM GRADUACAO DE 1MM, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	14,00	R$ 17,000	R$ 238,00	THOMPSON		
261/433	TRENA - EM FITA DE FIBRA DE VIDRO, COM CABO, MEDIDAS GRAVADAS NAS DUAS FACES EM METRO, CENTIMETRO E MILIMETRO, COM TRAVA PARA FIXAR A FITA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO E 19MM DE LARGURA, DEVENDO SER ACONDICIONADA DE FORMA A GARANTIR PROTECAO DURANTE TRANSPORTE E ESTOCAGEM COM GARANTIA DE 1 ANO A APARTIR DA DATA DE ENTREGA	14,00	R$ 41,000	R$ 574,00	KALA		
262/433	TORNEIRA - DE METAL, BICA MOVEL,PAREDE, DIAMETRO 3/4¨, PARA PIA	53,00	R$ 46,400	R$ 2.459,20	LIEGE		
263/433	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA PIA	53,00	R$ 7,000	R$ 371,00	GERPLAST		
265/433	TORNEIRA PLASTICA 3/4¨ PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	48,00	R$ 4,000	R$ 192,00	GERPLAST		
267/433	TORNEIRA - DE METAL (ESFERA), COM ENCAIXE EM ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE 3/4 POLEGADA, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE 1/2 POLEGADA, PARA SER INSTALADA EM FILTRO	43,00	R$ 16,400	R$ 705,20	THOMPSON		
272/433	TUBO DE LIGACAO CINZA PARA LAVATORIO - DE METAL FLEXIVEL, COM DIAMETRO DE 1/2~COM 40 CM, PARA SER UTILIZADO EM PIA DE LAVATORIO	28,00	R$ 11,500	R$ 322,00	KRONA		
273/433	TOMADA ELETRICA - DE TERMOPLASTICO, DE SOBREPOR (EXTERNA), NO FORMATO RETANGULAR, COM 2 POLOS + TERRA, UNIVERSAL, NA COR CINZA, COM CAPACIDADE ELETRICA DE 10A-250V, COM PLACA,	30,00	R$ 4,600	R$ 138,00	ILUMI		
275/433	TOMADA PARA REDE DE COMPUTADOR - EM TERMOPLASTICA, FORMATO QUADRADA, COM 03 CONTATOS, ESPELHO ANGULAR COM 3 POSICOES, DE CAPACIDADE PARA ATE DOIS CONECTORES M8V, COM ATRAVES DE PARAFUSOS, MARFIM	37,00	R$ 21,900	R$ 810,30	ILUMI		
277/433	TOMADA - PLUG AMERICANO 02 TOMADAS NA FRENTE PARA TELEFONE.	32,00	R$ 18,500	R$ 592,00	ILUMI		
280/433	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	R$ 13,100	R$ 524,00	FORTLEV		
281/433	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 32 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	R$ 5,500	R$ 220,00	FORTLEV		
284/433	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 50M	40,00	R$ 3,200	R$ 128,00	GOL		
285/433	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE BORRACHA TERMOPLASTICA (TIPO VEDA CALHA),APRESENTADO EM FORMA DE PASTA TRANSPARENTE,VEDACAO DE CALHAS,TELHAS,RUFOS E COMO SELANTE PARA MADEIRA, METAL E FIBROCIMENTO.,ACONDICIONADO EM BISNAGA	32,00	R$ 12,500	R$ 400,00	POWERVED		
287/433	VALVULA PARA LAVATORIO - DE VALVULA PARA LAVATORIO, DO TIPO LONGO, PARA SER ENTREGUE SEM LANDRAO, COM ROSCA DE DIAMETRO 01 POLEGADA, PARA SER UTILIZADA EM PARA ROUPA EM PVC	40,00	R$ 2,100	R$ 84,00	KRONA		
290/433	TINTA VERNIZ PARA MADEIRA - INCOLOR, BRILHANTE 900ML	35,00	R$ 14,500	R$ 507,50	BRASILUX		
291/433	TINTA VERNIZ PARA CONSTRUCAO CIVIL - NA COR HOSPITALAR, EPOXI DE ADERENCIA, MODIFICADO, BICOMPONENTE, SEM SOLVENTE, VERMELHO BRILHANTE, PARA AZULEJOS, PAREDES, PISOS, TELHAS, ETC. CONJUNTO COM 2 GALOES DE 3,6 L CADA	34,00	R$ 146,900	R$ 4.994,60	BRASILUX		

292/433	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO (1,00 X 1,20)M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	11,00	R$ 225,000	R$ 2.475,00	AÇOFER		
293/433	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO 150M X 1M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	16,00	R$ 255,000	R$ 4.080,00	AÇOFER		
295/433	TINTA - ZARCAO PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE EXTERNO,INTERNO 18L	44,00	R$ 150,500	R$ 6.622,00	MAZA		
299/433	ENXADA - ENXADA LARGA DE 20,5 DE QUALIDADE, COM CABO	14,00	R$ 37,500	R$ 525,00	PARABONI		
300/433	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO DE 3 LIBRAS	11,00	R$ 22,400	R$ 246,40	RAMADA		
304/433	ESPATULA LAMINADA - DE 6CM COM CABO DE MADEIRA	13,00	R$ 6,000	R$ 78,00	USE		
306/433	FACAO - EM ACO, 18 POLEGADAS, CABO ANATOMICO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM BAINHA EM COURO	10,00	R$ 22,900	R$ 229,00	PARABONI		
309/433	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 10,0MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	R$ 3,550	R$ 2.733,50	COBRECON		
313/433	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	R$ 33,210	R$ 25.571,70	COBRECON		
317/433	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA POLIESTER, COM CATALISADOR,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA 495GR	42,00	R$ 13,000	R$ 546,00	CARPLAST		
318/433	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 50,00MMX50,00M	42,00	R$ 9,000	R$ 378,00	AFA		
319/433	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	42,00	R$ 3,000	R$ 126,00	AFA		
320/433	FITA ISOLANTE - FITA EM PLASTICO DE ALTA FUSAO,MEDINDO 10M	32,00	R$ 23,900	R$ 764,80	3M		
324/433	FURADEIRA - BOSH GSB13 RE	32,00	R$ 295,000	R$ 9.440,00	BOSCH		
325/433	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 3,6 LITROSTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA 900ML	32,00	R$ 65,000	R$ 2.080,00	VIAPOL		
326/433	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 18_LITROS	19,00	R$ 270,000	R$ 5.130,00	VIAPOL		
331/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 2M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	26,00	R$ 349,900	R$ 9.097,40	AÇOFER		
333/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE COM PINTURA ANTIFERRUGEM, 1,20 M X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM GRADE	24,00	R$ 263,000	R$ 6.312,00	AÇOFER		
336/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	R$ 5,140	R$ 236,44	FORTLEV		
339/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 40MM	46,00	R$ 1,540	R$ 70,84	FORTLEV		
352/433	JOELHO 45 GR - SOLDAVEL PVC,DN 40MM,..	32,00	R$ 3,070	R$ 98,24	FORTLEV		
354/433	JOELHO 45 GR - PVC SOLDAVEL MARROM,DN 60MM,..	32,00	R$ 10,850	R$ 347,20	FORTLEV		
355/433	KIT PARA BANHEIRO - DE INOX,COM 5 PEÇAS	32,00	R$ 40,300	R$ 1.289,60	LIEGE		
366/433	LAVATORIO - DE LOUCA, NA COR BEGE, TIPO LAVATORIO SEM COLUNA, NO FORMATO OVALADO, COM DIMENSOES 45,5 X 36 CM, FURO CENTRAL, PARA INSTALACAO DE LAVATORIO	19,00	R$ 150,000	R$ 2.850,00	LOGASA		
367/433	LUVA - LATEX AMARELA, COM FORRO FLOCADO EM ALGODAO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COM VIROLA,COMPRIMENTO 29CM, TAMANHO P,M E G POSSUI UMA BOA FLEXIBILIDADE E RESISTENCIA A ABRASAO E RASGOS	21,00	R$ 3,400	R$ 71,40	SUPERSAFETY		
368/433	LUVA DE PROTECAO - EM RASPA DE COURO (CANO CURTO E LONGO)¨	23,00	R$ 8,900	R$ 204,70	LUMA		
369/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA PAREDE, GRAO 120, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU		
370/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, MULTIUSO, PARA PAREDE, MADEIRA E METAIS, GRAO Nº 150, EM FOLHA, MEDINDO 225X275MM, PARA ACABAMENTO	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU		
371/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO (TIPO D`AGUA),PARA USO EM PAREDE,GRAO 220,EM FOLHA,MEDINDO 127,00MM,PARA MASSA PLASTICA	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU		
372/433	LIXA - DE CARBURETO DE SILICIO (LIXA D-AGUA), PARA MASSA, GRAO 80, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	150,00	R$ 1,050	R$ 157,50	TATU		
373/433	LIXAS - DISCO, NUMERO 36, PARA LIXAR FERRO	32,00	R$ 4,300	R$ 137,60	NORTON		
374/433	LIXA - DE OXIDO DE FERRO, PARA FERRO, GRAO 220, EM FOLHA, MEDINDO 280X230MM, PARA ACABAMENTO	69,00	R$ 2,530	R$ 174,57	TATU		
375/433	LIMA - EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO TEMPERADO,MEDINDO 4¨ 12X1¨,TRIANGULAR - TIPO KF	18,00	R$ 12,400	R$ 223,20	KF		
376/433	LONA PLASTICA - EM PLASTICOS, ROLO, PRETA, EM CONTECOES DE INFILTRACOES E SATURACAO DE AGUAS NAS BARREIRAS, 8M X 50M	200,00	R$ 12,000	R$ 2.400,00	NORTENE		
379/433	LUVA - EM PVC,BRANCA,DE REDUCAO,COM DIAMETRO 1 POLX 3/4 POL,COM ROSCA INTERNA	75,00	R$ 1,490	R$ 111,75	FORTLEV		
383/433	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	32,00	R$ 3,190	R$ 102,08	FORTLEV		
390/433	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, COM TAMPA DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO POR PARAFUSOS, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NBR 11778, 11990,11991E DEFICIENCIA FISI- CA__P/ VASO SANITARIO INFANTIL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	6,00	R$ 28,000	R$ 168,00	ALUMASSA		
393/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,50 X 1,00 M, COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	30,00	R$ 242,000	R$ 7.260,00	AÇOFER		

394/433	COLA BRANCA 01 LT USO DIVERSOS	32,00	R$ 27,900	R$ 892,80	AFIX
396/433	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM X 3/4¨ PARA AGUA FRIA	45,00	R$ 3,100	R$ 139,50	FORTLEV
405/433	ANEL DE VEDACAO - DE CERA COM GUIA,COM DIAMETRO DE 140MM,PARA SER UTILIZADO EM VEDACAO DE VASO SANITARIO	56,00	R$ 8,600	R$ 481,60	USE
406/433	ARAME - LISO, APRESENTADO EM UTILIZADO EM CERCA 1000M	28,00	R$ 390,950	R$ 10.946,60	MEGACAMPO
410/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/4	61,00	R$ 0,050	R$ 3,05	JOMARCA
418/433	LUVA SOLDAVEL 60 MM	32,00	R$ 5,580	R$ 178,56	FORTLEV
419/433	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE EPOX (2 COMPONENTES), APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA, UTILIZADO EM SOLIDOS, ACONDICIONADO EM BISNAGA 50 GRAMAS	21,00	R$ 17,050	R$ 358,05	HENKEL
421/433	ASPERSOR PARA IRRIGAÇAO DE JARDIM	21,00	R$ 16,900	R$ 354,90	GARDEN
424/433	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 2MM	180,00	R$ 2,170	R$ 390,60	MANTAC
425/433	MANGUEIRA - CRISTAL 3/4 2MM	180,00	R$ 3,700	R$ 666,00	MANTAC
426/433	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 8¨, CABO ISOLADO EM PVC, ACABAMENTO OXIDADO	6,00	R$ 49,900	R$ 299,40	LOYAL
427/433	ALICATE - PRESSAO, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO	6,00	R$ 33,000	R$ 198,00	THOMPSON
428/433	MANGUEIRA JARD 1/2¨10M	32,00	R$ 2,800	R$ 89,60	MANTAC
429/433	ALICATE - TIPO UNIVERSAL, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADOR EM PVC, E ACABAMENTO EM ACO CROMO VANADIUM, BICO RETO, MANDIBULA TEMPERADA E LIXADA 1.000 V	6,00	R$ 40,000	R$ 240,00	TRAMONTINA
433/433	MANGUEIRA NIVEL 1,5MM	50,00	R$ 1,400	R$ 70,00	MANTAC

Valor Total: R$ 190.625,26(Cento e noventa mil e seiscentos e vinte cinco reais e vinte seis centavos)

Fornecedor: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ:00.226.324/0001-42

NR. ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1/433	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO ASSENTO SANITARIO, COM TAMPA DE PLASTICO BLOCO AGLOMERADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO LATERAL, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NORMAL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	18,00	R$ 17,540	R$ 315,72	ALUMSA
5/433	MASSA CORRIDA ACRILICA 25 KG	65,00	R$ 61,500	R$ 3.997,50	
14/433	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, COM DIAMETRO NOMINAL DE 200MM,NA COR BRANCA,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO MEDINDO APROXIMEDAMENTE 6 METROS	6,00	R$ 201,000	R$ 1.206,00	DURO PVC
18/433	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	12,00	R$ 9,300	R$ 111,60	DURO PVC
21/433	TUBO - EM PVC RIGIDO,60MM,COMPRIMENTO DE 6M,SOLDAVEL, PARA INSTALACOES HIDRAULICAS	10,00	R$ 75,500	R$ 755,00	DURO PVC
26/433	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ...., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	185,00	R$ 0,280	R$ 51,80	KRONA
30/433	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	210,00	R$ 0,540	R$ 113,40	
34/433	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM PVC, DE 1000 WATTS	210,00	R$ 4,400	R$ 924,00	EXTATRON
35/433	BOIA PLASTICA - DE PLASTICO, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA D'AGUA	10,00	R$ 6,640	R$ 66,40	KRONA
36/433	BOIA ELETRICA - PARA CONTROLE DE NIVEL DE AGUA, DO TIPO SUPERIOR/INFERIOR CONJUGADO, EM PLASTICO, COM REGULADOR ELETRO-BOIA, DE 15 A - CORRENTE MAXIMA	15,00	R$ 23,340	R$ 350,10	VOLTIM
40/433	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 06, COM BUCHA	89,00	R$ 0,120	R$ 10,68	JOMARCA
42/433	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 08, COM BUCHA	89,00	R$ 0,190	R$ 16,91	JOMARCA
43/433	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO, PARA SER APLICADO EM MADEIRA, ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, DE NUMERO 8	89,00	R$ 0,130	R$ 11,57	JOMARCA
44/433	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO,PARA SER APLICADO EM PAREDE, ROSCA MAQUINA CABECA CHATA, DE NUMERO 6	89,00	R$ 0,070	R$ 6,23	JOMARCA
45/433	PARAFUSO SOBERBA E ROSCA - NAS DIMENSOES PARAFUSO ROSCA SOBERBA DE 3,5 X 22	210,00	R$ 0,060	R$ 12,60	JORMARCA
46/433	PARAFUSOROSCA ,DIAMETRO 4,2 X 38MM	210,00	R$ 0,120	R$ 25,20	JOMARCA
48/433	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO., TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 1/4¨ X 3 1/2', PARA SER UTILIZADO EM MADEIRA, DEVENDO O PARAFUSO SER ENTREGUE COM PORCA E ARRUELA	89,00	R$ 0,000	R$ 0,00	
50/433	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 3/8¨ X 5 1/2¨	89,00	R$ 0,000	R$ 0,00	
51/433	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON,NO TAMANHO Nº 10	210,00	R$ 0,060	R$ 12,60	R FABRIL
52/433	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON, NO TAMANHO Nº 08	495,00	R$ 0,050	R$ 24,75	R FABRIL

54/433			BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON, TIPO UNIVERSAL, DE NUMERO 06 MM DE DIAMETRO		425,00		R$ 0,030		R$ 12,75	R FABRIL
55/433			BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON TIPO CLAP,NUMERO 07		425,00		R$ 0,050		R$ 21,25	R FABRIL
59/433			BRACO PARA CHUVEIRO - EM ALUMINIO, 40CM 1/2¨ DE ROSCA		30,00		R$ 0,000		R$ 0,00	
61/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 2MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 0,730		R$ 30,66	BRASFORT
62/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,3MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 2,790		R$ 117,18	BRASFORT
63/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,4MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 2,240		R$ 94,08	BRASFORT
67/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 6MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 3,780		R$ 158,76	BRASFORT
68/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,7MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 5,250		R$ 220,50	BRASFORT
71/433			PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICO,COM UMA CUBA,MEDINDO 1,40 X 0,55M,PARA LAVAR LOUCA		10,00		R$ 111,300		R$ 1.113,00	
74/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,8MM,PARA MADEIRA		42,00		R$ 8,380		R$ 351,96	BRASFORT
75/433			PIA PARA COZINHA - DE INOX, MEDINDO 1,50X0,52M, PARA LAVAR LOUCAS		12,00		R$ 237,580		R$ 2.850,96	
76/433			BROCA - DE ACO RAPIDO, 9MM¨, PARA MADEIRA		42,00		R$ 10,850		R$ 455,70	BRASFORT
77/433			BROCA - DE ACO RAPIDO, 10 MM PARA MADEIRA		42,00		R$ 13,800		R$ 579,60	BRASFORT
78/433			BROCA - DE ACO RAPIDO 11MM¨, PARA MADEIRA		52,00		R$ 17,000		R$ 884,00	BRASFORT
79/433			PLUG - TIPO MACHO, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002.,3 POLOS,110/220V,20A,TERMOPLASTICO,LIGA DE COBRE		61,00		R$ 2,990		R$ 182,39	VOLTIM
80/433			BROCA - DE ACO RAPIDO 12 MM PARA MADEIRA		52,00		R$ 20,300		R$ 1.055,60	BFRASFORT
81/433			PLUG - TIPO FEMEA, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002,03,110/220 V,20A,TERMOPLASTICO,COBRE		61,00		R$ 1,850		R$ 112,85	VOLTINM
83/433			BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 3 MM PARA CONCRETO		52,00		R$ 1,280		R$ 66,56	JOMARCA
90/433			PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/2¨		535,00		R$ 0,340		R$ 181,90	JOMARCA
91/433			PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/4¨		535,00		R$ 0,070		R$ 37,45	JOMARCA
95/433			BROCA - DE VIDEA,COM DIAMETRO DE 5MM,PARA CONCRETO		52,00		R$ 1,730		R$ 89,96	JOMARCA
96/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 6MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 2,290		R$ 119,08	JOMARCA
97/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 7MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 6,080		R$ 316,16	JOMARCA
102/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 8MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 3,500		R$ 182,00	JOMARCA
103/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 9MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 10,130		R$ 526,76	VONDER
104/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 10MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 4,330		R$ 225,16	JOMARCA
105/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 11MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 14,140		R$ 735,28	VONDER
106/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 12MM, PARA CONCRETO		52,00		R$ 3,770		R$ 196,04	JOMARCA
110/433			CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 2 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.		330,00		R$ 2,650		R$ 874,50	
122/433			RALO CONICO MONTADO COM GRELHA - EM PVC,COM 100MM,NA COR BRANCA,PARA SER USADO EM BANHEIROS		21,00		R$ 4,330		R$ 90,93	KRONA
123/433			CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 100 MM		18,00		R$ 6,150		R$ 110,70	KRONA
125/433			CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, SERIE REFORCADA, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO		18,00		R$ 3,420		R$ 61,56	KRONA
126/433			CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME, COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM COM BOLSA LISA, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO		18,00		R$ 1,080		R$ 19,44	KRONA
131/433			CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 50MM, FECHAMENTO DE TUBOS		18,00		R$ 2,440		R$ 43,92	KRONA
137/433			PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 25X72		30,00		R$ 10,840		R$ 325,20	GERDAU
141/433			PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 22X48		30,00		R$ 8,260		R$ 247,80	GERDAU
142/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 22X42		30,00		R$ 8,260		R$ 247,80	GERDAU
144/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X27		40,00		R$ 8,260		R$ 330,40	GERDAU
145/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X24		40,00		R$ 8,260		R$ 330,40	GERDAU
147/433			PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27		40,00		R$ 8,680		R$ 347,20	GERDAU
148/433			PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X24		40,00		R$ 8,680		R$ 347,20	GERDAU
149/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 17X21		40,00		R$ 8,680		R$ 347,20	GERDAU
156/433			PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL		40,00		R$ 0,350		R$ 14,00	

158/433			PLUG EM PVC - DE PVC, DE 1/2¨, TIPO ROSCAVEL		40,00		R$ 0,230		R$ 9,20	PANDOLFO
164/433			RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA		26,00		R$ 12,300		R$ 319,80	MINASUL
175/433			REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - REATOR VAPOR SODIO AFP EXTERNO 100W 220V COM IGNITOR, COM SELO PROCEL ENCE - INMETRO PINTADO AO CORPO DO REATOR, GARANTIA DE 2 ANOS, - ALTO FATOR DE POTENCIA - USO EXTERNO -TENSSO: 220V - POTENCIA: 100W		65,00		R$ 32,530		R$ 2. 114,45	JRC
179/433			BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 50 MM X 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		23,00		R$ 0,820		R$ 18,86	KRONA
181/433			REDUCAO PARA MANGUEIRAS 3/4 X 1/2		40,00		R$ 0,580		R$ 23,20	REBOUÇAS
184/433			LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM,COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 25 MM,NA COR MARROM,PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA POTAVEL		60,00		R$ 2,200		R$ 132,00	KRONA
185/433			CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME , COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO PREDIAL		64,00		R$ 2,930		R$ 187,52	KRONA
187/433			CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, MEDINDO (5/16X8)		13,00		R$ 9,900		R$ 128,70	FOX LUX
189/433			CHAVE - PHILLIPS TIPO ESTRELA, EM ACO, ACABAMENTO CROMADO, 1/4X6		13,00		R$ 7,000		R$ 91,00	FOX LUX
191/433			CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, CABO DE POLIETILENO, NIQUELADA, MEDINDO 1/8X6 POLEGADAS, PARA ELETRONICA		13,00		R$ 4,050		R$ 52,65	FOX LUX
193/433			CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM		9,00		R$ 8,950		R$ 80,55	FOX LUX
196/433			CHAVE ESTRELA - DE ACO, 12X13 MM		9,00		R$ 5,230		R$ 47,07	FOX LUX
197/433			CHAVE - FIXA, DE ACO DIN 17350 - CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO (10 X 11)MM		9,00		R$ 2,740		R$ 24,66	FOX LUX
198/433			CHAVE - FIXA, DE ACO CARBONO, COM ACABAMENTO NIQUELADO, MEDINDO (12 X 13)MM, COM CABO INJETADO EM POLIPROPILENO		9,00		R$ 3,000		R$ 27,00	FOX LUX
199/433			TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE SOBREPOR, SISTEMA X, DUPLA,NO FORMATO RETANGULAR,COM 2 POLOS MAIS TERRA,PADRAO NOVO,NA COR BRANCA,110V/ 220V,COMPLETA		40,00		R$ 6,070		R$ 242,80	PLUZIE
200/433			SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE - COM MATERIAL INTERNO DE METAL,COM RABICHO COM CABO FLEXIVEL DE 15CM, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL TERMOPLASTICO		700,00		R$ 0,690		R$ 483,00	DECORLUX
201/433			SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346		130,00		R$ 4,470		R$ 581,10	DECORLUX
212/433			TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1,62MX0,58M, COM 3 CUBAS		6,00		R$ 223,900		R$ 1. 343,40	VEFRSATIL
221/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 10 A		14,00		R$ 4,640		R$ 64,96	SOPRANO
223/433			JUNCAO DUPLA PVC SOLDAVEL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM		65,00		R$ 19,870		R$ 1. 291,55	KRONA
224/433			JUNCAO SIMPLES EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 100,00MM		65,00		R$ 8,870		R$ 576,55	KRONA
226/433			REDUCAO EXCENTRICA EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 50,00MM		65,00		R$ 2,960		R$ 192,40	KRONA
227/433			JUNCAO SIMPLES PVC SERIE R PARA ESGOTO PREDIAL DN 40 MM		65,00		R$ 1,210		R$ 78,65	KRONA
228/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR) DE 25 A		14,00		R$ 4,640		R$ 64,96	SOPRANO
229/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 30 A		14,00		R$ 4,500		R$ 63,00	SOPRANO
230/433			DISJUNTOR BIFÁSICO DE 60 AMPERES		51,00		R$ 21,310		R$ 1. 086,81	SOPRANO
231/433			DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 60 AMPERES		51,00		R$ 30,220		R$ 1. 541,22	SOPRANO
237/433			CURVA DE 90 GRAUS CURTA, PVC SOLDAVEL PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40,00MM Y		65,00		R$ 2,930		R$ 190,45	KRONA
238/433			TE SANITARIO EM PVC RIGIDO SOLDAVEL, PARA ESGOTO DIAMETRO DE 50,00 X 50,00MM		65,00		R$ 3,270		R$ 212,55	KRONA
240/433			CONEXAO T PARA MANGUEIRA- EM PVC,COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2 POL,SEM ACESSORIOS,TENDO COMO DIMENSAO MAIOR 5,5CM,APRESENTANDO UMA DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA		65,00		R$ 0,900		R$ 58,50	REBOUÇAS
241/433			CONEXAO T PARA MAGUEIRA - DE FERRO GALVANIZADO,COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL,SEM ACESSORIOS,COM DIMENSAO MAIOR DE 5,5CM,COM DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA		65,00		R$ 1,180		R$ 76,70	REBOUÇAS
243/433			CONEXAO T SOLDAVÉL 25MM		65,00		R$ 0,340		R$ 22,10	KRONA
266/433			TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA TANQUE		48,00		R$ 3,490		R$ 167,52	HERC
268/433			TORNEIRA - DE PVC,COM ENCAIXE EM DE ROSCA,TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 3/4 POL,COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 3/4 POL.,PARA SER INSTALADA EM JARDIM		43,00		R$ 2,630		R$ 113,09	HERC
269/433			TORNEIRA - DE EM PVC, COM ENCAIXE EM DE ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 1/2 POL, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 1/2 POL, PARA SER INSTALADA EM JARDIM		43,00		R$ 2,900		R$ 124,70	HERC
270/433			TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO (NITRILICA)		46,00		R$ 5,730		R$ 263,58	KRONA

271/433			TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO.		33,00		R$ 5,720		R$ 188,76	KRONA
274/433			TOMADA PARA LIGACAO INTERNA DE TELEFONE - DE PLASTICO, PADRAO 4X4 EM METAL, TIPO FEMEA		30,00		R$ 5,000		R$ 150,00	PLUZIE
276/433			TOMADA DE TRIFASICA DE AR CONDICIONADO		27,00		R$ 6,000		R$ 162,00	PLUZIE
278/433			UNIAO DE FERRO GALVANIZADO - COM DIAMETRO NOMINAL DE 1.1/4, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO HIDRAULICA, COM ENCAIXE DO TIPO COM ROSCA		40,00		R$ 23,230		R$ 929,20	REMADI
279/433			UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA		40,00		R$ 2,930		R$ 117,20	KRONA
286/433			TAMPA - PARA VALVULA DE DESCARGA, MODELO HIDRA MAX		32,00		R$ 20,850		R$ 667,20	CENSI
288/433			VÁLVULA P/ PIA INOX		15,00		R$ 10,650		R$ 159,75	METAIS REIS
289/433			VASO SANITARIO		25,00		R$ 114,900		R$ 2.872,50	LOGASA
296/433			ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL 1/2¨, COM 40CM		57,00		R$ 2,700		R$ 153,90	KRONA
301/433			BOLSA PARA VASO SANITARIO - DE PVC, DO TIPO ESPUDE,COM BITOLA DE 40MM,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS		53,00		R$ 1,950		R$ 103,35	LUCONI
302/433			ESCADA - DE ALUMINIO, COM 7 DEGRAUS, ANTI DERRAPANTE, DE ABRIR		4,00		R$ 151,000		R$ 604,00	ALULEV
311/433			FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 6,0 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA		770,00		R$ 2,300		R$ 1.771,00	LAMESA
312/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM 4,0 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA		770,00		R$ 1,600		R$ 1.232,00	LAMESA
314/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA		770,00		R$ 0,940		R$ 723,80	LAMESA
315/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA		770,00		R$ 0,620		R$ 477,40	LAMESA
322/433			FITA ISOLANTE - DE PLASTICO,MEDINDO 20M		32,00		R$ 2,510		R$ 80,32	DECORLUX
323/433			FITA ISOLANTE -ROLO MEDINDO 5M.		32,00		R$ 0,970		R$ 31,04	DECORLUX
327/433			INTERRUPTOR - EM TERMOPLASTICO, COM ESPELHO DE 4¨ X 2 1/2 NA COR CI, INTERRUPTOR INTERNO SIMPLES, COM 01 TECLA NA COR BEGE FOSFORESCENTE, COM AMPERAGEM DE 10 A/250 VOLTS		90,00		R$ 2,610		R$ 234,90	PLUZIE
328/433			INTERRUPTOR ELETRICO - POLIETILENO, POTENCIA DE 5 AMPERES, 1 SECAO SIMPLES EXTERNO.		90,00		R$ 4,820		R$ 433,80	PLUZIE
329/433			INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 2 SECOES, COM TOMADA		90,00		R$ 5,200		R$ 468,00	PLUZIE
337/433			JOELHO DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 150 MM X 90MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		46,00		R$ 21,000		R$ 966,00	KRONA
340/433			JOELHO 90 GR - DE PVC, COM ANEL,COM BITOLA DE 40MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO SECUNDARIO		46,00		R$ 1,260		R$ 57,96	KRONA
341/433			JOELHO 40 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 45 MM., NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM ESGOTO PREDIAL		46,00		R$ 0,800		R$ 36,80	KRONA
342/433			JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO		46,00		R$ 0,920		R$ 42,32	KRONA
343/433			JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM X 45MMCOM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO		46,00		R$ 0,930		R$ 42,78	KRONA
344/433			JOELHO 90 GR - DE PVC,COM BITOLA 75MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO		46,00		R$ 2,290		R$ 105,34	KRONA
345/433			JOELHOS PARA MANGUEIRA 1/2		46,00		R$ 0,680		R$ 31,28	REBOUÇAS
346/433			JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 20MM X 1/2		46,00		R$ 0,750		R$ 34,50	KRONA
347/433			JOELHO - DE PVC,SOLDAVEL,COM 90 GRAUS,COM 20MM MARROM		46,00		R$ 0,170		R$ 7,82	KRONA
348/433			JOELHO - DE JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM 90º, COM DN 25MM		210,00		R$ 0,200		R$ 42,00	KORNA
349/433			JOELHO DE REDUCAO DE 90- SOLDAVEL E COM ROSCA - 25X1/2, MARROM		90,00		R$ 0,820		R$ 73,80	KRONA
350/433			JOELHO 90- DE PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 25X3/4, MARROM		90,00		R$ 1,120		R$ 100,80	KRONA
351/433			JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, COM 45º, COM DN 32MM		32,00		R$ 1,770		R$ 56,64	KRONA
353/433			JOELHO - EM PVC SOLDAVEL,COM 45°,COM 50MM		32,00		R$ 3,280		R$ 104,96	KRONA
357/433			LAMPADA ECONOMICA - 30W 220V, BASE E 27		185,00		R$ 15,100		R$ 2.793,50	EMPALUX
358/433			LAMPADA ECONOMICA - EM VIDRO, 15 WATS, UNIPOLAR, CAIXA C/ 01 UNID		160,00		R$ 7,900		R$ 1.264,00	EMPALUX
359/433			LAMPADA ELETRONICA ENCAIXE, COM POTENCIA NOMINAL DE 16W, 220V		43,00		R$ 8,800		R$ 378,40	EMPALUX
360/433			LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA,QUADRUPLA,ELETRONICA, 45W,220V, ROSCA E27,LUZ BRANCA		48,00		R$ 26,500		R$ 1.272,00	ALUMBRA
362/433			LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 160 W, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V - 60HZ, MATERIAL FLUORESCENTE		50,00		R$ 13,960		R$ 698,00	EMPALUX

363/433	LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 250 WTS, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V	50,00	R$ 20,960	R$ 1.048,00	EMPALUX
364/433	LAMPADA HALOGENA - ENCAIXE DA LAMPADA (BASE) BIPINO(DUPLO ENVELOPE), COM POTENCIA NOMINAL DE 1000 WATTS, SEM REFLETOR, COM VOLTAGEM DE 220 VOLTS.	50,00	R$ 27,430	R$ 1.371,50	EMPALUX
365/433	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA 135W 220V E40 COR BRANCA	50,00	R$ 107,650	R$ 5.382,50	EMPALUX
378/433	LUVA DE REDUCAO COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES P/TORRE MALACOFK	75,00	R$ 0,470	R$ 35,25	KRONA
380/433	LUVA - DO TIPO PVC , 100,00MM PARA ESGOTO, COM FORNECIMENTO	65,00	R$ 2,410	R$ 156,65	KRONA
381/433	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC,PARA ESGOTO COM DIAMETRO DE DN 40MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	32,00	R$ 0,440	R$ 14,08	KRONA
382/433	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 50MM, PARA ESGOTO, COM ENCAIXE TIPO SIMPLES, SOLDAVEL	32,00	R$ 1,160	R$ 37,12	KORNA
384/433	ARAME - DE ACO RECOZIDO	32,00	R$ 12,530	R$ 400,96	GERDAU
385/433	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ....., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	64,00	R$ 1,110	R$ 71,04	KRONA
386/433	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 25 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	210,00	R$ 1,530	R$ 321,30	KRONA
387/433	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 19¨	9,00	R$ 6,470	R$ 58,23	FOX LYUX
388/433	CONEXAO T SOLDAVEL 25MM	65,00	R$ 0,340	R$ 22,10	
389/433	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 25MM X 3/4	46,00	R$ 1,120	R$ 51,52	KRONA
392/433	LAMPADA FLUORESCENTE - TUBULAR, BIPINO T18 40 W 220 VOLTS	50,00	R$ 5,810	R$ 290,50	OSRAM
395/433	ARAME GALVANIZADO	32,00	R$ 11,900	R$ 380,80	GERDAU
397/433	ADAPTADOR COM FLANGE - 50X1.1/2MM SOLD	35,00	R$ 9,600	R$ 336,00	KRONA
398/433	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, ROSCA INTERNA COM DIAMETRO DE 3/4¨	40,00	R$ 0,480	R$ 19,20	REBOUÇAS
399/433	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, COM BITOLA DE 3/4 X 1/2 POLEGADA	40,00	R$ 0,830	R$ 33,20	REBOUÇAS
400/433	ADAPTADOR MANGUEIRA RED DE POLIETILENO, COM BITOLA DE1X3/4	35,00	R$ 1,040	R$ 36,40	REBOUÇAS
401/433	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO,COM DIAMETRO DE 25X3/4	35,00	R$ 0,260	R$ 9,10	KRONA
402/433	ADAPTADOR - DE PVC MARROM, SOLDAVEL CURTO, COM DIAMETRO DE 50MM COM ENCAIXE TIPO BOLSA E ROSCA	35,00	R$ 1,610	R$ 56,35	KRONA
403/433	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE EMBUTIR UNIVERSAL,NO FORMATO HEXAGONAL,COM UMA ENTRADA 2 POLOS MAIS TERRA,TRES FUROS PARA ADAPTADOR PADRAO NOVO,20A / 220V,COM PLACA E PARAFUSOS,DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	75,00	R$ 3,900	R$ 292,50	PLUZZIE
407/433	LUVA PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 20X1/2, NA COR MARROM, EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA FRIA	32,00	R$ 0,470	R$ 15,04	KRONA
409/433	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI,PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EMBALAGEM COM 20KG,CONFORME NBR NBR14.081	350,00	R$ 28,700	R$ 10.045,00	ASSENTA MAIS
411/433	LUVA - EM PVC SOLDAVEL DE 25 X 3/4LR.,	32,00	R$ 0,650	R$ 20,80	KRONA

Valor Total: R$ 74.938,31(Setenta e quatro mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos)

VALOR TOTAL DA ATA R$: 546.370,90 (QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

LEIA-SE

Fornecedor: L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME CNPJ:05.511.353/0001-70

Nr. Item	Cd Produto	Descrição Produto	Qtde	UNID	Valor Unitário	Valor Total	Marca
3/433	39012684	MANGUEIRA 3/4 3MM	325,00	METRO	R$ 1,960	R$ 637,00	PLASTILIT
4/433	39012685	MASSA CALAFETAR 350 GR	65,00	UN	R$ 8,940	R$ 581,10	FILETE
12/433	39012695	TUBO DE PVC - TUBO DE PVC , PARA ESGOTO, BRANCO, DN 300MM 6 METROS DE COMPRIMENTO	10,00	UN	R$ 350,000	R$ 3.500,00	PLASTILIT
27/433	39012712	BARRA DE FERRO TRELIÇA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/4X4,2MMX6MM	30,00	UN	R$ 27,000	R$ 810,00	CIFENSA
28/433	39012713	BARRA DE FERRO - DE FERRO, UTILIZADA EM SERVICOS DIVERSOS, COM DIAMETRO DE 3/8 12 MM	25,00	KG	R$ 40,320	R$ 1.008,00	GERDAU
32/433	39012717	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 3/8" COMPRIMENTO 1 METRO	115,00	UN	R$ 4,000	R$ 460,00	CISER
33/433	39012718	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 5/16" COMPRIMENTO 1 METRO	61,00	UN	R$ 3,650	R$ 222,65	CISER
37/433	39012724	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO, TIPO GANCHO, NAS DIMENSOES 366MM X 110MM, PARA SER UTILIZADO EM TELHA DE FIBROCIMENTO.	13,00	KG	R$ 40,000	R$ 520,00	CISER

39/433		39012726	PARAFUSO PARA FIXACAO DE ACESSORIOS HIDRAULICOS - DE LATAO, COM PORCA, DO TIPO SEM CABECA,, NAS DIMENSOES N 10,, DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA, PORCA E ARRUELA, PARA SER UTILIZADO NA FIXACAO DE VASO SANITARIO, LAVATORIO E COLUNA	89,00	UN	R$ 1,940	R$ 172,66	CISER
47/433		39012734	PARAFUSO COM PORCA SOBERBA E ROSCA - DO TIPO CABECA CHATA, NAS DIMENSOES BITOLA 5.5 X 90 MM	210,00	UN	R$ 0,330	R$ 69,30	CISER
48/433		39012735	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO,, TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 1/4¨ X 3 1/2', PARA SER UTILIZADO EM MADEIRA, DEVENDO O PARAFUSO SER ENTREGUE COM PORCA E ARRUELA	89,00	UN	R$ 0,390	R$ 34,71	CISER
50/433		39012737	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 3/8¨ X 5 1/2¨	89,00	UN	R$ 1,160	R$ 103,24	CISER
53/433		39012740	PARAFUSO SEM PORCA PARA FORRO,PONTA AGULHA	3200,00	UN	R$ 0,240	R$ 768,00	CISER
59/433		39012746	BRACO PARA CHUVEIRO - EM ALUMINIO, 40CM 1/2¨ DE ROSCA	30,00	UN	R$ 5,700	R$ 171,00	KRONA
60/433		39012747	BRACO PARA CHUVEIRO - EM PVC, 40CM, 1/2¨, DE ROSCA	59,00	UN	R$ 5,720	R$ 337,48	KRONA
65/433		39012752	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - TRIFASICO DE 5M, CONTENDO QUADRO DE MEDICAO DE ATE 200 AMPERES	10,00	UN	R$ 1.249,000	R$ 12.490,00	MATEL
69/433		39012756	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 5 METROS	10,00	UN	R$ 799,000	R$ 7.990,00	MATEL
70/433		39012757	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 7 METROS	10,00	UN	R$ 949,000	R$ 9.490,00	MATEL
73/433		39012760	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICA, MEDINDO 1,60X 0,55 M, PARA LAVAR LOUCAS	10,00	UN	R$ 148,000	R$ 1.480,00	MARJORITY
75/433		39012762	PIA PARA COZINHA - DE INOX, MEDINDO 1,50X0,52M, PARA LAVAR LOUCAS	12,00	UN	R$ 219,000	R$ 2.628,00	A J RORATO
86/433		39012774	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,, TAMANHO 3	23,00	UN	R$ 9,450	R$ 217,35	CONDOR
88/433		39012776	PORCA - DE ACO, DO TIPO COM FLANGE, COM BITOLA DE DE 3/8	535,00	UN	R$ 0,240	R$ 128,40	CISER
89/433		39012777	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 5/16	535,00	UN	R$ 0,090	R$ 48,15	CISER
92/433		39012781	PORTA - DE CORRER, EM EUCATEX,MEDINDO 2,10X1,50M	3,00	UN	R$ 1.700,000	R$ 5.100,00	HAIALA
98/433		39012788	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 60CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO MEXICANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	UN	R$ 223,000	R$ 5.352,00	GEROTTO
100/433		39012790	PORTA SANFONADA - DE PVC, 0,80M E 60M	15,00	UN	R$ 115,000	R$ 1.725,00	MADEZACO
108/433		39012799	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO SINTETICO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, QUADRADA	28,00	UN	R$ 4,980	R$ 139,44	PLASTBOM
111/433		39012802	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 3 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	METRO	R$ 5,490	R$ 1.811,70	FIOFLEX
118/433		39012809	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO,CILINDRICA,COM TAMPA,CAPACIDADE PARA 2000 LITROS,NA COR AZUL,MEDINDO 0,90 X 1,88M,ESPESSURA DA PAREDE: 6 MM,ESPESSURA DO FUNDO: 6 MM	12,00	UN	R$ 853,000	R$ 10.236,00	FORTLEV
119/433		39012810	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO, EM FORMA CILINDRICA, CAPACIDADE PARA 1000 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 1,49M X 87CM, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 8MM	12,00	UN	R$ 323,000	R$ 3.876,00	FORTLEV
120/433		39012811	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, EM FORMA REDONDA, COM C/TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 670/590MM ALTURA X 1348/1013 DIAMETRO, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6,00MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 6,00MM	12,00	UN	R$ 200,000	R$ 2.400,00	FORTLEV
124/433		39012815	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 150 MM	18,00	UN	R$ 14,900	R$ 268,20	KRONA
129/433		39012821	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 25MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 1,990	R$ 35,82	PLASTILIT
132/433		39012824	CANTONEIRA - EM L, MEDINDO 40,00CM, COM 4 FUROS, NA COR BRANCA	53,00	UN	R$ 9,900	R$ 524,70	STARFER
133/433		39012825	CANALETA DE FERRO - EM FERRO, NO FORMATO QUADRADO, COM 2 M DE COMPRIMENTO	34,00	UN	R$ 42,000	R$ 1.428,00	ALUMBOM
136/433		39012828	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19X39	30,00	KG	R$ 8,600	R$ 258,00	GEDORE
139/433		39012831	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60	30,00	KG	R$ 10,000	R$ 300,00	GERDAU
140/433		39012832	TELHA - DE CERAMICA,CAPOTE PARA TELHA PORTUGUESA	800,00	KG	R$ 3,000	R$ 2.400,00	OURO PRETO
150/433		39012842	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 12X12	40,00	UN	R$ 13,440	R$ 537,60	GERDAU
153/433		39012845	CARRO DE MAO - EM FERRO, PNEU MACICO	11,00	UN	R$ 137,000	R$ 1.507,00	MAESTRO
154/433		39012846	PROLONGAMENTO P/ VLAVULA DE RETENCAO DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 150 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	12,00	UN	R$ 11,900	R$ 142,80	PLASTILIT
155/433		39012847	CATALISADOR MASSA PLÁSTICA- FEITA DE RESINA POLIESTER,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA,COM CAPACIDADE PARA 900GR	32,00	UN	R$ 2,990	R$ 95,68	MASSA FIX
160/433		39012852	QUEROSENE - 900ML	38,00	UN	R$ 11,400	R$ 433,20	GOL
161/433		39012853	PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM LOCAL INTERNO (PEI4),MEDINDO (36X36)CM, EM CORES VARIADAS MASSA DE FABRICACAO CINZA, ABSORCAO DE AGUA MAIOR DE 6%, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, C/APRESENTACAO DO SELO IMETRO	430,00	METRO	R$ 20,000	R$ 8.600,00	CERAMICAS RAMOS

163/433	39012856	CIMENTO 50KG	1700,00	UN	R$ 32,490	R$ 55.233,00	CIPLAN
167/433	39012861	COLA PARA SAPATEIRO - DE RESINA NATURAL E SINTETICA, ACETONA, PARA COLAR BOLSA, SAPATO, CINTO, CARTEIRA, EMBALADA EM LATA CONTENDO 195 G	15,00	UN	R$ 12,400	R$ 186,00	AMAZONAS
168/433	39012862	COMPRESSOR - COMPRESSOR PORTATIL DE AR DIRETO MOTOCOMPRESSOR DE MEMBRANA - ISENTO DE OLEO,COM PRESSAO DE NO MINIMO PSI: 40, - 2,8 BAR,DESLOCAMENTO 65 L/MIN:,MOTOR MONOFASICO COM 04 POLOS COM ROTACAO DE NO MINIMO,POTENCIA DE 1/3 CV,ALIMENTACAO ELETRICA 220VOLTS/60HZ,ACOMPANHA KIT COM: 01 PISTOLA DE PINTURA## 01 BICO DE LIMPEZA## 02 FILTROS RESERVAS PARA MANUTENCAO##,05 METROS DE MANGUEIRAS## MANUAL DE INSTRUCOES.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.ASSISTENCIA TECNICA EM MATO GROSSO	4,00	UN	R$ 720,000	R$ 2.880,00	SCHULUZ
170/433	39012864	CORDA - EM POLIETILENO, MONOFIO VARAL,COM ESPESSURA DE 3MM	64,00	METRO	R$ 0,240	R$ 15,36	RIOMAR
171/433	39012865	CORDA - DE NYLON, COLORIDO, 6MM	64,00	METRO	R$ 0,950	R$ 60,80	RIOMAR
174/433	39012868	CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, NA COR BRANCA, PARA SE USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	64,00	UN	R$ 6,300	R$ 403,20	KRONA
177/433	39012871	LUVA - CONFECCIONADO EM GALVANIZADA, COM DIAMETRO DE DE REDUÇÃO 3/4¨ X 1/2¨, COM ENCAIXE TIPO DE ROSCA	46,00	UN	R$ 3,000	R$ 138,00	KRONA
182/433	39012877	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 1 POLEGADAS, 3/4 NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA FRIA	24,00	UN	R$ 1,140	R$ 27,36	KRONA
183/433	39012878	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 3/4, NA COR MARROM, BRANCO, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS	40,00	UN	R$ 1,530	R$ 61,20	KRONA
190/433	39012915	SERRA SEQUETA	24,00	UN	R$ 5,700	R$ 136,80	STARRET
195/433	39012922	SELANTE - ADEVISO A BASE DE BORRACHA DE SILICONE ACETICO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS -30 A 170°C COM PICOS DE 235ºC,PARA SELAR, VEDAR E CALAFETAR JUNTAS DE VEDACAO DE MOTORES, CAMBIO, BOMBA D AGUA E DE OLEO, CALDEIRAS, SISTEMAS DE AQUECIMENTO E EXAUSTAO, ACABAMENTO DE FORNO E ESTUFAS, INSTRUMENTACOES INDUSTRIAIS E ETC,NAS CORES VERMELHA, PRETA E CINZA, EMBALADO EM TUBO DE 280GR	23,00	UN	R$ 15,900	R$ 365,70	TEKBOND
202/433	39012929	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 30CM	32,00	METRO	R$ 12,000	R$ 384,00	GALVANI
203/433	39012930	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 40CM	32,00	METRO	R$ 14,450	R$ 462,40	GALVANI
204/433	39012931	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 50MM	32,00	METRO	R$ 20,000	R$ 640,00	GALVANI
205/433	39012932	CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 1,00CM	32,00	UN	R$ 45,000	R$ 1.440,00	GALVANI
206/433	39012933	SUPORTE P/ ROLO DE PINTURA	21,00	UN	R$ 8,500	R$ 178,50	LUDIANE
207/433	39012934	TINTA EM SPRAY - PARA GRAFITAGEM 360 ML	76,00	UN	R$ 14,800	R$ 1.124,80	COLORIM
208/433	39012935	TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1.00 X 50CM, COM 02 CUBAS	10,00	UN	R$ 120,000	R$ 1.200,00	MARJORITY
216/433	39012944	DISCO DE CORTE - EM INOX,MEDINDO 7 POL,REFORCADO	40,00	UN	R$ 6,900	R$ 276,00	TYROLIT
218/433	39012946	DISJUNTOR - DIFERENCIAL RESIDUAL,BIPOLAR,C,DE 25A,CLASSE DE INTERRUPCAO DE 30MA,220,COM APRESENTACAO DO DO SELO DO INMETRO	14,00	UN	R$ 29,900	R$ 418,60	STECK
244/433	39012985	TINTA - SECAGEM EXTRA RAPIDA,NA COR OCRE COLONIAL,UTILIZADA EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS,PARA PINTURA DE PAREDES OU TEXTURAS 18 LITROS	40,00	UN	R$ 75,000	R$ 3.000,00	IPE
246/433	39012997	TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM), NBR 5640,5639,8055	5130,00	UN	R$ 1,800	R$ 9.234,00	CERAMICA PONTAL
247/433	39012998	TELHA - EM CERAMICA,TIPO PORTUGUESA	7300,00	UN	R$ 1,800	R$ 13.140,00	CERAMICA PONTAL
248/433	39012999	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44X0,50M X 6MM	250,00	UN	R$ 14,950	R$ 3.737,50	ETERNIT
249/433	39013000	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 3,66MM	105,00	UN	R$ 81,950	R$ 8.604,75	ETERNIT
250/433	39013005	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS	39000,00	UN	R$ 0,750	R$ 29.250,00	F.MARQUES
252/433	39013011	TINTA ACRILICA - TINTA ACRÍLICA 18 LITROS	80,00	UN	R$ 128,000	R$ 10.240,00	IPE
253/433	39013014	TINTA ACRILICA - GALAO DE 3,6 LITROS	78,00	UN	R$ 34,000	R$ 2.652,00	IPE
254/433	39013021	TINTA ESMALTE - BRILHANTE, PARA CONSTRUCAO CIVIL, PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS DE TIJOLOS, TELHAS, OBJETOS DE CERAMICA, NA COR CERAMICA 18 LITROS	47,00	UN	R$ 150,000	R$ 7.050,00	IPE
264/433	39013047	TORNEIRA - DE METAL, LINHA TARGA 1190 C40 CROMADA, PARA PIA	43,00	UN	R$ 39,000	R$ 1.677,00	AMERICANA
294/433	39013137	CORANTE PARA TINTA - PARA ADICAO EM PIGMENTO EM PO PARA ADICAO EM CIMENTO 600ML	26,00	UN	R$ 17,500	R$ 455,00	XADREZ
297/433	39013142	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL, COM DE 1/2¨ X 50CM, NA COR BRANCA	57,00	UN	R$ 4,400	R$ 250,80	PLASTILIT
303/433	39013148	TINTA ESMALTE - SINTETICO BASE AGUA, COM BAIXO ODOR E RAPIDA SECAGEM,PARA METAIS E MADEIRAS 3,6 LITROS	32,00	UN	R$ 59,000	R$ 1.888,00	IPE
305/433	39013150	EXTENSAO - EM PVC ,ELETRICA,TIPO CARRETEL,TENSAO 250V,CORRENTE 20A,POTENCIA DE 2200W E DUPLA ISOLACAO,PARA	11,00	UN	R$ 262,000	R$ 2.882,00	FIOFLEX

			PROLONGAMENTO DE TOMADA## COM 3 TOMADAS COM ENCAIXE DE 3 PINOS,MEDINDO 50,00MT DE COMPRIMENTO,NA BITOLA CABO PP 2,0 X 2,5MM					
313/433		39013158	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 1,000	R$ 770,00	FIOFLEX
321/433		39013166	FITA ISOLANTE - EMBORRACHADA, DUPLA FACE, MEDINDO 10M	32,00	UN	R$ 2,440	R$ 78,08	3M
332/433		39013177	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,50M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	24,00	UN	R$ 249,000	R$ 5.976,00	GEROTTO
334/433		39013179	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,00 X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	19,00	UN	R$ 206,000	R$ 3.914,00	GEROTTO
335/433		39013180	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 90 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	UN	R$ 6,300	R$ 289,80	KRONA
338/433		39013183	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME CONFORME NBR 5648, COM DIAMETRO NOMINAL DE 8¨ (200 MM), NA COR BRANCO, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 65,000	R$ 2.990,00	KRONA
356/433		39013202	LAMPADA INCANDESCENTE - BULBO CRISTAL, PADRÃO, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V, E POTENCIA NOMINAL DE CONSUMO DE 150W	185,00	UN	R$ 9,800	R$ 1.813,00	BUSINESS
361/433		39013207	LAMPADA ELETRONICA - DO TIPO MINIDICROICA,35W, 220 VOLTS,BASE E-27 NA COR BRANCA	48,00	UN	R$ 14,800	R$ 710,40	BUSINESS
377/433		39013224	LONA PLASTICA - EM LONA PLASTICA,ROLO,PRETA, LARGURA DE 8 METROS	200,00	METRO	R$ 8,100	R$ 1.620,00	MAXILONA
384/433		39013322	ARAME - DE ACO RECOZIDO	32,00	KG	R$ 10,000	R$ 320,00	GERDAU
404/433		39012650	SOLVENTE - TIPO AGUA RAZ COMPOSTO SOLVENTE ALIFATICO,APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA,DO TIPO SOLVENTE,UTILIZADO PARA REMOCAO E DILUICAO DE TINTAS VINILICAS FOSCAS LATA 900 MILILITRO	21,00	UN	R$ 9,900	R$ 207,90	GOL
409/433		39012655	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI,PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EMBALAGEM COM 20KG,CONFORME NBR NBR14.081	350,00	UN	R$ 17,000	R$ 5.950,00	QUARTZOLIT
412/433		39012660	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 3/8¨	610,00	UN	R$ 0,120	R$ 73,20	CISER
413/433		39012661	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 5/16	610,00	UN	R$ 0,100	R$ 61,00	CISER
414/433		39012662	ARRUELAS - DE EM FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/2	900,00	UN	R$ 0,300	R$ 270,00	CISER
415/433		39012663	LUVA SOLDAVEL 50MM	32,00	UN	R$ 2,450	R$ 78,40	KRONA
417/433		39012665	AREIA - FINA LAVADA	190,00	METRO	R$ 78,000	R$ 14.820,00	FS
420/433		39012668	MANGOTE PARA SUCCAO	200,00	METRO	R$ 8,950	R$ 1.790,00	ROLOPLAST
422/433		39012670	MANGUEIRA - DE PLASTICO, CORRUGADA, COM COMPRIMENTO DE 1 M, COM DIAMETRO DE 3/4	180,00	METRO	R$ 1,450	R$ 261,00	TAMBASA
428/433		39012676	MANGUEIRA JARD 1/2¨10M	32,00	METRO	R$ 2,790	R$ 89,28	TAMBASA
431/433		39012680	MANGUEIRA JARD 1/2 15 M	32,00	METRO	R$ 2,800	R$ 89,60	FLEX

Valor Total: R$ 292.902.61 (Duzentos e noventa e dois mil novecentos e dois reais e sessenta e um centavos)

Fornecedor: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPIS LTDA CNPJ: 14.888.303/0001-05

NR. ITEM	CD PRODUTO	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
2/433	39012683	MANGUEIRA 1 1/2¨3MM	185,00	METRO	R$ 2,860	R$ 529,10	MANTAC
6/433	39012689	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	65,00	UN	R$ 28,000	R$ 1.820,00	NEOVINIL
7/433	39012690	MASSA CORRIDA PVA 3,6 L	65,00	UN	R$ 17,000	R$ 1.105,00	NEOVINIL
8/433	39012691	MASSA PLASTICA 1 KG	58,00	UN	R$ 15,000	R$ 870,00	CARPLAST
9/433	39012692	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA, PARA CHAPA DE FERRO E MADEIRA, EMBALADO EM LATA, COM CAPACIDADE PARA 400ML	56,00	UN	R$ 11,000	R$ 616,00	CARPLAST
10/433	39012693	MASSA PLASTICA - DO TIPO MASSA RAPIDA NA COR CINZA OU BRANCA,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADO EM GALAO,COM CAPACIDADE PARA 900 ML	56,00	UN	R$ 14,900	R$ 834,40	CARPLAST
11/433	39012694	MARTELO - DE UNHA, PESANDO 670G, MEDINDO 29MM, COM CABECA DE ACO POLIDO E CABO DE MADEIRA	10,00	UN	R$ 25,400	R$ 254,00	THOMPSON
13/433	39012696	MARRETA - EM ACO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 2 KG, COM CABO DE MADEIRA	10,00	UN	R$ 34,800	R$ 348,00	RIO FORT
25/433	39012710	MARRETA - EM AÇO FORIADO,PESANDO 2 KG	10,00	UN	R$ 30,900	R$ 309,00	RIO CLADO
31/433	39012716	PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO	12,00	UN	R$ 23,900	R$ 286,80	RAMADA
41/433	39012728	BOTA - EM PVC, COM FORRO DE POLIESTER, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO CURTO, NA COR BRANCA, PAR	16,00	UN	R$ 24,770	R$ 396,32	CARTOM
49/433	39012736	BOTA - BOTA MASCULINA NA COR BRANCA EM PVC CANO LONGO PAR	16,00	UN	R$ 24,750	R$ 396,00	CARTOM
56/433	39012743	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 0, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
57/433	39012744	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 01, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA

58/433	39012745	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	UN	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
64/433	39012751	BROCA - DE ACO RAPIDO,5MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 6,350	R$ 266,70	HTOM
72/433	39012759	BROCA - DE ACO RAPIDO 13 MM, PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 43,000	R$ 2.236,00	HTOM
82/433	39012770	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 2 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,400	R$ 228,80	HTOM
84/433	39012772	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 4 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,000	R$ 208,00	HTOM
85/433	39012773	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,LONGO, TAMANHO 1 - QUADRADO	23,00	UN	R$ 2,600	R$ 59,80	COMPEL
87/433	39012775	PISTOLA PARA PINTURA	6,00	UN	R$ 51,900	R$ 311,40	WORKER
93/433	39012782	PORTA - DE MADEIRA MISTA,MEDINDO 0,80 X 2,10M	13,00	UN	R$ 309,000	R$ 4.017,00	MT MADEIRA
94/433	39012784	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 80 CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO VENEZIANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	UN	R$ 225,000	R$ 5.400,00	AÇOFER
99/433	39012789	PORTAS DE MADEIRA - EM COMPENSADO, COM ALTURA DE 2,10M, LARGURA DE 80CM, LISA, LIXADA, COM MACANETA E DOBRADICAS	32,00	UN	R$ 188,500	R$ 6.032,00	MTMADEIRAS
101/433	39012791	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80 E 0,60M	15,00	UN	R$ 305,000	R$ 4.575,00	MTMADEIRAS
107/433	39012798	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, REDONDA	28,00	UN	R$ 5,400	R$ 151,20	USE
109/433	39012800	CABO DE AÇO - DE AÇO GALVANIZADO, COM 1/2¨	175,00	METRO	R$ 13,300	R$ 2.327,50	LOYAL
112/433	39012803	CADEADO - DE 20MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	145,00	UN	R$ 10,500	R$ 1.522,50	PADO
113/433	39012804	CADEADO - DE 30MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	26,00	UN	R$ 15,200	R$ 395,20	PADO
114/433	39012805	CADEADO - DE 40MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	22,00	UN	R$ 20,900	R$ 459,80	PADO
115/433	39012806	CADEADO - CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTE DE ACO TEMPERADO E CROMADO,CHAVE NIQUELADA	22,00	UN	R$ 31,500	R$ 693,00	TRIANGLE
116/433	39012807	CAIXA DE DESCARGA - EM PLASTICO RIGIDO PVC,NO FORMATO RETANGULAR,COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, NA COR BRANCA,DEVENDO O MATERIAL VIR COMPLETO	30,00	UN	R$ 26,400	R$ 792,00	ALUMASSA
127/433	39012819	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 75 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	18,00	UN	R$ 3,250	R$ 58,50	FORTLEV
128/433	39012820	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 20MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 0,350	R$ 6,30	FORTLEV
130/433	39012822	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 40MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 1,490	R$ 26,82	FORTLEV
134/433	39012826	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80X2,10M	23,00	UN	R$ 224,900	R$ 5.172,70	MTMADEIRAS
135/433	39012827	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS	38,00	UN	R$ 13,940	R$ 529,72	ITABRANCA
138/433	39012830	CAMARA DE AR - PARA CARRO DE MAO, DE BORRACHA	11,00	UN	R$ 19,900	R$ 218,90	AJAX
152/433	39012844	PREGO - MEDINDO 18 X 30 POL, PARA FIXACAO DE TELHA	40,00	KG	R$ 12,440	R$ 497,60	MORLAN
157/433	39012849	CAVADEIRA - MÉDIA, RETA, COM 2 LAMINAS, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	18,00	UN	R$ 85,000	R$ 1.530,00	PARABONI
159/433	39012851	PNEUMATICO PARA UTILITARIO - PNEU COM DIMENSOES 350 X 8,CONSTRUCAO NAO RADIAL,COM CAMARA,ARO 350 X 8,CAPACIDADE 300 KG, PARA CARRINHO DE ARMAZEM PESADO,CONTROLE DE QUALIDADE DO INMETRO.	8,00	UN	R$ 47,990	R$ 383,92	AJAX
162/433	39012854	CILINDRO DE FECHADURA, MATERIAL EM AÇO	32,00	UN	R$ 19,500	R$ 624,00	ALIANÇA
165/433	39012858	COLA - LIQUIDA,TRANSPARENTE,PARA CANO DE PVC,COM BICO APLICADOR BISNAGA COM 175 GR	15,00	UN	R$ 10,100	R$ 151,50	SILOC
166/433	39012860	COLA P/ MADEIRA - PLASTICA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM MADEIRA, DO TIPO LIQUIDA, APLICACAO POR APLICADA COM PINCEL, EMBALAGEM EMBALADA EM TUBO DE (1 KG)	32,00	UN	R$ 27,000	R$ 864,00	AFIX
172/433	39012866	CORRENTE - DE FERRO GALVANIZADO, COM 6 MM DE DIAMETRO	64,00	METRO	R$ 7,590	R$ 485,76	VONDER
173/433	39012867	CORRENTE - DE FERRO POLIDO, COM ESPESSURA DE 8 MM	64,00	METRO	R$ 11,940	R$ 764,16	VONDER
176/433	39012870	RASTELO - EM PLASTICO, COM TAMANHO MEDIO	19,00	UN	R$ 20,900	R$ 397,10	THOMPSON
178/433	39012872	REDUCAO EXCENTRICA PVC PB JE P/ COLETOR ESGOTO - EM PVC RIGIDO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELASTICA, CONFORME PADRONIZADO NA NBR 10569, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 X 50 MM	23,00	UN	R$ 0,000	R$ 0,00	
180/433	39012874	BUCHA DE REDUCAO - DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	16,00	UN	R$ 2,490	R$ 39,84	FORTLEV
186/433	39012909	ROLO DE LA PARA PINTURA - EM ROLO P/TEXTURA, DE 23CM	24,00	UN	R$ 20,000	R$ 480,00	COMPEL
188/433	39012912	CHAVE DE FENDA – PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM COM PONTA IMANTADA, 1/4X4 .	13,00	UN	R$ 5,700	R$ 74,10	WORKER
192/433	39012919	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 13MM	9,00	UN	R$ 4,900	R$ 44,10	WORKER
194/433	39012921	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 10X11 MM	9,00	UN	R$ 4,600	R$ 41,40	WORKER
209/433	39012936	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - PEQUENO REDONDO COM REGISTRO	15,00	UN	R$ 54,000	R$ 810,00	KRONA

210/433	39012937	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - GRANDE REDONDO COM REGISTRO	13,00	UN	R$ 28,500	R$ 370,50	SINTEX
213/433	39012941	DESEMPENADEIRA - DE PLASTICO,COM CABO DE PLASTICO,MEDINDO 15,0 X 30,0 CM,PARA APLICACAO DE MASSA CORRIDA	9,00	UN	R$ 9,900	R$ 89,10	GERPLAST
214/433	39012942	DESEMPENADEIRA - DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, DENTEADA, MEDINDO (15X30) CM, PARA APLICACAO DE ARGAMASSA E ASSENTAMENTO DE CERAMICA	9,00	UN	R$ 12,500	R$ 112,50	PARABONI
215/433	39012943	DESENGRIPANTE SINTETICO,A SER APLICADO EM MATERIAIS FERROSOS E SIMILARES,BIODEGRADAVEL E ANTICORROSIVO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM SPRAY (COM VALVULA AEROSOL)	40,00	UN	R$ 9,200	R$ 368,00	USE
217/433	39012945	DISCO PARA LIXADEIRA - DE FIBRA, NUMERO 60, MODELO CONVENCIONAL	46,00	UN	R$ 7,300	R$ 335,80	ICDER
219/433	39012947	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS, BIPOLAR, C, DE 30 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 10KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	UN	R$ 28,000	R$ 392,00	SOPRANO
220/433	39012948	DISJUNTOR - BIPOLAR PADRAO DIN ,CURVA C , DE 40 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 3KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	UN	R$ 21,300	R$ 298,20	SOPRANO
225/433	39012953	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 15 A	14,00	UN	R$ 7,280	R$ 101,92	SOPRANO
232/433	39012961	DOBRADICA - DE FERRO CROMADO, MEDINDO 4¨ X 3¨, DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE LISA, COM 03 FUROS POR FACE	53,00	UN	R$ 10,300	R$ 545,90	MERKEL
233/433	39012962	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	53,00	KG	R$ 16,400	R$ 869,20	VONDER
234/433	39012963	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35M DE COMPRIMENTO P/3,25 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	115,00	KG	R$ 16,900	R$ 1.943,50	VONDER
235/433	39012964	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO DIMENSÃO DE 4MM	70,00	KG	R$ 16,800	R$ 1.176,00	VONDER
236/433	39012965	JOELHO DE 90 GRAUS COM BOLSA PARA ANEL, EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40MM X 45MM	65,00	UN	R$ 0,580	R$ 37,70	FORTLEV
256/433	39013029	TINTA PARA PISO 18 LT	40,00	UN	R$ 135,000	R$ 5.400,00	NEOVINIL
257/433	39013034	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, FOSCO, PARA LOUSA (QUADRO NEGRO) 3,6L	24,00	UN	R$ 80,000	R$ 1.920,00	BRASILUX
258/433	39013035	THINNER - NO TIPO LIQUIDO, LATA DE 5 LITROS, COMPOSTO DE ALCOOL, ESTER , HIDROCARBONETO AROMATICO E ACELERADOR PARA SECAGEM (DIAS UMIDOS), PARA DISSOLVER TINTAS A BASE DE RESINAS E POLIMEROS ES-PECIFICOS DA PINTURA AUTOMOTIVA.	70,00	UN	R$ 47,500	R$ 3.325,00	GOL
259/433	39013036	THINNER - NO TIPO DESENGRAXANTE, 900 ML, COMPOSTO DE HIDROCARBONETOS, PARA LIMPEZA COMPLETA DE SUPERFICIES	71,00	UN	R$ 10,000	R$ 710,00	GOL
260/433	39013039	TRENA - METALICA,EM ACO, 10 METROS, COM GRADUACAO DE 1MM, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	14,00	UN	R$ 17,000	R$ 238,00	THOMPSON
261/433	39013042	TRENA - EM FITA DE FIBRA DE VIDRO, COM CABO, MEDIDAS GRAVADAS NAS DUAS FACES EM METRO, CENTIMETRO E MILIMETRO, COM TRAVA PARA FIXAR A FITA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO E 19MM DE LARGURA, DEVENDO SER ACONDICIONADA DE FORMA A GARANTIR PROTECAO DURANTE TRANSPORTE E ESTOCAGEM COM GARANTIA DE 1 ANO A APARTIR DA DATA DE ENTREGA	14,00	UN	R$ 41,000	R$ 574,00	KALA
262/433	39013045	TORNEIRA - DE METAL, BICA MOVEL,PAREDE, DIAMETRO 3/4¨, PARA PIA	53,00	UN	R$ 46,400	R$ 2.459,20	LIEGE
263/433	39013046	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA PIA	53,00	UN	R$ 7,000	R$ 371,00	GERPLAST
265/433	39013048	TORNEIRA PLASTICA 3/4¨ PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	48,00	UN	R$ 4,000	R$ 192,00	GERPLAST
267/433	39013050	TORNEIRA - DE METAL (ESFERA), COM ENCAIXE EM ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE 3/4 POLEGADA, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE 1/2 POLEGADA, PARA SER INSTALADA EM FILTRO	43,00	UN	R$ 16,400	R$ 705,20	THOMPSON
272/433	39013058	TUBO DE LIGACAO CINZA PARA LAVATORIO - DE METAL FLEXIVEL, COM DIAMETRO DE 1/2~COM 40 CM, PARA SER UTILIZADO EM PIA DE LAVATORIO	28,00	UN	R$ 11,500	R$ 322,00	KRONA
273/433	39013059	TOMADA ELETRICA - DE TERMOPLASTICO, DE SOBREPOR (EXTERNA), NO FORMATO RETANGULAR, COM 2 POLOS + TERRA, UNIVERSAL, NA COR CINZA, COM CAPACIDADE ELETRICA DE 10A-250V, COM PLACA,	30,00	UN	R$ 4,600	R$ 138,00	ILUMI
275/433	39013061	TOMADA PARA REDE DE COMPUTADOR - EM TERMOPLASTICA, FORMATO QUADRADA, COM 03 CONTATOS, ESPELHO ANGULAR COM 3 POSICOES, DE CAPACIDADE PARA ATE DOIS CONECTORES M8V, COM ATRAVES DE PARAFUSOS, MARFIM	37,00	UN	R$ 21,900	R$ 810,30	ILUMI
277/433	39013067	TOMADA - PLUG AMERICANO 02 TOMADAS NA FRENTE PARA TELEFONE.	32,00	UN	R$ 18,500	R$ 592,00	ILUMI
280/433	39013093	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 13,100	R$ 524,00	FORTLEV
281/433	39013097	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 32 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 5,500	R$ 220,00	FORTLEV
284/433	39013119	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 50M	40,00	UN	R$ 3,200	R$ 128,00	GOL
285/433	39013127	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE BORRACHA TERMOPLASTICA (TIPO VEDA CALHA),APRESENTADO EM FORMA DE PASTA TRANSPARENTE,VEDACAO DE CALHAS,TELHAS,RUFOS E COMO SELANTE PARA MADEIRA, METAL E FIBROCIMENTO.,ACONDICIONADO EM BISNAGA	32,00	UN	R$ 12,500	R$ 400,00	POWERVED
287/433	39013130	VALVULA PARA LAVATORIO - DE VALVULA PARA LAVATORIO, DO TIPO LONGO, PARA SER ENTREGUE SEM LANDRAO, COM ROSCA DE DIAMETRO 01 POLEGADA, PARA SER UTILIZADA EM PARA ROUPA EM PVC	40,00	UN	R$ 2,100	R$ 84,00	KRONA
290/433	39013133	TINTA VERNIZ PARA MADEIRA - INCOLOR, BRILHANTE 900ML	35,00	UN	R$ 14,500	R$ 507,50	BRASILUX
291/433	39013134	TINTA VERNIZ PARA CONSTRUCAO CIVIL - NA COR HOSPITALAR, EPOXI DE ADERENCIA, MODIFICADO, BICOMPONENTE, SEM SOLVENTE, VER-	34,00	UN	R$ 146,900	R$ 4.994,60	BRASILUX

		MELHO BRILHANTE, PARA AZULEJOS, PAREDES, PISOS, TELHAS, ETC. CONJUNTO COM 2 GALOES DE 3,6 L CADA					
292/433	39013135	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO (1,00 X 1,20)M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	11,00	UN	R$ 225,000	R$ 2.475,00	AÇOFER
293/433	39013136	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO 150M X 1M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	16,00	UN	R$ 255,000	R$ 4.080,00	AÇOFER
295/433	39013138	TINTA - ZARCAO PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE EXTERNO,INTERNO 18L	44,00	UN	R$ 150,500	R$ 6.622,00	MAZA
299/433	39013144	ENXADA - ENXADA LARGA DE 20,5 DE QUALIDADE, COM CABO	14,00	UN	R$ 37,500	R$ 525,00	PARABONI
300/433	39013145	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO DE 3 LIBRAS	11,00	UN	R$ 22,400	R$ 246,40	RAMADA
304/433	39013149	ESPATULA LAMINADA - DE 6CM COM CABO DE MADEIRA	13,00	UN	R$ 6,000	R$ 78,00	USE
306/433	39013151	FACAO - EM ACO, 18 POLEGADAS, CABO ANATOMICO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM BAINHA EM COURO	10,00	UN	R$ 22,900	R$ 229,00	PARABONI
309/433	39013154	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 10,0MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 3,550	R$ 2.733,50	COBRECON
317/433	39013162	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA POLIESTER, COM CATALISADOR,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA 495GR	42,00	PCT	R$ 13,000	R$ 546,00	CARPLAST
318/433	39013163	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 50,00MMX50,00M	42,00	UN	R$ 9,000	R$ 378,00	AFA
319/433	39013164	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	42,00	UN	R$ 3,000	R$ 126,00	AFA
320/433	39013165	FITA ISOLANTE - FITA EM PLASTICO DE ALTA FUSAO,MEDINDO 10M	32,00	UN	R$ 23,900	R$ 764,80	3M
324/433	39013169	FURADEIRA - BOSH GSB13 RE	32,00	UN	R$ 295,000	R$ 9.440,00	BOSCH
325/433	39013170	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 3,6 LITROSTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA 900ML	32,00	UN	R$ 65,000	R$ 2.080,00	VIAPOL
326/433	39013171	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 18 LITROS	19,00	UN	R$ 270,000	R$ 5.130,00	VIAPOL
331/433	39013176	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 2M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	26,00	UN	R$ 349,900	R$ 9.097,40	AÇOFER
333/433	39013178	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE COM PINTURA ANTIFERRUGEM, 1,20 M X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM GRADE	24,00	UN	R$ 263,000	R$ 6.312,00	AÇOFER
336/433	39013181	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	UN	R$ 5,140	R$ 236,44	FORTLEV
339/433	39013184	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 40MM	46,00	UN	R$ 1,540	R$ 70,84	FORTLEV
352/433	39013198	JOELHO 45 GR - SOLDAVEL PVC,DN 40MM,..	32,00	UN	R$ 3,070	R$ 98,24	FORTLEV
354/433	39013200	JOELHO 45 GR - PVC SOLDAVEL MARROM,DN 60MM,..	32,00	UN	R$ 10,850	R$ 347,20	FORTLEV
355/433	39013201	KIT PARA BANHEIRO - DE INOX,COM 5 PEÇAS	32,00	UN	R$ 40,300	R$ 1.289,60	LIEGE
366/433	39013212	LAVATORIO - DE LOUCA, NA COR BEGE, TIPO LAVATORIO SEM COLUNA, NO FORMATO OVALADO, COM DIMENSOES 45,5 X 36 CM, FURO CENTRAL, PARA INSTALACAO DE LAVATORIO	19,00	UN	R$ 150,000	R$ 2.850,00	LOGASA
367/433	39013213	LUVA - LATEX AMARELA, COM FORRO FLOCADO EM ALGODAO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COM VIROLA,COMPRIMENTO 29CM, TAMANHO P,M E G POSSUI UMA BOA FLEXIBILIDADE E RESISTENCIA A ABRASAO E RASGOS	21,00	PAR	R$ 3,400	R$ 71,40	SUPERSAFETY
368/433	39013215	LUVA DE PROTECAO - EM RASPA DE COURO (CANO CURTO E LONGO)¨	23,00	PAR	R$ 8,900	R$ 204,70	LUMA
369/433	39013216	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA PAREDE, GRAO 120, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU
370/433	39013217	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, MULTIUSO, PARA PAREDE, MADEIRA E METAIS, GRAO Nº 150, EM FOLHA, MEDINDO 225X275MM, PARA ACABAMENTO	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU
371/433	39013218	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO (TIPO D`AGUA),PARA USO EM PAREDE,GRAO 220,EM FOLHA,MEDINDO 127,00MM,PARA MASSA PLASTICA	290,00	UN	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU
372/433	39013219	LIXA - DE CARBURETO DE SILICIO (LIXA D-AGUA), PARA MASSA, GRAO 80, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	150,00	UN	R$ 1,050	R$ 157,50	TATU
373/433	39013220	LIXAS - DISCO, NUMERO 36, PARA LIXAR FERRO	32,00	UN	R$ 4,300	R$ 137,60	NORTON
374/433	39013221	LIXA - DE OXIDO DE FERRO, PARA FERRO, GRAO 220, EM FOLHA, MEDINDO 280X230MM, PARA ACABAMENTO	69,00	UN	R$ 2,530	R$ 174,57	TATU
375/433	39013222	LIMA - EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO TEMPERADO,MEDINDO 4¨ 12X1¨,TRIANGULAR - TIPO KF	18,00	UN	R$ 12,400	R$ 223,20	KF
376/433	39013223	LONA PLASTICA - EM PLASTICOS, ROLO, PRETA, EM CONTECOES DE INFILTRACOES E SATURACAO DE AGUAS NAS BARREIRAS, 8M X 50M	200,00	METRO	R$ 12,000	R$ 2.400,00	NORTENE
379/433	39013226	LUVA - EM PVC,BRANCA,DE REDUCAO,COM DIAMETRO 1 POLX 3/4 POL,COM ROSCA INTERNA	75,00	UN	R$ 1,490	R$ 111,75	FORTLEV
383/433	39013230	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	32,00	UN	R$ 3,190	R$ 102,08	FORTLEV
390/433	4060031	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, COM TAMPA DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO POR PARAFUSOS, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NBR 11778, 11990,11991E DEFI-	6,00	UN	R$ 28,000	R$ 168,00	ALUMASSA

		CIENCIA FISI- CA__P/ VASO SANITARIO INFANTIL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA					
393/433	39010443	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,50 X 1,00 M, COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	30,00	UN	R$ 242,000	R$ 7.260,00	AÇOFER
394/433	39011014	COLA BRANCA 01 LT USO DIVERSOS	32,00	UN	R$ 27,900	R$ 892,80	AFIX
396/433	39012640	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM X 3/4¨ PARA AGUA FRIA	45,00	UN	R$ 3,100	R$ 139,50	FORTLEV
405/433	39012651	ANEL DE VEDACAO - DE CERA COM GUIA,COM DIAMETRO DE 140MM,PARA SER UTILIZADO EM VEDACAO DE VASO SANITARIO	56,00	UN	R$ 8,600	R$ 481,60	USE
406/433	39012652	ARAME - LISO, APRESENTADO EM UTILIZADO EM CERCA 1000M	28,00	UN	R$ 390,950	R$ 10.946,60	MEGACAMPO
410/433	39012658	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/4	61,00	UN	R$ 0,050	R$ 3,05	JOMARCA
418/433	39012666	LUVA SOLDAVEL 60 MM	32,00	UN	R$ 5,580	R$ 178,56	FORTLEV
419/433	39012667	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE EPOX (2 COMPONENTES), APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA, UTILIZADO EM SOLIDOS, ACONDICIONADO EM BISNAGA 50 GRAMAS	21,00	UN	R$ 17,050	R$ 358,05	HENKEL
421/433	39012669	ASPERSOR PARA IRRIGAÇAO DE JARDIM	21,00	UN	R$ 16,900	R$ 354,90	GARDEN
424/433	39012672	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 2MM	180,00	METRO	R$ 2,170	R$ 390,60	MANTAC
425/433	39012673	MANGUEIRA - CRISTAL 3/4 2MM	180,00	METRO	R$ 3,700	R$ 666,00	MANTAC
426/433	39012674	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 8¨, CABO ISOLADO EM PVC, ACABAMENTO OXIDADO	6,00	UN	R$ 49,900	R$ 299,40	LOYAL
427/433	39012675	ALICATE - PRESSAO, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO	6,00	UN	R$ 33,000	R$ 198,00	THOMPSON
429/433	39012677	ALICATE - TIPO UNIVERSAL, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADOR EM PVC, E ACABAMENTO EM ACO CROMO VANADIUM, BICO RETO, MANDIBULA TEMPERADA E LIXADA 1.000 V	6,00	UN	R$ 40,000	R$ 240,00	TRAMONTINA
433/433	39012682	MANGUEIRA NIVEL 1,5MM	50,00	METRO	R$ 1,400	R$ 70,00	MANTAC

Valor Total: R$ 164.745,46 (Cento e sessenta e quatro mil e setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Fornecedor: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ: 00.226.324/0001-42

Nr. Item	Cd Produto	Descrição Produto	Qtde	UNID	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1/433	39012678	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO ASSENTO SANITARIO, COM TAMPA DE PLASTICO BLOCO AGLOMERADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO LATERAL, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NORMAL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	18,00	UN	R$ 17,540	R$ 315,72	ALUMSA
5/433	39012688	MASSA CORRIDA ACRILICA 25 KG	65,00	UN	R$ 61,500	R$ 3.997,50	
14/433	39012698	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, COM DIAMETRO NOMINAL DE 200MM,NA COR BRANCA,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO MEDINDO APROXIMEDAMENTE 6 METROS	6,00	UN	R$ 201,000	R$ 1.206,00	DURO PVC
18/433	39012702	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	12,00	UN	R$ 9,300	R$ 111,60	DURO PVC
21/433	39012705	TUBO - EM PVC RIGIDO,60MM,COMPRIMENTO DE 6M,SOLDAVEL, PARA INSTALACOES HIDRAULICAS	10,00	UN	R$ 75,500	R$ 755,00	DURO PVC
26/433	39012711	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME .... COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	185,00	UN	R$ 0,280	R$ 51,80	KRONA
30/433	39012715	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	210,00	UN	R$ 0,540	R$ 113,40	
34/433	39012720	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM PVC, DE 1000 WATTS	210,00	UN	R$ 4,400	R$ 924,00	EXTATRON
35/433	39012722	BOIA PLASTICA - DE PLASTICO, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA D'AGUA	10,00	UN	R$ 6,640	R$ 66,40	KRONA
36/433	39012723	BOIA ELETRICA - PARA CONTROLE DE NIVEL DE AGUA, DO TIPO SUPERIOR/INFERIOR CONJUGADO, EM PLASTICO, COM REGULADOR ELETRO-BOIA, DE 15 A - CORRENTE MAXIMA	15,00	UN	R$ 23,340	R$ 350,10	VOLTIM
40/433	39012727	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 06, COM BUCHA	89,00	UN	R$ 0,120	R$ 10,68	JOMARCA
42/433	39012729	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 08, COM BUCHA	89,00	UN	R$ 0,190	R$ 16,91	JOMARCA
43/433	39012730	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO, PARA SER APLICADO EM MADEIRA, ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, DE NUMERO 8	89,00	UN	R$ 0,130	R$ 11,57	JOMARCA
44/433	39012731	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO,PARA SER APLICADO EM PAREDE, ROSCA MAQUINA CABECA CHATA, DE NUMERO 6	89,00	UN	R$ 0,070	R$ 6,23	JOMARCA
45/433	39012732	PARAFUSO SOBERBA E ROSCA - NAS DIMENSOES PARAFUSO ROSCA SOBERBA DE 3,5 X 22	210,00	UN	R$ 0,060	R$ 12,60	JORMARCA
46/433	39012733	PARAFUSOROSCA ,DIAMETRO 4,2 X 38MM	210,00	UN	R$ 0,120	R$ 25,20	JOMARCA
51/433	39012738	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON,NO TAMANHO Nº 10	210,00	UN	R$ 0,060	R$ 12,60	R FABRIL
52/433	39012739	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON, NO TAMANHO Nº 08	495,00	UN	R$ 0,050	R$ 24,75	R FABRIL
54/433	39012741	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON, TIPO UNIVERSAL, DE NUMERO 06 MM DE DIAMETRO	425,00	UN	R$ 0,030	R$ 12,75	R FABRIL

55/433	39012742	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON TIPO CLAP,NUMERO 07	425,00	UN	R$ 0,050	R$ 21,25	R FABRIL
61/433	39012748	BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 2MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 0,730	R$ 30,66	BRASFORT
62/433	39012749	BROCA - DE ACO RAPIDO,3MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 2,790	R$ 117,18	BRASFORT
63/433	39012750	BROCA - DE ACO RAPIDO,4MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 2,240	R$ 94,08	BRASFORT
67/433	39012754	BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 6MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 3,780	R$ 158,76	BRASFORT
68/433	39012755	BROCA - DE ACO RAPIDO,7MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 5,250	R$ 220,50	BRASFORT
71/433	39012758	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICO,COM UMA CU-BA,MEDINDO 1,40 X 0,55M,PARA LAVAR LOUCA	10,00	UN	R$ 111,300	R$ 1. 113,00	
74/433	39012761	BROCA - DE ACO RAPIDO,8MM,PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 8,380	R$ 351,96	BRASFORT
76/433	39012763	BROCA - DE ACO RAPIDO, 9MM¨, PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 10,850	R$ 455,70	BRASFORT
77/433	39012764	BROCA - DE ACO RAPIDO, 10 MM PARA MADEIRA	42,00	UN	R$ 13,800	R$ 579,60	BRASFORT
78/433	39012765	BROCA - DE ACO RAPIDO 11MM¨, PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 17,000	R$ 884,00	BRASFORT
79/433	39012766	PLUG - TIPO MACHO, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002.,3 PÓLOS,110/220V,20A,TERMOPLASTICO,LIGA DE CO-BRE	61,00	UN	R$ 2,990	R$ 182,39	VOLTIM
80/433	39012767	BROCA - DE ACO RAPIDO 12 MM PARA MADEIRA	52,00	UN	R$ 20,300	R$ 1. 055,60	BFRASFORT
81/433	39012769	PLUG - TIPO FEMEA, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002,03,110/220 V,20A,TERMOPLASTICO,COBRE	61,00	UN	R$ 1,850	R$ 112,85	VOLTINM
83/433	39012771	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 3 MM PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 1,280	R$ 66,56	JOMARCA
90/433	39012778	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/2¨	535,00	UN	R$ 0,340	R$ 181,90	JOMARCA
91/433	39012779	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/4¨	535,00	UN	R$ 0,070	R$ 37,45	JOMARCA
95/433	39012785	BROCA - DE VIDEA,COM DIAMETRO DE 5MM,PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 1,730	R$ 89,96	JOMARCA
96/433	39012786	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 6MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 2,290	R$ 119,08	JOMARCA
97/433	39012787	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 7MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 6,080	R$ 316,16	JOMARCA
102/433	39012793	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 8MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 3,500	R$ 182,00	JOMARCA
103/433	39012794	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 9MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 10,130	R$ 526,76	VONDER
104/433	39012795	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 10MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 4,330	R$ 225,16	JOMARCA
105/433	39012796	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 11MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 14,140	R$ 735,28	VONDER
106/433	39012797	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 12MM, PARA CONCRETO	52,00	UN	R$ 3,770	R$ 196,04	JOMARCA
110/433	39012801	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 2 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	METRO	R$ 2,650	R$ 874,50	
122/433	39012813	RALO CONICO MONTADO COM GRELHA - EM PVC,COM 100MM,NA COR BRANCA,PARA SER USADO EM BANHEIROS	21,00	UN	R$ 4,330	R$ 90,93	KRONA
123/433	39012814	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIA-METRO 100 MM	18,00	UN	R$ 6,150	R$ 110,70	KRONA
125/433	39012816	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, SERIE REFORCADA, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ES-GOTO	18,00	UN	R$ 3,420	R$ 61,56	KRONA
126/433	39012817	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFOR-ME, COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM COM BOLSA LISA, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	18,00	UN	R$ 1,080	R$ 19,44	KRONA
131/433	39012823	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 50MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	UN	R$ 2,440	R$ 43,92	KRONA
137/433	39012829	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 25X72	30,00	KG	R$ 10,840	R$ 325,20	GERDAU
141/433	39012833	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 22X48	30,00	KG	R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU
142/433	39012834	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 22X42	30,00	KG	R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU
144/433	39012836	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X27	40,00	KG	R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
145/433	39012837	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X24	40,00	KG	R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
147/433	39012839	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
148/433	39012840	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X24	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
149/433	39012841	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 17X21	40,00	KG	R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
156/433	39012848	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL	40,00	UN	R$ 0,350	R$ 14,00	
158/433	39012850	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 1/2¨, TIPO ROSCAVEL	40,00	UN	R$ 0,230	R$ 9,20	PANDOLFO
164/433	39012857	RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA	26,00	UN	R$ 12,300	R$ 319,80	MINASUL

175/433	39012869	REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - REATOR VAPOR SODIO AFP EXTERNO 100W 220V COM IGNITOR, COM SELO PROCEL ENCE - INMETRO PINTADO AO CORPO DO REATOR, GARANTIA DE 2 ANOS, - ALTO FATOR DE POTENCIA - USO EXTERNO -TENSSO: 220V - POTENCIA: 100W	65,00	UN	R$ 32,530	R$ 2.114,45	JRC
179/433	39012873	BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 50 MM X 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	23,00	UN	R$ 0,820	R$ 18,86	KRONA
181/433	39012875	REDUCAO PARA MANGUEIRAS 3/4 X 1/2	40,00	UN	R$ 0,580	R$ 23,20	REBOUÇAS
184/433	39012879	LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM,COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 25 MM,NA COR MARROM,PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA POTAVEL	60,00	UN	R$ 2,200	R$ 132,00	KRONA
185/433	39012887	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME , COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO PREDIAL	64,00	UN	R$ 2,930	R$ 187,52	KRONA
187/433	39012911	CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, MEDINDO (5/16X8)	13,00	UN	R$ 9,900	R$ 128,70	FOX LUX
189/433	39012914	CHAVE - PHILLIPS TIPO ESTRELA, EM ACO, ACABAMENTO CROMADO, 1/4X6	13,00	UN	R$ 7,000	R$ 91,00	FOX LUX
191/433	39012918	CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, CABO DE POLIETILENO, NIQUELADA, MEDINDO 1/8X6 POLEGADAS, PARA ELETRONICA	13,00	UN	R$ 4,050	R$ 52,65	FOX LUX
193/433	39012920	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM	9,00	UN	R$ 8,950	R$ 80,55	FOX LUX
196/433	39012923	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 12X13 MM	9,00	UN	R$ 5,230	R$ 47,07	FOX LUX
197/433	39012924	CHAVE - FIXA, DE ACO DIN 17350 - CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO (10 X 11)MM	9,00	UN	R$ 2,740	R$ 24,66	FOX LUX
198/433	39012925	CHAVE - FIXA, DE ACO CARBONO, COM ACABAMENTO NIQUELADO, MEDINDO (12 X 13)MM, COM CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	9,00	UN	R$ 3,000	R$ 27,00	FOX LUX
199/433	39012926	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE SOBREPOR, SISTEMA X, DUPLA,NO FORMATO RETANGULAR,COM 2 POLOS MAIS TERRA,PADRAO NOVO,NA COR BRANCA,110V/ 220V,COMPLETA	40,00	UN	R$ 6,070	R$ 242,80	PLUZIE
200/433	39012927	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE - COM MATERIAL INTERNO DE METAL,COM RABICHO COM CABO FLEXIVEL DE 15CM, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL TERMOPLASTICO	700,00	UN	R$ 0,690	R$ 483,00	DECORLUX
201/433	39012928	SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346	130,00	UN	R$ 4,470	R$ 581,10	DECORLUX
212/433	39012939	TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1,62MX0,58M, COM 3 CUBAS	6,00	UN	R$ 223,900	R$ 1.343,40	VEFRSATIL
221/433	39012949	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 10 A	14,00	UN	R$ 4,640	R$ 64,96	SOPRANO
223/433	39012951	JUNCAO DUPLA PVC SOLDAVEL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM	65,00	UN	R$ 19,870	R$ 1.291,55	KRONA
224/433	39012952	JUNCAO SIMPLES EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 100,00MM	65,00	UN	R$ 8,870	R$ 576,55	KRONA
226/433	39012955	REDUCAO EXCENTRICA EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 50,00MM	65,00	UN	R$ 2,960	R$ 192,40	KRONA
227/433	39012956	JUNCAO SIMPLES PVC SERIE R PARA ESGOTO PREDIAL DN 40 MM	65,00	UN	R$ 1,210	R$ 78,65	KRONA
228/433	39012957	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR) DE 25 A	14,00	UN	R$ 4,640	R$ 64,96	SOPRANO
229/433	39012958	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 30 A	14,00	UN	R$ 4,500	R$ 63,00	SOPRANO
230/433	39012959	DISJUNTOR BIFÁSICO DE 60 AMPERES	51,00	UN	R$ 21,310	R$ 1.086,81	SOPRANO
231/433	39012960	DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 60 AMPERES	51,00	UN	R$ 30,220	R$ 1.541,22	SOPRANO
237/433	39012966	CURVA DE 90 GRAUS CURTA, PVC SOLDAVEL PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40,00MM Y	65,00	UN	R$ 2,930	R$ 190,45	KRONA
238/433	39012967	TE SANITARIO EM PVC RIGIDO SOLDAVEL, PARA ESGOTO DIAMETRO DE 50,00 X 50,00MM	65,00	UN	R$ 3,270	R$ 212,55	KRONA
240/433	39012969	CONEXAO T PARA MANGUEIRA- EM PVC,COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2 POL,SEM ACESSORIOS,TENDO COMO DIMENSAO MAIOR 5,5CM,APRESENTANDO UMA DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA	65,00	UN	R$ 0,900	R$ 58,50	REBOUÇAS
241/433	39012970	CONEXAO T PARA MAGUEIRA - DE FERRO GALVANIZADO,COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL,SEM ACESSORIOS,COM DIMENSAO MAIOR DE 5,5CM,COM DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA	65,00	UN	R$ 1,180	R$ 76,70	REBOUÇAS
243/433	39012972	CONEXAO T SOLDAVÉL 25MM	65,00	UN	R$ 0,340	R$ 22,10	KRONA
266/433	39013049	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA TANQUE	48,00	UN	R$ 3,490	R$ 167,52	HERC
268/433	39013052	TORNEIRA - DE PVC,COM ENCAIXE EM DE ROSCA,TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 3/4 POL,COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZAO DE 3/4 POL.,PARA SER INSTALADA EM JARDIM	43,00	UN	R$ 2,630	R$ 113,09	HERC
269/433	39013055	TORNEIRA - DE EM PVC, COM ENCAIXE EM DE ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 1/2 POL, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZAO DE 1/2 POL, PARA SER INSTALADA EM JARDIM	43,00	UN	R$ 2,900	R$ 124,70	HERC
270/433	39013056	TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO (NITRILICA)	46,00	UN	R$ 5,730	R$ 263,58	KRONA
271/433	39013057	TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE	33,00	UN	R$ 5,720	R$ 188,76	KRONA

		38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO.					
274/433	39013060	TOMADA PARA LIGACAO INTERNA DE TELEFONE - DE PLASTICO, PADRAO 4X4 EM METAL, TIPO FEMEA	30,00	UN	R$ 5,000	R$ 150,00	PLUZIE
276/433	39013064	TOMADA DE TRIFASICA DE AR CONDICIONADO	27,00	UN	R$ 6,000	R$ 162,00	PLUZIE
278/433	39013076	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO - COM DIAMETRO NOMINAL DE 1.1/4, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO HIDRAULICA, COM ENCAIXE DO TIPO COM ROSCA	40,00	UN	R$ 23,230	R$ 929,20	REMADI
279/433	39013080	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	UN	R$ 2,930	R$ 117,20	KRONA
286/433	39013129	TAMPA - PARA VALVULA DE DESCARGA, MODELO HIDRA MAX	32,00	UN	R$ 20,850	R$ 667,20	CENSI
288/433	39013131	VÁLVULA P/ PIA INOX	15,00	UN	R$ 10,650	R$ 159,75	METAIS REIS
289/433	39013132	VASO SANITARIO	25,00	UN	R$ 114,900	R$ 2.872,50	LOGASA
296/433	39013141	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL 1/2¨, COM 40CM	57,00	UN	R$ 2,700	R$ 153,90	KRONA
301/433	39013146	BOLSA PARA VASO SANITARIO - DE PVC, DO TIPO ESPUDE,COM BITOLA DE 40MM,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRÁULICAS	53,00	UN	R$ 1,950	R$ 103,35	LUCONI
302/433	39013147	ESCADA - DE ALUMINIO, COM 7 DEGRAUS, ANTI DERRAPANTE, DE ABRIR	4,00	UN	R$ 151,000	R$ 604,00	ALULEV
311/433	39013156	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 6,0 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 2,300	R$ 1.771,00	LAMESA
312/433	39013157	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM 4,0 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 1,600	R$ 1.232,00	LAMESA
314/433	39013159	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	METRO	R$ 0,940	R$ 723,80	LAMESA
315/433	39013160	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	METRO	R$ 0,620	R$ 477,40	LAMESA
322/433	39013167	FITA ISOLANTE - DE PLASTICO,MEDINDO 20M	32,00	UN	R$ 2,510	R$ 80,32	DECORLUX
323/433	39013168	FITA ISOLANTE -ROLO MEDINDO 5M.	32,00	UN	R$ 0,970	R$ 31,04	DECORLUX
327/433	39013172	INTERRUPTOR - EM TERMOPLASTICO, COM ESPELHO DE 4¨ X 2 1/2 NA COR CI, INTERRUPTOR INTERNO SIMPLES, COM 01 TECLA NA COR BEGE FOSFORESCENTE, COM AMPERAGEM DE 10 A/250 VOLTS	90,00	UN	R$ 2,610	R$ 234,90	PLUZIE
328/433	39013173	INTERRUPTOR ELETRICO - POLIETILENO, POTENCIA DE 5 AMPERES, 1 SECAO SIMPLES EXTERNO.	90,00	UN	R$ 4,820	R$ 433,80	PLUZIE
329/433	39013174	INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 2 SECOES, COM TOMADA	90,00	UN	R$ 5,200	R$ 468,00	PLUZIE
337/433	39013182	JOELHO DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ... COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 150 MM X 90MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 21,000	R$ 966,00	KRONA
340/433	39013185	JOELHO 90 GR - DE PVC, COM ANEL,COM BITOLA DE 40MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO SECUNDARIO	46,00	UN	R$ 1,260	R$ 57,96	KRONA
341/433	39013186	JOELHO 40 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME .., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 45 MM., NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM ESGOTO PREDIAL	46,00	UN	R$ 0,800	R$ 36,80	KRONA
342/433	39013187	JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 0,920	R$ 42,32	KRONA
343/433	39013188	JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM X 45MMCOM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 0,930	R$ 42,78	KRONA
344/433	39013189	JOELHO 90 GR - DE PVC,COM BITOLA 75MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO	46,00	UN	R$ 2,290	R$ 105,34	KRONA
345/433	39013190	JOELHOS PARA MANGUEIRA 1/2	46,00	UN	R$ 0,680	R$ 31,28	REBOUÇAS
346/433	39013191	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 20MM X 1/2	46,00	UN	R$ 0,750	R$ 34,50	KRONA
347/433	39013193	JOELHO - DE PVC,SOLDAVEL,COM 90 GRAUS,COM 20MM MARROM	46,00	UN	R$ 0,170	R$ 7,82	KRONA
348/433	39013194	JOELHO - DE JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM 90º, COM DN 25MM	210,00	UN	R$ 0,200	R$ 42,00	KORNA
349/433	39013195	JOELHO DE REDUCAO DE 90- SOLDAVEL E COM ROSCA - 25X1/2, MARROM	90,00	UN	R$ 0,820	R$ 73,80	KRONA
350/433	39013196	JOELHO 90- DE PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 25X3/4, MARROM	90,00	UN	R$ 1,120	R$ 100,80	KRONA
351/433	39013197	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, COM 45º, COM DN 32MM	32,00	UN	R$ 1,770	R$ 56,64	KRONA
353/433	39013199	JOELHO - EM PVC SOLDAVEL,COM 45°,COM 50MM	32,00	UN	R$ 3,280	R$ 104,96	KRONA
357/433	39013203	LAMPADA ECONOMICA - 30W 220V, BASE E 27	185,00	UN	R$ 15,100	R$ 2.793,50	EMPALUX
358/433	39013204	LAMPADA ECONOMICA - EM VIDRO, 15 WATS, UNIPOLAR, CAIXA C/ 01 UNID	160,00	UN	R$ 7,900	R$ 1.264,00	EMPALUX
359/433	39013205	LAMPADA ELETRONICA ENCAIXE, COM POTENCIA NOMINAL DE 16W, 220V	43,00	UN	R$ 8,800	R$ 378,40	EMPALUX
360/433	39013206	LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA,QUADRUPLA,ELETRONICA, 45W,220V, ROSCA E27,LUZ BRANCA	48,00	UN	R$ 26,500	R$ 1.272,00	ALUMBRA
362/433	39013208	LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 160 W, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V - 60HZ, MATERIAL FLUORESCENTE	50,00	UN	R$ 13,960	R$ 698,00	EMPALUX
363/433	39013209	LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 250 WTS, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GÁS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V	50,00	UN	R$ 20,960	R$ 1.048,00	EMPALUX

364/433	39013210	LAMPADA HALOGENA - ENCAIXE DA LAMPADA (BASE) BIPINO(DUPLO ENVELOPE), COM POTENCIA NOMINAL DE 1000 WATTS, SEM REFLETOR, COM VOLTAGEM DE 220 VOLTS.	50,00	UN	R$ 27,430	R$ 1.371,50	EMPALUX
365/433	39013211	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA 135W 220V E40 COR BRANCA	50,00	UN	R$ 107,650	R$ 5.382,50	EMPALUX
378/433	39013225	LUVA DE REDUCAO COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME .., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES P/TORRE MALACOFK	75,00	UN	R$ 0,470	R$ 35,25	KRONA
380/433	39013227	LUVA - DO TIPO PVC , 100,00MM PARA ESGOTO, COM FORNECIMENTO	65,00	UN	R$ 2,410	R$ 156,65	KRONA
381/433	39013228	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC,PARA ESGOTO COM DIAMETRO DE DN 40MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	32,00	UN	R$ 0,440	R$ 14,08	KRONA
382/433	39013229	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 50MM, PARA ESGOTO, COM ENCAIXE TIPO SIMPLES, SOLDAVEL	32,00	UN	R$ 1,160	R$ 37,12	KORNA
385/433	39013324	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ....., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	64,00	UN	R$ 1,110	R$ 71,04	KRONA
386/433	39013325	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 25 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	210,00	UN	R$ 1,530	R$ 321,30	KRONA
387/433	39013326	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 19¨	9,00	UN	R$ 6,470	R$ 58,23	FOX LYUX
388/433	39012974	CONEXAO T SOLDAVEL 25MM	65,00	UN	R$ 0,340	R$ 22,10	
389/433	39013192	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 25MM X 3/4	46,00	UN	R$ 1,120	R$ 51,52	KRONA
392/433	5014179	LAMPADA FLUORESCENTE - TUBULAR, BIPINO T18 40 W 220 VOLTS	50,00	UN	R$ 5,810	R$ 290,50	OSRAM
395/433	39012192	ARAME GALVANIZADO	32,00	KG	R$ 11,900	R$ 380,80	GERDAU
397/433	39012641	ADAPTADOR COM FLANGE - 50X1.1/2MM SOLD	35,00	UN	R$ 9,600	R$ 336,00	KRONA
398/433	39012643	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, ROSCA INTERNA COM DIAMETRO DE 3/4¨	40,00	UN	R$ 0,480	R$ 19,20	REBOUÇAS
399/433	39012644	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, COM BITOLA DE 3/4 X 1/2 POLEGADA	40,00	UN	R$ 0,830	R$ 33,20	REBOUÇAS
400/433	39012645	ADAPTADOR MANGUEIRA RED DE POLIETILENO, COM BITOLA DE1X3/4	35,00	UN	R$ 1,040	R$ 36,40	REBOUÇAS
401/433	39012646	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO,COM DIAMETRO DE 25X3/4	35,00	UN	R$ 0,260	R$ 9,10	KRONA
402/433	39012648	ADAPTADOR - DE PVC MARROM, SOLDAVEL CURTO, COM DIAMETRO DE 50MM COM ENCAIXE TIPO BOLSA E ROSCA	35,00	UN	R$ 1,610	R$ 56,35	KRONA
403/433	39012649	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE EMBUTIR UNIVERSAL,NO FORMATO HEXAGONAL,COM UMA ENTRADA 2 POLOS MAIS TERRA,TRES FUROS PARA ADAPTADOR PADRAO NOVO,20A / 220V,COM PLACA E PARAFUSOS,DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	75,00	UN	R$ 3,900	R$ 292,50	PLUZZIE
407/433	39012653	LUVA PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 20X1/2, NA COR MARROM, EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA FRIA	32,00	UN	R$ 0,470	R$ 15,04	KRONA
411/433	39012659	LUVA - EM PVC SOLDAVEL DE 25 X 3/4LR.,	32,00	UN	R$ 0,650	R$ 20,80	KRONA

Valor Total: R$ 61,641.39 (Sessenta e um mil e seiscentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos)

VALOR TOTAL R$ 519.289,46 (QUINHENTOS E DEZENOVE MIL DUZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 056/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA**, portadora da RG nº 2.130.611-7/SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 016/2018 – OBJETO: FORNECIMENTO DE OVOS DE PASCOA PARA EVENTOS DA PASCOA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: L. A. PRODUTOS PARA FESTA EIRELI - ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 052/2018 DE 20 DE MARÇO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS."

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **GERALDO FLORIANO FREITAS FILHO**, portador da RG nº 878+155/SSP-MT e CPF nº 005.689.991-26 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 014/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COMPRESSOR DE AR PARA EQUIPE DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: RET FARMA DIST DE MEDICAM E PROD HOSP LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 20 de Março de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 058/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LEANDRO DOS SANTOS**, portador da RG nº 2.055.431-1/SSP/MT e CPF nº 028.850.591-33 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 018/2018, 019/2018 e 020/2018 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ENGREGA FRACIONADA AO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: L. P. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – ME, MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 04 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 062/2018 DE 06 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LEANDRO DOS SANTOS**, portador da RG nº 2.055.431-1/SSP/MT e CPF nº 028.850.591-33 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 022/2018, 023/2018 e 024/2018 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA, PEDAGÓGICO E DIDÁTICO PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS REIS – ME, FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME E COMPATÍVEL COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI-ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 06 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL NO 390/2018 DE 16 DE ABRIL DE 2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA ATENDIMENTO A RECURSOS DE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 294.500,00 (duzentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais)** provenientes de excesso de arrecadação, no exercício orçamentário de 2018.

Art. 2º - O crédito adicional referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01 – GABINETE DO SECRETÁRIO

PROGRAMA: 20 - AGRICULTURA

FUNÇÃO: 606 – EXTENSÃO RURAL

SUB-FUNÇÃO: 372 – FOMENTO A PRODUÇÃO RURAL

PROJEETO/ATIVIDADE 1.042 – AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA

ELEMENTO DE DESPESA 4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior, por excesso de arrecadação, serão utilizados recursos de convênio, em conformidade com o disposto no Art. 43, Parágrafo 1º Item II da lei Federal 4. 320/64 de 17 de março de 1.964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, 16 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 061/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **SOLANGE LIRA FONSECA SANDES**, portadora da RG nº 060.927/SSP-TO e CPF nº 875.484.021-04 para a função de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE CULTURA do município de Novo Santo Antônio, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 05 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 063/2018 DE 09 DE ABRIL DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA**, portadora da RG nº 2.130.611-7/SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 016/2018 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO E TRASLADO DE CORPO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: H. DUARTE BORGES - ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 09 de Abril de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 25/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: a **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar (III Etapa**) **com veículos devidamente adaptados e licenciados** pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para transportar alunos da Rede Estadual e Municipal, Atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital. **Data de abertura 03/05/2018, Quinta-feira às 14:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 17 de abril de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 20/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de Março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, a suspensão da Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Massa Asfáltica CBUQ com Aditivo para aplicação a frio, entrega a Granel (Toneladas),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Para fins de apreciação das documentações de Credenciamento, para posteriormente convocação de nova data para a reabertura do Certame a ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso (AMM) e no Diário Oficial Tribunal de Contas (TCE). Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen, em 17 de Abril de 2018.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 37/SLC/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo da Dispensa nº 06/2018, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 24, Inciso II da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto Contratação de Empresa Especializada para a **Aquisição de 01 (um) Coletor de Assinatura, Modelo TS 751, Marca TOPAZ,** atendendo a Secretaria do Gabinete do Prefeito – Setor de Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.	
Vigência: 12/04/2018 A 12/06/2018.	
Contratado: ORIGINAL PAPELARIA E SERVICOS - ME	
Valor do Contrato: R$ 3.300,00 (três mil trezentos reais).	

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Servidora **Graciela Azevedo Oliveira, Matrícula nº 888**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº **37/2018,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na Portaria, conforme **Instru-**

ção Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n. º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Abílio Moraes Ramos**, Matrícula nº 5731, lotado na Secretaria Municipal de Administração **III –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 12 DE ABRIL DE 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Graciela Azevedo Oliveira e **Abílio Moraes Ramos** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Graciela Azevedo Oliveira

Fiscal de Contrato

Abílio Moraes Ramos

suplente

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 19/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Permanentes: Ferramentas, Implementos e Máquinas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresas Vencedoras **J.C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA ME CNPJ: 11.073.488/0001-01 R$ 9.211,00. MUDAR COMERCIO DE MAT. CONST. FERRAN. E EPIS LTDA EPP CNPJ: 14.888.303/0001-05 R$ 28. 760,00. MULTI COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP CNPJ: 14. 232.071/0001-24 R$ 35.149,00.** Em 17 de abril de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2018

PREGÃO PRESENCIAL 14/2018

ARP Nº 21/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **META EXTINTORES LTDA – EPP, CNPJ 05.621.915/0001-38**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação deEmpresa Especializada em **Prestação de Serviços de Recarga e Aquisição de Extintores e Congêneres,** para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/04/2018 A 06/04/2019. Valor Global: R$ 244.581,66.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 13 de abril de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

1	494655	Extintores de Água pressurizada de 10 (dez) litros, Carga Classe de fogo A, conforme norma NBR 11715 da ABNT de fabricação Acompanhado de Suporte de Parede ou piso e placa sinalizadora. Casco validade de 5 anos Conteúdo do casco com validade de 1 ano	UNIDADE	180,00	R$: 159,82	R$: 28.767,60
2	494656	Extintores de CO2 (dióxido de carbono) de 06 (seis) quilogramas, classe de fogo BC de acordo com a norma brasileira NBR 11716, acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, casco com val de 5 anos, conteúdo do casco com val. 1 ano.	UNIDADE	202,00	R$: 512,43	R$: 103.510,86
3	494657	Extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 04 (quatro) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR10721,acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, casco com val. de 5 anos,Conteúdo do casco com val.	UNIDADE	84,00	R$: 297,00	R$: 24.948,00
4	494658	Extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 06 (SEIS) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR10721,acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, casco com val. de 5 anos,Conteúdo do casco com val.	UNIDADE	100,00	R$: 175,00	R$: 17.500,00
5	494679	Extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 1,5 quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR10721,acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, casco com val. de 5 anos,Conteúdo do casco com val.	UNIDADE	10,00	R$: 75,00	R$: 750,00
6	494678	Extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 10 (dez) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR 10721,acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, casco com val. de 5 anos,Conteúdo do casco com val.	UNIDADE	10,00	R$: 136,00	R$: 1.360,00
7	494675		UNIDADE	12,00	R$: 136,00	R$: 1.632,00
8	494672	Manutencao com reposicao de pecas para extintor de CO2 (dióxido de carbono) de 06 (seis) quilogramas, classe de fogo BC, manometro, valvula, mangueira e difusor.	UNIDADE	20,00	55,00	1.100,00
9	494677	Manutencao com reposicao de pecas para extintor de PQS (Pó Químico Seco) de 1,5 (um virgula cinco) quilogramas, classe de fogo ABC, manometro, valvula, mangueira e difusor.	UNIDADE	20,00	R$: 55,00	R$: 1.100,00
10	494673	Manutencao com reposicao de pecas para extintor de PQS (Pó Químico Seco) de 10 (dez) quilogramas, classe de fogo ABC, manometro, valvula, mangueira e difusor.	UNIDADE	20,00	R$: 55,00	R$: 1.100,00
11	494668	Placa sinalizadora para suporte de piso, identificando 25 extintores de Pó Químico Seco (PQS), padronizada pelo Corpo de Bombeiros Militar local.	UNIDADE	176,00	R$: 23,50	R$: 4.136,00
12	494667	Placa sinalizadora para suporte de piso, identificando 25 extintores de Água Pressurizada, padronizada pelo Corpo de Bombeiros	UNIDADE	176,00	R$: 23,50	R$: 4.136,00
13	494669	Placa sinalizadora para suporte de piso, identificando 25 extintores de Gás Carbônico (CO2), padronizada pelo Corpo de Bombeiros	UNIDADE	176,00	R$: 23,50	R$: 4.136,00
14	494660	Recarga para extintores de agua pressurizada de 10 (dez) litros, Carga Classe de fogo A, conforme norma NBR 11715 da ABNT de fabricação, conteúdo do casco com validade de 1 ano.	UNIDADE	86,00	R$: 57,20	R$: 4.919,20
15	494662	Recarga para extintores de CO2 (dióxido de carbono) de 06 (seis) quilogramas, classe de fogo BC de acordo com a norma brasileira NBR 11716, conteúdo do casco com val. 1 ano.	UNIDADE	106,00	R$: 98,00	R$: 10.388,00
16	494663	Recarga para extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 04 (quatro) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR 10721,Conteúdo do casco com val. de 1 ano	UNIDADE	86,00	R$: 89,50	R$: 7.697,00
17	494664	Recarga para extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 06 (SEIS) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR 10721, Conteúdo do casco com val. de 1 ano	UNIDADE	120,00	R$: 111,80	R$: 13.416,00
18	494676	Recarga para extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 1,5 (um virgula cinco) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR 10721,Conteúdo do casco com val. de 1 ano	UNIDADE	20,00	R$: 79,00	R$: 1.580,00
19	494674	Recarga para extintores de PQS (Pó Químico Seco) de 10 (dez) quilogramas, classe de fogo ABC, de acordo com a norma brasileira NBR 10721,Conteúdo do casco com val. de 1 ano	UNIDADE	20,00	R$: 136,25	R$: 2.725,00
20	494665	Suporte de piso, em metal, pintado na cor vermelha 25 padrão para extintores de incêndio, com capacidade para acomodar extintor de incêndio de Água pressurizada de 10 (dez) litros, placa sinalizadora padronizada pelo Corpo de Bombeiros Militar local.	UNIDADE	176,00	R$: 27,50	R$: 4.840,00
21	494666	Suporte de piso,em metal, pintado na cor vermelha 25 padrão para extintores de incêndio, para acomodar extintor de incêndio CO2(dióxido de carbono) ou de PQS (Pó Químico Seco) de 06 Kg, placa sinalizadora padronizada Corpo de Bombeiros Militar local	UNIDADE	176,00	R$: 27,50	R$: 4.840,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2018

PREGÃO PRESENCIAL 12/2018

ARP Nº 22/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **STOCK KING COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ 24.843.828/0001-70**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Tapeçaria e Estofamento de Automóveis e Moveis, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 12/04/2018 A 12/04/2019. Valor Global: R$ 394.370,00.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 17 de abril de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	494626	CONFECCOES DE CAPA PARA COLCHOES DE SOLTEIRO EM COURINO	UNIDADE	200,00	R$: 118,00	R$: 23.600,00
2	494620	REFORMA DE CADEIRA ESTOFADA ASSENTO E ENCOSTO GRANDE	UNIDADE	60,00	R$: 120,00	R$: 7.200,00
3	494618	REFORMA DE CADEIRA ESTOFADA ASSENTO E ENCOSTO MEDIA	UNIDADE	75,00	R$: 75,00	R$: 5.625,00
4	494621	REFORMA DE CADEIRA ESTOFADAS ASSENTO E ENCOSTO PEQUENA	UNIDADE	60,00	R$: 66,00	R$: 3.960,00
5	494623	REFORMA DE CADEIRA ESTOFADAS GIRATORIA ASSENTO E ENCOSTO GRANDE	UNIDADE	60,00	R$: 114,00	R$: 6.840,00
6	494622	REFORMA DE CADEIRA ESTOFADAS GIRATORIA ASSENTO E ENCOSTO MEDIA	UNIDADE	100,00	R$: 80,00	R$: 8.000,00
7	494641	REFORMA DE CADEIRA DE MADEIRA ASSENTO E ENCOSTO (ESPUMA E NAPA/VINIL)	UNIDADE	95,00	R$: 80,00	R$: 7.600,00
8	494629	REFORMA DE CADEIRA INDIVIDUAL ASSENTO E ENCOSTO (ESPUMA E NAPA/ VINIL)	UNIDADE	90,00	R$: 80,00	R$: 7.200,00
9	494628	REFORMA DE CADEIRA INDIVIDUAL ASSENTO E ENCOSTO (ESPUMA E TECIDO)	UNIDADE	30,00	R$: 80,00	R$: 2.400,00
10	494640	REFORMA DE CADEIRA PRESEDENCIAL ASSENTO E ENCOSTO (EM CORINO)	UNIDADE	3,00	R$: 230,00	R$: 690,00

11	494632	REFORMA DE COLCHONETES HOSPITALARES (ESPUMA E NAPA VINIL)	UNIDADE	60,00	R$: 180,00	R$: 10. 800,00
12	494625	REFORMA DE ESTOFADOS DA POLTRONA DO MICRO ONIBUS	UNIDADE	632,00	R$: 170,00	R$: 107. 440,00
13	494624	REFORMA DE ESTOFADOS DA POLTRONA DO ONIBUS	UNIDADE	832,00	R$: 170,00	R$: 141. 440,00
14	494633	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO DA AMBULANCIA	UNIDADE	14,00	R$: 110,00	R$: 1. 540,00
15	494638	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO DAS MAQUINAS PESADAS (ESPUMA E NAPA/VINIL)	UNIDADE	40,00	R$: 170,00	R$: 6. 800,00
16	494634	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO DIANTEIRO DE VEICULOS UTILITARIOS DA SAUDE (ESPUMA E NAPA/VINIL)	UNIDADE	30,00	R$: 150,00	R$: 4. 500,00
17	494627	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO DIANTEIRO DO VEICULO UTILITARIO	UNIDADE	21,00	R$: 150,00	R$: 3. 150,00
18	494637	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO DOS VEICULOS CAMINHOES (ESPUMA E NAPA/VINIL)	UNIDADE	40,00	R$: 345,00	R$: 13. 800,00
19	494654	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO TRASEIRO DE VEICULOS UTILITARIOS DA SAUDE (ESPUMA E NAPA/VINIL)	UNIDADE	15,00	R$: 235,00	R$: 3. 525,00
20	494648	REFORMA DE ESTOFADOS DO BANCO TRASEIRO DO VEICULO UTILITARIO	UNIDADE	16,00	R$: 235,00	R$: 3. 760,00
21	494652	REFORMA DE ESTOFADOS DO SOFA DE 2 (DOIS) LUGARES	UNIDADE	5,00	R$: 480,00	R$: 2. 400,00
22	494653	REFORMA DE ESTOFADOS DO SOFA DE 3 (TRES) LUGARES	UNIDADE	5,00	R$: 550,00	R$: 2. 750,00
23	494630	REFORMA DE LONGARINA - ASSENTO E ENCOSTO (ESPUMA E NAPA VINIL) OBS. REFORMA PARA CADA ASSENTO E ENCOSTO (UNIDARIO)	UNIDADE	430,00	R$: 45,00	R$: 19. 350,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 37/2018

Contrato nº. 37/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **ORIGINAL PAPELARIA E SERVICOS - ME** CNPJ: **05.774.463/0001-24.** Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de 01 (um) Coletor de Assinatura, Modelo TS 751, Marca TOPAZ, atendendo a Secretaria do Gabinete do Prefeito – Setor de Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93., atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Administração de Paranatinga – MT. **Valor: R$ 3.300,00**. **Vigência: 12/04/2018 A 12/06/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 17 de abril de 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Combustível (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel Comum e Diesel S-10) para abastecimento em Paranatinga, Primavera do Leste, Rondonópolis e Cuiabá,** atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Data de abertura 03/05/2018, Quinta-feira às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 17 de abril de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 199/2018. DE 16 DE ABRIL DE 2.018.

Dispõe sobre PRORROGAÇÃO DE PRAZO da portaria 060/2018, de 07 de Fevereiro de 2018 e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que não houve prazo suficiente para ouvir todos os envolvidos no Pregão Presencial nº 029/2017.

RESOLVE:

ART. 1º - **PRORROGAR** o prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão.

ART.2º - Esta portaria terá seus efeitos Retroativos a data 10 De Abril 2. 018.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada o Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 200/2018. DE 16 DE ABRIL DE 2.018.

Dispõe sobre PRORROGAÇÃO DE PRAZO da portaria 141/2018, de 14 de Março de 2018 e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que não houve prazo suficiente para ouvir todos os envolvidos.

RESOLVE:

ART. 1º - **PRORROGAR** o prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão.

ART.2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada o Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 202/2018. DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

***ART. 1º* NOMEAR** aServidora Pública Municipal a Senhora **MALVINA ROCHA DE SOUZA DANTAS**, do Cargo Comissionado de **Auxiliar/Cuidador**, conforme Lei de nº 991/2017, 22 De Junho de 2.017,lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Município de Pedra Preta – MT.

ART. 2º A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3ºA presente Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 197/2018 DE 16 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO A PEDIDO do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

***ART. 1º* EXONERAR A PEDIDO** oServidor Público Municipal a Senhora **MARIA APARECIDA CASTRO DA SILVA**, ocupante do Cargo Comissionado de Auxiliar/Cuidador, conforme Portaria de Nomeação nº 183/2018, 09 Abril de 2.018, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

***ART.* 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral De Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 198/2018. DE 16 DE ABRIL DE 2.018.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

***ART. 1º* NOMEAR** o Servidor Público Municipal o Senhor **ZIMAR TAVARES BORGES JUNIOR**, para ocupar o cargo em comissão de **Médico Plantonista do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim**, lotado na Secretária Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral De Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 201/2018. DE 17 DE ABRIL DE 2.018.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

***ART. 1º* NOMEAR** o Servidor Público Municipal a Senhora **VANESSA CRISTINA BAZAN FRANCESCHINI**, para ocupar o cargo em comissão de **Médico Plantonista do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim**, lotado na Secretária Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral De Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 007/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa LEANDRO AUGUSTO MINGHELLI (CNPJ/MF nº 15.057.229/0001-30), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para o serviço constante no item 03 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 006/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa M. A. DA CRUZ CLINICA - ME (CNPJ/MF nº 16.422.969/0001-90), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 12 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 008/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa ROBERTO KAZAN - EPP (CNPJ/MF nº 20.867.621/0001-84), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para o serviço constante no item 06 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 005/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa BORSA JUNIOR CLINICA MEDICA EIRELI ME (CNPJ/MF nº 26.943.660/0001-08), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 11 e 12 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 002/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa MEIRIELEN DE FATIMA ZUCHI DE OLIVEIRA – ME (CNPJ/MF nº 28.146.564/0001-56), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 11 e 12 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 011/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa DONADEL GUIMARAES & CIA LTDA - EPP (CNPJ/MF nº 05.402.239/0001-01), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para o serviço constante no item 03 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 013/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa MARIA APARECIDA DONADEL GUIMARÃES – EPP (CNPJ/MF nº 20.842.229/0005-04), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para o serviço constante no item 03 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 012/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa MARIA APARECIDA DONADEL GUIMARÃES - EPP (CNPJ/MF nº 20.842.229/0001-80), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para o serviço constante no item 03 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 004/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa ADRIANE DEMLEITNER (CNPJ/MF nº 29.875.636/0001-69), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa J. E. M. PADILHA (CNPJ/MF nº 27.724.599/0001-62), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 001/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa PHOENIX – GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICA, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DIAGNOSE LTDA (CNPJ nº 03.642.746/0001-97), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 07, 08, 11, 12, 13 da Relação de Consultas Médicas Especializadas e item 03 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 009/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa RAPHAEL DUTRA LOPES (CNPJ/MF nº 13.969.397/0001-76), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 10, 11, 12, 13 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 003/2018

Credenciamento de Serviços Médicos

Inscrição n° 010/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM GUARANTA LTDA (CNPJ/MF nº 16.968.051/0001-41), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 003/2018** para os serviços constantes nos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Abril de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA ESPECIAL Nº 086/2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ITBI NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA PARA O EXERCÍCIO DE 2018."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra-MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Comissão de Avaliação do ITBI para o exercício de 2018 no Município de Planalto da Serra-Mt.

PRESIDENTE: SALVADOR MASSAMI MIYASAK

SECRETÁRIO: TEREZINHA APARECIDA ROSA DE SIQUEIRA

MEMBRO: EMÍLIO DE CARVALHO GREGÓRIO

Artigo 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra/Mt, 13 de Abril de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2018/CGM/POCONÉ/MT

Cria o espaço **PERGUNTAS & RESPOSTAS** da Controladoria-Geral do Município de Poconé e dá outras providências.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**, *considerando* a necessidade de *organizar*, *otimizar* e *padronizar* o trâmite de questionamentos freqüentes na administração pública e *considerando* a importância dos atos da administração serem pautados nos estritos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o espaço **PERGUNTAS & RESPOSTAS** para toda a administração pública da Prefeitura Municipal de Poconé.

Art. 2º O espaço é destinado a perguntas que busquem solucionar dúvidas e apontar esclarecimentos na rotina dos atos administrativos e a sua observância aos princípios da administração pública.

Art. 3º A chefia da unidade, setor, órgão ou secretaria deverá apresentar a pergunta através do *email perguntasrespostas@pmpocone.com.br* e, a resposta, servirá de orientação acerca dos procedimentos a serem adotados no caso, devendo a tomada de decisão ser instruída com cópia da pergunta e da resposta enviada.

Art. 4º Os casos concretos analisados servirão de parâmetro para formulação de jurisprudência administrativa dos atos da prefeitura de Poconé, e, uma vez reiteradas, poderão ser objeto de súmula subscrita pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Controlador-Geral, pelo Chefe da Procuradoria e pelo Secretário da pasta envolvida.

Art. 5º Os casos que apresentarem divergência legal, doutrinária ou jurisprudencial, judicial ou administrativa, poderão ser submetidos à consulta ao Tribunal de Contas do Estado ou da União.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Poconé-MT, 17 de abril e 2018.

Atail Marques do Amaral

Prefeito Municipal

Charles Caetano Rosa

Controlador-Geral

Ademar Vivan Junior

Auditor Interno

PREFEITURA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 003/2018

Ata de Registro de Preço n° 003/2018.

Carona de Pregão: 002/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Através da presente Ata, ficam registrados os preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA (CBUQ) MASSSA ASFÁLTICA PRÉ MISTURADO A FRIO (PMF) E EMULSÃO RL 1C, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONE/MT, conforme o Processo Licitatório, modalidade Carona de Pregão Presencial n° 49/2017 da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT.

Dotação: 120055...15.451.0023.000.02120.0000..33.90.30 – Secretaria Municipal de Infraestrutura –.

Valor Registrado: 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 10 de abril de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 004/2018

Ata de Registro de Preço n° 004/2018.

Carona de Pregão: 002/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: FAM COMÉRCIO DE ASFALTOS EIRE

Objeto: Através da presente Ata, ficam registrados os preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA (CBUQ) MASSSA ASFÁLTICA PRÉ MISTURADO A FRIO (PMF) E EMULSÃO RL 1C, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONE/MT, conforme o Processo Licitatório, modalidade Carona de Pregão Presencial n° 49/2017 da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT.

Dotação: 120055...15.451.0023.000.02120.0000..33.90.30 – Secretaria Municipal de Infraestrutura –.

Valor Registrado: 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 10 de abril de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 005/2018

Ata de Registro de Preço n° 005/2018.

Carona de Pregão: 003/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS DE LTDA - ME

Objeto: Através da presente Ata, ficam registrados os preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GEOPROCESSAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE POCONE/MT, conforme o Processo Licitatório, modalidade Carona de Pregão Presencial n° 07/2017 da Prefeitura Municipal de COLORADO DO OESTE/MT.

Dotação: 040027 – Secretaria Municipal de Finanças –.

Valor Registrado: 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 11 de abril de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE n° 002/2018

Tipo: Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de PONTAL DO ARAGUAIA-MT, torna-se publico aos interessados que na **CARTA CONVITE 002/2018**, cujo o objeto**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ACOMPANHAR, FISCALIZAR OBRAS E SERVIÇOS INERENTES A ÁREA DE ENGENHARIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ORÇAMENTOS**, cuja a abertura ocorreu as nove horas, do dia 06 de abril de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, situada à Av. Sebastião Teixeira, 23, Centro, Pontal do Araguaia-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 10 de abril de 2018.

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO

OBJETO: Contrato de Pessoal por tempo determinado, mediante autorização governamental prevista na Lei Municipal nº. 850/2017 de 07/07/2017 conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 homologado em 02/08/2017, nos termos do artigo 37, inciso IX, da CF/88, Instrução Normativa nº 010/2010/UCI e Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: Município de Municipal de Pontal do Araguaia/MT, nome de fantasia Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - CNPJ: 33.000.670/0001-67:

CONTRATADOS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Nº CONT	CARGO	VIGÊNCIA	SALÁRIO R$	SERVIDOR
023/2018	Monitor (a) de Alunos	02/04 a 31/12/2018	Salário mínimo vigente	Elivania Duarte Lima Cesário
024/2018	Monitor (a) de Alunos	02/04 a 31/12/2018	Salário mínimo vigente	Fabiana Ferreira Haas
025/2018	Professor (a) de Pedagogo	02/04 a 31/12/2018	1.601,25	Marlene Vieira
026/2018	Professor (a) de Pedagogo	02/04 a 31/12/2018	1.601,25	Ana Clara Oliveira Garcia
027/2018	Professor (a) de Pedagogo	02/04 a 31/12/2018	1.601,25	Maria Dinamar Pereira Ribeiro

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 017/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 008/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 003/2018

OBJETO: "O Presente Contrato tem por objetivo a contratação de Pessoa Física ou Jurídica para a prestação de Serviço de Assessoria Jurídica para atender o Município de Pontal do Araguaia – MT devendo o (a) contratado (a) desempenhar com zelo as atividades de seu cargo, na área contratada, juízo ou fora dele, assessorando na elaboração e aplicação de leis, contratos, convênios e demais atos congêneres a serem praticados pelo Poder Executivo, conforme descrito no item nº 1, do Processo Licitatório nº 008/2018, Pregão Presencial nº 003/2018";

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ANTÔNIO NUNES DE SOUSA FILHO

CNPJ: 28.222.120/0001-52

VIGÊNCIA: 12/03/2018 a 31/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) sendo 4. 500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensal mediante apresentação da nota fiscal

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: ANTÔNIO NUNES DE SOUSA FILHO. Prestador de Serviço

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO ADITIVO NEGATIVO DO CONTRATO N.º 074/2017

OBJETO: O presente Instrumento tem por objeto o aditivo negativo de valor ao contrato de construção civil para execução de obra de reforma da Ponte de madeira sobre o Córrego Piau na Rodovia MT – 467 no Município de Pontal do Araguaia/MT;

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: A.S CONSTRUTORA LTDA-ME

CNPJ: 22.618.893/0001-76

VIGÊNCIA: 13 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

VALOR ORIGINAL: R$. 74.638,89 (setenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos)

ADITIVO NEGATIVO: R$ 10.602,84(dez mil seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: ALOISIO ALVES DE SOUZA.

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2018

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM REPAROS LOCALIZADOS (TAPA BURACOS), COM FORNECIMENTO DE FUNCIONÁRIOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS, BEM COMO MASSA ASFÁLTICA** exclusividade de itens para ME, EPP e MEI, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 03/05/2018, A PARTIR DAS 09:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 17 de abril de 2018

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PROCESSO Nº 001/2018

PROCESSO Nº 001/2018

MODALIDADE DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Plantas Ornamentais para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Obras, conforme Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA - MT, através da Secretaria Municipal de Administração, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.672.597/0001-62, com sede na Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, nº. 300, Centro, Ponte Branca – MT, REQUISITA que a licitante VIVEIROS QUEIROZ COMERCIO DE PLANTAS LTDA – ME, com base no item 15.4 e 20.3 do Edital de Licitação Pregão nº 001/2018, do qual a licitante teve sua proposta homologada vencedora, de acordo com as especificações e obrigações constantes no instrumento convocatório, comunicamos que o representante legal da licitante, na condição de futura contratada, terá um prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, contados da data desta solicitação, para apresentar a documentação legal de Certidões negativas exigidas no item 15.4, bem como a Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove o registro da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, devidamente atualizadas, conforme obrigações da contratada e após assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital licitatório. Diante do exposto, o representante legal ou procurador legalmente constituído pela empresa, deverá comparecer munido de Documentos comprobatórios, Identidade e CPF, junto ao Setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura, para assinar a referida Ata de Registro de Preços e Contrato.

Ponte Branca - MT, 16 de Abril de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 001/2018

PROCESSO Nº 001/2018

MODALIDADE DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Plantas Ornamentais para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Obras, conforme Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA - MT, através da Secretaria Municipal de Administração, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.672.597/0001-62, com sede na Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, nº. 300, Centro, Ponte Branca – MT, REQUISITA que a licitante AGROMINAS COMERCIO DE PLANTAS LTDA - EPP, com base no item 15.4 e 20.3 do Edital de Licitação Pregão nº 001/2018, do qual a licitante teve sua proposta homologada vencedora, de acordo com as especificações e obrigações constantes no instrumento convocatório, comunicamos que o representante legal da licitante, na condição de futura contratada, terá um prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, contados da data desta solicitação, para apresentar a documentação legal de Certidões negativas exigidas no item 15.4, bem como a Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove o registro da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, devidamente atualizadas, conforme obrigações da contratada e após assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital licitatório. Diante do exposto, o representante legal ou procurador legalmente constituído pela empresa, deverá comparecer munido de Documentos comprobatórios, Identidade e CPF, junto ao Setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura, para assinar a referida Ata de Registro de Preços e Contrato.

Ponte Branca - MT, 16 de Abril de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA 08/2018

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2018

DISPENSA 08/2018

A Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e em consonância com o resultado apresentado pela CPL, e parecer emitido pela Assessoria Jurídica, RESOLVE **RATIFICAR** a **DISPENSA Nº 08/2018,** cujo Objeto é **a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, ESPECIAZADOS PARA REPARO DE PONTES DE MADEIRA TIPO I, deste MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

EM FAVOR DA EMPRESA VENCEDORA:

M DAS G. PASSO EIRELI-ME CNPJ: 24.751.780/0001-70

O VALOR TOTAL DE: R$ 74.357, 80 (SETENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Em atendimento a solicitação da secretaria requerente.

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião MT, 17 abril de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE REGULAÇÃO DRIELI RAMOS ROCHA DE MELO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **DRIELI RAMOS ROCHA DE MELO,** portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 1929132-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº. 019.733.351-66, do cargo comissionado de **DIRETOR DE REGULAÇÃO,** na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE TESOURARIA SENHORA ELAINE CRISTINA MAGALHAES CARDOSO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 1.111.421-5 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 621.064.491-00,** do cargo comissionado de **COORDENADORA DE TESOURARIA,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 110/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CONTABILIDADE SENHOR FABIO NOGUEIRA DE ALMEIDA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **FABIO NOGUEIRA DE ALMEIDA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.250.781-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 865. 796.491-00,** do cargo comissionado de**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 111/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DA SALA DE VACINA SENHORA FATIMA TEREZA BARROS)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **FATIMA TEREZA BARROS**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 1.292.695-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 621.065. 111-91**, do cargo de **COORDENADORA DE SALA DE VACINA, lotado**na Secretaria Municipal de Saúde**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS SENHOR GILMAR ZANELIA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **GILMAR ZANELIA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 953.897 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 616.514.001-72**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 113/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SETOR DE IDENTIFICAÇÃO IRACIR ALVES DE SOUZA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **IRACIR ALVES DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 576.666 SSP/MS, inscrita no CPF sob o nº. 799.444. 771-68**, do cargo comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE O SENHOR JEAN CARLOS MAGALHÃES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **JEAN CARLOS MAGALHÃES DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.078.238-9 SJ/MT, inscrito no CPF sob o nº. 843.445.801-25,** do cargo comissionado de **COORDENADOR DE INFORMAÇÃO DE SISTEMA DE SAÚDE,** na Secretaria Municipal de Saúde**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 115/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE ASSESSOOOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SENHOR JOSÉ CARLOS MARIN)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **JOSÉ CARLOS MARIN**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.415.610-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 099.471. 058-57,** do cargo comissionado de **ASSESSOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,** na Secretaria Municipal de Saúde**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 116/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DO SETOR ADMINISTRATIVO SENHORA LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO MASIERI)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO MASIERI**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 1125676-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 568.520.291-15**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DO SETOR ADMINISTRATIVO, lotado** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 117/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO O SENHOR LOURIVAL MAGALHÃES COSTA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **LOURIVAL MAGALHÃES COSTA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.238.793-2 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 003.978.481-96**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO, lotado**na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 119/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CONTABILIDADE SENHOR REGINALDO JOSE PIRES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **REGINALDO JOSE PIRES**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1036680-6 SJ/MT, inscrito no CPF sob o nº. 616.474. 031-20,** do cargo comissionado de **COORDENADOR DE CONTABILIDADE,** lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 120/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR TÉCNICO DO APLIC SENHOR ROOSEVELT DA GUIA ORTEGA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **ROOSEVELT DA GUIA ORTEGA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.505.545-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 896. 212.552-87**, do cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO DO APLIC, lotado** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 121/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO SENHOR SALOMAR DURÃES FERREIRA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **SALOMAR DURÃES FERREIRA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1482317-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 001. 561.851-05,** do cargo comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 122/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL SENHORA SUELY CAMPOS ALVES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **SUELY CAMPOS ALVES**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 10360573 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 781.881. 641-00**, do cargo comissionado de **COORDENADORA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL, lotado**na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 123/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA ADMINISTRATIVA SENHORA SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS DE MELO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS DE MELO**, portadora da Cédula de Identidade **nº. 1319424-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 010.505.071-77**, do cargo comissionado de **COORDENADORA ADMINISTRATIVA, lotada** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**.**

Artigo 2º - A servidora continua designada para desenvolver suas atribuições na Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer.

Artigo 3º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 124/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO ESCOLAR SENHOR VINICIUS CESAR MENDES ASSUNÇÃO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **VINICIUS CESAR MENDES ASSUNÇÃO**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1340623-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 702.892.631-15**, do cargo comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO ESCOLAR, lotado** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 125/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE OUVIDORIA SENHOR SILVAIR DA SILVA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **SILVAIR DA SILVA ALMEIDA**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1.111.416-9 SJ/MT, inscrito no CPF sob o nº. 800.040. 241-68**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE OUVIDORIA, lotado** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 126/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS SENHOR JOSIMAR LOPES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **JOSIMAR LOPES,** portador da Cédula de Identidade nº. 0871486-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 483.631.201-97, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, lotado** na secretaria municipal de Obras.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 118/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO SENHOR NILSON DE FARIAS)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **NILSON DE FARIAS**, portador da Cédula de Identidade **nº. 634.961 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 483.066.229-87**, do cargo comissionado de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, lotado**na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2018 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SENHOR EDSON ANTUNES).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei Complementar nº. 013/2008 (Dispõe a Reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **EDSON ANTUNES**, portador da Cédula de Identidade **nº. 1311888-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 998.156.641-15**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,** na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação com efeitos a contar de 16 de abril de 2018.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 370, DE 30 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 370, DE 30 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **ELIZABETE RODRIGUES NASCIMENTO SOARES,** do cargo de Diretora da Creche Lar do Menino Jesus, lotado na Secretaria de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 30 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 302, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Sinvaldo Vieira Batista, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 301, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Wanderson Da Cruz Cirilo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 300, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 300, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Arlindo Feitosa Fernandes, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 342, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 342, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Maria Aparecida Souza Morais,** para o cargo de Ag. De Serv. Gerais, na Secretaria Mun. Sáude, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 341, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 341, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Marcia Regina Xavier Pereira,** para o cargo de Ag. De Serv. Gerais, na Secretaria Mun. Assistência Social, a partir de 14/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 340, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 340, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Sra. **NISLENE MARIA DOS SANTOS,** do cargo de Ag. De Serv. Gerais, a partir de 01 de março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 339, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 339, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Sra. **IZABEL CRISTINA FELIX DIAS,** do cargo de Ag. De Serv. Gerais, a partir de 01 de março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 338, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 338, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Sra. **ENELCINA RODRIGUES CUNHA DOS SANTOS,** do cargo de Merendeira, a partir de 05 de março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 337, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 337, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Adriane Aparecida Marques de Souza	Fiscal De Tributos	Dr. Walterly Ribeiro da Silva	N. 64. O	05 dias 25/03 a 29/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 336, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 336, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Carlos Marcio De Oliveira Silva	Agente De Combate A Endemias	Dr. Gabriel Batemarque Widal Garcia	G510	05 dias 26/03 a 30/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 335, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 335, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Laura C. Azevedo Ferreira	Técnico Em Enfermagem	Dr. Walterly Ribeiro da Silva	G510	15 dias 23/03 a 06/04/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 334, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 334, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Enquadra na classe B da tabela do Agente Educacional II Profissionalizado do servidor Sr. **Ely Vieira Celio Neto,** por ter concluído o curso Técnica em Infraestrutura Escolar –Profuncionário.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 346, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Lidiane Da Silva Alves,** para o cargo de Técnico Em Enfermagem, na Secretaria de Assistência Social, a partir de 21/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 347, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Geanne Lorraine Souza,** para o cargo de Psicologa, na Secretaria de Saúde, a partir de 06/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 333, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 333, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Enquadra na classe A da tabela do Apoio Educacional II Profissionalizado da servidora Sra. **Nilvanda Alves De Souza,** por ter concluído o curso Técnica em Infraestrutura Escolar –Profuncionário, assim a mesma enquadra na classe B do Apoio Educacional II Profissionalizado, por ter concluído o Ensino Superior em Gestão Pública.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 332, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 332, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Enquadra na classe A da tabela do Apoio Educacional II Profissionalizado da servidora Sra. **Cecilia Ferreira Lopes Paz,** por ter concluído o curso Técnica em Infraestrutura Escolar –Profuncionário, assim a mesma enquadra na classe B do Apoio Educacional II Profissionalizado, por ter concluído o Ensino Superior em Gestão Pública.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 331, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 331, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Enquadra na classe A da tabela do Apoio Educacional II Profissionalizado da servidora Sra. **Alice Braganca Nunes,** por ter concluído o curso Técnica em Infraestrutura Escolar –Profuncionário, assim a mesma enquadra na classe B por ter concluído o Ensino Superior em Gestão Pública.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 277, DE 01 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 277, DE 01 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Maria Fagundes Peres Dos Santos	Professor	Dr. Kairo Fernandes Barcelos	K80.2	De 01/03 a 31/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 01 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 348, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Simone Rosa Alves Borges,** para o cargo de Técnico Em Enfermagem, na Secretaria de Saúde, a partir de 05/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 330, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 330, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **PIETRO JOSE DOS SANTOS ZUCCHINALI,** do cargo de Coordenador Municipal De Compras, lotado na Secretaria de Administração, a partir de 27/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 278, DE 05 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 278, DE 05 DE MARÇO DE 2018

Registra o afastamento do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por dois anos do Sr. **Alessandro Dos Santos Oliveira,** cargo de Fiscal De Serv. Urbanos, do dia 05/03 a 05/03/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 05 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

JURIDICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 013/2018 - PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Proces-

so Seletivo Simplificado n.º 002/2017, divulgado através do Edital Complementar n.º 013/2017, de 29/05/2017, homologado em 30/05/2017, através do Edital Complementar n.º 014/2017, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2017, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina;

f) Avaliação otorrinolaringológica, com resultado de VIDEOLARINGOSCOPIA (para professores);

g) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

h) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data de publicação e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 2				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
ANA PAULA BARBOSA DA SILVA	1360	62	4°	Secretaria Municipal de Saúde – PSF 2

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 4				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
LUCILÉIA CORDEIRO	2891	54	6°	Secretaria Municipal de Saúde – PSF 4 – **Sede**
JORGIA PAULA CORREIA DA SILVA	1785	54	7º	Secretaria Municipal de Saúde – PSF 4 –**Alto Coité**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 5				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
LINALVA MARIA SANTOS	1776	49	4°	Secretaria Municipal de Saúde – PSF 5 –Distrito de Aparecida do Leste

AGENTE DE ENDEMIAS				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
MARTA VALERIA DE ALMEIDA PEREIRA	388	55	2°	Secretaria Municipal de Saúde – PSF 5 –Distrito de Aparecida do Leste

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
LORENA VIEIRA RODRIGUES DE SOUZA	525	88	28°	Secretaria Municipal de Saúde

TÉCNICO DE LABORATÓRIO				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
HÉLEN LAVÍNIA MACIEL DOS SANTOS	2081	47	01°	Secretaria Municipal de Saúde

ENFERMEIRO 12/36H				
Convocado	**Inscrição**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
LINDSAY KELLY PEREIRA DE JESUS	2347	65	4°	Secretaria Municipal de Saúde

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 17 de abril de 2018.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 17/04/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 328, DE 26 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 328, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Designa servidor para a função de Fiscal de Contrato, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **Jorge Luis Da Silva Vieira**, servidor efetivo, para atuar como Fiscal de Contrato do Convenio da Missão Salesiana Centro Juvenil São João Batista celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 26 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 279, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 279, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. Edilson dos Santos do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio ambiente, a partir de 09.03.2018.

Art.2º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 280, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 280, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu, e Lei Municipal nº. 1.326 de 21/09/2009 e 1.512 de 22 de março de 2012, consoantes aos demais parâmetros de legislações pertinentes,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear a Srª. **Girlane Rosa Campos Macedo**, Professora, para o cargo de Coordenadora Pedagógica, da Creche Lar do Menino Jesus.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 281, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 281, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Deuzalina Rosa Pereira Cavalcante De Oliveira	Professor	Dr. Fernando Gonçalves Mariano	M15.2 + M54.4	De 05/03 a 05/05/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 282, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 282, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **Tulio Cesar De Oliveira Lima** do cargo de Coordenador da Guarda Municipal, a partir de 01/03/2018.

Art.2º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 349, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 349, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a),Lazara Moraes Da Silva Paim, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 283, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 283, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o Sr.**Tulio Cesar De Oliveira Lima,** para o cargo comissionado de Coordenador de Serviços Externos [Cemitério, Rodoviária, e Arquivo], a partir do dia 01/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 284, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 284, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o Sr.**Rodrigo Alves Da Silva,** para o cargo comissionado de Coordenador da Guarda Municipal, a partir do dia 01/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 285, DE 09 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 285, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Helia Cardoso De Almeida	Ag. Com. Saúde	Dr. Walterly Ribeiro da Silva	Licença maternidade	180 dias 09/03 a 10/09/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 09 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 327, DE 26 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 327, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Claudieleia Goncalves Nascimento	Ag. Com. Saude	Dr. Washington Luiz Arantes	I28	90 dias 26/03 a 25/06/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 26 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 286, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 286, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar licença prêmio para gozo do seguinte servidor:

Nome	Período	Data
Zoraide Lelis de Azevedo Oliveira	Quinquênio 2006/2011	90 dias a partir 19/03 a 16/06/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 287, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 287, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar licença prêmio para gozo do seguinte servidor:

Nome	Período	Data
Devana Oliveira Sales	Quinquênio 2012/2017	90 dias a partir 05/03 a 04/06/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 288, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 288, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Designa servidora para a função de Fiscal de Contrato, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a Sra. **Wislene Rosa Oliveira**, servidora efetiva, para atuar como Fiscal de Contrato de Serviços de Limpeza Urbana e Via de Passeio Públicos, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 289, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 289, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Designa o servidor para a função de Fiscal de Contrato, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **Juracy De Oliveira Goveia**, servidor efetivo, para atuar como Fiscal de Contrato de Transporte Escolar, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 350, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Ana Paula Cursino Da Silva,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 08/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 351, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Ancelmo Jorge Da Silva,** para o cargo de Ag. Com. Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 12/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 352, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 352, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Lucimar Ferreira Afonso,** para o cargo de Instrut. De Artesanato, na Secretaria de Assistência Social, a partir de 22/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 290, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 290, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear a Sra.**Helen Regina Da Silva,** para o cargo comissionado de Coordenadora de Programas e Projetos, a partir do dia 01/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 291, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 291, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu, e Lei Municipal nº. 1.326 de 21/09/2009 e 1.512 de 22 de março de 2012, consoantes aos demais parâmetros de legislações pertinentes.

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o **Sr. Lindonjonson Ferreira Da Silva**, Apoio Educacional I, para o cargo de Secretário Escolar da Escola Municipal Profª Guiomar Maria da Silva.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 345, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 345, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Samuel Lopes Dos Santos,** para o cargo de Ag. Com. Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 05/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 326, DE 26 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 326, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Sirlei Aparecida Bulhoes	Ag. Com. Saude	Dr. Walterly Ribeiro Da Silva	I843	30 dias 26/03 a 25/04/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 26 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 325, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Valdineia Gomes Rabelo	Fiscal De Tributos	Dr. Marcelo B. Teixeira	Z763	07 dias 22/03 a 28/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 22 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 324, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 324, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Francisca Micelange Barbosa Freitas	Merendeira	Dr. Bruna Minniti Mançano		12 dias 12/03 a 23/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 22 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 323, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 323, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Carlos Marcio De Oliveira Silva	Agente De Combate A Endemias	Dr. Gabriel Batemarque Widal Garcia	J15.9	05 dias 22/03 a 26/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 22 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 322, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 322, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário de **Thiago Lopes Do Carmo**, em razão de licença paternidade, nos termos do artigo 105, XI, da Lei Orgânica do Município de Poxoréu, no período de 20 dias, a partir do dia 22/03 a 10/04/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 22 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 321, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 321, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Irina Coutinho Martins	Enfermeira	Dr. Walterly Ribeiro da Silva	K800	15 dias 16/03 a 30/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 320, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 320, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Registra expediente relativo ao servidor municipal, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Benedito F. S. junior	Medico	Dr. Jayme Benevides Correia	F33.1	14 dias 16/03 a 29/03/2018

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 353, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 353, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Aline Alves De Carvalho,** para o cargo de Monitor De Creche, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 20/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 354, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 354, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Yessica Camilla Cursino De Souza,** para o cargo de Apoio Educ II Prof 30 (Infra- Estrut. E Meio Amb), na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 22/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 355, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 355, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Leidinaura Alves Rego Silva,** para o cargo de Professora, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 22/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 344, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 344, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Edvaldo Coelho De Souza,** para o cargo de Operador De Maquinas, na Secretaria de Viação, Obras E Serviços Publico, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 356, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 356, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Hugneia Oliveira Faria,** para o cargo de Professora, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 22/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 292, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 292, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Izabel Cristina Felix Dias, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 357, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 357, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Maria Madalena Ro Odzarori,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 293, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 293, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Alziram Moreira Da Paz Rodrigues, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 358, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 358, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Josue Duptuwe Tewate,** para o cargo de Professor, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 294, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 294, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Tairine Alves Souza, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 295, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 295, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Alessandra Cristina Santos De Almeida, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 296, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 296, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Jonnes Alves Dos Santos, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 297, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 297, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Madcleia Lopes Pereira, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 298, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 298, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Igor Henrique Rodrigues Vieira, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 319, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 319, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA,** do cargo de Ag. De Serv. Gerais, lotado na Secretaria Mun. De Assistência Social, a partir de 15/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 359, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 359, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Gabriel Tserenhamriwe Tsirobo,** para o cargo de Professor, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 318, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 318, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Errata sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o Sr. **Denivaldo Oliveira Sales,** para o cargo comissionado de Encarregado Operacional de Água e Esgoto, a partir do dia 01/03/2018.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 317, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 317, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Jose Francisco Hidekazu Nakano De Souza, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 360, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 360, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Turibio Horowawe Nomotse,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 361, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 361, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Flora Perai O Wa Umhi,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 13/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 316, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 316, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Thalita Vieira Fraca, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 315, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Andreia Rosa De Oliveira, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 314, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 314, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Tainara De Oliveira Anselmo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 313, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 313, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Valdeir Gomes De Araujo Camargo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 362, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 362, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Rosalinda Ro Onha A Tsowa O,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 312, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 312, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Analdo Batista Dos Santos, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Selma Ferreira Lemes Dos Santos,** para o cargo de Ag. De Serv. Gerais, na Secretaria Mun. Saúde, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 311, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 311, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Ana Paula Pereira Da Silva, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 363, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 363, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Mark Taplin Wahuwe Patira,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 13/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 364, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 364, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Agmar Moura De Lana,** para o cargo de Ag. De Serv. Gerais, na Secretaria Viação, Obras E Serviços Público, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 310, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 310, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Diego Rodrigues Lopes Amorim, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Aritana Valeria Cursino De Araújo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Aritana Valeria Cursino De Araújo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 308, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 308, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Rosilea Nascimento Ferreira, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 307, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Aline Rocha De Araújo, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 365, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 365, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **Laura Beatriz De Arruda Rosa,** para o cargo de Professor, na Secretaria Mun. de Educação Esporte e Lazer, a partir de 26/03/2018.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 366, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 366, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar as horas extras dos seguintes funcionários:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SETOR	QUANTIDADE	
			50%	**100%**
Ademir Joao Sobrinho	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	17:12 horas	18:54 horas
Alan Pereira Da Silva	Engenheiro Agrônomo	Sec De Viação, Obras E Serviços Público		6:50 horas
Agmar Moura Lana	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	13:30 horas	02:00 horas
Admilson Ferreira dos Anjos	Motorista	Sec. De Agricultura	54:00 horas	
Aparecida de Lourdes Gomes Barbosa	Agente Administrativo	Sec. de Saúde	35:00 horas	
Cassia Gabrielle Gregorio Da Silva	Agente Administrativo	Sec. de Fazenda	10:39 horas	04:11 horas
Carlos Roberto Lima da Silva	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	23:00 horas	09:40 horas
Cesar Marcos Correira De Oliveira	Agente De Combate A Endemias	Sec. De Saúde	45:00 horas	12:00 horas
Rosalino Cordeiro De Oliveira	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	24:57 Horas	10:20 horas
Dagoberto Jose De Freitas	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	27:48 Horas	06:20 horas
Decio Wa Umhori Omohi	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	21:00 horas	15:00 horas
Dimorvan Tsimhoripi E Tserenh	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	21:00 horas	19:26 horas
Elinaldo Silva Gonçalves	Operador De Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	26:42 horas	33:21 horas
Deusalino Cordeiro de Oliveira	Braçal	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	19:50 Horas	56:52 horas
Edvaldo Coelho de Souza	Operador de Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	10:00 horas	35:00 horas
Leandro Ferreira Lima	Braça	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	20:00 Horas	
Francisco Silva de Oliveira	Motorista 03	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	6:48 horas	
Joao Batista de Oliveira Nery	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público		11:00 horas
Joao Fragalli Borges	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público		04:46 horas
Jonny Dias Dos Reis	Mecânico	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	01:00 horas	04:50 horas
Josiane Araújo Leite	Agente Administrativo	Sec. de Planejamento		07:00 horas
Jose Nilton Pereira Dos Santos	Técnico Agropecuário	Sec. de Agricultura	18:00 horas	
Leydiane Vieira Correa Martins	Contadora	Sec. de Fazenda	11:21 horas	04:11 horas
Kelle Cristina Souza De Moraes	Ag. De Serv. Gerais	Sec. de Saúde	30:00 horas	
Lourival Silva	Motorista	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	02:57 horas	18:11 horas
Jurandir Rodrigues De Lima	Motorista 03	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	23:00 Horas	15:00 horas
Vanderlei Francisco Da Silva	Encanador	D.A.E	21:00 Horas	
Fabiano Da Silva Pereira	Aux. De Encanador	D.A.E	53:00 Horas	
Benedito Peres Filho	Motorista	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	18:00 Horas	
Fabio Junior Rodrigues Ferreira	Fiscal Sanitário	Sec. De Saúde	45:00 Horas	
Luizmar Martins Da Silva	Encanador	D.A.E	53:00 Horas	
Izaias Souza de oliveira	Operador De Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	09:03 horas	20:07 horas
Aldemir Prepe Tsawerete	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	29:00 Horas	19:36 horas
Robson Alves Leite	Encanador	D.A.E	20:00 horas	
Rose Flavia de Matos Raimundo	Fiscal Sanitário	Secretaria de Saúde	30:00 horas	
Wagner Jose Silva	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	20:00 Horas	5:00 horas
Manoel Vieira dos Anjos	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	23:17 horas	9:40 horas
Manoel dos Anjos Silva	Operador De Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	04:00 horas	
Ronildo jose Ribeiro da Costa	Eletricista	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	05:41 horas	09:00 horas
Reinaldo Cordeiro De Oliveira	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	24:37 Horas	9:40 horas
Geovani Lima De Souza	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	29:00 Horas	04:30 horas
Milton Pereira dos Santos	Operador de Maquina	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	32:36 horas	29:10 horas
Nilton Ferreira de Oliveira	Ag. De Serv. Gerais	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	10:00 horas	06:20 horas
Maria Aparecida Ferreira Leite De Paula	Ag. De Serv. Gerais	Sec. de Saúde	30:00 horas	
Joao Vieira Guimaraes	Motorista 03	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	15:27 Horas	
Marco Antônio Pereira Silva	Aux. Laboratório	Sec. De Saúde	42:00 horas	
Junior Goncalves Da Silva	Gari	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	17:00 horas	9:00 horas
José Ivo de Almeida Neto	Operador de Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	03:00 horas	13:00 horas
Mauro dos Santos Ferreira	Ag. De Serv. Gerais	Sec. De Administração	08:28 horas	
Walter de Santana	Auxiliar de mecânico	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	13:30 horas	04:46 horas
Wagner Silva de Souza	Operador de Maquinas	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	14:10 horas	24:32 horas
Rosimeire Sousa Miranda	Tec. Em Administração	Sec De Viação, Obras E Serviços Público		06:50 horas
Rosangela Conceição Oliveira	Ag. De Serv. Gerais	Sec. de Saúde		13:00 horas
José Oliveira Xavier	Motorista 03	Sec De Viação, Obras E Serviços Público	40:00 horas	

Art. 2º - Registre-se, Pub lique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 306, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 306, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Leiliane Correia De Jesus, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 299, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 299, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Jose Carlos Da Silva, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 305, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 305, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Rosangela Carvalho Farinelli, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 304, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Jefferson Felix Dias, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 367, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 367, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o pagamento de plantões para os guardas, motoristas e enfermeiros, conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	Cargo	QUANTIDADE DE PLANTÕES	QUANTIDADE DE VIAGENS
Ana Lidia Novais	Técnico Em Enfermagem	03	
Adenival Abrantes Queiroz	Motorista	14	
Geraldo Domingos Sobrinho	Apoio Educacional I	06	
Adilson Barzotto Ribeiro	Motorista	15	
Adilson Jose da Silva	Motorista	12	
Carlos Henrique Alves de Freitas	Enfermeiro	01	03
Antônio Pedro De Almeida	Apoio Educacional I	02	
Antônio Valério Cursino	Guarda Municipal	05	
Arlindo Feitosa Fernandes	Motorista	14	
Bertran Aires de Souza	Motorista	15	
Carlos Gleidson de Souza Neves	Guarda Municipal	05	
Isaque Joaquim da Rocha	Guarda Municipal	06	
Luciclei Lelis dos Santos	Guarda Municipal	05	
Agda Silva De Oliveira Santos	Enfermeira	02	
Edenilson Alves Vieira	Enfermeiro	02	01
Helio Alves Da Silva	Guarda Municipal	06	
Irina Coutinho Martins De Siquiera	Enfermeira	02	01
Jaredes Gomes de Oliveira	Guarda Municipal	05	
Jefferson Felix Dias	Guarda Municipal	08	
Jonnes Alves dos Santos	Guarda Municipal	07	
Jose Cursino De Araujo	Guarda Municipal	05	
Joanita Ferreira Magalhaes	Guarda Municipal	06	
Sebastiao Antonio Dos Santos	Guarda Municipal	05	
Joao Soares Silva	Motorista	15	
Marcos Da Costa Henrique	Motorista	15	
Marcos Dione De Souza Santana	Motorista	14	
Ailton Ferreira Leite	Guarda Municipal	05	
Franciel Azevedo De Souza	Guarda Municipal	06	
Julio Alves Conceição	Guarda Municipal	07	
Murilo Lelis Ferreira	Guarda Municipal	06	
Domingos Barbosa Santos	Guarda Municipal	06	
Ormi Alves Santana	Tec. Enfermagem		01
Rodrigo Coelho De Jesus	Guarda Municipal	05	
Raquel de Oliveira Nunes Neves Grass	Enfermeiro	01	
Laura Cristina Azevedo Ferreira	Técnico enfermagem		04
Edvaldo Ferreira Nascimento	Guarda Municipal	06	
Rafael Benedito Cardoso de Souza	Motorista	06	
Jose Reinaldo dos Anjos Ferreira	Motorista	06	
Amarilda Marques Souza	Técnico enfermagem	02	04
Osvaldo Rodrigues de Melo	Motorista	07	
Regina Ferreira de Araújo	Técnico enfermagem	03	02
Rosalvo Dutra Galvão	Guarda Municipal	05	
Maria Aparecida Moreira Duarte	Técnico enfermagem	02	
Plinio Matheus de Oliveira	Enfermeiro	03	03
Sinvaldo Pinheiro	Guarda Municipal	05	
Wanderson Oliveira Campos	Guarda Municipal	06	
Dionisio Brito De Oliveira	Guarda Municipal	06	
Divino Eterno De Oliveira Silva	Guarda Municipal	05	
Gedeão Lopes Da Silva	Guarda Municipal	06	
Joao Dias Barbosa	Guarda Municipal	03	
Jonilson Florindo Da Rocha	Guarda Municipal	06	
Juarez Alves Moreira	Guarda Municipal	05	
Luzimar Da Silva Pereira	Guarda Municipal	06	
Marcelino Alves Da Costa	Guarda Municipal	01	

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 27 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 368, DE 30 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 368, DE 30 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a Escala de Pagamento deum terço(1/3)das Férias de 2017/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e Lei Municipal nº 905 de 21 de novembro de 2003, consoantes aos demais parâmetros de legislações pertinentes,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar na folha de pagamento do mês que se menciona, o pagamento de 1/3 de férias relativas ao período 2017/2018, aos servidores abaixo relacionados, sendo que o gozo das mesmas deve ser marcado pelo titular da pasta onde o servidor estiver lotado, comunicando o fato à Gerencia de Talentos Humanos, da Secretaria de Administração da Prefeitura de Poxoréu, para as anotações:

	MARÇO
Código	**Nome do Servidor**
121	Joao Dias Barbosa
173	Daniele Cândida Da Silva
176	Dionizia Fernandes De Lourdes
190	Luiz Antônio Do Valle Silva Chaves
230	Jose Vieira Nunes Neto
321	Jose Antônio Rodrigues
635	Elizene Angélica Barboza Lopes
2291	Janete A Ramos
2294	Merquides Filho Martins De Oliveira

2426	Adilson Alves Pereira
2510	Lucilene Pereira Domingos
2494	Nayane Cristina Santos Da Silva
3001	Thainy Cristina Figueiredo Rodrigues
2449	Lucas Emanuel Teixeira De Almeida
2484	Josirene Pereira Barbosa

Art. 2º – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 30 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 303, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de março/2018, determinando as providências legais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar a filiação do (a) funcionário (a), Claudineia Queiroz Da Costa, no Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu - ASSEMP.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, 19 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 369, DE 30 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 369, DE 30 DE MARÇO DE 2018

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Sr. **JEVERSON GLEISON DELMON SOARES,** do cargo de Orientador Social, a partir de 14 de março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 30 de março de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **17/04/2018 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DA INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA,** cadastrada no **CNPJ: nº 10.717.170/0001-45** com sede e foro na Avenida Julio Domingos de Campos (Lote c Deus), 6969, Santa Isabel, Várzea Grande, MT, CEP 78.150-538. fornecimento de produtos para tratamento de Água do município de Reserva do Cabaçal. Nos termos do processo de Dispensa nº 18/2018, e firmará **CONTRATO** com a mesma no valor global de **R$ 3.492,15 (Três mil e quatrocentos e noventa e dois reais e quinze centavos)**

Reserva do Cabaçal/MT, 17 de abril de 2018

Vonisson Gomes dos Santos

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2018

Objeto: Contratação da empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**, cadastrada no **CNPJ: nº 10.717.170/0001-45**, para **fornecimento de produtos para tratamento de Água do município de Reserva do Cabaçal-MT. .**

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de Dispensa nº 18/2018, para contratação do fornecimento dos materiais acima mencionada.

Reserva do Cabaçal - MT, 17 de abril de 2018.

Registre-se

Publique-se

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Processo de Dispensa Nº 18/2018 objetivou Contração de empresa **para fornecimento de produtos para tratamento de Água do município de Reserva do Cabaçal-MT.**

Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito,

ADJUDICO à empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**, cadastrada no **CNPJ: nº 10.717.170/0001-45** com sede e foro na Avenida Julio Domingos de Campos (Lote c Deus), 6969, Santa Isabel, Várzea Grande, MT, cep 78.150-538nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico.

Reserva do Cabaçal-MT, 17 de abril de 2018.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA Nº 18/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 17 de abril de 2018, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Dispensa de Licitação para Contratação direta, pelo poder Publico Municipal, da empresa INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, cadastrada no CNPJ: nº 10.717.170/0001-45 com sede e foro na Avenida Julio Domingos de Campos (Lote c Deus), 6969, Santa Isabel, Várzea Grande, MT, CEP 78.150-538 **, tendo como objeto Contratação da empresa** INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA cadastrada no CNPJ: 10.717.170/0001-45, fornecimento de produtos para tratamento de Água do município de Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal-MT, 17 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA (TRATOR) REF- LTH – 1842. MARCA: 18-HP, LARGURA DE CORTE: 107-CM, PRODUTIVIDADE MÉDIA: 4.400 M/2H, ÁREA RECOMENDADA: 30.000 M/2, COM COLETOR DE GRAMA**
Favorecidos:	**HELMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ n.º 07.419.457/0001-84,** ***Valor global do Contrato:*** *R$ 17. 260,00 (dezessete mil duzentos e sessenta reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 003/2018.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 003/2018, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 13 de abril de 2018.

_____

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 413 DE 17 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dá nova redação ao artigo 1º, aos incisos I, II, III e Parágrafo Único do artigo 2º da Lei nº 395, de 26 de Setembro de 2017 que criou o Programa de estímulo à regularização fiscal de contribuintes do Município de Rondolândia – PROERF e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 395, de 26 de Setembro de 2017 passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. *Fica criado o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal– PROERF, com a finalidade de fomentar o pagamento de créditos tributários e não tributários, de titularidade do Município de Rondolândia, mediante a concessão de anistia de multas e juros moratórios, inscritos ou não em dívida ativa, incluindo os judicializados e objeto de parcelamento, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2017."*

Art. 2º. O Parágrafo único, os incisos I, II e III do artigo 2º da Lei nº 395, de 26 de Setembro de 2017 passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. (...)

I - 100% (cem por cento) das multas e juros moratórios, para os créditos quitados até 30 de junho de 2018, na modalidade pagamento à vista; II - 70% (setenta por cento) das multas e juros moratórios, para os créditos quitados entre 1 Julho a 31 dezembro de 2018, na modalidade de pagamento à vista; III - 50% (cinquenta por cento) das multas e juros moratórios, para os créditos objeto de parcelamento, desde que formalizado até 31 de dezembro de 2018. ***Parágrafo único****. Em caso de parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)."* **Art. 3º**. Fica o pode executivo autorizado a promover a consolidação e republicação da Lei nº 395, de 26 de Setembro de 2017.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 17 de abril de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 028/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 028/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 039/2018, cujo Objeto:**Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para a "Prestação de Serviços Médicos Plantonistas" para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia/MT**, sagrou-se vencedora de todos os itens e de todos os lotes ora licitados a empresa: F. M. da S. Matos–ME, CNPJ: 08.580.828/0001-78, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 1.405. 880,00 (um milhão e quatrocentos e cinco mil e oitocentos e oitenta reais).

Rondolândia – MT, 16 de Abril de 2018.

Edimar Ricarte

Pregoeiro Oficial

CONTÁBIL
ERRATA Nº 1 DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Rondolandia, Estado de Mato Grosso, Srº Aguinaldo Rodrigues Carvalho, vem retificar no edital publicado no site da Associação do Municípios do Estado do Mato Grosso no dia 05/04/2018, para dele desfazer e constar a alteração abaixo indicada:

ONDE SE LÊ: na sede da Prefeitura Municipal de Rondolandia, Sala de reuniões

LEIA-SE: no plenário da câmara municipal de Rondolandia

Rondolandia, 17 de Abril de 2018.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AGUINALDO RODRIGUES CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolandia, Estado de Mato Grosso, Srº Aguinaldo Rodrigues Carvalho, torne-se público para o conhecimento de todos que o RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO referente ao 1º Bimestre de 2018, encontram-se à disposição de qualquer contribuinte ou cidadão deste Município, para exame e apreciação, na Sede da Prefeitura Municipal de Rondolandia, situada na Rua Joana Alves de Oliveira s/n° em cumprimento ao que determina o Artigo 165 da Constituição Federal e Artigo 5º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas e Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitura Municipal de Rondolandia-MT, 28 de Março de 2018.

AGUINALDO RODRIGUES CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº. 412, DE 17 DE ABRIL DE 2018

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a autorização para permuta de madeira em tora por serviço de serragem e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar madeira bruta, em tora, recebida em doação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por meio do termo de doação 506737, IBAMA de 29.09.2017, por prestação de serviço de beneficiamento através de serragem de madeira.

Art. 2º. Da totalidade da madeira em tora entregue pela Secretaria solicitante deverá retornar para o município o percentual de 50% (cinquenta por cento) da madeira beneficiada ou serrada, sendo que o remanescente ficará a cargo da prestadora dos serviços.

Art. 3º. A madeira beneficiada através de permuta autorizada por esta lei deverá ter destinação exclusiva para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Art. 4º. Fica também autorizado ao Poder Executivo proceder a doação de madeiras em tora**,** a que trata esta Lei, para instituições não governamentais e sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. Fica dispensado o registro de preço e ou licitação para o beneficiamento da madeira constante do Termo de Doação 506737/IBAMA de 29.09.2017, que se encontra no pátio da serraria.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, aos 17 de Abril de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CONTÁBIL
ERRATA Nº 1 DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Rondolandia, Estado de Mato Grosso, Srº Aguinaldo Rodrigues Carvalho, vem retificar no edital publicado no site da Associação do Municípios do Estado do Mato Grosso no dia 05/04/2018, para dele desfazer e constar a alteração abaixo indicada:

ONDE SE LÊ: na sede da Prefeitura Municipal de Rondolandia, Sala de reuniões

LEIA-SE: no plenário da câmara municipal de Rondolandia

Rondolandia, 17 de Abril de 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Rondolandia, Estado de Mato Grosso, Srº Aguinaldo Rodrigues Carvalho, invocando o principio da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no artigo 48 e no seu Parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000; torna público a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia **20/04/2018**, com início as 13h00min na cede da Prefeitura Municipal de Rondolandia, Sala de reuniões, com o objeto da elaboração da **LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS** para o exercício financeiro de 2019.

Atendendo aos princípios da administração pública, com sagrados em textos legais, fazemos o chamamento público para participar desta audiência.

Prefeitura Municipal de Rondolandia-MT, 04 de Abril de 2018.

AGUINALDO RODRIGUES CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 053 - 2018

PORTARIA 053/2018

de 17 de Abril de 2.018

"Dispõe sobre a readaptação temporária de servidor publico efetivo no âmbito da administração Publica Municipal, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **JOSELIA FATIMA MARTINS** em cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período compreendido entre **28.03.2018** à **24.09.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 2º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **NILCEIA GONÇALVES NUNES** em cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período compreendido entre **23.03.2018** à **19.09.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario, com efeitos administrativos e financeiros retroativos à data do inicio dos respectivos afastamento dos servidores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 17 de Abril de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE ADESÃO A ATA Nº 014/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

A Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, através do PRESIDENTE, torna público, o resultado do Processo Licitatório Adesão (CARONA) a Ata Registro de Preço nº 014/2018, originaria do Pregão Presencial Nº 021/2017, com o objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT.

Pregão Presencial Nº 014/2018 - Rosário Oeste

Abaixo as empresas Vencedoras do certame;

EMPRESA: DISMEQ COM. IMPORTADORA DE MAQ. P/ESCRITÓRIO CNPJ. Nº 24.722.647/0001-95

VALOR R$ 65.520,00 (Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Vinte reais).

EMPRESA: GUIOMAR VALERIA GOMES - ME, CNPJ Nº 27.222.646/0001-70

VALOR R$ 98.017,00 (Noventa e Oito mil e Dezessete reais)

EMPRESA: K. O. A. DREHMER, CNPJ Nº 26.897.644/0001-18

VALOR R$ 116.413,00,(Cento e Dezesseis Mil quatrocentos e treze reais)

EMPRESA: L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REP, CNPJ Nº 22.328.534/0001-84

VALOR R$ 26.638,00 (Vinte e Seis mil e Seiscentos Trinta e Oito reais

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Otavio Costa, Bairro Santo Antonio, S/n, neste município de Rosário Oeste/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Rosário Oeste - MT, 16 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 522/2018

Lei Municipal nº 522/2018

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 514/2017, LOA 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Santa Cruz do Xingu, para o exercício financeiro de 2018, no valor de R$ 157.307,25 (Cento e cinquenta e sete mil, trezentos e sete reais e vinte e cinco centavos), destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 244 - Assistência Social Comunitária

Programa: 0021 - Inclusão Social

Projeto/Atividade: 2210 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores Ação Social . R$ 157.307,25

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 75.703,32

Elemento de Despesa: 33.90.14.00.00 Diária Civil R$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 Pessoa Jurídica R$ 51.329,98

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 Equip. Material Permanente R$ 20.273,95

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.29.00.000 – Recursos Ação Social ..... R$ 157.307,25

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado por fonte de destinação de recursos do exercício de 2017, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos de Convênios e Ordinários

Fonte de Recursos Discriminação Valor

329 Recursos oriundos dos Programas Sociais 157.307,25

Total 157.307,25

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Santa Cruz do Xingu-MT, em 13 de Abril de 2018

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2018 E 026/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA:** : MARCOS S BIUDES - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º.08.257.279/0001-03; **VIGÊNCIA:** 16/04/2018 ATÉ 16/04/2019; **VALOR:** R$ 51.675,00. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL "AQUISIÇÃO E REGARGAS DE TONER E CARTUCHOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. **DATA:** 16/04/2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2018

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORAEDINALDO P.TORRES – ME (Cyber Cartuchos),** inscrita no CNPJ sob o n.º. 07.552.491/0001-22; **VIGÊNCIA:** 16/04/2018 ATÉ 16/04/2019; **VALOR:** R$ 87.215,00. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL "AQUISIÇÃO E REGARGAS DE TONER E CARTUCHOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. **DATA:** 16/04/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº20/2018

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas para Aquisição de material de construção, Elétrico e Hidráulico, para uso em reparos em pequenas reformas, Elétrico para atender a iluminação publica e Hidráulico para atender o departamento de água do município de Santa Terezinha-MT. Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 01/05/2018 às 09:00 horas, (horário de Brasília) na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 08 as 12:00 e das 13:00 as 18:00 horas. (horário de Brasília). Ou solicitado pelo e-mail licitacao@santaterezinha.mt.gov.br Santa Terezinha – MT, 17 de abril de 2018. GUSTAVO KOVALSKI-Pregoeiro-Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RREO ANEXO 01 DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	13.682.155,00	14.663.035,67	-312.890,61	12.593.323,75	2.069.711,92	1.356.944,10	12.551.281,29	2.111.754,38	12.415.287,54	42.042,46
DESPESAS CORRENTES	12.460.303,00	12.955.830,44	485.260,77	11.585.918,56	1.369.911,88	1.317.046,91	11.543.876,10	1.411.954,34	11.407.882,35	42.042,46
Pessoal e Encargos Sociais	6.710.582,00	7.018.609,43	615.575,95	6.138.661,43	879.948,00	625.513,15	6.138.661,43	879.948,00	6.138.661,43	
Juros e Encargos da Dívida	54.000,00									
Outras Despesas Correntes	5.695.721,00	5.937.221,01	-130.315,18	5.447.257,13	489.963,88	691.533,76	5.405.214,67	532.006,34	5.269.220,92	42.042,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.146.852,00	1.707.205,23	-798.151,38	1.007.405,19	699.800,04	39.897,19	1.007.405,19	699.800,04	1.007.405,19	
Investimentos	1.090.852,00	1.619.432,59	-815.589,73	921.181,78	698.250,81	11.876,32	921.181,78	698.250,81	921.181,78	
Inversões Financeiras	6.000,00									
Amortização da Dívida	50.000,00	87.772,64	17.438,35	86.223,41	1.549,23	28.020,87	86.223,41	1.549,23	86.223,41	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00									
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	10.100,00	56.088,54	377.654,90	10.100,00	377.654,90	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	14.297.655,00	15.050.790,57	-257.162,44	12.970.978,65	2.079.811,92	1.413.032,64	12.928.936,19	2.121.854,38	12.792.942,44	42.042,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.297.655,00	15.050.790,57	-257.162,44	12.970.978,65	2.079.811,92	1.413.032,64	12.928.936,19	2.121.854,38	12.792.942,44	42.042,46
SUPERÁVIT (XIII)				804.982,06			847.024,52		983.018,27	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.297.655,00	15.050.790,57	-257.162,44	13.775.960,71	1.274.829,86	1.413.032,64	13.775.960,71	1.274.829,86	13.775.960,71	42.042,46
RESERVA DO RPPS	730.700,00	730.700,00			730.700,00			730.700,00		

Emissão: 13/04/2018 11:28:55 Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	10.100,00	56.088,54	377.654,90	10.100,00	377.654,90	
DESPESAS CORRENTES	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	10.100,00	56.088,54	377.654,90	10.100,00	377.654,90	
Pessoal e Encargos Sociais	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	10.100,00	56.088,54	377.654,90	10.100,00	377.654,90	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**615.500,00**	**387.754,90**	**55.728,17**	**377.654,90**	**10.100,00**	**56.088,54**	**377.654,90**	**10.100,00**	**377.654,90**	

RREO ANEXO 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.707.205,23	1.007.405,19	1.021.508,69	-14.103,50	699.800,04
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.707.205,23	1.007.405,19	1.021.508,69	-14.103,50	699.800,04
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.707.205,23	-1.007.405,19			-699.800,04

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 13/04/2018 11:36:10 Page 1 de 1

Homologado

RGF ANEXO 03

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.164.468,79	13.109.030,86	13.101.177,73	13.238.274,74
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

Emissão: 13/04/2018 11:14:13 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	298.216,28	298.216,28	586.798,64	196,77%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.930,14	36.930,14	43.879,13	118,82%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.839,22	36.839,22	26.966,31	73,20%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	4.356,48	4.356,48	14.169,93	325,26%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.974,92	1.974,92	6.680,31	338,26%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(6.240,48)	(6.240,48)	(3.937,42)	(63,09)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	164.232,81	164.232,81	443.188,61	269,85%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	164.232,81	164.232,81	444.766,83	270,81%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	(1.578,22)	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	97.053,33	97.053,33	99.730,90	102,76%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	97.053,33	97.053,33	99.730,90	102,76%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.415.845,87	8.415.845,87	9.649.528,88	114,66%
2.1- Cota-Parte FPM	5.554.552,64	5.554.552,64	6.067.723,27	109,24%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.554.552,64	5.554.552,64	6.067.723,27	109,24%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	2.458.398,15	2.458.398,15	2.908.091,68	118,29%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.703,64	12.703,64	12.114,48	95,36%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	236.326,93	236.326,93	524.011,28	221,73%
2.6- Cota-Parte IPVA	153.864,51	153.864,51	137.588,17	89,42%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.714.062,15	8.714.062,15	10.236.327,52	117,47%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	134.076,82	134.076,82	162.059,68	120,87%
5.1- Transferências do Salário-Educação	75.671,97	75.671,97	70.741,87	93,48%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				

Emissão: 13/04/2018 11:35:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE	34.000,32	34.000,32	35.748,00	105,14%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	24.404,53	24.404,53	19.363,15	79,34%
5.5- Outras Transferências do FNDE			36.206,66	
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	578.352,39	578.352,39	662.183,47	114,49%
6.1- Transferência de Convênios	578.352,39	578.352,39	662.183,47	114,49%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	367.984,93	367.984,93	8.103,49	2,20%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.080.414,14	1.080.414,14	832.346,64	77,04%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.912.835,48	1.912.835,48	1.929.904,66	100,89%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.241.537,76	1.241.537,76	1.213.544,32	97,75%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	590.719,37	590.719,37	581.819,96	98,49%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.540,65	2.540,65	2.220,90	87,41%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	47.265,23	47.265,23	104.802,14	221,73%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	30.772,47	30.772,47	27.517,34	89,42%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.070.451,10	1.070.451,10	1.110.080,78	103,70%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.070.451,10	1.070.451,10	1.110.080,78	103,70%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-842.384,38	-842.384,38	-819.823,88	97,32%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Emissão: 13/04/2018 11:35:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.075.000,00	979.172,07	979.172,07	100,00%	979.172,07	100,00%	
13.1- Com Educação Infantil	458.500,00	330.261,83	330.261,83	100,00%	330.261,83	100,00%	
13.2- Com Ensino Fundamental	616.500,00	648.910,24	648.910,24	100,00%	648.910,24	100,00%	
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.075.000,00	979.172,07	979.172,07	100,00%	979.172,07	100,00%	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	979.172,07
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	88,20%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	11,79%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	58.008,27
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2]	58.008,27

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.178.515,54	2.178.515,54	2.559.081,88	117,47%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	458.500,00	330.261,83	330.261,83	100,00%	330.261,83	100,00%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	458.500,00	330.261,83	330.261,83	100,00%	330.261,83	100,00%	
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.305.774,40	1.273.052,25	1.273.052,25	100,00%	1.273.052,25	100,00%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	616.500,00	648.910,24	648.910,24	100,00%	648.910,24	100,00%	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	689.274,40	624.142,01	624.142,01	100,00%	624.142,01	100,00%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS				0,00%			
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.764.274,40	1.603.314,08	1.603.314,08	100,00%	1.603.314,08	100,00%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-819.823,88
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	58.008,27
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	31.637,91
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [6]	-730.177,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	2.333.491,78
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	22,80

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.209.097,60	1.628.924,30	1.628.924,30	100,00%	1.622.006,20	99,58%	6.918,10
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	2.209.097,60	1.628.924,30	1.628.924,30	100,00%	1.622.006,20	99,58%	6.918,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.973.372,00	3.232.238,38	3.232.238,38	100,00%	3.225.320,28	99,79%	6.918,10

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	198.856,62	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	198.856,62	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	72.107,50
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.110.080,78
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.778.687,88
49.1- Orçamento do Exercício	1.760.295,61
49.2- Restos a Pagar	18.392,27
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-596.499,60

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MED

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

Emissão: 13/04/2018 11:35:37

Page 5 de 5
Homologado

RGF ANEXO 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO

LRF, art. 48 – Anexo 06 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Liquida	13.238.274,74	%
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal DTP	7.339.774,69	55,44 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00%	7.942.964,84	60,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 51,30%	6.791.234,94	51,30 %
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-8.654.846,72	-65,38 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTÍAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
Valor Total	42.042,46	8.716.212,19

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 13/04/2018 11:17:20 — Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 14

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	15.035.799,64
Previsão Atualizada	15.035.799,64
Receitas Realizadas	13.775.960,71
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.297.655,00
Créditos Adicionais	753.135,57
Dotação Atualizada	15.050.790,57
Despesas Empenhadas	12.970.978,65
Despesas Liquidadas	12.928.936,19
Despesas Pagas	12.792.942,44
Superávit Orçamentário	847.024,52

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	12.970.978,65
Despesas Liquidadas	12.928.936,19

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	13.238.274,74

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-81.642,36	-236%
Resultado Primário		817.091,93	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	125.673,76		99.315,33	26.358,43
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	419.893,91	384.723,36	16.653,02	18.517,53
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**545.567,67**	**384.723,36**	**115.968,35**	**44.875,96**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	2.333.491,78	25,00 %	22,80 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu	979.172,07	60,00 %	88,20 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.007.405,19	699.800,04

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)	1.493.396,56	2.046.309,24	1.647.284,97	570.067,88
Despesas Previdenciárias(V)	350.507,23	1.116.315,63	2.991.302,13	3.746.605,02
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	1.142.889,33	929.993,61	-1.344.017,16	-3.176.537,14

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos		15,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 13/04/2018 11:39:00 — Page 1 de 1

RREO ANEXO 01 RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	14.517.899,64	14.517.899,64	3.311.148,62	22,80	13.775.960,71	94,88	741.938,93
RECEITAS CORRENTES	13.329.502,62	13.329.502,62	3.279.653,88	24,60	13.249.103,47	99,39	80.399,15
RECEITA TRIBUTARIA	535.689,20	535.689,20	396.711,55	74,05	885.552,74	165,31	-349.863,54
Impostos	510.174,64	510.174,64	395.704,88	77,56	864.152,81	169,38	-353.978,17
Taxas	25.514,56	25.514,56	1.006,67	3,94	21.399,93	83,87	4.114,63
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	397.324,68	397.324,68					397.324,68
Contribuições Sociais	396.500,00	396.500,00					396.500,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	824,68	824,68					824,68
RECEITA PATRIMONIAL	736.611,37	736.611,37	8.491,26	1,15	84.942,27	11,53	651.669,10
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	736.611,37	736.611,37	8.491,26	1,15	84.942,27	11,53	651.669,10
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	80.564,19	80.564,19	9.101,55	11,29	67.554,63	83,85	13.009,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.571.490,80	11.571.490,80	2.863.894,74	24,74	12.179.527,48	105,25	-608.036,68
Transferências Intergovernamentais	10.993.138,41	10.993.138,41	2.741.468,21	24,93	11.619.322,97	105,69	-626.184,56
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	578.352,39	578.352,39	122.426,53	21,16	560.204,51	96,86	18.147,88
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.822,38	7.822,38	1.454,78	18,59	31.526,35	403,02	-23.703,97
Multa de Juros de Mora	2.639,05	2.639,05	504,22	19,10	16.809,34	636,94	-14.170,29
Indenizações e Restituições	300,00	300,00			167,64	55,88	132,36
Receita da Dívida Ativa	4.683,33	4.683,33	950,56	20,29	14.549,37	310,66	-9.866,04
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti	200,00	200,00					200,00
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	1.188.397,02	1.188.397,02	31.494,74	2,65	526.857,24	44,33	661.539,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.188.397,02	1.188.397,02	31.494,74	2,65	526.857,24	44,33	661.539,78
Transferências Intergovernamentais	660.342,85	660.342,85	6.000,00	0,90	6.000,00	0,90	654.342,85
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	528.054,17	528.054,17	25.494,74	4,82	520.857,24	98,63	7.196,93
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	517.900,00	517.900,00					517.900,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	15.035.799,64	15.035.799,64	3.311.148,62	22,02	13.775.960,71	91,62	1.259.838,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.035.799,64	15.035.799,64	3.311.148,62	22,02	13.775.960,71	91,62	1.259.838,93
DÉFICIT (VI)							

Emissão: 13/04/2018 11:28:55 Page 1 de 4

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

TOTAL(VII) = (V + VI)	15.035.799,64	15.035.799,64	3.311.148,62	22,02	13.775.960,71	91,62	1.259.838,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			5.063.317,49		15.528.129,58		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro			5.063.317,49		15.528.129,58		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	517.900,00	517.900,00					517.900,00
RECEITAS CORRENTES	517.900,00	517.900,00					517.900,00
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	513.400,00	513.400,00					513.400,00
Contribuições Sociais	513.400,00	513.400,00					513.400,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.500,00	4.500,00					4.500,00
Multa de Juros de Mora	4.500,00	4.500,00					4.500,00
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**517.900,00**	517.900,00					**517.900,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RREO ANEXO 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.412.855,00	15.393.735,67	-312.890,61	12.593.323,75	97,08	2.800.411,92	1.356.944,10	12.551.281,29	97,07	2.842.454,38	42.042,46
LEGISLATIVA	643.000,00	643.000,00				643.000,00				643.000,00	
ACAO LEGISLATIVA	643.000,00	643.000,00				643.000,00				643.000,00	
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	4.305.045,00	5.074.566,14	233.984,60	5.069.565,96	39,08	5.000,18	457.593,67	5.040.465,59	38,98	34.100,55	29.100,37
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	83.400,00	103.111,32	11.892,58	103.111,32	0,79		11.892,58	103.111,32	0,79		
ADMINISTRACAO GERAL	4.021.145,00	4.689.911,95	205.338,19	4.684.911,77	36,11	5.000,18	424.619,70	4.668.424,22	36,10	21.487,73	16.487,55
COMUNICACAO SOCIAL	8.000,00	6.141,66		6.141,66	0,04			5.666,66	0,04	475,00	475,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	192.500,00	275.401,21	16.753,83	275.401,21	2,12		21.081,39	263.263,39	2,03	12.137,82	12.137,82
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	704.300,00	677.444,98	-5.933,04	677.321,24	5,22	123,74	65.356,57	676.672,76	5,23	772,22	648,48
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	111.300,00	96.034,80	5.631,10	96.034,79	0,74	0,01	10.022,18	95.814,81	0,74	219,99	219,98
ASSISTENCIA AO IDOSO	5.000,00										
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	5.000,00										
ASSISTENCIA COMUNITARIA	583.000,00	581.410,18	-11.564,14	581.286,45	4,48	123,73	55.334,39	580.857,95	4,49	552,23	428,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	759.400,00	759.400,00				759.400,00				759.400,00	
PREVIDENCIA BASICA	631.400,00	631.400,00				631.400,00				631.400,00	
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	128.000,00	128.000,00				128.000,00				128.000,00	
SAÚDE	2.639.000,00	2.534.090,18	92.527,20	2.530.443,19	19,50	3.646,99	293.641,07	2.525.067,68	19,53	9.022,50	5.375,51
ADMINISTRACAO GERAL	629.000,00	355.610,05	-16.080,38	355.610,05	2,74		9.659,18	350.264,30	2,70	5.345,75	5.345,75
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	217.000,00	98.737,57	-16.257,88	98.737,57	0,76		5.277,23	98.737,57	0,76		
ATENCAO BASICA	1.620.000,00	1.938.772,71	128.788,15	1.937.057,72	14,93	1.714,99	263.996,14	1.937.027,96	14,98	1.744,75	29,76
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.000,00										
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	60.000,00	49.417,18	-11.016,88	47.485,18	0,36	1.932,00	6.284,33	47.485,18	0,36	1.932,00	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	15.000,00	877,60		877,60				877,60			
VIGILANCIA SANITARIA	97.000,00	90.675,07	7.094,19	90.675,07	0,69		8.424,19	90.675,07	0,70		
TRABALHO	150.284,00	130.000,00	-12,97	129.987,03	1,00	12,97	43.119,36	129.987,03	1,00	12,97	
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	150.284,00	130.000,00	-12,97	129.987,03	1,00	12,97	43.119,36	129.987,03	1,00	12,97	
EDUCAÇÃO	3.709.372,00	3.133.068,32	105.154,23	3.133.068,32	24,15		404.229,31	3.126.150,22	24,17	6.918,10	6.918,10
ALIMENTACAO E NUTRICAO	32.872,00	139.798,07	-39.841,54	139.798,07	1,07		34.274,85	139.798,07	1,08		
COMUNICACAO SOCIAL	1.000,00										
EDUCACAO ESPECIAL	1.500,00	820,13		820,13			44,10	820,13			
EDUCACAO INFANTIL	984.000,00	757.410,42	49.010,65	757.410,42	5,83		64.967,78	754.167,04	5,83	3.243,38	3.243,38
ENSINO FUNDAMENTAL	2.690.000,00	2.235.039,70	95.985,12	2.235.039,70	17,23		304.942,58	2.231.364,98	17,25	3.674,72	3.674,72
CULTURA	9.000,00	23.511,14	-4.012,69	20.631,14	0,15	2.880,00	-4.012,69	20.631,14	0,15	2.880,00	
DIFUSAO CULTURAL	8.000,00	20.242,14	-1.733,89	17.362,14	0,13	2.880,00	-1.733,89	17.362,14	0,13	2.880,00	
PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEO	1.000,00	3.269,00	-2.278,80	3.269,00	0,02		-2.278,80	3.269,00	0,02		
DIREITOS DA CIDADANIA											

Emissão: 13/04/2018 11:31:34 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	205.000,00	469.333,53	-118.147,42	469.333,53	3,61			469.333,53	3,63		
INFRA-ESTRUTURA URBANA	201.000,00	469.333,53	-118.147,42	469.333,53	3,61			469.333,53	3,63		
SERVICOS URBANOS	4.000,00										
HABITAÇÃO	5.000,00										
HABITACAO URBANA	5.000,00										
SANEAMENTO	5.000,00	818.880,78	-654.098,81	164.781,97	1,27	654.098,81		164.781,97	1,27	654.098,81	
SANEAMENTO BASICO URBANO	5.000,00	818.880,78	-654.098,81	164.781,97	1,27	654.098,81		164.781,97	1,27	654.098,81	
GESTÃO AMBIENTAL	80.654,00	62.412,99	3.455,66	62.412,99	0,48		3.455,66	62.412,99	0,48		
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	80.654,00	62.412,99	3.455,66	62.412,99	0,48		3.455,66	62.412,99	0,48		
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	91.500,00	73.745,35	-6.165,72	73.745,35	0,56		31.334,28	73.745,35	0,57		
ADMINISTRA ÇO GERAL	72.000,00	72.905,35	-6.165,72	72.905,35	0,56		31.334,28	72.905,35	0,56		
EXTENSAO RURAL	10.500,00										
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	9.000,00	840,00		840,00				840,00			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.500,00	41.014,65	6.660,00	41.014,65	0,31		6.660,00	41.014,65	0,31		
TURISMO	32.500,00	41.014,65	6.660,00	41.014,65	0,31		6.660,00	41.014,65	0,31		
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	6.000,00										
ENERGIA ELETRICA	6.000,00										
TRANSPORTE	93.000,00	84.535,74	11.500,00	84.535,74	0,65		22.786,00	84.535,74	0,65		
TRANSPORTE RODOVIARIO	93.000,00	84.535,74	11.500,00	84.535,74	0,65		22.786,00	84.535,74	0,65		
DESPORTO E LAZER	69.100,00	50.259,23	4.760,00	50.259,23	0,38		4.760,00	50.259,23	0,38		
DESPORTO COMUNITARIO	69.100,00	50.259,23	4.760,00	50.259,23	0,38		4.760,00	50.259,23	0,38		
ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	87.772,64	17.438,35	86.223,41	0,66	1.549,23	28.020,87	86.223,41	0,66	1.549,23	
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	100.000,00	87.772,64	17.438,35	86.223,41	0,66	1.549,23	28.020,87	86.223,41	0,66	1.549,23	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00										
RESERVA DO R.P.P.S.	730.700,00	730.700,00				730.700,00				730.700,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	2,91	10.100,00	56.088,54	377.654,90	2,92	10.100,00	
TOTAL (III) = (I + II)	15.028.355,00	15.781.490,57	-257.162,44	12.970.978,65	100,00	2.810.511,92	1.413.032,64	12.928.936,19	100,00	2.852.554,38	42.042,46

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	615.500,00	387.754,90	55.728,17	377.654,90	2,91	10.100,00	56.088,54	377.654,90	2,92	10.100,00	
LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
ACAO LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
ADMINISTRAÇÃO	202.400,00	142.875,87	20.142,55	142.875,87	1,10		20.502,92	142.875,87	1,10		
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	6.000,00	5.456,93	1.509,17	5.456,93	0,04		1.509,17	5.456,93	0,04		
ADMINISTRACAO GERAL	177.400,00	120.188,62	15.850,66	120.188,62	0,92		16.211,03	120.188,62	0,92		
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	19.000,00	17.230,32	2.782,72	17.230,32	0,13		2.782,72	17.230,32	0,13		

Emissão: 13/04/2018 11:31:34

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.000,00	12.895,52	2.389,48	12.895,52	0,09		2.389,48	12.895,52	0,09		
ASSISTENCIA COMUNITARIA	16.000,00	12.895,52	2.389,48	12.895,52	0,09		2.389,48	12.895,52	0,09		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	100,00	100,00				100,00				100,00	
PREVIDENCIA BASICA	100,00	100,00				100,00				100,00	
SAÚDE	122.000,00	85.847,70	13.491,81	85.847,70	0,66		13.491,81	85.847,70	0,66		
ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	170,65		170,65				170,65			
ATENCAO BASICA	90.000,00	80.008,42	12.673,80	80.008,42	0,61		12.673,80	80.008,42	0,61		
VIGILANCIA SANITARIA	12.000,00	5.668,63	818,01	5.668,63	0,04		818,01	5.668,63	0,04		
EDUCAÇÃO	264.000,00	136.035,81	19.704,33	136.035,81	1,04		19.704,33	136.035,81	1,05		
EDUCACAO INFANTIL	130.000,00	55.330,03	7.572,15	55.330,03	0,42		7.572,15	55.330,03	0,42		
ENSINO FUNDAMENTAL	134.000,00	80.705,78	12.132,18	80.705,78	0,62		12.132,18	80.705,78	0,62		
AGRICULTURA	1.000,00										
ADMINISTRAÇO GERAL	1.000,00										
TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	**615.500,00**	**387.754,90**	**55.728,17**	**377.654,90**	**2,91**	**10.100,00**	**56.088,54**	**377.654,90**	**2,92**	**10.100,00**	

Emissão: 13/04/2018 11:31:34 Page 3 de 3

Homologado

RREO ANEXO 12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	510.174,64	510.174,64	864.152,81	169,38%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	36.839,22	36.839,22	26.966,31	73,20%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	164.232,81	164.232,81	444.766,83	270,81%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	97.053,33	97.053,33	99.730,90	102,76%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.049,28	212.049,28	292.688,77	138,03%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Dívida Ativa dos Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM				
Cota-Parte ITR				
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**510.174,64**	**510.174,64**	**864.152,81**	**169,38%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	389.972,40	389.972,40	212.610,00	54,52%
Provenientes da União	205.223,55	205.223,55	212.610,00	103,60%
Provenientes dos Estados	184.748,85	184.748,85		
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	293.485,71	293.485,71		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**683.458,11**	**683.458,11**	**212.610,00**	**31,11%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.552.000,00	2.491.885,95	2.488.238,96	99,85%	2.482.863,45	99,64%	5.375,51
Pessoal e Encargos Sociais	1.564.000,00	1.818.623,17	1.818.623,17	100,00%	1.818.623,17	100,00%	
Juros e Encargos da Dívida	3.000,00						
Outras Despesas Correntes	985.000,00	673.262,78	669.615,79	99,46%	664.240,28	98,66%	5.375,51
DESPESAS DE CAPITAL	209.000,00	128.051,93	128.051,93	100,00%	128.051,93	100,00%	
Investimentos	209.000,00	128.051,93	128.051,93	100,00%	128.051,93	100,00%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**2.761.000,00**	**2.619.937,88**	**2.616.290,89**	**99,86%**	**2.610.915,38**	**99,66%**	**5.375,51**

Emissão: 13/04/2018 11:37:44

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.761.000,00	2.619.937,88	2.616.290,89	100,00%	2.610.915,38	100,00%	5.375,51
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	2.761.000,00	2.619.937,88	2.616.290,89	100,00%	2.610.915,38	100,00%	5.375,51
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**2.761.000,00**	**2.619.937,88**	**2.616.290,89**	**100,00%**	**2.610.915,38**	**100,00%**	**5.375,51**

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)							

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**0,00%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100][8]	**-129.622,92**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	4.566,75				
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015	533,56			533,56	533,56
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total	**5.100,31**			**533,56**	**533,56**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	3.990,34		3.990,34
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)	**3.990,34**		**3.990,34**

Emissão: 13/04/2018 11:37:44 Page 2 de 3
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.710.000,00	2.018.781,13	2.017.066,14	77,10%	2.017.036,38	77,25%	29,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	217.000,00	98.737,57	98.737,57	3,77%	98.737,57	3,78%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	109.000,00	96.343,70	96.343,70	3,68%	96.343,70	3,69%	
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	877,60	877,60	0,03%	877,60	0,03%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	710.000,00	405.197,88	403.265,88	15,41%	397.920,13	15,24%	5.345,75
TOTAL	**2.761.000,00**	**2.619.937,88**	**2.616.290,89**	**100,00%**	**2.610.915,38**	**100,00%**	**5.375,51**

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 13/04/2018 11:37:44 Page 3 de 3
Homolog

RREO ANEXO 03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.045.105,01	1.166.082,40	1.133.762,79	1.106.219,17	1.247.565,66	1.115.032,79	1.257.284,70	1.075.098,26	1.125.335,59	1.245.656,67	1.302.166,22	2.348.870,14	15.168.179,40	15.249.782,74
Receita Tributária	23.463,33	67.948,63	74.014,04	61.392,90	64.497,98	35.184,36	46.826,41	35.184,20	36.189,22	38.512,38	47.094,74	349.612,17	879.920,36	541.945,27
IPTU			4.967,23	8.750,80	4.853,59	486,01	390,11	102,35	577,99	813,88	1.602,79	484,14	23.028,89	43.079,70
ISS	2.596,80	10.846,28	6.409,67	14.552,66	5.199,64	5.670,85	9.096,74	10.190,74	4.181,86	11.182,72	7.044,08	12.758,86	99.730,90	97.053,33
ITBI	12.146,93	20.096,03	33.019,99	17.166,40	12.789,82	5.706,24	2.568,70	-212,85	6.493,96	3.246,31	15.019,78	315.147,30	443.188,61	164.232,81
IRRF	8.672,44	29.596,05	26.983,46	17.135,75	39.894,93	22.419,50	32.148,32	24.359,64	24.706,47	23.128,56	22.787,11	20.856,54	292.688,77	212.049,28
Outras Rec. Tributarias	47,16	7.410,27	2.633,69	3.787,29	1.760,00	901,76	2.622,54	744,32	228,94	140,91	640,98	365,33	21.283,19	25.530,15
Receita Contribuições														397.324,68
Receita Patrimonial	12.327,72	11.138,70	10.329,34	7.039,43	7.675,09	7.071,12	6.693,39	5.504,48	4.652,14	4.019,60	4.135,49	4.355,77	84.942,27	736.611,37
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	1.708,02	2.919,42	2.773,67	1.820,51	6.918,24	6.730,43	11.333,15	11.543,77	7.086,81	5.619,06	4.618,69	4.482,86	67.554,63	80.564,19
Transferências Correntes	1.007.605,94	1.079.813,22	1.042.066,47	1.034.131,58	1.166.380,57	1.065.661,20	1.191.357,30	1.012.676,09	1.077.347,05	1.196.843,45	1.245.631,62	1.989.917,65	14.109.432,14	13.484.326,28
Cota Parte do FPM	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	6.067.723,27	5.554.552,64
Cota Parte do ICMS	246.810,45	143.356,03	249.965,83	191.425,02	247.099,79	215.204,36	201.099,81	277.145,10	297.810,81	215.639,45	316.942,86	305.592,17	2.908.091,68	2.458.398,15
Cota Parte do IPVA	8.570,55	12.611,86	12.342,88	12.551,74	18.720,07	9.706,35	12.218,90	11.388,32	10.502,67	10.838,66	11.130,91	7.005,26	137.588,17	153.864,51
Cota Parte do ITR	46.565,39	3.476,71	35.093,46	8.517,00	9.574,79	4.544,70	4.573,10	10.691,28	21.136,00	238.945,02	74.698,28	66.195,55	524.011,28	236.326,93
Transf. LC 87/1966	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	1.009,54	12.114,48	12.703,64
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	82.620,96	85.911,74	55.010,49	88.051,62	93.127,01	78.166,03	74.529,63	95.122,34	62.180,04	80.373,17	74.093,88	240.893,87	1.110.080,78	1.070.451,10
Outras Transf. Correntes	91.255,97	153.313,28	262.912,79	219.642,61	215.014,22	220.743,61	483.738,93	147.581,57	290.286,33	203.045,30	307.993,25	754.294,62	3.349.822,48	3.998.029,31
Outras Receitas Correntes		4.262,43	4.579,27	1.834,75	2.093,78	385,68	1.074,45	10.189,72	60,37	662,18	685,68	501,69	26.330,00	9.010,95
DEDUÇÕES (II)	166.745,70	168.117,56	144.828,55	145.287,41	171.647,78	153.350,21	126.617,66	153.994,34	144.976,03	182.684,89	172.708,78	198.945,75	1.929.904,66	2.309.335,48
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														396.500,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	166.745,70	168.117,56	144.828,55	145.287,41	171.647,78	153.350,21	126.617,66	153.994,34	144.976,03	182.684,89	172.708,78	198.945,75	1.929.904,66	1.912.835,48
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	878.359,31	997.964,84	988.934,24	960.931,76	1.075.917,88	961.682,58	1.130.667,04	921.103,92	980.359,56	1.062.971,78	1.129.457,44	2.149.924,39	13.238.274,74	12.940.447,26

Emissão: 13/04/2018 11:32:18

Homologado

RREO ANEXO 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016				
2017	1.493.396,56	350.507,23	1.142.889,33	1.142.889,33
2018	1.564.244,14	376.388,57	1.187.855,57	2.330.744,90
2019	1.527.885,03	414.448,89	1.113.436,14	3.444.181,04
2020	1.589.111,74	488.249,94	1.100.861,80	4.545.042,84
2021	1.649.949,00	530.150,43	1.119.798,57	5.664.841,41
2022	1.767.464,62	616.097,58	1.151.367,04	6.816.208,45
2023	1.829.230,79	698.835,09	1.130.395,70	7.946.604,15
2024	1.896.092,57	738.055,72	1.158.036,85	9.104.641,00
2025	1.905.826,69	960.569,12	945.257,57	10.049.898,57
2026	1.947.410,56	1.032.200,06	915.210,50	10.965.109,07
2027	2.046.309,24	1.116.315,63	929.993,61	11.895.102,68
2028	2.065.944,63	1.245.867,16	820.077,47	12.715.180,15
2029	2.054.961,33	1.534.839,32	520.122,01	13.235.302,16
2030	2.026.711,60	1.762.488,21	264.223,39	13.499.525,55
2031	2.010.089,69	1.882.838,33	127.251,36	13.626.776,91
2032	2.079.862,55	2.085.374,90	-5.512,35	13.621.264,56
2033	2.024.461,78	2.309.408,62	-284.946,84	13.336.317,72
2034	1.966.505,14	2.458.741,13	-492.235,99	12.844.081,73
2035	1.871.491,56	2.759.262,97	-887.771,41	11.956.310,32
2036	1.791.268,83	2.841.842,89	-1.050.574,06	10.905.736,26
2037	1.647.284,97	2.991.302,13	-1.344.017,16	9.561.719,10
2038	1.479.984,05	3.257.334,11	-1.777.350,06	7.784.369,04
2039	1.331.191,55	3.387.458,49	-2.056.266,94	5.728.102,10
2040	1.149.913,41	3.585.396,13	-2.435.482,72	3.292.619,38
2041	931.681,47	3.808.737,17	-2.877.055,70	415.563,68
2042	775.752,44	3.874.827,11	-3.099.074,67	-2.683.510,99
2043	751.198,63	4.110.165,12	-3.358.966,49	-6.042.477,48
2044	753.063,25	4.174.873,68	-3.421.810,43	-9.464.287,91
2045	780.137,03	4.273.162,48	-3.493.025,45	-12.957.313,36
2046	813.843,56	4.225.698,27	-3.411.854,71	-16.369.168,07
2047	658.382,63	4.158.862,08	-3.500.479,45	-19.869.647,52
2048	684.059,77	4.093.291,52	-3.409.231,75	-23.278.879,27
2049	711.171,09	4.020.262,56	-3.309.091,47	-26.587.970,74
2050	739.792,33	3.939.470,30	-3.199.677,97	-29.787.648,71
2051	770.003,02	3.850.537,00	-3.080.533,98	-32.868.182,69
2052	570.067,88	3.746.605,02	-3.176.537,14	-36.044.719,83
2053	598.091,33	3.636.289,37	-3.038.198,04	-39.082.917,87
2054	627.809,01	3.521.281,82	-2.893.472,81	-41.976.390,68
2055	659.323,37	3.395.898,67	-2.736.575,30	-44.712.965,98
2056	692.743,08	3.262.473,19	-2.569.730,11	-47.282.696,09
2057	728.183,48	3.121.461,54	-2.393.278,06	-49.675.974,15
2058	765.764,52	2.973.594,31	-2.207.829,79	-51.883.803,94
2059	805.613,11	2.821.055,76	-2.015.442,65	-53.899.246,59
2060	847.866,13	2.664.907,21	-1.817.041,08	-55.716.287,67
2061	892.668,67	2.506.076,93	-1.613.408,26	-57.329.695,93
2062	940.174,73	2.345.444,30	-1.405.269,57	-58.734.965,50
2063	990.545,23	2.183.974,43	-1.193.429,20	-59.928.394,70
2064	1.043.950,56	2.022.495,33	-978.544,77	-60.906.939,47
2065	1.100.573,56	1.861.918,88	-761.345,32	-61.668.284,79
2066	1.160.608,16	1.703.164,31	-542.556,15	-62.210.840,94
2067	1.224.260,05	1.547.154,23	-322.894,18	-62.533.735,12
2068	1.291.745,01	1.394.890,97	-103.145,96	-62.636.881,08

Emissão: 13/04/2018 11:36:34 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

2069	1.363.291,54	1.247.220,75	116.070,79	-62.520.810,29
2070	1.439.144,09	1.105.050,98	334.093,11	-62.186.717,18
2071	1.519.561,88	969.273,67	550.288,21	-61.636.428,97
2072	1.604.819,82	840.760,45	764.059,37	-60.872.369,60
2073	1.695.207,04	720.436,70	974.770,34	-59.897.599,26
2074	1.791.029,85	609.045,57	1.181.984,28	-58.715.614,98
2075	1.892.615,14	507.359,35	1.385.255,79	-57.330.359,19
2076	2.000.309,50	416.125,79	1.584.183,71	-55.746.175,48
2077	2.114.480,45	336.082,23	1.778.398,22	-53.967.777,26
2078	2.235.515,35	267.738,73	1.967.776,62	-52.000.000,64
2079	2.363.824,57	211.324,93	2.152.499,64	-49.847.501,00
2080	2.499.845,33	166.945,92	2.332.899,41	-47.514.601,59
2081	2.644.041,16	134.397,17	2.509.643,99	-45.004.957,60
2082	2.796.903,52	112.969,82	2.683.933,70	-42.321.023,90
2083	2.958.951,18	101.262,48	2.857.688,70	-39.463.335,20
2084	3.130.733,82	96.655,69	3.034.078,13	-36.429.257,07
2085	3.312.836,27	95.616,52	3.217.219,75	-33.212.037,32
2086	3.505.878,56	95.345,96	3.410.532,60	-29.801.504,72
2087	3.710.518,04	95.093,20	3.615.424,84	-26.186.079,88
2088	3.927.449,31	94.898,86	3.832.550,45	-22.353.529,43
2089	4.157.408,45	94.693,03	4.062.715,42	-18.290.814,01
2090	4.401.177,88	94.474,35	4.306.703,53	-13.984.110,48
2091	4.659.587,03	94.240,95	4.565.346,08	-9.418.764,40

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 13/04/2018 11:36:34 Page 2 de 2

Homologado

RREO ANEXO 07

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	25.482,99	54.383,98	53.508,54		26.358,43	401.238,23	18.655,68	16.653,02	16.653,02	384.723,36	18.517,53	44.875,96
Executivo	25.482,99	54.383,98	53.508,54		26.358,43	401.238,23	18.655,68	16.653,02	16.653,02	384.723,36	18.517,53	44.875,96
GABINETE DO PREFEITO		3.080,00	3.080,00									
CONTROLADORIAS							300,00	300,00	300,00			
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	35,00	484,00	484,00		35,00		3.600,00	3.600,00	3.600,00			35,00
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA		673,54	673,54									
SECRET.MUN.DE INFRA-ESTRUTURA,URBAN.E OBR.PUBLICAS	17.196,49	27.347,03	27.347,03		17.196,49	394.314,13	3.002,57	1.000,00	1.000,00	379.756,94	16.559,76	33.756,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		3.780,00	3.630,00		150,00		3.550,09	3.550,00	3.550,00		0,09	150,09
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		379,38	283,94		95,44							95,44
SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV URBAN	1.376,26	962,86	962,86		1.376,26	976,08				976,08		1.376,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		2.379,36	2.379,36									
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	6.875,24	14.282,15	13.652,15		7.505,24	5.948,02	700,00	700,00	700,00	3.990,34	1.957,68	9.462,92
SECRETARIA MUN TURISMO, ESPORTE E LAZER		1.015,66	1.015,66				7.503,02	7.503,02	7.503,02			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		45.806,79	45.806,79									
Executivo		45.806,79	45.806,79									
CONTROLADORIAS		872,22	872,22									
ASSESSORIA JURIDICA		708,42	708,42									
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		7.006,44	7.006,44									
SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO E CULTURA		15.622,24	15.622,24									
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		3.262,16	3.262,16									
SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV URBAN		4.531,72	4.531,72									
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.895,50	1.895,50									
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		11.908,09	11.908,09									
TOTAL (III) = (I + II)	25.482,99	100.190,77	99.315,33		26.358,43	401.238,23	18.655,68	16.653,02	16.653,02	384.723,36	18.517,53	44.875,96

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO Emissão: 13/04/2018 às 11:35 Page 1 de 1

RREO ANEXO 05

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/OUT/2017 (b)	em 31/DEZ/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	196.567,51	363.043,27	333.658,83
DEDUÇÕES (II)	1.522.363,01	-20.129,37	1.604.005,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.648.036,77	1.117.958,65	1.761.727,97
Demais Haveres Financeiros		4.629,58	4.629,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.673,76	1.142.717,60	162.352,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.325.795,50	383.172,64	-1.270.346,54
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	196.567,51	363.043,27	333.658,83
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-1.522.363,01	20.129,37	-1.604.005,37

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.624.134,74	-81.642,36

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/OUT/2017 (b)	em 31/DEZ/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 13/04/2018 às 11:33 Page 1 de 1

Homologado

RGF ANEXO 07

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro à Dezembro / 2017

RGF – ANEXO 06 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	551,70	0,00	243,15	0,00
PREVIDENCIA MUNICIPAL	663,55	0,09	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA	35,00	20.435,88	0,00	16.719,40	0,00
SECRETARIA MUN TURISMO, ESPORTE E LAZER	0,00	622,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	67.650,91	88.630,32	16.559,76	6.918,10	0,00
SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV URBAN	1.376,26	5.482,06	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	5.836,79	0,00	648,48	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	150,00	9.927,77	0,09	12.137,82	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	95,44	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.505,24	4.507,23	1.957,68	5.375,51	0,00
TOTAL	77.476,40	135.993,84	18.517,53	42.042,46	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	8.716.212,19

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	7.505,24	81.734,88	7.132,65	5.375,51	0,00
000-Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	663,55	0,09	0,00	0,00	0,00
000-Recursos Ordinários	69.307,61	41.920,80	0,09	29.748,85	0,00
000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	0,00	1.435,40	0,00	0,00	0,00
000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	3.702,67	2.001,60	3.243,38	0,00
000-Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saud	0,00	0,00	1.424,12	0,00	0,00
000-Transferências de Convênios - Educação	0,00	7.200,00	7.959,07	3.674,72	0,00
TOTAL	77.476,40	135.993,84	18.517,53	42.042,46	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	8.716.212,19

Emissão: 13/04/2018 11:23:39

RREO ANEXO 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.113.735,89	13.174.989,93	13.039.355,71
Receitas Tributárias	535.689,20	885.552,74	601.938,32
IPTU	36.839,22	26.966,31	23.708,64
ISS	97.053,33	99.730,90	91.715,80
ITBI	164.232,81	444.766,83	262.553,35
IRRF	212.049,28	292.688,77	206.185,42
Outras Receitas Tributárias	25.514,56	21.399,93	17.775,11
Receitas de Contribuições	910.724,68		449,59
Receitas Previdenciárias	909.900,00		
Outras Receitas de Contribuições	824,68		449,59
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	736.611,37	84.942,27	140.068,06
(-) Aplicações Financeiras	736.611,37	84.942,27	140.068,06
Transferências Correntes	11.578.935,44	12.190.356,21	12.361.632,49
FPM	4.313.014,88	4.854.178,95	5.580.058,35
ICMS	1.867.678,78	2.326.271,72	2.201.932,33
Convênios	578.352,39	560.204,51	637.164,13
Outras Transferências Correntes	4.819.889,39	4.449.701,03	3.942.477,68
Demais Receitas Correntes	88.386,57	99.080,98	75.335,31
Dívida Ativa	4.683,33	14.549,37	7.423,86
Diversas Receitas Correntes	83.703,24	84.531,61	67.911,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.188.397,02	526.857,24	1.168.433,07
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	1.188.397,02	526.857,24	1.168.433,07
Convênios	528.054,17	520.857,24	656.453,07
Outras Transferências de Capital	660.342,85	6.000,00	511.980,00
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.188.397,02	526.857,24	1.168.433,07
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**14.302.132,91**	**13.701.847,17**	**14.207.788,78**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.343.585,34	11.963.573,46	11.728.895,41	11.921.531,00	11.719.745,32	42.042,46	9.150,09
Pessoal e Encargos Sociais	7.406.364,33	6.516.316,33	6.134.258,52	6.516.316,33	6.134.258,52		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	5.937.221,01	5.447.257,13	5.594.636,89	5.405.214,67	5.585.486,80	42.042,46	9.150,09
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.343.585,34	11.963.573,46	11.728.895,41	11.921.531,00	11.719.745,32	42.042,46	9.150,09
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.707.205,23	1.007.405,19	2.007.646,38	1.007.405,19	1.998.140,79		9.505,59
Investimentos	1.619.432,59	921.181,78	1.953.246,74	921.181,78	1.943.741,15		9.505,59
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	87.772,64	86.223,41	54.399,64	86.223,41	54.399,64		
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.619.432,59	921.181,78	1.953.246,74	921.181,78	1.943.741,15		9.505,59
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)	730.700,00						
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**15.693.717,93**	**12.884.755,24**	**13.682.142,15**	**12.842.712,78**	**13.663.486,47**	**42.042,46**	**18.655,68**

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-1.391.585,02**	**817.091,93**	**525.646,63**	**859.134,39**	**544.302,31**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 13/04/2018 às 11:34 Page 1 de 1

Homologado

RGF ANEXO 04

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.238.274,74	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%%

Fonte: MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

RGF ANEXO 05

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**10.276.305,77**	**8.168,79**	**94.073,04**	**18.517,44**	**57.577,13**	**10.097.969,37**	**12.293,61**	**0,00**
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.695.028,45	0,00	77.227,65	6.599,09	6.124,84	1.605.076,87	0,00	0,00
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	13.553,24	7.505,24	4.507,23	533,56	5.783,18	-4.775,97	5.375,51	0,00
0114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	-97.721,85	0,00	0,00	1.424,12	14.282,54	-113.428,51	0,00	0,00
0115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	25.393,50	0,00	3.702,67	2.001,60	0,00	19.689,23	3.243,38	0,00
0116000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	34.058,68	0,00	0,00	0,00	0,00	34.058,68	0,00	0,00
0118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	210.507,94	0,00	0,00	0,00	14.088,51	196.419,43	0,00	0,00
0119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	-19.360,96	0,00	0,00	0,00	17.259,05	-36.620,01	0,00	0,00
0122000000 - Transferências de Convênios - Educação	35.750,19	0,00	7.200,00	7.959,07	0,00	20.591,12	3.674,72	0,00
0124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	866.949,82	0,00	0,00	0,00	0,00	866.949,82	0,00	0,00
0129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	147.237,85	0,00	1.435,40	0,00	0,00	145.802,45	0,00	0,00
0130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	115.738,93	0,00	0,00	0,00	0,00	115.738,93	0,00	0,00
0150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	7.249.169,98	663,55	0,09	0,00	39,01	7.248.467,33	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**-1.265.407,78**	**69.307,61**	**41.920,80**	**0,09**	**5.120,90**	**-1.381.757,18**	**29.748,85**	**0,00**
0100000000 - Recursos Ordinários	-1.265.407,78	69.307,61	41.920,80	0,09	5.120,90	-1.381.757,18	29.748,85	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**9.010.897,99**	**77.476,40**	**135.993,84**	**18.517,53**	**62.698,03**	**8.716.212,19**	**42.042,46**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Emissão: 13/04/2018 11:16:22

Page 1 de 1
Homologado

RGF ANEXO 02

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
Interna	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.557.261,61	7.579.788,81	7.125.130,92	8.988.505,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.683.598,92	7.601.839,44	7.147.057,27	9.010.897,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	4.971,35	5.095,63	4.629,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	126.337,31	27.021,98	27.021,98	27.021,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.360.694,10	-7.395.939,22	-6.959.098,82	-8.654.846,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.164.468,79	13.109.030,86	13.101.177,73	13.238.274,74
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	1,49	1,40	1,27	2,52
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-55,91	-56,42	-53,12	-65,38
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
Previdênciárias	196.567,51	183.849,59	166.032,10	333.658,83
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	72.379,31	55.618,23	185.924,14	7.035,25
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	419.893,91	403.240,89	403.240,89	18.517,53
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IX)	5.185.579,66	5.185.579,66	5.185.579,66	6.232.032,77
Passivo Atuarial	5.185.579,66	5.185.579,66	5.185.579,66	6.232.032,77
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	5.185.579,66	5.185.579,66	5.185.579,66	6.232.032,77

Emissão: 13/04/2018 11:13:19 Page 1 de 1

Homologado

RGF ANEXO 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.339.774,69	
Pessoal Ativo	6.988.888,59	
Pessoal Inativo e Pensionistas	350.886,10	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.339.774,69	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		7.339.774,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.238.274,74	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.339.774,69	55,44 %
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	7.942.964,84	60,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)	6.791.234,94	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	7.148.668,36	54,00 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 13/04/2018 11:11:31 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO** Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/GP/2018

PORTARIA Nº 096/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 141 e 142 da Lei Municipal nº 432/90.

RESOLVE:

Aplicar a pena de Advertência a servidora, **EMANUELE JULIA CRISTINA DE CARVALHO PEDROSO**, ocupante do cargo em Comissão de Coordenadora do CREAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, por infringir os artigos acima citado.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

TERMO DE ADVERTENCIA

ADVERTENCIA PARA SERVIDOR MUNICIPAL

Nome: Matricula:

EMANUELE JULIA CRISTINA DE CARVALHO PEDROSO 5919

Cargo: Coordenadora do CREAS

Órgão Municipal:

Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger

Unidade Administrativa (Setor de Trabalho):

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social

Situação Funcional:

Comissionada – Admitida em 01/02/2017

Advertir a servidora conforme o relato na CI nº 231/2018 e por infringir os artigos 141e 142 da Lei Municipal 432/90.

_____

Santo Antonio de Leverger, 10/04/2018.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

Ciência:

Estou ciente da ocorrência que levou a sanção disciplinar aqui estabelecida, conforme a Portaria nº 096/GP/2018.

Data: 10/04/2018.

_____

VIVIANE PERES DIAS TAMBELLINI

Assinatura da Servidora

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101/GP/2018

PORTARIA Nº 101/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar o servidor DERCO DA SILVA, ocupante do cargo de Office-boy, lotado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, para responder pelo cargo em Comissão de Núcleo de Saneamento e Tratamento de Água, na Secretaria Municipal de Saneamento e Tratamento de Água, a partir de 10 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 11 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/GP/2018

PORTARIA Nº 100/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Municipal nº 1.131/GP/2014.

RESOLVE:

Remover a Servidora Efetiva, **ESTELA EDLAINE DE OLIVEIRA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer - Escola Municipal de Simoninha para a Escola Municipal de Educação Básica Cisne Azul, a partir de 11 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 11 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/GP/2018

PORTARIA Nº 098/GP/2018

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 173 e seguintes da Lei nº 432/90, de 17/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

Considerando o disposto da Portaria nº 108/GP/2015, de 16/12/2015 – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. – Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para averiguação de autoria e suposta irregularidade funcional cometida por servidor, no pleno exercício do seu cargo, com o fim de se comprovar a configuração ou não da infração e, de se esclarecer se há ou não responsabilização funcional a ser imputar ao infrator, tendo em vista a Representação de Natureza Interna sob o número 300020/2017 – TCE/MT, que trata-se de acúmulo de cargo atribuídas ao servidor efetivo

ARNALDO RAMÃO MEDINA, ocupante do cargo de Odontólogo, na Unidade Descentralizada de Reabilitação, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. – Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores, **JOSANEA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA**, que a presidirá, **ERENILDES DE OLIVEIRA LIMA** e **CLAUDINEI DA SILVA**, todos servidores efetivos estáveis, integrantes da Portaria Nº 108/GP/2015, que Criou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, alterada a composição pela Portaria nº 18/GP/2016.

Art. 3°. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Determinar o início imediato dos trabalhos, sendo que a Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem, para concluir a apuração dos fatos, em conformidade com o artigo 177, da Lei nº 432/90.

Art. 5°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 11 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/GP/2018

PORTARIA Nº 099/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 172 da Lei nº 432/90.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado o afastamento do Servidor efetivo **ARNALDO RAMÃO MEDINA**, Odontólogo, na Unidade Descentralizada de Reabilitação, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para apuração dos fatos, constante na Representação de Natureza Interna nº 300020/2017- TCE/MT.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 11 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 097/GP/2018

PORTARIA Nº 097/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **REGINA GREYCE DA SILVA PEREIRA**, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para responder pelo cargo em Comissão de Coordenadora de Enfermagem, com efeito, a partir de 05 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/GP/2018

PORTARIA Nº 095/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 141 e 142 da Lei Municipal nº 432/90.

RESOLVE:

Aplicar a pena de Advertência a servidora, **VIVIANE PERES DIAS TAMBELLINI**, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, por infringir os artigos acima citado.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

TERMO DE ADVERTENCIA

ADVERTENCIA PARA SERVIDOR MUNICIPAL

Nome: Matricula:

VIVIANE PERES DIAS TAMBELLINI 6247

Cargo: Assistente Social

Órgão Municipal:

Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger

Unidade Administrativa (Setor de Trabalho):

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social

Situação Funcional:

Efetiva – Admitida em 25/10/2017

Advertir a servidora conforme o relato na CI nº 231/2018 e por infringir os artigos 141e 142 da Lei Municipal 432/90.

_____

Santo Antonio de Leverger, 10/04/2018.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

Ciência:

Estou ciente da ocorrência que levou a sanção disciplinar aqui estabelecida, conforme a Portaria nº 095/GP/2018.

Data: 10/04/2018.

_____

VIVIANE PERES DIAS TAMBELLINI

Assinatura da Servidora

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/GP/2018

PORTARIA Nº 092/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **JOIRCY APARECIDA TAQUES**, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Baia São João, EMEB Claudio de Almeida / Lambari, EMEB Fazenda Airton de Paula, EMEB Cadete Adugo Kuiare e EMEB Piebaga, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/GP/2018

PORTARIA Nº 091/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora contratada **ELIANE BENEDITA PINTO BERALDI**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB José Maria da Costa / Sangradouro, EMEB Olho D’Água, EMEB Recanto do Laranjal, EMEB Maria de Arruda Muller, EMEB Gustavo Dutra e EMEB Córrego do Ouro, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/GP/2018

PORTARIA Nº 090/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **SANDRA MARIA PINTO DA SILVA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Água Branca, EMEB Boa Ventura, EMEB Gleba Resistência, EMEB Moquém, EMEB Vale Abençoado, EMEB Agrovila das Palmeiras, EMEB Pontal do Glória e EMEB Santana do Taquaral, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/GP/2018

PORTARIA Nº 089/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **FATIMA DIAS DA COSTA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Bartolomeu Gonçalves de Queiroz / Porto de Fora, EMEB Fazenda, EMEB Luiza Maria Pinto / Bocaiuval, EMEB Pantanalzinho, EMEB Mimoso, EMEB Mato Verde, EMEB Barreiro Grande e EMEB Brejinho, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/GP/2018

PORTARIA Nº 088/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **ISANIRA AMORIM PEREIRA RODRIGUES**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Barra do Aricá, EMEB Barranco Alto, EMEB Praia do Poço, EMEB Assentamento Nossa Senhora Aparecida, EMEB Barreirinho, EMEB Benjamina Maria de Amorim / Morro Grande, EMEB José Ferreira da Silva / Morrinho e EMEB Valo Verde, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/GP/2018

PORTARIA Nº 087/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva **ESTELA EDLAINE DE OLIVEIRA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Cisne Azul / Lixá, EMEB Pombinha Branca / Fronteira, EMEB Pingo de Ouro / Cohab Marechal Rondon, EMEB Lar Menino Jesus / Varginha e EMEB Antonio Ferreira da Silva Neto / Engenho Velho, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 05 de abril 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102/GP/2018

PORTARIA Nº 102/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 43/GP/2016 que designou o servidor efetivo FLAVIO FERREIRA DIAS DE OLIVEIRA, Guarda de Segurança, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para transportar os pacientes de hemodiálise, com deslocamento da Sede deste município até Cuiabá-MT, e o cumprimento da jornada de 40(quarenta) horas semanais, a partir de 13 de abril de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 13 de abril de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 283/2018. DE: 12 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. Jerônimo Lemes de Siqueira–Secretário de Agricultura Ass. Fund. Tur. M. Ambiente, adiantamento no valor de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente 02.10.01. 20.601.5012.2068.3390.30 – Material de Consumo R$ 240,00

02.10.01.20.601.5012.2068.3390.39 – Outros Serv.de Terc.– Pessoa Jur. R$ 400,00

A**rtigo 4º -**A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE ABRIL DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2018, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: VLADIMIR MENDES CHAVEIRO, Brasileiro, Convivente, Motorista, residente e domiciliado na Lote de Assentamento, nº 483 - Setor Embú - PA Máe Maria - CEP 78.670-000 - Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 556.908.311-15 e Identidade nº 1871608-976210-SESP-GO, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.249.177. 463-3, nascido no dia 13/09/1968

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 071/2018

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 11 de abril de 2018

VIGÊNCIA: 11 de abril de 2018 a 03 de janeiro de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 8 meses e 22 dias

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.372,88 (mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 744/2018 - DE 13 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre reajustes da tarifa de fornecimento de serviço de Água Potável e dá outras providencias.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÃMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE

SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -A Tarifa de fornecimento de serviço de água potável passa a vigorar com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 2º -A Tarifa de fornecimento de serviço de água potável tem como fato gerador a utilização efetiva dos serviços de abastecimento de água, colocados à disposição do contribuinte, em razão de sua solicitação e cadastramento junto ao órgão administrador do serviço.

§ 1º -O reajuste das Tarifas será feito anualmente, aplicando-se sobre o valor da Tarifa de água do ano anterior o percentual de correção do **INDICE INFLACIONARIO** acumulado no último ano, com reajuste no mês de janeiro de cada ano, por Decreto Municipal.

§ 2º -Caso necessário, para equilíbrio dos custos do fornecimento do serviço, as Tarifas de água poderão sofrer reajuste acima da correção disposta no parágrafo anterior, por decreto municipal, com a devida justificativa e o demonstrativo dos custos adicionais.

Art. 3º- Ficam revogados expressamente os artigos 17º, e o parágrafo 2º da Lei n.º 484/2011, de 08 de abril de 2011.

Art. 4º -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 13 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

ANEXO I

TARIFAS DE ÁGUA

Faixa de Consumo Valores Tarifários por categoria

Categoria "A" - *Residencial e sem Limitador de Consumo*			
Faixa	**Unidade**	**Tarifa Água-R$**	**Tarifa Esgoto 50%-R$**
0 a 15	**m³**	**21,00**	**10,50**
Acima de 15	**m³**	**1,00 p/ m³**	**0,75 p/ m³**

Categoria "B" - *Comercial / Pública e Industrial*			
Faixa	**Unidade**	**Tarifa Água-R$**	**Tarifa Esgoto 50%-R$**
0 a 15	**m³**	**42,00**	**22,50**
Acima de 15	**m³**	**1,50 p/ m³**	**1,35 p/ m³**

Categoria "C" – Rural		
Faixa	**Unidade**	**Tarifa Água – R$**
0 a 15	**m³**	**40,00**
Acima de 15	**m³**	**2,00 p/ m³**

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 020/2018 - DE 09 DE ABRIL DE 2018

Fixa tabela com taxas para diversos serviços no Cemitério Publico Municipal de acordo com a Lei 534/2012, Anexo XII, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, mas especificamente o Código Tributário - Lei 534/2012 de 14 de Dezembro de 2012, Anexo XII.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Os preços públicos e tarifas a serem cobrados pelo Município, pela utilização de serviços e atividades no Cemitério Público Municipal Ambrosina Maria de Souza, passarão a ser os constantes da tabela a seguir acrescidos da taxa de R$ 3,90 para emissão da guia :

SERVIÇOS PREÇO R$

AFORAMENTO PERPÉTUO

(por sepultura)

R$ 219,45

INUMAÇÃO R$ 76,81

ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO (por lote) R$ 43,88

EXUMAÇÃO ANTES DE 05 (CINCO) ANOS R$ 131,66

EXUMAÇÃO APÓS 05 (CINCO) ANOS R$ 87,78

ENTRADA DE OSSADA NO CEMITÉRIO R$ 54,86

RETIRADA DE OSSADA NO CEMITÉRIO R$ 54,86

REMOÇÃO DE OSSADA NO CEMITÉRIO R$ 54,86

ARTIGO 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 09 DE ABRIL DE 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 747/2018 - DE 17 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de **R$. 149.980,00** (cento e quarenta e nove mil e novecentos e oitenta reais), inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 736/2017, de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, na dotação abaixo descrita:

03.160 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103019110.1169 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE– EMENDA PARLAMENTAR

449052000000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 149.980,00

Fr: **Convênio Governo Federal.**

TOTAL R$. 149.980,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recurso proveniente da Proposta: 11345.366000/1160-01 do **Ministério da Saúde**; com Recurso de **Emenda Parlamentar nº 28250003** – R$. 149.980,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos e oitenta reais) – **SÁGUAS MORAES**; de acordo com o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a inserir no Anexo I da Lei n°. 731/2017 do Plano Plurianual; Lei n°. 718/2017 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 736/2017 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, o **PROJETO: 1169 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE– EMENDA PARLAMENTAR.**

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrario.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 17 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 745/2018 - DE 13 DE ABRIL DE 2018

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A MANTER CONTA CORRENTE DE DEPÓSITOS NA COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 161/2018.

PAULO ALVES DE PAULA, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E A MESA SANCIONA E PROMULGA O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

Art. 1° - Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir e movimentar conta corrente e aplicações financeiras, na Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Mato Grosso – SICREDI Sul – MT, única instituição financeira instalada no município, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como com ela celebrar convênio para arrecadação de tributos municipais e pagamento de pessoal.

Parágrafo Único – a movimentação em conta corrente e aplicação compreende: pagamentos, transferências, aplicação, ordem bancária, ted, doc, borderô, talão de cheques, pagamentos de boleto, movimentação online via web.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 13 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 746/2018 - DE 17 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV **-** controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V **-** prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição

de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I **-** de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

II **-** de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

III **-** de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I **–** universalização;

II **-** integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III **-** abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV **-** disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V **-** adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI **-** articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII **-** adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X **-** utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI **-** transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII **-** controle social;

XIII **-** segurança, qualidade e regularidade;

XIV **–** subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I **-** priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II **-** proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III **-** assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV **-** incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V **-** promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI **-** minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao

alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas,

conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII **-** promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII **-** fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX **-** contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I **-** valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamen-

to básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO Seção I Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; **V -** Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornarse-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-seá com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I **-** elaborar e aprovar seu regimento interno;

II **-** dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III **-** opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV **-** deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI **-** deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII **-** acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII **-** apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX **-** Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I **-** dos titulares dos serviços;

II **-** de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III **-** dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV **-** dos usuários de serviços de saneamento básico;

V **-** de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO POVO-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I **-** convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II **-** solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III **-** firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I **-** repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II **-** Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III **-** valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV **-** valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V **-** doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28. O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I **-** coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II **-** disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III **-** permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet. **§ 2º** O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO Seção I Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I **-** de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II **-** por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo

licitatório;

III **-** por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV **-** por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II **-** a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III **-** a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV **-** a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I **-** a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II **-** inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III **-** as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV **-** as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V **-** mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI **-** as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I **-** as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II **-** as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III **-** a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV **-** os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V **-** o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um

Município;

VI **-** a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I **-** as atividades ou insumos contratados;

II **-** as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III **-** o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV **-** os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V **-** as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI **-** as condições e garantias de pagamento;

VII **-** os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII **-** as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX **-** as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X **-** a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I **-** a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II **-** o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III **-** a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV **-** o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V **-** ao ambiente salubre;

VI **-** o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII **-** a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII **-** o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I **-** o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II **-** o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações

hidrossanitárias da edificação;

III **-** a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV **-** o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V **-** primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI **-** colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII **-** participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I **-** um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II **-** uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III **-** compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de

eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; **VIII -** incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos

distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio; **IV -** tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I **-** situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II **-** necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III **-** negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV **-** manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V **-** inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da

Constituição Federal, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8. 987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I **-** por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração

Pública;

II **-** por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da

Constituição Federal;

III **-** por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I **-** estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II **-** garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III **-** prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV **-** definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; **V -** definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I **-** padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II **-** requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III **-** as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV **-** regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V **-** medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI **-** monitoramento dos custos;

VII **-** avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII **-** plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX **-** subsídios tarifários e não tarifários;

X **-** padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI **-** medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários

e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I **-** amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II **-** prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III **-** acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV **-** acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 17 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 018/2018 - DE 10 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre nomear para o cargo comissionado de ASSESSORA JURÍRICA do Município de São José do Povo - MT, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º-Nomear a Srª ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº 593.478.991-00, portadora do RG nº503 517 - SSP/MT, OAB-MT 5183, para o cargo de ASSESSORA JURÍRICA desta Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT e receber seus proventos através da Lei nº514/12 de 09 de Abril de 2012.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 10 de Abril de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N º 008/2018. RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São José do Rio Claro/MT**, através do Prefeito Municipal Sr. Valdomiro Lachovicz, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no processo para **Locação de 01 (um) imóvel, medindo aproximadamente 1.055,18 m², em área construída, divididos em salas num terreno de aproximadamente 4.245 m², com todos os equipamentos hospitalar.** Localizado na **quadra n°32-A naRua São Jorge no perímetro urbano no Município de São José do Rio Claro – MT.,** do Senhor **Vinicios José do Nascimento,** portador do CPF N.º 355.241. 389-87e RG n.º **2.074.062 - PR**. Sendo que a escolha do imóvel objeto acima identificado, deu-se em razão das características, localização e do estado de conservação das instalações onde estava instalado o Hospital Rio Medica, tendo em vista a necessidade de instalação e funcionamento do Pronto Atendimento Municipal, o custo de locação será pago sobre o valor de **R$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais)** mensais, pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo um montante de **R$ 828.000,00 (Oitocentos e vinte e oito mil reais)**, após a solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, preceituada no artigo 24, Inciso X *da Lei nº 8.666/93,* **RATIFICA** a

justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro/MT, 17 de abril de 2018. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 066/2018

PORTARIA Nº. 066/2018

São Jose do Xingu, 12 de abril 2018.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA SAÚDE PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL HILDA MARTINS DA SILVEIRA.

CONSIDERANDO a apresentação, por parte e iniciativa da servidora pública municipal HILDA MARTINS DA SILVIERA matrícula funcional nº 0126, portadora do CPF nº 778.658.981.34, efetiva no cargo de PROFESSORA, de **ATESTADO MÉDICO**, firmado pelo Doutor Felipe Machado Tostes, CRM 9376-MT, que impossibilita a servidora acima ao exercício de suas funções laborais por 15(quinze) dias a partir de 01 de março de 2018.

CONSIDERANDO a Legislação pertinente que preceitua o pagamento dos primeiros quinze dias de afastamento pelo empregador e a partir do 16º dia pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);

CONSIDERANDO o agendamento da **PERÍCIA INICIAL**, por parte do INSS, para o dia **26 de março de 2018, às 07:00h,** na sede do órgão na cidade de Confresa-MT, tendo recebido o benefício pretendido o **nº 6224361022**.

CONSIDERANDO agendamento remarcado da PERICIA INICIAL, por parte do INSS, para o dia 09 de abril de 2018 as 07:00, na sede do órgão, na cidade de Confresa-MT, que novamente remarcado para o dia **30 de abril de 2018 as 07:00** na cidade de Confresa-MT.

CONSIDERANDO a necessidade de se respaldar juridicamente os direitos do servidor e da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, públicos municipais, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a LICENÇA SAÚDE para a Servidora HILDA MARTINS DA SILVIERA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Professora, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01 de abril de 2018 a 30 de abril de 2018, quando, após a realização da PERÍCIA INICIAL, a depender de seu resultado, nova documentação jurídica há de ser expedida.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, *retroagindo seus afeitos partir de 01 de abril do corrente*, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 12 de abril de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se

EDITAL CONVOCAÇÃO 26-2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2018

São Jose do Xingu-MT, 13 de Abril de 2018

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE

DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004 e a Lei Municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 17 (terça-feira) de Abril de 2018, no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário das 07:00h às 13:00h para assumir suas funções, apresentando a documentação constante neste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direito e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (sexo masculino);

e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação;

j) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral, conforme preceitua a lei específica para cada cargo.

1ª FASE:

k) Apresentar cópias autenticadas com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral com o comprovante da última votação, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos (se tiver), Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, Carteira de Reservista (somente para homens até 45 anos), Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Comprovante de endereço;

n) Certidão Negativa de Débito Municipal;

o) Certidão Negativa Cíveis e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

p) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

q) Declaração de Bens Patrimoniais.

r) 1 – Foto 3x4

s) Certificado Militar (se Homem)

t) Conta Bancaria Banco do Brasil

u) Exame de admissão, assinado por profissional da área de medicina do trabalho.

2ª FASE:

SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
662694	Juliana Valquiria Alves de Lira	**Psicoloca**	**1º**	***Secretaria M. de Gestão Social***

OBS: o não comparecimento do(a) convocado no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 13 de Abril de 2018.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

Prefeito Municipal

EDITAL CONVOCAÇÃO 25-2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2018

São Jose do Xingu-MT, 13 de Abril de 2018

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE

DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004 e a Lei Municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 16 (Segunda-feira) de Abril de 2018, no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário das 07:00h às 13:00h para assumir suas funções, apresentando a documentação constante neste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direito e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (sexo masculino);

e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação;

j) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral, conforme preceitua a lei específica para cada cargo.

1ª FASE:

k) Apresentar cópias autenticadas com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral com o comprovante da última votação, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos (se tiver), Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, Carteira de Reservista (somente para homens até 45 anos), Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Comprovante de endereço;

n) Certidão Negativa de Débito Municipal;

o) Certidão Negativa Cíveis e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

p) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

q) Declaração de Bens Patrimoniais.

r) 1 – Foto 3x4

s) Certificado Militar (se Homem)

t) Conta Bancaria Banco do Brasil

u) Exame de admissão, assinado por profissional da área de medicina do trabalho.

2ª FASE:

SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
664382	Gleicy Marques Pinheiro	**Assistente Social**	**1º**	***Secretaria M. de Gestão Social***

OBS: o não comparecimento do(a) convocado no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 13 de Abril de 2018.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 001/2018**, vem através deste convocar a candidata do referido certame a comparecer até o dia 18 de abril de 2018, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentar documentação exigida para devida contratação – conforme convocação a seguir:

Professor II - História

4º - Katiane Aparecida da Silva

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência da convocada, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 17 de abril de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
COMITÊ GESTOR DO PRÓ-FAMÍLIA

COMITÊ GESTOR DO PRÓ-FAMÍLIA

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT

ATA Nº 001/2018 DO COMITÊ GESTOR DO PRÓ-FAMÍLIA, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT.

Ao décimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizada na Rua Leon Denis, s-n.º Bairro Zeferino II, realizou-se a Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Pró-família, convocados pela Secretaria dos Conselhos Sra. Sandra Ferreira Brandão, contando com a participação dos membros: Simone Paula de Arruda Floreano e Renalto Ferreira Bina Junior representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social. Milts de Souza Ladeia e José Charupa Gomes representantes da Secretaria Municipal de Educação. Otaviano Azambuja Martins e João Timóteo Tavares representantes do Conselho Municipal de Assistência Social. José Senhorini Penachioni representante do Lions Clubs. A sessão foi aberta, após constatar quórum qualificado, que apresentou a pauta do dia: **Aprovação das famílias beneficiarias do Programa Pro-Família**. Em seguida O Diretor do Fundo Municipal de Assistência Social Renalto Ferreira Bina Junior, cumprimentou a todos e na sequência foi aberto para análise das famílias que foram excluídas Rosiane dos Reis, NIS 16553783013, motivo: Mudança de município e Claudinéia Prieto, NIS 1252860605, motivo: Fora do perfil (trabalhando). Que Atualizaram CAD ÚINICO, para Programa Estadual Pró-Família primeira etapa que são: Ana Paula dos Santos Morão NIS 20433817849, Ismara Rosa das Reves NIS 20111737456, Luciana Lima da Silva NIS 20111764445, Maria Rosa Pereira NIS 16360573866. E as novas famílias que serão comtemplada, a nova lista foi apresentada para o comitê e foi aprovada por unanimidade por este comitê gestor, onde o nome dessas famílias após aprovação do estado passa a fazer parte do Programa Pró-família, onde a mesma ficará no programa, sendo monitoradas e acompanhadas pelos profissionais, ficando assim a relação das famílias:

1. ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS
2. ALENISIO LOPES BARBOSA
3. APARECIDA MACENA FERNANDES
4. BERTOLINA REZENDE
5. BRANY TAMIRIS DOS SANTOS SOARES
6. CELINA BISPO ROCHA SANTANA
7. CIRLEIA PEREIRA NOVAES
8. CLAUDETE GONÇALVES DA SILVA
9. DAMIANA DA SILVA
10. DAYANE TIMOTI SILVA
11. EDILAINE CARVALHO MUNIZ DA SILVA
12. EDINEIA DIAS GENELHU ZANOTTI
13. ELENA MARIA DE JESUS BARBOSA
14. ELIANE MARIA DOS SANTOS
15. ELISANGELA DE SOUZA RODRIGUES
16. ELIZABETH MARQUES TEIXEIRA
17. ELZA MARIA BANDEIRA DE SOUZA
18. ELZENI DE FEITAS GOMES DA SILVA
19. ENI NESTOR DE JESUS
20. ESTELA RODRIGUES
21. EVA PRATA
22. FABIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
23. FABIANA FERREIRA BARBOSA
24. GLEICIELA ALVES MOREIRA
25. GREICIA ALVES DE SOUZA
26. JANETE APARECIDA DE SOUZA
27. JOANA LUCIA DA SILVA
28. JOVELINA ANDRADE DA SILVA
29. JUAREZ VERISSIMO DE LIMA
30. LUCIA SEBASTIANA DA SILVA CAMPOS
31. LUCIANE CESPERE CASSUPA
32. LUCIENE GUIDINI DA SILVA
33. LUCIMARA CELESTINO DE ARAUJO
34. LUCIMARA LINS STRAMBECK
35. MAGALI CAETANO
36. MARIA APARECIDA DO AMARAL DOS SANTOS
37. MARIA APARECIDA TELES
38. MARIA DAS GRAÇAS ALVES
39. MARIA DE FÁTIMA FAGUNDES
40. MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA
41. MARIA GUEVARA BIORK RIBEIRO
42. MARIA JOANA DOS SANTOS
43. MARIA JOSE CAETANO CAMPOS
44. MARIA MADALENA FLORIANO MARTINS
45. MARINEUZA DE LIMA CARVALHO
46. MARINEUZA RODRIGUES DE SOUZA
47. MARIZA BAPTISTA DOS REIS
48. MARIZETE CONCEIÇÃO PEREIRA DOS SANTOS
49. MARIZETE DA SILVA RODRIGUES
50. MARTA XAVIER DAS CHAGAS
51. OSVALDO SOUZA DA SILVA
52. PEDRO DA CRUZ

53. RAIMUNDO MEDEIROS DE ARAUJO

54. REGISLANE DA CONCEIÇÃO DA SILVA

55. ROSA BOSCATO

56. ROSELENI MARTINS DA SILVA

57. ROSENALVA PEDRINA DA SILVA

58. ROSIMAR DE MERIKE

59. ROSINEIDE FERREIRA

60. VANDERLEY PEREIRA DOS SANTOS

61. VANIR LEUDICE CHUÉ PINTO

62. ZENIRA APARECIDA CAMILO BERTOLIN

Não havendo mais nada a se tratar, fica registrado em ata que a próxima reunião acontecerá no dia 07 de maio de 2018, às 15:00 horas, no mesmo local. Sem mais, deu-se por encerrada a reunião a Presidente do Comitê Gestor do Pró-Família Simone Paula de Arruda Floreano, solicitou a mim Sandra Ferreira Brandão, que lavrasse a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, passando por aprovação dos conselheiros presentes, conforme anexo.

João Timóteo Tavares _____

José Charupa Gomes _____

José Senhorini Penachioni_____

Milts de Souza Ladeia_____

Otaviano Azambuja Martins _____

Renalto Ferreira Bina Junior _____

Sandra Ferreira Brandã_____

Simone Paula de Arruda Floreano _____

São José dos Quatro Marcos/MT, 16 de abril de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2018

Onde se lê:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018 - SMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15. 024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **MARCIA FERRARI DOS SANTOS MARIANO,** inscrita no CPF sob o nº 033.313.621-74, residente domiciliada na Rua Rosa Buarque, nº 96, Bairro Zeferino II, CEP 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficina de Pinturas e Bordados em Geral-PAIF Volante (CRAS). O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um Mil Cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 21 de Dezembro de 2018.

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15. 024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **MARCIA FERRARI DOS SANTOS MARIANO,** inscrita no CPF sob o nº 033.313.621-74, residente domiciliada na Rua Rosa Buarque, nº 96, Bairro Zeferino II, CEP 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficina de Pinturas e Bordados em Geral-PAIF Volante (CRAS). O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um Mil Cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 26 de Dezembro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2018

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018 - SMASEXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **Katiana Souza de Aquino Balbino,** inscrita no CPF sob o nº 027.121.841-06, residente domiciliada na Rua Cáceres, nº 1219, Bairro Jardim Popular, CEP 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficina de Pinturas e Bordados em Geral-PAIF (CRAS). O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 21 de Dezembro de 2018.

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15. 024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **Katiana Souza de Aquino Balbino,** inscrita no CPF sob o nº 027.121.841-06, residente domiciliada na Rua Cáceres, nº 1219, Bairro Jardim Popular, CEP 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficina de Pinturas e Bordados em Geral-PAIF (CRAS). O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 26 de Dezembro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2018

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018 - SMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **ALUANI VIEIRA DE FREITAS**, residentee domiciliada na Rua Niterói, nº s/n, Bairro Jardim Popular, portadora do CPF nº 048.386. 271-14, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficinas para as Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 21 de Dezembro de 2018.

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **ALUANI VIEIRA DE FREITAS**, residentee domiciliada na Rua Niterói, nº s/n, Bairro Jardim Popular, portadora do CPF nº 048.386. 271-14, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficinas para as Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 26 de Dezembro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018

ONDE SE LÊ:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018 - SMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15. 024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **Marinete Cristina da Silva,** brasileira, residentee domiciliada na Rua Dom Pedro, nº 385, Residencial Solares, portadora do CPF nº 959. 280.301-34, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Pessoa Idosa - SCFV. O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 21 de Dezembro de 2018.

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15. 024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **Marinete Cristina da Silva,** brasileira, residentee domiciliada na Rua Dom Pedro, nº 385, Residencial Solares, portadora do CPF nº 959. 280.301-34, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto do presente contrato: Monitora para Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Pessoa Idosa - SCFV. O valor global é de **R$ 10.732,50** (Dez mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), sendo em 09 (nove) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2018.

VIGÊNCIA: 26 de março de 2018 a 26 de Dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto: **"Registro de preço para contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços especializados em reparo de torno, solda, borracharia e funilaria dos veículos e maquinários da frota municipal",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **04 de maio de 2018 - 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW. saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 17 de Abril 2018. Fabiana Nunes Ruiz Silva Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 275/2018, PUBLICADO EM 17/04/ 2018

Onde se lê:

...correspondente ao valor de R$ 2.214,22 (Dois Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Vinte e Dois Centavos)...

Leia-se:

...correspondente ao valor de R$ 1.745,72 (Um Mil, Setecentos e Quarenta e Cinco Reais e Setenta e Dois Centavos)...

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO N. 12/2018/SAMAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2017/SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Assessoria Jurídica, torna público para conhecimento dos interessados, considerando o Aviso de Publicação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 12/2018/SAMAE**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA JUNTO AO DEPARTAMENTO OPERACIONAL DO SAMAE,** publicado no jornal Diário da AMM em 12/04/2018 folha n. 2.956. Resolve **RETIFICAR** o valor no seguinte aspecto: Onde se lê "R$ 236.700,00 (Duzentos e trinta e seis mil e setecentos reais),", leia-se: "R$ 284.200,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos reais).

Tangará da Serra/MT, 17 de abril de 2018.

Lucilo dos Santos Júnior

Assessor Jurídico do SAMAE

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 15/2018/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 15/2018/SAMAE

TIPO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 15/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/ 0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**ENGEMAC CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ n. 15.551.680/0001-09, localizada na Rua Comandante Costa, n. 2.063, sala 01, Centro Sul, Cuiabá – MT, CEP 78.020-400, representada pelo Sr. **ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIÁRIAS E HORAS MÁQUINAS PARA O SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002. R$ 1.807.250,00 (Um milhão, oitocentos e sete mil, duzentos e cinquenta mil reais).
PRAZO	

	Tangará da Serra-MT, 17 de abril de 2018, com prazo até 17 de abril de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERT. PP 022-2018 E 023-2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **30 DE ABRIL DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Global. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA PROMOVER A "FESTA DOS ESTADOS 2018" NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante do Edital.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 18 de Abril de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 17 de Abril de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **30 DE ABRIL DE 2018, às 14:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Global. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIAMENTO, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos **Anexos II e III, deste Edital.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 18 de Abril de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 17 de Abril de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 14/2018/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 14/2018/SAMAE

TIPO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 14/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**MWV TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA ME**, inscrita no CNPJ n. 12.939.813/0001-20, localizada na Rua das Sucupiras, n. 733-S, bairro Jardim dos Ipês, Tangará da Serra – MT, CEP 78.300-000, representada pelo Sr. **VALDECI SANTOS DE OLIVEIRA**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIÁRIAS E HORAS MÁQUINAS PARA O SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002. R$ 820.000,00 (Oitocentos e vinte reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 17 de abril de 2018, com prazo até 17 de abril de 2019.**

SAMAE
CONTRATO N. 13/2018/SAMAE

CONTRATO N. 13/2018/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 13/SAMAE/2018 – CONCORRÊNCIA N. 01/2018/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**ACOBETT INDÚSTRIA METÁLICA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n. 02.465.581/0001-62, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, n. 4.608, Coxipó da Ponte, Cuiabá – MT, CEP 78.085-000, representada pelo Sr. **CELSO BETT**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO APOIADO COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 3 MILHÕES DE LITROS, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$ 1.280.856,62 (Um milhão duzentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 17 de abril de 2018, com prazo até 17 de dezembro de 2018.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: REDESIGNA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE TRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ALIENAÇÃO POR INVESTIDURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, no uso das suas atribuições legais, torna público aos interessados que fica redesignada para o dia 04/05/2018, sexta-feira, as 14h00min., no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Nova do Norte, localizada na Avenida Clóves Felicio Vettorato, nº 206, Centro, para apresentação do edital de licitação e a minuta da dispensa a licitação para alienação por investidura de área as margens da BR-163. Na mesma data será disponibilizado o edital, a minuta e os anexos para a consulta pública, prevista no artigo 39 da Lei 8.666/93. A consulta e as sugestões poderão ser feitas no site da Prefeitura de Terra Nova do Norte, no endereço www.terranovadonorte.mt.gov.br.

Terra Nova do Norte - MT, 16 de Abril de 2018.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.382/2018

Ementa: "Autoriza o Município de Terra Nova do Norte a desafetar área do domínio público, autoriza remembramento, parcelamento e loteamento de área pública e dá outras providências".

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1o. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder à a desincorporação da categoria de bem público de uso comum do povo e transferir para categoria de bem dominical a seguinte área urbana abaixo descrita:

MEMORIAL DESCRITIVO

SITUAÇÃO ATUAL

1. SITUAÇÃO ATUAL: QUADRA Nº 04 – QUARTEIRÃO CENTRAL.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Largo da Prefeitura, Setor Central

Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	22.000,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	110,00m Avenida A
Lateral Direita	10,00m Área Verde 2/4
	15,00m Lote 02
	15,00m Lote 04
	15,00m Lote 06
	15,00m Lote 08
	15,00m Lote 10
	30,00m Área Verde 4/4
	15,00m Lote 12
	15,00m Lote 14
	15,00m Lote 16
	15,00m Lote 18
	15,00m Lote 20
	10,00m Área Verde 6/4
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 1/4
	15,00m Lote 01
	15,00m Lote 03
	15,00m Lote 05
	15,00m Lote 07
	15,00m Lote 09
	30,00m Área Verde 3/4
	15,00m Lote 11
	15,00m Lote 13
	15,00m Lote 15
	15,00m Lote 17
	15,00m Lote 19
	10,00m Área Verde 5/4
Fundos	110,00m Avenida B

2. SITUAÇÃO ATUAL: ÁREA VERDE 1/4.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	400,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	10,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Avenida A
Lateral esquerda	40,00m Lote 01 Quadra 04
Fundos	10,00m Largo da Prefeitura

3. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 01.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	10,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Área Verde 1/4
Lateral esquerda	40,00m Lote 03 Quadra 04
Fundos	10,00m Largo da Prefeitura

4. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 03.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 01 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 05 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

5. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 05.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 03 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 07 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

6. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 07.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 05 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 09 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

7. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 09.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 07 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Área Verde 3/4
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

8. SITUAÇÃO ATUAL: ÁREA VERDE 3/4.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	1.200,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	30,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 09 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 11 Quadra 04
Fundos	30,00m Largo da Prefeitura

Art. 2°. Fica autorizado o remembramento dos imóveis mencionados no artigo 1º, e posterior parcelamento das áreas a seguir citadas, de propriedade do Município de Terra Nova do Norte/MT, todas situadas no perímetro urbano deste Município, de acordo com os Projetos anexos, a ser denominado de “Loteamento Central II”, os quais são partes integrantes da presente Lei assim distribuídas:

SITUAÇÃO PRETENDIDA – REMEMBRAMENTO

9. SITUAÇÃO PRETENDIDA: QUADRA 04 REMEMBRADA.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quarteirão Central, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	26.600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	150,00m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	115,00m Travessa Ervino Ritter
	15,00m Lote 11

	15,00m Lote 13
	15,00m Lote 15
	15,00m Lote 17
	15,00m Lote 19
	10,00m Área Verde 5/4
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 2/4
	15,00m Lote 02 Quadra 04
	15,00m Lote 04 Quadra 04
	15,00m Lote 06 Quadra 04
	15,00m Lote 08 Quadra 04
	15,00m Lote 10 Quadra 04
	30,00m Área Verde 4/4
	15,00m Lote 12 Quadra 04
	15,00m Lote 14 Quadra 04
	15,00m Lote 16 Quadra 04
	15,00m Lote 18 Quadra 04
	15,00m Lote 20 Quadra 04
	10,00m Área Verde 6/4
Fundos	110,00m Avenida Doze de Abril
	40,00m Lote 11 Quadra 04

SITUAÇÃO PRETENDIDA – DESMEMBRAMENTO

QUADRA 04A

10. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 312,79 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Rua 01
Fundos	12,55m Rua 02

11. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 03 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

12. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 02 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

13. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

14. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 06 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

15. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 05 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

16. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 08 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

17. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 08 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 09 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 07 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

18. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 09 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 314,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,60m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral esquerda	25,00m Lote 08 Quadra 04A
Fundos	12,60m Rua 02

QUADRA 04B

20. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 312,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,50m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04B
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 2/4 Quadra 04
	15,00m Lote 02 Quadra 04
Fundos	12,50m Lote 03 Quadra 04B

21. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 312,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,50m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Rua 01
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04B
Fundos	12,50m Lote 03 Quadra 04B

22. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04B
Lateral esquerda	12,50m Lote 02 Quadra 04B
	12,50m Lote 01 Quadra 04B
Fundos	13,74m Lote 04 Quadra 04

23. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04B
Fundos	1,26m Lote 04 Quadra 04
	12,48m Lote 06 Quadra 04

24. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 06 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04B
Fundos	2,52m Lote 06 Quadra 04
	11,22m Lote 08 Quadra 04

25. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 05 Quadra 04B
Fundos	3,78m Lote 08 Quadra 04
	9,96m Lote 10 Quadra 04

26. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Rua 03
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04B
Fundos	5,04m Lote 10 Quadra 04
	8,70m Área Verde 4/4 Quadra 04

QUADRA 04C

27. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 02 Quadra 04C
Lateral esquerda	20,70m Lote 18 Quadra 04C
	7,66m Lote 17 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

28. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 03 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 01 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 13 Quadra 04C

29. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 04 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 02 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 12 Quadra 04C

30. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 05 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 03 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 11 Quadra 04C

31. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	14,19m Lote 06 Quadra 04C
	14,17m Lote 07 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 04 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 10 Quadra 04C

32. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,27 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,19m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Rua 03
Fundos	14,19m Lote 05 Quadra 04C

33. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,25 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 08 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 05 Quadra 04C

34. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 08 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,25 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 09 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Lote 07 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 10 Quadra 04C

35. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 09 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 353,77 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Rua 02
Lateral esquerda	25,00m Lote 08 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 10 Quadra 04C

36. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 10 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 11 Quadra 04C
Lateral esquerda	14,17m Lote 09 Quadra 04C
	14,17m Lote 08 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 05 Quadra 04C

37. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 11 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 12 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 10 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 04 Quadra 04C

38. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 12 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 13 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 11 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 03 Quadra 04C

39. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 13 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 14 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 12 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 02 Quadra 04C

40. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 14 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	12,00m Lote 15 Quadra 04C
	12,00m Lote 16 Quadra 04C
	04,34m Lote 17 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 13 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 01 Quadra 04C

41. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 15 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 335,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 16 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Rua 02
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

42. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 16 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 336,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 17 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Lote 15 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

43. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 17 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 336,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 18 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Lote 16 Quadra 04C
Fundos	7,66m Lote 01 Quadra 04C
	4,34m Lote 14 Quadra 04C

44. SITUAÇÃO PRETENDIDA: ÁREA VERDE - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 579,12 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	20,70m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Rua 03
Lateral esquerda	28,00m Lote 17 Quadra 04C
Fundos	20,70m Lote 01 Quadra 04C

QUADRA 04D

45. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 299,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Rua 03
Fundos	9,30m Área Verde 4/4 Quadra 04
	2,70m Lote 12 Quadra 04

46. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 03 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04D
Fundos	12,00m Lote 12 Quadra 04

47. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 02 Quadra 04D
Fundos	0,30m Lote 12 Quadra 04
	11,70m Lote 14 Quadra 04

48. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04D
Fundos	3,30m Lote 14 Quadra 04
	8,70m Lote 16 Quadra 04

49. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Área Verde Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04D
Fundos	6,30m Lote 16 Quadra 04
	5,70m Lote 18 Quadra 04

50. SITUAÇÃO PRETENDIDA: ÁREA VERDE - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 857,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	25,00m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	10,00m Área Verde 6/4 Quadra 04
	15,00m Lote 20 Quadra 04
	9,30m Lote 18 Quadra 04
Lateral esquerda	34,30m Rua 01
Fundos	25,00m Lote 05 Quadra 04D

QUADRA 04E

51. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 901,74 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	17,50m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	44,12m Lote 02 Quadra 04E
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 5/4 Quadra 04
	15,00m Lote 19 Quadra 04
	15,00m Lote 17 Quadra 04
	15,00m Lote 15 Quadra 04
	3,94m Lote 13 Quadra 04
Fundos	22,93m Área de Preservação Permanente do Córrego Central

52. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 942,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	17,50m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	29,29m Lote 03 Quadra 04E
Lateral esquerda	44,12m Lote 01 Quadra 04E
Fundos	22,93m Área de Preservação Permanente do Córrego Central

53. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 506,46 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	34,57m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	45,32m Área de Preservação Permanente do Córrego Central
Fundos	
Lateral esquerda	29,29m Lote 02 Quadra 04E

54. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.963,74 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	68,10m Rua 03
Lateral direita	89,25m Área de Preservação Permanente do Córrego Central
Fundos	
Lateral esquerda	57,69m Rua 01

55. SITUAÇÃO PRETENDIDA: CÓRREGO CENTRAL – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 3.240,20 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	44,90m Rua 03
Lateral direita	9,30m Travessa Ervino Ritter
	15,00m Lote 11 Quadra 04
	11,06m Lote 13 Quadra 04
Lateral esquerda	89,25m Lote 04 Quadra 04E
	36,61m Rua 01
Fundos	40,00m Lote 11 Quadra 04
	22,93m Lote 01 Quadra 04E
	22,93m Lote 02 Quadra 04E
	45,32m Lote 03 Quadra 04E
	3,42m Avenida Doze de Abril

RUAS

56. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 01.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 02, Rua 03, Avenida Doze de Abril e Avenida Norberto Schwantes – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 2.401,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Quadra 04A
	12,00m Rua 02
	56,70m Quadra 04C
	12,00m Rua 03
	57,69m Quadra 04E
	36,61m Córrego Central
Lateral esquerda	93,70m Quadra 04B
	12,00m Rua 03
	94,30m Quadra 04D
Fundos	12,00m Avenida Doze de Abril

57. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 02.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.357,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	113,00m Quadra 04A
Lateral esquerda	113,00m Quadra 04C
Fundos	12,00m Travessa Ervino Ritter

58. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 03 (TRECHO 1).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.357,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	113,00m Quadra 04C
Lateral esquerda	113,00m Quadra 04E
Fundos	12,00m Travessa Ervino Ritter

59. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 03 (TRECHO 2).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00

Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,96 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Quadra 04B
Fundos	12,00m Travessa São Paulo

Art. 3° - As áreas do "Loteamento Central II" aprovadas pela presente Lei fazem parte do Perímetro Urbano do Município de Terra Nova do Norte/ MT.

Art. 4° - É de responsabilidade do Poder Executivo o loteamento, a instalação da rede de água, abertura de ruas, bem como a instalação da rede de distribuição de energia nos lotes ora aprovados.

Parágrafo Único. A comercialização dos lotes só será permitida após o término das instalações referidas neste artigo, e após autorização legislativa.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANEXO I – MAPA E MEMORIAIS

MEMORIAL DESCRITIVO

SITUAÇÃO ATUAL

1. SITUAÇÃO ATUAL: QUADRA Nº 04 – QUARTEIRÃO CENTRAL.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Largo da Prefeitura, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 22.000,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	110,00m Avenida A
Lateral Direita	10,00m Área Verde 2/4
	15,00m Lote 02
	15,00m Lote 04
	15,00m Lote 06
	15,00m Lote 08
	15,00m Lote 10
	30,00m Área Verde 4/4
	15,00m Lote 12
	15,00m Lote 14
	15,00m Lote 16
	15,00m Lote 18
	15,00m Lote 20
	10,00m Área Verde 6/4
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 1/4
	15,00m Lote 01
	15,00m Lote 03
	15,00m Lote 05
	15,00m Lote 07
	15,00m Lote 09
	30,00m Área Verde 3/4
	15,00m Lote 11
	15,00m Lote 13
	15,00m Lote 15
	15,00m Lote 17
	15,00m Lote 19
	10,00m Área Verde 5/4
Fundos	110,00m Avenida B

2. SITUAÇÃO ATUAL: ÁREA VERDE 1/4.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 400,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	10,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Avenida A
Lateral esquerda	40,00m Lote 01 Quadra 04
Fundos	10,00m Largo da Prefeitura

3. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 01.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	10,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Área Verde 1/4
Lateral esquerda	40,00m Lote 03 Quadra 04
Fundos	10,00m Largo da Prefeitura

4. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 03.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 01 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 05 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

5. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 05.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 03 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 07 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

6. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 07.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 05 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 09 Quadra 04
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

7. SITUAÇÃO ATUAL: LOTE 09.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central

Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	15,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 07 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Área Verde 3/4
Fundos	15,00m Largo da Prefeitura

8. SITUAÇÃO ATUAL: ÁREA VERDE 3/4.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	1.200,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	30,00m Travessa D
Lateral direita	40,00m Lote 09 Quadra 04
Lateral esquerda	40,00m Lote 11 Quadra 04
Fundos	30,00m Largo da Prefeitura

SITUAÇÃO PRETENDIDA – REMEMBRAMENTO

9. SITUAÇÃO PRETENDIDA: QUADRA 04 REMEMBRADA.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quarteirão Central, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	26.600,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	150,00m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	115,00m Travessa Ervino Ritter
	15,00m Lote 11
	15,00m Lote 13
	15,00m Lote 15
	15,00m Lote 17
	15,00m Lote 19
	10,00m Área Verde 5/4
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 2/4
	15,00m Lote 02 Quadra 04
	15,00m Lote 04 Quadra 04
	15,00m Lote 06 Quadra 04
	15,00m Lote 08 Quadra 04
	15,00m Lote 10 Quadra 04
	30,00m Área Verde 4/4
	15,00m Lote 12 Quadra 04
	15,00m Lote 14 Quadra 04
	15,00m Lote 16 Quadra 04
	15,00m Lote 18 Quadra 04
	15,00m Lote 20 Quadra 04
	10,00m Área Verde 6/4
Fundos	110,00m Avenida Doze de Abril
	40,00m Lote 11 Quadra 04

SITUAÇÃO PRETENDIDA – DESMEMBRAMENTO

QUADRA 04A

10. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	312,79 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Rua 01
Fundos	12,55m Rua 02

11. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 03 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

12. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 02 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

13. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

14. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 06 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

15. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 05 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

16. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município:	Terra Nova do Norte – MT
Área:	313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 08 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

17. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 08 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 313,75 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,55m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 09 Quadra 04A
Lateral esquerda	25,00m Lote 07 Quadra 04A
Fundos	12,55m Rua 02

18. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 09 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04A, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 314,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,60m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral esquerda	25,00m Lote 08 Quadra 04A
Fundos	12,60m Rua 02

QUADRA 04B

20. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 312,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,50m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04B
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 2/4 Quadra 04
	15,00m Lote 02 Quadra 04
Fundos	12,50m Lote 03 Quadra 04B

21. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 312,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,50m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Rua 01
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04B
Fundos	12,50m Lote 03 Quadra 04B

22. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04B
Lateral esquerda	12,50m Lote 02 Quadra 04B
	12,50m Lote 01 Quadra 04B
Fundos	13,74m Lote 04 Quadra 04

23. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04B
Fundos	1,26m Lote 04 Quadra 04
	12,48m Lote 06 Quadra 04

24. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 06 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04B
Fundos	2,52m Lote 06 Quadra 04
	11,22m Lote 08 Quadra 04

25. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,50 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04B
Lateral esquerda	25,00m Lote 05 Quadra 04B
Fundos	3,78m Lote 08 Quadra 04
	9,96m Lote 10 Quadra 04

26. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04B, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 343,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	13,74m Rua 01
Lateral direita	25,00m Rua 03
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04B
Fundos	5,04m Lote 10 Quadra 04
	8,70m Área Verde 4/4 Quadra 04

QUADRA 04C

27. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 02 Quadra 04C
Lateral esquerda	20,70m Lote 18 Quadra 04C
	7,66m Lote 17 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

28. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 03 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 01 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 13 Quadra 04C

29. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 04 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 02 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 12 Quadra 04C

30. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	28,36m Lote 05 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 03 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 11 Quadra 04C

31. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 03
Lateral direita	14,19m Lote 06 Quadra 04C
	14,17m Lote 07 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,36m Lote 04 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 10 Quadra 04C

32. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 06 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,27 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,19m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 07 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Rua 03
Fundos	14,19m Lote 05 Quadra 04C

33. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 07 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,25 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 08 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Lote 06 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 05 Quadra 04C

34. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 08 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 354,25 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 09 Quadra 04C
Lateral esquerda	25,00m Lote 07 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 10 Quadra 04C

35. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 09 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 353,77 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	14,17m Rua 01
Lateral direita	25,00m Rua 02
Lateral esquerda	25,00m Lote 08 Quadra 04C
Fundos	14,17m Lote 10 Quadra 04C

36. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 10 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 11 Quadra 04C
Lateral esquerda	14,17m Lote 09 Quadra 04C
	14,17m Lote 08 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 05 Quadra 04C

37. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 11 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 12 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 10 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 04 Quadra 04C

38. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 12 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 13 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 11 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 03 Quadra 04C

39. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 13 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	28,34m Lote 14 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 12 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 02 Quadra 04C

40. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 14 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 340,08 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 02
Lateral direita	12,00m Lote 15 Quadra 04C
	12,00m Lote 16 Quadra 04C
	04,34m Lote 17 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,34m Lote 13 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 01 Quadra 04C

41. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 15 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 335,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 16 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Rua 02
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

42. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 16 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 336,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 17 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Lote 15 Quadra 04C
Fundos	12,00m Lote 14 Quadra 04C

43. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 17 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 336,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Lote 18 Quadra 04C
Lateral esquerda	28,00m Lote 16 Quadra 04C
Fundos	7,66m Lote 01 Quadra 04C
	4,34m Lote 14 Quadra 04C

44. SITUAÇÃO PRETENDIDA: ÁREA VERDE - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04C, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 579,12 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	20,70m Travessa Ervino Ritter
Lateral direita	28,00m Rua 03
Lateral esquerda	28,00m Lote 17 Quadra 04C
Fundos	20,70m Lote 01 Quadra 04C

QUADRA 04D

45. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 299,52 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 02 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Rua 03
Fundos	9,30m Área Verde 4/4 Quadra 04
	2,70m Lote 12 Quadra 04

46. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 03 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 01 Quadra 04D
Fundos	12,00m Lote 12 Quadra 04

47. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 04 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 02 Quadra 04D
Fundos	0,30m Lote 12 Quadra 04
	11,70m Lote 14 Quadra 04

48. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT

CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Lote 05 Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 03 Quadra 04D
Fundos	3,30m Lote 14 Quadra 04
	8,70m Lote 16 Quadra 04

49. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 05 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,00 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Área Verde Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Lote 04 Quadra 04D
Fundos	6,30m Lote 16 Quadra 04
	5,70m Lote 18 Quadra 04

50. SITUAÇÃO PRETENDIDA: ÁREA VERDE - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04D, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 857,02 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	25,00m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	10,00m Área Verde 6/4 Quadra 04
	15,00m Lote 20 Quadra 04
	9,30m Lote 18 Quadra 04
Lateral esquerda	34,30m Rua 01
Fundos	25,00m Lote 05 Quadra 04D

QUADRA 04E

51. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 01 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 901,74 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	17,50m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	44,12m Lote 02 Quadra 04E
Lateral esquerda	10,00m Área Verde 5/4 Quadra 04
	15,00m Lote 19 Quadra 04
	15,00m Lote 17 Quadra 04
	15,00m Lote 15 Quadra 04
	3,94m Lote 13 Quadra 04
Fundos	22,93m Área de Preservação Permanente do Córrego Central

52. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 02 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 942,32 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	17,50m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	29,29m Lote 03 Quadra 04E
Lateral esquerda	44,12m Lote 01 Quadra 04E
Fundos	22,93m Área de Preservação Permanente do Córrego Central

53. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 03 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 506,46 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	34,57m Avenida Doze de Abril
Lateral direita	45,32m Área de Preservação Permanente do Córrego Central
Fundos	
Lateral esquerda	29,29m Lote 02 Quadra 04E

54. SITUAÇÃO PRETENDIDA: LOTE 04 - DESMEMBRADO.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.963,74 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	68,10m Rua 03
Lateral direita	89,25m Área de Preservação Permanente do Córrego Central
Fundos	
Lateral esquerda	57,69m Rua 01

55. SITUAÇÃO PRETENDIDA: CÓRREGO CENTRAL – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Quadra 04E, Setor Central
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 3.240,20 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	44,90m Rua 03
Lateral direita	9,30m Travessa Ervino Ritter
	15,00m Lote 11 Quadra 04
	11,06m Lote 13 Quadra 04
Lateral esquerda	89,25m Lote 04 Quadra 04E
	36,61m Rua 01
Fundos	40,00m Lote 11 Quadra 04
	22,93m Lote 01 Quadra 04E
	22,93m Lote 02 Quadra 04E
	45,32m Lote 03 Quadra 04E
	3,42m Avenida Doze de Abril

RUAS

56. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 01.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 02, Rua 03, Avenida Doze de Abril e Avenida Norberto Schwantes – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 2.401,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Avenida Norberto Schwantes
Lateral direita	25,00m Quadra 04A
	12,00m Rua 02
	56,70m Quadra 04C
	12,00m Rua 03
	57,69m Quadra 04E
	36,61m Córrego Central
Lateral esquerda	93,70m Quadra 04B

	12,00m Rua 03
	94,30m Quadra 04D
Fundos	12,00m Avenida Doze de Abril

57. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 02.

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.357,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	113,00m Quadra 04A
Lateral esquerda	113,00m Quadra 04C
Fundos	12,00m Travessa Ervino Ritter

58. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 03 (TRECHO 1).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 1.357,92 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	113,00m Quadra 04C
Lateral esquerda	113,00m Quadra 04E
Fundos	12,00m Travessa Ervino Ritter

59. SITUAÇÃO PRETENDIDA: RUA 03 (TRECHO 2).

Proprietário:	Município de Terra Nova do Norte - MT
CNPJ:	01.978.212/0001-00
Endereço:	Acesso pelas Vias: Ruas 01 e Travessa Ervino Ritter – Setor Central.
Município: Área:	Terra Nova do Norte – MT 300,96 m²

CONFRONTAÇÕES:

Frente	12,00m Rua 01
Lateral direita	25,00m Quadra 04D
Lateral esquerda	25,00m Quadra 04B
Fundos	12,00m Travessa São Paulo

Terra Nova do Norte, MT. 05 de Março de 2018.

ANEXO II - MATRÍCULAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16-2018

Extrato de Contrato: **16/2018**
Contratantes: PMT/ POSTO TRADIÇÃO LTDA - ME
Objeto: Aquisição de Combustíveis, sendo: Óleo Diesel comum, Gasolina comum, Óleo diesel Aditivado e Etanol e Lubrificantes, conforme planilha integrante do contrato; para abastecimento e manutenção dos veículos das Secretarias diversas do município de Tesouro – MT
Vigência: 03 de abril de 2018 a 03 de abril de 2019
Valor Global: R$: 576.435,00
Data da Assinatura: 03/04/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 011/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL/MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2018, de 02/01/2018, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 011/2018, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais contratações com empresa especializada, de serviços de confecção e impressão de produtos gráficos diversos, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação.

Data de Expedição do Edital: 17/04/2018.

Data de abertura/julgamento: 30/04/2018.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 3540-1283, Email: licitação@uniaodosul.mt.gov.br – sítio oficial: www.uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul/MT, 17 de Abril de 2018.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2018

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO A M SANTANA- ME, INSCRITO NO CNPJ: 09.664.946/0001-27, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO ESGOTO COMO LIMPEZA E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS E MATERIAIS, DE BOMBAS E MOTOBOMBAS, REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO, LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ÁGUA E ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO SÃO DOMINGOS - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. **VALOR CONTRATO:** R$ 295.000,00 **DATA EMISSÃO:** 16/04/2018, **DATA VENCIMENTO: 16**/02/2018, **TIPO LICITAÇÃO:** PREGÃO PRESENCIAL 07/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO 01/2018- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO, com objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE LABORATÓRIO**. teve como “VENCEDORES”, as empresas **M. S. DIAGNOSTICO LTDA, inscrito no CNPJ: 00.970.175/0003-93, vencedora, dos ITENS, 1, 2, 3, 16, 18, 25, 44 E 45, no valor global de R$ 7.159,50, a empresa SALVI E LOPES E CIA LTDA, inscrito no CNPJ: 82.478.140/0001-34, vencedora, dos ITENS, 4, 5, 7, 12, 14, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 49, 50, 51, 52, 53 E 54, no valor global de R$ 3.508,62, e a empresa OBJETIVA PRODUTOS E SER-**

VIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA, inscrito no CNPJ: 05.895.525/0001-56, vencedora dos ITENS, 6, 9, 10, 11, 15, 17, 23, 26 E 43, no valor global de R$ 64.408,00 . Vale de São Domingos – MT, 27 de Março de 2018. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

LEI Nº 512/2018 DE 16 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO BEM COMO TRANSPOR E REMANEJAR RECURSOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos/MT, Estado de Mato Grosso, Srº. Geraldo Martins da Silva,no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de superávit financeiro, através de Decreto, até o limite dos valores apurados no balanço do exercício anterior, nos termos do Inciso I do § 1º e § 2º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros superavitários disponíveis.

Artigo 2º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do Inciso II do § 1º e § 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos/MT, 16 de Abril de 2018.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA LEANDRO LANZA EIRELI (DROGA CHARLES)

Data da Notificação: 21/11/2017

Data da Decisão: 09/04/2018

CPF/CNPJ nº: 97.523.064/0001-09

Processo nº: 509560/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 09 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

RESOLUÇÃO Nº 02/2018 CONCIDADE

Dispõe sobre a recomendação do Conselho da Cidade pela aprovação do empreendimento **Residencial Via Sul 01**, e dá outras providências.

O CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE - CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei 4.151/2.016; e

CONSIDERANDO o parecer técnico apresentado pelo Conselheiro relator Vanor Oliveira Arantes e pela Câmara Técnica do CONCIDADE composta pelos Conselheiros Domingos Sávio Bruno da Silva, João Nobres Neto, Raquel de Oliveira Corrêa e Adauto Cesar de Almeida Tuim.

DELIBERA:

Art. 1º Fica recomendado que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que APROVE o empreendimento **Residencial Via Sul 01**, nos termos do EIV/RIV apresentado.

Parágrafo único: A recomendação pela aprovação fica condicionada ao cumprimento integral das recomendações dos pareceres técnicos da SMDUET e da SMMADRS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande - MT, 17 de abril de 2.018.

OSMAR MILAN CAPILÉ

Presidente em exercício

Vice-Presidente do Conselho

Thiago Coelho da Cunha

Procuradoria Geral do Município

Waldisney Moreno Costa

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Fernando da Silva Sé

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

Cintia da Silva Serrano

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Paulo Roberto Ferreira

Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande

Carlos Garcia de Almeida

Câmara Municipal de Várzea Grande

Domingos Sávio Bruno da Silva

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

Raquel de Oliveira Corrêa

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Wilma Felfili

ONG - Nossa Terra Nossa Gente

Manoel Gomes Coelho

Sindicato das Empresas Compra-venda-locação de imóveis –SECOVI

Vanor Oliveira Arantes

Associação Brasileira de Engenheiros Civis – ABENC

Rosana Fátima de Arruda

Instituto de Mulher Negras - IMUNE

PARECER TÉCNICO DO CONCIDADE

Residencial Via Sul 01

I. Objetivo:

Trata-se da análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) do empreendimento denominado Residencial Via Sul 1.

II. Informações Gerais do Empreendimento

II.IIdentificação e Qualificação do Empreendedor

Razão Social: VIA SUL ENGENHARIA CNPJ: 08.107.711/0001-71

Tipo do Empreendimento: Condomínio de Prédios Residenciais

Endereço: Avenida Aleixo Ramos da Conceição (Antiga Rua da Guarita) , Bairro Jardim Panorama, Várzea Grande – MT.

Profissional: Lucas Coelho de Almeida, Arquiteto e Urbanista, CAU A50982-5.

III. Dados do Empreendimento

Trata-se de um empreendimento a ser edificado cuja categoria de uso/tipologia se refere a condomínio horizontal, denominado "**Residencial Via Sul 1**", localizado na Avenida Aleixo Ramos da Conceição , Bairro Jardim Panorama, no município de Várzea Grande, com as seguintes características:

Ø Lote: Área de 29.254,00 m²; Ø Distribuição Geral: Constituído com 28 (vinte e oito) Torres, sendo 27(vinte e sete) torres com 04(quatro) Pavimentos (térreo mais três andares) e 01(um) torre com 05 (cinco) pavimentos (térreo mais quatro andares); Ø Unidades Habitacionais: 452 (quatrocentos e cinquenta e duas) unidades – sendo 04 (quatro)unidades por pavimento, num total de 16 (dezesseis) unidades para cada torre; Ø Vagas de Estacionamento: 452 (quatrocentos e cinquenta e duas) vagas para moradores e 07(sete) vagas para visitantes.

IV. Parecer Técnico da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo (SMDUET)

Considerando o Parecer Técnico daSecretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo (SMDUET), concernente ao empreendimento denominado Residencial Via Sul 1, emitido na data de 27 de fevereiro de 2018 e assinado pelos arquitetos:

Ø José Antônio da Silva, CAU - A 107066-5; Ø José Roberto Amaral Castro Pinto, CAU - A 10745-0.

O Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo recomendou após análise o **DEFERIMENTO** deste Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV).

V. Parecer Técnico da Secretária Municipal Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRES)

Considerando o Parecer Técnico nº 1890/CGMA/2018 da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRES),do empreendimento denominado Residencial Via Sul 1, emitido na data de 27 de março de 2018 e assinado pelos profissionais:

Ø Engenheira Patrícia da Silva, CREA 121517831-0;

Ø Geóloga Aryelle Lima de Morães; CREA MT 031034/D.

O Parecer Técnico emitido pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRES), recomendou após análise o **DEFERIMENTO** deste Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV).

VI. Caracterização Física da Área e Estudo Hidrogeológico do Local de Empreendimento elaborado pelo Empreendedor

Considerando o estudo realizado pela empresa JC Consultoria e Projetos Agroambientais Ltda, com os seguintes profissionais:

Ø Geóloga Valdenice Ferreira da Silva, CREA - 120497630-9, ART nº 2880521;

Ø Engenheiro João Lucas Alonso, CREA - 120272650-0, ART nº 2882375;

Ø Geólogo José Roberto Ribeira, CREA - 160417996-1, ART nº 2875263 (Empresa Geoeste)

O estudo elaborado pelo empreendedor veio atender os questionamentos apontados pela Câmara Técnica do CONCIDADE.

VII. Questionamentos da Câmara Técnica do CONCIDADE em Relação ao Empreendimento Via Sul 1

Questionamento 01:

A Câmara Técnica em vistoria constatou presença de construção de concreto para drenagem pluvial em local que apresenta sinais característicos de área de inundação, em local onde sugere que houve supressão de vegetação, movimentação de terra em área de preservação permanente, situado nas coordenadas (P1 15º 38' 16,57" S, 56º 08' 14,64" W), e (P2 15º 38' 15,41" S, 56º 08' 13,51" W) . Considerando o fato, requer a apresentação das devidas licenças para a supressão e movimentação de terra.

Resposta 01:

O empreendedor informou no Relatório de Estudo de Caracterização Física da Área que a Construção da Galeria de Drenagem Pluvial foi construída pela **SECOPA em**

2014 , página 8 do relatório. Não apresentaram as licenças para movimentação de terra e a supressão.

Questionamento 02:

A Câmara Técnica solicitou a locação da galeria de águas pluviais na Planta de Localização do empreendimento na escala 1:500 para verificação de interferência da mesma.

Resposta 02:

O empreendedor locou a galeria de drenagem de águas pluviais na Planta de Locação do Empreendimento na escala indicada e constatou a interferência da mesma com a edificação, como medida mitigadora o empreendedor apresentou novo projeto para o traçado desta galeria, corrigindo a interferência e facilitando o acesso de equipamentos para as possíveis manutenções pelo poder público.

Observação:

Está galeria de água pluvial é responsável pelo escoamento da Avenida Aleixo Ramos da Conceição (Antiga Rua da Guarita).

Questionamento 03:

A Câmara Técnica solicitou a locação de nascentes existentes nesta área.

Resposta 03:

O empreendedor através da empresa JC Consultoria e Projetos Agroambientais não localizou nenhuma nascente na área do empreendimento Via Sul 1, conforme página nº 22 do Relatório.

A nascente (olho d'água) foi localizada na área do empreendimento Via Sul 2, fora da área do empreendimento a ser licenciado.

VIII. Conclusão da Câmara Técnica do CONCIDADE

Considerando a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) do empreendimento denominado Residencial Via Sul 1 dos pareceres das Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo (SMDUET) e da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRES) ambos favoráveis ao empreendimento Via Sul 1;

Considerando sobremaneira o atendimento aos questionamentos apresentados Câmara Técnica do CONCIDADE;

A Câmara Técnica do CONCIDADE é favorável ao **DEFERIMENTO** do Empreendimento Via Sul 1 desde que atenda ao seguinte condicionante:

Ø O Empreendedor deverá elaborar um projeto de acesso ao empreendimento projetando uma faixa de aceleração/desaceleração para o tráfego

de veículos. O projeto deverá ser encaminhado para a aprovação na Prefeitura Municipal.

Várzea Grande - MT, 17 de abril de 2018

.....

Vanor Oliveira Arantes

Engenheiro Civil

CREA MT - 06262/D

Relator

Câmara Técnica do CONCIDADE

---------- ----------

Domingos Sávio Bruno da Silva João Nobres Neto

Engenheiro Florestal Engenheiro Civil

CREA RN - 120119717-1 CREA MT - 06820/D

Conselheiro Conselheiro

---------- ----------

Raquel de Oliveira Corrêa Adauto Cesar de Almeida Tuim

Advogada Advogado

OAB MT - OAB - MT

Conselheira Conselheiro

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): BENEDITO GONÇALO DE CAMPOS- (FEIRA)

Data da Notificação: 2/08/2017

Data da Decisão: 13/04/2018

CPF/CNPJ nº: 460.240.421-91

Processo nº: 513311

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 13 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): FÁBIO PERES LOCATELLI & CIA LTDA – ME (DROGA SUPER)

Data da Notificação: 20/06/2017

Data da Decisão: 06/04/2018

CPF/CNPJ nº: 10.404.780/0001-99

Processo nº: 509628/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 06 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): AGNER LUIZ P. DE O. SOARES – ME (DROGARIA BOM PREÇO)

Data da Notificação: 04/05/2017

Data da Decisão: 06/04/2018

CPF/CNPJ nº: 07.906.187/0001-36

Processo nº: 509623/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 06 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA SP LTDA – ME (DROGARIA SP)

Data da Notificação: 12/06/2017

Data da Decisão: 06/04/2018

CPF/CNPJ nº: 25.080.766/0001-54

Processo nº: 509658/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 06 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA WAGNER LTDA – ME (DROGARIA WAGNER)

Data da Notificação: 20/07/2017

Data da Decisão: 04/04/2018

CPF/CNPJ nº: 13.492.879/0001-44

Processo nº: 509665/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 04 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): FERNANDO LUIZ MANOEL & CIA LTDA – ME (FARMÁCIA BEM POPULAR)

Data da Notificação: 13/06/2017

Data da Decisão: 05/04/2018

CPF/CNPJ nº: 19.681.671/0001-48

Processo nº: 509553/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 05 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (LÉO BAR E RESTAURANTE)

Data da Notificação: 15/02/2018

Data da Decisão: 05/04/2018

CPF/CNPJ nº: 26.847.951-94

Processo nº: 512418/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 100 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 05 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): MARINGÁ PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI – ME (MARINGÁ PRODUTOS ALIMENTÍCIOS)

Data da Notificação: 26/12/2017

Data da Decisão: 11/04/2018

CPF/CNPJ nº: 24.597.492/0001-02

Processo nº: 505889/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 11 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

ATO Nº. 153/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo N.513826/2018;

R E S O L V E:

NOMEAR Conceição Maria de Deus Silva, no cargo em Comissão de Gerente - DNS 6, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de abril de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de abril de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Flávia Luiza Coelho de Lannes

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 086/2018/GS/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR a servidora **Elenir Divina de Morais**, para exercer em Comissão, a função de **Coordenador Pedagógico** da Escola Municipal de Educação Básica Lenine de Campos Póvoas, integrante do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, para o período de **09 de abril a 21 de dezembro de 2018.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de abril de 2018..

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande – MT, 16 de abril de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, esporte e Lazer.

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 011/CG/2018.

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 6º, 7º, e 10 da Lei nº. 4.108, de 12 de novembro de 2015 e, tendo em vista o disposto no art. 44, do Decreto nº. 80, de 17 de dezembro de 2015 e, considerando o que consta no **PAD nº. 001/2018**;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias úteis, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão, designada pela **Portaria nº. 006/CG/2018**, de 19 de Fevereiro de 2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios no dia 20 de Fevereiro de 2018, e no Boletim Interno da Guarda Municipal, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão, constante do Requerimento apresentado através do Ofício nº. 007/2018, de 17 de Abril de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2018.

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

PORTARIA N. 087/2018/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

	FÉRIAS – SMECEL					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**	**EXERCÍCIO**
3918	ANTONIA LUIZA DOS SANTOS	TSAE - TÉCNICO EM HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO	CASA DE ARTES	01/02/2018 A 02/03/2018	30 DIAS	2016/2017
4693	APARECIDO AMARAL RIBEIRO	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CASA DE ARTES	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2016/2017
30082	MAGDA DE SOUZA HINTZE	PROFESSOR	CMEI ALBELLA CURVO DE MORAES	23/12/2017 A 21/01/2018	30 DIAS	2016/2017
82079	SHIRLEY DA SILVA FAUSTINO	PROFESSOR	CMEI MANOEL ANTONIO	02/05/2018 A 31/05/2018	30 DIAS	2016/2017
86337	ELDER ANTONIO DE SANTANA ROCA SILVA	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CMEI SEN. JONAS PINHEIRO	05/04/2018 A 04/05/2018	30 DIAS	2017/2018
13416	ELIAS INACIO DOS SANTOS	PROFESSOR	EMEB JOAQUIM DA CRUZ COELHO	02/05/2018 A 31/05/2018	30 DIAS	2016/2017
86671	VALERIA MARTINS SILVA	PROFESSOR	EMEB JOSÉ ESTEJO DE CAMPOS	24/04/2018 A 23/05/2018	30 DIAS	2016/2017
82083	ELIETE GONÇALINA DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR	EMEB MÁRIO ANTUNES DE ALMEIDA	02/03/2018 A 31/03/2018	30 DIAS	2016/2017
86677	ROSEANE MARIA COSTA	PROFESSOR	EMEB PROF. PAULO FREIRE	20/01/2018 A 18/02/2018	30 DIAS	2016/2017
21250	JANE MARCIA DE ARRUDA PIRES	PROFESSOR	EMEB SRA. DIRCE LEITE DE CAMPOS	01/03/2017 A 30/03/2017	30 DIAS	2016/2017
16861	FRANCISCO ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	EMEB VER. ZENO DE OLIVEIRA	01/03/2017 A 30/03/2017	30 DIAS	2016/2017

FÉRIAS – SMECEL						
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**	**EXERCÍCIO**
2692	ANA CLESIA FERREIRA MACHADO SILVA	TSAE - TÉCNICO EM HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO	CASA DE ARTES	09/03/2018 A 07/04/2018	30 DIAS	2017/2018
30082	MAGDA DE SOUZA HINTZE	PROFESSOR	CMEI ALBELLA CURVO DE MORAES	23/12/2017 A 21/01/2018	30 DIAS	2017/2018
31420	MARGARETE FERREIRA DE CAMPOS	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CMEI ANTONIO NOBERTO DE BARROS C. FILHO	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2017/2018
7770	CIDINEI TORQUATO ARAUJO	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CMEI IZABEL ANTUNES DE CAMPOS	06/04/2018 A 05/05/2018	30 DIAS	2017/2018
42469	SANDRA DE SOUZA PEREIRA	PROFESSOR	CMEI MARIANA RODRIGUES AZEVEDO	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
40859	ROSANA DOMINGAS DA SILVA	PROFESSOR	CMEI NAIR SACRE	03/04/2018 A 02/05/2018	30 DIAS	2017/2018
29633	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CMEI NAIR SACRE	30/03/2018 A 28/04/2018	30 DIAS	2017/2018
2107	ALINE GOMES DE LIMA NETA	PROFESSOR	CMEI NOSSA SENHORA DA GUIA	17/03/2018 A 15/04/2018	30 DIAS	2017/2018
84022	RICARDO DAS NEVES VIANA	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	CMEI SÃO DOMINGOS SÁVIO	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
8620	CLEIDE NARCISO DA SILVA	TSAE - TÉCNICO EM HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO	CMEI SEN. JONAS PINHEIRO	15/03/2018 A 13/04/2018	30 DIAS	2017/2018
100844	NADJA NELLY CARVALHO DA COSTA	PROFESSOR	CMEI WILSON SODRÉ FARIAS	26/03/2018 A 24/04/2018	30 DIAS	2017/2018
35781	MIRIAN FATIMA MARTINS	TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	CMEI WILSON SODRÉ FARIAS	01/03/2018 A 30/03/2018	30 DIAS	2017/2018
28067	LORACI MARIA DE CAMPOS	PROFESSOR	EMEB AIR ADDOR	16/04/2018 A 30/04/2018	15 DIAS	2017/2018
46607	VERA LUCIA RODRIGUES MACEDO	TSAE - TÉCNICO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR	EMEB ALINO FERREIRA DE MAGALHÃES	24/12/2017 A 22/01/2018	30 DIAS	2017/2018
27743	LIGIA BEATRIZ LEIVA DO PRADO BRANDÃO	PROFESSOR	EMEB ANA ROSA DA SILVA	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
36133	NAILZA DA COSTA BARBOSA	PROFESSOR	EMEB ANTONIO JOAQUIM DE ARRUDA	17/05/2018 A 15/06/2018	30 DIAS	2017/2018
25474	JULIENE DA SILVA ARRUDA	PROFESSOR	EMEB BENEDITA BERNARDINA CURVO	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
33592	MARIA TERESINHA LEITE DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR	EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILÉ	26/12/2017 A 24/01/2018	30 DIAS	2017/2018
81983	NEUZA DE SOUZA CARVALHO RAYMUNDO	PROFESSOR	EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILÉ	26/12/2017 A 24/01/2018	30 DIAS	2017/2018
83088	EDUVIRGES DE ALBUQUERQUE GOMES NETA	TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EMEB CE ABDALA JOSÉ DE ALMEIDA	01/03/2018 A 30/03/2018	30 DIAS	2017/2018
42617	SARAH JANE DE CAMPOS	PROFESSOR	EMEB DEP. ARY LEITE DE CAMPOS	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2017/2018
3487	ANDREIA CRISTINA FERRAZ DE SOUZA	PROFESSOR	EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA	21/03/2018 A 27/03/2018	07 DIAS	2017/2018
86651	MARILENE MARIA DA SILVA	PROFESSOR	EMEB HONORATO PEDROSO DE BARROS	02/04/2018 A 21/04/2018	20 DIAS	2017/2018
30165	MAILZA MARTINHA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	EMEB JAIME VERÍSSIMO DE C. JÚNIOR	24/12/2017 A 22/01/2018	30 DIAS	2017/2018
13416	ELIAS INACIO DOS SANTOS	PROFESSOR	EMEB JOAQUIM DA CRUZ COELHO	31/07/2018 A 29/08/2018	30 DIAS	2017/2018
122318	MAURINETE AUXILIADORA DE LIMA	SECRETÁRIO ESCOLAR - DNS08	EMEB NAIR DE OLIVEIRA CORREA	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2017/2018
10629	DIANE CRISTINA DIAS ASSUNÇÃO	PROFESSOR	EMEB PE. LUIZ MARIA GHISONI	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
8984	CONCEIÇÃO MARQUES DE MORAIS	TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EMEB PE. LUIZ MARIA GHISONI	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
14213	ELIZETE MARIA SZINWELSKI	PROFESSOR	EMEB PROF. ANTONIO SALÚSTIO AREIAS	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
35199	MAURO DOS ANJOS	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	EMEB PROF. IRENICE GODOY DE C. SILVA	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2017/2018
138	ADAIR MARIA MORAES DE OLIVEIRA	PROFESSOR	EMEB PROF. MARIA DAS GRAÇAS PINTO	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018
45329	UILMA PEREIRA DOS SANTOS TENORIO	PROFESSOR	EMEB PROF. MARIA JOANA DA S. ALMEIDA	01/04/2018 A 30/04/2018	30 DIAS	2017/2018
6318	BOANERGES AQUILAU DA SILVA	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	EMEB PROF. MARILCE B. DE ARRUDA	20/03/2018 A 18/04/2018	30 DIAS	2017/2018
44930	TEREZA DE OLIVEIRA HUBNER	PROFESSOR	EMEB PROF. MARILCE B. DE ARRUDA	16/04/2018 A 15/05/2018	30 DIAS	2017/2018
10118	DEBORA PAULA TEIXEIRA DE FIGUEIREDO	PROFESSOR	EMEB PROF. PAULO FREIRE	23/12/2017 A 21/01/2018	30 DIAS	2017/2018
17713	GILMAIRA CRISTIANE CAMPOS OLIVEIRA	PROFESSOR	EMEB PROF. PAULO FREIRE	23/12/2017 A 21/01/2018	30 DIAS	2017/2018
87183	SILVIO GOMES RIBOLI	TSAE - TÉCNICO EM SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	EMEB PROF. RITA AUX. DE CAMPOS CUNHA	01/03/2018 A 30/03/2018	30 DIAS	2017/2018
36473	NEILA BATISTA DE ALMEIDA	PROFESSOR	EMEB PROF. SALVELINA FERREIRA DA SILVA	02/05/2018 A 31/05/2018	30 DIAS	2017/2018
36474	NEILA BATISTA DE ALMEIDA	PROFESSOR	EMEB PROF. SALVELINA FERREIRA DA SILVA	02/05/2018 A 31/05/2018	30 DIAS	2017/2018
83027	LIVIA DANIELLI RONDON	TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EMEB TEN. ABÍLIO DA SILVA MORAES	11/04/2018 A 10/05/2018	30 DIAS	2017/2018
82237	CLACI TEREZINHA KERBER	TSAE - TÉCNICO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR	EMEB TEN. ABÍLIO DA SILVA MORAES	23/12/2017 A 21/01/2018	30 DIAS	2017/2018
122357	ALEXANDRA FERREIRA DE MOURA	SECRETÁRIO ESCOLAR - DNS08	EMEB TEN. WALDEMIRO D. BERTÚLIO	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018

47832	ZILDA BRAGA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	EMEB VER. ESTEVÃO FERREIRA DA CUNHA	02/04/2018 A 01/05/2018	30 DIAS	2017/2018

Várzea Grande, 16 de Abril de 2018

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 070/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 19.699.306/0001-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 57, §1º , III, V, 2º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas alterações, no Contrato nº. 070/2016, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 511650/2018. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO do Contrato nº 070/2017, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de construção de rede de tratamento de esgoto (tanques sépticos, filtros anaeróbicos e sumidouros), para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande, conforme edital e anexos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. UO: 35.03.12.361.0103 P/A 2.087. N/D: 3.3.90.39.00.00.00 - OST PJ. FONTE: 0101. UO: 35.03.12.361.0103 P/A 2.087. N/D: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0115. UO: 35.03.12.361.0103 P/A 2.088. N/D: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101. UO: 35.03.12.361.0103 P/A 2.088. N/D: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0115. UO: 35.03.12.361.0103 P/A 2.165. N/D: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato principal por 03 (três) meses, contados a partir de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, o servidor Claudenir Tomar Junior, inscrito no CPF n. 010.006.530-99.

DATA DE ASSINATURA: 06.04.2018

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação

WN CONSTRUÇÕES LTDA ME

Contratada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2018/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 - EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 09 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 18.1 do Edital nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - (Paço Couto Magalhães)

Endereço: Av. Castelo Branco, n° 2.500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 12:00h.

Data da Entrega dos documentos: 18/04/2018 a 02/05/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	14562	CAROLINA HATSUMI SUEZAWA CAMARGO	2388839-3 - SEJSP/MT	APROVADO
2	25025	ISABEL CRISTINA RIBEIRO RAMOS	5039296461 - SSP/RS	APROVADO
3	10785	JOÃO VICENTE JORGE RODRIGUES	20729766 - SSP/MT	APROVADO
4	19266	POLIANA AZEVEDO SANTOS	1304069028 - SSP/BA	APROVADO
5	1919	ELISABETE ROCHA DE PAULA	116.6150-0 - SJ/MT	APROVADO
6	11360	MILTON DENIZART DORADO RODRIGUES	3110490-8 - SSP/MT	APROVADO
7	38871	VICTOR WILLIAN SILVA DE ARAUJO	20251475 - SSP/MT	APROVADO
8	16929	GISLAYNE PATRÍCIA DE PAULA ARRUDA	859550 - SSP/MT	APROVADO
9	23523	ALISSON VASCONCELOS DA SILVA	30251303 - SSP/SE	APROVADO
10	12870	JAQUELINE DOS SANTOS SOUZA	19522568 - SSP/MT	APROVADO
11	33801	PEDRO ANDREY SANTOS SILVA	1993967-1 - SSP/MT	APROVADO
12	21291	BEATRIZ FERREIRA DE SOUSA	23395478 - SSP/MT	APROVADO
13	6134	CASSIA CILENE SALLES LOBO	17644011 - SSP/MT	APROVADO
14	5525	KIMBERLY FLORES ALVES	20550502 - SSP/MT	APROVADO
15	33062	CLEIDIANE ALMEIDA LIMA	17459125 - SSP/MT	APROVADO
16	1483	JHENNIFER CRISTINA DE CAMPOS PINTO	194993405 - SSP/MT	APROVADO
17	19396	DORELLY PEDROSA PINTO	2277764-4 - SSP/MT	APROVADO
18	759	ARIANNE CRISTINA CAMARGO	15359271 - SSP/MT	APROVADO
19	7091	CRISLAINE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	19312563 - SJSP/MT	APROVADO
20	23858	MARCIA SUEMI NAKAZAWA SILVA	09942017 - SSP/MT	APROVADO
21	34594	DEJANE FLORES DA SILVA	852039 - SSP/MT	APROVADO
22	17448	MÁRCIA AUXILIADORA JOSETTI FLORES SILVA	0176710-0 - SSP/MT	APROVADO
23	5860	MONALISA GONÇALVES DA SILVA	21299714 - SSP/MT	APROVADO
24	25553	EDUARDO IMPERIAL MAYOLINO	13735640 - SSP/MT	APROVADO
25	3187	CARINA NUNES DE AMORIM	25318705 - SSP/MT	APROVADO
26	27024	EDILAINE MOREIRA OLIVEIRA SANTOS	19701098 - SSP/MT	APROVADO
27	4493	ANDRÉ OLIVEIRA DE SOUSA	16549635 - SSP/MT	APROVADO
28	37470	LORRAINNY RIBEIRO DA SILVA	18679315 - SSP/MT	APROVADO
29	20466	ANNIELLY REGINA BAICERE QUEIROZ	1756907-9 - SSP/MT	APROVADO
30	21106	MARIA DE LOURDES ASSIS OLIVEIRA ROCHA	0834813-8 - SSP /MT	APROVADO

31	38525	OSMAEL SILVA RODRIGUES	10143173 - SSP/MT	APROVADO
32	13953	ALCINDA FIGUEIREDO DOS SANTOS	09567615 - SSP/MT	APROVADO
33	18380	ELIANE PAES DE BARROS ARRUDA CARVALHO DE OLIVEIRA	1197964-0 - SESP/MT	APROVADO
34	25935	SUELI ALVES LOPES	21357323 - SSP/MT	APROVADO
35	33063	SORAI MACIEL RALDES	17272076 - SSP/MT	APROVADO
36	29242	ELISÂNGELA FERREIRA DUTRA	11070684 - SEJUSP/MT	APROVADO
37	28692	FERNANDA MARIA DE ALMEIDA SILVA	14425890 - SSP/MT	APROVADO
38	1687	JOSE CARLOS DE MOURA RODRIGUES	10473386 - SEJUSP/MT	APROVADO
39	6346	ADRIANE DOMINGAS PEREIRA RIOS	13251481 - SSP/MT	APROVADO
40	34927	PAOLA OLIVEIRA AUGUSTO	18887660 - SJSP/MT	APROVADO
41	9538	ISABELLA NATÁLIA DA SILVA SOUZA	2253369-9 - SSP/MT	APROVADO
42	9659	HERLON FABIO DE FRANÇA SIQUEIRA	15098370 - SSP/MT	APROVADO
43	30051	ROSANGELA SANTOS COSTA DE MOURA	510080 - SSP/RO	APROVADO
44	3648	SONIA MACÁRIA DA SILVA	08292655 - SSP/MT	APROVADO
45	26617	EDILHIANE DE JESUS SILVA	10880542 - SSP/MT	APROVADO
46	16733	ELIZANGELA MARQUES DE OLIVEIRA	09895574 - SSP/MT	APROVADO
47	13533	LILIAM FREIRE BISPO	19939948-7 - SSP /SP	APROVADO
48	29699	ELIETE TEIXEIRA DE LIMA	11972157 - SSP/MT	APROVADO
49	33024	DANILO GODOY MUNDIM	26960419 - SSP/MT	APROVADO
50	6476	MUBILLA DE LIMA CABRAL	15492702 - SSP/MT	APROVADO
51	30294	MIKAIL LETICIA DA ROCHA FERNANDES	1225087-2 - SSP/MT	APROVADO
52	20320	FRANCIELLY ARAUJO DE ANDRADE SANTOS	20442041 - SSP /MT	APROVADO
53	15766	STHEFFANNY PEREIRA METZLER	18753655 - SSP/MT	APROVADO
54	10542	ESTELA CORREIA FERREIRA	12747858 - SSP/MT	APROVADO
55	11814	RONAN RICARDO DE ALMEIDA MARTINS	78503 - MTE/MT	APROVADO
56	33485	CRISTINA DUTRA DE OLIVEIRA	26864100 - BRASIL/MT	APROVADO
57	31242	CAILANE PEREIRA DA SILVA	20093195 - SSP/MT	APROVADO
58	1223	LUCAS DE AMORIM SAMPAIO	23409614 - SSP/MT	APROVADO
59	38915	ROSICLER DE FATIMA CONSTANTE DA SILVA SOARES	06396534 - SSP/MT	APROVADO
60	31402	MARINETE PEREIRA DA MOTA	07430604 - SSP/MT	APROVADO
61	39100	CAROLINE BENTA CARVALHO ROSA	20937512 - SSP/MT/MT	APROVADO
62	22451	VALDINEIDE RODRIGUES NOVAES	05311918 - SSP/MT	APROVADO
63	34143	MANOEL ALVES DO NASCIMENTO NETO	5063675 - SDS/PE	APROVADO
64	37991	ANA KARINA MATTOS GUIMARAES	11704020 - SJ/MT	APROVADO
65	37386	JOCELIA FELICIANO SOBRINHA	11282169 - SSP/MT	APROVADO
66	2006	JANE ALVES LOPES DE OLIVEIRA	09043055 - SSP MT/MT	APROVADO
67	31734	ROSANGELA RODRIGUES BRANDAO DA COSTA	10831606 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E HIGIENIZAÇÃO ESCOLAR

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	30520	GIULIA FEITOSA SILVÉRIO	2392140-4 - SEJSP/MT	APROVADO
2	13599	ISADORA CRISTHINE FRANÇA ENORÉ	2215116-8 - SSP/MT	APROVADO
3	35878	CLAUDIO RODRIGUES NETO	4738489 - SJ/MT	APROVADO
4	866	LUIZ GABRIEL DE JESUS	15914690 - SSP/MT	APROVADO
5	15245	LAERCIO JUNIOR FERREIRA VEIGA	25041827 - SEJUSP/MT	APROVADO
6	22496	MICHAEL JHONATTAN ALVES DOS SANTOS	1743038-0 - SSP/MT	APROVADO
7	16296	VILMAR FERREIRA	03142132 - SSP/MT	APROVADO
8	30282	SUELLEN GUIMARAES SANTANA DE MATTOS	21165971 - SSP/MT	APROVADO
9	14719	LINDAMARA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO	1448647-4 - SSP/MT	APROVADO
10	10940	LAURA SOFIA NASCIMENTO DE BARROS	14947994 - SSP/MT	APROVADO
11	20628	GERCINEY LEITE DA SILVA	11230177 - SSP/MT	APROVADO
12	4978	CÍNTIA ARAUJO SACRAMENTO	19711042 - SSP/MT	APROVADO
13	13225	ANDRE MOREIRA DA SILVA SOARES	1585396-9 - SSP/MT	APROVADO
14	16637	VAINE ALVES DA SILVA	15814823 - SSP/MT	APROVADO
15	7847	FABIANO BORGES BARBOSA	4367689 - SSP /PA	APROVADO
16	27628	ANA PAULA DE MOURA	21808066 - SSP/MT	APROVADO
17	15173	ALEX RODRIGUES OLIVEIRA	20865201 - SSP/MT	APROVADO
18	35389	MIRELE RAMOS DE FIGUEIREDO	26459701 - SSP/MT	APROVADO
19	11977	MATHEUS DA COSTA FARIAS ANDRE	29411866-6 - DETRAN/RJ	APROVADO
20	24184	CARLOS CESAR ARAUJO DA SILVA	15985300 - SSP/MT	APROVADO
21	24455	RENÊ FERREIRA DO NASCIMENTO	18135005 - SSP/MT	APROVADO
22	10296	EDIMAR GONÇALVES DA SILVA	08694370 - SSP/MT/MT	APROVADO
23	39908	ANDERSON BUENO RIBEIRO	16849469 - SSP/MT	APROVADO
24	29238	BRUNO APARECIDO MAGRON FARIAS	06388984603 - DETRAN/MT	APROVADO
25	31457	ADRIA LOURENA SILVA DE JESUS	20965087 - SSP/MT	APROVADO
26	1721	DAYANE RAYZA CORREA DOS SANTOS	24054810 - SSP/MT	APROVADO
27	6643	ANA CLAUDIA SOBRAL FRANÇA	11771801 - SJ/MT	APROVADO
28	19620	SILVIA RAMOS PEDROSO	17817641 - SSP/MT	APROVADO
29	36117	MILTON DANTAS DE BRITO FILHO	15533336 - SSP/MT	APROVADO
30	11981	JURLS ROBERTO SANTANA DA SILVA	11449241 - SSP/MT	APROVADO
31	34180	KAROLINY BENEDITA SANTOS	18043313 - SESP/MT	APROVADO
32	23226	RENAN SANTOS SENRA	20680236 - SSP/MT	APROVADO
33	1478	ALICE RENATA NEVES TAVARES	24311839 - SEJSP/MT	APROVADO
34	16191	BRUNA JESUS SILVA DE PAULA	22874089 - SSP/MT	APROVADO
35	5779	HELLEN FERNANDA DE SOUZA	18121756 - SSP/MT	APROVADO
36	33385	ELIEUSO WISES DA SILVA	12380970 - SSP/MT	APROVADO
37	32458	ODIRLEY BATISTA DA SILVA	963778 - SSP/MT	APROVADO
38	39119	MATHEUS RICARDO RABELO DE JESUS	2424036-2 - SSP/MT	APROVADO
39	26509	ANTONIO LEONILDO CRUZ	0600968-9 - SEJUSP/MT	APROVADO
40	31884	CINTIA PAULA TARELLI TEIXEIRA	19697805 - SSP/MT	APROVADO

41	7671	DAYANNE DARLIN RONDON PEREIRA	23573589 - SSP/MT	APROVADO
42	35022	ELISANGELA DA ROSA BUENO ARAUJO	20504313 - SSP/MT	APROVADO
43	16127	ROSILDA JURRUPI DE OLIVEIRA	2151232-9 - SSP/MT	APROVADO
44	36203	LUCIENE BONDES-PACHO CORREA	22176950 - SSP/MT	APROVADO
45	29922	ADRIANY GABRIELA CRESQUI DOS SANTOS	19323107 - SSP/MT	APROVADO
46	1960	KATICIANE MARIA MOREIRA	16520971 - SSP/MT	APROVADO
47	24047	HOSANA DA SILVA	884476 - SSP/MT	APROVADO
48	33941	CAROLINA CAMPOS DUCA AMARANTE	17682100 - SSP/MT	APROVADO
49	27149	EDSON CELINO ALVES DA SILVA	04120329 - SJ/MT	APROVADO
50	26038	ROSANGELA PINHEIRO DE QUEIROZ	13471457 - SSP/MT	APROVADO
51	379	VINICIUS DE SOUZA	27572676 - SESP/MT	APROVADO
52	10288	VITORIA SIQUEIRA GRACIANO	27459969 - SSP/MT	APROVADO
53	32848	JOSELINA ANA DAS NEVES	1496711-1 - 2590/MT	APROVADO
54	36485	JAMILSON XAVIER DOS SANTOS	11466804 - SSP/MT	APROVADO
55	39591	TAYARA BEATRIZ TIRAPELI FERREIRA	1941771-3 - SSP/MT	APROVADO
56	8090	KEDMA ASSIS DE SOUZA	17874637 - SSP/MT	APROVADO
57	2085	CÁSSIO LUCIO DA SILVA	19323336 - SSP/MT	APROVADO
58	27751	CLEMILDA AGOSTINHA SALES	05040183 - SSP/MT	APROVADO
59	20408	MYKAELA SIQUEIRA SILVA SOUZA	16149262 - SSP/MT	APROVADO
60	26079	EDSON JOSE DA SILVA	06374336 - SSP/MT	APROVADO
61	29221	JOSIAS JORGE DE ARAUJO	02090961 - SSP/MT	APROVADO
62	38338	LEIDIANE MARCOS DA SILVA	21471746 - SESP/MT	APROVADO
63	23351	LAYS CRISTINA DE OLIVEIRA	10735585 - SJ/MT	APROVADO
64	22118	JOCIMAURA NUNES DE SOUZA	15898938 - SSP/MT	APROVADO
65	16427	VANDA LUCIA DE SOUZA	1648017-1 - SSP/MT	APROVADO
66	4206	PABLO JOSÉ CAVALCANTE DO NASCIMENTO	1835167-0 - SSPMT/MT	APROVADO
67	8485	MARLLON HIGGOR DE OLIVEIRA ARRUDA	22680284 - SSP/MT	APROVADO
68	15941	CLAUDER MIRAN DOS REIS COSTA	001762653 - SSP/MS	APROVADO
69	29584	ROMARIO SANTOS DE ALMEIDA	22687726 - SSP/MT	APROVADO
70	13675	EDINEA ESTELITA RIBEIRO NEVES	15292940 - SSP/MT	APROVADO
71	16089	VANESSA PIERIM ALVES	19301030 - SSP /MT	APROVADO
72	2286	ANDREA MONTEIRO LISBOA SILVA	11627360 - SSP/MT	APROVADO
73	37716	CLEIDSON NASCIMENTO COSTA	18216536 - SSP/MT	APROVADO
74	4761	MESSIAS LIRA RAMIRES	001885279 - SEJUSP/MS	APROVADO
75	33773	GESIEL DA SILVA FREITAS	20636989 - SSP/MT	APROVADO
76	35964	JAMILA KELLY DA SILVA FERNANDES	22585044 - SSP/MT	APROVADO
77	23340	LUCIVANI ISOTTON	26723077 - SSP/MT	APROVADO
78	5010	CÁSSIA FRANCELINO GONÇALVES	1773729-0 - SSP/MT	APROVADO
79	27074	THIAGO ALEXWELL DOS SANTOS MIRANDA	27354997 - SSP/MT	APROVADO
80	21803	ZELIA ANA CUNHA	21824215 - SSP/MT	APROVADO
81	4013	JÉSSICA CAMILA OLIVEIRA	23118431 - SSP/MT	APROVADO
82	26977	JADERSON BRUNO SILVA DE CAMPOS	20739990 - SSP/MT	APROVADO
83	36681	PEDRO NETO ORMOND PEREIRA	14401274 - SSP/MT	APROVADO
84	16801	ELZITA NASCIMENTO DE MORAES MONTEIRO	39726-459 - MTE/MT	APROVADO
85	1310	JUCIMARA REVELES MENDES	0949806-0 - SSP/MT	APROVADO
86	24104	EDILSON GONÇALO CARNEIRO	08918309 - SSP/MT	APROVADO
87	28955	JOZERLANDIA IZIDORIA DE ANDRADE	13297490 - SSP/MT	APROVADO
88	24784	VILMA MAZIERI PERES	10910476 - SSP/MT/MT	APROVADO
89	8237	EDLAINE ALMEIDA SOUZA	23542624 - SSP/MT	APROVADO
90	29751	ELTON SIGARINI FONSECA	1351304-4 - SSP/MT	APROVADO
91	37552	GUSTAVO DE SOUZA BORGES	26891069 - SSP/MT	APROVADO
92	17327	ONEIDE FATIMA DA SILVA	993850 - SSP/MT	APROVADO
93	37913	CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA	847837 - SSP/MT	APROVADO
94	15198	JOSINA SILVIA DOS SANTOS	16815050 - SSP/MT	APROVADO
95	36927	HUERLINS DE OLIVEIRA NUNES	18900623 - SSP/MT	APROVADO
96	6339	VERIDIANE RODRIGUES DA SILVA	14814692 - SSP/MT	APROVADO
97	29729	DIEGO PAIXAO DA SILVA MAGALHAES	20317581 - SSP/MT	APROVADO
98	33578	ANGELA MARIA RIBEIRO	15785769 - SSP/MT	APROVADO
99	9641	EBERSON SOUZA DA SILVA	13394487 - SSP/MT	APROVADO
100	13609	TRANQUILINO BARRETO NETO	10709088 - SSP/MT	APROVADO
101	29267	ANDREIA DA SILVA ARAUJO	12950432 - SSP/MT	APROVADO
102	24052	GERVÁSIO LEÔNCIO DE ARRUDA JUNIOR	17619530 - SSP/MT	APROVADO
103	25548	ZELITA DA COSTA FARIA ARRUDA	1038634-3 - SEJUSP/MT	APROVADO
104	26382	KARLA PATRICIA CARVALHO	996324 - SSP/MT	APROVADO
105	4323	MARCIA APARECIDA SILVA	13480707 - SSP/MT	APROVADO
106	747	BELENIR COIMBRA	19419449 - SSP/MT	APROVADO
107	9034	EVERALDO CARDOSO	860888 - SSP/MT	APROVADO
108	5966	BRENDA LARISA OLIVEIRA RAMIRES	22097597 - SSP/MT	APROVADO
109	2067	MARCELO FERREIRA DE ALMEIDA	107486-6 - SSP-MT/MT	APROVADO
110	19469	ANDREA DA SILVA FERREIRA	961892 - SSP/MT	APROVADO
111	11623	ROSILENE MENDES DA SILVA	18775381 - SSP/MT	APROVADO
112	1011	LORIVALDO CORREA DA SILVA	20940378 - SSP/MT/MT	APROVADO
113	26315	WERICA DOS SANTOS JACYNTHO	16467078 - SSP/MT	APROVADO
114	23814	CID DE SOUSA SILVA	15906094 - SSP/MT	APROVADO
115	7176	CLAUDIA FHABIANNE PEREIRA DE ALMEIDA	2145784-0 - SSP/MT/MT	APROVADO
116	27958	HELIO CAMPOS DE JESUS	20495420 - SSP/MT	APROVADO
117	7698	SIMONE RABELO DE ARAUJO	18071600 - SSP/MT	APROVADO
118	3840	JOAO MARCOS DA SILVA OLIVEIRA	05714346 - SSP/MT	APROVADO
119	10343	JEIZISLAINE SILVA DA CRUZ	20535287 - SSP/MT	APROVADO
120	6898	LIDIA RODRIGUES DE ALMEIDA	10478965 - SSP/MT	APROVADO
121	17778	THAIS PADILHA DA SILVA	2843302-5 - SSP/MT	APROVADO
122	33844	ANDREIA FERNEDA	13288440 - SSP/MT	APROVADO
123	29681	MATHEUS DE LIMA SILVA	21437742 - SSP/MT	APROVADO
124	33717	RONISCLÉA FERREIRA LOPES	13986570 - SSP/MT	APROVADO
125	8003	JUSSELIA MARIA DA COSTA	16625196 - SSP/MT	APROVADO

126	30065	HÉBER BARBOSA SILVA	25344960 - SEJUSP/MT	APROVADO
127	7030	RISONEIDE NEVES DA SILVA	19663579 - SEJSP/MT	APROVADO
128	13248	FELIPE RAFAEL DAS CHAGAS SILVA	17769256 - SSP/MT	APROVADO
129	33678	MARCELAINE PEREIRA DA SILVA SANTOS	13170260 - SSP/MT	APROVADO
130	35183	FABIO SANTANA DE CAMPOS	15833593 - SSP/MT	APROVADO
131	20474	KATIA LUCIA DA COSTA	26904608 - NAO/MT	APROVADO
132	22015	RITA DE CASSIA DO AMARAL FRANCO	04751442 - SSP/MT	APROVADO
133	2427	JOSIETE APARECIDA NEVES JACOB	1438743-3 - SEJUSP/MT	APROVADO
134	37982	ROSIMARA MINAS NOVAS DE OLIVEIRA	22190554 - SSP/MT	APROVADO
135	38038	LAIHELE RAMOS AMORIM	18274803 - SSP/MT	APROVADO
136	758	ANNA PAULA DE FIGUEIREDO BORGES	14301776 - SEJUSP /MT	APROVADO
137	6257	NAURILENE PRESTES CORREA	05421896 - SSP/MT	APROVADO
138	38333	REGILAINE SILVA CORREA	16689291 - SSP/MT	APROVADO
139	29840	JUVELINA ALVES DOS SANTOS PLACIDO	1805298-3 - SSP/MT	APROVADO
140	33248	VIVIANE MARIA DA SILVA	15398943 - SSP/MT	APROVADO
141	32929	TIAGO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA	1748492 - SSP/MS	APROVADO
142	25380	AZAEL DA SILVA PINHO	12893552 - SSP/MT	APROVADO
143	34207	CLEYSON LEITE BRANDAO	15366537 - SSP/MT	APROVADO
144	29560	ARIANE LEITE DA SILVA NEGRÃO COSTA	24593087 - SSP/MT	APROVADO
145	8571	ANDRELINA FERNANDES DE ALMEIDA	05153956 - SSPMT/MT	APROVADO
146	1265	ESTER STEHLGENS COELHO EREGIPE	12387185 - SSP/MT	APROVADO
147	14816	TAINARA ESTHEFANI FRANCISCA DA CRUZ	2617273-9 - SSP/MT	APROVADO
148	26301	JULIANDRE ARRUDA DO AMARAL	14307995 - SSP/MT	APROVADO
149	2508	KATIÚSSIA RODRIGUES DE SOUZA	13144251 - SSP/MT	APROVADO
150	13489	JUCILEY MARIA DA SILVA SANTOS	17985943 - SSP/MT	APROVADO
151	5761	LEANDRO PINHEIRO DE LIMA	13398571 - SSP/MT	APROVADO
152	21554	VITORIA VIEIRA DO ESPIRITO SANTO	27206181 - SESP/MT	APROVADO
153	9061	ARTHUR CINTRA DA ROZA	198688960 - CUIABA/MT	APROVADO
154	2093	LUSIMEIRE RODRIGUES SANTOS PEREIRA	3160337-8 - SSP/AM	APROVADO
155	33088	FABIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	20385269 - SSP/MT	APROVADO
156	37252	DIONE DIAS DE ASSIS	20528353 - SSP-MT/MT	APROVADO
157	33048	CREIDIANE JARDIM NASCIMENTO DA COSTA	18513190 - SSP/MT	APROVADO
158	19718	MIRTES ROSA DA SILVA	06666345 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	27561	ANTÔNIO GANDHI LELIS LOPES	2333087-2 - SSP/MT/MT	APROVADO
2	11160	ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	14807734 - SSP/MT	APROVADO
3	21541	BRUNO VILACIAN ALMEIDA	2013667-6 - SSP/MT	APROVADO
4	23381	VICTOR ADONA REIS PEREIRA	2176600-2 - SSP/MT/MT	APROVADO
5	10198	ANA PAULA BELA ALVES NICHELLE	14590662 - SSP/MT	APROVADO
6	3489	FELIPE SILVA DE OLIVEIRA	1151070-6 - SSP/MT	APROVADO
7	2798	CRISTTIAN LEONARDO CARVALHO LIMA	2641912-2 - SSP/MT	APROVADO
8	28924	FELIPE DOS SANTOS BOA SORTE	21572623 - SSP/MT/MT	APROVADO
9	902	GABRIEL SANCHES FERREIRA ROMÃO	2168894-0 - SSP/MT	APROVADO
10	13602	LORENA CRISTINA DA SILVA	1925867-4 - SSP/MT	APROVADO
11	7608	PRISCILA THIERY ADACHI OLIVEIRA	15048128 - SSP/MT	APROVADO
12	1856	LIGYA VANESSA DE CARVALHO ALMEIDA	17843758 - SSP/MT	APROVADO
13	4375	JULLYANNA NOGUEIRA BENEVIDES	21791600 - SSP/MT	APROVADO
14	8718	ANDREW CURVO GAUNA DE ALMEIDA	20329768 - SSP/MT	APROVADO
15	31822	ALEX REIS SANTOS	20040733 - SSP/MT	APROVADO
16	34654	JONATAN LUCAS DA CONCEIÇÃO E SILVA	16380134 - SSP/MT	APROVADO
17	24846	PAULO SAMUEL ESPIRITO SANTO DOS SANTOS	1474258085 - SSP/BA	APROVADO
18	26785	LUIS ANTONIO OLIVEIRA LEITE	22237593 - SSP/MT	APROVADO
19	29414	JOILSON BENTO PRADO	24688568 - SSP/MT	APROVADO
20	21015	GABRIEL MESQUITA CAMPOS	25486829 - SEJUSPMT/MT	APROVADO
21	18855	JAMILE CARMONA MENDES	28315820 - SSP/MT	APROVADO
22	258	DIOGO CALLORI	14639173 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO-PCD

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	2653	ELISA LISIHETH DE PAULA VAZ DA COSTA	25534025 - SSP/MT	APROVADO
2	28784	FLAVIA ROSANE DE MENDONÇA LUIS	16637704 - SSP/MT	APROVADO
3	26415	RODRIGO CASSIO MARINHO DA SILVA	207622622 - DETRAN /RJ	APROVADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

18. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

18.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

18.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e no subitem 18.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea "m" do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

18.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 18.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 – Eletrocardiograma, com laudo

14 - Avaliação Psiquiátrica

16 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 18 de abril de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2018/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Saúde - (Paço Couto Magalhães)

Endereço: Av. Castelo Branco n° 2.500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 12:00h. das 14:00h às 18:00h

Data da Entrega dos documentos: 18/04/2018 a 02/05/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: ASSISTENTE SOCIAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	54320	MARVINEY APARECIDA DE OLIVEIRA PAULINO	11325291 - SSP/MT	APROVADO
2	17273	SUELI DOS SANTOS BOA SORTE RAGAZZI	11258292 - SJ/MT	APROVADO
3	36792	GRACINETE BANDEIRA DE MATOS	12576123 - SESEG/AM	APROVADO
4	36135	JOYCE THAYS PEREIRA DOS SANTOS	25391623 - SSP/MT	APROVADO
5	53062	TASSIA ANDREANI TOLEDO	24349283 - SSP /MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: ASSISTENTE SOCIAL - PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	4780	AMERINO MARTINS DE CARVALHO NETO	04031628 - SEJUSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: BIÓLOGO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	6588	ANDRÉ SILVA	21283702 - SSP/MT	APROVADO
2	53760	ALINE DUARTE EDILSON	001391935 - SSP/MS	APROVADO
3	36214	MICHELLI NATALI DA SILVA	24732192 - SEJUSP/MT	APROVADO
4	6515	CAMILA BARBOSA DE SOUZA OLIVEIRA	21170800 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	7520	CINTYA PINHEIRO DE ANDRADE	001046743 - SSP/RO	APROVADO
2	21362	PRISCILLA DALEFFE DE MORAES GODOI	2017767-4 - SSP/MT	APROVADO
3	29628	ALESSANDRA CARREIRA RODRIGUES GAJARDONI	20742304 - SSP/MT	APROVADO
4	51053	LOISE KAROLINE DE OLIVEIRA GOMES FERNANDES	2392807 - SSP/MS	APROVADO
5	21000	MARIA AMELIA DOS SANTOS PERES	1555775-8 - SSP/MT	APROVADO
6	51128	RANNY BERY RADAMEZ DE SOUZA SILVA	3381928 - SSP/RN	APROVADO
7	7571	VIVIANE CHRISTINE DOS REIS ALVES ALMEIDA	16968662 - SSP/MT	APROVADO
8	22012	KATIELLE WEBER CAVALCANTE ASSUNÇÃO	21084076 - SSP/MT	APROVADO
9	48008	DOUGLAS LEITE DA SILVA	21425876 - SSP /MT	APROVADO
10	6589	LARYSSA RODRIGUES DE OLIVEIRA	1538983-9 - SSP/MT	APROVADO
11	30648	CAMILA MIRELLE MAGRI CORTEZ GAMA	14625091 - SESP/MT	APROVADO
12	45545	SIBELY DOS SANTOS	22143076 - SSP/MT	APROVADO
13	50395	RAQUEL JORGE CABRAL	20800843 - SSP/MT	APROVADO
14	53718	KARLA CAROLINE ARAÚJO SILVA	1437571-0 - SSP/MT	APROVADO
15	6894	VANESA GUEVARA DIAS	17114659 - SSP/MT	APROVADO
16	40815	KARINE GONÇALVES CURVO	14545349 - SSP/MT	APROVADO
17	56706	ALESSANDRA HOELSCHER DA SILVA	5070248512 - SJS/RS	APROVADO
18	45924	PRISCILA WEIGERT DUARTE	16875389 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	56680	GLADERSON DE CAMPOS ROCHA	10244093 - SSP/MT	APROVADO
2	56789	IZAMARA COSTA FREIRE	15113965 - SSPMT/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FARMACÊUTICO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	19835	JACKSON ALVES LOPES SOUZA	1028523-7 - SSP/MT	APROVADO
2	42759	RODRIGO BASTOS CESARINO DUTRA	2772863 - SSP/DF	APROVADO
3	32638	EDNALDO ANTHONY JESUS E SILVA	11858052 - SJ/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FARMACÊUTICO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	33608	GABRIEL HENRIQUE FERREIRA ALBERNAZ	16712196 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FONOAUDIÓLOGO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO

1	54388	JÚLIA LARISSA FERREIRA DOS SANTOS	MG5891306 - SSP-MG/MG	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FONOAUDIÓLOGO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	42013	YESRA NATYLA DA SILVA	17254825 - SSPMT/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FISIOTERAPEUTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	30196	HELLEN CLEIDE RIBEIRO ALONSO	19743440 - SSP/MT	APROVADO
2	3191	ANA CAROLINE CHAVES SIMAO	22234780 - SSPMT/MT	APROVADO
3	35438	BRUNO WALAKCE PEREIRA DA SILVA	2626023-9 - MTE/MT	APROVADO
4	37991	FLÁVIA DA COSTA FINCATO	18301606 - SSP/MT	APROVADO
5	12290	MIRELLA APARECIDA REZENDE	22383808 - SSP/MT	APROVADO
6	30435	THAYNA AUXILIADORA DA SILVA	2156983-5 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: FISIOTERAPEUTA-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	2517	EVELYN MARTINS LEITE	17938660 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: NUTRICIONISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	19302	SIMONE CRISTINA TAQUES NASCIMENTO	17562511 - SJSP/MT	APROVADO
2	43021	DANIELA RODRIGUES DE FARIAS	17884870 - SSPMT/MT	APROVADO
3	56469	VIVIANE DE OLIVEIRA HENRIQUE	19869320 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: PSICÓLOGO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

.

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	46468	LEIHGE ROSELLE RONDON PEREIRA	1592934-5 - SEJUSP/MT	APROVADO
2	36038	LARRIC JOHNNY MALACARNE	23185058 - SSP/MT	APROVADO
3	17413	LAURA DA COSTA CRUZ	20751923 - SSP/MT	APROVADO
4	23732	LETICIA DOS SANTOS PAES	1954238-0 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: PSICÓLOGO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	3257	CILAS RONDON DUARTE	17794161 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: TERAPEUTA OCUPACIONAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	55658	LAILA UEMURA	15952142 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: GESTOR PÚBLICO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	49394	LAURA TOCANTINS DA SILVA	20087616 - SSP/MT	APROVADO
2	51072	HUGO DE CASTILHO VARJÃO	12378852 - SSP/MT	APROVADO
3	20575	GRAZIELE FREITAS BARBOSA	0850046262 - SSP/BA	APROVADO
4	53834	FILIPE AUGUSTO DE CAMPOS LIMA	15738477 - SSP/MT	APROVADO
5	53065	FERNANDA DELFINO MIRANDA FUMOTO	13195743 - SSP/MT	APROVADO
6	28543	GABRIELLE TAQUES SILVA	14601303 - SSP/MT	APROVADO
7	47356	SANDRA CRISTINA PAVINI NUNES	13435493 - SSP/MT	APROVADO
8	12329	PRISCYLLA MURZIN RODRIGUES	23005238 - SSP/MT	APROVADO
9	25217	VALDIRENE OLIVEIRA ALMEIDA	3019204 - SSP/DF	APROVADO
10	52255	ENIELY SANTOS TOLEDO SANTANA	13346199 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

PERFIL: GESTOR PÚBLICO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	54761	TELMA LUZ NASCIMENTO	16487826 - SSP/MT	APROVADO
2	44657	TERGIO ALCINDO DA SILVA	15040852 - SSPMT/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: ANESTESISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	3674	ANA CAROLINA FONSECA DE ABREU BORBA	17752841 - SSP/MT	APROVADO
2	60177	ANA MARIA VILELA DOS SANTOS FURTAT	59620732-3 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CARDIOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	44277	ALETHÉIA CARPINÉ FAVINI	14889650 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CIRURGIÃO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	15795	GABRIEL MAGALHÃES PEREIRA DE RESENDE	15560929 - SSP/MT	APROVADO
2	34720	RENAN VICENTE SOHN	18188044 - SSP/MT	APROVADO
3	30995	LUIZ FERNANDO LOPES DE ALMEIDA MOLINA	1407977-1 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CIRURGIÃO VASCULAR

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	53260	GILSON DER BARROS BAERGAMIM	12439940 - SJ/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	10931	ILDSON BOTELHO DA COSTA CAMPOS	21234604 - SSP/MT	APROVADO
2	17367	ANELISE AGUIAR LIMA	16367022 - SSP/MT	APROVADO
3	31498	NATHALIA LEITE OLIVEIRA ZEITOUN	20138709 - SSP/MT	APROVADO
4	54152	MARIANA CAMPONOGARA	1499646-4 - SSP/MT	APROVADO
5	6300	BRUNA PATROCÍNIO DOS SANTOS SILVA	21061424 - SESP/MT	APROVADO
6	3464	HEVELINE TRAJANO VASCONCELOS	22766936 - SSP MT/MT	APROVADO
7	25688	GUSTAVO DE DAVID CRISTOVÃO	20554680 - SSP/MT	APROVADO
8	2629	JOÃO MÁRDIO PAIXÃO DE FRANÇA	1389013928 - SSP/BA	APROVADO
9	54567	ISABELA ARIANE DA SILVA	1836919-7 - SSP/MT	APROVADO
10	45638	CAMILLA PERES BRUDER	99431601 - SSP/PR	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: DERMATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	46962	KELLY DA CAS	14969955 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: ENDOCRINOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	52667	BRUNA ELIZABET ENGEL ZILKI	14774801 - SEJUSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: GINECOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	47041	FERNANDA ROQUE DE ASSIS CARDOSO	14123983 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: INFECTOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	34985	KADJA SAMARA SOUSA DO NASCIMENTO LEITE	10025570 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: INTENSIVISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	55175	HELDER HARA TAKAOKA	3568557 - SPTC/GO	APROVADO
2	6278	LUIZ WILSON DE LIMA GUSMÃO	27041026 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEUROLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	50799	CÉSAR AUGUSTO ANDROLAGE DE ALMEIDA FILHO	16141512 - SSP/MT	APROVADO
2	7725	SIMONE ABRANTE LUCATTO	18852173 - SSP/MT	APROVADO
3	49543	LUIZ HENRIQUE GRANJA DE SOUZA VIEIRA MILLER	13900595 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEUROCIRURGIÃO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	43852	IGOR YSSAO MOREIRA YAMAMURA	09346325 - SSP/MT	APROVADO
2	24913	ATAHUALPA CAUÊ PAIM STRAPASSON	3091302525 - SSP/RS	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: OFTALMOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	53851	ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA	02470004 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: ORTOPEDISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	29630	VINICIUS ALVES DE ANDRADE	10654330 - SSP/MT	APROVADO
2	50913	MARCELO ANDRE DE MATOS	11554215 - SJ/MT	APROVADO
3	53938	WALDIR DE SOUZA FERNANDES JÚNIOR	000939115 - SSP/RO	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: PEDIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	15788	GIOVANNA PEREIRA TARDIN	08421030 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: PSIQUIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	28932	GABRIELA ANTONIOLLI DE SOUZA TRENTIN	001387557 - SSP/MS	APROVADO
2	46971	GIL LEMES ROSA	1470857-4 - SSP/MT	APROVADO
3	55565	VIVIAN UEMURA TAKETOMI	14731843 - SSP/MT	APROVADO
4	34595	SABRINA DA FONSECA	14994062 - SSP/MT	APROVADO
5	57585	THALYTA SZEZYPIOR MAGALHAES	11747382 - SJSPMT/MT	APROVADO
6	60007	MARISA FRATARI TAVARES DE SOUZA	144770581 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: UROLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	50834	ANDRE EDUARDO DE MELO ALVES	001760515 - SSP/MS	APROVADO
2	34530	THIAGO RACHID JAUDY	11692553 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEONATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	39869	SYNARA SOUZA BRAGA	11846330 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEUROPEDIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	38882	VIVIANE CABRAL QUIXABEIRA	59082769-8 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEFROPEDIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	47348	SILVANIA FRANÇA DA SILVA SOARES	1188027-9 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: INTENSIVISTA PEDIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	54945	MÔNICA DANÚBIA RAMOS EL HUSNY	58656537-1 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: ODONTÓLOGO

PERFIL:

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	40316	RENATA PEREIRA ALEIXES	17009766 - SESP/MT	APROVADO
2	41357	EDUARDO SILVA DE MENEZES	5482120 - SPTC/GO	APROVADO
3	54874	CAMILA SANTANA DE SOUSA ARRUDA	14922932 - SSP/MT	APROVADO
4	29501	LETÍCIA MACHADO TIMO	4254933 2A. VIA - SSP/GO	APROVADO
5	27382	BRUNO AUGUSTO BARROS E MATOS	29459435 - SESP/MT	APROVADO
6	10839	PAULA REZENDE MARTINS	5191811 - SSP/GO	APROVADO
7	49119	TATIANA MOTTA FUZETI	1103904-3 - SSP/MT	APROVADO
8	15891	LARISSA BORGES FRAGA NUNES	18728995 - SESP/MT	APROVADO
9	42104	ETIENNY DA SILVA ARRUDA	2369431-9 - SSP/AM	APROVADO
10	16061	RONALDO IBARRA PAPA JÚNIOR	1886222-5 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	61574	SERGIO MESQUITA DE AVILA NETO	2363293 - SSP/DF	APROVADO
2	53348	HELDER MARCELO ADVERSI JUNIOR	21010676 - SSP/MT	APROVADO
3	52569	KEVIN MENDES DE PÁDUA	124708761 - SSP/PR	APROVADO
4	4540	CAMILA FRANZ MEIRA	24435562 - SEJSP/MT	APROVADO
5	335	GISLAYNE SANTANA DE JESUS	16763548 - SEJUSP/MT	APROVADO
6	18394	LUCAS SANTOS DE MIRANDA	2140373-2 - SSP/MT	APROVADO
7	46173	TIAGO FELIPE CORREA GONÇALVES	17786371 - SSP/MT	APROVADO
8	43915	NALDSON RAMOS DA COSTA JÚNIOR	22029824-5 - SSP/SP	APROVADO
9	7056	MARCIO ALVES MOREIRA	11560029 - SSP/MT	APROVADO

10	15784	WELLINGTON EUGENIO FREITAS ZIOTTI	16871375 - SSP/MT	APROVADO
11	48110	MARCELO CARVALHO VILELA	876840 - SSP/MT	APROVADO
12	7002	ELISAMA YOLANDA MIO DE CAMARGO	2745755-9 - SSP/MT/MT	APROVADO
13	3244	POLIANA PEREIRA DA SILVA	22320407 - SSP/MT	APROVADO
14	45895	ISADORA LOIOLA NUNES	2118625-1 - SSP/MT	APROVADO
15	22152	MURY LUCIO MONTEZUMA PEREIRA DA SILVA	1646840-6 - SSP/MT	APROVADO
16	43507	GUILHERME DAMASCENO DA SILVA	39.142.970-X - SSP/SP	APROVADO
17	14388	THAMIRIS CAROLINA ARRUDA GONÇALVES DA SILVA	21423369 - SSPMT/MT	APROVADO
18	28142	WALLISON PRADO DE ARRUDA	27500004 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO-PCD

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	30874	JOSIANE DE PADUA	17769353 - SESP/MT	APROVADO
2	59755	LUCAS LUZ ALBERTI	435667191 - SSP/SP	APROVADO

CARGO: AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL

PERFIL: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	30747	ZENILDE MACIEL DE JESUS	14904896 - SSP/MT	APROVADO
2	2806	ANA PAULA SIQUEIRA RIBEIRO TIBALDI	11979607 - SSP/MT	APROVADO
3	53058	ANTONIA MARGARETH NANTES VIEIRA	548847 - SSP/MS	APROVADO
4	58836	SILVANA DO NASCIMENTO	000676208 - SSP/MS	APROVADO
5	12017	GIZELE GALDINO DA SILVA	16853253 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: MOTORISTA

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	9257	CASSIO MENDES DE ARRUDA	17549205 - SSP/MT	APROVADO
2	9150	ALLAN RAONI GLORIA DA COSTA	16227255 - SSP/MT	APROVADO
3	33016	SAMUEL GOMES DE OLIVEIRA	19244010 - SSP/MT	APROVADO
4	26629	JOAO PAULO ESPINDOLA E SILVA	1617461-5 - SSP /MT	APROVADO
5	10902	JOAO VINICIUS RONDON FERNANDEZ	17363934 - SSP/MT	APROVADO
6	1761	THIAGO ANNDRE REZENDE	12367680 - SSP/MT	APROVADO
7	48907	DAVID CRUZ DE OLIVEIRA	22645578 - SSP/MT	APROVADO
8	34474	MICHEL WOHLFAHRT DUTRA DE PINHO	18480535 - SSP/MT	APROVADO
9	13622	LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA JUNIOR	477950073 - SSP/MT	APROVADO
10	9017	RENAN DE OLIVEIRA CIRIACO DA SILVA	23691760 - SSP/MT	APROVADO
11	28004	CARLOS HENRIQUE DE SOUZA TEIXEIRA	434330024 - SSP/SP	APROVADO
12	2909	AMILTON RODRIGUES DA ROSA	931858 - SSP/MT	APROVADO
13	52013	RENATO ROCHA GALVAO	1106361-0 - SSP/MT	APROVADO
14	29523	EGLEN ROBSON CALDEIRA DIAS	12910694 - SSP/MT	APROVADO
15	31104	ROGERIO ASSIS SILVA	10488898 - SSP /MT	APROVADO
16	55468	LEONEL DOS ANJOS PASSOS	14358557 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	4452	ADILSON RIBEIRO DA SILVA	16490797 - SSPMT/MT	APROVADO
2	32985	DIEGO DOS SANTOS MARIANO	17058627 - SSP/MT	APROVADO
3	7599	BRUNNO VINICIUS BORGES PEREIRA	19670117 - SSP/MT	APROVADO
4	54055	THAYSSA CAROLYNNE LIMA REDEZ	2183890-9 - SSP/MT	APROVADO
5	39730	ANGELA MARIA RIBEIRO	15785769 - SSP/MT	APROVADO
6	21452	MATHEUS DA COSTA FARIAS ANDRE	29411866-6 - DETRAN/RJ	APROVADO
7	40158	IVONETE DO ESPIRITO SANTO PADILHA	1397955-8 - SSPMT/MT	APROVADO
8	25768	MIGUEL DA SILVA QUEIROZ	18986218 - SSP/MT	APROVADO
9	41452	NYORACY DIAS DOS SANTOS	13167731 - SSP/MT	APROVADO
10	33105	JOÃO GABRIEL CORDEIRO DO AMARAL	12655155 - SSP/MT	APROVADO
11	514	STHEFANNY TAYLA DOS SANTOS ROCHA	20820194 - SSP/MT	APROVADO
12	45467	ELITO DA SILVA MARQUES	20130864 - SSP/MT	APROVADO
13	54522	RONY EWERTON DA SILVA DA CRUZ	890600 - SSP/RO	APROVADO
14	12119	MARIA DA GLORIA BORGES DA SILVA	0371263-0 - SSP/MT	APROVADO
15	13330	VINICIUS DE SOUZA	27572676 - SECRETAR/MT	APROVADO
16	4442	EDEZIO TOLEDO DE CARVALHO	12002186 - SJ/MT	APROVADO
17	20188	JACKSON LEONCIO	12460940 - SSP/MT	APROVADO
18	30367	LAUDEMIR JOSE DE SOUZA	00812838 - SSP/MT	APROVADO
19	6249	WAGNER DA SILVA MAIA	22175911 - SSP/MT	APROVADO
20	58721	VALDIR MARCIO LEITE	16604849 - SESUSP/MT	APROVADO
21	24528	CRISLAINE DE OLIVEIRA TAQUES	19322097 - SSP/MT	APROVADO
22	2258	JAQUELINE LOZANO VALERIO	21757879 - SSP/MT	APROVADO
23	27855	CRISTIANE GREISE DA SILVA SILVA	14253097 - SSP/MT	APROVADO
24	3873	ADERCY MARIA NUNES BOSCARDIN	08061319 - SSP/MT	APROVADO
25	11819	LUCINEIA GOMES DOS SANTOS	11653060 - SSP/MT	APROVADO
26	59883	CATHERINE PEREIRA	16655907 - SSP/MT	APROVADO
27	39355	MYKAELA SIQUEIRA SILVA SOUZA	16149262 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: MAQUEIRO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO

1	57523	MISAEL ANDRE DOS SANTOS	30211603 - SSP/AM	APROVADO
2	38103	CHARTON DE ALMEIDA MOREIRA	12403563 - SSP/MT	APROVADO
3	56717	DIEGO ALEXANDRE DE SOUZA SOLANO COSTA DOS SANTOS	16315766 - SESP/ MT	APROVADO
4	49118	JAILTON ANTONIO DE ASSIS	96509 - MTE/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	23739	EDMIL SOUZA EVANGELISTA	19929048 - SSP/MT	APROVADO
2	47876	ÉDICO TIMÓTIO PRITSCH	4100570 - SSP/SC	APROVADO
3	9824	LUIZ FELIPE SOUSA OLIVEIRA	20481047 - SSP /MT	APROVADO
4	20085	EDER JESUS DE SOUZA	08515 - MTE/MT	APROVADO
5	40757	MAGNO ANTONIO LEANDRO DOS SANTOS	08785058 - SSP/MT	APROVADO
6	23737	ALLAN RICARDO VIOTTO	13269283 - SSP/MT	APROVADO
7	35705	LUCAS CAETANO SANTOS PEREIRA	26102510 - SSP/MT	APROVADO
8	7624	BRUNO FALEIROS DE ANDRADE	16116720 - SSP MT/MT	APROVADO
9	54099	EDISON MATILDE DE SOUZA JUNIOR	1453791-5 - SSPMT/MT	APROVADO
10	27042	FERNANDES PROENÇA DE ARRUDA	1078795-0 - SESP/MT	APROVADO
11	27972	JADERSON CHAVES ELIAS	5936007 - SSP/GO/ GO	APROVADO

CARGO: AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS

PERFIL: GESSEIRO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	49082	SEBASTIÃO CARLOS ROSA	09931597 - SSP/MT	APROVADO
2	42168	JOSÉ CARLOS NUNES ARAGAO	15877205 - SSP/MT	APROVADO
3	52709	MOISES SANTOS DE SIQUEIRA	0996250-6 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
1	16674	PATRICIA GOMES DE OLIVEIRA	16895410 - SSP/MT	APROVADO
2	29413	DIANA RAY DE ARAUJO	13371290 - SSP/MT	APROVADO
3	12349	DAYANNE MENDONCA	17803055 - SSP/MT	APROVADO
4	38502	MILTON SANTOS KSIAZEKI	18249868 - SEJUSP/MT	APROVADO
5	27546	AMAURY DINIZ SOARES JUNIOR	16503597 - SJSP/MT	APROVADO
6	36372	ROSEMEIRE CARVALHO RIBEIRO ANTUNES	04606817 - SSP/MT	APROVADO
7	33864	ANALICE SANTOS DE CARVALHO SANTANA	17641357 - SESP/MT	APROVADO
8	36306	ALVINA CONCEIÇAO DE SOUZA	1350459-2 - SSP/MT	APROVADO
9	37554	JEFERSON PABLO DALPIAZ	16063082 - SSP/MT	APROVADO
10	50948	CLAUDIO DA SILVA BARBOSA	000963853 - SSP/RO	APROVADO
11	37985	CARLINO AUTA DA SILVA	15756130 - SSP/MT	APROVADO
12	30375	POLIANA PEREIRA E SILVA BULEGON	20750870 - SEJUSP/MT	APROVADO
13	37984	ESTER BARBOSA DE SOUZA	15533433 - SESP/MT	APROVADO
14	24461	MARCIA MIRIAN PONCE	17574838 - SSP/MT	APROVADO
15	35379	ANDRÉIA GONÇALVES DA COSTA	17235340 - SSP/MT	APROVADO
16	193	FABIANA BENEDITA DE SOUZA RIBEIRO	18718167 - SSP/MT	APROVADO
17	50880	ELENICE DE FARIA DUENHAS	558345463 - SSP/SP	APROVADO
18	25854	ELIANE PEDROSA DE JESUS PEREIRA	14936720 - SSP/MT	APROVADO
19	26681	JACKELINY RODRIGUES MENDONÇA	1939421-7 - SPI/SASP/ MT	APROVADO
20	53576	JOSIANE BARBOSA CARABAJAL	17260230 - SSP/MT	APROVADO
21	46149	INGRID JHENIFER MORAES DE LIMA	22405097 - SSP/MT	APROVADO
22	55536	DENILSETE BEZERRA OLIVEIRA	808809 - SSP/MT	APROVADO
23	26439	MICHELE BARBOSA DE OLIVEIRA	16383389 - SSP/MT	APROVADO
24	53394	JOAQUIMDE SOUZA FURTADO	18841910 - SSP/MT	APROVADO
25	49755	ADILSON MOISES DOS SANTOS	08696209 - SSPMT/MT	APROVADO
26	8307	FLAVIANE ARANTES RIBEIRO RAMOS	15875350 - SJ/MT	APROVADO
27	48984	LILIANE ALVES DE FREITAS	29799440-2 - SSP/SP	APROVADO
28	32194	MELQUEZEDEK FAGUNDES DA SILVA	1748749-8 - SSP/MT	APROVADO
29	33394	NIANDRA DIOGO DE-OLIVEIRA	23708921 - SSP/MT	APROVADO
30	54958	EDILENE CARVALHO DE ARAUJO	777587 - SSP/RO/RO	APROVADO
31	46668	ADRIANA JOSÉ DA SILVA	17426464 - SSP/MT	APROVADO
32	8647	BRUNO DE LIMA MARCELO	18633757 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	2688	ANA GABRIELA FLANOFA RODRIGUES	26277751 - SSP/MT	APROVADO
2	23195	ISABELLA REBECCA DA MOTA FARIA	16734130 - SSP/MT	APROVADO
3	34706	ELAINE SOUZA MAGALHÃES	2378887 - SSPGO/GO	APROVADO
4	52048	RODRIGO DE FRANÇA RODRIGUES	19690088 - SSP/MT	APROVADO
5	8694	JESSICA RODRIGUES QUINTINO DA SILVA	18254799 - SSP/MT	APROVADO
6	9953	JOÃO LUCAS DE SOUZA VIANA	1335341 - SSP/RO	APROVADO
7	38109	NICOLLY SOUSA	2738608-2 - SSP/MT	APROVADO
8	15022	MARIELLI CHRSTHINE PIERONI	47.398. 327-8 - SSPSP/SP	APROVADO
9	40512	DVANHA DE SOUSA VIEIRA RAMOS	3138581 - SSP/PI	APROVADO
10	38653	EDILENE GOMES DE SIQUEIRA BULHOES	13694758 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO

1	58813	DAVI HENRIQUE FRAGOSO	94988926 - SESP-PR/ PR	APROVADO
2	30038	MICHEL NATALINO ROCHA DE ARAÚJO	15709191 - SSP/MT	APROVADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - Eletrocardiograma

14 - Avaliação Psiquiátrica

16 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 18 de abril de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº. 003/2018/SMS/VG

PARTES INTERESSADAS: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS/VG), através do Fundo Municipal de Saúde CNPJ/MF nº 11.364.895/0001-60, por intermédio do IMPACTO BRASIL – CENTRO DE ENSINO IMPACTO BRASIL LTDA EPP de Cuiabá/MT CNPJ/MF nº 19.452.426/0001-04. OBJETO: Tem por objeto estabelecer mútua colaboração técnico-operacional para fins de execução de atividades curriculares não remuneradas do Curso Técnico em Enfermagem ofertado e desenvolvido pelo Centro de Ensino Impacto Brasil nas dependências das unidades básicas de saúde, centros de saúde, policlínicas, CAPS, UPA – Ipase e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, de modo a oportunizar a realização das atividades em situações reais de vida e trabalho, proporcionando aos discentes o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e interpessoal nos termos da Lei 11.788/08. VIGÊNCIA: Este convênio terá vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por interesse de ambas as partes, mediante Termo Aditivo.

DATA DE ASSINATURA: 22.03.2018.

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde/VG.

Convenente

IMPACTO BRASIL – CENTRO DE ENSINO IMPACTO BRASIL LTDA EPP

CNPJ Nº 19.452.426/0001-04

Conveniada

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018.

DO OBJETO

Locação de imóvel térreo com área de 350 m², situado na Avenida Presidente Arthur Bernardes, nº 865, Jardim Aeroporto, Várzea Grande, registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 6.568 no Livro 2, para sediar o Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande por 02 (dois) anos.

DA JUSTIFICATIVA

O prédio que atualmente abriga a sede do Instituto necessita passar por reforma - que inclui todo o telhado – além de modificações e atualizações no sistema elétrico e hidráulico, que não suportam mais a demanda. Por esta razão, necessária a locação de imóvel para sediar o PREVIVAG até que o prédio atual seja reformado e adequado para as necessidades atuais.

DA CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado será utilizado como sede do PREVIVAG, que por se tratar de Instituto de Previdência recebe diversas pessoas enfermas e idosas para fins de perícias médicas e concessão de benefícios previdenciários. O imóvel foi o único na região que é plano, com acessibilidade e que comportava todos os setores do Instituto.

Além disto, é de fácil acesso e localização, sendo próximo à atual sede, o que facilitará a mudança (inclusive com redução de custos) e a orientação dos segurados sobre a mudança.

Finalmente, o proprietário realizará, às suas expensas, todas as adequações necessárias ao perfeito funcionamento deste Órgão, gerando ainda mais economicidade.

Portanto, o imóvel se adeqüa perfeitamente às necessidades do Instituto para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O contratado foi quem ofereceu o imóvel que adequou às necessidades do Instituto, pelos motivos acima elencados.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

DA AUTORIZAÇÃO

Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Várzea Grande, 17 de abril de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018

PARTES: Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG e a Empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIA LTDA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 008/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO, OBJETIVANDO O GERENCIAMENTO E CONTROLE DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT E DEMAIS VEÍCULOS QUE VENHAM A SER ADQUIRIDOS, INCORPORADOS OU ALUGADOS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO (CHIP) E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE: GASOLINA COMUM; ETANOL COMUM; ÓLEO S10 E ÓLEO COMUM.

VALOR: o valor global estimado do contrato é de **R$ 1.030.120,00 (Um milhão, trinta mil, cento e vinte reais)**.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FORO: Várzea Grande-MT.

ASSINATURA: 09/04/2018

Várzea Grande, 17 de abril de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

PORTARIA Nº 010/CG/2018.

APLICA a sanção disciplinar de *ADVERTÊNCIA* ao servidor do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, da prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, e dá outras providências.

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015;

CONSIDERANDO os Autos da Sindicância nº. 018/2017, instaurada para apurar a conduta funcional da servidora **NEIVA** DAS NEVES SILVA**,** por força da Portaria nº. 068/CG/2017, ainda Portaria nº. 074/CG/2017;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Procedimento Administrativo Disciplinar e;

CONSIDERANDO o Julgamento Final desta autoridade instauradora;

RESOLVE:

Art. 1º. – **APLICAR** a sanção disciplinar de **ADVERTÊNCIA** à servidora **NEIVA** DAS NEVES SILVA, GM 1ª Classe, matrícula nº. 36.507, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, baseado no Art. 87, inc. I da LC nº. 4.180/2016 c/c Art. 22, inc. I, da LC nº. 4.108/15;

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação;

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de Abril de 2018.

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

JULGAMENTO SINDICÂNCIA Nº. 018/2017

(GM LAURINDO e GM NEIVA)

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições legais e.

Considerando o término dos trabalhos realizados pela Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, nomeada pela Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 08/2017, designada pela Portaria nº. 068/CG/2017;

Considerando os autos da Sindicância nº. 018/2017, instaurada para apurar possíveis responsabilidades sobre os atos e fatos narrados na C.I nº. 04/GMVG-TI/2017, de 04/09/2017 (fls. 06), e demais documentos que a acompanham (fls. 07-12), encaminhados à Corregedoria pelo Comandante da Guarda Municipal através da C.I n. 498/GMVG/2017, de 20/09/2017, GesPro nº. 478330/17;

Considerando os documentos encaminhados à Corregedoria, que denunciam uso irregular de instrumento de trabalho, caracterizado pelo uso excessivo do terminal telefônico (linha telefônica 0800 646 3190), gerando ligações de auto custo, sendo: nos dias 30/04, 24/06, 05/09 e 09/09/2017, pelo servidor GM LAURINDO, com tempo de duração total de 01h:42m:00s, com custo total de **R$ 66,87** (sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) (fls. 07-12), e no dia 02/07/2017, pela servidora GM NEIVA, com tempo de duração total de 00h:17m:00s, com custo total de **R$ 11,05** (onze reais e cinco centavos) (fls. 10), cometidas pelos servidores;

Considerando que durante o Inquérito Administrativo foram realizadas diligências, identificando as autorias como sendo os servidores, GM 1ª Classe **LAURINDO** e GM 1ª Classe **NEIVA**, onde foi tomada declaração (fls. 30-31);

Ao final da Instrução e após análise das provas, a Comissão deliberou por **INDICIAR** os servidores GM LAURINDO (fls. 47-49) e GM NEIVA (fls. 51-52), por suposto cometimento das infrações disciplinares capituladas nos Art. 73, XIII c/c Art. 74, VII c/c Art. 86, I, VI e XXI, do Código de Ética e Conduta da GMVG, Lei n. 4.180/2016;

Os servidores foram devidamente **CITADOS** para apresentação de Defesa Escrita, GM LAURINDO (fls. 50), GM NEIVA (fls. 53), obedecendo ao princípio do Contraditório e assegurando aos servidores Ampla Defesa, com todos os meios legais admitidos;

O Sindicado, GM LAURINDO, valendo-se da prerrogativa legal esculpida no Parágrafo Único do Art. 77, da Lei 4.180/2016, demonstrou sua boa fé em assumir a responsabilidade pelos danos causados e optou pelo **Ressarcimento Consensual ao Erário,** manifestando formalmente através do Termo de Ressarcimento Consensual ao Erário (fls. 68-69);

A Comissão, com base no conjunto probatório e no Termo de Ressarcimento firmado pelo servidor **GM LAURINDO** (fls. 68-69), e Ofício nº. 001/2018 (fls. 84), encaminhado à SAD/VG, **CONCLUIU** pela **Extinção da Punibilidade**, do referido servidor, nos termos do Art. 77, parágrafo único, da Lei n. 4.180/2016;

A Sindicada, GM NEIVA, apresentou sua defesa escrita, tempestivamente, no dia 24/01/2018 (fls. 58-67);

Considerando que a Comissão, com base no conjunto probatório, em especial a denúncia (fls. 06-12), depoimento da Sindicada (fls. 30-31), e análise da Defesa Escrita apresentada pela GM NEIVA (fls. 58-67), **CONCLUIU** pela **CULPABILIDADE**, da servidora ora Sindicada, pelo fato de restar devidamente provado nos autos o uso excessivo de recursos materiais da instituição, caracterizada pelo uso desnecessário e injustificado de chamada telefônica em 02/07/2017, com duração de 00:17:00 (dezessete) minutos, ocasionando prejuízo ao erário, contrariando assim os deveres funcionais esculpido nos Art. 73, inc. XIII c/c Art. 86, inc. XXI, da Lei n. 4.180/2016;

Desse modo, as provas amealhadas ao feito, em especial a declaração da sindicada às fls. 30, permitem aferir, com clareza necessária, que a Sindicada praticou os atos descritos na denúncia;

Portanto, como se observa, há fundados elementos probatórios da autoria e materialidade das infrações disciplinares, havendo prova segura e incontroversa de que a sindicada, GM NEIVA, utilizou recursos materiais da instituição (linha telefônica) para atender interesse pessoal, deixando assim de zelar pela economia dos materiais e equipamentos de trabalho e do patrimônio público;

Por tais razões, de rigor a procedência da denúncia, e a consequente aplicação de Sanção Disciplinar;

Considerando que a Comissão, com base no conjunto probatório, entendeu que a GM 1ª Classe **NEIVA**, com sua conduta cometeu infração disciplinar tipificada no Art. 73, XIII c/c Art. 86, XXI, da Lei n. 4.180/2016, sugerindo a aplicação da penalidade de **ADVERTÊNCIA**;

Considerando o que consta dos Relatórios Finais da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, (GM LAURINDO fls. 71-74), (GM NEIVA fls. 75-82), e tudo mais que dos autos consta;

DECIDO:

1 – **ACATAR** os Relatórios Finais da Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares (fls. 71-82), e adoto seus fundamentos, com fulcro no Art. 103 da Lei nº. 4.180/2016;

2 - **JULGAR Extinta a Punibilidade**, do servidor, Gm 1ª Classe, Evanildo **LAURINDO** da Silva**,** matrícula nº. 15.737, pela Reparação dos Danos causados ao Erário, conforme Termo de Ressarcimento Consensual de Indenização ao Erário (fls. 68-69) e Oficio nº. 001/2018, encaminhado à SAD/VG, que concorreu culposamente para o prejuízo ao erário, nos termos do Art. 77, parágrafo único, da Lei 4.180/2016;

3 – **JULGAR,** com fundamento no Art. 7º, inc. X, da LC nº. 4.108/15 c/c Art. 102, da LC nº. 4.180/2016 c/c Art. 98, inc. II, do Dec. 80/2015, a servidora **NEIVA** DAS NEVES SILVA**,** GM 1ª. Classe, Matrícula nº. 36.507,

responsável pelo cometimento das Infrações disciplinares capituladas no Art. 73, XIII c/c Art. 86, XXI, ambos da Lei n. 4.180/2016;

4 – **APLICAR,** com fundamento legal no Art. 95, IV, da LC n. 4.180/16, a servidora, GM 1ª Classe, **NEIVA** DAS NEVES SILVA, Matrícula nº. 36. 507, a sanção disciplinar de **ADVERTÊNCIA** prevista no Art. 87, inc. I, da Lei Complementar nº. 4.180/2016;

5 – **CLASSIFICAR** a transgressão cometida como de natureza **LEVE**, de acordo com o Art. 83, I da LC n. 4.180/16, PERMANECE no comportamento **ÓTIMO**, nos termos do Art. 119, inc. II, da Lei n. 4.180/2016;

6 – **EXTINGUE-SE** a presente **Sindicância nº. 018/2017**, com Julgamento de Mérito, nos termos do Art. 94, inc. II, do Decreto n. 80/2015;

Publique-se no Diário Oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Registre-se nos assentamentos funcionais dos servidores;

Intimem-se os servidores fornecendo-lhes cópia do Julgamento,

Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 12 de Abril de 2018.

_____

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): POSTO ESTAÇÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (POSTO 3'D)

Data da Notificação: 27/11/2017

Data da Decisão: 03/04/2018

CPF/CNPJ nº: 07.358.228/0001-05

Processo nº: 509683/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 03 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ADEMIR RODRIGUES DA SILVA (BARRACA DA COCADA)

Data da Notificação: 19/08/2017

Data da Decisão: 13/04/2018

CPF/CNPJ nº: 1120572-5

Processo nº: 513305/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 13 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): EDMILSON FORTES DA SILVA (BARRACA DO EDMILSON – AÇOUGUE - FEIRA)

Data da Notificação: 12/08/2017

Data da Decisão: 13/04/2018

CPF/CNPJ nº: 346.503.771-53

Processo nº: 513786/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 13 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): EDMILSON FORTES DA SILVA (BARRACA DO EDMILSON – AÇOUGUE - FEIRA)

Data da Notificação: 30/09/2017

Data da Decisão: 13/04/2018

CPF/CNPJ nº: 346.503.771-53

Processo nº: 513790/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, II da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 13 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): BENEDITO GONÇALO DE CAMPOS (BENEDITO GONÇALO DE CAMPOS/ FEIRA)

Data da Notificação: 30/09/2017

Data da Decisão: 16/04/2018

CPF/CNPJ nº: 460.240.421-91

Processo nº: 513783/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, II da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF (Unidade Padrão Fiscal).**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DESAFIO JOVEM PENIEL (CASA DE RECUPERAÇÃO DEAFIO JOVEM PENIEL)

Data da Notificação: 26/09/2017

Data da Decisão: 16/04/2018

CPF/CNPJ nº: 16.630.030/0012-74

Processo nº: 509477/18

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua **o artigo 32, I da Lei nº 3863/12**, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 16 de Abril de 2018.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 031/2016.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa AB3 CONSTRUTORA IMOBILIÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n. 13.084.627/0001-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 506554/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a locação de um imóvel urbano localizado na Rua Salim Nadaf nº. 1.307, Centro, Várzea Grande – MT, destinada única e exclusivamente para o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado de Apoio a inclusão “João Ribeiro Filho”, no Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor mensal de R$ 11.583,26 (onze mil quinehntos e oitante e três reais e vinte e seis centavos), no valor total de R$ 138.999,12 (cento e trinta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e doze centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.367.0102. P/A: 2.251. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – ost pj. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contados a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Educação a servidora Meiry Evaldeth Alves Rondon, inscrita no CPF n. 362.502.791-72.

DATA DE ASSINATURA: 27.03.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação

AB3 CONSTRUTORA IMOBILIÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.121/2018

“DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDORA, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município; e,

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar, por interesse público e conveniência da Administração Municipal, a servidora **FRANCISCA ANA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826.591.094-00, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, para exercer sua função no setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde**,** a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 139/2018

PORTARIA N.º 139/2018

De 13 de Abril de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora JANE KATARINE RODRIGUES DE MEDEIROS RE, matrícula nº 3472 lotada na Secretaria de Educação cargo de MONITORA DE CRECHE, conforme processo de solicitação a partir de 10/04/2018 a 14/05/2018, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10/04/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 140/2018

PORTARIA N.º 140/2018

De 13 de Abril de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora GLADIS LASCH, matrícula nº 430 lotada na Secretaria de Educação cargo de PROFESSOR INFANTIL, conforme processo de solicitação a partir de 07/04/2018 a 19/05/2018, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07/04/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

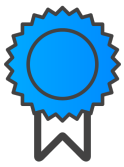
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Apr 17 22:31:18 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)